REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRASILEIRO

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

TOMO 95 — VOL. 149

(1924)

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

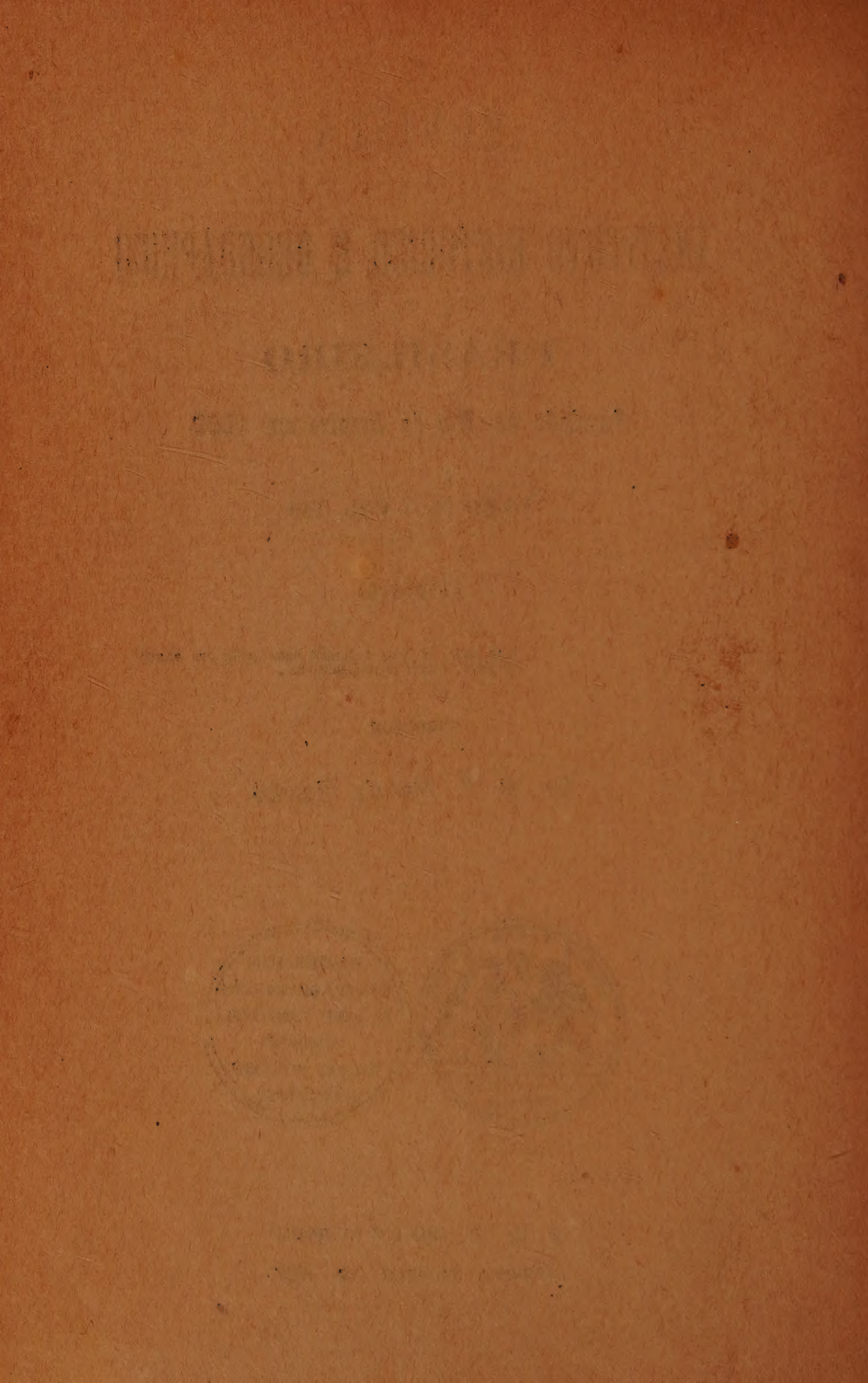
DIRECTOR

Dr. B. F. Ramiz Galvão

INSTITUTUM
HISTORICO GEOGRAPHICUM
IN URBE FLUMINENSI
CONDITUM
DIE XXI OCTOBRIS
A·D·MDCCCXXXVIII

✻ ✻ ✻ RIO DE JANEIRO
MPRENSA NACIONAL ✻ 1927

ANTIQUALHAS E MEMORIAS

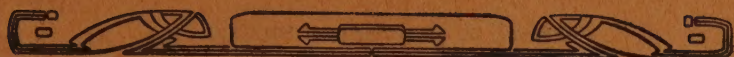
DO

RIO DE JANEIRO

PELO

DR. JOSÉ VIEIRA FAZENDA

(Antigo bibliothecario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro

N. 28 de Abril de 1847 — F. 19 de Fevereiro de 1917

INDICE

INDICE

DO

Tomo 95 — Vol. 149 — (1° DE 1924)

ANTIQUALHAS E MEMORIAS DO RIO DE JANEIRO

PELO

DR. JOSÉ VIEIRA FAZENDA

Pags.

Terminam neste volume as ANTIQUALHAS E MEMORIAS DO RIO DE JANEIRO, publicadas nos Tomos 86 (Volume 140 — 1919), 88 (Volume 142 — 1920), 89 (Volume 143 — 1921), 93 (Volume 149 — 1923).

DIA DA GLORIA

Em homenagem ao grande rei Eduardo VII fazem hoje os Inglezes celebrar um *Memorial Service* no templo da rua Evaristo da Veiga, antiga dos Barbonos.

Este edificio modernamente reconstruido está no mesmo local do primitivo, cuja pedra fundamental foi lançada no dia 12 de Agosto de 1819. Em seus alicerces haviam sido depositados uma garrafa com gazetas inglezas, bem como várias moedas do tempo.

Fôra dedicado a S. Jorge e a S. João Baptista em honra do principe regente de Inglaterra e do rei d. João VI.

Este havia permittido aos Inglezes comprarem para a referida capella terrenos pertencentes aos herdeiros do bispo d. Joaquim Justiniano Castello Branco. E porque no principio da rua existisse o antigo solar dos Mascarenhas, o povo deu o nome de Largo da Mãe do Bispo á pequena praça, outr'ora de S. José, depois Ferreira Vianna e hoje Floriano Peixoto.

O velho predio, ha dous annos reconstruido e recuado, chegou até nossos dias, apresentando a characteristica feição da esthetica colonial — feio e forte, como diziam os nossos antepassados.

Que os ascendentes do bispo, inclusive sua mãe, residiram na referida casa desde tempos antigos, existem provas.

Em 21 de Novembro de 1749 chegaram as freiras da Bahia, as quaes vinham installar a sua clausura no Convento da Ajuda. Foram recebidas com honras principescas. Para se hospedarem no Hospicio da Terra Sancta passaram á noite pela rua dos Barbonos. Por profusa illuminação distinguia-

se a casa do capitão João Mascarenhas, pae do depois nosso prelado

O capitão gostava de musica, e nessa noite reuniu amigos, que receberam com sonatas escolhidas a passagem do prestito.

Este amor pela arte passou ao filho. D. José era apaixonado pela cantoria. Ia muitas vezes tomar chá á casa de sua progenitora e deliciava-se em ouvir tocar e cantar ao cravo d. Rosa, esposa do coronel Camillo Maria Tonelet (Olho de vidro).

Os maldizentes começaram a murmurar sôbre a passagem do bispo fóra de horas pelas ruas da Ajuda e Ourives até á ladeira da Conceição. Ordenou d. José que tocassem os sinos das egrejas do Parto, Hospicio, S. Pedro e Sancta Rita. Quero, dizia o prelado, que todos saibam que não transitava ás occultas. Não venho de logar prohibido, nem ando fazendo moeda falsa.

Da casa dos Mascarenhas falla Antonio Duarte Nunes, narrando a invasão franceza de Duclerc em 1710.

O largo da Mãe do Bispo comprehendia o pequeno espaço entre a rua dos Barbonos, o Seminario de S. José e o muro do Convento d'Ajuda. Já em outros artigos descrevi a topologia destes sitios, onde existira o prolongamento da lagôa de Sancto Antonio.

Basta dizer que por muito tempo fôra o largo diminuido por um taboado em fórma de vela latina, o qual ia desde o canto do muro até o porão do Convento.

Era terreno litigioso entre as freiras e d. Maria José de Mendonça Azevedo, viuva do intendente geral do Ouro, Joaquim José de Mendonça Cardoso. As freiras perderam a causa. D. Maria José vendeu depois o terreno ao Senado da Camara em 24 de Dezembro de 1821. Della era então juiz de fóra ou presidente o benemerito José Clemente Pereira. Deste modo ficou desafrontado o antigo Largo da Mãe do Bispo. Esta denominação caïra em exquecimento. Appareceu porêm até em lettra de fôrma por occasião da inauguração do novo monumento erguido na Avenida Central. Excuso dizer que com isto ficou muita gente intrigada.

Em uma das noites seguintes, a 21 de Abril, approximeime da estatua. Lá estava um grupo de curiosos, e um cicerone pernostico explicava aos ouvintes a origem dos nomes dados aos locaes proximos. Sôbre a mãe do bispo, referia que fôra uma senhora muito distincta. Entrára para o Convento da Ajuda, professára e lá estava sepultada!

Fugi enojado de tanto pedantismo e capadoçagem! Não sei si estas linhas chegarão ás vistas do tal pernostico. E'

possivel que não. Em todo caso ahi ficam como protesto contra a ignorancia das nossas tradições.

Ao passar por perto do Theatro Municipal veio-me á lembrança engraçado *qui-pro-quo* com referencia ainda ao largo da Mãe do Bispo.

Do Norte viera certo personagem com cartas de recommendação para o bispo d. Pedro Maria de Lacerda, tão mal apreciado por suas ovelhas. Galgada a ladeira da Conceição e feitos os cumprimentos do estylo, d. Pedro perguntou ao recem-vindo: Tem gostado do Rio? Onde está hospedado? —Muito. Moro perto do largo da Mãe de V. Ex.—Já sei; minha mãe reside na rua do Carmo, logo o senhor está aboletado no hotel de França, no largo do Paço.—Não, excellentissimo. — Estou na casa de D. Maria, defronte de um convento.—"Ah! então tracta-se do largo da mãe de um dos meus antecessores. Entre elle e mim medeiam muitos annos. Somos ambos Cariocas e baptizados na mesma pia". O sujeito ficou desapontado.

Com effeito, d. José Joaquim recebeu o baptismo na Candelaria, em 6 de Septembro de 1731 e d. Pedro, quasi um século depois, em 21 de Fevereiro de 1830.

Mas afinal, quem era a Mãe do Bispo, a cuja memoria o povo consagrou uma praça desta cidade?

Chamava-se d. Anna Theodora Ramos de Mascarenhas, casada com o tenente-coronel João de Mascarenhas Castello Branco, governador da fortaleza de S. José da Ilha das Cobras, filho de Gonçalo de Lemos Mascarenhas, natural da Bahia e governador de Angola, e de sua mulher d. Francisca Lins de Castello Branco, nascida em 1667.

Por sua vez, d. Anna Theodora era filha de Gonçalo da Costa Ramos e de d. Sebastiana de Mascarenhas e Siqueira.

Teve o bispo d. José Joaquim um ermão, Fernando José de Mascarenhas, que chegou ao posto de mestre de campo. Foi casado com d. Anna de Sá Sodré Castello Branco, baptizada em 3 de Septembro de 1744 e filha do coronel José Barbosa de Sá Freire e de d. Anna de Sousa Pereira. Esta senhora teve 14 filhos. O bispo era descendente do muito conhecido Antonio de Mariz Coutinho, o d. Antonio do romance *O Guarany*.

Apezar de seus muitos encargos episcopaes, deu sempre d. José Justiniano provas de amor filial. Quando adoecia a veneranda matrona, o seu filho não lhe abandonava o leito. Sempre solicito noite e dia não deixava o lar paterno, enquanto a velhinha não se restabelecia.

Disto ha provas em uma correspondencia secreta do vice-rei Luiz Vasconcellos. Este teve de defender perante o Go-

vernador da metropole o bispo d. José, accusado malevolamente pelo deão da Sé do Rio de Janeiro de actos attentatorios á dignidade episcopal.

Foi tambem inimigo do bispo o mui conhecido conego, depois monsenhor Pizarro. Por falta de respeito o prelado o prendera em uma das nossas fortalezas.

Lucta tremenda sustentou o bispo contra os desmandos dos frades do Carmo. D. José havia sido nomeado visitador e reformador do Convento.

Os frades rebellados não o quizeram reconhecer como tal. Foi preciso recorrer á fôrça pública. Deu-a o vice-rei Vasconcellos. Fez-se a reforma carmelitana; mas os religiosos, até o último, nunca perdoaram a d. José as medidas de rigor postas em práctica para rehabilitação da communidade.

Activo e emprehendedor, d. José em suas fazendas do Capão e de Sanct'Anna teve fábrica de anil e cultura de café.

Cumpre recordar: foi d. José Joaquim quem, como provedor da Irmandade do Sacramento da Candelaria, deliberou com seus confrades a construcção de nova, mais bella e maior egreja dedicada á Virgem, sob aquella invocação.

Prestou tambem importantes serviços á Diocese, melhorando e instruindo o clero. Falleceu em 28 de Janeiro de 1805. Foi sepultado na capella do palacio da Conceição, lado da Epistola. Sua campa tem este simples epitaphio: *Sancta Maria, ora pro nobis.*

Existem vários retratos de d. José. Entre estes notase um guardado, referiu-me o dr. Pereira da Silva, com religiosa veneração por parentes collateraes do bispo; bem como uma artistica secretária a elle pertencente.

Um traço do character de d. José Justiniano Mascarenhas Castello Branco: em seu testamento determinou a maior simplicidade em seu funeral: "tanto por aborrecer naturalmente o excesso e vaidade de similhantes pompas, como por não ter tido outros lucros no bispado, sinão o seu rendimento e as pequenas congruas de sua magestade para o seu decente tractamento e das suas obrigações".

Na intimidade dizia d. José Justiniano que muito devêra á protecção de seu tio o dr. Ignacio Mascarenhas. Nunca, porêm, se exquecêra dos bons exemplos recebidos da sua mãe, senhora por todos os titulos digna de seu amor e de sua mais achrysolada veneração."

E o povo que a conheceu de perto como perfeito typo da verdadeira mãe de familia, fez-lhe completa justiça.

Domingo, 15 de Maio de 1910.

COMETA

Tanto se tem fallado em cometas, que me será licito metter tambem o bedelho em assumptos astronomicos. Recordarei apenas cousas aqui passadas em tempos idos. Não podem, pois, causar panico as seguintes notas:

Ha no museu do Instituto Historico um curioso quadro, em cuja parte inferior occorre a seguinte inscripção manuscripta: "Figura do Cometa, que appareceu no Rio de Janeiro, no anno de 1843, desenhada por José dos Reis Carvalho, mestre de desenho da Academia de Marinha, como se apresentou á vista pelas septe horas da tarde, primeiro dia de sua apparição. Elle o observou de sua casa situada na face esquerda do Rocio (olhando para oéste) defronte da rua do Thesouro, e lhe addicionou a perspectiva dos edificios que ficavam tambem a oéste na direcção das visuaes dirigidas ao cometa".

Pelo que se nota devia ser bellissimo espectaculo, apreciado durante um mez pelos contemporaneos das revoluções de S. Paulo e Minas Geraes, do processo de quatro senadores, das gondolas e omnibus, do azeite de peixe e do padre Kelé.

Sustos e temores tambem o tal cometa produziu. Uns promptos para morrer se confessavam e commungavam. Outros até chegaram a fazer testamento.

Sôbre o cometa que nos visitou em 43 escreveu uma memoria Maximiano Antonio da Silva Leite, socio correspondente do Instituto Historico. Antes de citar trechos desse trabalho publicado no tomo 5° da *Revista do Instituto*, darei biographicos sôbre o auctor. Nasceu no último quartel do século 18º e falleceu, diz o dr. Sacramento Blacke, no Rio de Janeiro a 29 de Agosto de 1844. Estudou na antiga Academia Militar, e sendo capitão do 3° batalhão da brigada de marinha, foi nomeado lente de Mathematicas da mesma Academia de Marinha a 16 de Dezembro de 1822. Mais tarde, a 26 de Abril de 1824, foi transferido para a cadeira de Artilharia. Foi jubilado a 18 de Janeiro de 1844.

Adverte o auctor que, por falta de instrumentos, não poude determinar com precisão as differentes posições em o céo, e por isso se deve considerar como approximação tudo quanto passava a dizer. Guiou-se tambem por informações. Escreveu sôbre a materia por instancias do conego Januario da Cunha Barbosa.

Começou o cometa a ser visto em 28 de Fevereiro. Pessoa de sua confiança assegurou a Maximiano que apreciava o phe-

nomeno cêrca do meio dia. Tinha-o visto distante do sol cousa de um covado e apresentava a figura do tamanho de uma bola de bilhar, tendo uma pequena cauda. Nos dias 1, 2, 3 e 4 de Março ninguem fallou mais em cometa.

Em 5 de Março (dia em que se fez á vela a esquadra brasileira composta de uma grande fragata e duas corvetas, afim de conduzir a princeza contractada esposa do imperador do Brasil o senhor d. Pedro II) o céo esteve encoberto e por isso não lhe dei attenção; mas algum tempo depois do sol posto, dissipando-se as nuvens para a banda do Oéste, immenso número de pessoas o viram, e então já estava mais separado do sol; pois a cabeça delle, segundo alguns, poz-se depois das 7 horas; disseram outros que não perceberam a cabeça. A sua cauda era muito grande, e segundo notei nos dias seguintes occupava no céo um espaço de mais de 50 gráos, delgada para a cabeça e alargando para cima, de maneira que me pareceu ter a figura de um trapezio, bem terminado até quasi á extremidade superior, pois aqui começava a desvanecer-se em phosphoros, mas alargando uniformemente. A sua superficie era lisa e sem póros, excepto na dicta extremidade superior; a sua côr era de perola e representava a imagem de um immenso fogo visto de longe. Eu nunca vi cauda similhante.

A bordo da nau *Pedro Segundo*, surta neste porto, foi observada a cabeça a Oés-Sudoéste magnetico, e a cauda dirigindo-se por entre Léste e Léste-Nordéste, ás 7 3/4 horas da tarde, tempo médio, e que não tardou a pôr-se".

No dia 6 as nuvens não permittiram ver. Em 7 e 8 foi visto a Oés-Sudoéste. Em 9, 10 e 11 não pôde o cometa ser observado.

Em 12 foi visto claramente: a côr da cauda mais fraca, mas a extensão da mesma grandeza. A cabeça mais a Léste e mais ao Norte. A cabeça foi observada a O 1/4 ás 9 horas, tempo médio, e desappareceu pouco depois.

Em 13 a cauda vai perdendo a côr. Conserva a mesma extensão. A cabeça caminha para o N e para E.

Em 15 e 16 desappareceu mais tarde. Cita o auctor observações até 2 de Abril. A 5 deste mez nada mais foi visto.

Entra em seguida o professor Maximiano em algumas consequencias destas observações, tirando dellas várias deducções. "Constou por noticias vindas de Lisbôa, publicadas no *Jornal do Commercio*, de 1° de Maio, que fôra visto naquella cidade ao Sul do Tejo, um cometa em 10 de Março deste mesmo anno, porém como não se diz a paragem do céo em que foi visto, não podemos affirmar si era este o mesmo, que observamos no Rio."

Passados 16 dias depois do desapparecimento do cometa, isto é, em 20 de Abril, pelas nove horas da noite, viu-se noutra cidade um extraordinario meteóro que causou espanto; assimilhava-se ao fogo expellido por uma pistola de fogo artificial, com côr algum tanto amarellada e exclareceu muito a cidade por espaço de um minuto e extinguiu-se. O seu curso foi de Léste para Oéste, pela mesma paragem onde se tinha visto a cauda do cometa, e d'aqui veio dizerem que o cometa tinha retrocedido e aberto uma grande bocca de fogo em cima da cidade. A noite estava escurissima. Não se via estrella alguma. Não chovia.

Ha na referida memoria escripta em 28 de Junho de 1843 um *Post scriptum*. Cita um correspondente do *Times* que observou o mesmo cometa visto no Rio de Janeiro no Observatorio de Kensington. Tal meteóro foi tambem apreciado em quasi toda a Europa.

Acêrca do cometa de 1843 occorrem ainda no mesmo tomo 5° da *Revista* observações feitas em Buenos Aires, por Felippe Senilosa e d. Vicente Lopes, associados ao engenheiro Romero. Taes estudos constam do n. 3593 de 24 de Agosto de 1843 do *Diario de la Tarde*, de Buenos Aires, enviado graciosamente ao Instituto Historico por d. Thomaz Guido, encarregado de negocios e representante de seu paiz na côrte do Rio de Janeiro. Este interessante artigo foi publicado com annotações tambem de Maximiano Antonio da Silva Leite.

Sôbre o phenomeno meteorologico, de que ora me occupo, o notavel methematico Pedro de Alcantara Bellegarde calculou a orbita. Suas observações figuram na *Minerva Brasiliense*, sob o titulo *Astronomia*. Admittindo a hypothese de que a cauda do cometa de 43 pudesse ter tocado a terra, asseverava que, "si este phenomeno teve logar, elle nos confirma na opinião de que uma substancia tenuissima, como é a cauda de um cometa, não póde reagir naturalmente sôbre a nossa atmosphera.

Com effeito, uma substancia tão pouco densa que deixa passar através de muitos milhares de leguas, a imagem das mais pequenas estrellas sem alteração sensivel, deve ser dotada de uma densidade e portanto de uma quantidade de movimento tão pequena, que o effeito de seu choque sôbre a massa da terra deve ser inapreciavel.

Quando appareceu este cometa (de 43) chegou aqui a nova do descobrimento de um, em Outubro, pelo astronomo Laugier, de Paris. Julgou-se ser o mesmo. Augmentava o interesse de tal identidade a similhança, que ao principio pretendia Laugier achar no cometa por elle descoberto com o que foi vsito na China em 1301. Laugier provou depois o

seu engano. Quanto ao nosso, conclue Bellegarde, os seus elementos provam exuberantemente que não era nenhum dos dous.

Na sua *Deducção Chronologica*, o general Abreu e Lima, com relação ao assumpto destas notas escreveu: "No dia 28 de Fevereiro de 1843 appareceu de dia á simples vista um immenso cometa caudal muito perto do Sol; porêm não foi mais visto de dia, até que no dia 5 de Março, em que saïu a divisão naval, que foi buscar a futura imperatriz do Brasil, tornou a apparecer logo á noite com sua majestosa cauda apresentando uma columna luminosa de 42 gráos, quasi metade do quadrante. Esta cauda dirigia-se de OSO a ENE. Apresentava na sua parte superior uma curva mui sensivel, cuja convexidade se voltava para o Noroéste. Foi visivel por mais de um mez".

Sôbre o cometa Laugier foi tambem publicado no *Jornal do Commercio*, de 9 de Março de 1843, extenso artigo assignado por Saulier De Sauve e datado de Genebra.

De tudo resulta que, como hoje, o apparecimento de um hospede viajante suscitou aqui observações feitas com os poucos meios de que dispunhamos.

Mais feliz que o de Halley, o viajante de 1843 teve para canta-lo um grande poeta. Em vez de versos chulos e gaiatos entoados pelo pessoal da arrelia, teve a mimosa e suggestiva inspiração poetica que se lê na *Minerva Brazileira*. E' da lavra de Dutra e Mello, genial mancebo fallecido aos 23 annos de edade e auctor de *Uma Manhã na Ilha dos Ferreiros*. Termina assim:

Oh! quem diz que não são nuncios do Eterno!
Oh! quem diz que um tal astro ser não possa
O Anjo do systema que passeia
Visitando os dominios que dirige?
Quem diz que não será carcere errante
Cheio d'almas de reprobos d'um mundo
Vivo, morto e julgado antes do nosso?
Ninguem; certo, ninguem. — Taes conjecturas
São como outras quaesquer soltas ao vento.

....

Deixemos, pois, vagar na immensidade
Globos que se revolvem;
Procuremos achar-lhes os caminhos,
E vejamos na práctica os agouros
Como se cumprirão. — Nem mais devemos. —
Ide, pois, astros pallidos, gyrando
Solitarios no ar. — O Anjo do Globo
Acenando co'a mão queira arredar-vos.

Sabbado, 21 de Maio de 1910.

DA RIQUEZA A' PINDAHIBA

Em suas *Ephemerides Nacionaes* o dr. Teixeira de Mello assignala em 31 do corrente a morte do extravagante e perdulario João Baptista Ferreira de Sousa Coutinho, depois barão de Cattas Altas, notavel por suas dissipações e esbanjamentos. Depois de se tornar célebre qual outro Monte Christo falleceu de desgosto e na mais extrema penuria.

De uma carta publicada em 1° de Julho de 1839 no *Journal des Dêbats*, attribuida ao duque de Luxemburgo e reproduzida na *Revista Nacional e Estrangeira*, aqui publicada em 1839 e 40, tirou o dr. Teixeira Mello curiosas notas sôbre o célebre barão.

Daquella missiva, em que se tracta de uma viagem a Minas e Gongo Sôco, tambem extrahiu fartos subsidios sôbre o individuo em questão, Francisco Ignacio Ferreira no seu *Diccionario Topographico das Minas do Brazil*. Seguirei as pégadas dos dous.

Em sua plenitude realizou Sousa Coutinho o annexim: — bens de sacristão cantando vêm, cantando vão. Principiou a vida como acolyto na aldeia de Cattas-Altas.

Tendo herdado uma parte da mina de Gongo Sôco ficou immensamente rico. A *auri sacra fames* tornou-o extravagante. Julgando inexgotavel a tal mina, espalhava o precioso metal á medida que o extrahia da terra.

Tinha a mania de maravilhar o mundo pela riqueza e ostentação. Nos seus sumptuosos banquetes dava-lhe na telha quebrar tudo, pratos, copos, para ter occasião de no dia seguinte apresentar nova baixella de crystaes e porcellanas.

Em certo dia, para surprehender seus constantes engrossadores e commensaes, mandou fazer almondegas de uma especie nova e não conhecida nos cardapios. Eram avelãs de ouro massiço. Distribuia aos convivas, que, não as podendo mastigar, guardavam as *saborosas* almondegas nas algibeiras.

No tempo das vaccas gordas, alêm da casa do Gongo, possuia magnificas residencias em Caeté, Ouro-Preto, Sabará, Sancta Luzia e Brumado. Em todas ellas havia sempre mesa franca. Quer isto dizer que jámais faltavam os infalliveis papa-jantares ou parasitos, raça tão antiga como o mundo.

Os fornecedores aproveitavam-se do luxo do nababo e faziam contas de grão-capitão. Com isso pouco se importava o futuro barão, que nem se dignava de verificar as sommas gastas.

Constava o seu sequito, quando viajava, de uns quarenta engrossadores.

Quando d. Pedro I foi a Minas, Coutinho o mimoseou com uma baixella de ouro massiço. A sua vaidade era tanta, que almejava um titulo honorifico. Para isso gastou grande somma de dinheiro. Tendo sido apresentado ao imperador, este principe perguntou-lhe o nome; João Baptista Ferreira de Sousa Coutinho, respondeu elle.—Maior é o nome que a pessoa, replicou o monarcha. Coutinho, é bom saber, era de estatura muito baixa.

Obteve o perdulario o que tanto desejava. Foi nomeado barão de Cattas-Altas.

Todo o dinheiro que obteve do Gongo foi depressa esbanjado. Não obstante practicar novas loucuras a felicidade de restabelecer a fortuna, comprando por dez réis de mel coado (tres contos de réis) a rica mina de Macahúbas. Della extrahiu muito ouro antes de a revender por preço elevado a uma companhia ingleza.

Suas repetidas extravagancias, ou antes loucuras, acabaram por arruina-lo. Falleceu apaixonado, perseguido pelos "cadaveres", ou credores, e em estado de pobreza.

Teve Coutinho (barão de Cattas-Altas), um filho unico. Em 39, habitava este um pequeno sitio em Caeté, o qual lhe fornecia apenas com que viver.

Aproveitando-me das indicações contidas na carta do duque de Luxemburgo, reproduzirei outros factos acêrca do excentrico barão "que seria um Monte Christo americano, si outro fôra o meio em que viveu. Podia um dos nossos homens de lettras urdir com estes dados um romance, que nada ficaria a dever ao do famoso Alexandre Dumas, com a vantagem, alêm disso, de ter um fundo historico e não ser de pura imaginação.

O barão desposára successivamente duas filhas do guarda-mór daquellas aldeias José Alves da Cunha, o qual era ao mesmo tempo seu cunhado, pois casára em segundas nupcias com uma ermã de Sousa Coutinho (o futuro barão). Por morte do sogro em 1818, o barão que era administrador ou simples intendente da referida mina constituiu-se do pé para mão unico dono della. Não prestou contas aos coherdeiros. Passou-lhes a perna, em portuguez de antanho. Não faz tal procedimento honra ao caracter do *fidalgo*, assumpto destas notas hauridas em vários escriptores incluindo Xavier da Veiga nas suas *Ephemerides Mineiras* (1897).

No espaço de oito annos junctou João Baptista Ferreira de Sousa Coutinho sommas immensas, que se podem avaliar em muitos milhares de cruzados.

Só durante dous annos extrahiu, termo médio, 15 libras de ouro por dia, ou 670 libras esterlinas. Julgando depois exgottada a mina, vendeu-a pela somma de 90.000 libras á companhia ingleza *Imperial Brazilian Mining Association*, formada em 1824.

No espaço de 12 annos esta mina extraordinaria rendeu mais de 30.000 libras de ouro, perto de um milhão e duzentas mil libras esterlinas. O Govêrno brasileiro teve por sua parte perto de 2.000 contos ou 250.000 libras esterlinas como direitos provenientes do producto da mina e 120 contos 150.000 libras, com o direito de exportação.

Em sua importante obra, as *Minas do Brasil e sua Legislação*, o sr. deputado dr. Pandiá Calogeras estuda com proficiencia o historico da precitada Companhia e das obras, que se estabeleceram para a extracção do ouro.

Segundo Ferdinand Denis, parece que o primeiro mineiro que se estabeleceu em Gongo Sôco foi um portuguez chamado Bittencourt, que começou pelo anno de 1740 com as suas proprias mãos a cavar o sólo. Em pouco tempo junctou fortuna consideravel. Deixou-a a seu sobrinho Manuel da Camara, que a seus filhos transmittiu a propriedade. Por indolencia e descuido essa mina pouco resultado deu. Pouco mais de 25 annos depois passou ella ao poder de um capellão-mór chamado José Alves, mediante a somma de 9.000 cruzados. — D'ahi se infere a realidade da excellencia do sogro e cunhado do barão de Cattas-Altas.

Segundo é fama, Gongo Sôco significa Caverna de Ladrões. Diz a tradição que bandos de negros fugidos infestavam grande área de terrenos, onde roubavam e saqueavam casas e povoações. Na furna guardavam o producto das rapinagens.

Não soube o barão de Cattas-Altas imitar o proceder do illustre Paulista padre dr. Guilherme Pompeu de Almeida. Este, sim, tractou-se principescamente, conservou e augmentou a riqueza herdada de seus paes. De liberalidade fidalga não practicou desvarios de perdulario. Viveu e morreu riquissimo. Protegeu com seus haveres os homens de lettras de seu tempo, versados nas sciencias sagradas e profanas.

No seu vasto solar de Araráciguama fundou a capella da Conceição, cuja festa celebrava com magnificencia no dia 8 de Dezembro e continuava durante oito dias. A estas solennidades comparecia clero, nobreza e povo da terra.

Era a casa do dr. Pompeu, escreveu Pedro Taques, uma populosa villa pelo concurso dos hospedes. Fazia o padre paramentar cem camas, cada uma com cortinado proprio, lençóes finos de bretanha guarnecidos de rendas, e com uma

bacia de prata debaixo de cada cama, sem pedir nada emprestado. Havia na entrada da fazenda um portico, do qual até ás casas mediava um plano de 500 passos, todo murado. Neste portão ficavam todos os criados dos hospedes que alli se apeavam largando esporas e outros petrechos de montaria.

Tudo ficava entregue a creados escravos, que para esse serviço o padre havia disciplinado.

Entrava o hospede, ou fosse um ou muitos em número, e nunca mais, nos dias em que se demoravam, ainda que fossem os de uma semana ou de um mez, tinham noticia alguma de seus pagens, cavallos e utensilios.

Quando, porêm, qualquer dos hospedes se despedia, ou fosse um, quinze ou muitos, ao mesmo tempo, chegando ao portão, cada um achava o seu cavallo com os mesmos jaezes, em que tinham vindo montados, as mesmas esporas e todos os seus objectos, sem que a multidão da gente produzisse a menor confusão na advertencia daquelles creados, que para isto estavam destinados. Todos saïam contentes, pois não experimentavam a menor falta, nem troca de objectos.

O padre Pompeu foi, pois, genuino representante da antiga hospitalidade brasileira.

Este padre, si vivesse, poderia dar licções á nossa policia antes da creação da Inspectoria de Vehiculos.

Bem conhecida era a confusão e balburdia experimentadas pela nossa gente "smart", principalmente em noites de espectaculo lyrico, quando os dilettantes tinham pressa de chegar a seus penates e metter-se em valle de lençóes. Então em noites de chuva era um Deus nos acuda !

Domingo, 29 de Maio de 1910.

O EVADIDO DA INQUISIÇÃO

Em 1° de Junho de 1808 apparecia em Londres o primeiro fasciculo do *Correio Braziliense ou Armazem Litterario*.

Esta importante publicação dividia-se em quatro partes: Politica — Commercio e Artes — Litteratura e Sciencia — Miscellania e Novidades —, e continuou até Dezembro de 1822. Saïa mensalmente. A collecção completa consta de 29 volumes.

E' por todos bem conhecida a influencia salutar, que, em tão longo periodo a patriotica revista exerceu nos detinos do Brasil.

Sôbre o valor do *Correio* expressou-se com justiça e verdade o visconde de Porto Seguro. Em 1821 e 1822 foi tal periodico o orgão legitimo das aspirações de todos os Brasileiros que almejavam a nossa completa emancipação.

Fallar no *Correio Braziliense* é prestar merecida homenagem a seu dedicado e infatigavel redactor Hippolyto José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, cuja biographia foi magistralmente escripta pelo venerando sr. barão Homem de Mello. (Vol. 35° da *Revista do Instituto Historico*.)

Filho do alferes Felix da Costa Furtado de Mendonça e de d. Anna Pereira da Costa Mendonça, nascera na colonia do Sacramento, a 13 de Agosto de 1774. Falleceu em 11 de Septembro de 1823, em Kensington, perto de Londres.

Estudou preparatorios no Rio de Janeiro. Seguiu depois para Portugal. Cursou a Universidade de Coimbra. Alli obteve o gráo de bacharel em Direito e Pholosophia.

Em 1798 é encarregado por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, então ministro de importante commissão nos Estados-Unidos. De como se desempenhou da incumbencia existem provas na *Revista do Instituto Historico*. Em verdade, no tomo 21° occorre a memoria do relatorio apresentado ao referido ministro.

Fôra o manuscripto offerecido á sabia instituição pelo seu secretario, dr. Manuel Ferreira Lagos.

Em 1801, após seu regresso a Lisboa, foi Hippolyto nomeado um dos tres directores litterarios da Imprensa Régia. Foi alli seu companheiro o notavel botanico brasileiro frei José Mariano da Conceição Velloso, amigo e protector do poeta Bocage.

De novo escolhido por d. Rodrigo, dirige-se a Londres, afim de fazer acquisição de machinas para a Imprensa e de livros para a Bibliotheca Nacional.

Regressando, é preso e recolhido aos carceres do Sancto Officio. Lá esteve durante tres annos. Afinal consegue fugir.

Os biographos não dão minucias sôbre os motivos da prisão; nada dizem como conseguiu escapar-se.

Em 1811 publicou Hippolyto a Narração de sua perseguição como franc-maçon. Desta obra em dous volumes, muito se serviu Camillo Castello Branco para, no seu *Perfil do Marquez do Pombal* (1882) mostrar que, máo grado a pretendida reforma da Inquisição, o célebre Tribunal conservou os mesmos rigores e punha em práctica as crueldades de antanho.

Sobre a prisão e fuga de Hippolyto encontram-se, porém, curiosos subsidios nas *Memorias* de José Liberato Freire de

Carvalho, das quaes falla com louvor o distincto bibliographo Innocencio da Silva.

Do que ha publicado resumirei quanto basta para dar ligeira noticia sôbre o assumpto.

Hippolyto, com effeito, fôra encarregado por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, então ministro, de certas compras para o estabelecimento do Arco do Cégo.

Hippolyto partiu para Londres. Lá entrou em relações com as lojas maçonicas. Os inimigos do ministro entraram a espalhar que o emissario fôra enviado por aquelle sómente para se corresponder com os pedreiros livres.

D. Rodrigo desgostou-se de taes boatos e disse a seu amigo Ferrão que mandaria prender Hippolyto logo que este a Lisboa chegasse. Ferrão communicou estas palavras a Freire de Carvalho. Deliberaram ambos escrever uma carta a Hippolyto avisando-o. Este não fez caso da communicação e, ao chegar a Lisboa, foi preso e conduzido ao Limoeiro.

Dalli transferiram-no para a Inquisição "como por favor, porque se esperava que o processo fosse mais rapido e a soltura mais rapida." "A Inquisição nesta epocha, si ainda tinha unhas para arranhar, já não tinha dentes para morder".

Ferrão comprou um guarda da Inquisição. Foi feliz. Com Hippolyto se correspondiam os amigos, e entre elles se notava o duque de Sussex, filho de Jorge III, mandado a Lisboa pelo pae, para desviar o principe de uma união pouco digna de sua hierarchia.

Quando os intimos de Hippolyto contavam com a sua proxima liberdade, deu-se um incidente, com que não contavam. A Inquisição neste tempo estava quasi vasia. Além de Hippolyto, lá existia apenas outro Brasileiro, cujo nome foi exquecido por Liberato Freire.

Ora, os dous presos não eram tractados com rigor. Era tanta a liberdade que tinham, que os detentos sabiam todos os cantos da casa, e até havia Hippolyto tido a felicidade de tirar do archivo dous exemplares dos dous regimentos da Inquisição, o Velho e o Novo, dado pelo marquez de Pombal.

A casualidade acima referida foi a seguinte: O principal guarda havia desapparecido, assustado de ser preso por dividas. Só ficou na Inquisição um guarda inferior, para dar ceia aos presos e fechar as portas.

Fingiu-se Hippolyto muito incommodado e pediu ao tal guarda fosse aquecer agua para um banho. Este satisfez o desejo. Vendo-se só, Hippolyto descalçou as botas, pegou nas chaves, abriu todas as portas e chegou são e salvo até ao portão da rua. Alli teve momentos de anxiedade. Metteu a chave na

fechadura. Esta não dava volta. Succedeu, porém, sem saber como, que tocasse no fecho da porta e esta deixou passar o fugitivo.

Eil-o a vagar em mangas de camisa pelas ruas, em Lisboa, a soffrer o frio da noite e o medo da Policia.

Os intimos ignoravam a fuga. Procurou Hippolyto a casa de Sebastião de Sampaio. Não o encontrou. Lembrou-se de outros amigos, mas estes tinham mudado de residencia. A noite ia alta, e o nosso preso, para dormir, recolheu-se a uma barraca de quitandeira. De manhã vai bater á porta de outro amigo, o advogado Barradas. Este deu parte do occorrido aos amigos, que imprudentemente queriam ver e abraçar o evadido. Houve necessidade de o esconder.

Passando por alto varias particularidades, basta dizer que, indo em uma commissão ao Alemtejo, Philippe Ferreira de Araujo e Castro levou o nosso Hippolyto como criado. Passou elle depois a Gibraltar, de onde seguiu para Londres.

Accrescenta Liberato que Hippolyto, exquecido de muitos favores, fôra ingrato. Brigaram. Afinal, fizeram as pazes. A' pag. 194 das citadas *Memorias*, escreve Freire de Carvalho: "Hippolyto, editor do *Correio Braziliense*, não tinha probidade alguma politica e indifferentemente vendia a sua penna a quem melhor lh'a pagava".

Contra o character de Hippolyto tambem Camillo Castello Branco algo escreveu no prefacio do poema os *Ratos da Inquisição*. Toda gente, escreveu Camillo, presumia que o fugitivo chegado a Londres, resfolegasse a sua vingança, contando os transes, a fome, a porcaria de roupa e de cama que lhe inflingiram os inquisidores no estirado captiveiro de tres annos".

"Houve, porém, um grande assombro quando elle, dous annos depois, publicava no prefacio de uma *Historia de Portugal*, traduzida do inglez, o elogio da Inquisição". Disse que os detractores do Sancto Officio procedem sem conhecimento de causa. Chama o tribunal de recto, castigando com brandura. Que se devia áquelle tribunal não haver hereges em Portugal. Que elle, Hippolyto, escrevia como homem livre de preoccupações e parcialidades.

Era a justificação plena do Sancto Officio.

Passados tres annos, isto é, em 1811, publica o evadido a narrativa da sua perseguição, dizendo cobras e lagartos do célebre Sancto Officio. Continúa ainda Camillo: "E', pois, benemerito de epithetos, que a decencia veda, um sujeito que fez a apologia da Inquisição dous annos depois que lhe fugiu ás garras, e, transcorridos outros dous annos, desmente com seu testimunho pessoal o primeiro depoimento".

Para o grande escriptor o phenomeno tem facil explicação. Quando escreveu o prefacio da *Historia*, tinha saudades de Portugal, negociava o perdão dos inquisidores. Depois, como o regente e o Sancto Officio lhe repulsassem as abjectas solicitações, "abroquelou-se com o escudo do mais depravado cynismo e fez estrondear em dous volumes o seu justo rancor". Pondo-se, porém, em confronto o que escreveram Hippolyto e Liberato de Carvalho, póde-se concluir que o futuro redactor do *Correio Braziliense* foi talvez exagerado. O Sancto Officio já não era o mesmo. Era apenas sombra do passado. Não havia muito rigor. O pouco pessoal de vigilancia, a facilidade em que viviam os poucos prisioneiros explicam a facilidade da fuga de Hippolyto. O que não se fica sabendo é quando Castello Branco foi sincero. Para atacar o marquez de Pombal servem-lhe perfeitamente os pormenores da *Narrativa* de 1811, como se lê no Perfil de Sebastião de Carvalho. Quando descreve, no prologo dos *Ratos*, a individualidade de Hippolyto dá-o como um cynico e assevera ter sido a mesma narrativa fructo apenas de muito rancor.

Pontos são este dignos da attenção e da critica de alguem, (cujo nome não estou auctorizado a declarar), que tem estudado a fundo a vida de Hippolyto Furtado de Mendonça.

Elucidando taes dúvidas, prestaria grande serviço.

Domingo, 5 de Junho de 1910.

VACCINA

Passa amanhã, 13 do corrente, a data do fallecimento, occorrido em 1842, do preclaro Brasileiro Felisberto Caldeira Brant Pontes, cujo nome está ligado aos fastos do Brasil Imperio.

Entre os titulos de benemerencia, avulta no depois marquez de Barbacena, o ter sido o introductor, em sua patria, da vaccina de Jenner. Nesta qualidade, figurou na sala principal do antigo Instituto Vaccinico, o busto em bronze do infatigavel filho de Minas Geraes. Reconhecendo a improficuidade do pús das laminas, mandou, disse o seu biographo Antonio Augusto de Aguiar, "em 8 de Agosto de 1804, septe rapazes, seus escravos, no navio *Bom Despacho*, accompanhados do cirurgião Manuel Moreira da Rosa, recommendando ao cirurgião-mór da Armada, em Lisboa, Theodoro Ferreira de Aguiar, que se notabilizara alli pelos optimos resultados que obteve da vaccina, pedindo que instruisse o seu recommendado sôbre o as-

sumpto. O cirurgião Rosa, instruido no processo da vaccinação, passou durante a viagem o pús de seus a outros escravos, até chegar á Bahia, de onde elle se propagou".

O venerando visconde, filho do morto de 1840, em palestras, nas quaes muito aprendi, garantia que fôra elle visconde a primeira pessoa de côr branca vaccinada em todo o Brasil.

Accioly, em suas *Memorias Historicas e Politicas da Provincia da Bahia*, narra mais ou menos o seguinte: — descoberta a vaccina por Jenner, conseguiu o vice-reitor da Universidade de Coimbra um pequeno vidro de pús, que lhe foi remettido de Londres, e outro de Lisboa, pelo dr. Bento Joaquim de Lemos. Os dous tubos foram apresentados á Congregação de Medicina da Universidade. E' d'ahi que data a propagação da vaccina por todo o reino de Portugal.

Determinou o Governo que o pús fosse enviado para a Bahia. Não houve bons resultados. Alguns commerciantes resolveram enviar a Lisboa septe pretos escravos de menor edade, para que fossem alli vaccinados de braço a braço. O cirurgião-mór da armada, Theodoro Ferreira de Aguiar, vaccinando em Lisboa um daquelles, pouco antes da saïda do navio *Bom Despacho*, que os transportava, ensinou ao respectivo cirurgião Manuel Moreira da Rosa o methodo successivo da operação, durante a viagem, aos outros pretinhos. Chegou o navio á Bahia em 30 de Dezembro de 1804.

Encarregou-se da propagação o dr. José Avelino Barbosa. Desde aquelle dia até 1° de Junho de 1805 foram vaccinadas 1.335 pessoas, em uma das salas do Palacio, não contando os vaccinados em muitas casas particulares. Bons e valiosos serviços prestou então o governador, o marechal de campo Francisco da Cunha Meneses, que, á propagação da vaccina, applicou todos seus cuidados e exforços. O emprêgo do pús em laminas limitou-se á Bahia. Não deu resultados.

Estas linhas servem de exordio á resposta, que pretendo dar a uma missiva que me foi enviada. Em principios do mez passado publiquei, nesta folha, notas despretenciosas sôbre epidemias de variola no Rio de Janeiro, fazendo ligeira referencia á introducção aqui, da vaccina de Jenner. Pois bem, ha dias recebi amavel cartão postal assignado — *Um medico da roça*, em o qual me era lembrada a leitura do trabalho do dr. Alfredo Piragibe — *A primeira pagina da historia da vaccina no Brasil*. Li-o pouco depois de publicado (1881), mas nunca me conformei com as opiniões do illustre medico, hoje fallecido, e que foi meu contemporaneo na Eschola de Medicina.

Neste opusculo, aliás escripto com brilho e enthusiasmo, o dr. Piragibe reclamou para o cirurgião Francisco Mendes Ribeiro Vasconcellos a gloria de ter sido o primeiro no Brasil, ou antes no Rio de Janeiro, a servir-se da vaccina de Jenner, de braço a braço — isto em tempos anteriores a Junho de 1798.

Na referida memoria citou o auctor 16 documentos, muitos dos quaes servem á fé de officio do cirurgião Mendes Ribeiro. Por elles se vê que este servira sempre os mistéres de sua profissão com zêlo, caridade e honra, merecimentos que lhe grangearam graduações honorificas. Prestou bons serviços na campanha do Sul durante 10 annos, obtendo depois excusa do Exercito.

Depois é provido pelo conde de Resende no cargo de cirurgião-mór do 1° regimento de milicias (da Candelaria). Em 1808 foi nomeado cirurgião de número da Casa Real, ficando desde logo dispensado do serviço do Paço por se achar empregado na infermaria dos empregados da mesma Casa, etc.

Ferem, porém, a attenção os documentos ns. 13, 14 e 15. O primeiro, datado de 15 de Junho de 1798, é um abaixo-assignado por varios moradores desta cidade, declarando, entre outras cousas, o seguinte: "E por ter chegado ao nosso conhecimento que Francisco Mendes Ribeiro de Vasconcellos, cirurgião-mór do primeiro regimento de infanteria da capital do Rio de Janeiro, de que é coronel o Illm. Exm. Sr. Conde vice-rei do Estado, tem trilhado (*sic*) alguns dos reinos acima dictos e muitas pessoas fidedignas nos fazem saber que este mesmo professor poz em practica a dicta *inoculação das bexigas* (o grypho é meu), em número avultado de pessoas de differentes edades, gozando estas da felicidade de escaparem todas e ficarem exemptas de aleijões e defeitos que causam as bexigas naturaes... lhe confiámos os nossos filhos, escravos e domesticos, como melhor se vê da relação juncta, para nelles pôr em practica a dicta inoculação, o que logo deu principio o dicto cirurgião como em Junho do presente anno."

Em seguida, referem os declarantes "que tiveram a satisfacção de verem os inoculados ser atacados "das mais formosas e discretas bexigas", correndo todo o seu curso sem perigo. "Esta util e proveitosa inoculação deve extender ao restante desta America, assim como ser introduzida em quasi toda a Europa".

O documento de n. 14 (20 de Fevereiro de 1800), é outro abaixo-assignado, em que se declara continuar com felicidade o referido cirurgião-mór a practicar a "inoculação" das bexigas. O de n. 15 é um attestado passado em 8 de Julho de 1803, pelo Senado da Camara do Rio de Janeiro. Delle constam as seguintes palavras: "O cirurgião Vasconcellos "tem merecido um

geral applauso e egual acceitação do público em executar promptamente a *inoculação das bexigas* (o grypho é ainda meu) que a tem practicado em differentes pessoas, com satisfacção dos espectadores e felicidade dos inoculados, que todos têm adquirido a desejada saude; por onde se conhece ser insigne na sua profissão e se faz digno a qualquer graça que Sua Alteza Real lhe queira conferir, etc.

Pelo primeiro certificado se dá a entender que o illustre cirurgião tem trilhado a Inglaterra, França, Italia, Roma, Hispanha. Não se sabe quando veio, nol-o refere o biographo. Creio, salvo êrro, que Vasconcellos, natural de Portugal, nunca voltou ao torrão natal. Tanto é isto verdade que, nomeado por decreto de 17 de Abril de 1815, contador, inquiridor e distribuidor do Juizo da Correcção da villa de Guimarães, obteve pelo decreto de 23 de Fevereiro de 1815 faculdade para que pudesse nomear serventuaria para o mesmo officio a pessoa apta e aprovada." Si o cirurgião tivesse descoberto no Rio Grande, onde esteve, o *cow-pox* ou o tivesse trazido da Inglaterra, dado pelo proprio Jenner, *tollitur questio*. Nada, porém, a respeito está provado. Da correspondencia do vice-rei, conde de Resende, nenhuma informação se colhe. Penso que o verbo *trilhar* significa apenas seguir a praxe, até 1798 usada nesses differentes paizes.

Escreveu, todavia, o visconde de Porto Seguro, em sua *Historia Geral do Brasil*, com referencia á vaccina, o seguinte:

"Em compensação, cumpre dizer, que não deixou a Côrte de promover desde 1797 (*sic*) pelo menos com todo o empenho a propagação do feliz invento da vaccina."

E accrescenta em nota: "Quatro annos depois, em 1801, se mandaram até distribuir officialmente por todo o Brasil exemplares de um folheto acêrca da mesma vaccina, escripto por M. I. Henriques de Paiva. Já se vê que estava introduzida, antes de 1804, quando ahi se occupou della Felisberto Caldeira Brant, segundo se diz".

Removem todas as dúvidas — os *Annaes Vaccinicos de Portugal* ou *Memoria Chronologica da Vaccinação em Portugal*, desde a sua introducção até o estabelecimento dos Institutos Vaccinicos da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Antonio de Almeida, impresso no 6° volume das *Memorias* da mesma Academia, pags. 40-64. Nesta monographia mostra que a descoberta jenneriana só foi adoptada em Portugal em 1799, como prova a carta do medico Francisco José de Almeida, datada de Lisboa, aos 30 de Março de 1811 e endereçada aos redactores do *Investigador Portuguez*. A obra de Henrique de Paiva, elle o declara no prologo, é um extracto

dos trabalhos da Junta Medica de Paris e do "Dialogo", de D. Pedro Hernandes. Foi escripta na "impossibilidade de dar já observações proprias", no intuito de, por ordem do principe regente, verificar em Portugal as observações feitas com a vaccina nos outros paizes.

O que se practicava até então em Portugal era a inoculação do pús variolico, methodo adoptado em França, segundo Littré, sómente em 1764. Tal systema foi seguido pelo cirurgião Mendes Ribeiro até depois de 1803. (Documento n. 15. Attestado do Senado da Camara.)

Para concluir: si Jenner só em Junho de 1798 publicou o seu primeiro trabalho sobre a vaccina, como admittir que neste mesmo anno aqui no Rio de Janeiro, um medico, aliás habilitado e caridoso, inoculasse de braço a braço como preservativo da variola o *cow-pox* jenneriano?

Nem com o que fica referido pretendo invalidar os serviços prestados pelo nosso clinico. Colheu bons resultados, como os obtiveram os practicos de todos os paizes, incluindo os de Portugal.

A inoculação das bexigas era o methodo perfeito seguido até á descoberta de Jenner. Como obraria o pús variolico? Não me metto em funduras, competencia sómente dos scientistas.

Em todo caso, já vê o *Medico da Roça*, que eu não estou tão baldo ao naipe.

Domingo, 12 de Junho de 1910.

MORRO DA GLORIA

Com a data de amanhã, mato de uma cajadada dous coelhos. Ao meu amigo, o deputado Honorio Gurgel, forneço notas sôbre o patriarcha de antiga e numerosa familia espalhada por todo o Brasil; e ratifico tambem uma informação dada ao professor Capistrano de Abreu, a qual figura em nota na terceira edição da *Historia do Brasil*, do visconde de Porto Seguro: o Morro da Gloria, foi antigamente conhecido por morro de Lerype e não o actual da Viuva, como se tem escripto.

Em 20 de Junho de 1699, o dr. Claudio Gurgel do Amaral e os ermãos da Gloria firmavam escriptura no cartorio do tabellião Manuel Couto, perante o vigario geral dr. Manuel da Costa Cordeiro e testimunhas.

Por este documento Claudio declarava ser dono do outeiro comprado ao capitão Gabriel da Rocha Freire. Doaram o monte á citada Irmandade para nelle ser edificada uma capella á Senhora da Gloria, que fosse *permanente*. Não sendo assim, ficaria revogada a doação. Impunha como unico onus que na capella dariam os ermãos sepultura a elle doador e a todos os seus descendentes.

Desde que havia ermão da Gloria não repugna acceitar que no outeiro houvesse outro sanctuario toscamente construido e que neste tempo caïa em ruinas. De facto, segundo conta frei Agostinho de Sancta Maria, um ermitão Antonio Caminha, em 1671, erguera alli modesta ermida.

Este individuo existiu. Vivia ainda em 1714. Foi possuidor de grande chacara no bairro d'Ajuda, confrontando com terras do depois Seminario de S. José e com as doadas por Chrispim da Cunha e sua mulher Isabel de Mariz, aos Carmelitas. Estas, como é sabido, foram compradas pelo bispo d. Antonio do Desterro para augmento da cêrca do Convento d'Ajuda.

Não é de admirar que Caminha erguesse essa capellinha em terras possuidas por outrem. Temos entre muitos exemplos o de Aleixo Manuel, fundador da ermida da Conceição, no actual morro de S. Bento, possuido outr'ora por Manuel de Brito e seu filho Diogo de Brito Lacerda.

Não repetirei o que sôbre Caminha escrevi, quando tractei dos terrenos d'Ajuda.

Nem tão pouco accrescentarei ao que disse sôbre Claudio Gurgel, quando me occupei dos fundadores da Gloria e dos provedores da Misericorida. Apenas mencionarei um subsidio, que me é ministrado pelo dr. Diogo Vasconcellos.

Entrado em annos, como disse monsenhor Pizarro, Claudio ordenou-se. O erudito auctor da *Historia Antiga das Minas Geraes*, pondo em destaque a influencia que os bispos procuravam sustentar ante o poder temporal, escreveu: "ordenavam o maior número de padres que podiam, chegando a ponto que criminosos protegidos por dignidades ecclesiasticas não raras vezes recebiam as ordens para se livrarem da jurisdicção e do fôro commum. Com Claudio Gurgel do Amaral deu-se o facto de urdir, por questões de Egreja, no Rio, uma revolução em que houve mortes. O bispo ordenou-o, e o nomeou vigario de Ouro Preto, pelo que Albuquerque ao rei se queixou e o rei mandou por ordem de 18 de Novembro de 1712 que, si o bispo não o removesse, o governador o fizesse prender e fosse deportado para a Africa."

Não foi o dr. Claudio o tronco da hoje familia Gurgel do Amaral. Serve-me de auxilio Pedro Dias Paes Leme, com sua *Nobiliarchia Paulistana*. Tractando de João Pereira de Sousa Botafogo, que deu nome ao aristocratico bairro desta capital, escreveu o illustre genealogista mais ou menos o seguinte: "João Pereira veiu para o Brasil por embaraços pecuniarios e para fugir a perseguições.

Chegou ao Rio de Janeiro, quando a cidade velha estava principiada, e nella se fazia guerra ao gentio Tamoio; e, como este Botafogo era destemido, o fizeram capitão de uma das canôas de guerra e o mandaram a Cabo Frio a impedir o contracto do páo brasil, em que os Francezes estavam commerciando. Foi tão feliz que, pelejando com valor, fez muitos prisioneiros e, entre elles, um certo Tucen (Toussaint) Gurgel, nobre e valoroso francez, cabo de toda a armada e que foi trazido ao Rio de Janeiro.

E' este, pois, o patriarcha da familia. Fixou residencia nesta cidade, e casou com d. Domingas de Arão do Amaral, senhora nobre. Deste casal proveiu uma filha, d. Angela de Arão Amaral, que casou com João Baptista Jordão, progenitores de Claudio Gurgel, o doador da Gloria. E' elle, pois, pelo lado materno, neto de Toussaint. Tenho provas nas obras do visconde de Sanches de Buena e de Luiz Gonzaga da Silva Leme".

Eis as armas dos Amaraes: "um escudo posto ao *balom*, em campo de ouro, seis crescentes azues com as pontas para baixo em duas palas, timbre um leão de ouro, rompente de vermelho, com uma alabarda azul nas mães, elmo de prata, aberto, guarnecido de ouro, paquife de metal e côr das armas e. por differença, uma meia bocca sanguinha, com flor de liz de prata".

Em 1631, já era fallecido Toussaint. Residira na rua de Aleixo Manuel (Ouvidor); seus herdeiros eram confrontantes de uma casa vendida pela Misericordia, em 1 de Julho daquelle anno, a Domingos Manuel, por 136$000.

Passo á segunda parte da ordem do dia. O actual morro da viuva foi assim chamado, por pertencer a d. Joaquina Figueiredo Pereira Barros. Herdou este nome, por morte do marido, Joaquim José Gomes de Barros.

Até 1753, tal morro não tinha nome especial. Vê-se nos documentos da segunda medição da sesmaria da Camara. O mesmo acontece com o pedido, feito em 1618 pelos Benedictinos, para tirarem pedras de um "outeiro" que está em terras do Conselho. Só quando o morro da Gloria foi per-

dendo seu antigo nome de Lerype, o outro poderia ter tal denominação.

Verdade é que a actual praia do Flamengo, antes do Juiz Pedro Martins Namorado, da Aguada dos Marinheiros, do Sapateiro Sebastião Gonçalves, tambem teve o nome de Praia de Lerype, não por causa do actual morro da Viuva, mas em razão de ser da Gloria, ponto principal de toda a costa, que ia desde o Boqueirão da Ajuda, Boqueirão da Gloria, Boqueirão do Passeio, até os fins do Boqueirão da Carioca (Flamengo).

Para prova tenho a carta de aforamento, passada ao referido sapateiro em 13 de Septembro de 1606. Aos vereadores dizia o requerente: "queria aforar um pedaço de terras que estava *detraz do morro do Lerype*, entre o mesmo morro e a costa do mar e a ribeira da Carioca, que vem dar no mesmo Lerype e a casa que elle supplicante já tinha". Si se tratasse do morro da Viuva, detraz do qual começava a zona pedida de cem braças, estas se refeririam á Praia de Botafogo!

Em 1 de Fevereiro de 1620 o citado sapateiro requeria terras mais para dentro, entre Manuel Fernandes e até a fonte de Lerype. Desistia do *sitio da Carioca*, porquanto o mar lhe alagára tudo e lhe derribára as casas em que morava. D'ahi se infere que *detraz* do morro de Lerype, quer dizer detraz do actual outeiro da Gloria.

Ainda mais: Heitor Fernandes Carneiro pediu por certidão o conteúdo da sesmaria concedida a seu pae Lopo Fernandes Carneiro em 1595 por Salvador Corrêa de Sá (o velho). Lopo requeria o seguinte: *a*) uns chãos que estão na praia que vai para o morro de Lerype, até entestar com o mesmo morro; *b*) 25 braças de largo, que se começará a medir ao longo da *praia do matto* para a lagoa com o comprimento que tiver até o morro do Lerype; *c*) pedia mais por perdidos, uns chãos dados a um capineiro, os quaes estão indo ao *outeiro de Lerype* até a *forca*; *d*) mais um outeiro que está no cabo desta praia de Lerype, indo para a *praia do Carioca*, á mão esquerda.

Salvador tudo concedeu. Tempos depois, Lopo declarava que todos estes terrenos tinham donos. Pedia a sesmaria dada e não aproveitada por Nuno Tavares e Fuão Raposo, na praia hoje de Sancta Luzia, com fundos até o Morro de S. Sebastião (Castello).

Ora, da petição de Lopo se conclue que se tracta de terras aquem do Morro da Gloria. Além, só queria o Morro (do Guaratiba?) á mão esquerda, indo para a praia da Carioca,

de Sancta Luzia, perto do sitio em que existe até hoje o Cortume e aquem das terras de Thomé Rodrigues. A lagoa não póde ser a actual de Rodrigues de Freitas, e sim a que foi aterrada mais tarde por Luiz de Vasconcellos, para dar logar ao Passeio Publico. A praia do Matto ficava comprehendida entre o Boqueirão da Ajuda (Passeio Publico) e a base do morro Lerype (Gloria), Alli extendia-se a chacara do Oriente, comprada a Manuel Lopes Carrilho, em 1689, pelo dr. Claudio Gurgel. A área de terreno era desligada da antiga sesmaria concedida aos antecessores de João Lopes, pae de Carrilho.

E' este o mesmo que, por occasião da primeira medição da Camara (1667), protestava perante o ouvidor dr. Manuel Dias Raposo, allegando direitos allodiaes.

De tudo posso concluir: o actual outeiro da Gloria foi em principio morro de Lerype. A modesta communicação, a que o professor Capistrano de Abreu deu tão generosa accolhida, póde, pois, continuar entre as annotações com que o illustre mestre enriqueceu a terceira edição da *Historia* do visconde de Porto Seguro.

Representa uma verdade topologica.

Domingo, 19 de Junho de 1910.

CASA HISTORICA

A viagem de um *cabeçudo* ou *graúdo* para a outra vida deixava o povo embasbacado!

Nestes dias de Junho de 1817, era, pois, assumpto de todas as conversações, aqui no Rio de Janeiro, a morte do ministro Antonio de Araujo e Azevedo, primeiro conde da Barca. Nascera em sua casa de Sá, termo da Ponte de Lima, em Portugal, a 14 de Maio de 1754.

Teve por progenitores Antonio Pereira Pinto de Araujo e d. Marqueza Francisca Araujo Azevedo.

Foi do Conselho de Estado, secretario de Estado e ministro de varias pastas, presidente do Tribunal da Juncta do Commercio, socio honorario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, gran cruz das ordens portuguezas de Christo e da Torre e Espada, da hispanhola de Isabel, a Catholica, e da Legião de Honra.

Falleceu com 63 annos de edade, em sua casa da rua antigamente do Passeio, aos 21 de Junho do referido anno, e

foi sepultado nas catacumbas de S. Francisco de Paula. Houve sumptuoso funeral, de accòrdo com a pragmatica.

Sentiu profundamente tal passamento o proprio rei dom João VI, muito affeiçoado ao conde da Barca; pois comprehendia a falta do eminente estadista, o mais energico, na phrase de Pinheiro Chagas, o mais digno e o mais habil de todos os ministros que o precederam durante o reinado do filho de d. Maria I.

Seria temeridade esboçar aqui, ainda que em largos traços, o papel politico representado pelo Chevalier d'Araujo, como lhe chamavam os Francezes.

A sua biographia tem sido escripta por Mendo Trigoso, Ferdinando Denis, Pereira da Silva, Innocencio da Silva, P. Chagas, Mello Moraes Pae, e Menezes Brum. Quem quizer fartas informações sôbre o conde da Barca, as póde colher no recente livro publicado pelo dr. Oliveira Lima.

Mais modesto é meu intuito nestas simples notas: chamar a attenção para a casa hoje historica, onde, por muitos annos funccionou a Secretaria da Justiça e depois a Academia Nacional de Medicina e o Pedagogium.

Em um dos vastos salões deste predio celebrou o Instituto Historico a sessão magna commemorativa do 4° centenario do descobrimento do Brasil, realizada em 22 de Abril de 1900. Com muita propriedade, nessa noite de galas e alegrias, tambem o conselheiro Aquino e Castro, presidente do Instituto, lembrou tal festa litteraria celebrada sob os tectos habitados pelo Mecenas da éra do principe regente.

Em verdade, o conde da Barca, protector das artes e das letras, alli reunia em amistosa palestra todos os homens de talento, a quem dispensava carinhos e ttenção. Basta lembrar: foi o conde quem mandou vir de França esta pleiade de artistas distinctos, fundadores da Academia das Bellas Artes. Entre elles figuravam Le Breton, Debret, os Taunays, Grand Jean de Montigny, Pradier e outros.

No jardim da casa da rua do Passeio estabeleceu um horto botanico, onde desde 1808 a 1814 cultivou 1.200 a 1.400 plantas indigenas e exoticas, cujo catalogo organizou com o nome de *Hortus Araujensis*.

Foi o conde infatigavel em trabalhar pelo progresso e engrandecimento da industria do nosso paiz. E' consolador este facto. Ver um espirito tão bem ponderado cuidar das cousas da antiga colonia, e isto no meio de seus compatriotas descontentes, que desejavam a volta para a mãe-patria e procuravam suffocar os desejos patrioticos dos filhos do Brasil, já elevado a reino. Entre parenthese, bom é salientar que

esta resolução adoptada pelo principe regente muito contrariou o conde da Barca. O que elle fez em pról de nossa nascente industria, di-lo o dr. Menezes Brum, na biographia publicada no 2º volume dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*.

Foi o conde quem muito concorreu para a trasladação da Familia Real e para abertura de nossos portos ao commercio das nações amigas. Foi elle quem redigiu as instrucções para os plenipotenciarios portuguezes no Congresso de Vienna, os quaes negociaram o tractado de 21 e 22 de Janeiro de 1815, com relação ao trafico dos africanos.

Exercendo empregos da maior importancia, morreu pobre. Homem de mãos limpas, constou o seu espolio da casa precitada, de importante livraria e bellos quadros, que foram postos em leilão, para satisfazer credores.

A casa, pois, onde residiu esse benemerito, a quem o nosso paiz deve tantos e tão importantes serviços, deve ser olhada com curiosidade por todos quantos transitam pela actual rua Joaquim Nabuco.

Felizmente, apezar de modificada em seu aspecto exterior, serviu ella para as altas deliberações da Justiça, deu guarida á mais antiga instituição scientista do Brasil e ainda hoje serve para diffusão do pão do espirito, intuito generoso a que sempre obedeceu o conde da Barca.

Onde jazerão seus despojos mortaes? *Difficilem rem postulati*. Ninguem sabe. Disse-me por vezes o finado commendador José Luiz Alves: quando exerceu o cargo de procurador da Ordem de S. Francisco de Paula (1865-1868) procurou em vão os ossos do conde, para lhes dar condigno jazigo.

Nada pôde obter.

Como é sabido, retirados os ossos das catacumbas abertas nas paredes das dependencias das egrejas, eram guardados em pequenas urnas de madeira, das quaes a obra de Debret nos dá varios especimes.

As chamadas *caixinhas* eram empilhadas, umas sôbre as outras, e do deposito só retiradas para figurarem no dia de finados. As successivas mudanças, a fragilidade do material empregado, a humidade e o tempo operavam o estrago das referidas urnas.

D'ahi a confusão de restos de homens illustres a se misturarem com os de illustres desconhecidos.

Foi o que occorreu quando admiradores do poeta padre Antonio Pereira de Sousa Caldas procuraram em Sancto Antonio os do emerito Carioca.

Ainda ha pouco tempo, grande foi a faina do coronel Ernesto Senna para, em S. Bento, encontrar a urna, que encer-

rava os ossos de José da Silva Lisbôa, visconde de Cairú, fallecido em 1835. Foi feliz o coronel. E a urna funeraria seguiu caminho da cidade da Bahia, por solicitações do Instituto Historico daquella cidade.

Não sei si terão o mesmo exito os patriotas de S. Paulo, os quaes desejam erguer um monumento aos tres ermãos Andradas — José Bonifacio, Martim Francisco e Antonio Carlos. Este último, fallecido em Dezembro de 1845, foi sepultado em S. Bento e lá deverá existir a ossada do grande orador, notavel parlamentar e apreciado poeta.

Fecho o parenthese.

São notorios a indifferença e o descaso dos parentes do conde da Barca. Só ermãos sobreviventes teve tres, e ermãs cinco. Em testamento, instituiu herdeiro de seus bens ao ermão conselheiro João Antonio de Araujo. Falleceu este em 1823, e por sua vez instituiu herdeiro a seu sobrinho Antonio de Araujo Pereira Pinto, o qual cedeu de seus direitos a João Piombino.

A herança do conde da Barca deu logar a um litigio com a Fazenda Nacional, o qual, depois de passar por Tribunaes e pela Camara dos Deputados, durou até 1870. Desta questão se occupou com toda a minuciosidade o dr. Menezes Brum.

A livraria foi a leilão. Neste appareceu como licitante, por ordem de d. João VI, frei Joaquim Damaso, director da Bibliotheca Publica Real. Eis porque os livros do conde da Barca fazem ainda hoje parte da nossa Bibliotheca Nacional. Não entro na questão de saber si o Governo contribuiu logo com o dinheiro, o que deu logar a reclamação por parte de Piombino.

Em todo caso, foi um bom serviço prestado pelo rei. Ao contrario, a escolhida bibliotheca do conde da Barca estaria hoje disseminada por mãos de particulares. Pelo menos sabe-se onde ella existe, cuidadosamente conservada pelo digno director da Bibliotheca Nacional, o erudito e incansavel dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva. Bom é dizer que o centenario da nossa bibliotheca passará amanhã, 27 de Junho e não a 23.

Quanto ao predio da rua do Passeio, o Governo de então pagou algumas dividas do conde da Barca, e incorporou-se o immovel aos proprios nacionaes, por accórdão da Relação, de 25 de Agosto de 1829.

Com estes simples apontamentos, foi apenas meu intento lembrar o nome do conde da Barca, "cujos ultimos anhelos e votos ao expirar, diz o dr. Brum, foram dedicados ao seu rei, á prosperidade do Brasil e das boas artes".

Ultima nota. Com a morte do conde não tiveram, em 1817, como em 1816, os festejos em honra a S. João Baptista, o mesmo enthusiasmo pyrotechnico dos annos anteriores. No segundo destes annos não é de admirar; a Côrte estava de luto pela morte da rainha d. Maria I; no primeiro, d. João quer dar mostra de pezar pelo fallecimento de seu ministro. Eis porque, em 16 e 17 d. João VI não consentiu se fizessem as gigantescas fogueiras, que, durante a vespera e todo o dia do sancto ardiam no largo do Paço e no pateo da Quinta da Boa Vista. Perderam com isto os chaleiras do tempo. Havia fidalgos que disputavam a honra de ser os primeiros a atear fogo ás altas pilhas de madeira, constituidas por grossos troncos de arvore derrubadas das nossas mattas, principalmente da Ilha do Governador, Quinta do Cajú e Fazenda de Sancta Cruz.

Por ahi se deixa ver um bello traço do character de d. João VI. Sabia ser grato á memoria daquelles que se devotam em prol "do real serviço do público e das partes" como em testamento confessava o conde da Barca, conscio de haver cumprido a sua espinhosa missão.

Domingo, 26 de Junho de 1910.

A MÃE DO BISPO

Respiram os proprietarios e as companhias de seguro. Foi-se, felizmente, o mez do foguetorio.

Ao contrario dos mais annos, o principe dos Apostolos ficou ancho com a terminação supimpa das festas Joaninas realizadas no campo de Sanct'Anna, outr'ora de S. Domingos.

Illuminação minhota, fógos deslumbrantes, musicatas, fados á portugueza, balões, batalha de *confettis*, grupos de encantadoras cachopas, enfim, carrilhão tocado pelo Pontes, filho do meu antigo conhecido das torres de S. José, nada faltou no dia 29 para gaudio de S. Pedro.

Deve estar contente com a gente cá da terra. Foi immensa a concorrencia e a cobreira grossa, que vai ser applicada em proveito de obras pias.

Teve o filho de Jonas este anno completa compensação. Tambem não sei porque o primeiro chefe da Egreja era menos festejado do que Sancto Antonio, S. Manuel e S. João Baptista. Devia ser o contrario. O nome Pedro está ligado aos fastos da nossa Historia.

Já houve até quem escrevesse um livro provando a influencia dos Pedros no Brasil.

Desde Cabral até d. Pedro II, o auctor, que tambem se chamava Pedro, faz passar ante nossos olhos uma procissão de Pedros: Vaz Caminha, Magalhães Gondaro, Fernandes Sardinha, Jacques Magalhães, Lopes de Sousa, Sousa Parreiras, Araujo Lima e muitos outros.

Exqueceu-se, porém, de Pedro Martins Namorado, primeiro juiz ou antes presidente da Municipalidade carioca. Foi um figurão. Enquanto seus companheiros se alojavam em choupanas de páu a pique, cobertas de sapé, deu-se ao luxo de habitar a célebre casa de pedra sita á praia hoje Flamengo.

A mim é que as taes festas joaninas não fizeram bom cabello. Fiquei surdo por alguns dias, e estive em risco de ter pelo menos as pernas queimadas. Em certa noite deu-me na veneta ir até ao Campo. Dei com o nariz na porta. Havia — *relâche par ordre* —, como se dizia nos memoraveis tempos do Alcazar.

Resolvi ir á novena de S. Pedro. Em vez de tomar a rua do Sancto, atravessando os terrenos antigos da chacara do Casado, dirigi-me para o caminho de Capueruçú (rua do Alfandega). Na altura da egreja de Sancta Iphigenia vinha para baixo um bond, e tomei as minhas precauções para não ter de precisar da "chave-cidadão".

Passava o monstro, e logo depois ouvi o successivo estampido de *quatro* bombas que a meus pés arrebentaram simulando cerrado bombardeio.

Haviam sido collocadas sôbre os trilhos pelos garotos da vizinhança.

Perdi a tramontana. Surdo e com a cabeça atordoada, tomo a cousa como castigo de S. Pedro. "Não fiquei homem não", como dizia o grande épico lusitano. Quer isto dizer: escapei de ir queimado parar ao valle de lençóes e de ver no outro dia o meu nome em letra de fôrma. Foi mandiga, diria alguma velha do tempo do azeite de peixe. Não voltei mais ao Campo; iria olhar toda a festança como boi para palacio ou arriscar-me a maiores males.

Fiz, pois, uma promessa de algo escrever sôbre S. Pedro. E hoje que a Veneravel Irmandade dos Clerigos celebra a festa de seu grande padroeiro, pago minha divida de gratidão. Fica, pois, explicado o titulo destas notas.

Da architectura interna e externa do pequeno e elegante templo, sito á rua antigamente do licenciado Antonio Carneiro, medico da Sancta Casa, já se occupou com toda a proficiencia o dr. Araujo Vianna, na *Renascença*.

Que o templo foi fundado em terreno doado pelo padre Francisco Barreto de Meneses por escriptura de 9 de Outubro de 1732, sabem-n'o todos quantos têm lido monsenhor Pizarro, Joaquim Manoel de Macedo, Moreira de Azevedo e Noronha Santos. Fico, pois, dispensado de entrar em minucias historicas.

Ignora-se, porêm, a epocha precisa da instituição da Irmandade.

Funccionou a principio na antiga ermida de S. José. Alli os padres, dizem, brigaram com os donos da casa e foram de rota batida para o Porto.

Lá permaneceram até que tiveram recursos para levantar *ubi* proprio.

Os referidos auctores pretendem que o sodalicio consagrado a S. Pedro tivesse inicio nos primeiros annos do século XVII. Para tal opinião fundam-se no testamento de Gonçalves Lopes de Tavora, que em 1639 mandava dizer missas no altar de S. Pedro, na egreja de S. José.

Sob o titulo *Cidade Antiga* está o illustre dr. Felisbello Freire publicando n'"A Imprensa" uns artigos sôbre cousas de antanho. Só quem não conhece o trabalho que isto reclama póde deixar de dar apreço a taes noticias, extrahidas de papeis velhos comidos das traças e olhados com desprezo por muita gente *smart*.

Discordo algumas vezes da localização que faz de certas ruas antigas o operoso deputado por Sergipe, que no Limbo espera a entrada no Céo da Cadeia Velha. Ora, ao pintar da faneca vem na historia de S. Pedro o nome deste Gonçalo de Tavora para mostrar que a rua do Açougue Velho é a rua hoje da Quitanda, outr'ora de Ignacio Castanheira, Direita detraz de Marcos da Costa, Velha dos Ourives, de Thomé da Silva, do Provedor da Fazenda, de Malheiro, do Sucussará, etc., e não como quer o emerito escriptor a da Assembléa, antes Caminho de S. Francisco, rua da Cadeia, do Padre Vicente de Leão, do Licenciado Ruy Vaz, de Pedro Luiz Ferreira e tambem rua de Marcos da Costa e travessa de Manuel Ribeiro.

No citado testamento de Tavora, deixou elle á Misericordia uma casa na rua do Açougue, a qual pela descripção feita no antigo Tombo, se conhece ter estado situada na actual rua da Quitanda. Esta circunstancia póde ser notada ainda na escriptura, que a Misericordia firmou com André Velho de Araujo, bem como em outra de 2 de Abril de 1688 de destracto entre o mesmo Araujo e a mesa da Misericordia.

Ainda mais: em 11 de Fevereiro de 1675 a Misericordia aforou por 8$ chãos e casas terreas ao licenciado Clemente Martins de Mattos, na rua do Açougue Velho. Esses im-

moveis haviam sido legados por Marcos Gonçalves. As casas caïram por terra, e Clemente traspassou o fôro para outras propriedades suas. Continuaram os terrenos a figurar como situados na hoje rua da Quitanda, no quarteirão entre S. José e Septe de Septembro. Mais tarde foi o fôro de taes terrenos remido por José Pedro da Motta Sayão e a competente escriptura menciona positivamente rua da Quitanda.

Demais, no Tombo dos Carmelitas, existente na Bibliotheca Nacional, falla-se em canto de Lucas do Couto (Quitanda e Septe de Septembro), nas casas de João Vaz Neto na rua do Açougue Velho, cuja situação se refere á hoje rua da Quitanda.

Peço, pois, venia para discordar da opinião do mestre. Bom é dizer que em tempos posteriores houve outra rua do Açougue: a do Couto Velho, mas esta não se poderá nunca confundir com a do Açougue Velho.

Juncto á egreja de S. Pedro existiu até bem poucos annos um sobradinho, demolido depois para dar logar a elegante predio. Nessa casa de acanhadas proporções teve origem o Collegio dos Orphãos de S. Pedro, primeira phase do depois Seminario de S. Joaquim, Collegio Pedro II e Gymnasio Nacional.

Tal predio fôra comprado pelo reitor padre Sebastião da Motta Leite ao capitão Antonio Vidal de Castilho, com a condição de uma capella de missas por alma de d. Bernarda Castello Branco. Em 26 de septembro de 1771 foi o sobradinho comprado pela Irmandade de S. Pedro.

Já agora fiquei com a bocca doce. Vou invadir a seara do dr. Felisbello Freire. A rua de S. Pedro é uma das mais antigas da cidade. Foi aberta em terrenos de Antonio Martins de Palma, o fundador da Candelaria. Chamou-se tambem travessa de João Mendes o Caldeireiro. Foi conhecida pelo nome de rua de Antonio Vaz Viçozo. Este sujeito vivia em 1642. Neste anno e em 23 de Maio obtinha de sesmaria sobejos de terras em Campo Grande.

A rua em questão foi tambem de S. Pedro antes da denominação actual, *bis in idem*. Foi em virtude da fundação de uma capella dedicada a S. Pedro e fundada do lado da Epistola da primitiva egreja da Candelaria pelo capitão Pedro Martins Negrão, cujo nome ficou em decretos antiquissimos.

Teve tambem nome bem triste: *Caminho da forca*, pois o patibulo permanente erguia-se no largo do Capim (hoje General Osorio), anteriormente Praça Nova, onde existia um chafariz que foi demolido, porque a agua não chegava até ás bicas. Tal qual como acontece agora com a luz da Light.

E' a Irmandade de S. Pedro uma das mais importantes desta capital. Além do seu patrimonio, admittia o dos Clerigos Pobres, instituido por Alexandre Dias da Fonseca, e o do Côro, instituido por Manuel Vieira dos Santos.

Para a confraria, a principio, não eram admittidos seculares. Por serem pessoas de importancia, obtiveram depois esta graça mediante 400$000: Pedro de Sousa Pereira, provedor da Fazenda Real, o sargento-mór Martim Corrêa Vasques. "Mas, necessitando, diz o dr. Moreira Azevedo, obter dinheiro para construcção da egreja, deixaram os padres de ser tão escrupulosos e exigentes na admissão de ermãos seculares, e desde 6 de Novembro de 1733 reduziram a 200$000 a esmola de entrada".

Hoje até o obscuro signatario destes apontamentos é ermão secular da Veneravel Irmandade do Principe dos Apostolos, S. Pedro. Deve esta honra, sem dispendio algum, por pequeno serviço prestado á digna corporação, serviço que a generosidade della exagerou. Tractava-se de simples questão de direitos e de justiça.

Na vespera da festividade celebram-se no templo de São Pedro solennes *Matinas*, cuja musica de cantochão figurado, essencialmente religiosa, é muito suggestiva e apreciada pelos entendedores.

E' um reclamo que só servirá para o anno.

Domingo, 3 de Julho de 1910.

O MACEIRO DA MISERICORDIA

Existe no thesouro da Sancta Casa antigo e precioso objecto archeologico, especime de ourivesaria, cujo valor artistico deve ser analysado pelos entendedores. Outro é meu fim.

Em suas *Memorias do Brazil* descreveu com todas as minucias de moderno reporter o padre, depois conego, Luiz Gonçalves dos Sanctos (vulgo *Pereréca*) as pomposas ceremonias da Côrte, realizadas aqui no Rio de Janeiro, no tempo do principe regente, depois rei d. João VI.

Tractando da acclamação do filho de d. Maria I escreveu o meticuloso chronista: "Pelas quatro horas saïu El-Rei Nosso Senhor de seu quarto para baixar á varanda, accompanhado dos grandes Titulos, Bispos e Officiaes da sua Real Casa pela ordem seguinte: Vinham adiante os porteiros da Cana, os primeiros com canas nas mãos é os seguintes, com

maças de prata aos hombros; seguiam-se os Reis d'Armas, Arautos e Passavantes, vestidos com suas cótas de armas, após delles os Moços da Camara e Moços Fidalgos, etc."

Denota tudo isto que o novo rei quizera em terras americanas conservar o fausto e luxo das côrtes de seus avoengos.

Assim os arautos foram ministros públicos enviados ás potencias extrangeiras para lhes declarar guerra. Distinguiam-se do rei d'armas por trazerem bordado no peito o escudo real sem a corôa. Tinham maior graduação do que a passavantes e menor do que o rei d'armas.

Este, tambem official público, tinha a seu cargo escrever a genealogia dos nobres e suas allianças, explicar o que tocava aos brazões e dar dos mesmos as competentes cartas.

Os passavantes ou prégoeiros, annunciavam ao povo as resoluções do monarcha, levavam o escudo real sem corôa, do lado esquerdo do peito.

Por aviso de 24 de Outubro de 1693 todos estes funccionarios de palacio ficaram exemptos de servir nos corpos militares pagos e mesmo nas companhias milicianas dos privilegiados.

O que significavam, porêm, os homens ou porteiros da maça, cargo que figurou até nossos dias nas côrtes do primeiro e segundo imperador ?

Homem da maça nunca vi na minha infancia, sinão o que ia á frente do Cabido, quando este funccionava me actos solennes ou incorporado saïa em procissões. Era um sujeito magro com cara escanhoada, trajando uma especie de batina de côr carmesim, e tendo ao pescoço gravata branca de pontas caïdas, a que se dava antigamente o nome de bacalhau.

Levava comprido bastão de madeira pintada de vermelho, encimado por uma especie de capitel. O povo dava-lhe o nome de *enxota cães*.

Quando, em 1681 o rei d. Pedro II creou as dignidades da Cathedral do Rio de Janeiro e marcou-lhe as congruas, bem como ordenados a outros auxiliares do Cabido, foi tambem estabelecido o cargo de maceiro. Tinha nesse tempo dez mil réis por anno.

Mais tarde tive occasião de vêr o maceiro da Misericordia. Este, como ainda hoje, antecede a Irmandade da Sancta Casa, quando ella se apresenta incorporada em actos públicos. Assiste, qual firme sentinella, aos actos festivos da corporação, postado á entrada da capella-mór. Traz maça de prata e faz parte dos homens do azul, serviçaes da Misericordia, dos quaes falla o antigo compromisso.

Por muito tempo serviu este emprêgo de *maceiro* um certo José Martins, sujeito alto e bexigoso, filho de uma velha

residente á rua do Cotovello, de nome Bernardina. Exercia esta a mistér de aparadeira, comadre ou parteira curiosa. Lembro-me perfeitamente dos dous.

Por que escrevi *maça* e não *massa*? O grande lexicographo Antonio de Moraes e Silva pretende que tanta massa de farinha cereal, incorporada com a agua ou outro liquido para della se fazerem bolos, pão, etc., como a de brigar na guerra, ou clava dos antigos, sejam escriptas com *ss* e não com *ç*. Segundo o illustre Carioca, a primeira vem de *massa* (latim) e a segunda do francez *massue* e *masse d'armes*.

Quanto á primeira origem (latina) dão-lhe razão os auctores do grande Diccionario Universal Portuguez. Com referencia á segunda, não acceitam sua etymologia; porquanto, ainda derivando-se do francez a palavra, nunca lá existiu em locuções antiquadas *mache, machue*, ortographia que lhe abona o *ç*.

Confirma-se isto com o provençal *maça*, de onde veio o termo para o portuguez, e tambem com o latim *mateolo*, bordão, diminutivo de *matea*.

D'ahi veio para as linguas néo-latinas, e do antigo francez passou para o inglez *mace*.

Entretanto em abono de sua opinião, Moraes cita exemplos tirados de classicos, em que a arma de guerra é escripta com dous *ss*.

Candido de Figueiredo, em seu *Diccionario* adopta a graphia *maça* e fa-la derivar tambem do latim *matea*, corrompido em mateola.

A maça ou cacheira, páu nodoso, rijo e pesado, de extremo mais grosso e péga delgada, era antiquissima arma. Cicero chama-lhe clava. Os gregos a appellidaram *Rhopalon*. Isto sei desde quando estudei a lingua de Homero, no Collegio de Pedro II, com o rigoroso professor Schiffler.

Bem conhecida é a célebre clava de Hercules. Dessa arma se serviam os nossos selvicolas. Davam-lhe o nome de tacape ou tangapema.

Mais tarde, mórmente na edade média, a antiga clava começou a ser feita de ferro, eriçada de pontas agudas, com que os guerreiros procuravam fender o elmo e a armadura dos inimigos.

Com o uso das armas de fogo passou a maça a ser insignia auctoritaria, e como tal tem fórma de bastão com maçaneta de prata ou de ouro usada nas côrtes régias. Usam della tambem os bedeis das Universidades, os porteiros dos Cabidos e das corporações, a quem o monarcha concede tal honra. De tudo isto ha exemplos em estampas. Ainda ha bem pouco tempo as revistas, dando photographias do entêrro de

Eduardo VII, reproduziram individuos vestidos á antiga, levando pesadas maças eguaes mais ou menos ás usadas na côrte de d. João VI.

Nos quadros que representam o marquez de Pombal dando inicio á reforma da Universidade de Coimbra, como representante de d. José I, lá estão os bedeis com suas competentes maças, identicas á que apparece nas festividades da Irmandade da Misericordia do Rio de Janeiro.

Que as Misericordias tiveram o privilegio do uso da maça de prata, sabem-n'o todos quantos leram os trabalhos de Godolphim e Victor Ribeiro.

Bem avisado, pois, andou quem na reforma do Compromisso da nossa Sancta Casa estatuiu que a Irmandade continuaria a usar de suas antigas insignias, balandráus, varas pretas, bandeiras e a maça symbolica de prata.

Que o uso desta foi concedido por mercê de monarcha portuguez, temos prova no precioso livro dos *Privilegios*, cuidadosamente guardado no archivo da nossa Sancta Casa.

Por intermedio de seu procurador em Lisbôa, rei Mauro da Assumpção, requereu a nossa Misericordia o traslado de todos os documentos archivados na Torre do Tombo. Nelles estavam exarados as graças, privilegios, exempções concedidas á Sancta Casa de Lisbôa e extensivas á do Rio de Janeiro.

Deferido o pedido, foram fornecidas cópias de todos estes documentos, authenticados pelo thesoureiro-mór do Reino e pelo escrivão das confirmações.

Com relação ao assumpto destes apontamentos encontrei no preclaro livro dos Privilegios, á pag. 14 verso, o seguinte: "Bento Teixeira Féo, Cavalleiro professo da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo e escrivão das confirmações, etc. Fasso saber que entre os papeis que se entregarão nas confirmações e estão em um quaderno tocantes a Meza de Lisboa está um privilegio de El Rey D. João o 3° (sic) por este assignado de que o traslado é o que se segue:

"Havemos por bem que possais mandar fazer uma massa que tenha dez a doze marcos de prata a qual será solicitada quando se fizerem os casamentos das orphãs — quanto ao mais de vossos apontamentos não ha que responder escrito, em Evora aos XXV dias de março — Fernando Paes O fez mil e quinhentos e desanove annos — REY.

"O qual alvará figura em meu poder, de que passei a presente para constar e por este ser pedido pelo Provedor e Irmãos da S. Casa da Misericordia do Rio de Janeiro em virtude do despacho transcripto. Em Lisboa a 15 de abril de mil seiscentos e setenta annos. — *Bento Teixeira Féo.*"

E', pois, licito suppôr que, firmada neste alvará, a nossa Misericordia começasse a usar maças de prata em todas as occasiões solennes.

E' pena que a maça da Misericordia não traga data. Tem apenas as armas da Casa.

Ao que parece, o thesoureiro-mór, Diogo Feio, não era muito forte em historia: attribue a d. João III um acto emanado de d. Manuel. Em 1519 ainda este reinava e o filho d. João III só subiu ao throno em 1521.

A' vista do exposto, creio haver respondido á pergunta que me foi feita na noite de 2 de Julho do corrente, na occasião do "Te-Deum" cantado por motivo da festividade da Visitação de Nossa Senhora.

Domingo, 10 de Julho de 1910.

18 DE JULHO DE 1841

Passa amanhã o anniversario da coroação e sagração do nosso segundo imperador.

Sôbre a pompa e luxo destas solennidades dissertaram longamente os periodicos do tempo, maxime: o *Jornal do Commercio*, o *Despertador* e a *Mulher do Simplicio*.

Ainda, ha poucos annos, Mello Moraes em livro enthusiasticamente escripto, fez passar a nossos olhos, qual fita de cinematographo, todo o ceremonial desses dias de festas e alegrias, em que a nossa cidade se transformou em verdadeira braza!

Tive um cliente, velho sargento da Guarda Nacional, ha tempos fallecido, para quem as festividades da Coroação nunca foram excedidas nem mesmo egualadas.

Com lagrimas o miliciano narrava todas as peripecias desses dias, os maiores e melhores da sua vida. Exqueceu-se de comer, de dormir, apanhou sol, levou encontrões, teve os calos pisados, mas tudo dava por bem empregado. Vira sentado no throno brasileiro um legitimo filho da terra, o qual empunhava o sceptro sem ter ainda bigode.

Era o Polydoro, sujeito pernostico, mettido a politico. Fôra alfaiate e por fim pedia para missa das almas. Foi enthusiasta do Ottoni e do Nunes Machado, cujo retrato conservava coberto de teias de aranha. Não as tirava, porque davam felicidade.

Só uma vez fumou em sua vida. Saïu-lhe cara a experiencia. Apanhou uma bebedeira pela nicotina. Escalado para

fazer guarda no Arsenal de Marinha, postou-se perto de um guindaste. Lembrou-se que um companheiro lhe dera um charuto de vintem. Accendeu o sabugueiro e poz-se a fumar; de repente pareceu-lhe que o mar se levantava, que a ilha das Cobras vinha sòbre elle e que o guindaste dansava um verdadeiro *miudinho*. Não largou porém a espingarda de pederneira, sua companheira dos grandes dias. Conservava-a, velha e enferrujada, como recordação da mocidade.

Era a gente puxar pela lingua do Polydoro, a quem, não sei porque chamavam *Mandinga*, e apreciar uma cataracta de descripções, desde o vestuario do joven imperador até as insignias que no prestito figuravam: o manto do fundador do Imperio, a espada do Ipiranga, a Constituição, as offerendas, o globo, o annel e luvas candidas, o manto, a mão da Justiça, o sceptro, a espada e a corôa.

De cór sabia tin-tin por tin-tin os nomes dos grandes do Imperio, dos fidalgos e cavalheiros, dos bispos e monsenhores, mestres de ceremonias que figuraram no sequito.

Descrevia o Polydoro, sem faltar a menor minucia, a varanda erguida pelo Port'alegre e até citava nomes de operarios seus conhecidos, que trabalharam no monumento levantado na frente do antigo Convento do Carmo.

A formatura de tropas, as descargas, os vivas, o agitar dos lenços e chapéos, nada escapava na narrativa do patriota de 1841.

Recitava de cór as versalhadas inscriptas nos arcos e coretos. Si lhe fallassem em Francisco Manuel, cantava com voz de falsete o hymno da Coroação, assassinando-o como verdadeiro realejo.

E as illuminações ? As de Camões e Pombal eram babozeiras, em comparação ás que durante nove noites embasbacaram o nosso zé povinho, sobretudo as da Camara Municipal, do Rocio, da Cidade Nova, do quartel, do Campo de Sant Anna, da praça hoje Tiradentes, do Passeio Publico, largo do Valdetaro, etc., e as das casas particulares. Nellas só se gastavam velas de cêra pura e sem mixtura. A estearina e o gaz denotavam para o Polydoro economia, pobreza. Tanto assim era, que nos palacios dos reis e principes nunca foram usadas taes drogas.

Havia até nos tempos de d. João VI e do filho uma sala — a da tocha, onde ardia noite e dia grosso brandão de cêra. Um homem era encarregado de tomar a largura e espevitar a alentada vela para evitar fogo, que não respeita palacios nem choupanas. Aquillo é que era luxo; só se viam casacas bordadas, velludos, sedas, setim de Macáu, colchas da India, sa-

patos de fivella, muito ouro e muitos brilhantes. Nada de pechisbeques.

Uma nuvem de tristeza sombreou o espirito do nosso Polydoro. Além da explosão do palacete, era vêr apeados do poder os liberaes que, no anno antecedente, fizeram a Maioridade, e contemplar o Aureliano no meio dos novos ministros, os "cascudos": Paranaguá, José Clemente, Calmon, Paulino de Sousa e Araujo Vianna.

Em sua ingenuidade não comprehendia o nosso homem as exigencias da politicagem, dama caprichosa, que já nesse tempo punha as manguinhas de fóra.

Creio que o Polydoro leu tantas vezes o *Despertador*, que na ponta da lingua sabia tudo quanto escrevêra aquelle jornal. Cheguei a tal conclusão, lendo o numero 1.049, que tenho á vista. Delle me aproveito para extrahir notas interessantes sobre a coroação dos reis de Portugal.

Delles só foram sagrados e coroados d. Affonso I e d. Sancho I.

Conforme Antonio de Sousa de Macedo, na *Lusitania Liberata*, "esta practica caïu em desuso no coração dos nossos reis e nada mais se fez do que acclamal-os... porém podem ser ungidos si o quizerem ser".

Ora, na acclamação de d. João VI não houve a ceremonia da uncção. Como refere o meticuloso padre Luiz Gonçalves dos Santos, depois de acclamado, o rei se dirigiu á Capella Real para assistir ao *Te-Deum*.

Não sei porque, sendo d. João VI tão amigo dos padres e frades, não se sujeitou á ceremonia de ser unjido. Este facto muito intrigava o meu amigo e illustre jesuita padre Rafael Galanti, auctor de uma excellente "*Historia do Brazil*". Consultado a respeito, nunca lhe pude dar explicação satisfactoria.

Nem ainda a encontrei na recente monographia do emerito sr. dr. Oliveira Lima.

A acclamação de d. João VI, que teve logar em 6 de Fevereiro de 1818, disse o *Despertador*, foi annunciada na vespera por um bando apparatoso, á cuja frente figurava o Senado da Camara com seu estandarte.

Nos actos da solennidade achavam-se as corporações com as precedencias respectivas, occupando sempre o primeiro logar a Municipalidade desta Côrte.

Na coroação do primeiro imperador não houve bando, e a primeira representação foi dada aos procuradores das provincias e das municipalidades de todo o Imperio. A differença foi ainda mais notavel na fórma do juramento, "como era natural, tendo de se referir ao novo regime constitucional

proclamado, e sobretudo ao elemento democratico, que devia entrar por muito na futura Constituição do Imperio."

Na coroação de d. Pedro I (1 de Dezembro de 1822), quanto ao ceremonial imitaram as praxes européas, modificadas pelos novos principios governamentaes, pela influencia da opinião e tendencia dos povos americanos.

Pelo que toca á intervenção ecclesiastica, foi d. Pedro unjido segundo o ritual. A respeito das formalidades politicas foi tambem seguida a etiqueta européa, exceptuando-se a apresentação da mão da Justiça, que não foi adoptada provavelmente, accrescenta o *Despertador*, "em attenção ao principio da independencia do poder judiciario e separação deste poder do da Corôa".

Em 41 foi d. Pedro II tambem unjido e recebeu a corôa das mãos do prelado officiante. Appareceu a mão da Justiça. Esta insignia, conclue o periodico referido, foi adoptada talvez em um sentido puramente moral, como emblema da Justiça, que o poder da Corôa deve sempre exercitar ou no sentido politico da influencia dos poderes moderador e executivo, no judiciario pela eleição e suspensão dos juizes.

Fallei em prelado officiante. Lembro-me agora que para ungir d. Pedro brigaram (é um modo de dizer) o arcebispo da Bahia, d. Romualdo Antonio de Seixas e o bispo do Rio de Janeiro, d. Manuel do Monte Rodrigues de Araujo. Reclamava o primeiro para si tal honra, por ser o primaz do Brasil. O segundo a queria, por ser o capellão-mór da Casa Imperial. Houve cerrada discussão em lettra de fôrma. Os contendores apresentaram baseados em alfarrabios, em seu favor, serios argumentos. Houve replica e treplica. Afinal cedeu o bispo não vencido nem convencido. E' facto que os dous como bons amigos assistiram á solennidade. D. Romualdo ungiu o imperador e d. Manuel ajudou fraternalmente o primaz. Antes assim. E tudo acabou na melhor ordem, e harmonia.

Excuso dizer que o Polydoro, Pernambucano, era do partido do bispo d. Manuel, seu conterraneo.

Domingo, 17 de Julho de 1910.

HORRIVEL EXPLOSÃO

Tiveram notavel destaque as festas da acclamação de d. João VI.

Bateram porém o "record" as do Campo de Sanct'Anna, organizadas por Paulo Fernandes Vianna, intendente geral da Policia, no palacete então existente naquella praça.

Houve alli danças, fogos de artificio, castellos, cascatas "et reliquia". Só em materia de luminarias brilharam, em um espaço de cem braças quadradas, sessenta e cinco mil luzes nas tres noites de 6, 7 e 8 de Fevereiro de 1818.

Vai tudo sob responsabilidade do padre Luiz Gonçalves dos Santos. Escreveu elle que até no vão inferior dos castellos se formaram quartos muito decentes, onde davam gratuitamente e com profusão ao povo os refrescos, que qualquer appetecia. Hoje já não ha disto.

Para que a Familia Real pudesse melhor gosar das festanças mandou, continúa o padre Gonçalves, Paulo Fernandes levantar "hum palacete elevado do chão coisa de vinte palmos. Compunha-se este de huma grande sala e de tres quartos menores. Pelos quatro lados corria huma varanda, formando arcos sobre columnas, entre as quaes corria tambem uma balaustrada; do meio da varanda interior, que ficava fronteira á cascata acima mencionada, descia uma escadaria e a varanda da banda do Campo, resaltava uma braça sobre a estrada, que corre pela frente do passeio e era sustentada por cinco arcos, tres maiores na frente e dous menores nos lados, formando um vestibulo o qual era fechado por outras tantas grades, que se abriam quando era conveniente; fronteiro ao arco do meio estava a escada pela qual se subia para o palacete. A sala grande e a dos pequenos quartos se adereçaram ricamente, sendo as paredes forradas, de damasco e velludo carmezim, e na sala grande havia um desert (sic). servido em baixella de ouro e prata."

Accrescenta o mesmo padre, em uma nota: "presentemente este palacete se renovou todo de pedra e cal para durar, pois o que se descreveu era de madeira, feito sómente para esta funcção".

E' este facto confirmado por Debret. O novo palacete foi reconstruido de accôrdo com o progresso das artes. Substituiram-se suas arcadas, ogivas de um estylo barbaresco, por arcadas *en plein cintre*. Em todos os outros detalhes seguiu-se o gosto de architectura mais pura. A decoração interior correspondia por seus ornatos mais grandiosos á dignidade do edificio.

Quem quizer ter hoje idéa do novo palacete recorra á obra do mesmo Debret, *Voyage Pittoresque au Brésil*. Occorre nella a estampa representando a acclamação de dom Pedro I.

Notam-se, na referida estampa o imperador, sua esposa, a princeza Maria da Gloria, depois rainha de Portugal, o presidente do Senado, o da Camara, e o procurador com o estandarte municipal, o capitão dos guardas, os ministros entre

os quaes José Bonifacio, Martim Francisco, todas as auctoridades civis e militares. Em baixo vê-se o povo apinhado em roda do palacete, a tropa que dá as descargas do estylo e parte do edificio do antigo Museu, onde funcciona hoje o Archivo Nacional em edificio completamente modificado.

São passados dezenove annos. Estamos em Julho de 1841, nos dias que se seguiram á sagração e coroação do segundo imperador dom Pedro II.

Fôra o palacete o local escolhido para nelle se prepararem as diversas peças, que deveriam ser queimadas em grandioso fogo de artificio em honra do faustoso acontecimento.

Desta missão fôra encarregado o joven artista Francisco de Assis Peregrino, que de Minas viera em companhia de seu pae Joaquim Baptista Peregrino.

Correram animadas as festas até o dia 22 de Julho, quando terrivel desastre veio entristecer a população desta cidade.

Cêrca de nove e meia horas da manhã daquelle dia, ouviu-se violentissimo estampido, e pouco depois davam as egrejas signal de incendio. Terrivel e rapida explosão em poucos segundos reduzira a ruinas o palacete. Tal foi o abalo, que despedaçou as vidraças do Senado e as das casas do Campo e ruas adjacentes.

Havia dentro do edificio, além das peças de fogo já preparadas, mais 50 libras de chlorato de potassio e 20 quer de nitrato de estroncio, quer de nitrato de baryo. Foram estes ingredientes que deram causa á medonha catastrophe.

Do officio dirigido pelo chefe de Policia Ernesto de Queiroz Coutinho Mattoso da Camara ao ministro da Justiça, Paulino José Soares de Sousa, extrahirei o necessario para explicar a causa do desastre.

Depois de dar informações acêrca das medidas postas em práctica para atalhar o voraz incendio, accrescentou o illustre funccionario: "Entretanto cuidei immediatamente de interrogar as pessoas que se achavam dentro do edificio e que se salvaram pelas janellas, as quaes declararam que suppõem ter começado o incendio por uma quantidade de estupim que havia sido posta ao sol para seccar, sendo materia de facil combustão, que já outra vez aconteceu incendiar-se como que espontaneamente, attribuindo ellas este effeito aos raios do sol talvez reflectidos pelos vidros de um lampeão vizinho.

Disseram que supposto dessa primeira vez que se incendiou o estopim, não houvesse maior consequencia, contudo agora, como havia grande quantidade de bombas proximas ao incendio, communicado a estas foi causa da horrivel explosão.

Isto mesmo é o que mais ou menos consta do interrogatorio feito pelo juiz de paz a Joaquim Baptista Peregrino, com cujas declarações concordam todas as outras dos feridos, etc."

Morreram, além de Francisco Peregrino, José da Costa Valle e seu filho Candido José da Costa. Ficaram gravemente feridos: Joaquim Baptista Peregrino, Francisco Rodrigues Lima, Paulo, Cypriano, Simplicio e Severino, escravos.

O imperador, diz o *Jornal do Commercio* de sexta-feira 23, e sabbado 24 de Julho de 1841, ordenou que á custa do seu bolsinho fosse feito o enterro de Peregrino, que foi sepultado na egreja de Sancto Antonio, na presença de numeroso concurso e de muitas pessoas da Côrte.

"Constou-nos que S. Magestade mandou informar-se da posição das familias dos mortos e feridos para soccorrel-as com as pensões que fossem precisas."

Manuel Theodoro Xavier, Patricio Ricardo Freire, Henrique José de Araujo, Manuel José Alves da Fonseca, João Pinto de Miranda e José Cardoso Fontes, membros da commissão encarregada da illuminação com que a parochia do Sacramento festejou a sagração e coroação do imperador, deliberaram offerecer ás victimas da catastrophe o edificio erecto na praça da Constituição.

Ao officio da citada commissão respondeu Joaquim Baptista Peregrino, agradecendo a gentileza em sentidas phrases. Acceitava, dizia, a offerta, não para si, que na perda de seu caro filho não via diminuir-se o pão que elle lhe partilhava, porque apenas começava a sua carreira no mundo. Acceitava sim, em proveito exclusivo da familia, tão honesta como pobre, que constava de viuva e cinco filhos, os quaes tudo perderam com a morte de seu pae, seu ermão e um escravo.

Citou o consciencioso dr. Moreira de Azevedo, que tambem tratou da explosão do palacete, o final de uma poesia recitada pelo poeta Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, por occasião de darem á sepultura os restos do infeliz Francisco Peregrino. Eil-a:

> Honrae-lhe, honrae-lhe a campa e uma lagrima,
> Dae-lhe um ai de saudade, elle o merece.

Escreveu ainda o auctor de tantas e excellentes trabalhos sôbre a nossa historia que o palacete era edificado no Campo, do lado do edificio do Senado e tinha a fachada voltada para o edificio do Quartel general.

Não me parece, data venia, isto muito exacto. Pelo que se nota na estampa de Debret, parece que o edificio devorado pela explosão estava situado na altura pouco além da rua do Hospicio ou Alecrim, e tinha a frente para a face do Campo, onde está hoje o Corpo de Bombeiros.

Conforme a narrativa do padre Luiz Gonçalves dos Santos, aquelle edificio era separado do Passeio por uma rua. Ora, este jardim extendia-se desde a face da casa de Paulo Fernandes, rua do Conde, esquina do Campo, e tinha cem braças quadradas.

Si fosse exacta a opinião do dr. Moreira de Azevedo, da face principal do palacete não poderiam ser vistos o Museu, a entrada da rua dos Ciganos, hoje da Constituição e muito ao longe o Morro do Castello e o páo da bandeira, como se observa na estampa.

Demais, o novo palacete foi construido no local do antigo. Ora, este tinha sido propositalmente levantado por Paulo Fernandes, para commodidade da Familia Real, juncto do Passeio, afim de que ella pudesse apreciar as danças realizadas no recincto delle.

Como é sabido, este Passeio foi mandado destruir por d. Pedro no mesmo dia do embarque de d. João VI.

Domingo, 24 de Julho de 1910.

CARTAS DE JOGAR

Quem como eu só conhece a bisca, o burro simples, o burro francez e o burro em pé não se deve metter em funduras.

Seria temeridade tractar de assumpto discutido e controvertido. De facto, a antiguidade das cartas de jogar, sua introducção na Europa, seu fabrico, sua iconographia, os differentes jogos, os especimes que existem em varios archivos e museus, dariam pannos para mangas.

Não me seria difficil apresentar uma pseudo-erudição. Bastava agarrar-me ao Larousse, ao Bouillet e á Grande Encyclopédie.

Mais modesto é meu intento: servir-me da prata de casa e lembrar alguma cousa do que se passou com relação ás cartas de jogar, não só aqui como em Portugal.

Por isto vem a talho de foice a lei promulgada pelo depois marquez de Pombal em 31 de Julho de 1769. E' pois um anniversario que pretendo lembrar.

Que a jogatina era desenfreada nos primeiros tempos da fundação do Rio de Janeiro, temos a prova nas medidas policiaes ordenadas pelo primeiro capitão-mór Estacio de Sá.

Conforme escreveu Varnhagen, lançou o sobrinho de Mem de Sá um bando prohibindo com grandes penas os jogos de cartas, dados e bola. Porém os colonos estavam de tal modo mettidos no vicio do jôgo, aliás (conjunctamente com o ocio e a murmuração) tão frequente nos acampamentos como a bordo ,que dentro em pouco se viu obrigado a conceder uma amnistia aos processados por taes delictos, com a condição de que dahi em deante os que incorressem em desobediencia pagariam cem mil réis (*sic*) de condemnação para a confraria de São Sebastião, que então instituira. Era a pena pecuniaria a mais apropriada a castigar a cobiça do ganho, e a experiencia provou logo em favor della".

O professor Capistrano de Abreu acha a pena exaggerada. Concordo com elle. Varnhagen copiou de Balthazar Lisbôa que as vezes claudica. D'ahi talvez fosse èrro de cópia. De cem mil réis, naquelle tempo, suggere Capistrano de Abreu, nem o proprio Estacio poderia dispor!

O uso de cartas era antiquissimo em Portugal. Nas *Ordenações Philippinas*, consolidação dos Codigos de d. Affonso V e de d. Manuel (si digo alguma heresia, perdoe-me o meu amigo e abalisado jurisconsulto dr. Leite Velho) encontra-se, no titulo 82 do livro 5°, severa prohibição sôbre o jôgo de cartas.

Ninguem as podia trazer, fabricar, nem trazer de fóra, nem as vender. Quem estivesse nesses casos, si fosse peão. pagava da cadeia vinte cruzados e ainda em cima seria açoutado na picota ou pelourinho.

Abrandaram-se com o correr dos tempos estes rigores Pela lei de 17 de Março de 1605 foi permittido o uso das cartas, contanto que estas fossem fabricadas no Real Estanco. Prova que o Governo tomára a si fornecer material aos jogadores. Lucrava; porquanto, a exemplo do que era uso em outras nações, o Estado tinha proventos oriundos dos impostos sobre a venda do genero.

Pelo alvará de 19 de Outubro de 1644, o Governo fez e approvou o contracto, pelo qual certo individuo, que pelo nome não perca, teve o monopolio da fábrica, pagando, já se sabe, o competente subsidio.

A administração foi commettida, a principio, á Imprensa Régia, depois á Juncta do Commercio; mais tarde voltou para a citada Imprensa sob inspecção do presidente do Erario.

E' tempo, porém, de fallar da lei de Pombal, promulgada no dia de hoje e ha cento e trinta annos. Por este al-

vará o rei approvava o contracto com Lourenço Solesio, celebrado pela representação dirigida a d. José pelo director geral e deputados da Imprensa Regia.

Continha o contracto doze condições. Dellas resumirei o mais essencial.

Os baralhos seriam vendidos no Continente e nas ilhas por cem réis cada um. Para o Brasil e mais dominios do Ultramar custava a droga cento e cincoenta réis.

A administração podia mandar os que bem lhe parecesse. Não pagavam direitos de sahida! "Nenhuma pessoa poderá jogar, diz o alvará, nem ter em sua casa, nem fóra della, cartas algumas de jogar que não forem feitas e vendidas por ordem da dicta Direcção". Os infractores incorriam na pena de cem mil réis, applicadas duas partes a favor da Direcção e a terceira para o denunciante.

Além da dicta condemnação, incorreriam, sendo peões, mais na pena de quatro annos para Angola. Aos nobres, além do cobre, iriam em degredo cincoenta leguas para fóra da Côrte por espaço de tres annos.

A Direcção tinha o direito de fazer buscas e varejos, não só nas casas como nas embarcações. Para tal mister, poderia requerer o auxilio da força publica.

Havia tambem extrangeiros encarregados da venda das cartas. Gosavam do privilegio de não terem suas casas tomadas por aposentadoria, nem adegas, celleiros, cavallos, roupas, pão, vinho, azeite ou outra alguma cousa contra vontade dos taes extrangeiros. Si, porém, estes, bem como os procuradores e administradores do contracto, queriam tomar casas para si, para viverem nellas, se lhes mandavam dar pelo que valessem, não sendo os immoveis pertencentes a pessoas privilegiadas, etc.

Todos elles poderiam usar de armas, tanto de dia como de noite. Desta fórma e com taes regalias, estes sujeitos deveriam julgar-se com o rei na barriga. Era uma pechincha pois, ser até estanceiro.

Pullularam os denunciantes com olhos na lambugem. Não sei, porém, nem vale a pena syndicar como seriam tractados os que levassem denuncias ás auctoridades por vingança ou simples gaiatada. Não admira; porque nestes tempos de seculo das luzes e progressos, não falta a raça desses engrossadores e chaleiras, os quaes sem proveito algum se atarefam por incommodar o proximo.

Passo, porém, a ver o que se deu no Rio de Janeiro, com as cartas de jogar depois da vinda da Familia Real em 1808. Sôbre o assumpto obtem-se valiosos subsidios em dous importantes trabalhos: um de Valle Cabral (1881) com o titulo

Annaes da Imprensa Nacional e outro modernamente dado á estampa pelo sr. Oliveira Bello, em 1908. Occorre no rosto o titulo — *Imprensa Nacional* 1808—1908. Nesta verdadeira e minuciosa monographia encontram-se até especimes das cartas de jogar confeccionadas na Real Fabrica, que funccionou annexa á Imprensa Régia, desde 1811 até 1818.

E como tenho por habito dar o pae á creança, vou logo dizendo o que de uma e de outra destas memorias colhi e pretendo resumir.

Por decreto de 31 de Outubro de 1811 foi annexada a Real Fabrica de Cartas de Jogar á Impressão Régia. Por decreto de 17 de Fevereiro estes dous estabelecimentos tiveram por administrador o presidente do Real Erario. Formou-se, então, uma Juncta directora composta de quatro membros Cada um delles vencia 240$ annuaes, pagos pelo cofre da Fabrica das Cartas. E' certo que durante este tempo e depois a Impressão Régia viveu á custa da exploração das cartas. Devia isto causar prazer aos jogadores.

Em principios de 1816 os negociantes Jaime Mendes de Vasconcellos e Thomaz Soares requereram ao Governo, propondo-se a tomar por arrendamento e por nove annos a Real Fabrica de Cartas, pagando oito contos por anno. A Juncta deu-lhes para baixo. Fez ver que os dous sujeitos desejavam suffocar um estabelecimento nascente; que a Impressão não podia subsistir sem o auxilio da Fabrica das Cartas, e teria com o arrendamento de ir por agua abaixo. Deviam ficar de nariz comprido os taes arrendatarios.

Apezar da severidade das leis, descobriu-se grosso contrabando de cartas vindas do extrangeiro. A Policia fazia ouvidos de mercador aos officios da Juncta. Até o Juiz da Alfandega da Bahia entrava na maroteira.

Aqui, no Rio, os larapios arrombaram, nesse anno de 1817, as portas da Impressão Regia e da Fabrica das Cartas.

Foram surripiados 102 maços de cartas.

Depois do arrombamento, trancas ás portas, dizia o proverbio. A Juncta pediu uma guarda.

Parece que Jaime de Vasconcellos & C. não se deram por vencidos. E' facto que o Governo em 26 de Março de 1818 lhes mandou entregar a suspirada Fabrica. A Juncta chorou pitanga; pois via a Impressão caïr na pindaiba. Como compensação ordenou o ministro Villanova Portugal que os contractantes entregassem á Juncta no principio de Outubro de 1817 dous contos, e no principio de cada um dos trimestres. que se fossem vencendo um conto para occorrer ás despezas da officina da Impressão Régia.

Em 1821 os contractantes deixaram de pagar o conto de reis trimensal. Continuou a choradeira da Juncta. Como Calypso, não podia ella se consolar com a falta da fábrica de cartas. Lembrava-se que esta voltasse a ser administrada por conta da Fazenda Nacional ou que a entregassem a contractadores melhor cumpridores de seus deveres. Já a este tempo diziam os citados funccionarios que era grande o consumo dos naipes no vasto Imperio do Brasil.

Para encurtar razões, em 9 de Dezembro de 1823 o Governo permittiu a entrada franca das cartas. Extinguiu o monopolio e a industria official, que o explorava.

Do referido tiro uma conclusão: o jôgo sustentou entre nós a sublime arte de Guttenberg. O vicio contribuia para o progresso de cousa util. Deve causar isto um alegrão aos sectarios das loterias e do famoso jôgo do *bicho*. Com as primeiras lucram instituições pias, e com o segundo enchem-se muitas barrigas e se póde até sustentar companhia lyrica, cinemas, desportos e outros *circenses*.

Domingo, 31 de Julho de 1910.

A HISTORIA DA CIDADE

Carta do nosso collaborador dr. Vieira Fazenda, a proposito de um artiguete publicado n'*A Noticia*:

"Meu caro e illustre sr. Antonio. — Da sua lavra appareceram dous mimosos folhetins: um sôbre a ilha dos *Promptos*, e outro sôbre a venda de flores por moçoilas.

No primeiro invoca o espirituoso escriptor a minha humilde opinião. Pouco sei sôbre assumptos modernos. Em compensação, envio-lhes velharias hauridas em alfarrabios, citados por Victor Ribeiro em sua importante obra, a *Sancta Casa de Misericordia de Lisboa*. Desoccupados e promptos houve-os sempre, desde que o mundo é mundo. Os sitios da Ribeira, em Lisboa, foram sempre enfestados pelos vadios. Já por alvará de 6 de Maio de 1536 determinava d. João III, que os moços vadios em Lisboa, que andam na Ribeira a furtar bolsas e a fazer outros delictos, sejam desterrados para o Brasil.

Dez annos depois, e pela carta régia de 30 de Março escripta em Almeirim disse o mesmo rei: "Vereador, procurador e procuradores dos misteres da minha cidade de Lisboa, Eu, El-Rei, vos envio muito saudar. Eu sou informado que muitos moços se veem da Beira e do Alemtejo a essa cidade sem

quererem estar com amos e se fazem ladrões e tafues e outros máus costumes e não têm outras pousadas senão debaixo das tendas da Ribeira, onde se agasalham de noite e dahi sahem a fazer travessuras, e os alcaides os prenderam dizendo que os acham depois do sino, e a misericordia os mantém nas cadeias e faz com elles gastos. Pelo que vos encommendo que vós ordeneis uma pessoa que tenha cuidado dos moços que a dita cidade vierem, que forem de 12 annos para cima, até serem emancipados, a qual lhe ordene que trabalhem e castiguem os mal acostumados, e por isto ser coisa de tanto serviço de Nosso Senhor e por se não perderem. Eu receberei muito prazer e a Misericordia ha de ter cuidado dos moços, etc.

A Sancta Casa cumpriu a régia indicação e assalariou um homem, cuja missão era procurar a rapaziada e dar-lhe modo de vida. A este homem chamavam *O pae dos velhacos*. Com essa denominação apparece no livro do padre Nicoláo de Oliveira. Nem por sombra o que vai referido serve de carapuça aos *promptos* do Largo do Machado e da Avenida Central. Não, meu caso sr. Antonio, esses moços estacionam nesses pontos por pandega, não fazem disturbios nem abrem conflictos com a Policia. Apenas, em grupo se limitam a apreciar as bellezas do sexo amavel. Não são passiveis das penas do codigo.

E como falei em moços bonitos, vem por associação de idéas a venda de flores por meninas bonitas. A idéa não é nova. Já agora não largo o livro de Victor Ribeiro. Em Lisboa e ás portas da Misericordia, ficava o mercado de flores vendidas por bellas saloias, bellas cachopas e camponezas.

Esta feira durou até o terremoto de 1755. *O Anatomico jocoso* refere-se ao tal mercado.

Diz V. Ribeiro ao dar conselhos a um peralta de Lisboa acêrca do emprêgo de seu dia e acêrca dos sitios, onde deve pavonear-se, naquella sua linguagem impagavel: "Passar-se-á á feira das flores, si o não obrigar a consciencia que fique na das bestas, alli namorara sobre posse a ramalheteira que lhe cahir em graça, armando com seus ramos as passagens e convidando os chamarizes que houver no campo". Havia até, meu caro sr. Antonio, uma destas mulheres encarregada pela Camara de vender e preparar as capellas e ramilhetes para as festas e procissões do Senado.

Em 1645 exercia este cargo uma certa Felippa Carvalho e tinha o titulo de *Capelleira da Cidade*.

Não mais, meu bom e gentil sr. Antonio. Desculpe a caceteação. Vou terminar. Si a moda pega, e os marmanjos forem desalojados do prolongamento da antiga rua das Pedras

Negras, veremos os insulares da promptidão armarem suas tendas nos arredores das antigas ruas do Cano e do Piolho, que ficaram sendo conhecidas pelo nome de ilhas dos conquistadores, sacerdotes da deusa Flora.

Será bello espectaculo que atteste o nosso progresso em prol da multiplicação da raça.

Adeus, sr. Antonio. Acceite os cumprimentos do velho *Vieira Fazenda*."

Sábbado, 6 de Agosto de 1910.

S. R.

DR. JOÃO MENDES

Conhecem todos o tragico fim do celebre poeta comico Antonio José da Silva, nosso compatriota e rival de Gil Vicente.

Caïndo pela segunda vez nas garras da Inquisição, foi queimado vivo em 1739, no Campo da Lã em Lisboa, na presença do rei d. João V, dos principes, do clero, nobreza e povo.

Descrevendo tão execrando espectaculo, que mereceu a censura de embaixadores extrangeiros, disse com razão Camillo Castello Branco: "Seio do Altissimo, se te não abrisses áquela alma, creada ao bafejo da tua, que serias tu, Deus? Que serias tu, palavra?".

Liga-se a data de 8 de Agosto ao dia, em que pela primeira vez Antonio José foi preso e depois submettido ao supplicio na casa dos tormentos do Sancto Officio.

Tão fortes foram os tratos do potro que o illustre Carioca conservou sempre defeituosos os dedos de uma das mãos.

E por isto, creio que, em seu *Anno Biographico*, o doutor Joaquim Manoel de Macedo consagra tal data ao pae do poeta, tambem Carioca, notavel advogado, o dr. João Mendes da Silva, nascido em 1656 e fallecido em Lisboa em Junho de 1735, conforme Pinheiro Chagas, e segundo outros em 9 de Janeiro de 36.

E' bem de comprehender o martyrio moral soffrido por este homem notavel e tambem poeta de nomeada.

De facto, vêr a perseguição de seus parentes, sua esposa arrastada ás masmorras inquisitoriaes, comparecer em auto de fé, abandonar a patria e interesses, e por fim assistir em 1726 á prisão do proprio filho e contempa-lo aleijado, victima de uma tortura, era para enlouquecer!

Tudo porque em suas veias e dos seus corria sangue judaico!

E tudo practicado em nome de Jesus Christo que viera ao mundo prégar paz, amor, tolerancia e caridade!

Até principios do seculo 18º viviam em paz no Brasil os individuos de origem hebraica, os chamados christãos novos.

Escreveu notavel escriptor que d. João V precisava de mais sangue judaico do que o que podia correr nas veias dos judeus de Portugal, para lavar aos olhos do Deus dos inquiridores as culpas e escandalos de Odivellas.

Aqui no Rio de Janeiro encontrou o devasso e profanador escandaloso de conventos bom auxiliar no bispo frei Francisco de São Jeronymo, que em Evora exercêra cargo no celebre Tribunal do Sancto Officio.

Graças á antiga tolerancia, os christãos novos se haviam estabelecido, nas vizinhanças da cidade, entregando-se á agricultura e lavoura. Em Irajá, S. João de Meriti, Iguassu', etc., havia engenhos e fazendas florescentes, cujos possuidores eram abastados descendentes de Judeus.

Alguns, cujos nomes poderia apontar, chegaram a sentar-se nas cadeiras da Edilidade. Estes exerceram cargos de confiança, taes como medico do presidio, tabellião, etc. Outros vestiram o balandrau da Misericordia.

Ha quem diga que a perseguição não era tanto por zêlo da religião, como atiçado hypocritamente pela cobiça. Os bens dos presos, condemnados ou não, revertiam pelo sequestro para o fisco.

Já em 1710 era tão intensa a perseguição, que muitos Judeus destinados aos carceres do Sancto Officio se refugiaram a bordo dos navios de Duguay-Trouin e expatriando-se evitaram carceres, supplicios e a fogueira.

No comboio, que do Rio de Janeiro partiu em 1713, seguiram Lourença Coutinho, seus tres filhos e seu marido, o dr. João Mendes da Silva, que teve de abandonar sua banca de advogado, profissão que exercia com brilhantismo.

Estudara humanidades no Collegio dos Jesuitas, onde obteve o titulo de mestre em Artes. Fôra a Portugal, onde se graduou em canones pela Universidade de Coimbra.

Pertencia o dr. João Mendes a uma destas familias abastadas de que acima fallei. Um de seus antepassados, João Mendes, foi importante industrial. Era caldeireiro e deu nome á rua de S. Pedro juncto á Candelaria.

O pae, André Mendes da Silva, merecêra tal conceito, que a Misericordia o acceitava como fiador de sujeitos, a quem ella emprestava dinheiro.

Em livros antigos da Sancta Casa ha ainda o nome de André Mendes, aforando predios na travessa do Azeite de Peixe (hoje General Camara), trecho entre as ruas Direita e Candelaria.

De sua esposa Maria Henriques teve André Mendes, além do dr. João Mendes, mais tres filhos e quatro filhas: Bernardo. André, Luiz, Apollonia de Souza, Josepha da Silva, Isabel Corrêa e Anna Henriques.

Pois bem: para se avaliar quanto era valioso o acervo deixado pelo pae do dr. João Mendes basta citar um facto.

A' filha Apollonia coube em partilha pelo Juizo de orphãos a chacara do outeiro de Sancto Antonio, partindo com terrenos de Christovão Lopes Leitão, comprehendido "desde o caminho de carro que vai pelo Areal para o Engenho das Pedras da Companhia até a estrada e lagôa que vai pelo pé do monte da Senhora do Desterro."

Quer isto dizer desde o fim da actual rua da Carioca, praça da Constituição, lado esquerdo da rua do Lavradio até a rua dos Arcos, confinando ahi com terras do que foi depois Seminario de S. José.

Em 1706, Apollonia pediu ao Conselho a continuação do aforamento, como o tivera seu pae. Foi-lhe concedido mediante o fôro de 320 pela carta de 15 de maio.

Mais tarde esta vasta zona foi adquirida pelo mestre de campo Mathias Coelho de Sousa e juncto á outra com 12 braças, proxima á barreira de Sancto Antonio.

Taes terras passaram ao poder do dr. Pedro Dias Leme, que por seu turno adquirira os terrenos pertencentes a Christovão Lopes Leitão, e ficou possuidor de toda a extensão desde as fraldas do morro de Sancto Antonio até o largo da Sentinella.

Lembro-me agora que estou invadindo seara alheia. Deste exemplo melhor do que eu se occupará o distincto dr. Felisbello Freire nos seus notaveis artigos a *Cidade Antiga*, publicados n'*A Imprensa*.

Mesmo porque o emerito historiador já está estudando as redondezas do que outr'ora pertenceu ao avô e á tia do infeliz Antonio José da Silva.

Volto ao progenitor deste. Obrigado a fixar residencia em Lisboa, abriu o dr. João Mendes banca de advogado. Morava no pateo da Comedia. Por seus talentos e practica adquiriu numerosa clientella.

Segundo alguns, era elle ajudado nos misteres de tão nobre profissão pelo filho Antonio José. Nos depoimentos, porém, deste no primeiro processo (1726) declara ser estudante da Universidade e ter 21 annos.

Costa e Silva e Varnhagem dizem que já advogava com o pae, quando fôra preso. O conego Fernandes Pinheiro diverge (*Revista Popular*, tomo 14°, pag. 278). Acredita que o joven Silva não houvesse ainda terminado o curso.

Surge porém em meu espirito uma duvida: como é que sendo Antonio José estudante, foi preso em Lisboa em Agosto. Demais, em seu interrogatorio allude a factos passados em Lisboa havia um anno, um anno ou quatorze mezes, dez mezes, etc. Estaria sempre em ferias ? Não é crivel.

Quem sabe si o pae, para o afastar da vigilancia dos inquisidores, não enviou Antonio José para Coimbra a estudar Canones? Tal dúvida só póde ser solvida, recorrendo-se aos livros de matricula da Universidade de Coimbra.

Em 1737 sim, e por occasião do segundo e demorado processo que levou o poeta á fogueira, já elle estava formado, havia se casado e morava juncto á egreja do Soccorro. O pae tinha morrido.

Dizem os biographos que João Mendes vivêra cêrca de 80 annos. Felizmente não viu o epiligo da tregedia, o martyrio do filho, e a esposa e a nora figurarem no abominavel auto de fé.

Citam-se do dr. João Mendes várias obras poeticas de fundo religioso.

Em verdade, como poude elle escapar ás perseguições do Sancto Officio, quando este tantas amarguras e desespero causou aos membros de sua familia? Eis um enigma ainda hoje indecifravel.

Outra difficuldade: sôbre uma das obras poeticas do dr. João Mendes pairam dúvidas, que o grande bibliographo Innocencio da Silva não elucidou.

Não é assumpto para um obscuro escrevinhador, e sim para os competentes que os ha em grande abundancia entre os litteratos deste "Eden che Brazil se chiama", como dizia a célebre Adelaide Ristori.

Rio de Janeiro, 7 de Agosto de 1910.

O DIA DA GLORIA

Foram-se os tempos aureos da romaria feita pelo povo desta cidade á Imagem da Virgem padroeira da antiga capella erecta pelo ermitão Antonio Caminha, no outr'ora morro de Leripe, hoje Outeiro da Gloria.

Chronista, já por mim muitas vezes citado, assim descreve a milagrosa effigie: "He esta Santissima Imagem de rara for-

mosura e assim está attraindo os corações de todos os que nella põem os olhos e por esta causa he a sua casa o sanctuario muito frequentado com ramagens, porque todos têm muita fé para com esta Senhora gloriosa e piedosa mãe. He muito assistida dos seus devotos e ella lhes paga muito bem com as muitas mercês que faz a todos, como estão apregoando os muitos signaes, que se estão vendo pender das paredes de sua casa em quadros, mortalhas e outras cousas deste argumento.

E a festa da Gloria, disse o Mello Moraes, passou á tradição! Tudo passa, Marilia, neste mundo, disse á sua amada o poeta Gonzaga.

Como não ficará desapontado na vida de além tumulo frei Agostinho de Sancta Maria ao ver a decadencia em que de anno em anno vai caïndo a festa da Gloria. E' que tudo no mundo fenece; até as cousas do alto obedecem á fatalidade do destino.

Onde estão o brilhantismo e a concorrencia do dia 15 de Agosto, tão bellamente descripto pelo meu velho e carinhoso amigo Mello Moraes, Alencar e outros? Tudo passou, desde as feiras estabelecidas pelo marquez do Lavradio até os bailes do visconde de Meriti e da Secretaria dos Estrangeiros.

Quem se lembra das visitas de d. João VI, dos dous imperadores, das imperatrizes que depunham seus herdeiros no altar da Virgem, pedindo-lhe para elles amparo e protecção? De tudo resta apenas a lembrança, a não serem versos de frei Francisco de S. Carlos, no seu pouco conhecido poema a *Assumpção*, o qual em seus versos *rudes* só procurava cantar as glorias e virtudes de Maria.

Diz ainda frei Agostinho, que a Imagem da Senhora da Gloria é formada de madeira e de perfeitissima esculptura, e parece que foi feita "com muito espirito, e o seu artifice foi o seu mesmo ermitão Antonio Caminha". Tem septe palmos e "como na sua manufactura poz o artifice grande cuidado e devota applicação, assim sahio tão bella e tão fermosa, que é uma suspensão. Está em pé e tem em seus braços o Menino Deus que tambem está em pé...

...A materia é de madeira incorruptivel, mas por maior devoção e veneração a cobrem com roupas de ricas sedas e com um manto muito grande e roçagante e corôas de prata."

Ainda hoje se realiza a ceremonia da mudança das roupas da Senhora da Gloria.

Dias antes da festa e no consistorio da capella tem logar tal acto, executado pelas aias, dignas senhoras da nossa melhor sociedade. Dizem que a roupa branca de Nossa Senhora tem grande valor, guarnecida de riquissimas rendas of-

ferecidas por devotos e pelos imperadores do Brasil. O corpo da imagem é lavado com vinho fino.

Em uma das cidades dos Algarves, Lagos, tambem se festeja hoje a Senhora da Gloria. Quem no-lo affirma é ainda frei Agostinho. E, curiosa coincidencia: a imagem de lá é cópia da do Rio de Janeiro e executada pelo mesmo Antonio Caminha, "homem natural de Aveiro, que viera ao Rio de Janeiro sem *ambição de ouro* (*sic*), apartado da cidade, e *andava vestido* com um habito de S. Francisco e fazia vida penitente e eremitica (*sic*)."

"Por arte, curiosidàde e genio natural era Caminha insigne esculptor. Desejando voltar a Portugal fez outra imagem da Gloria, para colloca-la em uma capella em Lisboa, no sitio da Junqueira."

Dizem alguns que nesse sancto proposito foi Caminha procurado por dous galhardos mancebos, que no aspecto e formosura pareciam Flamengos. Pediram a Caminha lhes desse a fazer alguma obra de esculptura. Os taes mancebos descobriram madeira apropriada e deram inicio ao trabalho. Forneceu-lhes Caminha os instrumentos necessarios, e em poucos dias estava prompta a referida imagem. Diz piedosamente frei Agostinho que os taes jovens talvez fossem Anjos.

Acredita, porém, o frade que a imagem fôra feita pelo proprio Caminha, ajudado por um seu filho padre. Para ella fez acquisição de alguns anneis de ouro com tenção, quando chegasse a Portugal, de offerecer um a d. João V, outro á rainha, e o terceiro ao infante d. Francisco. Promptas as cousas, tractou o Ermitão de fazer embarcar a imagem e com ella seguir na náo chamada "Falcão", cujo capitão era um certo Manuel da Rocha Lima.

Começa agora o caiporismo do devoto Caminha. Intrigantes e engrossadores foram dizer ao bispo que Caminha levava para Portugal joias pertencentes á imagem do Rio de Janeiro; que era um refinado larapio e impostor. O prelado o mandou prender e lá se foi Caminha, caminho da cadeia.

Nesta emergencia resolveu o Ermitão dizer ao commandante que levasse a imagem encaixotada; pô-la a bordo e que a offerecesse ao rei d. João V. Chegou o navio na frota de 1708. Assaltado por terrivel tormenta em dia de S. Thomé, duas vezes tentou a náo, que levava o sagrado depósito, abicar ao porto de Lisboa. O temporal levou-o ás terras dos Algarves. O mar lançou á praia o caixão "que, custando muito o haver de embarca-lo no Rio de Janeiro, nas praias de Lages bastaram só dous homens para o tirar e quatro para o levarem ao Convento. Outros dizem que as ondas respeitaram a imagem; porque, ministrando-lhe uma taboa, sôbre ella a viéram tra-

zendo, e que ellas (ondas) a foram cortejando até a pôrem sobre as areias, e era justo, conclue frei Agostinho, que assim o fizessem reconhecendo-a por verdadeira Senhora dos Mares".

Os padres Capuchos de Sancto Antonio receberam a imagem de Nossa Senhora da Gloria e a collocaram no altar mór da egreja do convento. Entra depois o auctor do *Sanctuario Mariano* em minucias sôbre milagres e outras particularidades que não vêm a ponto.

Não entro em apreciações sôbre as habilidades artisticas do Ermitão Caminha. Cheira-me a lenda. Respeito-a, porque ella é a poesia da tradição popular. Duvido porém dessa pretendida viagem a Portugal. Não é crivel quizesse de uma vez Caminha abandonar o Rio de Janeiro, o pitoresco outeiro, onde fez casa para sua residencia, deixar a familia e tambem a fortuna, como se verá.

Chamou-lhe padre, Mello Moraes pae. Nunca o foi. Teve um filho sacerdote, de nome João. Morava na rua da Misericordia.

De uns antigos autos tiro alguma cousa que explica a personalidade do Ermitão da Gloria. Que elle soube viver e foi bom pae de familias, prova o seguinte: possuiu grande porção de terreno na zona cortada hoje pela Avenida Central, nas vizinhanças da Ajuda e Sancta Luzia.

Estas terras faziam parte de uma sesmaria dada em 1573 a Nuno Tavares e Francisco Raposo. Passaram depois a Lopes Fernandes Carneiro. Um descendente deste vendeu-as a Caminha.

Destes immoveis destacou uma parte e deu em dote a sua filha Antonia da Gloria Rosa, quando casou com Sebastião Mendes do Rosario; a outra tambem em dote foi dada á filha Helena Faria da Rosa, quando casou com Francisco Cordeiro Mendes do Rosario; por sua vez dotou sua filha Mariana da Silva Rosa, quando casou com Manuel Fernandes da Costa que trouxe as freiras da Ajuda de canto chorado. Houve uma demanda que durou 60 annos. Acabou por um accôrdo em 1811, celebrado entre as religiosas e d. Anna Joaquina de Jesus, viuva de Alexandre Tavares da Silva, unica herdeira sobrevivente de Fernandes da Costa. Esta teve uma ermã Helena Maria de Assumpção, que falleceu solteira. E assim acabou a raça do Caminha que ao nome junctava mais o appellido Gloriano.

Penso que o cargo de ermitão não passou aos descendentes. Nos referidos autos falla-se em um ermitão Antonio do Amaral Pimenta. Houve, ao que parece, litigio entre os herdeiros de Gloriano e os devotos da Gloria. Estes, como é verosimil, tractaram de indagar da procedencia dos bens do re-

ferido antigo Ermitão: os que elle obtivera para patrimonio da Virgem e os adquiridos para a familia.

Pelo pouco que sei, a devoção tinha a seu favor o alvará de 2 de maio de 1722, firmado por d. João V, acêrca da arrecadação dos bens deixados pelos ermitões. Encontrei esta lei em uns manuscriptos pertencentes a monsenhor Pizarro e podem ser lidos no Archivo do Instituto Historico. Tal arrecadação devia ser feita exclusivamente pelo Juizo Secular. O vigario da Vara nada tinha com esta diligencia. De tudo se conclue: o Ermitão Antonio Caminha soube levar agua a seu moinho. Desmentiu o dictado — bens de sacristão, cantando vêm, cantando vão.

Erecta a Irmandade de Nossa Senhora da Gloria pela provisão de 10 de Outubro de 1739, do bispo d. frei Antonio de Guadalupe, naturalmente dispensou os ermitões. E si conservou o cargo, cerceou-lhe as attribuições. E' bom saber que desappareceram os antigos livros pertencentes á velha ermida!

Nestes ultimos tempos tem sensivelmente diminuido a concorrencia do povo á romaria do dia 15 de Agosto. Ao ruido, lufa-lufa e confusão de outrora succedeu a visita dos que sóbem a ladeira, levados por sincera devoção.

Não tem, felizmente, esta desapparecido, graças ás representantes das nossas mais importantes familias. Este anno vai a Virgem da Gloria ser vestida com ricas roupagens novas, confeccionadas pela respeitavel sra. d. Mathilde Rocha, esposa do secretario da Irmandade. Ainda bem.

Fallei acima em terras d'Ajuda. Lembro-me da ceremonia religiosa, realizada outr'ora nessa egreja e no dia de hoje. Si havia no porto algum navio de guerra francez, saltava um contingente de tropa para prestar honras militares. Si bem me recordo, era festa nacional instituida pelo imperador Napoleão I. Caïra em desuso e fôra restabelecida por Napoleão III.

E por hoje, basta de velharias. Está findo o meu recado.

15 de Agosto de 1910.

O HOSPICIO

O templo occupado pela importante Ordem Terceira da Conceição e Boa Morte é ainda hoje vulgarmente conhecida por egreja do Hospicio. Por que?

Na esquina da rua, outr'ora de André Dias, de Domingos Manuel e do padre Mattoso, hoje do Rosario, com o caminho do Parto para a Conceição (hoje dos Ourives), construiu João Machado Pereira pequena ermida de páo a pique.

Vendo-se em apuros o governador Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha, commendador de Sancta Maria de Castro Laboreiro, etc., para hospedar dous Capuchinhos italianos, Machado cedeu-lhes a referida capella. Ahi se demoraram pouco os frades barbonos; mas o povo nunca exqueceu tal hospedagem, e deu o nome de Hospicio ao pequeno sanctuario, denominação que passou ao actual templo.

Ora, ahi está, em poucas palavras, dada sufficiente explicação a uma pergunta, que me foi feita em a noite de 14 do andante. Neste dia, vespera da Gloria, celebrou, como sempre, a citada Ordem Terceira a sua Padroeira.

Sympathizo muito com este Machado. Espirito conciliador, sabia cortar difficuldades. Não se apertava. Intervinha sempre e a proposito. Para elle não viria mal ao mundo. Muito antes de dar hospitalidade aos frades, déra agasalho e de graça aos pretos do Rosario. Estes, aborrecidos com os conegos da Sé resolveram abandonar a egreja do Castello e até dissolver a irmandade. Interveiu d. Francisca Pontes e doou aos confrades do Rosario local, onde erigiram seu templo.

Mas, enquanto começavam as obras, os pretinhos ficariam *senza letto*, como canta o aventureiro do *Guarany*.

Interveiu o bom Machado, e os pretos tiveram residencia na capella depois chamada do Hospicio. Por ahi se vê o engano em que caïu o chronista do Rosario. Collocou a ermida de Machado na altura da hoje rua dos Andradas. Alli, até principios do seculo XVIII existia a celebre lagôa da Pavuna, onde tomavam banho os indios e os negros novos.

Nem sempre o hospicio foi o local de amor, paz e tranquilidade. Pelo contrario, tornou-se séde de uma fracção de dissidentes. Foi arena de luctas, intrigas e desmandos. Serviu de alvo a intervenções, umas seguidas de bons resultados e outras que deram em droga.

Entra em scena de novo o bom Machado. Mas desta vez entendeu que não devia metter prego sem estopa. Naquelles tempos, o que hoje se faz por amor da politica e dos interesses da patria, practicavam os nossos antepassados por amor da religião. Havia dissidencias, duplicatas e ainda intervenções. Na ordem da Penitencia entrou o schisma. Como na Historia Sagrada, separou-se em reino de Judá e reino de Israel. Por intrigas e exigencias creadas pelos frades de Sancto Antonio, a Ordem dividiu-se em dous partidos. Uns eram pelos frades, outros não. Os dissidentes, tendo á frente gente graúda, elegeram ministro Francisco Seixas da Fonseca. Este e os do seu partido abandonaram o morro e foram-se aboletar na

egreja do Hospicio. A Seixas vendeu Machado a ermida e terrenos, mesmo porque lhe parecia que a parcialidade de Seixàs era a mais legal.

Que o govêrno da metropole approvou o proceder da dissidencia, prova-se pelo alvará de 12 de Março de 1721. Ao tomar conta do govêrno, Luiz Vahia Monteiro tractou de reconhecer os dois partidos.

Foi feliz. Nada obteve. "Estou cansado, escrevi ao rei, de me ver mettido entre inimigos de frades e sizanias e mexericos de sacristia!" Em um bello dia, Vahia Monteiro resolveu desterrar para Pernambuco o intransigente Seixas da Fonseca. Este protestou por tão brutal intervenção. E o mais curioso: a metropole deu razão ao *exterminado*, como então se dizia. Ordenou que este responsabilizasse o governador por perdas e damnos. Não sei si Vahia caïu com dinheiro. Caïu-lhe a alma aos pés, quando viu os dous partidos reconciliados. O governo virara a casaca. Podia, como na filha da *Mme. Angot*, dizer: *Ce n'était pas la peine*. Na referida emergencia serviu de Anjo da Paz o padre Bartholomeu de França. Em 1725, a metropole mudou de pensar.

Resolveu acabar com o schisma franciscano. Houve até intervenção do rei. Mandava quem tudo podia. Todos metteram a viola nò sacco.

O Hospicio acolheu doentes. Houve alli enfermaria para os confrades dissidentes. Deprehendo tal facto de uma escriptura feita em 1722, por d. Paula de Gallêgos, seu filho Antonio de Azeredo Coutinho, seu genro Luiz de Sousa, herdeiros de João Alvares Pereira. Hypothecaram sua fazenda, em Sancto Antonio de Jacotinga e casas terreás na rua do Rosario, "pegadas" ao Hospital dos Terceiros de S. Francisco. O Hospicio continuou a ser "Refugium peccatorum".

Para alli veiu a toque de caixa, em 1729, a Irmandade da Conceição, erecta na Sé do Castello. Era tal a ruina do templo, que os ermãos receiavam houvesse desabamento. Compraram á Ordem da Penitencia, por tres contos e cento e sessenta mil réis, com pagamento a prazo. Mas o dinheiro era curto, e os da Conceição viram-se em apuros para satisfazer o compromisso. Em 6 de Maio de 1801, foi-lhes penhorado um sobrado da rua dos Ourives, pela Penitencia, que só em em 1807, assignou geral quitação. Credor, que espera 81 annos, dá provas de paciencia evangelica. Hoje já não ha disto.

Reina a dissidencia nos campos de Agramante, isto é, no antigo Convento do Carmo. Existiu alli a confraria da Senhora da Assumpção e Bôa Morte. Alguns ermãos brigaram com os Carmelitas e resolveram deixar o cenobio junto da

egreja, hoje, archi-cathedral. Dou a palavra ao dr. Moreira de Azevedo: "combinaram em segredo o seu plano; começaram a occultar alguma prata e esperaram occasião azada para arrebatar a imagem; de feito, no dia da procissão da Virgem, percorreu a imagem algumas ruas, e, ao chegar á da Quitanda, esquina da do Rosario, em vez de descerem para dirigir-se ao Convento, apressaram os ermãos o passo, subiram pela rua do Rosario e, penetrando na ermida da Conceição, fecharam as portas. Conta-se que houve tumulto e contenda, velas quebradas, habitos rôtos, intervindo a força armada; mas a imagem ficou." Deu-se este facto em 1734. Em 19 de Dezembro, fizeram conchavo as duas irmandades, a da Conceição, dona da ermida, e a da Boa Morte.

Os que ficaram no Carmo não approvaram a dissidencia e quizeram agradar aos frades; constituiram nova corporação com o titulo de Nossa Senhora d'Assumpção. Isso até parece historia modernissima; haja vista a duplicata no Estado vizinho. Deixo a politica de parte e continúo.

A corporação da rua do Hospicio gostou da entrada dos hospedes nocturnos. Fariam contas do Porto, e as despesas seriam pagas pelas duas. Sempre é bom ter-se um Cyrenêo. A principio tudo foram rosas. Depois brigaram as comadres e começou a lucta de desfeitas, picardias, insultos *et reliquia*. Houve até intervenção da policia.

Continuou a lucta sem tregoas. Não faltou a intervenção de homens cordatos. Fracassou. Até que, alguns, mais geitosos, conseguiram o *desideratum* de fundir em uma corporação as duas irmandades belligerantes. Raiou o dia da concordia e da paz, em 9 de Março de 1820, e abraçaram-se como amigos os dous chefes Nicoláo Viegas de Proença e Domingos Alves Pinto. Desde então começou a funccionar a Ordem Terceira da Conceição e Bôa Morte. Proverbio: — A união faz a força.

Outro templo foi construido em substituição á ermida, em 1735 e executado conforme o risco do brigadeiro Pinto Alpoim. Com intento de melhorar ainda a egreja, foram iniciadas obras em 1838. Marcharam com muita lentidão até 1853. Quem quizer conhecer particularidades, leia a obra do dr. Moreira de Azevedo: *O Rio de Janeiro, sua Historia, monumentos,* etc. (1877).

Ha no consistorio da egreja do Hospicio retratos de didiversos protectores ou benfeitores. Entre elles vêem-se os de José Maria dos Reis e Commendador José Joaquim de Castro Araujo Sampaio.

José Maria, verdadeiro typo de homem de bem, fundou na rua do Hospicio a antiga casa de objectos de optica, hoje pertencente ao amavel commendador José Hermida Pazos.

José Maria dos Reis falleceu a 26 de Agosto de 1875. Gozou merecidamente da admiração dos representantes das diversas classes sociaes. Foi intimo do marquez de Olinda, de Abrantes e de Monte Alverne. O illustre franciscano, referiu-me o commendador Pazos, dignou-se prégar em uma festa mandada celebrar por José Maria dos Reis, na capella particular de sua residencia, á rua do Hospicio.

A referida capella era de proporções acanhadas, e os apreciadores do grande e eloquente orador sacro contentaram-se ouvindo da rua as palavras de Monte Alverne, cuja voz imponente era escutada a muitos metros de distancia.

O proprio imperador D. Pedro II prestava especial consideração a José Maria dos Reis. Por vezes visitou seu importante e conceituado estabelecimento. Com elle discutia sôbre instrumentos de Astronomia e de Optica.

Joaquim de Castro Araujo Sampaio falleceu em 19 de Agosto de 1867. Antigo negociante desta praça, amigo e auxiliar de José Clemente Pereira, prestou serviços á Sancta Casa de Misericordia. Foi por vezes ministro da Ordem da Penitencia e tem retrato tambem na egreja do Bom Jesus.

Residiu por muito tempo na rua do Cotovello, canto do becco dos Ferreiros, e outr'ora na Praia dos Mineiros, nas antigas casas de Braz de Pina. Foi dono de grande chacara, na rua de S. Clemente, quasi em frente á rua da Real Grandeza.

A Sampaio devo muita gratidão. Foi meu padrinho de baptismo. Tractava-me com carinho e amisade. De vez em quando, ao encontrar, dava-me umas pratinhas de quinhentos réis. Naquelle tempo, e para um menino, tal quantia era um fortunão.

Em testamento, legou duzentos mil réis a cada um de seus afilhados. Pago o competente imposto, couberam-me uns cento e oitenta mil réis. Dividi esta riqueza em duas partes: com uma, comprei livros de Historia e de Litteratura, e com a outra diverti-me a valer. Enquanto durou o tempo das vaccas gordas, fui ao Alcazar, á razão de mil réis por entrada. Reuni, pois, o util ao agradavel. Enquanto houve vento, molhei a vela, tendo sempre tento na boia.

Domingo, 21 de Agosto de 1910.

SÃO JOAQUIM

E' para mim sempre de gratas e saudosas recordações esta semana, que vai passando.

No domingo seguinte ao dia da Gloria, o rapazio do Internato do Collegio de Pedro II, então na rua de S. Francisco Xavier, festejava, na data consagrada pela egreja, o avô de Christo, o patriarcha S. Joaquim, antigo padroeiro do Seminario, que, em 1837, mudou de nome.

Realizava-se na vespera grande baile, em que reinavam a maior alegria e enthusiasmo. Tal era a concurrencia, que os convites andavam por empenho e eram disputados, como são hoje os das reuniões dadas pelos proceres da actualidade.

Para matar saudades, passei ha dias por aquelles sitios, chamados da Segunda Feira Tudo está mudado. Da rua já se não vêem as copadas mangueiras, a cuja sombra, em horas de recreio, brincavamos a valer. Bellos predios encheram o espaço entre o muro e o palacete do Mattos, onde funcciona o Gymnasio Americano Brasileiro. Foi demolida a venda do Pechincha, a qual, naquelles tempos, conservava o aspecto de passadas eras, em que os Jesuitas foram donos de extensa área.

Lembrei-me da imagem de S. Joaquim, ante cujo altar rezavamos de manhã e á noite. Foi sempre sancto de minha especial devoção.

Quantas vezes com elle me peguei para não ser chamado nas rigorosas sabbatinas de grego! Uma nota má era um verdadeiro desastre. Nunca se me apagou da memoria a effigie paternal e carinhosa do velho pae de Nossa Senhora: calvo, barbas brancas e em posição contemplativa, tendo á mão lindo cajado de prata.

Tambem, coitado, andou sempre em constante peregrinação. Por vezes, como desterrado, teve de abandonar seu *habitat*. Hoje, porém, encontrou casa nova e deve ficar socegado.

Tanto se tem escripto sôbre o nosso Seminario de São Joaquim e egreja contigua, demolida por exigencias da Esthetica da cidade, que me dispenso de tractar da materia.

Si aqui passou quasi despercebido o dia 21 do corrente, o mesmo não aconteceu na Bahia, onde os mesmos osphãos festejaram, como sempre, seu padroeiro nessa instituição de caridade, verdadeiro monumento erguido pela perseverança de um pobre homem, que se chamou Joaquim

Francisco do Livramento ou o ermão Joaquim. Refiro-me á Casa Pia e Collegio dos Orphãos de S. Joaquim.

Ha tantas affinidades na creação deste asylo e os primordios do Collegio Pedro II, que referil-os não é demais. Não pretendo tractar aqui da vida do infatigavel ermão Joaquim, Vicente de Paulo brasileiro, virtuoso filho de Sancta Catharina, o qual inscreveu seu nome entre os dos maiores benemeritos da Humanidade. Miseravelmente vestido, pedia e pedia sempre esmolas, não para si, mas para estabelecimentos que fundava.

Gosou da amisade e consideração dos grandes da terra, os quaes o veneravam como a um sancto. Conquistou eternamente a gratidão dos infelizes, a quem nunca deixou de amparar, curar, alliviar e consolar.

Não sei porque varão de tão exemplares virtudes não teve ainda nem ao menos as honras da beatificação. Sim, foi um verdadeiro sancto. Tem altares nos corações daquelles que souberam continuar, após mais de um seculo, a obra do pobre Joaquim, morto longe da patria, sem que se saiba onde pára a sua ossada!

O que se segue é pallido resumo do que leio nos relatorios do conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, do dr. Joaquim dos Reis Magalhães e na *Noticia Historica* do conselheiro João Nepomuceno Torres, os dous primeiros provedores, e o terceiro escrivão dessa importante casa, que faz honra á cidade, fundada por Thomé de Souza. Modificados os seus primitivos moldes, é o Collegio dos Orphãos de S. Joaquim um estabelecimento moderno. Os filhos de Joaquim do Livramento recebem o cultivo do espirito de par com os exercicios de varios officios mechanicos. Saem preparados para as luctas da vida e perfeitos artistas, podendo resistir ás inclemencias da sorte.

Quem vive de seu braço não póde morrer de fome. Ha no asylo uma bôa banda de musica, solicitada sempre para as festas da Religião e da Patria. Os mesmos têm uma typographia e redigem um jornal — *O Incentivo*.

Em fins do seculo 18°, veiu á Bahia o Irmão Joaquim.

Confrangeu-se-lhe o coração, vendo o desamparo dos meninos orphãos, inteiramente ociosos, vagando pelas ruas sem sujeição e educação, dormindo pelas portas dos templos e adros dos conventos. Era uma miseria, a que se devia de promptо attender. Em 27 de Maio de 1798, impetrou de d. Maria 1ª, o evangelico Brasileiro licença para pedir esmolas e com auxilio das boas almas, manter pequeno asylo.

Foi plenamente attendido, por aviso de 4 de Janeiro de 1799.

Lançada a bôa semente, fundou-se o asylo. Por aviso de 17 de Outubro de 1803 tudo approvou o principe regente. Fez mais: ordenou ao governador Francisco da Cunha Meneses entregasse ao ermão Joaquim a capella de S. José de Riba-Mar, o que se realizou em 10 de Dezembro de 1805, sendo recolhidos cêrca de 40 orphãos, que o bom Joaquim já tinha sob sua protecção.

Mais tarde foram-lhe tambem concedidos pequenos predios contiguos á referida capella. Tudo reverteria á Corôa, no caso da extincção do asylo.

Peregrinando sempre por amôr do proximo, o ermão Joaquim retirou-se da Bahia. O asylo ficou entregue á generosidade e carinho dos filhos da cidade do Salvador. Pela carta régia de 29 de Outubro de 1808, ficou commettida a inspecção e a administração do Collegio dos Orphãos ao Arcebispado da Bahia.

Por isso ganhou o estabelecimento o nome de Seminario de S. Joaquim. Essa carta régia, porém, foi revogada pelo aviso de 31 de Julho de 1818.

Por elle, o rei d. João VI encarregou ao conde da Palma, governador da Bahia, e a seus successores o cuidado de inspeccionarem e administrarem e "promoverem tudo quanto fosse concernente e proveitoso ao destino de uma instituição pia e tão util ao Estado".

Este alvitre fôra motivado pela attitude patriotica dos negociantes da Bahia.

Haviam promovido grande subscripção para festejarem a coroação de d. João VI.

Appareceu a boa idéa de se tirar da quantia agenciada o quanto apenas bastasse para um *Te-Deum*. Destinaram a somma restante para reedificação da casa. Consignaram os commerciantes um fundo de quarenta contos para patrimonio dos orphãos.

Sempre incansavel, o conde da Palma dirigiu ao rei petição, na qual dizia, que para se aproveitar tão generoso donativo, era preciso que o Asylo fosse transferido para a antiga casa do Noviciado, que pertencera aos Jesuitas, situada na praia da Jequitaia.

O Noviciado fôra construido por Domingos Affonso Sertão. Gastara na edificação 28 contos. Legou o predio aos Jesuitas. Pela expulsão destes, em 1759, passou o immovel a fazer parte dos proprios da Corôa. Foi deferido o requerimento do

governador. Este, na qualidade de provedor, fez abrir nova subscripção, destinada á reconstrucção do Noviciado, na qual se despenderam cêrca de 80 contos, além de importantes offertas de materiaes feitos por pessoas abastadas.

Em 12 de Outubro de 1825, passaram-se os orphãos para sua nova residencia. Foi pomposa a solennidade. Os meninos foram recebidos pelo presidente da Provincia. Houve *Te-Deum*, entoado pelo vigario capitular. Prégou o padre João Quirino Gomes. Em 1859, foi o Collegio de S. Joaquim visitado pelo imperador d. Pedro II.

O estabelecimento está sob a protecção do governo do Estado da Bahia, de quem depende a approvação dos eleitos, em conformidade dos estatutos approvados pela carta imperial de 30 de abril de 1828 e modificados por acto do governo da Provincia, em 5 de Maio de 1863.

A administração é composta de 13 pessoas ou vogaes, eleitos por tres annos. A direcção interna é confiada a um reitor (póde ser sacerdote ou secular).

As mesas tomam posse no mez de Agosto, depois da festividade a S. Joaquim.

Têm exercido o cargo de provedor os homens mais eminentes da Bahia. De 1894 a 1903 ocupou a cadeira da Provedoria o conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque. Por occasião da festa do 102° anniversario da fundação do Collegio, disse o illustre magistrado: "Animado do ardente desejo de manter a Instituição no nivel dos modestos intuitos da sua fundação, mas quanto possivel de accordo com a civilização hodierna, ou ante no proposito firme de "conservar aperfeiçoando o seu primitivo molde, a Mesa actual emprehendeu a faina em que se acha empenhada com tenaz esforço, do qual tem fé inabalavel em Deus, não recuará uma linha até o momento de passar a administração e direcção da Casa a obreiros mais possantes, ou a mais habeis timoneiros."

E conseguiu por maneira brilhante. Esta tenacidade e perseverança em contribuir para o engrandecimento da obra do ermão Joaquim Coimbra a attitude de José Clemente Pereira, ao empunhar a vara de provedor da nossa Sancta Casa da Misericordia.

A Hygiene, bôa alimentação dos orphãos mereceram-lhe especiaes cuidados. Foram creadas novas officinas. Cortou despesas inuteis. Augmentou a receita. Attendeu á reconstrucção dos predios. Augmentou a renda do patrimonio. Conseguiu emfim o equilibrio orçamentario. O benemerito descendente de uma das mais notaveis familias da

Bahia teve dignissimo successor de 1903 a 1906, no conselheiro dr. Joaquim dos Reis Magalhães, que tem sido reeleito até hoje.

Durante tal estadia, a Casa Pia e Collegio dos Orphãos de S. Joaquim vai sempre a caminho de constante progresso. E' uma das mais bellas e sympathicas aggremiações brasileiras de caridade.

E dizer-se que foi ella de iniciativa particular de um homem "que nasceu rico, viveu mendigando e expirou na miseria"!

Elle e seus fieis continuadores nunca serão exquecidos.

Peregrinos da beneficencia, mourejaram em proveito do proximo. Tiveram alma para amar os fracos e desprotegidos e coração para participarem das maguas, dôres, afflicções e lagrimas das crianças abandonadas.

Domingo, 25 de Agosto de 1910.

ASYLO DE S. LUIZ

Sirvam minhas primeiras phrases de modesta homenagem á memoria do inolvidavel fundador do *Asylo da Velhice Desamparada*, Luiz Augusto Ferreira de Almeida (visconde Ferreira de Almeida).

Nascido em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) a 18 de Outubro de 1846, aqui falleceu, em 15 de Agosto de 1903. Foi um homem em toda a extensão da palavra. Muito trabalho, probidade e altruismo — eis a synthese de sua vida. Socio bemfeitor do Instituto Historico, mereceu elogios do presidente desta sábia aggremiação e os do orador official, o sr. desembargador Pitanga.

Em Junho de 1890, chegaram a esta capital duas modestas religiosas franciscanas, pertencentes á pequena congregação do Sagrado Coração de Jesus, e tão pobres que só traziam como bagagem pequeno sacco de viagem.

Esta pobreza lembra bem a parcimonia com que viviam duas nossas patricias, as fundadoras do Recolhimento do Menino Deus, no antigo caminho da Bica, hoje rua do Riachuelo. Visitadas pelo governador e pelo bispo, não tiveram para lhes offerecer nem ao menos um tosco banco. E Gomes Freire de Andrade e d. frei João da Cruz sentaram-se na soleira do pequeno cenobio.

Chamavam-se as duas Franciscanas recemvindas: Teresa de Jesus, fallecida em Março de 1894, e a outra, Helena, que no mesmo anno se retirou para a Europa.

Occupava o bispado do Rio de Janeiro d. Pedro Maria de Lacerda. Com bondade, acolheu-as. Dirigiu-as para o padre Hym e para frei Fidelis, o abnegado capuchinho da guerra do Paraguai. Com o auxilio destes, foram as duas filhas do seraphico S. Francisco de Assis hospedadas no Collegio da Conceição, em Botafogo.

Regressava por esse tempo, da Europa, o precitado visconde.

Trazia em mente fundar um asylo para velhos. Por intermedio do padre Cruz Saldanha, entendeu-se o capitalista Almeida com as duas religiosas. Comprou este a casa e chacara do negociante Fosc, na Ponta do Cajú, e em Julho de 1890, lançaram-se as bases da formosa instituição. Foi inaugurada em 25 de Agosto deste anno, dia de S. Luiz, rei de França, protector monastico do fundador.

Como contrasta o proceder deste homem rico com o de outro argentario, hoje na pobreza, o qual mandava enterrar as sobras de seus banquetes, só para não dar aos pobres!

Lançada a bôa semente, teve o visconde dedicados cooperadores no commendador José Maria Teixeira de Azevedo, em seu filho Arthur M. Teixeira de Azevedo e em muitas distinctas senhoras da nossa alta sociedade.

Fundado o Asylo, recebeu novo reforço de religiosas, aqui chegadas em 25 de Agosto de 92. Taes são muito em resumo os primordios do Asylo, cuja fundação foi commemorada em 1907 pelo meu bom amigo e mestre o coronel Ernesto Senna.

Que elle me perdoe o haver tirado algumas notas de seu precioso livro *Basconhos e Perfís*, farto repositorio de coisas patrias e que tão justos elogios mereceu ha dias do critico do *Jornal do Commercio*, na edição de 31 de Agosto passado. Muita confiança me merece o meticuloso e exacto historiographo.

Visitei pela primeira vez essa casa tão cheia de tradições de piedade em companhia de alguns membros do Conselho Municipal (1895-96), do qual *minima pars* fui. Com toda a gentileza fomos recebidos pelo patriarcha.

Já então se podia avaliar a somma pelo nascente Recolhimento. Bem impressionados, inscrevemos no livro de visitantes os nossos parabens. Em caminho, o dr. Gabiso lembrou o dever que tinha a Municipalidade de auxiliar o albergue da velhice.

Neste tempo, passava a Prefeitura por grave crise financeira. Não obstante, consignámos no orçamento certa contribuição. Fizemos o que podiamos, não tudo quanto desejavamos.

Correram os annos. Fallecêra o fundador, deixando o nome aureolado pela fama de seus grandes e inexqueciveis serviços.

Partida a principal columna, nem por isto ruiu o modesto palacio dos invalidos. O visconde deixava discipulos e seguidores enthusiastas e dedicados. A prova tiveram todos quantos assistiram á festa do domingo passado. Só estive em companhia do dr. Pereira da Silva, o emerito excavador carioca.

Quantas transformações, e como é pasmosa a série de melhoramentos, por que passou o Asylo, desde 1896! Foram minuciosamente registrados pela imprensa do dia seguinte.

Do relatorio apresentado pelo presidente dr. Carlos Ferreira de Almeida, isto consta: — abriga o Asylo 148 desvalidos, sendo 44 do sexo masculino e 104 do sexo feminino. A receita foi de 173:036$490. Della se destacam: a subvenção de 20 contos, concedidos pelo ministro do Interior, dr. Esmeraldino Bandeira e 7:944$ de donativos e esmolas, com que as almas generosas não deixam de contribuir para a prosperidade do Asylo. A despesa importou em 47:826$600.

Foi este anno inaugurado o Pavilhão dos Velhos, com cuja construcção se despendeu a somma de 113:146$050, incluindo o commodo e elegante mobiliario. Indica tudo isto que o Recolhimento necessita de meios para alargar a esphera de sua acção de aconchego e de amparo a todos, e são muitos, os que desejam alli ser internados.

Ha na parede do vestibulo desta dependencia um quadro altamente suggestivo e empolgante. Representa a parte principal do Pavilhão. De um lado está sentada uma velhinha de resto encarquilhado. Do outro um infeliz, pés descalços, andar tropego, vestes em farrapos. Vem pedir protecção. Presto acode a recebê-lo o proprio Jesus Christo, que extende os braços e parece dizer: vem, meu filho, eis-me aqui. Sou o vigilante deste solar, em cujas ameias fluctua o alvo estandarte da minha eterna misericordia.

Ha nesta figura divinal tanta verdade, tanto consôlo, que vemos as lagrimas assomarem aos olhos de muitos visitantes. Este painel, — eloquente programma de piedade e de compaixão — vale por mil discursos. Bem fizeram os directores em o collocar alli. Comprehenderam perfeitamente, como disse célebre escriptor portuguez: "a caridade é a esponja do coração. Quanto mais espremo, mais bens deita de si."

Que dizer da alegria dos velhinhos e velhinhas, recebendo com flores os visitantes a se lembrarem em dia de

tantas galas tempos passados da juventude, sonhos que a mão inclemente da sorte de todo havia apagado!

Similhante agrupamento fez-me lembrar um facto occorrido com o conde de Irajá. Subia o prelado do Rio de Janeiro a ladeira da Conceição. Pobres e desvalidos aguardavam a sua chegada para beijar-lhe o annel e pedir esmola.

Alguem quiz dispersa-los. "Deixe-os em paz, é a minha guarda de honra, é a unica que convém a um bispo."

Encontrei no Asylo conhecidas. Uma dellas veiu ao meu encontro. Reconheci-a. Era uma antiga doente da Sancta Casa. Soffria de erysipelas; entrava para o hospital; curada, ia pelas ruas mendigar para sustento de um netinho. Morrera-lhe, porém, o ultimo laço, que a prendia a vida. Recolheu-se ao Asylo. Lá está, ha quatro annos contente e satisfeita e nunca mais teve erysipelas!

Ouviram-se bellos e eloquentes discursos. Fizeram-se justos e enthusiasticos brindes.

Faltou um. Eu o teria feito, si soubesse fallar em público. Seria dirigido ás abnegadas senhoras, heroïnas da caridade, a quem o Asylo deve a boa ordem, a economia na direcção interna — ás filhas dessa Congregação, em cujo seio se distinguem muitas patricias nossas.

Basta ver o emblema que trazem sôbre a rude estamenha para merecer todo o nosso applauso e muita admiração.

Saïmos do Asylo, eu e o meu amavel companheiro, levando gratas recordações por tão bem empregado dia.

Pungente antithese: mal tinhamos dado alguns passos para olhar a bahia e apreciar as bellezas de uma esplendida tarde, ouvimos a detonação de tres tiros de revólver.

Alli, o oasis abençoado da paz, da tranquillidade e do amor pelo proximo; aqui, o odio ruim e paixões mesquinhas, pretendendo aniquillar a vida de um nosso similhante!

Concluo. Realiza-se no proximo domingo grande festival em beneficio do Asylo de São Luiz, para a Velhice Desamparada. Todos devem concorrer com seu obolo em prol de uma das mais sympathicas instituições do Rio de Janeiro, a qual tanto deve merecer do grande e generoso povo desta cidade.

Que, felizmente, se não diga haverem o egoïsmo e a indifferença invadido de todo a alma nacional, consoante seu passado e tradições, sempre propensa a actos de piedade e benemerencia.

Domingo, 4 de Septembro de 1910.

CHARITA

Fui á terra, que deu nome aos Jacobinos da Regencia. Depois de velho, dei em passeador!

Quem não o será, tendo por amavel companheiro o dr. Pereira da Silva. Ao convite do meticuloso cicerone, não ha resistir.

O tempo estava carrancudo. Grossas nuvens envolviam o Corcovado e as montanhas da Tijuca. Tudo presagiava grande borrasca.

Audaces fortuna juvat. Mettemos a cara á sorte, e, mediante tres nickeis de duzentos réis, eis-nos em plena barca da Cantareira.

A formosa Guanabara não apresentava o garrido aspecto dos nossos esplendidos dias tropicaes. O céo parecia forrado de folhas de zinco.

O sol appareceu vermelho uma só vez, qual immenso olho de papagaio; espiou e foi-se. Navios embandeirados em arco; lanchas cruzavam o salso elemento. Saïram em direcção á barra dous grandes vapores. Pareciam vir sôbre nós. Dura illusão: a barca passou-lhes pela popa.

A balisa tropical, como lhe chamou Porto Alegre, isto é, o Pão de Assucar, estava limpo. No cimo fluctuava faceira a bandeira Nacional, beijada pelas brisas do mar alto.

Vinte minutos depois saltavamos na terra da Arariboia, cuja descendencia fôra publicada no *Jornal do Commercio* da vespera.

Tomámos o electrico. Levou-nos até o Canto do Rio. Este é o *Icarahy*, que, segundo Macedo Soares, quer dizer rio dos acarás, peixe escamoso de agua doce.

Pizarro assevera que nas sesmarias de Pedro Martins Namorado e de José Adorno (1565) leu Guarahy. (Entende que a palavra seja Cari-y). Seja que sancto fôr. Não sou forte em Etymologia dos selvicolas, que agora estão em moda.

Não pretendo, falta-me estro para celebrar as bellezas dos sitios percorridos.

Já foram cantados em prosa e verso, e até por poetas de meia tijella.

A nossa meta era a capella de S. Francisco Xavier, no sacco da *Charita*, na antiga fazenda de gado, pertencente aos Jesuitas. Estas terras foram antes de um certo Lucas Antunes, que pelo não não perca.

Outr'ora, no frontespicio da ermida estava gravada a palavra *Charitas* (Caridade); o povo corrompeu o distico e transformou em *Charita*.

Saltámos, e toca a caminhar, a caminhar sempre, *pedibus calcantibus*.

Todavia, existe já, ao longo da extensissima praia, linhas de bondes, postes electricos, e até pontos marcados de parada. Tudo está prompto. Só falta a inauguração.

Apezar da longa caminhada, o passeio é supimpa, a paizagem deslumbrante. O mar sereno beija com suas amorosas vagas as praias de *limpidas areias*. A vegetação das montanhas, luxuriante, communica ás aguas tons esmeraldinos. Faltou-nos um bom binoculo.

Distinguem-se, porém, perfeitamente a olho nú, as sinuosidades do sacco ou enseada da Jurujuba, limitada de um lado pela montanha do Pico, e do outro, pelo morro do Cavallão.

No primeiro está o fórte, mandado construir pelo marquez do Lavradio. Serve de padrasto á fortaleza de Sancta Cruz.

O segundo, célebre pela Garganta do Inferno, foi covil de ladrões e assassinos. Contam-se a seu respeito historias tetricas, conservadas pela tradição dos vaqueanos, no local. Hoje, já não ha disto. Atravessamo-lo, na volta, sem medo. O Cavallão regenerou-se. Galgando-o, encurta-se a distancia.

Que dizer das enseadas do Botelho, da Jurujuba, propriamente dicta, da varzea de Sambabaya, de Sancto Antonio, da ponta do Peixe Gallo, das calhetas da Areia Grossa, Charita, Sancto Antonio, etc.?

Toda esta nomenclatura nos foi fornecida pelo velho Salustiano, octogenario residente *in loco*.

De sitios tão aprazíveis tirou Pereira da Silva chapas photographicas. Previdente, levára a competente machina. Dava-lhe o aspecto de vendedor de joias, ambulante.

Acolá, vê-se o Hospital fundado em 1851. Tem prestado grandes serviços, principalmente em época de epidemias, que nunca mais nos devem voltar.

Além está a capella da Conceição, fundada em 1716, pelo padre Manoel Araujo, em terrenos mais tarde pertencentes a d. Maria da Assumpção, que os legou aos padres do Carmo, com a condição de festejarem a Virgem, no dia 8 de Dezembro.

Ha por alli tambem uma fazenda pertencente ao Seminario de S. José. Foi legada, si não me falha a memoria pelo

bispo Desterro, que a comprou ao ermão, o mestre de campo João Reimão.

Eis-nos em frente ao moinho, onde se ergue a almejada capella. Na praia brincavam semi-nús alguns petizes, tendo á cabeça amplos chapéos de palha. Tractavam de fazer fluctuar velhas latas de kerozene, puchadas por barbantes.

Grande surpresa nos aguardava no principio da ladeira! Nada menos que modesto monumento archeologico. Só por si constituia o *clou* da nossa romaria.

Tracta-se de uma columna de quasi tres metros de altura, feita de pedra e cal e encimada por uma especie de corucheo.

Está em parte destruida a inscripção da face anterior.

Lê-se, porêm, ainda:

Peão das Terras
...S. Xer. tombadas.........
da Costa Mimoso...........
o M. R. P. Antonio.............
Anno....

Em um dos lados, lê-se bem: *Rio*.

Tavbaté (nome do ribeiro, que vem de Pendotiba e servia de divisa ao terreno).

Este marco pertenceu aos Jesuitas; provam-no as armas da Companhia alli esculpidas. Delle se tirou uma chapa photographica; si saïr bôa, o Pereira pretende leva-la á *Careta*, contando com a bondade do Schmidt e do Bhering.

Não se perderá assim a memoria desse marco, arriscado a desapparecer, graças ao vandalismo de muita gente.

Ao subir a ladeira solitaria, iamos meio desconfiados; poderiamos ser tomados por gatunos ou gente de arrelia, e ter pela frente algum cerbero.

Voltando á casa, verifiquei que o peão foi chamado nos primeiros tempos do seculo XVIII. Manoel da Costa Mimoso aqui esteve como ouvidor geral, no tempo do *Onça*. Nomeado em 14 de Dezembro de 1726, foi substituido por Fernando Leite Lobo, nomeado em 11 de Janeiro de 1731.

No adro da capella, contemplámos a fachada da *Charita*, modernamente reconstruida.

Já não tem a palavra *Charitas*, que devia ter sido conservada; a torre pequena, sino pequeno, janellas e portas pequenas, tudo homœopathico.

Ouvimos sons de piano.

— Bom, dissemos com os botões dos nossos sobretudos: aqui ha gente, que tomou chá em criança. O sacristão tracta-se. Não é nenhum *quidam*.

O Pereira da Silva metteu a cara a uma janella e bateu palmas. Apresentou-se respeitavel senhora, e em seguida vimos as carinhas de moças, todas espantadas da nossa audacia, naquelle ermo, onde só se ouvia cantar o sabiá, em frondosa mangueira.

Nova e agradavel surpresa: todos, gente nossa conhecida!

Quem não conhece o Candido do Bomsuccesso, o Candinho do Carmo? Era a familia do Candinho, composta de sua esposa, duas filhas e duas cunhadas. Candinho tinha ido á cidade, naturalmente para vêr a parada.

Escuso contar que nos foram abertas todas as portas, inclusive a da capella, pequena e asseiada, com tres altares, côro, pulpito, etc.

Na sacristia, deparámos com um armario feito com madeiras do paiz, embutido na parede e com muitos escaninhos. Tem na parte superior a data 1696.

Esta antiga obra de marcenaria foi restaurada em 1906, por distincta senhora da familia Fróes, dona da antiga fazenda dos Jesuitas.

Deste velho armario falla monsenhor Pizarro. Dahi conclue que os da Companhia de Jesus tomaram posse dessa propriedade annos antes daquelle anno.

Nas várias dependencias da casa tudo indica antiguidade. Basta ver as paredes, as pesadas portas e as almofadas desta, do estylo do seculo XVII.

Tomámos saboroso café, coado em sacco.

Formou-se um grupo, que foi logo photographado pelo Pereira, com seu apparelho instantaneo. Houve animada palestra. Deixámos lembranças ao Candinho, e partimos, levando gratas recordações de um dia tão bem passado.

Subimos o Cavallão, — outro surprehendente panorama mais de se imaginar do que de descrever.

Tomámos o electrico na rua de Mem de Sá e, em seguida, a Barca. Chegámos á estação ás 5 1|2. Aqui havia chovido torrencialmente. Em Jurujuba nem um pingo de agua. Escapámos de bôas.

E foi assim que festejamos modestamente o grande dia 7 de Septembro de 1910.

E que mais suggestiva commemoração: lembrar durante o grande passeio os nomes de Mariz, do Arariboia, de Salvador Corrêa, de d. João VI, de José Clemente, de D. Pedro I, de Jorge Avilez, de Paulo Candido, dos presidentes Pedreira

e Domiciano, de Floriano Peixoto, de Nilo Peçanha e do grande patriarcha da Independencia José Bonifacio, que morreu em S. Domingos?

Só não pudemos vêr a casa em que falleceu o *mano Jué*, como lhe chamavam os seus dedicados ermãos Martins Francisco e Antonio Carlos.

Não ha prazeres completos!

Domingo, 11 de Septembro de 1910

AS TURMAS

Fatidicos foram para os nossos avoengos estes dias de Septembro que vão passando.

Completam-se amanhã (19) precisamente 200 annos, que a cidade do Rio de Janeiro foi invadida pelo Francez João Francisco Duclerc. Pagou caro a imprudencia, pois os habitantes o derrotaram. Deram provas de valor e galhardia.

No anno seguinte, quasi dia por dia, foi a mais importante cidade da colonia portugueza theatro de horriveis calamidades, alvo de nutrido bombardeio, dando em resultado susto, lagrimas e perdas de vida.

Lembrarei rapidamente um é outros factos. Servem de explicação ao titulo, que encima estas nossas despretenciosas notas, modestamente commemorativas.

Como é muito sabido, Duclerc á frente de alguns navios intenta forçar a barra. E' repellido pela fortaleza de Sancta Cruz. Dirige-se para o Sul e pretende saltar em varios pontos da costa. Não o consegue. Afinal em 11 de Septembro de 1710 desembarca em Guaratiba.

Caminha com a gente de sua expedição atravez de montes e valles. A 18 chega ao Engenho Velho pertencente aos Jesuitas. Ahi pratica depredações. No dia seguinte vem em direcção á cidade buscando sempre atalhos.

Do Barro Vermelho e Catumbi segue pelo caminho da Bica ou de Mata cavallos. Soffre perdas na altura de Sancta Tereza. Não obstante dirige-se pelas ruas, hoje Evaristo da Veiga e Chile até o Porto. Divide seus soldados em differentes grupos, que são atacados nas esquinas das ruas e trucidados.

Das janellas os moradores fazem nutrida fuzilaria.

Chega á rua Direita e busca apoderar-se da Casa dos Governadores, então perto da Alfandega, no sitio em que está hoje a nova Praça do Commercio. Encontra viva resistencia. Batidos neste porto, os Francezes apoderam-se do trapiche da cidade (rua do Mercado, onde existe um posto de Bom-

beiros). Afinal são obrigados a entregar-se e caem prisioneiros. Após a capitulação, é Duclerc levado para o Collegio dos Jesuitas, no morro do Castello.

Durou a refrega cêrca de duas horas.

Nesse dia de gloria muito se distinguiram o frade frei Francisco de Menezes, os estudantes commandados pelo capitão José da Costa Freire e a arraia miuda composta de paizanos e da negrada. Esta havia affluido ao conflicto, pensando tratar-se simplesmente de uma festa 1.

A pedido de Duclerc o governador Francisco de Castro Moraes o removeu para casa do ajudante do tenente Thomaz Gomes da Silva, no canto da rua João Azevedo (hoje rua general Camara e Quitanda). Alli, em 18 de Março de 1711, foi o imprudente Duclerc mysteriosamente assassinado.

Pelos feitos do dia 19, grande foi a alegria dos moradores da cidade. Houve luminarias, repiques de sinos, festas civicas e religiosas. A estas de bom grado se associou o bispo d. frei Francisco de S. Jeronymo. Ordenou que para o futuro fosse de guarda o dia de S. Januario, que todos os annos se fizesse uma procissão solemne em memoria da victoria.

Com taes factos não se embriagou o governador. Contava com as represalias dos Francezes, que viriam vingar a morte do seu compatriota. Mostrou ao Governo o estado das fortificações.

Pediu providencias á metropole. Não foi attendido.

Em Brest organizava-se contra o Rio de Janeiro formidavel expedição, commandada pelo célebre Duguay-Trouin.

Em 12 de Septembro de 1711 chega ás nossas aguas.

Graças a intenso nevoeiro força a barra e dá fundo na *formosa* Guanabara.

Em 13 apodera-se da Ilha das Cobras; divide as forças em tres corpos e occupa as eminencias. Estabelece quartel general no palacio do bispo. Em 20 começa, á noite, o bombardeio.

Ao troar dos canhões cruzam-se no ar sinistros relampagos e ribomba o trovão.

Desaba tremenda tempestade, que alaga todas as ruas. Os rios transformam-se em verdadeiras cachoeiras.

A população foge espavorida e procura as redondezas. A agua chega aos peitos dos infelizes moradores, que deixavam a cidade preza das chammas. Morreu muita gente, e as chronicas relatam com minucias os horrores dessa noite, cuja memoria infanda perdura por muito tempo na memoria dos habitantes da cidade de S. Sebastião.

O governador teve de capitular, pagando grande contribuição em dinheiro, bois, caixas de assucar para resgatar o

Rio de Janeiro. Os invasores tudo saqueavam e destruiam, sendo innumeros os prejuizos.

Por muito tempo passou o infeliz Castro Moraes por trahidor e covarde. Da leitura dos autos do processo e graças ao trabalho do barão do Rio Branco, de Felisbello Freire, de Mario Behring e de Eduardo Peixoto vai sendo rehabilitada a memoria desse governador.

Está provado que elle não poude resistir. O unico culpado foi o Governo.

Não preveniu os successos, que eram infalliveis por motivo da guerra entre Portugal e França. Entretanto foi Castro degredado para a India. Em 1721 ainda estava preso. Só mais tarde seguiu o seu triste destino.

Em compensação a critica historica reduz hoje as bravatas de Duguay-Trouin cujos biographos exaggeram seus feitos pintando a nossa cidade como perfeitamente fortificada e quasi inexpugnavel.

Ora, á invasão de 1711 prende-se ainda o nome do bispo S. Jeronymo.

Ante tão desastrosos successos o prelado abandona sua residencia e foge para o interior. Refugia-se segundo é fama, nas furnas da Tijuca, ás quaes o povo dera o nome de Pedras Sanctas.

Estudou-as Agassiz, quando aqui esteve em 1865, e explicou a deslocação desses immensos blocos de pedra de accôrdo com a theoria das geleiras. De então para hoje as pedras sanctas passaram a ser conhecidas pelo nome de *Furnas de Agassiz*.

O eminente homem de lettras dr. Teixeira de Mello, em suas *Ephemerides* attribue o refugio do bispo na Tijuca ao tempo de Duclerc (1710). *Data venia*, não me parece exacta.

Não se comprehende como S. Jeronymo para evitar os invasores buscasse guarida em sitio, por onde elles vinham caminhando. Seria metter-se na bocca do lobo.

Quero crer ter-se dado o facto na segunda invasão (1711). Isto está mais de accôrdo com os acontecimentos.

Duguay-Trouin encontrou o palacio da Conceição abandonado. Ahi fixou sua residencia como centro de todas operações de guerra.

Não é possivel hoje dizer si S. Jeronymo nas Furnas permanecia até a partida dos Francezes, ou si depois se aboletou em alguma casa das vizinhanças.

E' certo porêm que sua ausencia foi prolongada. Os bispos eram sempre ouvidos em junctas sôbre todos os negocios da administração. Nas importantissimas reuniões, que se fizeram sôbre a entrega da cidade, seu nome não apparece. Só em Dezembro assistiu a juncta, em que foram propostos

os meios de tributar-se a população para fazer face ás grandes despezas com o resgate.

Mas é tempo de algo dizer, porque tomei as Furnas para titulo desta chronica. Confesso meu grande peccado. Nunca tinha ido apreciar de perto aquellas maravilhas da sábia natureza. Conhecia estes penedos erraticos por vagas descripções e pelas noticias dadas por todos quanto lá tinham ido, quando os meios de transporte eram mais difficies e os caminhos, lamosos e ruins.

Hoje tudo está mudado. Desappareceu a estrada *Quebra cangalhas*. A via publica pode ser percorrida com facilidade. Não ha receio de tombos nem de atoleiros. Já se passa alli, com si estivessemos numa das avenidas da cidade. Até ao Alto da Bôa Vista vai-se commodamente no electrico. Dahi ás Furnas um queijo, para quem não tem cavallo, carro puchado á quatro ou um *fon-fon*.

Não se sente porém a caminhada, taes e tantas são as payzagens que se deparam aos olhos do visitante.

O espectaculo das alcantiladas montanhas, cobertas de assombrosa vegetação, o ruido das aguas a deslisarem-se por entre alvas pedras, tudo encanta e empolga.

Alli é uma casinha occulta entre a densa mattaria, a lembrar o tempo em que destes sitios foram donos Salvador Corrêa de Sá (o velho) e seus descendentes.

Acolá verdadeiros palacios construidos com luxo e elegancia, taes como o solar Itamarati, os antigos hoteis Jourdan White, e o palacete Matta Machado, onde existe pequena capella dedicada a S. Sebastião.

Na bifurcação das estradas, uma que desce para as *Furnas* e a outra que vai para o Cochrane, Vista Chineza, Mesa do Imperador e segue para o Macaco, nota-se pequeno monumento dedicado a Luiz Pedreira do Couto Ferraz (visconde do Bom Retiro).

Despenha-se de um monte alcantilado o rio da Cachoeira. Passa pelas *Furnas* e vai formar a Cascata Grande. Desagua na barra da Tijuca.

Chega-se enfim ás suspiradas *Furnas*. Deante de tanta maravilha fica-se estupefacto. Formam esses penedos grutas, abobadados, etc., cobertos por lindissimas parasitas. Tudo é grande e maravilhoso. Como é que durante seculos e seculos, taes pedras se mantém equilibradas ? A isto se póde chamar a gymnastica da nossa *Naturaleza*.

Ao regressar cheguei a perdoar a imprudencia de Duclerc, as tropelias de Duguay-Trouin e o medo do bispo São Jeronymo.

Foram elles que me proporcionaram ensejo de, antes de morrer, apreciar tão surprehendente espectaculo, do qual jámais me esquecerei. As *Furnas* e os soberbos panoramas da Tijuca.

18 de Septembro de 1910.

LARGO DA CARIOCA

Não gosto de tomar café, principalmente ao caïr da noite. A famosa planta de bagas côr de rubi e de folhas esmeraldinas ataca-me os nervos, produz-me insomnia. E si tardiamente Morpheu me embala nos seus braços, é para me causar pesadelos ou sonhos. Bom é quando estes são mentirosos, como dizia Camões, lusitano assombro da epopéa, como lhe chamava o Velho da Silva.

Ora, em uma destas ultimas tardes, para mostrar que tomei chá em criança, fui obrigado a acceitar uma chavena da preciosa bebida, hoje tão sophisticada.

O resultado foi inevitavel. Eram mais de duas horas da madrugada e eu ainda não tinha pregado olho. Já os *garys* tinham começado a sua faina: limpar para os outros sujarem. Ouvia o trilar monotono dos apitos dos guardas nocturnos. Gallos cantavam nos quintaes vizinhos. Ao longe os sinos de São Bento chamavam os frades ao côro. Roncava a barca da Cantareira, convidando os notivagos retardatarios a se recolherem aos penates da banda d'além. Pela rua do Padre Vicente ou do Açougue Velho passavam carroças em direcção ao Mercado Novo. Enfim a cidade ia despertar, e eu nada de dormir.

A lua exclarecia o meu modesto aposento, *regebat nocturnos equos*, como dizia o poeta Ovidio; derramava luz doce e serena. Si fosse vivo o Halbout, protestava contra o *doce*, perguntando-me si a luz tem assucar. Deixem porém passar a doçura, mesmo porque como se verá, trata-se de aguas que tornavam afinadas as vozes dos antigos Tamoios, davam inspiração as poetas e mimosos carões ás damas. Isto é de Rocha Pitta.

Em desespêro de causa accendi um havana, feito no Brasil, alli na casa do Portugal, no largo da Carioca, e afinal consegui conciliar o somno.

— Sonhei. Aos pés do meu leito vi sentado alto cavalheiro, de cara escanhoada como padre, cabelleira de cachos. Vestia armadura á antiga. Uma das mãos, a sinistra, empunhava comprido bastão com castão de ouro e borlas pendentes.

Com a direita mostrava-me um jornal, que reconheci depois ser *O Paiz.*

— Sombra implacavel, gritei, pavoroso espectro que me queres, porque me persegues !

— Não te assustes, contador de pataratas. Logo te direi quem sou. Por agora silencio e escuta. Procuro-te, porque sei que és meu camarada. Sempre que te referes á minha individualidade o fazes com respeito e justiça. Devo-te um favor: a restauração do meu retrato, obra do Manuel da Cunha, atirado havia seis annos a um canto da antiga Casa da Camara. Foi uma felicidade os ratos não haverem dado cabo d'elle ou ter ido para a casa de algum algibebe.

Sabes, como em meu tempo não eram permittidos engrossamento ás pessôas vivas. Foi excepção especial concedida pelo rei Nosso Senhor que eu tivesse a minha effigie no Senado desta cidade. Attribuo o favor á intervenção do meu amigo Sebastião de Carvalho (mais tarde marquez de Pombal). Bem certo é o dictado: quem tem padrinho não morre pagão.

— Pelo que vejo v. ex. é o conde de...

— Cala-te e ouve ao que vim. Trata-se da mudança do nome do largo da Carioca, e eu li nesta folha o bem lançado protesto escripto por illustre dama, carioca das cinco gemmas, com palavras patrioticas, proprias de um animo varonil. Ao le-las lembrei-me de d. Angela do Amaral, a "ceguinha" que me dedicava versos enthusiastas.

Vae. Procura-a e dize-lhe que receba os meus parabens. As suas palavras encontrarão echo em todos quantos amam as tradições de antanho. E assim devia ser. Foram as aguas do rio, cujo nome se quer apagar, que communicaram ás suas patricias a graça, a bondade, a belleza, o talento, os encantos enfim, apanagio das Cariocas de todos os tempos.

Mas o povo protestará contra as novas placas. Temos para exemplo as ruas Direita, do Ouvidor, o Rocio, o Campo de Sant'Anna, etc. Conservam na memoria popular os antigos nomes, apezar de mudados ha muito tempo.

O povo é muitas vezes uma criança.

Obedece á moda. Vai para onde o levam.

Quem conhece hoje o antigo rio Carioca ?

Quem se lembra do antigo chafariz construido pelo meu antecessor Aires de Saldanha ? D'aqui a pouco nem vestigios haverá do grande encanamento que tantos cuidados me custou. Os celebrados arcos já não servem para conduzir agua á cidade. Quem falla hoje em rua da Guarda Velha, a qual já teve o meu nome, porque fui eu quem a aterrou e para dar exemplo fiz edificar grande sobrado, onde depois se construiu a Imprensa Nacional ?

Alli morou o Castello Branco. Trouxe do Pará para o Rio de Janeiro o café, que depois se propagou, constituindo importante ramo de riqueza pública. Entretanto, este benemerito, que foi meu testamenteiro, não tem o nome nem na esquina de qualquer estreito beco!

— Desculpe-me v. ex. interrompe-lo. Dizem que os encanamentos custaram muito pouco dinheiro, uma bagatella.

— Distingo. E' exacto, si v. mcê. comprar com o valor da moeda de hoje. Sei que durante perto de um seculo muito se gastou, até as aguas chegarem ao antigo sitio da lagôa de Sancto Antonio, depois campo do mesmo Sancto e, mais tarde, largo da Carioca.

Vinham encanadas por meio de calhas pelo sopé dos morros até o das Mangueiras na chacara por mim comprada ao Rabello Pereira. D'ahi eram encaminhadas pelos arcos velhos até o Campo d'Ajuda, na direcção da hoje rua Evaristo da Veiga. Só lhe posso dizer que antes do meu tempo os encanamentos haviam custado seiscentos mil cruzados, e o povo não tinha agua.

Os arcos novos, feitos por mim, ahi estão firmes e sem rachar.

E' que eu e o Alpoim fiscalizavamos as obras para evitar espertezas, que dantes se haviam dado. Houve até um conservador, que se safou com o cobre e deixou de bocca aberta um dos meus predecessores.

Imagino a alegria do povo quando a agua chegou ao hoje largo, cujo nome vai desapparecer.

Fomos o Aires e eu proclamados paes do povo e bemfeitores da humanidade.

Isto não bastou a que me chamassem depois trahidor e me imputassem a perda da Colonia do Sacramento. Recebi cartas anonymas e por isto morri de desgosto. Ora, ahi tem v. mercê mais uma prova da instabilidade da gratidão dos contemporaneos. Depois caï por muito tempo no exquecimento, até que o Passos de mim se lembrou, dando-me uma Avenida.

— V. Ex. não pode ter razão de queixa. Afinal chegou a justiça da Historia.

— Por Deus, não me falle nesta senhora, que é tão vária como o camaleão. Segue para onde a levam. E' Maria que vai com as outras. Veja o que tem acontecido com d. João VI, tão amigo como eu dos Brasileiros e dos Cariocas. Desta predilecção me fez carga o meu successor, o atrabilario conde da Cunha. Hoje vivemos em paz e somos camaradas como Augusto e o Cina no dramalhão de Corneille.

— Vejo que V. Ex. reprova a mudança do nome do Largo da Carioca. Este nome nada significa hoje. Os au-

ctores divergem sôbre a etymologia, que para uns significa: "Casa d'agua corrente", "Casa do Branco"; para outros, "agua corrente da pedra", "Mãe d'agua", para estes, "Casa da fonte" e para aquelles "Casa dos Carijós".

— Não sou fórte em lingua tupi, apezar de ter estado com caboclos nas Missões. Deram-me elles agua pela barba (bem como seus protectores, os padres da Companhia. Mas deixemos de embroglios. Carioca para mim significa ou antes é a synthese de tudo quanto de grande tem produzido este maravilhoso canto da terra: talento, bravura, virtudes civicas, abnegação, patriotismo. Carioca quer dizer Salvador Benavindes, Antonio José, Sousa Caldas, Moraes e Silva, Magalhães, Mont'Alverne. Octaviano, José Mauricio, Francisco Manuel, Laurindo, Pedro II e outros, muitos outros. Carioca significa, pois, um patrimonio de glorias e não pode ser riscado de uma praça publica, onde o povo que lê e observa tem todos os dias licção de proficuo ensinamento. E' por esse motivo que procurei v. mercê para tambem protestar contra a mudança.

— Continúo a ouvir com a maxima attenção.

Obrigado. Esta nossa entrevista, ou *interview* como agora se diz, já vai longa. Tenho pressa de entrar em Sancta Tereza antes que as feiras acordem.

"Si ainda for tempo, diga ao Serzedello que mande pregar as novas placas na Avenida do meu nome. Trata-se de um militar, de um camarada, e eu me darei por bem satisfeito com a substituição. Já vê v. mcê. que tenho espirito de classe. Mas apagar do largo o nome de Carioca, isto nunca!

Acordei, atarantado ao ouvir o apito de uma fabrica, cuja fumaça tanto incommoda os funccionarios da Caixa Economica. Eram 6 horas. Protestei nunca mais tomar café depois do jantar.

Explica-se o meu sonho pelo seguinte: durante o dia havia eu mostrado a um consultante na Historia do Varnhagem o melhor retrato que conheço do homem, cujo nome se liga ao aqueducto da Carioca. Eis por que conservei toda a noite com Gomes Freire de Andrada, 1° conde de Bobadella, sargento-mór de batalha e governador desta terra no tempo do *quero, posso e mando!*

Domingo, 25 de Septembro de 1910.

S. FRANCISCO DE ASSIS

O largo, cujo nome pretendem mudar, teve, tambem, outr'ora, dias de gala e alegria.

Refiro-me aos primordios deste mez de Outubro, em que, no dia 4, os Capuchos do convento de Sancto Antonio faziam celebrar a festa de S. Francisco, patriarcha de Assis.

O *fervet opus* começava na vespera. Bimbalhavam os sinos da velha casa conventual. Cabeças de alcatrão ardiam ao longo da ladeira, occupada hoje em parte pela Companhia Carril Carioca.

Capineiros arrancavam hervas, que haviam crescido desde Junho, depois da festa do orago do convento, o thaumaturgo portuguez e paduano Sancto Antonio.

De quando em vez riscavam o ar foguetes ou gyrandolas, não ensurdecedores, como os de hoje, dos ouvidos do proximo.

Naquelle tempo não se conhecia a dynamita, cujos estrondos são capazes de arrebentar as membranas dos tympanos da misera humanidade.

Isto contra o disposto nas posturas municipaes, escriptas, discutidas e promulgadas só para inglez ver.

Nas janellas do convento viam-se collocadas lanternas de folha de Flandres, tendo accesas velas de cêra. Não era propriamente uma illuminação *a giorno*. Enfeitava-se o nicho da portaria com sanefas de sêda.

Grande era a dobadoura na barbearia do convento: os frades davam a cara aos leigos para serem escanhoadas, bem como aparados com tezoura os cabellos dos cercilhos e dos cogótes.

Pelos escravos eram lavados com casca de côco e areia a egreja, cellas e corredores.

Os religiosos escovavam e com páo campeche limpavam habitos, capas e capuzes para figurarem no dia seguinte.

Enfim ninguem pregava olhos nessa noite á espera do dia seguinte, que logo pela aurora era saudado pelos frades com hymnos apropriados de rigoroso canto-chão e rezados ao som da magnifico orgão, que ainda hoje existe e cujos accordes em nossos dias foram tão apreciados por distincto parlamentar, eximio jurisconsulto e verdadeira alma de artista, que por muito tempo residiu em Sancto Antonio.

Todo esse reboliço era devido ao facto de esperarem os frades a visita, no dia 4, do principe regente, depois rei d. João VI, que accompanhado por seus filhos e por toda a fidalguia, nunca deixou (1809 a 1820) de comparecer á festividade do

grande S. Francisco de Assis, pae espiritual dos frades Capuchos ou Menores.

Esta romaria régia ao convento situado outr'ora a cavalleiro da lagôa de Sancto Antonio era devida, ao que dizem, a um voto feito por d. João IV quando simplesmente duque de Bragança.

Caçava este em Villa Viçosa. Appareceu-lhe um mendigo a pedir esmola. O duque, que apezar de sangue real tinha como todos nós, seus azeites, deu um pontapé no pobre pedinte. Este tomou ares de nigromante e roga a seguinte praga: os primogenitos de tua casa terão vida breve e morrerão antes de attingir a juventude.

Acclamado em 1640 rei de Portugal, viu-lhe logo após morrer seu primogenito o esperançoso d. Theodosio. Ficou com a pulga na orelha e fez promessa de alistar-se com os seus, entre os ermãos de S. Francisco, bem como de assistir annualmente á festa do dia *4 de Outubro*. Seus descendentes continuaram tão piedosa pratica.

Ao chegar ao Brasil em 1808 o filho de d. Maria I não se esqueceu de cumprir tambem o voto; excessivamente amigo de frades e muito carola, d. João tinha razões para logo fazer commercio de amizade com os Capuchos do Rio de Janeiro.

Nunca pensou em ser herdeiro da corôa. Devia esse facto á morte do primogenito d. José, o principe querido do marquez de Pombal e fallecido na flôr dos annos. Lembrava-se sempre do futuro d. João VI que lhe podia caïr o raio em casa e por isso nunca faltou á festividade, da qual me occupo.

De S. Christovão vinha em carro de gala, seguido por esquadrão de cavallaria e accompanhado pela sua côrte compacta de fidalgos ou cabeçudos, como lhes chamava a *zé povinho*.

No largo era saudado pelos vivas do povo embasbacado por tanto luxo. Subia vagarosamente a ladeira.

Parava para ouvir o murmurio das aguas da Carioca, que pelo aqueducto iam cahir no reservatorio em forma de torre ainda existente, e dahi seguiam para o antigo chafariz construido por Ayres de Saldanha e Albuquerque.

Recebido ao som dos sinos pela communidade debaixo de pallio assistia á festa e ao *Te Deum*. Passava todo dia no Convento. Lá jantava.

Para dar provas de humildade sentava-se a uma das pequenas mesas do refeitorio. Servia-se do modesto cardapio dos frades e utilizava-se dos seus pobres garfos, facas e colheres.

Da chacara vinha contudo em baixellas de prata as mais supimpas eguarias para não dizer *menu*.

Pois bem, dizem chronistas que d. João mandava distribuir pelos pobres a saborosa pitança. Nesse dia, é escusado dizer, os pobres passavam á tripa forra e bendiziam o principe, que por amor a S. Francisco se privava dos predilectos frangos assados.

Saiu-me da penna esse aranzel ao ver o modo por que os actuaes franciscanos se preparam para a festa do dia 4.

O velho convento e egreja, todos catitas: telhados renovados, frontaria caiada e até o enferrujado *Chantecler* da torre lambeu-se com uma pintura fingindo ouro. Agora fica um verdadeiro gallinho de azas douradas.

Já muito se tem escripto sôbre a primeira chegada dos Franciscanos ao Rio de Janeiro em 1592, no tempo de Salvador Corrêa de Sá (o Velho).

Não repetirei como estes religiosos se passaram para o actual morro em tempo de Martim de Sá e alli fundaram casa sob a direcção de frei Vicente do Salvador, mui conhecido pela sua ***Historia da Brasil***.

Foram sempre os Franciscanos mui estimados pelo povo, pelo seu saber, virtudes e serviços prestados á causa pública. Alli figurou brilhante pleiade de homens notabilissimos. Basta citar S. Carlos, Sampaio, Mont'Alverne, Rodovalho Lado de Christo, Velloso, Sancta Leocadia, Solano, Coração de Maria, o sancto Fabiano de Christo e esse bom e patriota, fallecido ha pouco, frei d. João do Amor Divino Costa, que teve epitheto de Ultimo Abencerrage!

Nas aulas do convento estudaram muitos jovens que não seguiram vida sacerdotal, mas que se tornaram depois uteis á patria e conseguiram destaque nas artes, sciencias e lettras.

Da antiga Camara do Rio de Janeiro, com approvação do governador, mereceu o Convento especial favor. "Dentro da sua cerca de conserva um annel d'agua, tirada, diz Pizarro, dos aqueductos da Carioca, graça confirmada por Ordem de 13 de Junho de 1742, com a condição de ser por um registo, que se abra sómente quando fôr necessario, e como a toda hora do dia he necessario esse liquido, tambem a toda hora está aberto o registro."

Não quero dizer com isto que se colloque lá algum hydrometro. Teve a casa desta cidade o privilegio de não pagar direitos de vinte pipas de vinho annualmente, jurando que eram para seu gasto.

Gozou tambem da graça de não pagar direitos dos generos mandados vir de fóra para seu provimento e de suas egrejas, em conformidade do decreto de 2 de Janeiro de 1807.

"Além dessas mercês, accrescenta Pizzarro, desfructou uma ordinaria, que a inimitavel Liberalidade e Grande Piedade

dos Nossos Augustos Soberanos lhe permittio de sua Real Fazenda".

Esta ordinaria verifiquei ser de noventa mil reis annualmente.

Para dar idéa do número dos religiosos franciscanos basta lembrar o que se lê na *Revista do Instituto Historico*, tomo 65°.

Só a Provincia da Conceição, composta de treze conventos, dous hospitaes e tres aldeias, tinha, em 1765, 268 religiosos sacerdotes, 114 coristas, 78 leigos e 20 donatos.

Esse número foi gradativamente diminuido, até que, em 1855, foi prohibida a entrada de noviços. Em Janeiro de 1872 só existiam, em toda a Provincia, seis religiosos.

O ultimo sobrevivente foi depois frei João do Amor Divino Costa.

E Ordem tem de desapparecer, si este, depois da separação da Egreja do Estado, não tivesse convidado alguns confrades a ajuda-lo na nobre faina de reerguer esse monumento religioso de tantas e tão gloriosas tradições. Parece que os novos, depois da morte do seu chefe, procuram reerguer do aniquilamento a Provincia Franciscana da Senhora da Conceição, cuja casa primacial é o Convento do morro de Sancto Antonio.

Este bemaventurado, como é sabido foi soldado raso, teve o posto de capitão em 1710 e foi elevado a sargento mór em 1810, a tenente-coronel em 1814, por d. João VI e obteve a grã cruz da ordem de Christo.

O rei fez-lhe presente de um rico bastão de unicornio.

Muito antes recebera o Sancto outro de marfim, dado por Sebastião da Veiga Cabral, governador da Colonia do Sacramento.

Por muito tempo o dominio directo do morro de Sancto Antonio pertenceu ao papa. Era o resultado de uma clausula exarada na escriptura de 19 de Abril de 1607, pela qual o governador Martim de Sá e a Camara do Rio de Janeiro faziam concessão do monte aos religiosos para edificarem a egreja e convento.

Tal clausula rezava pouco mais ou menos assim: e como a Regra franciscana não permittia o dominio directo sôbre quaesquer bens, similhante doação á ordem seria unicamente de usofructo, transferindo-se desde logo para o summo pontifice o dominio directo sôbre o monte cedido.

Tal posse já não subsiste pelas razões allegadas no parecer luminoso do dr. Tristão de Alencar Araripe Junior em officio dirigido ao ministro da Justiça em data de 25 de Junho de 1891 e reproduzido pela imprensa em Maio do corrente anno.

Neste documento encontraram-se todas as informações sôbre tão importante assumpto. Por elle se prova que o governo é senhor de todo o morro de Sancto Antonio.

Peço, porém, venia para uma pequena lembrança, tendente a salvaguardar direitos da nossa Municipalidade. Em grande parte do morro o Governo só póde ter o dominio util; o directo pertence ao partido do municipio do Districto Federal.

Basta ver as duas medições da sesmaria da Camara (1667 e 1753).

Todos os terrenos, além da linha de demarcação, são foreiros á Municipalidade.

Ora ahi está como, sem querer, caï em pleno dominio dos soporiferos alfarrabios.

Domingo, 2 de Outubro de 1910.

A ACCLAMAÇÃO

(12 DE OUTUBRO DE 1822)

Proclamada em 7 de Septembro de 1822 a Independencia do Brasil, o principe d. Pedro dirigiu-se, logo após, de São Paulo ao Rio de Janeiro.

Em menos de oito dias transpoz a cavallo a immensa distancia, que separa estas duas localidades.

Tal foi a pressa da viagem, que foi deixando em caminho extenuados de fadiga e com os cavallos estropiados e caïdos os personagens do séquito.

Quasi só, chegou a esta cidade e na noite de 15 de Septembro apresentou-se no real theatro de S. João, levando no braço esquerdo a legenda em lettras de ouro — *Independencia ou Morte*.

Descrevem os jornaes do tempo o júbilo e o enthusiasmo da população, vendo de perto o homem considerado então o primeiro dos patriotas, o defensor perpetuo desta grande terra.

Não se calculam as explosões de dedicação, de quasi phanatismo, com que era saudado o heróe do Ipiranga, como lhe chamavam todos quantos haviam contribuido para os successos que se vinham desenrolando desde a partida do rei d. João VI.

Fundado o Imperio, era urgente a acclamação do monarcha. O Senado da Camara composto de José Clemente Pereira, juiz de fóra e presidente dos vereadores, João Soares de Bulhões, José Pereira da Silva Manuel, Domingos Vianna Gurgel do Amaral, do procurador José Antonio dos Santos Xavier, reuniu-se em sessão extraordinaria em 10 de Outubro de 1822.

A esta importante reunião estiveram presentes os homens bons, que no Senado haviam servido, bem como os mais dignos cidadãos de todas as classes civis e militares. Dirigiu-lhes a palavra José Clemente, dizendo-lhes ser necessario quanto antes a acclamação de d. Pedro como imperador do Brasil, e que o Senado, á vista do consenso de diversas Camaras não só do Rio de Janeiro, como de Minas, Espirito Sancto e S. Paulo, havia deliberado escolher o dia 12 de Outubro para aquelle solennissimo acto. Convocava o povo para receber sua definitiva opinião com absoluta franqueza e plena liberdade. Foi tudo approvado, e os populares que enchiam o largo de S. Francisco de Paula, ao saberem da resolução, proromperam em vivas.

Ficou assentado que o Senado e os procuradores das Camaras acclamariam em público o imperador. Devia-lhe ser grata a escolha dessa data, porque em tal dia completava o principe 24 annos. E eis porque a cidade do Rio de Janeiro anciosamente esperava o amanhecer de 12 de Outubro.

Para tal fim vestiu-se de galas. Juncavam as ruas folhas e plantas aromaticas; colchas de sêda pendiam das janellas. Por toda parte bandeiras e galhardetes.

Aqui e alli erguiam-se arcos triumphaes, sendo os mais notaveis: o da rua de S. Pedro, no Campo de Sanct'Anna, dedicado á nova patria de Pedro; o da praça da Constituição, dedicado ao Genio brasileiro; o da rua do Ouvidor na emboccadura da rua Direita, dedicado ao amor conjugal; o da rua do Ouvidor ao saïr ao largo de S. Francisco, dedicado ao commercio; o da rua Direita, dedicado á prosperidade do Brasil. Em diversas ruas viam-se coretos, que a seu tempo seriam occupados por bandas de musica.

Para a ceremonia fôra escolhido o palacete do Campo de Sanct'Anna, convenientemente reedificado, e de cujas janellas e varanda pendiam alcatifas de velludo com franjas de ouro. Tudo estava prestes para o acto que se ia realisar. "Nesse dia suspirado que, no dizer de um dos orgãos da imprensa, devia pôr o sello á gloria do Brasil. Assomou nos seus horizontes uma radiante luz, que afugentou para sempre as trévas da sua escravidão. Dardeja do seu zenith um novo astro, eclipsando as estrellas que esmaltam o firmamento.

Dia afortunado, tú alvoroças os corações dos verdadeiros amigos da patria; tú fazes a vergonhosa confusão dos seus infames contrarios!. E' superfluo dizer: o faustissimo dia 12 de Outubro, origem da nossa felicidade, desempenho do nosso patriotismo."

Manda a verdade historica declarar que, pelo contrario, o dia esteve carrancudo. Negras nuvens annunciavam proxima borrasca. E é isto tão verdadeiro que, terminada a ceremonia e dirigindo-se o prestito para a Capella depois Imperial, desabou formidavel aguaceiro. O novo imperador teve, pois, de caminhar sob um diluvio de *agua* e de *flores*, segundo expressão de várias testimunhas. Essa mudança meteorologica está assignalada na estampa da obra de Debret. Nella se nota com precisão o grande numero de chapéos de chuva abertos pelo *zé povinho*, que nas redondezas do palacete assistia a grandiosa ceremonia.

Houve, logo pela manhã, salvas das fortalezas. A's 9 horas entravam no Campo os corpos da 1ª e 2ª linha, a primeira commandada pelo brigadeiro José Maria Pinto Peixoto e a segunda pelo coronel Lazaro José Gonçalves. Já a este tempo era immenso o concurso de povo e de espectadores, que occupavam as janellas da grande praça, os telhados e os morros de Sancto Antonio e Castello.

Pelas 10 horas da manhã, saïu d. Pedro do Paço da Bôa Vista, accompanhado de sua esposa, da princesa d. Maria da Gloria. Precedia os carros de gala uma guarda de honra composta de Paulistas e Fluminenses. Seguiam-se tres moços da estribeira, sendo um indio, outro mulato e o terceiro negro.

"Apenas entraram na mencionada praça, diz o jornal do tempo, do qual extraio estas noticias, começaram os mais altos e frequentes vivas, escassos testimunhos do júbilo que dominava em todos os corações. O innumeravel concurso de povo que se disputava a preferencia em fieis demonstrações, seguia seu augusto soberano, que, apeando-se juncto ao palacete, subiu ao mesmo e com a sua costumada affabilidade correspondeu aos porfiosos vivas pela sua gloria e prosperidade."

Chegado o momento do acto, dirigiram-se d. Pedro e familia, os ministros, o Senado da Camara e camaristas para a Varanda. Na estampa de Debret vê-se perfeitamente a posição de cada um dos personagens. Tomou a palavra José Clemente e dirigiu a d. Pedro extenso, eloquente e patriotico discurso. Diz Vasconcellos de Drummond, que o juiz de fóra presidente do Senado mostrara a José Bonifacio a minuta do discurso, que este a approvou, e que José Clemente alterara em muitos logares a mensagem, introduzindo expressões pouco

convenientes. Entretanto, quem lê as palavras de José Clemente nada encontra que não esteja de accôrdo com a solennidade.

D. Pedro respondeu: "Acceito o titulo de imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, porque tendo ouvido o meu Conselho de Estado e de procuradores geraes, e examinando as representações das Camaras das differentes provincias, estou intimamente convencido que tal é a vontade geral de todas as outras, que só por falta de tempo não têm ainda chegado."

"A esta resposta, diz o jornal contemporaneo, de que pendia a sorte do Brasil, seguiu-se a scena mais tocante que os olhos viram nem jámais verão. Quem será capaz de descreve-la, por mais que seus talentos superem os nossos ou ainda dos genios mais abalisados? O coração não cabia no peito; queria saltar fóra do seu estreito recincto; estavam todos como abafados do peso do prazer; uns se abraçavam; outros se davam os parabens; lagrimas sinceras corriam dos olhos de todos e iam se mixturar com as do nosso grande imperador, que dava pleno desafôgo á sensibilidade da sua alma, opprimida da alluvião de paixões que a assaltavam."

A artilharia começou logo a salva imperial de 101 tiros seguidos de boas descargas da infantaria. Então José Clemente ergueu os seguintes vivas: á nossa Sancta Religião, ao imperador constitucional, á imperatriz, á dynastia de Bragança, á Independencia, á Assembléa Geral Constituinte Legislativa e ao povo constitucional do Brasil. Acabado o pomposo acto, a imperatriz seguiu de carro para a Capella (hoje archicathedral).

O imperador preferiu seguir a pé, apezar da muita chuva que então caïa. Na grande multidão que accompanhava o prestito viam-se os patriotas levando ao peito folhas da independencia. Destacavam-se as casacas verdes com botões amarellos e os vestidos tambem verdes e amarellos de setim ou sêda da India.

Caminhava o imperador sob rico pallio, feito para a festividade, e cujas varas eram sustentadas pelos procuradores das camaras das differentes villas. Na frente levava o procurador do Senado do Rio de Janeiro o estandarte da mesma, inteiramente novo. Após caminhavam os vereadores presentes e passados, os chamados bons. Depois do pallio seguiam-se os grandes, o ministerio, os altos funccionarios e as grandes patentes da marinha e guerra. Em seguida marchava toda a tropa.

O cortejo tomou pelas ruas hoje da Constituição, Praça Tiradentes, Sousa Franco, Largo de S. Francisco de Paula,

Ouvidor e rua Primeiro de Março. No adro da Capella aguardava a comitiva o bispo Coutinho e o Cabido. D. Pedro beijou de joelhos o Sancto Lenho e dirigiu-se ao throno armado na capella-mór. Foi celebrado *Te-Deum*. Findo este, dirigem-se o monarcha e o numeroso cortejo ao Paço da cidade. Ahi chegados, repetiram-se as salvas de 101 tiros e as descargas festivas. Houve beija-mão dado a todos quantos quizeram participar de tal honraria, e "concorreram a felicitar a d. Pedro I pela seu faustissimo natalicio e offerecer os leaes votos de inabalavel adhesão, respeito e fidelidade, pela alta dignidade a que suas incomparaveis virtudes o elevaram, sustentando o magestoso throno que assombrava o universo, sôbre o amor de um povo que adoptou por ermão e que jurou defender como pae e amigo".

Durante este tempo repicavam os sinos de todas as egrejas e foguetes e gyrandolas cortavam o ar. Houve illuminações. Duraram seis dias. Na noite de 12 compareceu o imperador e sua côrte ao espectaculo de gala no theatro de S. João. Representou-se o drama *Independencia da Escossia*. Enthusiasmos, vivas, flores, foram a synthese desta noite memoravel.

No dia seguinte continuaram as festas. D. Pedro assiste na Capella á missa pontifical celebrada pelo prelado. Prégou frei Francisco de Sancta Tereza de Jesus Sampaio, patriota e politico e um dos coripheus da Independencia. Fallou nos Assyrios, Persas, Macedonios e Romanos, em Christovão Colombo, nos imperios do Mexico e do Perú, em Pizarro e em Cortez. Seguiu-se outro *Te-Deum*.

A' noite gosou-se no theatro do mesmo espectaculo do dia precedente, sendo sómente novas as composições poeticas e o drama, que, neste dia, foi outro. Sua Magestade, diz o jornal *Espelho*, resumindo e enthusiasmo, havia sido conduzido em grande estado, como fica dicto, e o brilhante concurso esmaltava esta noite de júbilo. A illuminação foi mais brilhante que na noite precedente, em razão do tempo mais favoravel, e os fogos de artificio se succederam com a mesma frequencia."

Reverso da medalha — 7 de Abril de 1831. Povo e tropa estavam em attitude hostil neste mesmo Campo da Acclamação. Nove annos depois perdêra d. Pedro a sympathia de todos quantos derramavam lagrimas de contentamento no dia 12 de Outubro tão cheio de esperanças. Perseguiu e desterrou os patriarchas da Independencia, dissolveu a Constituinte, entregou-se a desmandos amorosos, affrontando a opinião pública. Cercado de maus conselheiros exqueceu os seus juramentos de ser o perpetuo defensor da nação, que o elevou

ao cargo do seu primeiro magistrado. Os verdadeiros liberaes afastaram-se do monarcha. Houve até "corcundas" que aconselharam ao trefego e inexperiente moço a declarar-se absoluto. Os implicados na Confederação do Equador, sujeitos a commissões militares, enforcados e fusilados, pagaram a audacia de ter querido a patria livre e independente promettida pela Constituição de 1824.

Negras nuvens amontoavam-se no horizonte politico. A tempestade era imminente. Estalou o raio das iras populares; o quasi semi-deus de 22 embarcava-se, abandonado na ponte de S. Christovam, para buscar abrigo a bordo de navio extrangeiro.

Chorou de arrependimento, dizem, nesta memoranda madrugada. Na hora extrema teve ao menos um rasgo cavalheiroso. Entregou o berço do filho, que dormia innocentemente nos paços da Bôa Vista, ao velho José Bonifacio, a quem elle imperador expulsára do Brasil, no meio das vaias dos moleques e capadocios.

A historia é considerada mestra da vida. Si as licções que offerece pudessem servir de ensinamento, quantos erros, quantas calamidades e até quanto sangue poupados!

Domingo, 9 de Outubro de 1910.

19 DE OUTUBRO

Ha na nossa archi-cathedral em uma capella funda do lado da Epistola, a imagem de São Pedro de Alcantara. Veio de Roma para ser offerecida a d. Pedro I. E' de marmore. Está de joelhos, braços abertos e olhos erguidos para o céo.

Este sancto hispanhol, nascido em 1499 e canonizado pelo papa Clemente IX em 1699, foi outr'ora festejado com muita pompa por ser considerado — patrono onomastico dos nossos dous imperadores. E esta commemoração realiza-se, conforme ordem da Egreja, no dia 19 de Outubro, data do obito daquelle bemaventurado. Tal dia lembra tambem a personalidade de frei Francisco de Mont'Alverne, illustre Carioca, luzeiro da tribuna sagrada, émulo de Rodovalho, S. Carlos, Sampaio, Januario e tantos outros eloquentes oradores, ante cujos rasgos oratorios se extasiavam os nossos avós.

Foi em 19 de Outubro de 1854 que Mont'Alverne pronunciou esse magnifico sermão ou panegyrico de S. Pedro de Alcantara, cuja lembrança gera ainda enthusiasmo nos poucos

sobreviventes, que tiveram a felicidade de ouvir o canto de cysne do Bossuet brasileiro.

Sua biographia, sua fama, saber, talento e virtudes occuparam a penna de eximios litteratos, taes como Antonio Feliciano de Castilho, Silva Tullio, Macedo, Porto-Alegre, Fernandes Pinheiro, Gonçalves de Magalhães, Octaviano, Paranapiacaba, Moreira de Azevedo, Ramiz Galvão, Teixeira de Mello e outros. Mais modesto é meu intento: lembrar apenas um facto historico, curioso e digno de memoria pelas circunstancias que lhe deram causa.

Não deixa de vir de molde apresentar, si bem que em pallidos traços, a figura austera desse cenobita, amigo, protector e mestre da mocidade estudiosa, o qual em todos os tempos deu provas de patriotismo e independencia de character.

Nascera no Rio de Janeiro em 9 de Agosto de 1784. Teve por progenitores João Antonio da Silveira, portuguez, e dona Anna Francisca da Conceição, brasileira. Em 1801 Francisco José de Carvalho, tal era o nome do depois afamado Franciscano, entrou para o Convento sito no morro de Sancto Antonio.

Na sua Ordem occupou diversos e elevados cargos, gosando de estima e consideração de seus confrades. Durante 25 annos commemorou, prégando, as festas da religião e da patria. Depois de tantos e successivos triumphos oratorios contraiu cruel molestia de olhos, conhecida pelo nome de amaurose. Recolheu-se ao silencio da sua cella, onde era visitado pelos que lhe prestavam a mais decidida veneração.

"Eu, disse o proprio Mont'Alverne, era como o cégo Ossian, sentado sôbre as cinzas do rei de Morven; para qualquer lado que extendia os braços tocava os ossos dos meus companheiros d'armas. O silencio dos tumulos me cercava, a deserção avultava progressivamente e, para cumulo de desventura, as trévas mais espessas me encobriam este bello céo, onde tinham fulgurado tantos sóes e tão radiantes estrellas".

Neste verdadeiro martyrio passaram-se dezoito annos, compensados apenas pela sincera manifestação dos moços da Sociedade Philosophica na noite de 10 de Dezembro de 1848.

Corria o anno de 1854. O imperador d. Pedro II manda convidar o cégo para prégar na festa "do grande homem a quem o imperador devia o nome e o Brasil a protecção mais decidida". Conduzido por um amigo, Mont'Alverne sóbe tropego os degraus do pulpito, tactea e reconhece nelle o seu antigo carro de glorias e triumphos.

"Era uma verdadeira resurreição. Os que, como nós, tiveram a rara ventura de ouvir, diz Teixeira de Mello, aquelle

athleta da Oratoria sagrada, como que evocado do tumulo, puderam fazer idéa do poder da Eloquencia nos séculos de predominio da religião, que tanto tem hoje perdido da sua antiga preponderancia."

Quem não conhece o final do exordio deste magnifico sermão, em que no meio das mais arrojadas figuras rhetoricas sobresai o famoso *E' tarde — E' muito tarde?*

Nós os estudantes o recitámos de cór nas aulas de Litteratura, procurando em vão dar á voz o tom que deviam ter as palavras do velho romantico. Quem melhor se desempenhava nas aulas do conego Pinheiro era o depois eximio orador Joaquim Nabuco, cuja perda o paiz e seus amigos de mocidade não cessam ainda de deplorar.

Vi uma vez o illustre Franciscano. Tinha eu 9 annos. Assistia com meu ermão mais velho á commemoração de finados em 2 de Novembro. Haviamos subido ao côro do Convento de Sancto Antonio e alli assistiamos a uma das tres missas. De um longo corredor vi surgir conduzido por um preto um frade alto, meio curvado, fronte espaçosa, muito calmo e com os olhos desmesuradamente abertos. Ajoelhou-se para orar. Notei que as veias da cabeça do velho estavam entumecidas e avermelhadas. Soube mais tarde que esse ancião era o grande Mont'Alverne, de quem depois ouvi fallar com enthusiasmo e admiração.

Tenho vaga lembrança de seu enterro realizado em Dezembro de 1858. Veio de S. Domingos o corpo embalsamado de Mont'Alverne, feito o enterro a expensas do imperador. Conduzido o cadaver ao claustro de Sancto Antonio com honras principescas, alli foi inhumado. Contra a regra franciscana, sôbre lousa de marmore foi gravada inscripção, cujas letras devem existir, si é que o tempo não as apagou.

Ninguem melhor do que Porto-Alegre descreveu as impressões da suggestiva festa de 1854. Todos quantos tractaram de Mont'Alverne citam por extenso o artigo da revista *Guanabara*, escripto pelo eximio cantor do Colombo. E' impossivel da-lo aqui *in totum*. Seja-me, porêm, licito citar alguns trechos, que serão as linhas de maior valor nestes nossos apontamentos méramente commemorativos.

Depois de descrever a immensa multidão que enchia o ambito do templo, corredores, escalas e todo o adro, diz: "Os velhos choravam e como que remoçavam aos assaltos de suas reminiscencias, e os moços tambem choravam á vista daquelle sublime representante de tantas glorias, daquelle antigo proprietario de tantas ovações e do apparecimento de um homem, cujo nome vagava entre nós como a sombra de um gigante... e o homem do passado conculcando a concha da

balança do tempo venceu os annos, as molestias e as dôres, e rehouve em uma hora dezoito annos de silencioso retiro.

"O seu gesto era a estatua do pensamento que o animava, as suas mãos fallavam; a sua voz insinuava-se em todos os corações...

E porque este homem extraordinario, esta fôrça civilizadora, esta palavra viva, este cégo acenava com tanto acêrto, com tanta propriedade, com tanta graça, com tanta firmeza, como si a luz lhe abrisse o grande scenario que o rodeava e o fizesse saborear os louros dessa nova conquista? Porque nas alturas a que se elevava ninguem o viu vacillar, titubear e antes conculcar o chão do pulpito com aquella firmeza de sagittario, com a dextreza do gladiador e com o denodo do Athleta? Porque elle via com os olhos de Homero".

Os desaffectos de Mont'Alverne o taxaram de orgulhoso. Dessa pécha o defendeu Castilho. O que o Franciscano possuia em alto grau era o sentimento de dignidade. Um exemplo entre muitos: frei Sampaio aspirava a um bispado que lhe tinha sido promettido. Esperou por muito tempo. Vagou uma mitra, que foi dada, por influencia de uma senhora, a certo sacerdote de poucas lettras. Dias depois, foi o imperador d. Pedro I assistir á festa de São Francisco de Assis. Prégou frei Sampaio. Competia-lhe a honra de servir ao monarcha no jantar, que depois da festa lhe dariam os frades.

Preparava-se para esse mistér, quando Mont'Alverne travando-lhe do braço exclamou: "Padre mestre, não se vá rebaixar. Quer que tomem a sua humildade por vileza de alma, que não se resente da injuria recebida?" Sampaio respondeu: "Tem razão; a minha ausencia será mais eloquente." E ambos se recolheram á mesma cella.

De sua independencia dão provas o sermão prégado por occasião das exequias da primeira imperatriz e o de 24 de Março de 1831 no *Te Deum* mandado celebrar pelos liberaes em S. Francisco de Paula. A elle compareceu sem ser convidado ou esperado d. Pedro I.

De suas idéas democraticas temos as seguintes palavras de uma oração recitada na festa de S. Francisco de Paula:

"Francisco faz em pedaços uma moeda de ouro e mostra ao rei as gottas de sangue que corriam deste metal precioso... E' o sangue de teus vassalos arrastados á miseria por tuas vexações, grita o homem de Deus! E' o suor dos povos sobrecarregados de contribuições enormes para saciar tua cobiça e promover tuas desordens. São as lagrimas de milhares

de infelizes cansados de tua domiançção, que te consideram seu verdugo e seu mais implacavel tyranno! Acreditas por ventura que és senhor inexoravel de um povo que te foi confiado para governar, não para opprimir? Exqueces que o eterno te collocou em meio de teus subditos para ser o ministro da sua providencia sôbre esta fracção da grande familia do genero humano? Treme, oh rei. Treme da vingança, que te aguarda. Um dia as maldições deste mesmo povo pisado pelo teu despotismo irão reunir-se aos flagellos, com que Deus soube vingar a iniquidade e prepotencia dos reis."

De seu patriotismo ahi citam as censuras que lhe foram dirigidas no *Diario do Rio de Janeiro* pelo visconde de Cairú, o velho bororó, como lhe chamava o proprio José Bonifacio.

Cairú atacou valentemente Mont'Alverne por elle se ter filiado ao partido moderado, ser amigo de Evaristo da Veiga e fazer parte da Sociedade Defensora. Ao velho cortezão, adepto do partido caramurú, respondeu com toda energia o egregio Franciscano, como se vê na *Aurora Fluminense*, de 6 e 9 de Novembro de 1833. Por isso, custo a crer no que dizem: "quando Cairú morreu em 35, Mont'Alverne suspendera a sua aula de Philosophia no Seminario de S. José, exclamando: morreu um grande *homem*. Foi o unico que me fez calar!"

Em 1855 foram, em 4 de Outubro assistir á festa de São Francisco de Assis o imperador d. Pedro II e a impetratriz d. Tereza Christina. Terminada a ceremonia dirigiram-se á cela de Mont'Alverne e com elle palestraram longamente. Em signal de gratidão por ter o religioso cégo prégado o sermão Sancto Antonio. Entretanto dizem que a cadeira em que se sentava o presidente da Camara Municipal pertencera tambem apostolo das selvas José de Anchieta. Desse movel de grande valor historico falla Antonio de Castilho. Tal cadeira devia ter sido conservada com toda a veneração no convento de a S. Pedro de Alcantara, o imperador enviou de presente a Mont'Alverne uma cadeira estofada em que se sentára o ao grande Jesuita.

No archivo da Misericordia o meu velho amigo, fallecido, Francisco Augusto de Sá, me mostrava outra cadeira tambem de Anchieta.

Qual das tres será a authentica?

Não creio na profusão mobiliaria do companheiro de Nobrega: Anchieta nunca se deu a tal luxo, — elle que dormia em rêde e só possuia mesa e banco toscos, feitos de madeira do Brasil!

Eis um problema a resolver pelos competentes em cousas de Archeologia. Da authenticidade da primeira ria-se o proprio Mont'Alverne, como no-lo refere o venerando barão de Paranapiacaba !

16 de Outubro de 1910.

CENTENARIO

Mais um centenario passou ante-hontem. Refiro-me á posse definitiva tomada pelos nossos religiosos Carmelitas calçados, — do Seminario e egreja de Nossa Senhora da Lapa do Desterro.

Nos tempos em que os nossos avós davam o cavaquinho por novenas, terços, leilões e fogos de artificio é facil imaginar a pompa da procissão realizada no Domingo 21 de Outubro de 1810. Veio gente das redondezas, de tal sorte que o prestito mal podia caminhar. A famosa imagem da Senhora do Carmo levada pelos religiosos em rico andor era seguida pelo clero regular e secular.

Sob o pallio conduzia o Sacramento o bispo d. José Caetano da Silva Coutinho. Partindo o cortejo da rua dos Barbonos seguiu as ruas da Ajuda e Passeio, até recolher.

A's portas do templo estava o ponto principal da festividade: — o principe d. João, seus filhos d. Pedro e d. Miguel, e o sobrinho d. Pedro Carlos aguardavam a procissão. E o *zé-povinho* acotovellava-se, empurrava e pisava os callos do proximo, só para apreciar o futuro rei, vê-lo de perto e, si possivel fosse, beijar-lhe a carnuda dextra.

Desde 1590 se estabeleceram os Carmelitas no Rio de Janeiro. Pouco a pouco fundaram casa conventual em frente ao largo do Ferreiro do Polé (hoje 15 de Novembro). Tiveram a protecção do governador Rui Vaz Pinto, e em breve transformaram a modesta ermida de N. S. do O' em um templo de maiores proporções.

A' custa de esmolas constituiram bom patrimonio em predios na cidade e em diversas fazendas.

Por muito tempo prestaram bons e valiosos serviços, maximé em tempos epidemicos.

Mais tarde, á ambição de alguns, o relaxamento de outros afrouxaram os laços da disciplina. Interveio o Governo. Foi nomeado visitador e reformador bispo Mascarenhas Castello Branco.

Os frades refugaram. Foi preciso o emprego da fôrça publica para o prelado dar inicio á sua importante missão.

Della advieram bons resultados. A Ordem prosperou e poude apresentar varões virtuosos e illustrados.

Iam as cousas a bom caminho, quando aqui chegou a Familia Real. Os frades tiveram de deixar o seu *habitat*, que foi logo incorporado aos bens da Coroa. Os Carmelitas não protestaram nem requereram mandado de manutenção.

Deram-se, ao contrario, por muito satisfeitos e honrados com a mudança. Na Bibliotheca Nacional ha documentos que provam esta asserção.

Os frades de capa branca foram aboletados no antigo Hospicio dos Barbonos, os quaes poderiam dizer que o bom bocado não é para quem o faz.

Soffreram um esbulho de quem tudo podia. Andaram por Herodes e Pilatos até se estabelecerem em 1842 no Castello. Ahi restauraram a antiga Sé e são os guardas perpetuos da sepultura de Estacio de Sá.

Não tendo rendas sufficientes para sua manutenção, o Seminario da Lapa foi extincto por ordem régia. Protestou, o reitor Duarte Mendes de Sampaio Fidalgo, dizendo que assim ficaria *in albis*.

Mandou-o o principe para consolar o padre dar 400$ annuaes. E' o que se chama respeitar direitos adquiridos.

Desejaram os Carmelitas mudar de residencia e foi-lhes dado o ex-seminario. D. João fez-lhe a vontade. Mandou lavrar o decreto a 15 de Outubro de 1810, do teor seguinte:

"Havendo feito mercê aos religiosos do Carmo desta Côrte, do Seminario de Nossa Senhora da Lapa, para nelle estabeleceram o seu convento, cedendo o reverendo bispo capelão mór o direito de administração que tinha e havendo-lhes permittido que fizessem as convenções que conviessem para adquirirem o dominio e posse do terreno immediato ao mesmo Seminario, para terem mais largueza e commodidade:

"Hei por bem e me apraz confirmar os contractos de permutação que celebrarão com o Reverendo Bispo Capellão-Mór e com os religiosos de Santa Thereza, acerca do dominio util e directo do referido terreno e com Luiz Nicoláo Fagundes Varella, José Antonio Machado e Manoel Candido de Miranda, sobre bemfeitorias que no mesmo tenham feito para edificaram, e o de cessão gratuita de huma porção de terreno que haviam arrendado a José Gonçalves da Costa e sua mulher para que sejam firmes e viliosos; e Hei outrosim por bem conceder aos sobredictos Religiosos do Campo licença para que possam adquirir e possuir os bens de raiz havidos pelas referidas convenções, não obstante as leis em contrario que sou servido derogar neste caso sómente (ficando, aliás, em seu inteiro vigor e plena observancia estes)".

De posse do antigo Seminario fizeram os Carmelitas grandes obras, constituiram predios, taparam uma travessa por detraz do Seminario e abriram outra do lado esquerdo da egreja. Tudo isso é referido pelo padre Luiz Gonçalves dos Santos. D'ahi se conclue que os frades foram fortemente compensados e lucraram com a troca de seu antigo convento pela egreja e casa dos seminaristas. Fôra esta fundada á custa de esmolas pelo missionario apostolico Angelo de Siqueira, natural de S. Paulo. Prestou bons serviços. Para tal fim obteve terrenos do capitão Antonio Rebello Pereira, dono da antiga chacara das Mangueiras, vendida a Gomes Freire de Andrade. Este depois, em 1763, a legou ás freiras de Sancta Teresa.

Não devia ser muito hygienica a posição do Seminario. Situado perto do célebre boqueirão d'Ajuda, onde se reuniam as aguas do mar e as enxurradas. Só mais tarde Luiz de Vasconcellos mandou aterrar a grande lagôa e em seu logar fundou o Pesseio Publico.

Este jardim deu causa a um conflicto entre o vice-rei e o desembargador Ambrosio Picaluga a proposito de um carneiro, que entrou no Passeio. O desembargador maltractou uma sentinella e foi responsabilizado. Teve demissão e foi enviado preso para Lisboa. Deste assumpto, que daria thema para uma comedia, já tractou o meu amigo Eduardo Peixoto, firmado em documento do Archivo Nacional. Disso tambem já fiz menção em uma destas chronicas, guiando-me por documentos da correspondencia de Luiz de Vasconcellos, existente no Instituto Historico.

Voltemos, porém, ao padre Angelo de Siqueira. Delle conheço uma descripção pilherica com referencia á nossa Ilha das Cabras. Em um sermão sobre o dia de juizo, desse elle o seguinte: "No Rio de Janeiro, na Ilha das Cobras, tem uma fortaleza que é das maiores do nosso reino, mui soturna e nella ha varias prisões subterraneas, que obriga os presos ainda a dispendio de dinheiro, a comprarem a mesma morte para se verem livres de tal masmorra. E é esta ilha das Cobras o logar para onde, segundo uma tradicção eram remettidos e degredados os Judeus sentenciados pelo Sancto Officio, para serem queimados, e commutavam a sentença para a Ilha das Cobras: compensação esta muito proporcionada á prisão do Inferno, onde os condemnados naquelle Rio de Janeiro, Lagôa Estygia, são lançados para eternamente serem queimados, comidos e devorados e consumidos pelas cobras e serpentes infernaes, nesta ilha cercada de chammas e mares de fogo"!!

A' que ficaste reduzida, oh formosa Guanabara, com tão extravagante pintura! Ou o prégador sabia que estava men-

tindo, e neste caso era um refinado hypocrita, ou então, e é mais crivel, estava soffrendo da bola. Manda a verdade declarar: encontrei cousa tão monstruosa no *Brasil Medico* do dr. Mello Moraes pae. Dou o pae á criança.

Volto, porém, aos Barbonos ou Capuchinhos. Ficaram sem sua casa e foram depois para a Gloria e Sancto Antonio dos Pobres. Sua casa, — digo bem. Até 1738 não tiveram residencia certa. Alludindo a esta circumstancia e a bons serviços prestados á catechese dos Indios, ordenou a metropole por ordem de *23 de Outubro de 39* ao governador o seguinte: "Desde o quintal do capitão João Antunes, até a ultima columna de pedra que está no caminho que vai para o Desterro, façaes tomar por avaliação tres casas terreas, que occupam um pedaço de morro baldio e neste sitio mandareis edificar, para os ditos padres barbadinhos, um pequeno e humilde hospicio, com sua capellinha, mas sem fórma de convento, que na pobreza da fabrica corresponda á humildade e pobreza, com que tanto edificaram os ditos padres".

Foi o Hospicio dedicado á Nossa Senhora da Oliveira. Ficou concluida a obra em 1742, sendo provedor da Fazenda o reverendo Francisco Cordovil de Siqueira e Mello, e governador Gomes Freire de Andrada. Na cêrca deste Hospicio construiu Francisco José da Fonseca, em 10 de Março de 1757, pequena capella sob a invocação de Sanct'Anna. Diz Moreira de Azevedo: "existiu no Hospicio dos Barbadinhos um pardo muito religioso, conhecido pelo nome de ermão Manoel; era donato, cosia batinas e pedia esmolas para os sanctos; gosava de boa fama e de ter cheiro de sanctidade, de sorte que, quando falleceu, muitos individuos foram ao Hospicio pedir um pedacinho do habito, que envolvia o cadaver do ermão Manoel."

Hospicio e egreja, dentro de um espaçoso pateo eram defendidos da rua até a antiga ponte das Marrecas por alto muro. Tudo isto no local em que está hoje o Quartel da Brigada Policial (rua Evaristo da Veiga). Pela parte posterior dilatava-se até as vertentes do morro de Sancto Antonio, extensa chacara, horta ou cerca. Deixado pelos Carmelitas (1810) o convento dos Barbonos, foi este dado a uns padres que vieram com a Familia Real. Tractaram logo de mudar a invocação do pequeno sanctuario para o nome de Nossa Senhora do Patrocinio. Em Barbonos foi sepultado (5 de Outubro de 1799) o poeta Antonio Diniz da Cruz e Silva, auctor do celebre poema heróe-comico *O Hyssope*. A esta composição deveu Diniz o ser nomeado por Pombal desembargador da Relação do Rio de Janeiro. Neste cargo permaneceu até ser nomeado desembargador da Supplicação e Casa do Porto (1788). (Doc. do Archivo Nacional). Durante todo

esse tempo percorreu varios pontos do Brasil em diligencias de seu cargo.

Foi a Portugal e voltou ao Rio. Fez parte da Alçada que vinha julgar os implicados na Conjuração Mineira. Em Maio de 1793, foi nomeado chanceller da Relação do Rio de Janeiro (Doc. do Arch. Nacional). Si está certa a data do obito, Diniz ao fallecer já não exercia tão alto posto, como escreveu Pinheiro Chagas (*Dicc. Popular.*) O *Almanack* de Duarte Nunes para 1799 dá como primeiro magistrado daquella repartição Luiz Beltrão de Gouvêa e Almeida, nomeado em 16 de Julho de 98 (conforme doc. do Arch. Nac.). Foi no Brasil que esse litterato togado compoz muitas de suas composições poeticas, entre as quaes avultam as *Metamorphozes*, produzidas sob impressão da nossa opulenta natureza.

Na chacara dos Barbonos os Capuchinhos italianos fizeram plantar dois pés de café trazidos do Maranhão pelo desembargador João Alberto Castello Branco, chanceller anteriormente da Nossa Relação 9 de Agosto de 1759 (Doc. Arch. Nac.) Falta-me espaço para entrar em minucias sôbre a introducção, aqui, da planta que depois constituiu a riqueza da antiga Capitania do Rio de Janeiro e outras.

Lembrarei apenas uma coincidencia: — Diniz da Cruz e Silva e Castello Branco, ambos chancelleres, residiram, com annos de intervallo, no mesmo predio. Estava este situado no principio da ladeira de Sancto Antonio. Pertenceu a Bobadella, que o legou ás freiras de Sancta Teresa. Essa casa chegou até nossos dias. Foi demolida para dar logar ao edificio da Imprensa Nacional, construido sob a direcção do saudoso dr. Paula Freitas.

Com relação á parte do assumpto destas notas recebi do padre Giuseppe de Castrogiovanni, superior dos Capuchinhos, uma memoria relativa á Missão Capuchinha do Rio de Janeiro (1650-1910). Vou lê-la com a attenção que merece.

Domingo, 23 de Outubro de 1910.

MISSIONARIOS

Escripta em italiano e impressa em Catania (1910), acaba de apparecer uma memoria, que tem por titulo — *Notizie Storiche della Missione Cappucina di Rio de Janeiro* (1650-1910.) E' auctor de tão interessante estudo o padre Giuseppe Castrogiovanni, superior dos Capuchinhos, cujo convento, como é sabido, se ergue juncto da primeira matriz do Rio de Janeiro, dedicada a S. Sebastião, e tambem nossa primeira cathedral.

Reunir noticias esparsas sôbre essa parcella da sua Ordem e ao mesmo tempo prestar homenagem e descrever serviços de seus antigos e operosos confrades, tal foi o duplo intento daquelle filho do patriarcha de Assis. Para este fim recorreu aos nossos archivos e ao que pouco existia impresso, e deu-nos frei Giuseppe um livro que com prazer é lido de uma assentada. Para se avaliar o cuidado e diligencias postos alli por obra basta ver no fim da memoria o cadastro de todos os missionarios, que por aqui passaram, quer francezes quer italianos, desde o padre João Baptista du Croisic (1650), até frei Domingos d'Augusta (1906). São ao todo 220.

Depois de tractar dos Capuchinhos francezes que habitaram durante 49 annos o hospicio da Conceição, relata a memoria a entrada dos Capuchinhos italianos de 1720 a 1738 e seus differentes domicilios, até que o Governo lhes edificou casa propria na actual rua Evaristo da Veiga. Ahi permaneceram até 1808, epocha da chegada da Familia Real. Durante todo esse tempo o padre Castrogiovanni põe em destaque os serviços prestados na cathechese dos Indios, e dá detidas noticias sôbre os aldeiamentos fundados.

Deste modo fica provado que muitos annos antes de sua expulsão os Jesuitas tiveram nos Capuchinhos dedicados emulos, na evangelização dos nossos selvicolas.

A' pagina 13 encontra-se um documento curioso, que convem citar. Por muito tempo passou como certo que por ordem do conde dos Arcos, isto é, antes da chegada da Familia Real, os Capuchinhos deixaram seu Hospicio para cede-lo aos Carmelitas. Tal facto só se deu depois de 23 de Março de 1808, como se vê do documento ao qual me referi.

"O Principe Regente Nosso Senhor tem determinado que os Religiosos do Carmo desta cidade se passem para este Hospicio, por ser necessario o Convento delles, para accommodação da Familia Real e que Vossa Reverendissima com seus Religiosos se accommodem nas casas e egreja da Gloria para o que já foram expedidas as necessarias ordens. Deus Guarde V. P. Rev. Palacio, 23 de Março de 1808".

Da Gloria sairam os frades para Sancto Antonio dos Pobres, e dahi se retiraram para a Italia.

Em 1840 foram de novo chamados pelo Governo. Em 14 de Septembro daquelle anno aqui chegaram frei Fidelis de Montesano e mais cinco missionarios. Hospedaram-se no Convento de S. Bento. Por decreto de 18 de Agosto de 1842 foi-lhes dada a antiga egreja de S. Sebastião do Castello. Pelo decreto n. 285 de 21 de Julho de 1843 ficou o Governo auctorizado a fazer despesas com a vinda de novos missio-

narios, a conceder loterias para edificação de um hospicio, etc.

Segue-se o decreto de 30 de Julho de 1844, determinando as regras a observar na collocação dos frades nas diversas missões provinciaes, e dando outras providencias a respeito.

Por aviso de 18 de Agosto de 1842, como disse, foi dado aos Capuchinhos pelo visconde de Abrantes, então ministro da Fazenda, a egreja de S. Sebastião, bem como o terreno adjacente, medido pelo engenheiro tenente-coronel Domingos Monteiro, e mais tres casinhas. Dahi se infere que ao contrario de que se propalou por vezes, os religiosos do Castello não se apoderaram, sem autorização, de um logradouro público. Possuem titulo legal. E' a supracitada concessão, pela qual estão esses de posse ha 68 annos. De então em deante obras importantes tem sido executadas na antiga Sé. Basta lembrar as de 1862, em que foi preciso tocar na sepultura de Estacio de Sá, cujos restos mortaes ficaram melhor acondicionados. A' ceremonia da exhumação estiveram presentes o imperador d. Pedro II e membros do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tudo foi feito sem as loterias promettidas.

Aos olhos de quem lê, o auctor da memoria faz desfilar extenso sequito de confrades de compridas barbas, tez amarellada pelas vigilias e agruras da vida, illustrados muitos, operosos outros, todos modestos e abnegados. E' frei Caetano de Messina, grande missionario, que por seu longo, e prodigioso apostolado deixou em várias partes do nosso paiz impereciveis monumentos de caridade: em Pernambuco, Sergipe, Alagôas, S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Foi amigo de d. Pedro II e estimado pelos mais notáveis persônagens do nosso mundo politico e social. Frei Fidelis de Avola e mais Salvador de Napoles (depois arcebispo de Otranto), Gabriel da Barra, Jeronymo de Montefiore, Gregorio de Prato, Joaquim de Cassicalli e José de Montefiore encheram as paginas da guerra do Paraguai de rasgos de verdadeira piedade christã e de nobres exemplos da mais acendrada caridade em prol dos soldados brasileiros. Dizem que no maior ardor dos combates era visto Frei Fidelis carregar ás costas os nossos bravos feridos e leva-los ás ambulancias. Aqui recolhia o suspiro do moribundo, acolá fechava as palpebras das victimas das metralha e das bombardas. Esse simples frade, respeitado por todos, recebeu distincções do nosso Governo. Teve a medalha de merito militar e honras de capellão-mór do nosso exercito e de general de brigada. O imperador visitou-o. Mudado o regime, frei Fidelis foi amigo

intimo de Diodoro, de Floriano e de todos quantos o tiveram por valente companheiro naquella tremenda campanha de cinco annos. Falleceu no Rio de Janeiro em 9 de Septembro de 1896.

O elogio justo e consciencioso dos serviços prestados durante 35 annos por frei Fidelis consta do que disse o nosso jornalista por occasião do fallecimento de tão digno e venerando filho de S. Francisco.

Vem depois frei Luiz Piazza, fallecido em 16 de Agosto do anno passado, tão amavel e querido, e cujos serviços em trinta e oito annos nunca serão olvidados.

Entre os que habitavam o hospicio perto do morro de Sancto Antonio, nota-se frei Anselmo de Castelveterano, o verdadeiro fundador da Ordem Terceira de São Francisco de Paula. Lamenta e com razão o redactor da *Noticia*, que esta Ordem jámais se recordasse do nome de seu instituidor e primeiro director espiritual. De facto, a Ordem dá a paternidade desse facto a um certo Anselmo Bertrand, que nunca existiu, firmada na auctoridade de Moreira de Azevedo, o qual não copiou bem monsenhor Pizarro; este dá o nome certo.

Foram seus emulos em virtudes e sacrificios frei Antonio de Perugia e Jeronymo de Montreal. Este ultimo, victima de terrivel molestia, viveu retirado durante 12 annos, depois de afanosa vida. Falleceu em 12 de Junho de 1765. A seus funeraes assistiram todos os habitantes da cidade do Rio de Janeiro sem distincção de classe e de pessoas. O vicerei conde da Cunha e sua esposa, depois de haverem reverentemente beijado os pés e as mãos do cadaver, pediram por devoção um pedacinho do habito do pobre Capuchinho e algum outro pequeno objecto, que lhe tivesse pertencido. O povo invadiu a capella, procurando arrancar reliquias. Foi preciso o emprêgo da força pública.

Para que mais? Quem ler o trabalho de frei José de Castrogiovanni, onde avultam preciosas noticias biographicas de seus confrades chega á seguinte conclusão:

Os Capuchinhos italianos nunca fôram uma cohorte de ignorantes, especuladores e phanaticos. Pobres viveram, pobres tem vivido até hoje. Bastam-lhes as esmolas dos fieis para as exigencias do culto e parca subsistencia delles. Não têm patrimonios, nem riquezas accumuladas. A sua residencia é mais que modesta. Serve de prova a descripção feita pelo eminente homem de letras João do Rio que, quando subiu o Castello, ficou admirado da sinceridade e meiguice com que o tractou o bom frei Luiz Piazza.

Não é possivel, ainda que me resumo, salientar as particularidades, que a *Noticia Historica* apresenta sôbre as

missões de São Fidelis. Nem se diga que o enthusiasmo por seus companheiros possa tornar o auctor suspeito de parcialidade.

Nem tudo quanto narra frei Castroviovanni está de perfeito accôrdo com o que escreveu o padre I. P. Jorge Guaraciaba em sua Memoria Historica do templo de S. Fidelis, sôbre sua fundação até os nossos dias (1867).

Basta saber que em 1781, sendo vice-rei Luiz de Vasconcellos partiram para Campos dous missionarios frei José de Cambiasca e frei Angelo de Lucca com o fim de civilizar indios habitantes na Gamboa perto da ultima cachoeira do rio Paraiba. Foram, como sempre, bem succedidos. Ahi edificaram os dous Capuchinhos uma egreja dedicada a S. Fidelis de Sigmaringa. No local fundou-se um importante nucleo de popopulação. Mais tarde, em 1808, foi iniciada a construcção do grande templo sob aquella invocação, templo admirado ainda hoje pela sua grandeza e magnicencia. O que é hoje S. Fidelis sabem-no todos que têm percorrido a importante zona dos antigos campos dos Goitacás, pertencente ao Estado do Rio de Janeiro. Em S. Fidelis são para notar os trabalhos dos successores dos supramencionados religiosos na catechese dos Coroados e dos Puris, e sobretudo a fundação de S. José de Leonissa, de que tractam Cortines Laxe e Caetano da Silva em seus trabalhos sôbre os differentes municipios do Estado visinho.

De tudo se evidencia o impulso dado por tão dignos sacerdotes, com fadigas e perigos da propria vida, a essa parte do nosso immenso territorio.

Extende-se tambem frei José sobre as residencias d'Itambacuri e de Sancta Thereza. Por toda a parte a mesma dedicação e serviços prestados pelos missionarios capuchinhos: escholas, asylos, capellas, cemiterios.

Em linguagem clara, mas com muita vehemencia, dá-nos o trabalho que tenho á vista uma synthese succinta de todas as missões, além das do Rio de Janeiro, as do Amazonas, Pará Matto Grosso, Maranhão, Minas Geraes, Paraná, etc., baseado nas obras de Pizarro, B. Lisboa, Couto de Magalhães, Cesar Marques e muitos documentos ineditos.

Em conclusão, a memoria de frei José de Castrogiovanni é de utilissima leitura para os que ora se occupam com a catechese dos nossos Indios.

Das despretenciosas páginas da *Memoria* colhem-se conselhos a seguir, exemplos a imitar, e muita perseverança e tenacidade a pôr por obra na resolução de tão difficil problema.

Apresentando a fé de officio de seus ermãos em Christo, frei Castrogiovanni fornece factos e argumentos em prol dos que defendem a catechese religiosa, dentre os quaes ultimamente se destaca o dr. Luiz Christiano de Castro em opusculo ha mezes publicado.

Domingo, 30 de Outubro de 1910.

CARTA CURIOSA

Mal pensava eu, ao escrever sôbre Mont'Alverne, que teria de receber honrosa missiva.

E' firmada por veneranda matrona, filha de illustre Brasileiro de memoria gloriosa.

Foi portadora desta carta, tão repleta de particularidades, outra senhora, amiga intima da primeira, filha tambem de outro compatricio, por muitos titulos digno de consideração.

Perdoe-me a missivista dar á publicidade esse documento, que não póde ficar em meu pobre archivo: pequeno e insignificante cofre para guardar papel de tanto valor historico.

Eis na integra o teor da citada carta: — "Illmo. Sr. Vieira Fazenda — Li o folhetim assignado por V. S., o que fiz com muita attenção, porque conheci toda essa pleiade de homens illustres desses tempos de minha mocidade.

"Todos eram visitas de nossa casa. Gonçalves de Magalhães era meu padrinho de baptismo; Fernandes Pinheiro era meu primo, e finalmente, Porto Alegre, era meu amado pae.

"As suas linhas me despertaram tantas, tantas saudades, que me arrancaram lagrimas, lendo a sua descripção a respeito de frei Francisco de Mont'Alverne.

"Era amicissimo de nossa familia. Aos domingos vinha passar a dia em nossa casa, na rua da "Lampadosa", hoje "Luiz de Camões". Depois de mandar avisar vinha accompanhado pelo seu prétinho, que se chamava Fortunato. Para andar encostava a sua branca e fina mão ao hombro do rapaz, que era ainda novo.

"Chegado que era á nossa casa, tirava a grande capa, o chapéo franciscano e punha na cebeça um barrete de malha de seda, o qual era preto.

"Principiavam então as grandes conversas entre elle, meu pae e Magalhães. Discutiam calorosamente, onde entrava

muita Politica, muita Philosophia, e isto durava até ás 3 horas da tarde, que era a hora do nosso jantar.

"Então o preto Fortunato collocava-se atrás do senhor, e preparava o prato que este devia comer. Era admiravel como o cégo podia comer o peixe, do qual tirava as espinhas com seus delgados dedos.

"Muito guloso de doces, acceitava com alegria todos que lhe eram offerecidos.

"Muito alegre contava á messa, muitas anedoctas, que deviam ser divertidas, porém que eu não podia comprehender, devido á minha pouca edade.

"Depois do jantar ia dormir a sésta sôbre um sofá. Fazia-se um silencio absoluto para que elle descansasse á sua vontade.

"Em uma dessas tardes meu páe pintou á sépia um retrato de Mont'Alverne, do qual fui possuidora e delle fiz presente ao nosso amigo Decio Villares.

Fez-me muitas saudades o tempo, em que meu pae e Mont'Alverne fizeram a minha educação religiosa. Depois de dar a licção, elle apalpava a minha cabeça, percorria com os dedos o meu penteado, fazendo-me elogios a respeito, mas achando sempre que era bonito de mais para quem ia fazer a sua primeira communhão.

"Aquelle grande homem cegou por estudar muito e tambem chorar muito pela morte de uma irmã que tinha.

"Não quero abusar da sua preciosa paciencia. Quem lhe escreve é uma velha de 77 annos completos e, como sempre acontece, vive só de recordações, e o Sr. Fazenda avivou-as profundamente fallando desses homens que todos conheci e frequentei.

"Sou um almanaque vivo, e si algum dia quizer informações de cousas velhas, eu me prestarei de boa vontade, si estiver viva; porque o futuro do velho são sete palmos de terra bem fundos.

"Desculpe a ortographia. E' tarde para aprender a grammatica moderna. Sou com alta estima e consideração sua muito obrigada pela paciencia que vai ter. — Paulina Porto Alegre Faulhaber."

Não tenho a honra de conhecer pessoalmente a amavel signataria. Sei que é viuva do professor de fama, o finado Paulo Faulhaber, genro de Manoel de Aarujo Porto Alegre, depois barão de Sancto Angelo, artista consumado, poeta distinctissimo e um dos proceres da nossa Literatura. Orador illustre produziu no Instituto Historico, discursos, que no dizer de Joaquim Nabuco são verdadeiros modelos.

Foi por esse tempo mais ou menos e em 1898. Nabuco, eleito orador do Instituto, tinha a fazer elogio dos socios

fallecidos. Pediu-me os discursos de Porto Alegre. Dei-lh'os. Lia-os com a maxima attenção e por vezes o ouvi pronunciar com enthusiasmo: bonito — soberbo — magistral!

"De uma fecundidade sem par, escreveu o biographo do auctor do Colombo, o genio naturalmente exaltado do poeta manifesta-se grandioso em todas as suas producções: na poesia epica, como na elogiosa, nas descripções de costumes, no estudo dos characteres, na biographia dos homens illustres, no desenvolvimento dos pontos de Sciencia ou da Arte, nas explanações da Historia, em todos os assumptos, emfim, de que se occupa tão habil escriptor, é sempre admiravel o seu privilegio do talento".

Tanto basta para em poucas linhas lembrar o nome deste reformador das nossas letras e artes

Existe em uma das salas do Instituto sugestiva photographia. E' um grupo, em que figuram Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias. Amigos intimos desde a infancia só os separou a morte.

Que bello exemplo a ser imitado o desses tres grandes Brasileiros, ermãos pelo genio, pelo patriotismo e pelo amor da grandeza da patria!

A psychologia de Porto Alegre e a pureza do seu character retratam-se todas nestas palavras de seu testamento "Nunca provoquei luctas; porém a amizade me levou ao campo muitas vezes, e o direito sempre.

"Nunca amei os homens pela sua posição, nunca adorei o dinheiro, tendo sempre vivido pobremente, e nunca tive outra ambição que não fosse a de um nome sem mancha.

"Soffri pela amizade e pela justiça, porque sempre detestei a deslealdade e o despotismo.

"E de meus paes, do meu soberano e dos homens honestos fui sempre respeitoso e dedicado amigo".

Póde, pois, a Sra. d. Paulina, cheia de saudades, desvanecer-se de ser filha de homem tão notavel. E desses brasileiros tão dignos de memoria posso dizer com admiração que eu os conheci a todos. Convivi com elles nessa doce e sincera intimidade characteristica das antigas familias brasileiras.

O outro compatriota a que alludi nestes apontamentos chamou-se Manoel Ferreira Lagos. Nasceu nesta cidade em 1816.

Estudou Medicina, mas não quiz sustentar these. Ao Instituto Historico prestou inolvidaveis serviços. Succedeu ao Conego Januario na cadeira de secretario perpetuo.

Desta associação foi poderoso sustentaculo. Não permittiu que a indifferença invadisse as fileiras de seus confrades. A todos deu exemplo de confraternidade e de amor ao estudo da nossa Historia. Basta ler os seus trabalhos.

Serviu com muito zêlo na Secretaria dos Negocios Extrangeiros, no Museu Nacional. Foi commissario geral do Brasil na Exposição Universal de Paris de 1855.

Muito intelligente, activo investigador e sincero patriota protestou sempre contra os erros e absurdos, de que se achavam cheios com relação ao nosso paiz, obras e trabalhos de viajantes extrangeiros.

Escreveu muito, com graça e atticismo. Quando lia nas sessões do Instituto, disse Macedo, seus consocios só no fim da leitura ouvida chegavam a calcular o tempo que ella durava. Era uma hora de azas abertas e a voar como o vôo de alguns minutos".

Dotado de muito espirito natural, sempre folgazão, encarava com certa philosophia as cousas e miserias da vida. Atacado de lesão do coração, brincava; zombando encarava a propria morte como verdadeiro philosopho e com convicção profunda de que ella é inicio de vida melhor.

De Ferreira Lagos existe na Bibliotheca Nacional farta collecção de documentos, que têm o nome do operoso litterato.

A filha, com quem tive a honra de palestrar durante duas horas, prometteu trazer para o Instituto o retrato do antigo secretario.

Participa a digna senhora, daquelle quasi stoicismo do seu progenitor. Apezar de combalida pelas attribulações da vida, mostra-se resignada e prazenteira.

A' d. Paulina Faulhaber está ligada pela mais affectuosa amizade ou antes verdadeira veneração.

Felizes estas duas senhoras. Ao descambar da existencia prestam culto a esse grande sentimento, do qual dimanam sempre paz, socêgo, confiança, apoio e consolos!

São ambas dignas de ser queridas e respeitadas como depositarias de muitas das nossas tradições.

Domingo, 6 de Novembro de 1910.

COINCIDENCIAS

Fundeou hontem nas aguas da nossa bahia airoso vaso de guerra da Marinha franceza.

E' a segunda vez que esse cruzador visita o Rio de Janeiro. Já aqui esteve e por esse tempo, por occasião da posse do presidente dr. Campos Salles.

Voltou agora para prestar homenagens ao novo presidente marechal Hermes da Fonseca, que amanhã receberá a

solenne investidura de primeiro magistrado da nação brasileira.

Tem o referido navio-eschola o nome de *Duguay Trouin*, uma das glorias do seculo de Luiz XIV. Esse nome está como é sabido ligado tambem á Historia desta cidade nos calamitosos dias que decorreram de 12 de Septembro até quasi meiados de Novembro de 1711.

Que esse Francez foi um dos mais célebres homens do mar de seu tempo, não ha contestação. Nasceu em Saint Malo a 10 de Junho de 1673 e fallceu em Paris a 27 de Septembro de 1736.

Durante sua trabalhosa existencia deu sempre provas de bravura e de valor militar. Foi amigo do monarcha e mereceu a estima e veneração de seus compatriotas. Desse audaz lobo do mar existem biographias. A elle foram elevadas estatuas, e seu retrato figura nas galerias francezas.

Escreveu Duguay suas *Memorias* com muitas exaggerações. Não se lhe deve levar isto a mal. Tractava de impôr-se e seus concidadãos, sem se lembrar que a critica historica reduziria de muito as proporções de suas proprias façanhas.

Filho de um capitão de navio de corso foi Duguay mandado estudar em um seminario. Não quiz ser padre. Mandou a batina ás urtigas. Entregou-se ás pandegas. Felizmente tomou juizo. Aos 16 annos entrou para a vida do mar. Pouco tempo depois ei-lo a commandar navio. Faz guerra de morte aos navios inglezes, persegue-os e os saquêa.

Foi porém de uma feita caipora. Ficou prisioneiro do almirante David Mitchel. Fugiu da prisão, graças a uma guapa rapariga, por quem se enamorou. Appareceu em França. Voltou de novo á antiga profissão.

Contam-se delle novas proezas maritimas. Graças a seu valor foi admittido no quadro da marinha real. Por vezes procurava sem resultado atacar os navios portuguezes, que do Brasil conduziam as riquezas da colonia. Honororificado por seus feitos, occupou até o fim da vida as mais altas posições. Não é possivel accompanha-lo nessa ascenção sempre gloriosa.

Com o pretexto de vingar a morte de seu compatriota Duclerc, o imprudente invasor de 1710 Duguay, auxiliado pelo seu governo e por abastados capitalistas apresenta-se á nossa barra com 17 formidaveis navios. Tinha á sua disposição 740 boccas de fogo, alguns morteiros e 5.764 marinheiros e soldados.

A expedição tinha mais em mira lucros mercantes do que desaffrontar os brios da nação franceza. Duclerc havia sido covardemente assassinado por uns tiros particulares. E as justiças da terra tractavam de syndicar dos auctores ou

mandatarios de tão feio crime. Nesse tempo já se sabia que a vida de um prisioneiro de guerra, de um vencido, era cousa respeitavel e sagrada.

Não repetirei o que se passou durante os calamitosos dias, a que acima me referi. Deste assumpto já me tenho occupado nestas columnas, e, melhor do que eu o têm feito historiadores de nomeada. Basta lembrar o que Rio de Janeiro foi bombardeado, saqueado e incendiado. O governador teve de capitular e deu a Duguay para resgate da cidade 610 mil cruzados; 200 bois e 100 caixas de assucar. O producto do saques subiu a muitos milhares de cruzados, e, apezar da perda de navios no regresso, os accionistas ainda lucraram. Quem o confessa é o proprio Duguay. Foi negocio da China.

A coincidencia está no seguinte: fazem hoje exactamente cento e noventa e nove annos que o audacioso nauta partiu do Rio de Janeiro (13 de Novembro de 1711), com seus navios abarrotados de dinheiro e do producto das depredações.

Como bem disse o dr. Felisbello Freire, seguiu-se uma épocha de divergencias profundas. Odios foram alevantados, vinganças foram nutridas, e o assassinato veio coroar essa situação, creando uma phase moral cheia de crimes e vinganças, para a qual a Justiça foi impotente.

Os que deram provas de cobardia foram os primeiros a lançar pedras contra o governador Castro Moraes. Deram-n'o como covarde ou vendido aos Francezes. Os intrigantes e engrossadores, como sempre, punham-se de joelhos ante o sol nascente, o novo governador Antonio de Albuquerque, e o obrigaram a prender Moraes, a quem os malevolos deram o appellido de *Vacca*.

No meio dos insultos e apodos destacavam-se os vereadores da Camara, elles que tinham sido os primeiros a fugir. Ainda em 1723, Moraes estava preso na fortaleza de Sancta Cruz! Foi condemnado a degredo para Angola.

Ainda não foi bem estudado o papel que em toda essa triste emergencia apresentaram os Jesuitas. J. Norberto de Souza e Silva, báseado em Balthazar Lisboa, assevera que Duguay "promettera aos padres da Companhia de Jesus com grande contentamento dos mesmos, que tanto o haviam favorecido com presentes, refrescos e mimoseando-o até com mulheres perdidas, nos dias em que arrebanhava os objectos do vergonhoso resgate, que cedo voltaria a lhes fazer nova visita, menos estrondosa e mais amigavel".

Exqueçamo-nos, porém, de tantas desgraças passadas. Estamos em tempo de festas e alegrias. Recorda-las por miudo seria imprudencia deante da gentileza da nossa amiga, a grande e generosa França actual.

Por muito tempo passou entre nós Duguay Trouin por verdadeiro Vandalo ou emissario de Satanaz. Hoje não: seu nome deve inspirar até sympathia. Ha delle um facto que denota grandeza de alma, animo generoso e culto ao amor da humanidade.

Em 1711 estava no auge a perseguição contra os Judeus e contra os seus descendentes, os christãos novos. Em Septembro, epocha da partida da fróta, já se achavam presos muitos desses infelizes. Deviam seguir com direcção aos calabouços da Inquisição.

Lá os esperavam a miseria dos carceres, os tormentos, os autos de fé e a fogueira para os queimar vivos na presença do rei, da fidalguia, do clero e do povo!

Pois bem; nos dias da desordem e da confusão os prisioneiros arrombam as prisões. Buscam os navios francezes. São alli bem accolhidos e ahi ficam até o fim das negociações. Concluidas estas, Duguay Trouin podia entregar os pobres coitados ás justiças religiosas. Não os expulsou. Até o fim soube respeitar o sagrado direito de asylo. E lá se foram sob a protecção da bandeira franceza muitos dos nossos compatriotas, escapos ás garras do execrando tribunal do Sancto Officio.

Nunca mais se soube o fim desses infelizes, roubados em seus haveres para o *Fisco Real*. Preferiam a miseria em extranho paiz á ganancia e perseguição na terra, que lhes fôra berço.

Quem sabe, si no dia de hoje e ha 199 annos, ao subirem pouco a pouco as montanhas que circundam a formosa Guanabara, não se prostaram os christãos novos aos pés do compassivo marinheiro?

Ao seu nobre coração deviam ser agradaveis essas lagrimas de reconhecimento.

Que ao galhardo nauta sejam ellas levadas em conta dos muitos males, que causou aos nossos antepassados.

Domingo, 13 de Novembro de 1910.

A LAMPADOSA

Das grandes chacaras situadas no campo da cidade, além da valla (rua Uruguaiana) destacava-se a conhecida pelo nome de Gonçalo Nunes.

Era uma vasta superficie, que se extendia desde a actual rua da Alfandega até a do Cano (7 de Septembro) e Praça Tira-

dentes, e da rua do Fogo, antes da Opera dos Vivos e hoje dos Andradas até a de S. Jorge.

Ahi se limitiva com a chacara do Campo de S. Domingos, foreira á Camara por dez tostões, terrenos pertencentes ao dr. João Mendes de Almeida, depois a seu cunhado Paulo Carvalho da Silva e mais tarde ao patrimonio do Hospital da Ordem do Carmo.

Ao capitão-mór José de Vargas Pizarro, secretario do Senado, persona grata dos mandões do tempo, aforaram os vereadores em 1721 a chacara do tal Gonçalo, padrasto do padre Duarte Corrêa Vasqueannes.

Parece que a concessão não era cousa muito para que digamos. E foi contra esta afilhadagem que mais tarde o governador Luiz Vahia Monteiro protestou energicamente.

Fallecendo em 1741 o Pizarro, coube á sua filha d. Leonor Maria de Vasconcellos essa grande zona da cidade.

Com consentimento do Senado da Camara, e mediante o fôro de tres mil e duzentos, d. Leonor em 1747 vendeu a Pedro Coelho da Silva, *parte* de sua grande propriedade, comprehendida entre a actual Avenida Passos e a rua de S. Jorge, local em que está hoje o Thesouro Nacional (antiga casa dos Passaros) até a rua do Alecrim (Hospicio).

Ora, *in illo tempore*, existia na egreja do Rosario a Irmandade da Senhora da Alampadosa, como então se dizia. Ou por brigas com os donos da casa, porquanto o hospede depois de tres dias féde, ou porque os da Lampadosa quizessem proclamar sua independencia, certo é que procuraram levantar *habitat* proprio.

Veio-lhes em auxilio Pedro Coelho da Silva. Elle e sua primeira esposa Tereza de Jesus de Almeida (a segunda chamava-se Maria da Penha) doaram, com o palacete da Camara, aos confrades da Lampadosa seis braças de frente e vinte e cinco de fundos, com as condições constantes da escriptura de 7 de Fevereiro de 1748.

Neste documento se lê que a testada ou a frente do terreno cedido olhava para a rua da Cruz (Ouvidor). Prova isto que naquelle anno ainda não estavam povoados o largo de São Francisco de Paula e vizinhanças. Era um immenso descampado, onde só em 1749 se tinham de lançar os alicerces da Sé Nova (Eschola Polytechnica), unico edificio em construcção, que existiu até muitos annos depois nessa grande área. Outro houve, a "Casa da Aula", mas esta fôra removida mais para as bandas do sertão. Desta casa, pertencente aos Jesuitas, já me occupei em 1901.

Não eram de todo caiporas os devotos da Lampadosa. Annos antes (em 1745) haviam obtido tambem do licenciado Placido Pereira dos Santos dez braças de testada com vinte de fundos para construcção de uma capella. Queriam a terra sem fôro, a titulo de esmola, e para isto dirigiram requerimentos ao rei d. João V. O Fidelissimo mandou ouvir a opinião de Gomes Freire de Andrada. Este declarou que a graça podia ser concedida comtanto que fosse em terras para o fim do Campo, porquanto "*nelle se fazem exercicios geraes das tropas*". Parece, salvo melhor juizo, que não pegaram as bichas.

Não aconteceu o mesmo com a doação de Coelho da Silva. Antes que este se arrependesse, e para evitar dúvidas, levantaram alli os devotos um cruzeiro com concessão do bispo dom Antonio do Desterro. Benzido o terreno pelo cura da Sé, Manuel Rodriguez Cruz, em 23 de Março começaram paulatinamente as obras concluidas, diz Noronha Santos, em 31 de Agosto de 1772.

Para saber o que foi esse sanctuario até nossos dias, basta lêr a descripção feita em 1877 pelo dr. Moreira de Azevedo: — templo acanhado, feio, mais proprio de uma aldeia do que de uma capital. Já no tempo do padre Luiz Gonçalves dos Santos escrevia este, que a egreja da Lampadosa, servida por uma confraria de pretos minas, devia ser dissolvida, tão indecente era!

Mudaram-se os tempos, e a sorte da capella tambem. Gente operosa tomou conta da administração. A Irmandade passou a Ordem Terceira, fizeram-se obras importantes ou antes fez-se completa reconstrucção. Hoje a Lampadosa é templo elegante e não faz mau papel entre as modernas construcções do antigo *Campo da Polé*.

O presente ahi está á vista de todos.

Do feio passado existe memoria em uma estampa da obra de Debret. Nella se vê o campanario com dous sininhos, e a fachada baixa e sem elegancia. Notam-se tambem os fundos da casa do brigadeiro Manuel Luiz Ferreira, o Manuel Luiz, o da segunda Casa da Opera ha pouco demolida, nas proximidades da Camara dos Deputados.

Naquella casa da rua do Sacramento morou, é bom lembrar, José Bonifacio, na epocha da Independencia. Mais tarde nas lojas funccionou a *Fama do café com leite*, do célebre Braguinha.

Na Lampadosa existia a devoção do rei Balthazar, composta de pretos africanos de differentes nações. Elegiam imperador, imperatriz, rei e rainha. Nos domingos e dias festivos saïam á rua, cantando e dançando á moda de seu paiz

com o fim de tirar esmolas para o seu patrono negro. No tempo do conde da Cunha resolveram os pretinhos coroar imperador o fámulo do vice-rei — Antonio da Nação Rebolo Tunda. Eis uma prova de que o engrossamento é tão velho como o mundo e apanagio de todas as raças. O conde consentiu na *coroação* e permittiu as festanças costumadas.

O ouvidor do crime, Carvalho chamava-se elle, permittiu a primeira parte do programma, a segunda não. Ora ahi está um magistrado mais realista que o proprio rei. Si vivesse, era capaz de prohibir as romarias da Penha, assignaladas hoje pelos rôlos, cabeças quebradas, revólvers e facadas. E si duvidassem acabava com o carnaval, as manifestações, os cinemas *et reliquia*. Mas o Carvalho antecessor do Vidigal morreu, e não ha mal que sempre dure.

Em 1781 *restauraram* os pretos o Imperio, e tudo ficou como dantes. Que os folguedos continuaram, di-lo o conde dos Arcos em uma carta particular. Parece que d. Marcos de Noronha e Brito era apreciador desses *zés pereiras*. Disse elle que taes divertimentos deviam ser permittidos, quando não perturbassem a ordem pública. Era um meio de suavizar aos pobres escravos as agruras do captiveiro e as saudades das ardentes terras africanas. Já se vê que o conde era homem de idéas adeantadas.

Dizem vários historiographos: que antes de subir ao patibulo o Tiradentes ouvira parte da missa ajoelhado á porta da Lampadosa. Esse facto mais me convence de ter sido o infeliz Mineiro suppliciado no antigo *Campo da Polé*. Era o unico logar apropriado para uma execução espectaculosa. Ahi faziam as tropas exercicios.

Entre as minhas notas encontro uma, que mais justifica a minha humilde opinião. Em 23 de *Septembro de 1780* a Camara deliberou estabelecer no referido campo uma feira semanal de cavallos, bois e mais animaes. D. Beatriz de Vasconcellos protestou contra o esbulho de terras, de que tinha dominio util. Pediu retribuição, dando-se-lhe outras braças em sitio proximo. Ouvido o escrivão, reconheceu o direito da reclamante. Mais tarde, em 1791, o syndico declarou que o mercado público não fôra levado a effeito; mas que o conde de Resende o destinava para Rocio da cidade. Em todo caso, muito antes de 21 de Abril de 1792, d. Leonor foi indemnizada, ficando livre e desimpedido todo o terreno que ia por traz da Sé Nova, frente da Lampadosa *e todo o campo que vai* até á rua do Piolho (Carioca).

Percorrendo o Sanctuario Mariano não encontrei até 1723 egreja alguma em Portugal e no Brasil com a invocação de Lampadosa.

Nos nossos antigos annaes maritimos figura, no tempo de Bobadella, uma importante náu de guerra com aquelle nome. Lampadosa foi a alcunha de um antigo delegado de policia no tempo do Imperio. Si me não falha a memoria chamava-se Cunha, e era medico.

Nos jornaes da opposição, no tempo da regencia, encontram-se allusões á Lampadosa. Fallam em devotos da Lampadosa, em Club das Lampadosas, em milagres da Lampadosa, etc. Houve até um jornaleco: *"O Sino da Lampadosa"*. Moraria por alli algum manda-chuva do tempo, ou alguma deidade a que os magnatas prestassem culto? Nunca achei quem me explicasse tal insistencia nos corsarios desse tempo, tão cheio de odios e rivalidades politicas.

No domingo atrazado celebrou-se na Lampadosa a festividade a S. Chrispim e S. Chrispiniano. Sei que estes dous martyres são patronos dos sapateiros. Em Soissons ha um grande templo a elles dedicado. Em Lisbôa houve uma egreja elevada no tempo de d. Affonso Henriques em 25 de Outubro para commemorar a tomada da cidade aos Mouros pelo primeiro rei portuguez. Esse templo foi destruido pelo terremoto de 1755. Mais tarde foi reconstruido e ainda lá existe.

Quanto á Irmandade dos referidos sanctos no Rio de Janeiro, só posso informar que é antiga. Conheço um testamento feito em 1667 por um sapateiro apatacado, Manuel Pereira. Deixou á Misericordia duas casas na rua da Candelaria, um preto, official do mesmo officio, peças de cordovão, carneiras, panno de linho, etc. Neste documento Pereira declara ser confrade do Rosario e de S. Chrispim e S. Chrispiniano.

Sei tambem que, antes destes sanctos virem para a Lampadosa, estiveram na Candelaria e na egreja de S. Joaquim (hoje demolida).

E' o pouco que tenho a responder ao amavel missivista anonymo que se assigna *humilde sapateiro*. Si o meu admirador (sic) não ficar satisfeito, tem bom remedio. Recorra ao dr. Antonio Luiz Pedro de Alcantara e ao meu amigo Arthur Sabrosa (secretario de S. Chrispim), cuja casa commercial é alli no canto da Portugueza com a rua de Antonio Martins de Palma, ou em linguagem moderna, Hospicio e Candelaria.

Quem dá o que tem não é obrigado a mais.

Domingo, 20 de Novembro de 1910.

REMINISCENCIAS

Ha na existencia dos povos, ainda que separados por longos intervallos de annos, situações identicas, quer de glorias e proezas, quer de afflicções, vexames e calamidades. De umas e outras está cheia a nossa historia. Recorda-las não é demais.

Aos olhos de quem se compraz em ler velharias, aquelles factos passam como fitas de verdadeiro cinema ographo, cheias de ensinamentos e de próveitosos exemplos.

A crise anormal, por que passaram os habitantes desta capital nestes tristes dias da semana finda, lembra os calamitosos tempos em que permaneceu na bahia do Rio de Janeiro o célebre almirante Duguay Trouin á frente de formidavel esquadra.

O annunciado bombardeio da nossa cidade traz á memoria pelo menos as horrorosas scenas daquellas tragicas noites de Septembro de 1711.

Ao ribombar dos canhões junctou-se o estrondo de formidavel trovoada accompanhada de repetidos relampagos e chuva torrencial. A população espavorida abandona lares e haveres. As aguas descem dos morros em verdadeiras catadupas, e os rios saïndo de seus leitos dão morte aos que os tentam vadear.

Um trecho de carta particular, dirigida por habitante daqui a certo amigo de Lisbôa, pinta a terrivel situação do exodo da maneira seguinte: "toda a mais gente se foi mettendo por esses caminhos e mattos, onde si houvera de individuar os desarranjos, fome, mortes de crianças, desamparo de mulheres e toda a qualidade de miserias, fôra um nunca acabar.

"Mulher houve que se achou abraçada com uma criança de peito e outra assentada juncto della, á qual perguntando-se, que fazia alli, respondeu — que estava esperando que sua mãe e irmã acordassem.

"Ajuntando-se a mais terrivel noite de chuva e escuro que se póde considerar que poz os caminhos de sorte que em algumas partes se passava com agua pelos peitos, e aos passageiros dava-se o espectaculo de um naufragio".

O governador capitulou. Nem podia deixar de o fazer. Abandonado de todos cedeu deante da fôrça dos canhões. A cidade foi presa do saque, e os roubos deram grandes lucros aos commanditarios dessa empresa mercantil, talvez unica nos annaes da Historia.

Passam-se os annos, e em 1828 outro francez, o contra-almirante Roussin, apresenta-se ante a cidade, á frente de

uma náu e duas fragatas. Exige a entrega immediata de todas as embarcações francezas aprisionadas no Rio da Prata e uma indemnização por perdas e damnos. Para poupar o bombardeio da cidade o Governo cedeu, mas nem por isso julgou a dignidade nacional arranhada.

D. Pedro I teve defensores, e nada soffreria em seu prestigio si não fôra a camarilha que o cercava. Os homens do 7 de Abril nunca, em meio de suas queixas contra o imperador, o accusaram por este facto, tambem filho das circunstancias.

Lançavam-lhe em rosto as scenas de sangue com os vencidos de 1824, filhas do despotismo do monarcha.

Nos factos de 1711 d. João V não se deu por achado. Continuou a divertir-se, a ter amantes e a gastar como perdulario as riquezas que do Brasil chegavam á metropole. Como soldado velho desapertou-se para a esquerda.

Além de todas as calamidades pagou o pato o povo cá da terra. Crearam-se novos impostos para restaurar o *deficit* do Erario com o adeantamento de quantias para o resgate da cidade. Perdoou pequena somma como lambugem. Valeu-lhe isso encomios e elogios de *paternal generosidade* por parte de chronistas engrossadores.

Passa agora outra fita tendo a data de 1661. Representa acontecimentos aqui passados no mez de Novembro. Já por ahi se vê que não é de hoje ser tal mez cheio de bernardas, revoltas e revoluções. E' mais uma coincidencia para os amanteticos dellas e para os que acreditam na *força do destino.*

Tracta-se ainda de uma sublevação. Os reclamantes apoderam-se da cidade "magoados, queixosos e opprimidos das vexações, tyrannias e tributos, fintas, pedidos, destruição de fazendas, que lhes havia feito o general Salvador Corrêa de Sá e Benavides".

Este havia se ausentado para S. Paulo. Deixa em seu logar a Thomé Corrêa de Alvarenga, que não attende ás queixas. Os revoltosos depõem do cargo a Benavides, prendem Alvarenga e todos os funccionarios partidarios e parentes de Salvador. Dão o poder a Agostinho Barbalho Bezerra.

Este havia fugido para o convento de Sancto Antonio, e os sublevados obrigam o Bezerra a acceitar o pennacho, por bem ou por mal. A situação prolongou-se por alguns mezes. Os descontentes desconfiam do Barbalho e entregam a governança á Camara da cidade, composta de gente do partido delles.

Como sempre acontece, foi pouco a pouco esfriando o enthusiasmo dos revolucionarios. Houve dissidencias e até denunciantes. Já naquelle tempo, melhor do que hoje, sabia-se que o poder era o poder. Benavides não era de brincadeiras.

Prova-o a carta escripta ao rei em 10 de Abril de 1661. Mandou prender os principaes cabeças. Fez uma juncta, de que foi presidente, e membros dous Freires de Andrada, ermãos e por isto suspeitos! Jeronymo Barbalho foi sentenciado á morte e executado na praça, hoje 15 de Novembro.

Veio da Bahia o desembargador Antonio Nabo Peçanha, que remetteu presos para a Bahia os demais parciaes da bernarda. O rei desapprovou o procedimento de Benavides, que exorbitara creando impostos illegaes. E o que é mais curioso, a Camara de 1666, composta de antigos engrossadores de Benavides, foi toda contra elle. Pediu ao rei indulgencia para os reclamantes presos nos calabouços de Lisbôa. O rei deu satisfacção aos vereadores. Mandou-lhes dizer que os presos já tinham a cidade por menagem, e si não tinham voltado para o Rio de Janeiro era culpa delles.

"Não haviam tractado de correr com a causa." Afinal regressaram condecorados com o habito da Ordem de Christo!

Em 2 de Septembro de 1667 a Camara enviava ao monarcha uma mensagem de gratidão repleta de alambicadas phrases. Basta lêr a pag. 73 do 4º volume dos *Annaes do Rio de Janeiro*, do já muitas vezes por mim citado dr. Balthazar Lisbôa.

Vai passar agora outra fita. Nella figura um sujeito deitado, prestes a morrer. E' um conhecido nosso. Mathias da Cunha governou o Rio de Janeiro e depois a Bahia, capital então do Brasil. Era summamente critica a situação da cidade de Thomé de Sousa. A epidemia da bicha (febre amarella) despovoara a capitania de Pernambuco, e em sua marcha devastadora caminhou para o Sul. O mal não respeitava posições. Morria gente como formiga. Mathias da Cunha não fôra poupado. Havia já recebido os sacramentos e falleceu em 24 de Outubro de 1688. Um dia antes de morrer, convocou o Senado da Camara, nobreza da terra e officiaes de patente e lhes ordenou elegessem a pessoa, que por fallecimento (delle Mathias), havia de ficar occupando seu logar. Houve divergencia nos votos e depois accôrdo. Todos se conformaram elegendo para o govêrno militar e politico ao arcebispo d. frei Manuel da Resurreição, e para o govêrno da Justiça ao chanceller da Relação Manuel Carneiro de Sá.

Pois bem; neste mesmo dia se revoltaram os soldados de toda a guarnição da cidade, exigindo o pagamento de nove mezes de soldo, que lhes era devido.

O que se vai lêr é resumo da narrativa de Rocha Pita, Morales, Duarte Nunes, Accioly e Mello Moraes, pae.

Reuniram-se os soldados reclamantes no Campo do Desterro.

Apoderaram-se da Casa da Polvora. Pediam que se lhes mandasse pagar os soldos no termo peremptorio de 24 horas. Do contrario entrariam na cidade, a entregariam ao saque, ameaçando com as penalidades as casas dos vereadores, por cuja ordem corria então o pagamento da infantaria. A esta desordem acudiu o arcebispo e alguns officiaes da guarnição, para moderar a soldadesca nos excessos que faziam em todas as pessoas, que com cargas das fazendas vizinhas passavam por aquella estrada.

Propalou-se mesmo que os revoltosos fariam saltar a cidade lançando fogo aos depositos de polvora. Foi levado ao campo o dinheiho, com que lhes pagaram os nove mezes, e depois de satisfeitos, "insistiram em se não desarmarem, sem se lhes mandar um perdão geral daquelle facto, assignado pelo governador, que ainda vivia e pelo arcebispo que lhe havia de succeder". Tudo lhes foi concedido e ainda Mathias o chegou a assignar.

Pouco depois expirava Mathias da Cunha. Foi sepultado no mosteiro de S. Bento com todas as honras inherentes a seu alto cargo. E os amotinados da vespera com todo o respeito e veneração prestaram ao fallecido o ordenado pelas leis militares. Para tão bom resultado muito contribuiu como medianeiro o arcebispo. Para aquietar os amotinadores foi em pessoa, sem accompanhamento, ao campo do Desterro. Aos soldados fez um discurso. Foi ouvido com muita attenção. E o socêgo voltou, regressando á cidade os moradores que haviam fugido para o Reconcavo.

Em todo caso teve Mathias da Cunha morte feliz. Adormeceu para sempre, tendo nos labios palavras de perdão e clemencia. Prendas do coração são estas, de tão alto valor, que não devem nunca ser exquecidas. E quando não bastasse o exemplo de Christo para as enaltecer, ahi estariam os empolgantes versos de Victor Hugo, de Corneille, de Castilho e os do nosso compatriota Alvares de Azevedo pedindo a d. Pedro II o perdão de Pedro Ivo Velloso da Silveira, o indomito revolucionario pernambucano de 1848.

Domingo, 27 de Novembro de 1910.

ENGROSSAMENTOS E PISTOLÕES

As luctas e hostilidades entre as duas importantes familias paulistas, Pires e Camargos, terminaram com o perdão geral dado pelo conde de Atouguia em 24 de Novembro de 1655.

Com este alvará e com a provisão régia que o confirmou, serenaram taes desavenças, que haviam feito derramar sangue por mais de dous annos.

Infelizmente, porêm, escreve Azevedo Marques, o interesse sordido ou a perversidade de magistrados que o govêrno da metropole enviava ao Brasil com o titulo de ouvidores geraes e corregedores, mais de uma vez tentou resuscitar a lucta entre as duas familias. Motivou isto as duas provisões de 23 de Julho de 1674 e 28 de Dezembro de 1688, ratificando o perdão dado em 1655, que os taes ouvidores, accrescenta o referido Marques, com interpretações sibilinas tentaram annullar recomeçando as devassas para, como é provavel, auferirem custas e propinas dos processos, pois tal era, segundo a experiencia de longos annos, a missão dos magistrados, que vinham de alêm-mar.

Fez excepção a esta regra o ouvidor Thomé de Almeida e Oliveira, natural de Pernambuco. Foi um bello character. Seu elogio foi feito pelo dr. Balthazar da Silva Lisbôa. Gosto muito de me apoiar na auctoridade dos historiadores de fama notoria.

Eis as palavras do auctor dos *Annaes do Rio de Janeiro*: "por actos da mais grande generosidade e pelo exercicio de todas as virtudes, conciliou os animos que longas animosidades e o espirito de vingança havia dividido e arrastado aos mais insondaveis abysmos de males.

Elle, porêm, como um anjo tutelar, fez resplandecer naquelle continente (S. Paulo) a alegria e o contentamento em todas as familias. Diziam huns aos outros: este magistrado tem enchido a sua magistratura com intelligencia e probidade, elle nos fez sentir as doçuras da verdade e da paz, enchugando com a mais viva sensibilidade nossas lagrimas; nos fez sensiveis, destruiu a dureza que nos deshonrava, nos ensinou a practicar todo o bem: confessamos que nos tem dado nova vida, tanto mais preferivel que a de nossa primeira existencia, pelo que eternizaremos a sua memoria, que durará depois da morte, collocando a sua imagem em logar público, para que o nosso geral reconhecimento seja o seu eterno elogio e a sua presença nos inspire o caminho da honra e da verdade".

De nada valeu esta lenga-lenga do dr. Balthazar, e esta manifestação ou antes este justo engrossamento deu causa ao caiporismo do integro magistrado.

Os aduladores do rei aconselhavam ao monarcha houvesse por bem prohibir taes demonstrações.

Da metropole veio, dirigida ao governador do Rio de Janeiro, a provisão de *27 de Novembro de 1688*, depois de consultado o Conselho Ultramarino em 13 de Outubro desse mesmo anno.

Neste documento o rei faz saber que a Camara da Villa de S. Paulo mandara retratar o referido Thomé de Almeida e Oliveira pelos bons serviços prestados ao povo.

Reconhece, porêm, as *inconveniencias e ruins consequencias* que se originam de similhantes retratos. Ordenava, pois, aos governadores e mais ministros que assistiam nas conquistas, presentes e futuras, não consentissem que os povos lhes puzessem retratos na Casa da Camara nem em alguma outra parte pública.

Que os transgressores de tal ordem seriam punidos. Si, porêm, os povos entendessem querer fazer taes manifestações, deviam pedir permissão ao Governo. Este resolveria como melhor julgasse.

Aqui *latet anguis*.

Conclue por esta maneira a provisão: "e a prohibição destes retratos se deve entender daqui em deante sómente, excepto o do dicto ouvidor geral (o Thomé) que Mando logo tirar, como se ordena ao Governador Geral do Brasil, por Carta Minha", etc.

De que te serviu, Thomé de Almeida, seres um verdadeiro juiz pacifico e professares idéas de paz e amor? Si matasses os teus collegas, não terias, é certo, retrato na Casa da Camara. Tambem, em compensação não haverias soffrido essa verdadeira desfeita, capaz de causar a um pobre vivente verdadeiro traumatismo moral. Salvaste-te, porêm, em uma barquinha. Quando a provisão régia aqui chegou, já tinhas partido para a eternidade desde 29 de Septembro desse mesmo anno de 88. Quem no-lo diz é monsenhor Pizarro.

Si a data está certa, o ouvidor Thomé, transpoz os umbraes da morte, conscio de que sua effigie seria admirada pelos posteros.

Não foste inteiramente caipora. A injustiça do Rio valeu-te ainda da parte do engrossador e choramingas Balthazar da Silva Lisbôa novo e pomposo elogio. Nelle o juiz de fóra que assistiu á execução de Tiradentes falla nos Romanos, no seu Senado, na Constituição, nos Augures, no sol,

em estatuas erguidas aos heróes e até nos mausoleos de Westminster, e em arcos triumphantes da China!

Parece á primeira vista que os governantes daquelles tempos eram adversos dos engrossamentos. Uma carta régia de 1689 censurava acremente a prepotencia de governadores e magestades que nomeavam para officiaes de Justiça e Fazenda amigos, "chaleiras", apaniguados e até creados!

Todos elles julgavam ter o rei na barriga, tornavam-se insolentes, commettiam excessos contra o zé povinho. Pudera não: — tinham as costas quentes.

Naquelle tempo se mandou tambem pôr em execução leis exquecidas, com referencia aos excessos da foguetaria. Estes, diz a lei, nas festividades dos sanctos e nas occasiões de alegria pública, causavam detrimento e incommodo ao povo pelos desastrosos successos que se experimentavam, alêm dos grandes dispendios em foguetes, rodas e outros artificios de fogo que só serviam para embasbacar a multidão por poucos momento e desappareciam como o fumo.

Os delinquentes teriam a multa de 20 cruzados (8.000) alêm da deportação para Angola por tres annos, si o pobre diabo fosse peão. Os nobres teriam só degredo por dous annos. Patriarchal governo! — Zelava o cobre da gente e levava o seu anti-chaleirismo até aos sanctos e bemaventurados.

Taes leis, como sempre acontece, foram para inglez ver. Houve sempre retratos tirados em homenagem a cidadãos menos dignos que o tal Thomé. Faço excepção em favor do Bobadella. Esse lá está em público no salão do Conselho Municipal.

Na nomeação para cargos públicos sempre tiveram preferencia os afilhados. *Matheus, primeiro os teus*. Quanto á pyrotechnica, si não fez grandes progressos, continuou sempre como dantes. Hoje usa-se e abusa-se até da dynamita. E' um bom meio para dar que fazer aos especialistas de molestias do ouvido. Eu que o diga. Tive os tympanos deslocados em virtude de cinco bombas lançadas por gaiatos em trilhos da rua da Alfandega. Rebentaram na occasião da passagem de um bonde. Curou-me o habil dr. Leal. Aproveito estar com a mão na massa para agradecer os cuidados do carinhoso especialista. Nunca é tarde para a gente mostrar reconhecimento, sem chaleirismo. Deste para os pistolões não vai grande distancia.

Quem póde obter hoje um bom empenho ou "pistolão" alcança tudo o que quer, ainda com postergação da verdadeira justiça. Tambem esta verdadeira mania não é só propria dos nossos tempos. E' cousa velha, que mereceu a attenção dos governantes dos tempos coloniaes. Contra os "pistolões"

manifestou-se o rei d. João V. Serve de prova a lei de 13 de Fevereiro de 1725. E tão apertadas foram as ordens, que foi a lei registada nos livros da Camara, da Ouvidoria Geral, da Provedoria de Fazenda e da Alfandega, etc.

Neste documento, dirigindo-se ao governador do Rio de Janeiro o aviso, de que si este fizesse o contrario elle rei diz que se desagradaria muito "e farey comvosco aquellas demonstracções que for servido." Prohibia o decreto cartas de empenho aos ministros, suas mulheres, filhos, creados, officiaes de justiça e fazenda. Que estes não pudessem ser procuradores de partes, "ainda que os Senhores Infantes, Principes e a Senhora Rainha recommendem a algum governador ou ministro".

Este rigorismo até com a rainha tem explicação. D. João V não ligava importancia á sua consorte. Aposto, porêm, como o Fidelissimo não seria insensivel aos empenhos apresentados pelas suas muitas amantes. Dellas se destacava a célebre e sensual madre Paula, freira do convento de Odivellas.

Contra os "pistolões" era, pelo menos na apparencia, o marquez de Pombal. Leia-se, para prova, a carta por elle escripta a Joaquim de Mello Povoas, quando este foi nomeado capitão-general do Maranhão. E' o caso para se dizer que muito bem prégava frei Thomaz. Sebastião de Carvalho teve sempre engrossadores e afilhados ás duzias. Exemplo: o nosso José Basilio da Gama.

Quem nunca fez ceremonias em pedir empenho, e ás vezes por gente ruim, foi d. Carlota Joaquina, esposa do principe regente d. João, depois 6° do nome. São conhecidos os bilhetinhos dirigidos aos ministros.

Ao proprio marido ella os mandava. Para lhe adoçar a bocca, chamava-lhe: *Joãosinho, meu bem, meu amor*.

No tempo do primeiro Imperio, bem sabido é quem era trunfo. A um pedido de certa senhora, d. Pedro I nada recusava. Ficou inaugurado entre nós o poder das saias. Antigamente se dizia "quem tem padrinho não morre pagão"; hoje é o contrario, basta ter boas madrinhas.

Por intercessão dellas tudo se póde alcançar e obter, salvo quando o afilhado é tão caipora que lhe cabe o nome de *coió sem sorte!*

Domingo, 4 de Dezembro de 1910.

A LUCONIA

Estamos em Dezembro de 1823, exactamente quinze mezes depois de proclamada a nossa emancipação politica.

Por aquelle tempo, cortando aguas do Atlantico afastava-se lentamente das costas brasileiras velha e imprestavel embarcação. Tinha o nome de *Luconia*. Tão demorada era sua marcha que saindo desta cidade a 25 de Novembro só chegou á altura de Lisbôa tres mezes depois.

No madeiramento podre da *Luconia*, como bem disse o dr. Martim Francisco, em sessão do Instituto Historico, eram entregues aos azares do oceano os vacillantes destinos da democracia nacional.

Desta charrúa de triste memoria eram passageiros alguns dos principaes fautores da Independencia e membros da Constituinte. Eis os seus nomes: José Bonifacio de Andrada e Silva, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, José Joaquim da Rocha, Belchior Fernandes Pinheiro e Francisco Gê de Acaiaba de Montezuma (depois visconde de Jequitinhonha).

Presos politicos, seguiram caminho do exilio, victimas de intrigas tramadas pelos mais disparatados elementos partidarios: ultra-liberaes republicanos e absolutistas! Conseguiram ao espirito do trefego e inexperiente primeiro imperador pintar aquelles benemeritos como inimigos do monarcha, e demolidores dessa mesma patria, que haviam ajudado a emancipar, cortando os liames que a prendiam ao absolutismo da antiga metropole.

E' esta uma das páginas mais tristes da nossa Historia. Só por si demonstra os effeitos desse redomoinho, chamado politica, de cujos effeitos são victimas os mais puros e immaculados characteres.

Como é sabido, em 12 de Novembro de 1823, era dissolvida á fôrça d'armas a nossa primeira representação nacional — a Constituinte. Presos os illustres Brasileiros acima apontados, foram lançados nos lugubres e humidos carceres da fortaleza da Lage. Nesta praça de guerra tudo faltava. Nem pão havia. Para alimentação dos presos que não haviam comido durante o dia foi preciso, é bom lembrar, adquirir-se um gallo comprado a um soldado. A' meia noite foi servido o mais que modesto cardapio. O gallo foi comido com um pouco de farinha grossa.

Serviu de cama ao sexagenario José Bonifacio um pedaço de tapete velho tirado da capella da fortaleza. Os outros

presos nem tiveram um banco para se sentar. Passaram a noite toda em pé.

Estas miserias foram referidas pelo conselheiro Drummond e confirmadas mais tarde pelas victimas de tanta perseguição. Das *Memorias* do referido conselheiro resumirei quanto baste para provar a ingratidão do primeiro imperador e dos principaes politicos adversos aos Andradas.

José Bonifacio havia sido transferido para a fortaleza de Santa Cruz, e até 25 de Novembro elle e seus companheiros ignoravam a sorte que os aguardava. Até esse dia ficou fechado o porto do Rio de Janeiro. Os presos politicos iam na maior pobreza. José Bonifacio só tinha consigo 30$000.

Foi nomeado commandante da *Luconia* Joaquim Estanislau Barbosa, tendo por immediato a José Joaquim Raposo. A camarilha que cercava o imperador era de opinião fossem os presos para Lisbôa e confiados "á pericia do infante d. Miguel, que se achava então influindo no governo portuguez, para dar cabo dos presos, fosse processando-os como réos de alta traição, ou fosse secretamente nos calabouços do Bogio". O commandante Estanislau na altura de Lisbôa aguardaria que algum navio viesse capturar a *Luconia*.

Cançado de esperar, o commandante resolveu entrar o Tejo. A isto se oppôz o Raposo allegando não conhecer as instrucções secretas de que lhe fallava Barbosa. Este por sua vez asseverava que essas tinham sido dadas verbalmente por quem de direito. O immediato recusava obedecer ás taes instrucções. Sustentava que as ostensivas determinavam levar os presos até o Havre. Por ordem de Raposo a *Luconia* seguiu caminho do Norte.

Que houve intento de entregar os capturados ao Governo portuguez, prova-o além do mais a defesa de Martim Francisco e de Antonio Carlos produzida pelo dr. Saturnino de Sousa e Oliveira e a resposta dada pelos dous ermãos de José Bonifacio a um opusculo escripto pelo célebre commandante da *Luconia*, o já citado Joaquim Estanislau Barbosa. A esses factos de verdadeira protervia ou antes infamia allude o dr. Sigaud na biographia de Antonio Carlos — no *Annuario do Brazil*, 1846. Primeiro anno.

Dá fundo a *Luconia* no porto de Vigo. O general Eguia manda tirar o leme e arriar a bandeira. Quer dizer, o navio evitava Sylla para caïr em Carybdes. O consul da França procura a José Bonifacio e lhe dá parte da nefanda traição. Era em Vigo esperada a todo o momento uma embarcação portugueza, que para Lisbôa devia levar os exilados.

Mal se havia ausentado o consul francez, entrava á barra de Vigo, como verdadeiro epigramma, a corveta *Lealdade*. Deu

fundo juncto da *Luconia.* Era manifesta a connivencia dos dous governos portuguez e hispanhol. Eguia manda restituir o leme, com ordem de seguir. Estanislau Barbosa, que havia confabulado com João Pedro Nolasco da Cunha, commandante da *Lealdade*, ordenára a partida.

Revoltam-se os passageiros. Era imminente sério conflicto. A' frente dos revoltosos via-se Martim Francisco, dando provas de energia e coragem. Estavam dispostos a morrer depois de castigado o traidor Barbosa. Era de vêr o cuidado, com que os dous Andradas procuravam salvaguardar a vida do primogenito, o velho José Bonifacio, o mano José, como lhe chamavam.

Eguia (o governador) determinou saïsse primeiro a *Lealdade*, e 24 horas depois a charrua *Luconia*. Os passageiros oppuzeram-se. Estavam resolvidos, em último caso, a metterem a *Luconia* a pique.

Mas José Bonifacio escrevêra duas cartas, uma a Canning e outra ao rei Fernando VII.

Nesta os passageiros expunham "a traição de que eram victimas, declaravam-se prisioneiros de Hispanha e como taes submetter-se-iam ao que o Governo hispanhol quizesse delles fazer, mas que ficasse na corôa de Hispanha a nodoa de os entregar a Portugal."

Canning deu ordem ao ministro inglez em Madrid de exigir do govêrno de Fernando VII o desembarque dos passageiros e a faculdade de transitarem por terra, como desejavam, para a França.

A José Bonifacio, Canning chegou a offerecer um navio inglez, si por ventura elle e seus companheiros quizessem ir para a Inglaterra.

Deante da attitude de Canning os exilados desembarcaram em Vigo e com passaportes hispanhóes partiram para Bordeaux.

Para comprovar esses tristes e deprimentes acontecimentos serve-se Drummond de documentos, escapos felizmente de um incendio que destruiu muitos papeis pertencentes a este nosso diplomata. Encontram-se na integra no vol. XIII dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*. O primeiro, assignado pelo conde de Subserra e dirigido ao commandante da *Lealdade*, tem a data de 7 de Março de 1824.

Nesse papel Subserra declara que a *Luconia* havia entrado em Vigo *com bandeira do governo rebelde do Rio de Janeiro*. E caso o governo hispanhol não quizesse entregar a *Luconia*, elle Nolasco fingisse partir com direcção a Lisbôa, mas que practicasse o contrario e navegasse, conservando-se em alcance quanto possivel de caïr sôbre a charrua *Luconia*, apresa-la e

traze-la a este porto (Lisbôa) com todos os seus passageiros, conforme o que lhe estava determinado."

Acconselhava ainda Subserra toda a habilidade para não inspirar desconfiança á charrua *Luconia*, a qual não poderá deixar de seguir viagem, pois o govêrno hispanhol a fará saïr logo que não haja suspeita das ordens, que V. Mercê (o Nolasco) recebe.

Extensa é a resposta dada por este em data de 22 de Março. Obedeceu ás ordens recebidas. Allega difficuldades em aprisionar a *Luconia*, empregando ainda todo o embuste.

Como é sabido, Drummond foi nosso ministro em Portugal. Mantendo elle relações com muitos politicos, obteve delles explicações sôbre os factos da *Luconia*. Soube por exemplo que d. João VI hesitara por muito tempo em dar consentimento para a captura do navio vindo do Brasil.

Cedeu por fim ás instancias de seus conselheiros.

Em 28 de Abril de 24, o conde de Subserra mandava ainda substituir a corveta *Lealdade* pelo brigue *Tejo*.

Narra em seguida Drummond os acontecimentos chamados da *Abrilada* promovidos pelo infante d. Miguel. O rei dom João refugia-se a bordo do navio inglez surto no Tejo. Do que então se passou apenas mencionarei a impressão causada no espirito do rei pela presença da creada do commandante, a qual de vez em quando furtivamente apparecia na camara, onde estava o monarcha.

Em meio das circunstancias criticas do momento d. João nunca se exquecia da rapariga. A todos que o procuravam a primeira pergunta que fazia era si o sujeito já tinha visto a creadinha do almirante. "E' bem bonita, ás vezes ella põe a cabeça na fresta daquella porta, é bem bonita, é bem bonita." Por ahi se vê que o bonacheirão filho de d. Maria I não era de todo insensivel ás graças do bello sexo.

Depois de alguns annos voltaram os exilados ao Brasil. E os tres Andradas ainda muito tiveram de soffrer ingratidões, ultrages e insultos oriundos de factos politicos, em que tomaram parte.

Eis o fim de Estanislau Barbosa que em vão procurou defender-se de se haver prestado a tão degradante papel: "Regressando ao Rio foi galardoado com despachos e com o commando das galeotas do imperador. Mas Villela Barbosa, que lhe attribuia o máo successo da commissão pela impericia e fraqueza com que se houve, nunca lhe perdoou. Na primeira occasião que teve accusou-o de ladrão da fazenda pública no commando das galeotas, e o mandou julgar em conselho de guerra em 1829 ou 30. Supponho (escreveu Drummond) que

foi condemnado á morte. Adoeceu durante o processo e tal foi o excesso de bebidas alcoolicas, que falleceu dous dias depois de ser sentenciado á morte."

E assim acabou esse *digno* sujeito, typo acabado de verdadeiro miliciano das fileiras de Joaquim Silverio.

Domingo, 11 de Dezembro de 1910.

ILHA DAS COBRAS E S. BENTO

Aposto, dirá o leitor, que vai você me cacetear com as suas costumadas velharias! E porque não, si vem de molde, por associação de idéas, contar cousas de antanho, as quaes servem de recordação a acontecimentos da actualidade? Feito este pequeno exordio insinuativo, entro já em materia, mesmo porque disponho de pequeno espaço e preciso resumir o assumpto.

A ilha das Cobras, antigamente da Madeira ou das Cabras, como lhe chamou Duguay Trouin, pertenceu aos Benedictinos, que por muito tempo sustentaram seu direito á posse deste immovel. Essa questão está felizmente terminada pela cessão frimada em favor do Govêrno pelos citados monges. Por muito tempo não houve alli fortificação alguma. Mencionam as chronicas apenas, em 1641, em tempo de Salvador Benevides a existencia de um pequeno forte, Sancta Margarida, do qual era commandante Arthur de Meneses. Em 1700 Francisco de Castro Moraes, na qualidade de mestre de campo, encarregado das fortificações, fizera planejar, como disse Mario Behring, pelos engenheiros Gregorio Gomes e Philippe Carneiro, um forte que não chegou a ser concluido.

Em carta de 6 de Novembro de 1710, dirigida ao duque de Cadaval, frei Francisco de Meneses assim se exprimiu: "ouço fallar que se quer fortificar a ilha das Cobras, cujo trabalho será muito prejudicial a esta terra." Este religioso fundamenta suas opiniões com argumentos, alguns de peso e outros não. Invalidavam os segundos os tristes successos do anno seguinte.

Foi Duguay Trouin quem mostrou a importancia da ilha, occupando-a e aproveitando-se de sua excellente situação como base de suas operações contra esta cidade. Como é sabido, em 12 de Septembro de 1711 Duguay Trouin força a barra e fundeia em meio de nossa bahia. No dia seguinte apodera-se da ilha das Cobras, não a tomando de assalto como escreveu em suas *Memorias*. Foi-lhe mais facil a acção; pois

a ilha não fôra soccorrida, por inepcia de Gaspar de Athaide — o Maquiner.

Ordens foram expedidas pelo governador Castro Moraes para que todas as baterias de terra fizessem incessante fogo, escreveu ainda Mario Behring, afim de impedir que o inimigo artilhasse a ilha, tendo a guarnição, apesar da surpresa do ataque nocturno, tido tempo para encravar as peças. Foi baldado o exfôrço. Os Francezes conseguiram seu intento. Principiou então terrivel bombardeio contra a cidade, causando panico, destruições e mortes. O povo foge espavorido, buscando os arrabaldes. Seguem-se o saque, depredações e demais calamidades. A sinistra noite de 21 de Septembro de 1711 perdurou por muito tempo na lembrança apavorada dos nossos antepassados.

Pois bem, sem querer repetir particularidades sôbre esses sinistros dias, apenas mencionarei uma circunstancia.

Foram exactamente as baterias collocadas no morro de S. Bento e no local occupado hoje pelo Arsenal de Marinha que mais prejuizos causaram aos Francezes, senhores da ilha das Cobras. Eram ellas dirigidas pelo capitão de fragata Gil L'Hedois du Bocage, avô materno do muito conhecido poeta. Esse Normando estava desde 1764 ao serviço da Marinha porgueza. A sua actividade é commemorada pelo proprio Duguay Trouin, que sôbre Bocage escreveu extenso trecho.

Como agora, grandes foram os estragos causados pela artilharia franceza ao Convento de S. Bento. Foram avaliados naquelle tempo em 18:790$000. Não se levou em conta, dizem chronistas, o damno causado no interior do Mosteiro pelos chefes da esquadra, que nelle se aquartelaram depois de rendida a cidade, e como taes se devem contar a destruição do cartorio, a perda do 1º Livro do Tombo e o roubo da livraria. (*Apontamentos historicos*, do Dr. Ramiz Galvão.)

Nunca poderão ser exquècidos os bons serviços prestados pelos Benedictinos nesses tempos de triste memoria. Vêm elles relatados com todas as minuciosidades em monsenhor Pizarro, Balthazar Lisbôa e na *carta*, que a Camara dirigiu á metropole em data de 28 de Novembro de 1711. O que agora fizeram os actuaes monges foi a reproducção dos actos de seus antigos ermãos. Uns e outros coadjuvaram bellamente a acção do Govêrno, aquelles contra inimigo audaz e ganancioso, estes contra as praças do Batalhão Naval.

Por muito tempo foram conservadas no Mosteiro balas lançadas pelos obuzes francezes. Eu as vi; guardam os actuaes religiosos os projecteis atirados sôbre o Convento como memoria destes dias, e prova de sua coragem e recordação dos ser-

viços em prol de uma causa justa como a de jugular estupida e incomprehensivel rebellião.

Depois de 1711 começou o Govêrno a dar mais importancia á posição da ilha das Cobras.

A ordem régia de 26 de Janeiro de 1715 ordenava que, concluidas as obras das fortalezas de Sancta Cruz e da Lage, se acabasse a da ilha das Cobras, para a qual foram consignados quarenta mil cruzados do dizimo da Alfandega. As fortificações se iniciaram no tempo do governador Luiz Vahia Monteiro (1725).

Foi, porêm, o coronel José da Silva Paes, quem, no anno de 1735, começou a construcção, na ilha, de uma verdadeira fortaleza. Foi depois augmentada pelo governador Gomes Freire de Andrada. Em tempos posteriores passou por muitos e importantissimos melhoramentos, intactos á vista de todos até o dia 10 do corrente.

No portão principal, á entrada da ladeira que dá accesso á fortaleza da ilha, existe uma inscripção. Foi ella fielmente copiada e póde ser lida no *Jornal do Commercio* de 13 do corrente. Com referencia a esta inscripção e firmado no que disse Pizarro, narra Fausto de Sousa, mais ou menos, o seguinte: serviu de pomo de discordia entre os dous generaes Gomes Freire e Silva Paes. Tendo o primeiro ido a Minas Geraes, Paes mandou collocar sôbre o portão da fortaleza uma inscripção para perpetuar o seu nome como fundador della. Ao regressar, Gomes mandou-a arrancar, fazendo-a substituir por outra, que por sua vez foi tambem arrancada por Paes, logo que o governador Freire de Andrada novamente se assentou, e é a que existe. Não satisfeito o governador e para desviar o brigadeiro Paes incumbiu este de fortificar a ilha de Sancta Catharina e as praças do Rio Grande e da Colonia do Sacramento.

Quem conhece o character de Gomes Freire de Andrada não póde acceitar similhante facto. Si a inscripção que lá está foi a mandada collocar por Silva Paes, nada obstava a que Freire, aproveitando-se da ausencia daquelle e para satisfazer caprichos, mandasse repôr a pedra, em que só figurava seu nome.

A' historia passada da ilha das Cobras liga-se tambem a sedição do Corpo de Infantaria de Marinha, em 6 e 7 de Outubro de 1831. Sôbre o assumpto escreveu excellente memoria o dr. Moreira de Azevedo. Prefiro, porêm, servir-me, por mais resumido, do que escreveu Evaristo Ferreira da Veiga na *Aurora Fluminense*, ns. 541 e 558. Ha ahi conceitos tão ponderados e patrioticos, que se podem bem applicar como pleno louvor á energia do actual Govêrno.

Si não fosse tambem a acção prompta e decisiva do govêrno da Regencia, esta cidade seria victima do saque, da anarchia e de cruel guerra civil.

Conhecem todos a effervescencia das paixões politicas nos primeiros annos após a revolução de 7 de Abril. Foi o tempo das chamadas *rusgas*, promptamente suffocadas. Os jornaes *Nova Luz, Jurujuba, Exaltado, Sentinella da Ilha das Cobras* e a *Voz da Liberdade* prégavam doutrinas sediciosas. Circulavam por toda parte boatos aterradores, e muitas familias abandonavam seus lares. Dizia-se que a tropa insubordinada da ilha, unida aos presos da presiganga e auxiliada em terra pelo partido dos exaltados, tentava desembarque na cidade.

Na noite de 6 de Outubro os revoltosos reclamavam a grandes gritos o seu capitão José Custodio. Este, suspeito de ser instigador da sedição, havia sido desligado da guarnição da ilha. Uma deputação dos sublevados vem ao Arsenal e exige a volta de José Custodio. Foi entregue a titulo de ir *socegar os amotinados*.

A's 10 horas rompe da fortaleza vivo fogo de fuzilaria contra o Arsenal. Dá-se o rebate na cidade. Reunem-se as fôrças legaes para evitar o desembarque dos soldados revoltosos. "Então o capitão-tenente J. J. Faustino, requisitando alguns guardas municipaes que se achavam na Praia dos Mineiros, dirigiu-se com trinta cidadãos para o Arsenal e dahi fez responder com fogo vivissimo e com repetidos vivas aos tiros, que da ilha se lançavam.

Esta medida tomada a tempo, e com astucia por elle lembrada de fazer mover rapidamente tão pequena fôrça, de um para outro ponto, intimidou os amotinados, que para a praia já se dirigiam... Os vivas e o fogo não interrompido lhes fizeram crer que uma fôrça respeitavel alli se reunira, o que os forçou a voltarem ao seu aquartelamento."

Raiava o dia 7, e os sediciosos persistiam em suas exigencias. "Era mistér, continúa Evaristo, decidir o negocio com brevidade e mostrar uma vez que o Govêrno não carece transigir com rebeldes". Por tres vezes o govêrno intimou a rendição. Recusaram. A' frente de 400 guardas municipaes, alêm do batalhão de Voluntarios da Patria, o marechal José Maria Pinto Peixoto resolve tomar a ilha de assalto. Foi bem succedido. Os muros foram escalados e os insurrectos feitos prisioneiros, severamente punidos. Estavam a lei e a ordem pública vingadas. Da parte das tropas legaes houve factos de verdadeira bravura. Os cidadãos milicianos, que pela primeira vez encaravam o fogo, affrontavam-no como soldados aguerridos.

Para o triumpho completo da legalidade muito contribuiram, então, os seis canhões collocados em S. Bento e os navios de guerra ao mando do chefe de divisão João Taylor.

No assalto da ilha se distinguiram o coronel João Paulo dos Santos Barreto, o tenente-coronel Jacintho Pinto de Araujo Corrêa, o já citado capitão-tenente Faustino e o major Luiz Alves de Lima (mais tarde duque de Caxias) e o guarda municipal Estevão de Almeida Chaves que perdeu a vida. Este foi sepultado em S. Francisco de Paula com honras excepcionaes. Teve seu nome, por ordem do Govêrno, registado no livro de ouro da Municipalidade.

Domingo, 18 de Dezembro de 1910.

CAIXA MUNICIPAL DE BENEFICENCIA

Foi no Domingo, 4 deste mez. Atravessava eu, pacatamente, o trecho da rua da Quitanda, comprehendido entre o antigo canto de Lucas do Couto e a rua do Guadelha, — isto é, Septe de Septembro e Ouvidor, e outr'ora conhecido pelo prosaico nome de travessa do "Sucussará".

Não ia pensando na morte da bezerra, como vulgarmente se diz. Pelo contrario: duas singularidades preoccupavam o meu espirito.

A primeira era a exquisitice do tal nome, que alguns indianophilos querem derivar da lingua tupi, e outros o fazem proceder de uma anecdota narrada pelo finado dr. Mello Moraes.

A outra era a seguinte: por que Sancta Barbara, venerada naquelle Domingo e advogada contra as trovoadas, só tinha ligado seu nome a uma ilha da nossa bahia e a uma capella, no morro de Sancto Antonio, desapparecida ha muito tempo.

Vinha-me á mente o adagio popular, que a gente só se lembrava da Sancta quando roncava o trovão, e, passado o perigo, ella e S. Jeronymo caïam no ostracismo até vir nova rebordosa!

Ora, sendo outr'ora medonhas e constantes, aqui no Rio de Janeiro, as descargas electricas, não achava eu furo para explicar esse desamor público para com Sancta Barbara por parte dos nossos antepassados. Manda, porêm, a verdade confessar que a imagem da Sancta é encontrada em muitos oratorios de gente burgueza e crente. E, quando lá pelos ares a cousa cheira a chamusco, tem Sancta Barbara sua velinha

accesa, logo apagada "para servir para outra vez", quando desfeita a trabuzana. E' sempre devoção com intermittencias.

Ia eu, pois, pensando nestas cousas altamente inoffensivas, quando se me deparou um espectaculo hoje para mim explicavel. De uma pharmacia situada no meio do referido quarteirão e do lado impar, perto da casa de Thomé da Silva, que tambem deu nome á rua, viu uma multidão de gente, uns a entrarem e outros a saïrem. Parecia até, mal comparando, egreja em quinta-feira Sancta.

Indaguei de um vizinho. Disse-me que aquella lufa-lufa realizava-se em todos os primeiros Domingos de cada mez; que ou visitantes eram os protegidos ou do velho Araujo Penna; que entre as muitas senhoras devotas da pharmacia, nesses dias, poderia eu notar, si quizesse, viuvas ou orphãs, algumas das quaes portadoras de nomes illustres e poderosos, que figuram até nos conselhos da Corôa, pretos e pretas velhos, naufragos escapos do mar tenebroso da escravidão.

Já se vê que o meu informante era sujeito mettido a *sustancia*. Agradeci a explicação e segui caminho.

Puz a livraria abaixo, e eis o resultado das minhas pesquisas. Tracta-se da *Caixa Municipal de Beneficencia*, cuja séde funcciona na pharmacia do Sr. Antonio Gonçalves de Araujo Penna, que desde o inicio (1864) de tão philantropica instituição, exerceu o cargo de vice-presidente, e depois o de presidente, desde 1900 até hoje. São, pois, cincoenta annos de bons e reaes serviços prestados por esse benemerito cidadão, tão modesto como bom, probo e verdadeiramente patriota.

Filho de S. Sebastião, a cuja terra tem feito grandes beneficios, Gonçalves Penna possue a envergadura dos antigos Paulistas. Atirado desde a infancia á labuta da vida, tem conquistado, pelo trabalho, honrado e perseverante destaque na nossa sociedade. E', além do mais, um homem de bem e nisto consiste seu elogio por todos quantos privam com tão estimavel cavalheiro.

Tem escripto trabalhos sôbre a Homeopathia, e seu nome figura no *Diccionario* de Sacramento Blake.

Hoje, entretenho relações com o sr. Gonçalves Penna, Pedi-lhe apontamentos sôbre a Caixa Municipal. Deu-m'os com a condição de calar seu nome. Vou roer-lhe a corda. Si mal procedo, tenho plena absolvição, lavrada pelos que não podem nem sabem chaleirar: os desprotegidos da fortuna, amparados pela benemerencia da Caixa.

Simples e modesta é a missão deste instituto: distribuir pelos seus pensionistas 5$ mensaes. Este trabalho, feito no

silencio, é desconhecido por muita gente e executa-se ha quasi meio seculo, sem ostentação nem vaidades, nem preconceitos. O numero de beneficiados é actualmente de 417. A Prefeitura auxilia a Caixa com um conto de réis mensaes. O provedor, tendo até ha pouco tempo apenas um auxiliar, faz toda a escripturação. No fim do anno remette á Municipalidade o balanço annual da recente despesa.

Bom é salientar que o sr. Penna gosou e gosa da plena confiança de todos os prefeitos.

Antes de ir além, uma nota suggestiva. A ultima pensionista admittida foi uma moça doente, de 15 annos, filha de uma senhora viuva, residente no morro da Conceição e que falleceu attingida por uma granada dos revoltosos, no dia 23 de Novembro do corrente anno.

Agora, o resumo do passado da Caixa Municipal de Beneficencia. Escrevendo sôbre a Misericordia de Lisbôa, disse Victor Ribeiro: "comprehendeu á luz da moderna sociologia que é obrigação e das mais inadiaveis, a que corre ás sociedades constituidas sob um govêrno regular e culto, de soccorrer por todos modos aquelles membros da collectividade social, que, pela impiedosa, injustificada e dura adversidade ou pela propria imprevidencia ou desgovêrno, caïram nos páramos da miseria, não podendo erguer-se della sem que mão tutelar os ampare e auxilie."

Esse dever de caridade bem o comprehendeu a Illustrissima Camara Municipal do Rio de Janeiro em 1860, fundando por proposta do vereador Domingos de Azevedo Coutinho Duque Estrada a instituição, assumpto destas notas.

Foi ella approvada pelo decreto n. 2.929, de 21 de Março de 1860. Para levar a cabo tal commettimento foi creada a Provedoria de Soccorros Publicos, sendo nomeado delegado da Illustrissima Camara, com o titulo de provedor municipal, o mesmo Dr. Duque Estrada, o qual exerceu taes funcções até seu fallecimento em 1900, que se verificou quando tão prestimoso compatricio attingira a edade de 90 annos.

O dr. Duque Estrada, nascido aqui a 14 de Abril de 1812, foi formado em Medicina, pela Universidade de Bruxellas, cirurgião reformado da Guarda Nacional, cavalleiro da Ordem da Rosa e da de Christo, da Ordem Italiana de São Mauricio e S. Lazaro, grande propagandista da Homeopathia, membro de varias associações, e um dos medicos homeopathas de maior clinica e fama que o Brasil tem tido. Tudo isto é nada á vista do grande papel que representou como pae

dos pobres e desvalidos, conquistando o titulo do digno emulo do nosso Joaquim Francisco do Livramento.

No desempenho daquelle cargo, dizem os drs. Alexandrino Freire do Amaral e Ernesto dos Santos Silva (*Consolidação das Leis e Posturas Municipaes*), o digno provedor organizou commissões em diversas parochias, e com o auxilio do commercio desta praça e da caridade pública, conseguiu formar um capital de 300 contos, com cujo rendimento começou a Caixa a fazer beneficios em 1862. Foi a instituição estabelecida sem dotação alguma da Municipalidade, e só uma vez a Camara fez doação de um chalet existente na praça da Constituição, para que delle fosse utilizado o aluguel que produzisse. O chalet foi alugado por 600$ e, mais tarde, por 720$, mediante contracto, até 1897, contracto que não chegou a se cumprir, por ter a Prefeitura, em 1894, reduzido a área do jardim e condemnado o chalet á demolição.

Perdeu a Caixa, por esse facto, a renda, com que fazia face a 15 pensões.

Por algum tempo, gosou do producto da venda de alguns barris de sangue, proveniente das rezes abatidas em Sancta Cruz, offerecidos pelos marchantes. Hoje não gosa nem desse auxilio.

Tinha a Caixa patrimonio superior a 500 contos; entretanto, desta somma apenas 221 contos produziam rendas, proveniente de apolices, "porque (escreveu o saudoso Arthur Azevedo, n'*O Paiz* de 17 de Julho de 1907) é doloroso dize-lo! — o velho Duque Estrada, alma angelica, cheia de confiança e bôa fé, tinha empregado o resto em titulos de bancos e companhias, que se arruinaram". Seja dicto em honra á memoria do velho provedor: Duque Estrada, com esse procedimento, procurava augmentar os rendimentos da Caixa, obtendo maiores juros promettidos pelos bancos e companhias. Enganou-se em seus calculos. Estes prejuizos têm sido attenuados pelo sr. Penna, empregando os saldos na acquisição de titulos de renda estavel.

Por muito tempo teve a Caixa Municipal de Beneficencia como poderosa auxiliar, a Congregação de Sancta Teresa de Jesus, cujos serviços nunca serão olvidados. Esta aggremiação, composta das mais distinctas senhoras da nossa sociedade sob o protectorado da imperatriz, infelizmente desappareceu. Fôra autorizada pelo decreto n. 3.120, de 8 de Julho de 1863, que approvou os estatutos. Em 24 de Dezembro de 1861, o bispo d. Manuel do Monte Rodrigues de Araujo concedeu-lhe o titulo de Veneravel, bem como o uso ás associadas de uma murça de velludo preto, com a venera da Sancta

fixa sobre o lado esquerdo do peito, tendo por baixo, em lettras bordadas com fio de prata sôbre a mesma murça, o seguinte distícho — *Deus charitas est.*

Pela referida lei, que tenho á vista, noto a bella organização dada a esse notavel instituto, cuja administração foi constituida a principio pelo seguinte modo:

Baroneza de Gurupi, superiora geral; Rita Pinto Martins Bernardes, secretaria geral; Urbana Candida Felisbina dos Reis Perdigão, thesoureira geral.

Qual o intuito destes despretenciosos apontamentos? Simples, razoavel e desinteressado. Estamos em tempo de festas, epocha do jubileu dos pobres e desamparados.

Pretendi, pois, apenas chamar a attenção dos corações bemfazejos para um instituto de verdadeira caridade, carecedor de recursos para ampliar sua esphera de actividade bellamente altruistica e de orientação toda christã.

Domingo, 25 de Dezembro de 1910.

DATA HISTORICA

Para os Cariocas, passa hoje uma data digna de lembrança. Tracta-se de mais um anniversario do descobrimento da bahia do Rio de Janeiro, facto occorrido em 1 de Janeiro de 1502 e realizado pela esquadrilha enviada por d. Manuel, para explorar a terra descoberta por Pedro Alvares Cabral.

As bellezas e magnificencias deste braço de mar formado pelo Atlantico têm merecido os justos elogios de poetas e prosadores, de visitantes e conferencistas, de *toutes les couleurs*, como se dizia na *Fille de Mme. Angot.*

Sôbre a nossa Guanabara, que nos enche de orgulho, encontram-se preciosas minudencias na obra de Fausto de Sousa, o qual, com ser homem dedicado a Mavorte prestava ardoroso culto a Nossa Senhora da Pena, protectora de scientistas e letrados. Cumpre tambem não exquecer os trabalhos de Noronha Santos, activo, modesto e patriota, estudioso de tudo quanto se refere a este nosso torrão natal.

Mas, para a fixação daquella data, ligada á nossa antiga chartographia, quanto estudo de critica de abalisados entendedores na comparação dos mappas de Cantino, Canerio, Ruysch, Reinel, Waldsee Muller, Kunstmann, Maiollo e outros.

Prescindendo de particularidades, ha nos valiosos trabalhos modernos de Orville Derby e do Jesuita J. B. Hafke-

meyer, provas irrecusaveis de que o descobrimento da nossa bahia se realizou nesta data.

Para o primeiro, os antigos mappas indicam que muito provavelmente a expedição de 1501 passou a estreita entrada desta bahia sem a perceber, ou pelo menos "sem entrar nella." D'ahi o êrro geographico, que ainda permanece e ficou consagrado.

O segundo, admittindo ainda a veracidade da expedição de 1501, opina que a nossa bahia, em 1915, trazia essa denominação já conhecida de extrangeiros, e que em 1522 era tida pelo usual dos Portuguezes. Não me importa saber porque a palavra Janeiro foi adulterada para Jordão, Judia, etc. Não me metto em frota sem bandeira.

Está hoje tambem admittido, que dessa expedição e da seguinte fizera parte Americo Vespucci. sempre tão bem defendido pelo nosso Varnhagen. Sôbre isso fez rancho á parte o meu amigo dr. Zephyrino Candido. Para elle, o pobre Americo não passa de um impostor. Nunca aqui veiu e escreveu patranhas pouco dignas de fé.

Ficam, pois, provadas a justiça e verdade da alludida commemoração. Mas, em honra do descobrimento nem um foguetinho, uma conferencia, uma manifestação, um *meeting* ou mesmo uma fita cinematographica! Ouço, em verdade, tiros de polvora sêcca, exactamente ao meio dia. São, porém, consagrados á confraternização da humanidade, sôbre a qual bem se poderia dizer com o poeta "*desejos sempre vãos, reaes só dores*". Não têm, pois, os taes tiros relação com a nossa historia local.

Salvou, porém, a situação o magnifico número d'*O Paiz* de hoje, em que varios literatos, melhor do que eu, não deixaram no olvido data digna de memoria. Não é difficil descobrir o brilhante espirito, a quem se deve a iniciativa de tão apreciada polyanthéa.

Data venia, pergunto, a quem hoje homenagear? Quem foi o primeiro a dar o nome de Rio de Janeiro? Podem disputar a prioridade André Gonçalves, Vespucci, Gonçalo Coelho, Pedro Coelho, João Coelho, Fernão de Noronha, Christovam Jacques e d. Nuno Manuel, filho de d. João, bispo da Guarda, e Justa Rodrigues, ama que foi do felizardo rei d. Manuel.

A incerteza na escolha provém de um facto já assignalado por Pero de Magalhães Gandavo, no prologo de sua *Historia da Provincia de Santa Cruz*.

Dizia: " a qual historia creyo que mais esteve sepultada em tanto silencio, pelo pouco caso que os portuguezes fizeram sempre da mesma provincia, do que por faltarem na

terra pessoas de engenho e curiosas, que por melhor estylo e mais copiosamente que eu a escrevesse". "E si os antigos portuguezes e ainda os modernos não foram tão affeiçoados á escriptura como são, não se perderam tantas antiguidades entre nós de que agora carecemos, nem houvera tão profundo esquecimento de muitas coisas, em cujo estudo tem muitos homens doutos cansado e revolvido grande cópia de livros sem os poderem descobrir, nem recuperar da maneira que passavam."

Justificam-se, pois, as dúvidas e incertezas sôbre os primordios da nossa Historia. Por muito tempo pesou sôbre Martim Affonso de Sousa a culpa da impropriedade do nome dado á bahia de Guanabara. Diziam que tal facto se dera por ter o futuro donatario de S. Vicente aqui entrado em 1° de Janeiro de 1531. Pois bem, ha ainda quem sustente tal inverdade, que já em 1817 dava tratos á mente de Ayres de Casal.

Pela publicação do roteiro de Pero Lopes de Sousa, feita por Varnhagen, fica o facto plenamente elucidado.

Eis o que descreveu o chronista da expedição de Martim Affonso: "Sabbado, 30 dias de Abril (1531) eramos com a bocca do *Rio de Janeiro*, e por nos acalmar o vento surgimos a par de uma ilha, que está na entrada do *dito rio* em fundo de 15 braças d'arêa limpa. Ao meio dia se fez o vento do mar e entramos dentro com as náos... Como fomos dentro mandou o Capitam (Irmão) fazer hua casa forte, com cerca por derredor; e mandou sair a gente em terra e por em ordem a ferraria para fazermos cousas de que tinhamos necessidade.

"Daqui mandou o Capitam (Irmão) 4 homens pela terra dentro: e foram e vieram em dois mezes e andaram pela terra 115 leguas, e as 65 foram por montanhas mui grandes e as 50 foram por um campo mui grande e foram até dar com um grande rei, senhor de todos aquelles campos e lhes fez muita hônra e veiu com elles até os entregar ao capitão e lhe trouxe muito cristal e deu novas como no Rio de Peraguay havia muito ouro e prata... Aqui estivemos tres mezes, tomando mantimentos para um anno para 400 homens, que traziamos e fizemos dois bergantins de 15 bancos.

Vê-se por ahi que os habitantes do Rio de Janeiro não eram de todo intractaveis, como no-los pintam os antigos chronistas. Muito antes aqui tambem estiveram João Dias de Solis e os seus. Nada soffreram por parte dos Tamoios.

Em 13 de Dezembro de 1519 aportam ao Rio de Janeiro Fernão de Magalhães e Ruy Falero. Demoram-se por espaço de 14 dias. O cavalleiro Pigafeta, chronista da expedição,

falla até em abundante provisão de gallinhas, batatas, pinhas "canna de assucar" e carne de anta, mui simillhante á de vacca. "Por um anzol ou faca davam-nos cinco ou seis gallinhas, por um pente dois gansos, e por um espelho ou tezoura compravamos pescada sufficiente para dez homens comerem, um cesto de batatas custava-nos um cascavel ou uma cinta...

Eu vendi um rei de cartas de jogar por seis gallinhas e os que m'o compraram cuidaram fazer um excellente negocio."

Qual, porém, a razão porque os Tamoios depois se mostraram inimigos dos Portuguezes, a quem chamavam "Peros" e tão dedicados e fieis alliados dos Francezes (os Maïrs)? Quem está em sua casa deseja ser bem tractado. Os Francezes, que aqui vinham com o intento só de negociar o páo de tinturaria, souberam, por seus bons modos, conquistar as sympathias dos indigenas.

Os outros, os Peros, pelo contrario portavam-se com desabrimento; d'ahi odios e desconfianças, que tantas difficuldades produziram e obstáram a colonização. Por outro lado, não devemos tambem querer mal aos aventureiros e contrabandistas, que procuravam utilizar-se das producções da terra.

Viam o abandono em que os Lusitanos, por tanto tempo deixaram as formosas plagas de Niteroi e procuravam enriquecer-se com um commercio lucrativo, não pagando impostos nem alcavalas.

Vendo os Portuguezes essa concorrencia, choveram as reclamações, quando souberam que Villegagnon se havia installado commodamente na ilha, que ainda hoje conserva seu nome. A elle, pois e a seus patricios deve-se indirectamente o acordar da metropole, fundando aqui uma cidade, como em suas cartas reclamavam Mem de Sá e os Jesuitas.

Ha males que vêm para bem. Com relação a Francezes, não é a unica vez que o brocardo popular teve completa realidade. Depois das invasões de Duclerc e de Duguay Trouin prestou a metropole maior cuidado á segurança desta cidade. Foi construido um muro de defesa, melhoraram-se as fortalezas, e a nossa barra foi fechada por grossa corrente de ferro, que ia de Sancta Cruz a S. João, a qual era suspensa para dar entrada ás embarcações não suspeitas.

No vice-reinado do marquez de Lavradio houve quem visse ainda em Sancta Cruz um dos argolões da referida corrente. E isso prova ser verdadeiro o facto apontado.

Si não fosse Napoleão, não viria ao Brasil a Familia Real, nem ao Rio de Janeiro seria elevado á categoria de Capital

da monarchia portugueza. Não teriamos o *Fico*, a Independencia. A nossa emancipação se realizaria, seguindo talvez orientação muito diversa e de accôrdo com as tendencias ultra-democraticas das antigas colonias hespanholas.

E' o que assevera em seus ultimos versos o auctor da *Confederação dos Tamoyos*, na celebre ode dedicada ao desterrado de Sancta Helena.

Domingo, 1° de Janeiro de 1911.

BEM FAZER, MAL HAVER

Estou duplamente grato á *Gazeta de Noticias*.

Sempre que esta importante folha se refere á minha obscura personalidade é com gentilezas e demasiada benevolencia.

Não é tudo. Andava eu um pouco baldo ao naipe em encontrar assumpto para, na terça-feira proxima, abusar da paciencia dos meus leitores. Tractar do descobrimento de Angra dos Reis, da morte de Villegagnon, de José Clemente Pereira, do *Fico* e da attitude bellicosa do general Jorge de Avilez era malhar em ferro frio. São assumptos por demais conhecidos e estudados por gente de alto cothurno.

Tirou-me, porém, de apuros e salvou a situação a mesma *Gazeta*, com a sua edição do dia de Reis, 6 do andante mez. Caïu-me, pois, a sopa no mel.

Eis o caso: na interessante e curiosa secção *A Cidade e as Ruas* occupou-se aquelle jornal com a rua Gonçalves Dias, antes dos Latoeiros e anteriormente dos Tres Cegos. Entre as celebridades desta via pública alludiu á prisão do Tiradentes.

Ora, lêr em dia de Reis essas cousas sôbre a rua dos Latoeiros foi despertarem-se saudades dos meus tempos de infancia. Para a meninada do Collegio Victorio era tal dia o mais triste da vida delles. Acabavam-se as férias, e no dia seguinte lá ia o rapazio com as mãos cheirando a agua benta, como então se dizia!

O referido collegio funccionou no local em que está hoje o grandioso edificio dos Empregados do Commercio. Foi, pois, alli que eu aprendi primeiras lettras, a ajudar a missa pela cartilha do abbade de Salamonde, a taboada, e tudo a poder de bolos e de puxões de orelhas!

Abro um primeiro parenthese. A prisão de Silva Xavier realizou-se em um pequeno sobrado, que até pouco tempo

ficava juncto do *Jornal do Brasil*. Alli, ha poucos annos, foi commettido hediondo crime, do qual muito se occupou a imprensa. O tal sobradinho tinha um sotão dividido em dois pequenos aposentos, um com janellinhas para o telhado da frente, e outro que olhava para os quintaes das casas vizinhas. Ahi morava o ourives Domingos Fernandes da Cruz, velho solteirão, servido por dous escravos.

Ha trinta annos, este modesto predio tinha o numero 58. Mudou de frontespicio, pois o sotão foi puxado á frente.

Uma novidade: o mui conhecido artista Parreiras, ao partir daqui, exactamente em Janeiro do anno passado, tinha em mente reproduzir na téla o facto da prisão do Tiradentes, occorrido em 10 de Maio de 1789. Levou valiosos subsidios, taes como: sotão de telha vã, cama com cortinados, duas cadeiras, pequena commoda, a medida do bacamarte com que o Xavier pretendia fazer frente á patrulha, e até a côr do fardamento dos soldados e dos dous officiaes encarregados da diligencia, pelo vice-rei Luiz de Vasconcellos e Sousa, posteriormente conde de Figueiró. Fecho o parenthese.

Ainda na mesma edição de 6, da *Gazeta*, encontrei a noticia de um facto sensacional. Um individuo suicidou-se na rua dos Invalidos, por se julgar perseguido por um crime que não havia commettido. Ora, ahi está a chave destas minhas notas. Entre o facto da rua dos Tres Cegos e o da rua dos Invalidos encontro, apezar dos 122 annos que os separam, certas affinidades e similhanças dignas de serem lembradas.

O ourives Cruz e o suicida, ambos pagaram, como hollandez, o mal que não fizeram.

Ha apenas uma differença: o da rua dos Invalidos não quiz, ou não soube esperar para dar provas de seu justificavel procedimento. O Cruz, que, sem nada saber de conjuração, hospedou o Xavier, teve paciencia, apezar do muito que soffreu vendo seus bens sequestrados e seu nome envolvido em um crime de lesa-magestade. O pobre velho, em dous annos de prisão, devia ter horriveis pesadellos: a forca ou pelo menos ir parar com os ossos nas adustas praias africanas. Quem espera sempre alcança. Mais tarde, ficou provada sua innocencia, e elle mostrou ter entrado no processo da *horrenda conflagração*, como Pilatos no Credo.

Não foi Domingos da Cruz o unico innocente, apanhado nas malhas do processo da Inconfidencia. Teve outros companheiros de desventura, todos por quererem patrocinar a retirada do Tiradentes, quando este soube estar sendo seguido e espionado pelos esbirros do vice-rei. Vem a ponto recordar rapidamente esses factos. São cousas passadas nesta cidade e têm o merecimento da côr local.

Juncto á egreja da Senhora Mãe dos Homens residia d. Ignacia Gertrudes de Almeida, viuva de Francisco da Silva Braga, porteiro da Casa da Moeda, em um predio situado na rua travessa da Alfandega, outr'ora rua da Quintada do Marisco.

Tenham paciencia. Abro outro parenthese. Essa denominação antiga, provinha do seguinte facto: a Camara havia ordenado que a venda do peixe só se fizesse na esquina do cruzamento das actuaes ruas da Alfandega e da Quitanda, a qual então tinha diversos nomes. Os vendedores não podiam passar do canto da casa do bispo, onde está hoje o Banco do Brasil. E quem infringisse a postura, pagava multa e ia para a cadeia. "Quitanda do Marisco" não queria dizer que só alli se vendesse tal comestivel. Era tambem o mercado de bom peixe e barato e de gordos camarões.

Um delles, apanhado no rio Guaxindiba, diz frei Agostinho de Sancta Maria — dava uma boa festança para um frade jantar, e não tinha comparação com elles um prato dos gabados camarões de Villa Franca de Xira.

Hoje, já não ha nem gordos, nem magros, devido, conforme o velho Caldeira, ao córte dos mangues. Fecho o parenthese.

O meu amigo dr. Pereira da Silva já explicou em uma *Revista de Odontologia* os meios, de que se servia Silva Xavier, para tirar dentes e collocar outros muito similhantes aos naturaes. Além destas prendas, possuia o alferes mineiro outra. Entendia um pouco de medicina. Curava com hervas e outras mesinhas, conhecimentos adquiridos practicamente nos muitos destacamentos em que servira, na antiga capitania de Minas Geraes. E tudo fazia por desinteresse, contando apenas com a gratidão de seus clientes. E' esta uma bella prova de seu bom character.

Ora, d. Gertrudes tinha uma filha já madura. Soffria uma ulcera em um pé. Resistira ao tractamento dos cirurgiões e licenciados do tempo. Em poucos mezes, Silva Xavier poz a solteirona completamente boa. Vendo-se em apuros, recorreu á velha, pedindo-lhe agasalho por uma noite, até poder passar para a fazenda de Marapicú, pertencente então ao pae do marquez de Itanhaem, tutor que foi de d. Pedro II e tio do conde de Aljezur, fallecido ha pouco tempo.

D. Gertrudes receiava as más linguas da vizinhança. Tinha uma filha solteira. Não lhe ficava bem dar pousada em sua casa a um homem. Não se exqueceu a velha dos bons serviços do solicitante. Lembrou-se da casa de seu compadre Domingos Fernandes da Cruz.

Naquelle tempo, as senhoras só saïam á rua para ouvir missa, assistir ás procissões, ir rezar terço e percorrer os presepes pelo tempo do Natal.

Para cortar difficuldades, d. Gertrudes encarregou a um seu afilhado, o padre Ignacio Nogueira, de ir fallar ao celibatario Cruz. Annuiu este ao pedido, e na noite de 7 de Maio ás 10 horas da noite entrava Xavier no sobradinho da rua dos Latoeiros.

Palestraram os dous e da conversa concluiu Cruz que seu hospede só desejava retirar-se pelo simples motivo de ter incorrido nas iras do vice-rei.

No dia seguinte, um soldado a cavallo foi á casa do alferes, á rua de S. Pedro, intimando-o a que comparecesse na sala do vice-rei (hoje Repartição dos Telegraphos). Apparece o escravo de Tirandentes, dizendo que o senhor havia desapparecido. Vasconcellos, pelo que se lê, poz a cidade em perfeito estado de sitio. Foi o mulato preso e levado á presença de Luiz Vasconcellos. "Sabe Deus, diz Joaquim Norberto, que torturas passou a pobre creatura para confessar o logar em que se homisiara o senhor..." Processos inquisitoriaes muito mais energicos que os empregados contra o suicida da rua dos Invalidos!

No dia seguinte apparece na casa do Cruz o padre Ignacio Nogueira. Pede-lhe o Tiradentes para procurar a Joaquim Silverio, a quem não tinha participado o novo domicilio. Não foi encontrado. Seguem-se varias peripecias narradas pelo referido Norberto, e por ahi se vê que o traidor Silverio desempenhou seu papel contra o alferes, que até á ultima hora considerou o Judas seu amigo e cumplice no levante!

Resultado final: além de Domingos da Cruz, soffreram prisão e revezes os innocentes d. Gertrudes, a filha, o padre Manuel José de Miranda, o capitão Manuel Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes (estes dous por haverem escripto cartas de recommendação em favor de Xavier para o morgado de Marapicú), Ignacio de Andrade Souto Maior Rondon, cuja casa na cidade era á rua dos Quarteis, hoje Conselheiro Saraiva.
Por bem fazer, mal haver.

Tudo isso se passava nos tempos do *posso, quero e mando*, quando os autocratas dispunham da vida de um pobre diabo, que lhes caïsse nas unhas. "*Consumï-lo-hei*, dizia Vasconcellos ao pobre padre Nogueira, si não me der conta do alferes Joaquim José". E esse vice-rei passa por ser um dos mais amaveis e benignos. Imagine-se o que não seriam os outros.

Hoje, tenha paciencia a *Gazeta*, não é possivel acreditar nos processos retrogrados e contraproducentes de que fallou com relação ao suicidio tragico da rua dos Invalidos.

Domingo, 8 de Janeiro de 1911.

A NETA DO CACIQUE

"A amizade com os indios Caiapós, nossos vizinhos, muito me interessa.

Si elles bem conhecessem as vantagens da vida social e a fortuna de viver no gremio da egreja catholica romana, seguindo os preceitos do grande Deus, auctor de tudo; si elles voluntariamente se apresentassem para existir entre nós, mixturados com os moradores pacificos desta provincia, ajudando em seus trabalhos e aprendendo com elles a trabalhar para adquirir o necessario ás suas precisões, bem depressa reconheceriam quanto perdem na vida errante em que vivem embrenhados pelos mattos, como fazem féras.

"Essa verdade, reconhecida por vós e por outros indios da mesma nação, que entre nós vivem já civilizados, servirá de fôrça de argumento para os persuadirdes a que acceitem o convite que por vós lhes mando fazer.

"Asseguro-lhes que todas as minhas tenções, recommendadas por s. m. o imperador do Brasil, se dirigem ao importante fim de os attrahir como nossos ermãos, filhos do Brasil, e que, servindo sómente de lhes despertar o amor do bem, não é para perturbar a sua liberdade, pois elles são livres e como taes serão tractados.

"Si encontrardes repugnancia em deixarem as suas aldeias para virem viver comnosco, não os obrigueis a isso, e asseguradae-lhes a permissão de poderem vir a esta capital a fallar commigo, que os tractarei muito bem e lhes darei alguns brindes e ferramentas para seus trabalhos."

Taes são, além de muitas outras, as instrucções que o presidente de Goiaz, marechal Miguel Lino de Moraes, enviou a Damiana da Cruz.

No dia 24 de Maio de 1830 partia ella com seu marido Manoel Pereira da Cruz em direcção ao sertão. Oito mezes divagou pelas florestas, atravessou rios caudalosos, subiu montanhas, correu risco de se precipitar em abysmos e regressou á sua aldeia em 12 de Janeiro de 1831.

Essa missionaria de paz e amor vinha alquebrada por trabalhos rudes, e fallecia pouco tempo depois, recebendo em

seu leito de morte provas de consideração e carinho do presidente da provincia e de todas as auctoridades locaes.

Quem era, porém, esta mulher extraòrdinaria, a quem seus biographos chamam de heroína do amor fraternal, anjo da caridade, apostolo da fé e potente elemento da civilização?

Quem era ella, que mereceu a honra de ser vestida por Saint-Hilarire e ter o nome citado na obra do general Cunha Mattos? Simplesmente neta de um cacique Caiapó, a qual vivia no gremio da civilização, resultado da catechese docil, conciliatoria e humana, empregada com bom exito por um antigo governador e capitão-general da capitania de Goiaz.

Como se verá, Damiana da Cunha, por seus feitos de catechista, tornou-se emula dos nossos primeiros missionarios. Seu nome póde figurar juncto aos de Nobrega, Anchieta, Navarro e tantos outros.

Na triplice faina de devassar sertões, capturar indios e descobrir pedras preciosas e minas auriferas, os bandeirantes paulistas nunca puderam subjugar os indomitos Caiapós. Estes, em represalia, invadiram muitas vezes em suas correrias, grande parte norte da antiga capitania de S. Vicente, causando depredações, mortes e roubos nas povoações.

Entendeu Luiz da Cunha Meneses, o citado governador, chamar por meios suasorios os selvagens á vida social. Em 1780, fez partir um soldado de nome Luiz, á frente de cincoenta Goiazes e tres indios, em procura dos terriveis Caiapós, encarregando-os de lhes levar palavras de amizade, confiança e conciliação. Depois de muitos mezes passados, teve o governador conhecimento do bom exito desses enviados. Muitos Caiapós vieram até Villa Boa.

A' frente delles caminhava um ancião, de porte senhoril e de physionomia agradavel. Era o chefe da cabilda. Entre as mulheres seguia-o sua filha, trazendo um menino pela mão e uma menina ás costas. Era esta a futura Damiana.

Agradecido pelo accolhimento e admirado pelos encantos da nova vida, resolveu o maioral despedir seus companheiros e fixar residencia entre os civilizados. Levaram aquelles a missão de convidar seus patricios a virem gosar da tranquillidade, que elle maioral já desfructava. Foram as crianças baptisadas. A neta do chefe rebelde recebeu o nome de Damiana, tendo por padrinho o proprio governador Luiz da Cunha Meneses.

Nas villas Maria e S. José estabeleceram-se os recemchegados, como muitos outros Caiapós, que acudiram ao convite do velho chefe. Em S. José cresceu Damiana, e depois casou com o paisano Manuel Pereira da Cruz, que mais tarde assentou praça no batalhão n. 29 da 1ª linha.

Mas a harmonia e a paz não duraram muito tempo: aquelles selvagens, dizem Joaquim Norberto e Macedo, voltaram de novo á guerra, ainda mais terriveis, porque não foram poucos os que, desertando das aldeias depois de ter apprendido o manejo das armas, levaram esse poderoso recurso aos seus ermãos do deserto.

Damiana, dotada de intelligencia menos vulgar, de um coração generoso e altivo, contemplou com desgosto todos esses horrores. Emprehendeu, pois, reduzir os Caiapós á fé, ao seio do Christianismo. A neta do Cacique emprehendeu sua missão. Não levava soldados nem batalhadores. Servia-lhes de arma o crucifixo pendente do peito. Com meio tão simples quão suggestivo, conseguiu muito mais do que o emprego da fôrça e do despotismo.

Em 1808 internou-se Damiana pelo Sul dos sertões do Araguaia. Regressou muito tempo depois, trazendo mais de septenta Caiapós de ambos os sexos, que foram todos baptizados.

Em 1820 repetiu-se o mesmo facto. Em 1824 fez terceira entrada nos sertões de Camapuan, depois de sete mezes de fadigas sem conta. Mais numeroso era o sequito que accompanahava a bella cabocla. Todo elle foi tambem baptizado na egreja de S. José de Mossamedes.

Em fins de 1829 os Caiapós invadem as redondezas de Cuiabá, commettendo roubos, depredações e assassinatos. Para os afugentar, formaram-se duas bandeiras, que os deviam atacar por terra e pelo rio. Fogem os indios, transpõem o Araguaia e apparecem nas vizinhanças do Rio Claro, na provincia de Goiaz.

Foi então, á vista do perigo de imminente invasão, que o marechal Moraes se lembrou de Damiana.

Acceitou ella a nobre e desinteressada missão. Foi, mas voltou para morrer, tendo conseguida pelo seu prestigio afastar as hordas invasoras. Recebida com festas, Damiana, apoiada nos braços de seus indios, "caminhava vacillante; seus olhos, cheios de vida, estavam como que apagados, e a tristeza se lhe desenhava nas faces amorenadas. Ah! diz Norberto de Sousa e Silva, era o anjo da morte que pairava sôbre sua cabeça, curva e inclinada para terra."

Depois de lenta agonia, expirou como verdadeira sancta, tendo encarado o ultimo transe com tranquillidade e dando-se por bem paga de ter dado a vida em sacrificio por uma causa altamente civilizadora.

Ignora-se hoje o logar em que repousam seus restos, dignos pelo menos de modesta sepultura, na qual apenas como epitaphio fosse lido seu nome tão querido e respeitavel.

No seu *Itinerario do Rio de Janeiro ás provincias do Pará e Maranhão* diz Cunha Mattos que Damiana da Cunha recebia uma pensão annual pelos seus importantes serviços. Não é exacto.

Apoiado em documentos officiaes, Joaquim Norberto contesta tal asserção. Por aviso de 1 de Outubro de 1829, do Ministerio do Imperio, mandou-se que o presidente de Goiaz concedesse ao marido de Damiana a gratificação que julgasse conveniente, conforme o merecimento que pudessem ter em seu conceito os serviços allegados.

O presidente M. Lino de Moraes deu a seguinte informação: o supplicante nenhum merecimento tem para supplicar a recompensa pedida. Sua mulher, filha de um cacique Caiapó, ajudada de um sobrinho, soldado do batalhão n. 29, é que reconduziram os indios e os trouxeram á aldêa pela influencia que a dicta Damiana tem sôbre elles. Ao supplicante neguei os vencimentos de soldado sem o ser, e fiz então assentar praça para accompanhar a mulher".

"A' vista disto, parece convir mais ser recompensada a mulher do que elle, até por tirar a Cruz as tenções de ir á côrte pedir remuneração de seus serviços, em que me fallou", etc. Por ahi se vê que o tal Cruz era um finorio.

Por aviso de 17 de Julho de 30 ordenou-se que se verificasse em Damiana da Cunha a gratificação, que se mandava dar a seu marido e que ficou suspensa por aviso de 1 de Abril desse mesmo anno.

Tendo fallecido a nossa heroïna, Cruz voltou á carga.

Pedia para si a gratificação arbitrada a favor de sua fallecida mulher. O Conselho da Provincia havia arbitrado para recompensa dos serviços da missionaria a quantia de *quarenta mil réis* e resolveu dar a Cruz a metade, e a outra metade a Manuel da Cunha ermão da defunta, com quem elle repartia o que tinha antes de sua morte.

Em Novembro de 32 ainda Cruz requereu lhe fosse abonada a quantia de vinte mil réis, gratificação que recebêra no anno anterior.

Mais uma vez ainda o presidente informou que Cruz não era digno de mais remuneração alguma.

E foi assim que a patria recompensou tantos e tão arduos serviços. Menos de quatro mil réis por mez uma fartura! E' o que se póde chamar catechese barata!...

Domingo, 15 de Janeiro de 1911.

CHRISTOVAM DE BARROS

Ferido, em 20 de Janeiro de 1567, Estacio de Sá no combate de *Ibiraguassú-mirim*, escreveu Mem de Sá: "dahi a *poucos dias mandei dar* em outra fortaleza do *Paranapocú*, onde havia mais de mil homens de guerra e muita artilharia e tres dias a combateram continuamente té que entraram com muito trabalho e maior risco de alguns brancos e depois de se defenderem esforçadamente se renderam e foram todos captivos".

Tracta-se da ilha do Governador, habitada outr'ora pelos ascendentes do fiel e indomito Arariboia. Neste como em outros feitos de guerra muito se salientou Christovam de Barros, que depois ainda tantos e importantes serviços prestou ao Brasil, não só no Rio de Janeiro como na Bahia e em Sergipe.

Lembra-los é pequeno contingente para a commemoração dos factos ligados á victoria dos Portuguezes, á transferencia da cidade para o alto do morro do *Descanço*, depois da Sé, de S. Januario, hoje do Castello.

Como é sabido, Christovam de Barros foi o capitão-mór dos tres galeões, que a metropole enviara a Mem de Sá para vir soccorrer o Rio de Janeiro, onde Estacio havia quasi dous annos sustentáva lucta contra Francezes e Tamoios.

Era Christovam de Barros filho natural de Antonio Cardoso de Barros. Viera este com Thomé de Sousa na qualidade de provedor-mór da Fazenda Real. Retirou-se para Portugal com o bispo Pedro Fernandes Sardinha e outros companheiros. Naufragaram e foram devorados pelos indigenas.

De C. de Barros disse com razão resumidamente frei Vicente do Salvador: "era homem sagaz e prudente e bem afortunado em as guerras, e assim depois que chegou ao Rio de Janeiro em todas as que teve com os Tamoios ficou victorioso, e pacificou de modo o reconcavo e rios daquella Bahia, que tornados os ferros das lanças em fouces e as espadas em machados e enxadas trataram os homens de fazer suas lavouras e fazendas e elle fez tambem um engenho de assucar junto a um rio chamado do "Magé".

Allude tambem o chronista franciscano á pescaria de fataças, que alli se fazia duas vezes por anno, sendo convidado o povo por prégões dos homens da vereança. Passa adeante, porque de tal assumpto já por vezes tractei.

Este engenho fôra fundado em uma sesmaria concedida por Estacio de Sá, em 12 de Outubro de 1566. Consistia em 4.500 braças ao longo d'agua e 7.500 para o sertão em Ma-

gepe. No anno seguinte, em 29 de Outubro de 67, obtinha Barros outra sorte de terras, em Macau, confinando com a sesmaria Miguel de Moura.

Quanto á segunda concessão nada ha a pôr em dúvida. Com referencia á primeira, perguntarei, si Christovam de Barros chegou com Mem de Sá nas vesperas de S. Sebastião de 67, como pudera em Outubro de 66 pedir e obter terras em Magé? Tudo faz crer que Christovam já aqui estivesse antes dessa épocha. Amigo e companheiro de Estacio fundador da primitiva cidade não foi por este exquecido na repartição de terras das dedondezas da bahia de Guanabara.

Em 68 accompanhou C. de Barros a Salvador Correa de Sá até Cabo Frio em perseguição dos Francezes, que de parceria com os Tamoios haviam pretendido atacar o aldeamento do Arariboia, situado então para as bandas hoje de S. Christovam.

Por ordem régia de 31 de Outubro de 1571 foi Christovam nomeado para governar o Rio de Janeiro em substituição de Salvador Correa, e governou até a chegada de Antonio de Salema em 75. Durante esse tempo cuidou da prosperidade da nascente cidade, das fortificações e do augmento da lavoura e industria. Chronistas e historiographos fazem-lhe justiça.

Ao encetar seu govêrno Salema encontrou os Tamoios ensoberbecidos e ousados a ponto de atacarem os Portuguezes na propria bahia do Rio de Janeiro. Resolveu bate-los em Cabo Frio. Organizou forte expedição, da qual fez parte tambem C. de Barros. Alli se portou com galhardia.

Dos successos obtidos por Salema deu larga noticia o professor Capistrano de Abreu em um seu artigo *Gravetos de Historia Patria*, reproduzido por Augusto de Carvalho na sua *Historia da Capitania de S. Thomé*.

Em relação a C. de Barros crescia cada vez mais a confiança do Govêrno. Servem de prova documentos existentes no Instituto Historico, taes como as seguintes provisões passadas em seu favor: 1.ª de poder mandar trazer das capitanias de S. Vicente e Espirito Sancto o que houvesse por serviço de el-rei; 2ª. a que regulava o modo de concessão de sesmarias; 3.ª o accumular no govêrno do Rio de Janeiro o cargo de provedor da Fazenda; 4.ª alvará de licença para que elle Barros pudesse tirar seiscentos quintaes de páo brasil da Capitania do Rio de Janeiro.

Do Rio de Janeiro, onde continuou a exercer o cargo de provedor, foi chamado á Bahia C. de Barros, para occupar o logar de provedor-mór. E' o que se conclue da carta escripta ao rei, em 18 Novembro de 1578. Nesse documento, de que existe cópia no Instituto Historico, declara o ex-governador

do Rio ter já escripto algumas cousas que convinham ao real serviço.

Escreveu de Pernambuco onde esteve em correcção. Tomara o alvitre de advertir á metropole alguns inconvenientes que observara contrarios aos interesses da Fazenda.

Oppunha-se ao pagamento de mil cruzados feito em assucares aos jesuitas do Collegio de Olinda, por motivos que longamente expõe. Achava preferivel dar esse dinheiro em moeda corrente. Assim o Govêrno evitaria a perda de quasi tres mil cruzados em cada anno.

Lembra a necessidade de se fortificar a terra, construindo-se um forte ou baluarte na entrada da barra. Delle enviava o traço. A' espera de resolução mandou fazer provisoriamente um forte de madeira "pelo risco que corriam as náos dentro do porto pela passagem de náos francezas que vão á Parahiba, da qual deve V. Alteza ter particular cuidado pelo muito que vai em se povoar por qualquer via que seja para segurança destas capitanias e estorvo dos males que ambas recebem dos gentios favorecidos dos Francezes."

Falla nas ruinas da egreja matriz, na necessidade de se fazer obras novas. Estas importariam em cêrca de tres mil cruzados. Nada fez, esperando ordens de Lisboa.

"Lembro, continúa, a V. Alteza o Rio de Janeiro que tanto custou e que o engenho que V. Alteza lá mandou fundar por Antonio de Salema, para o que se deu despesa de tres mil cruzados, que não tem obra que valha, nem mereça quinhentos cruzados."

Finalmente allude a serviços. Pede exoneração do cargo de provedor-mór. Só o acceitou na esperança de ser substituido dentro de um anno. Ao que parece, não foi attendido.

Continuou no cargo. Era possuidor de um engenho de bois na enseada de Jacarécanga, entre Matuim e Mataripe, como se vê de Gabriel Soares de Sousa. Devia esse engenho, pensa o professor Capistrano de Abreu, ter sido fundado por Antonio Cardoso de Barros, a quem d. Duarte da Costa accusava de, por causa do engenho, abandonar os deveres de provedor-mór da Fazenda.

Em 1587 fallecia o governador geral Manuel Telles Barreto. Para lhe succeder tomaram conta do govêrno o bispo d. Antonio Barreiros, o ouvidor geral Martim Leitão e Christovam de Barros, provedor-mór.

E' esta a phase mais brilhante de sua vida. A elle se deve a conquista e povoamento do actual Estado de Sergipe.

Fazendo Barros parte de uma interinidade collectiva, diz o dr. Felisbello Freire, aproveitou as garantias do cargo que então occupava e que lhe assegurava probabilidades de bom

successo para punir e vingar a morte de seu pae Antonio Cardoso de Barros, devorado pelos Caetés juncto ao rio São Francisco. Fosse este o unico motivo ou não da expedição, é incontestavel que as esperanças de Christovam foram plenamente satisfeitas. Não me cabe narrar as peripecias dessa bandeira iniciada em 1590, na qual Barros mostrou a maior bravura e talentos de verdadeiro militar. Suas proezas já foram narradas por frei Vicente do Salvador e pelo dr. Felisbello Freire na sua *Historia de Sergipe*.

Ainda ultimamente a ellas se referiu em erudito opusculo o dr. Theodoro Sampaio. Este illustre engenheiro procurava elucidar a historia da fundação da antiga egreja da Victoria, na Bahia, estudando e analysando as inscripções lapidares encontradas no vetusto sanctuario que acaba de ser restaurado, graças ao parocho monsenhor Solon Pedreira.

Pois bem, o dr. Sampaio assevera que a conquista de Sergipe e depois a restauração da Bahia em 1625, foram os dous factos de maior repercussão na vida da colonia nestes tempos antigos, e que talvez a qualquer delles se possa filiar a fundação da referida egreja por Francisco de Barros, que tomou parte activa em ambos esses successos.

Nesta instructiva memoria é lembrado com louvores e verdade o nome do ex-governador do Rio de Janeiro.

Como ultimo resultado da victoria, basta dizer que Christovam levantou um forte sôbre o isthmo que formava a barra do rio *Poxin*, junto á fóz do rio Sergipe, hoje Cotinguiba. Juncto funda um arraial, a que deu o nome de S. Christovam. Foi este arraial o embryão da cidade, que por muito tempo serviu de capital do hoje Estado de Sergipe.

Tal foi, em resumo, o homem distincto a quem a nossa cidade deve ser grata. Seu nome deverá sempre ser lembrado na commemoração annual dos successos referentes á fundação do Rio de Janeiro. Não foi, pois, Christovam um illustre desconhecido.

Ignoro a data de seu fallecimento. Disse-me, porém, o dr. Felisbello Freire que o nosso ex-governador se retirára para Portugal e lá fallecera.

Que havia deixado o cargo de provedor-mór, di-lo frei Vicente de Salvador, que menciona o nome dos successores do heroe de Sergipe.

Deixou um filho Antonio Cardoso de Barros, senhor de engenho na Bahia e de terras em Sergipe. O nome de Cardoso de Barros é citado pelo referido frei Salvador e por Varnhagen em successos que se prendem á tomada da Bahia pelos Hollandezes.

Quanto ao engenho de Magé passou a novos donos por venda feita por C. de Barros. Devo esta informação ao meu amigo e mestre dr. Felisbello Freire. Diz elle que possue documento comprobatorio desta alienação.

Ultima nota. — Christovam de Barros serviu o cargo de provedor da Misericordia da Bahia, prova de prestigio e influencia de que sempre gozou. Para melhorar o estado desta pia instituição ia elle pelo Reconcavo agenciar esmolas entre os senhores de engenho. Eis mais um traço do seu bom character.

Domingo, 22 de Janeiro de 1911.

TRASLADAÇÃO DA FAMILIA REAL

No dia 29 de Novembro de 1807, zarpou do porto de Lisboa, numerosa esquadra portugueza, comboiada por navios inglezes. Conduzia a Familia Real, que em terras brasileiras procurava asylo contra as exigencias do tigre da Corsega, como então chamavam a Napoleão. Invadido Portugal pelas tropas de Junot, resolvêra o principe regente d. João estabelecer no Rio de Janeiro a séde da monarchia lusitana.

Todas estas importantes noticias trouxera o brigue de guerra *Voador*, commandado pelo capitão de fragata Francisco Maximiliano de Sousa, que a este porto chegou em 14 de Janeiro de 1808.

Era então vice-rei o conde dos Arcos d. Marcos de Noronha e Britto. Deu todas as providencias para dignamente hospedar os regios emigrados e toda sua numerosa comitiva.

No dia 17 do referido mez, a fortaleza do Pico fez signal da approximação de muitos navios. Houve alvorôço e contentamento em toda a cidade. Mas nos navios entrados não vinham nem a rainha nem o principe regente e outros membros da Real Familia. Formidavel tempestade havia separado as náos da esquadra. As que chegaram ao Rio de Janeiro, conduziam diversas princezas, cujos nomes se podem ver na obra do padre Luiz Gonçalves dos Santos. A outra parte e a mais importante da esquadra havia aportado á cidade da Bahia.

As princezas não quizeram desembarcar. Receberam a bordo as felicitações das pessoas mais distinctas da capital da colonia, as quaes lhe foram beijar as mãos. Nesse anno lucrou S. Sebastião. Por ordem do Senado da Camara, foi determi-

nado que as illuminações da cidade, além dos dias 17, 18 e 19, continuassem nas noites de 20, 21 e 22.

Em 19 de Fevereiro chegou da Bahia um navio. Por elle se soube do que havia occorrido na antiga cidade fundada por Thomé de Sousa. Resolveram então as princezas o seu desembarque. Foram accolhidas com todas as honras e recolheram-se ao antigo palacio dos vice-reis.

Em meio da alegria geral houve uma nota triste. Em 30 de Janeiro, á noite, o capitão de mar e guerra commandante da nau *Martim de Freitas*, descendo da nau *Rainha de Portugal* para o seu escaler, caïu ao mar e apezar de todas as diligencias não foi possivel salva-lo.

Appareceu dias depois o cadaver. Foi sepultado nas catacumbas da egreja da Misericordia, no local em que hoje está a pharmacia velha. Esse fidalgo era ermão de d. Gregorio Ferreira d'Eça e Meneses, conde de Cavalleiros, que tambem mais tarde teve morte desastrosa. Accompanhara a Familia Real em um convescote á Tijuca. Foi de perto observar a Cascatinha, pisou em uma pedra cheia de limo; escorregou e despenhou-se pelas pedras abaixo, encontrando-se depois o seu cadaver despedaçado (Vide Teixeira de Mello, "*Ephemerides Nacionaes*", pag. 64).

Volvamos, porém, caros leitores, as vistas para a Bahia, onde se installou grande parte da Real Familia. Por muito tempo reinaram duvidas sôbre a verdadeira data da chegada da rainha e do principe regente á cidade do Salvador. Os historiadores não eram accordes.

Todas as dúvidas foram exclarecidas pelo dr. Joaquim Pires Machado Portella, antigo e provecto director do Archivo Publico. Nessa repartição encontrou elle documentos sôbre o assumpto. O primeiro é datado de 7 de Janeiro de 1808. E' um officio do conde da Ponte, governador da Bahia, ao conde dos Arcos. O segundo é de 8 de Março do mesmo anno, dirigido ao visconde de Anadia, communicando que parte da esquadra havia ali fundeado, ás 4 horas da tarde de 22 de Janeiro, desembarcando a Familia Real no dia 24, pelas 5 horas da tarde.

O 3° é da mesma data e no mesmo sentido, ao vice-rei conde dos Arcos. Ficou, pois, esse ponto elucidado. Quem quizer mais minuciosas noticias procure-as no vol. 45 da *Rev. do Inst. Historico*.

Demorou-se o principe d. João na Bahia até 26 de Fevereiro. O facto mais importante occorrido neste periodo foi a promulgação, em 28 de Janeiro, do decreto da abertura dos portos do Brasil ás nações amigas. Ha dous annos foi esplendidamente aqui commemorado o centenario dessa lei. Este anno passou quasi despercebido. Salvou a situação a Asso-

ciação Commercial. E' sempre assim, ou muito ao mar ou muito á terra. Discutiu-se, então, si a idéa dessa lei fôra suggerida ao principe por iniciativa de José da Silva Lisboa ou si d. João, durante a viagem, concebêra esse projecto, catechizado pelos Inglezes. A primeira hypothese parece a mais verdadeira, vistas as razões e provas adduzidas pelo professor Capistrano de Abreu.

Ha outro facto, pelo qual nós os Cariocas devemos ser agradecidos a d. João. Os negociantes da Bahia fizeram todos os exforços para que o principe fixasse residencia ali. Os ricaços comprometteram-se a lhe mandar construir sumptuoso palacio. D. João não accedeu a essa promessa. Resistiu a tudo, firme no seu projecto de vir para o Rio de Janeiro.

Mello Moraes pae é de opinião que o principe devia lá ter ficado. E' bom lembrar que o illustre historiographo era muito amigo da Bahia, si bem que filho de Alagoas; — excessos de um quasi barrismo.

Quanto ao modo por que a Familia Real foi recebida alli, resumiremos o que se encontra no referido Mello Moraes (*Chorographia Historica* (Tomo V), e em uma memoria de Cesario Suetonio (Vol. XV da *Rev. do Inst. da Bahia*). São acontecimentos de pouca importancia. Delles não faz menção o illustre dr. Oliveira Lima; não poderam ter cabida em obra de longo folego. Minucias, porêm, de simples chronica ficam bem nestas notas ou apontamentos.

Ao fundear a nau *Principe Real*, subiu o conde da Ponte a beijar a mão do principe.

Não vem ninguem de terra? perguntou d. João, — Senhor, não veiu immediatamente toda a cidade, porque eu determinei que pessoa alguma aqui se approximasse, sem que eu primeiro viesse receber as ordens verbaes de v. a. réal."

— "Deixe o povo vir como quizer, porque deseja ver-me", retorquiu o principe.

Na tarde de 23 desembarcou na Ribeira a régia comitiva, entrou em seges, seguiu pela rua da Preguiça, tomou a ladeira da Gameleira, até ao largo do Theatro. Alli foi recebida pelo Senado, sob o pallio, e entrou na egreja da Sé. Houve "Te-Deum" cantado pelo arcebispo d. frei José de Sancta Escholastica. D. João, principes e fidalgos voltaram depois para bordo.

No dia seguinte, Domingo 24, desembarcou a rainha d. Maria I. Houve illuminações durante septe noites. A alegria no povo, diz Mello Moraes, era tanta que não socegava, pois constantemente rodeava a residencia real para a saudar e divertir, acontecendo que de noite vinham dar descantes, com que muito se alegrava o principe regente. "Em uma

das tardes em que foi a passeio pelos arrabaldes da Victoria, o seguia, como sempre, uma multidão de povo, que o victoriava, e dalli mandando distribuir d. João uma polaca de prata (320 réis) pelos que o accompanhavam a pé, observou que com esas moeda, offerecida para regalo, enquanto o principe se entretinha, foram comprar archotes, que accenderam ao caïr da noite e com elles em alas accompanharam o principe ao Paço".

E' o que se pode chamar uma "marche-aux flambeaux" espontanea e barata!

Em todo este tempo não faltavam festas religiosas em acção de graças, mandadas celebrar pelo Senado, pelo Cabido, Misericordia e diversos Conventos de frades e freiras.

No dia 28 houve exercicio de tropas no Campo do Forte S. Pedro. A elle assistiram d. João com a familia. Mandou depois agradecer e louvar a promptidão, aceio e luzimento militar dos officiaes e soldados. Nos regimentos de linha deram-se promoções. Aos paisanos, durante a sua permanencia na Bahia, distribuiu d. João mais de quinhentas mercês honorificas.

Para se tornar popular visitou d. João por vezes casas particulares. Eram constantes os passeios pelos arredores.

Duas vezes foi jantar ao Bonfim em casa de Hermenegildo Mello da Silva. Visitou os engenhos S. João, defronte da Penha, e o da Conceição de Antonio Vaz de Carvalho. Foi a Itapoan, hospedando-se na casa da finada d. Ignacia, então propriedade de seu afilhado Manuel Ignacio. Esteve na ilha de Itaparica, e alli pernoitou em casa de Antonio José de Araujo Mendes. Foi ás casas do contracto das baleias. Esteve emfim em Brotas, Nazareth e Soledade. Andou sempre o filho de Maria em roda viva. Nem deixou de ir ás egrejas e conventos de frades. De sua generosidade dá noticias o illustre dr. Theodoro Sampaio. Para restauração da egreja da Victoria, mandou dar tres mil cruzados, conforme consta de uma inscripção alli encontrada.

A rainha d. Maria nunca compareceu ás funcções. Saïa porém todas as tardes a passeio em berlinda com a marqueza de S. Miguel. Em outra sege accompanhava-a o marquez de Angeja. D. Carlota Joaquina ia de manhã para a cidade e voltava á noite para bórdo. Sómente no dia 28 resolveu-se a ficar de todo em terra. Foi residir na Casa da Relação.

Grandes saudades causou ao amavel povo bahiano a partida da Familia Real. Ao soltar velas a esquadra, ainda se

ouviam nas praias da cidade cantatas ao som de instrumentos musicaes. Uma dellas dizia assim:

Meu principe regente
Não saias daqui,
Cá ficamos chorando
Por Deus e por ti...., etc.

Ao Rio chegaram os regios emigrados em 7 de Março de 1808. Desse assumpto já tractei, ha annos, resumindo o muito que escreveu o padre Luiz Gonçalves dos Santos.

Aqui d. João sentia-se tranquillo e feliz. Já não tinha medo dos Francezes. Uma coisa, porêm, atacava-lhe os nervos: as tremendas trovoadas. De saude passou bem, comia suas seis gallinhas por dia, dormia á sesta e rezava o terço. Seria um mar de rosas sua existencia si não fossem as intrigas politicas e os desmandos e ambições de d. Carlota Joaquina. Incommodo serio só o teve em virtude de uma imprudencia. Alludo ao carrapato, que se lhe agarrou á perna, e elle principe arrancou deixando a cabeça dentro da pelle. Houve inflammação e em seguida formou-se vasta ulcera, que resistiu ao tratamento dos mais habeis facultativos. Afinal conseguiu a victoria um curandeiro. Conforme diz o meu amigo dr. Pereira da Silva, d. João na quinta do Caju mandou, satisfeito pelo curativo, erguer uma capella a Sancto Amaro, advogado contra pernas inchadas e feridas.

Não é a primeira vez que fallo no referido bichinho, que tantos incommodos causou ao futuro d. João VI. Faço-o de agora de proposito. Todos esses accidentes são perfeitamente explicaveis depois da leitura que fiz de importante these, apresentada á Faculdade de Medicina pelo dr. Carlos Jorge Rohr. O illustre observador estudou os carrapatos (Ixódidas do Brasil), e classificou suas diversas especies. Falla de um, muito commum em Santa Cruz (e que se agarra á pelle do homem). Trabalho de profundo scientista, esta these honra a nossa litteratura medica e serve para provar a incontestavel utilidade do Instituto Oswaldo Cruz.

E o que mais admira: o auctor conta pouco mais de vinte e um annos!

Domingo, 29 de Janeiro de 1911.

A BANDEIRA DO POVO

Em 8 de Fevereiro de 1615 celebraram os frades Franciscanos sua primeira missa, cantada no templo ainda não concluido, sito no actual morro de Sancto Antonio.

E, como este está agora na ordem do dia, conveniente é recordar suas antiguidades. Demais deu elle nome a um antigo bairro considerado ainda no seculo XVIII fóra de portas da cidade.

São tão consideraveis as modificações topologicas, por que tem passado esta parte do Rio de Janeiro, que lembra-las com documentos antigos não deixa de ser curioso.

Como é sabido, no segundo govêrno de Salvador Corrêa de Sá o velho (1502) vieram a esta cidade, com intuito de fundar convento os frades Capuchos frei Antonio dos Martyres e frei Antonio das Chagas. O governador deu-lhes a escolha de differentes sitios; esses religiosos porém se contentaram com a ermida de Sancta Luzia, situada por baixo do baluarte da Sé. Alêm disso obtiveram terras para clausura, conforme uma escriptura, da qual já fiz, ha annos, detida menção.

A 22 de Outubro, em reunião feita em Olinda, resolveu o custodio frei Leonardo de Jesus fundar aqui nova casa conventual. A 20 de Fevereiro de 1607 chegou a esta cidade frei Leonardo, trazendo em sua companhia frei Vicente do Salvador, frei Estevão dos Anjos, frei Francisco de S. Braz e o leigo frei Francisco da Cruz.

Hospedaram-se em umas casas de Pedro Affonso, perto da Misericordia. Frei Leonardo, porêm, não achou conveniente o sitio de Sancta Luzia e acceitou, de accôrdo com Martim de Sá e a Camara, outro local então denominado o outeiro do Carmo.

Eis a escriptura de cessão, que convem ser copiada: "Martim de Sá capitão e governador, por Sua Magestade, nesta cidade do Rio de Janeiro, e officiaes da Camara do anno presente, etc. Fazemos saber aos que esta nossa carta virem que, vindo ora novamente a esta terra o padre frei Leonardo de Jesus, Custodio desta Custodia de Santo Antonio do Brazil, dos Capuchos da provincia de Santo Antonio de Lisboa, com quatro religiosos mais, para edificarem casa a nosso requerimento como de outros governadores e officiaes passados, e achando para o dito effeito tomado o sitio de Santa Luzia, de que haviam tomado posse o Reverendo Padre Frei Antonio dos Martyres, Frei Antonio das Chagas a quem se passou carta de doação para se fazer o dito convento com a Ermida de Santa Luzia e coisas pertencentes a ella; não parecendo ao

dito Padre Custodio o sitio e logar convenientes, assim para o seu modo e recolhimento, como para ficar accomodado ao serviço deste povo, nem outro seria os tres mais que lhe foram apontados, elegendo o sitio e logar que se chama o Outeiro do Carmo, defronte da vargem e bairro de Nossa Senhora, sôbre a lagoa de Santo Antonio e ser mais conveniente para o dito effeito e ficarem os religiosos no dito logar, algum tanto separados e mais recolhidos: nos pediu lhes quizessemos fazer doação do dito sitio para nelle edificar casa do titulo e invocação de Santo Antonio; o que visto o seu intento... nos pareceu bem fazer-lhes doação do dito sitio, tudo quanto delle for necessario, assim do outeiro para cima, como do pé delle, correndo para uma e outra banda, assim para a de Santo Antonio; como para a de S. Bento, o qual sitio lhe damos com todas as pedreiras e aguas, assim de poços como de fontes, que nelle se acharem sem que para isso lhes possa alguem contradizer.

"E no caso que no dito sitio e logar, haja pessoa alguma que tenha parte em chãos alguns que sejam necessarios para o edificio da dita casa e cerca a bem della querendo delle alguma coisa ficaremos obrigados a sahir a isso e defender a dita doação, para que os Religiosos, não sejão sobre isto molestados em coisa alguma...

"E porquanto o dito Padre Custodio nos disse que não erão capazes pela sua regra de propriedade e dominio de coisa alguma, queremos que a tal propriedade e dominio assim do dito sitio como das mais coisas adeante de que nesta carta se faz menção traspasse logo e de facto traspassamos em o Santissimo Pontifice da Igreja Romana".

Obrigavam-se mais os concessionarios a desabafar o matto, que tem por toda a vargem, a dar uma rua direita de largura de 30 palmos conforme as mais, que vá responder na dicta casa, a fazer uma valla em forma que a agua da lagôa vá responder ao mar e não seja prejudicial aos religiosos.

Ficavam prohibidas de então em deante ermidas, capellas e altares com a invocação de S. Francisco e Sancto Antonio, ficando com tudo a deste, quando os religiosos a deixarem para que o prelado nella puzesse outro qualquer sancto.

Tem esta escriptura a data de 9 de Abril de 1608, e está assignada pelo governador, vereadores e homens bons do Concelho.

Lavrado o referido documento em 25 de Abril se passaram os frades para umas casas de Fernando Affonso, pegadas á ermida de Sancto Antonio, proximo á lagôa desse nome.

Ficaram alli provisoriamente enquanto, diz Jaboatão, ao pé do monte em que se havia de fundar o convento se fabricou

uma casa terrea com seu claustro e egreja. Para o novo edificio foram, em 4 de Outubro do mesmo anno, lançados os alicerces da nova casa no cimo do morro; continuaram as obras, até que, como disse a principio, em 8 de Fevereiro de 1615 foi celebrada a primeira ceremonia religiosa.

Em meu humilde pensar os frades do Carmo nunca foram donos de todo o morro hoje de Sancto Antonio, como pretendem os chronistas.

Confundem estas duas sesmarias mui differentes, cedidas por seus proprietarios, no mesmo anno (1591) aos Carmelitas: uma por Chrispim da Cunha Tenreiro e sua mulher Isabel de Mariz, filha de Antonio de Mariz Coutinho e outra por Fernando Affonso.

A do provedor da Fazenda, Chrispim da Cunha, constava de sessenta braças em quadro ao lado esquerdo do Caminho do Boqueirão.

Uma das faces ou testada subia do morro, hoje do Castello.

Este, como se sabe, extendia-se até o sitio em que está hoje o Convento d'Ajuda. Esta zona os Carmelitas a conservaram até que a venderam ao bispo d. Antonio do Desterro para chacara do referido Convento.

A segunda sesmaria, isto é, a de Fernando Affonso, constava de cincoenta braças ao longo da Lagôa Sancto Antonio, a qual se extendia pelo sopé do monte, a partir da cruz de São Francisco. Ahi construiu Fernando Affonso uma ermida a Sancto Antonio, na qual estiveram provisoriamente os Franciscanos.

Naturalmente os Carmelitas foram obrigados a abrir mão dessas terras por fôrça da escriptura de 1608.

In illo tempore o morro de Sancto Antonio era perfeita matta virgem. Um leigo curioso metteu-se a percorre-la. Ficou perdido e mum labyrintho. Cançado de muito andar sentou-se exhausto. A sêde o atormentava. Invocou o milagroso Sancto Antonio. Eis que aos seus olhos se depara pequeno filete de agua. Bebeu a fartar e caïu sem sentidos. Nesse estado o foram seus confrades encontrar. Soube-se depois do facto maravilhoso. Os frades mandaram fazer no local um poço, a que deram o nome de *A Providencia*.

Da lagôa, onde Philippe Fernandes teve como seu pae um cortume, houve memoria até os tempos de Gomes Freire. Foi este governador quem ultimou o atêrro até á rua da Guarda Velha, que tambem por isso foi chamada rua do Bobadella e rua Nova do Conde. No sitio desse pantanal, em que commodamente jacarés viviam, elevam-se hoje sumptuosos edificios e ostentam-se a Avenida Central, a rua 13 de Maio e a do Senador Dantas.

A tal lagôa podem se applicar os versos de Silva Alvarenga no dia da inauguração do Passeio Publico no local, em que existiu a célebre lagôa grande ou do Boqueirão.

Como triste moldura de tão bello quadro lá estão em cima do morro esses casebres immundos, onde imperam a miseria, a immundicie e a falta completa da mais rudimentar hygiene. *Ne sutor ultra crepidam.*

Está hoje provado que o morro de Sancto Antonio é proprio nacional. Em uma grande parte delle tem a Municipalidade dominio directo. E é bascada nesse direito que ella garantiu sempre ao povo o uso gratuito do chamado barreiro publico ou *barreira do povo*. Della existem vestigios nas proximidades do becco da Carioca e do antigo chafariz dos *Boiotas*.

Os frades, por vezes, tentaram embargar o uso desse logradouro, uso não só para obras da Edilidade, como para as de particulares. A Camara protestou sempre com energia. E' o que prova o officio dirigido ao guardião, em 1.° de Septembro de 1731 e assignado pelos vereadores Francisco da Silva e Castro, Antonio Moreira da Cruz, Amaro dos Reis Tibáu.

Nas proximidades de sua chacara obteve dos religiosos o mestre de campo Matheus Coelho de Sousa 12 braças, de mão beijada, situadas proximo da barreira do povo. Matheus desconfiou de tanta generosidade. Recorreu ao Senado, preferindo considerar-se emphyteuta. A Camara respondeu que o militar procedêra muito bem; que os frades nenhum direito tinham á zona da barreira. Entre as condições da carta de aforamento lê-se que a concessão era feita *sub conditione* do aforador nunca impedir o uso publico da barreira. Passava-se isto em 1744.

Bom tempo, em que o "Zé povo" tinha de graça material para suas obras!

Hoje quem o quer ter paga bom cobre além do carreto.

Domingo, 5 de Fevereiro de 1911.

DUPLO CENTENARIO

AGUA DO MONTE — MORTE DO BITU'

Ou Cesar ou João Fernandes. Neste adagio está resumida a lei das compensações. Ou aguaceiros e chuvas aos borbotões, ou o precioso liquido por tamina, e mesmo por um oculo.

Foi de terror e sustos, para os Cariocas de 1811, a semana que decorreu de 10 de Fevereiro a 17 do mesmo mez. O povo, ante a perspectiva de um verdadeiro dilluvio, deu á

catastrophe o nome generico de *agua do monte*. A's onze horas da manhã daquelle primeiro dia, começou a chover torrencialmente. A borrasca, longe de amainar, continuou incessante durante sete longos dias de verdadeiro supplicio para os habitantes desta heroica e leal cidade.

As ruas, como é facil de prever, transformaram-se em caudalosos rios. A rua da Valla, hoje Uruguaiana, conservou-se durante todo esse tempo com cinco palmos d'agua.

O Campo de Sant'Anna, hoje Praça da Republica, apresentava o aspecto de vasta e profunda lagôa, onde navegavam canoas. O principe regente ordenou que se conservassem abertas egrejas e capellas. Para alli corriam apavoradas as victimas do cataclysmo a buscar nos consolos da Religião animo e fortaleza a tantas afflicções.

Ruiu grande numero de casas sepultando sob as ruinas mulheres e crianças e até velhos paralyticos ou entrevados, que não puderam fugir a tempo.

Isto foi devido ao desabamento de grande porção do morro do Castello.

Entre os predios alagados salientavam-se os das ruas da Misericordia, Ajuda e do becco do Cotovello.

Desta calamidade pouco fallam os chronistas, e o que se conhece approximadamente é a noticia conservada pela tradição e transmittida de paes a filhos. Minucias não se encontram no unico jornal então aqui publicado, a *Gazeta do Rio*. Deste modo não se conhece o numero de victimas nem os prejuizos soffridos pela população. Tambem naquelle tempo a imprensa, pouco noticiosa, não se occupava com taes *ninharias*.

Que morreu muita gente, di-lo o padre Luiz Gonçalves dos Santos, nestes termos: "a muralha do Castello fortaleza de S. Sebastião, sobranceira á cidade, foi mandada arrazar por Sua Magestade no anno de 1811, para evitar maior desastre por outra alluvião de chuva, como a que houve a 10 de Fevereiro deste mesmo anno, desabando muito barro do monte sobre o becco do Castello e *sepultando algumas casas* (sic) *com morte de seus habitantes*".

E' pois um triste centenario que não póde ser commemorado sinão como prova de que males antigos persistem sem remoção, apezar de todos os progressos scientificos dos nossos tempos. Imagine-se por momentos — *quod Deus avertat*, que durante uma semana chova sem cessar sôbre esta nossa *up to date* capital. Seria um horror principalmente para certos bairros, cujos rios hoje obstruidos estavam limpos e desinpedidos, graças á actividade dos almotaceis e á energia do nunca assás lembrado Paulo Fernandes, o Passos desses tempos de el-rey nosso senhor.

A natureza é caprichosa e, para mostrar quanto póde,

faz com que os Cariocas cem annos depois se queixem exactamente por falta de chuvas, da ausencia do precioso liquido, que até chegou a ser vendido á razão de um nicoláo por um copo. Para ser bonita, a natureza nos devia favorecer, não com jorros colossaes nem tremendas descargas electricas, mas com uma chovinha refrescante que enchesse reservatorios e encanamentos e até caixas automaticas. Ella tambem daria vida e florescencia aos vegetaes que servem para o mastigo. Coitados, morrem á mingua por falta de réga.

O expediente usado em 1811 de navegar em canôas em tempo de enxurradas prova que os Cariocas seguiam o adagio: "soldado velho não se aperta". O meio não era novo e já tinha sido posto em práctica em 1756. E' o que pelo menos nos affirma o dr. Balthazar Lisboa. "As trovoadas na cidade occasionavam grandes inundações. Em 4 de Abril de 1756, depois de uma hora da tarde, choveu tão grossa e copiosa chuva, precedida de vehementes concussões do ar e espantosos furacões, por tres dias sem interrupção, que o temor e o susto se apoderou de tal sorte do animo dos habitantes, que desde a primeira noite muita gente desamparou ás casas, as quaes cairam, fugindo sem tino para as egrejas. Desde então as aguas cresceram por tal maneira que inundaram a rua dos Ourives e entraram pelas casas dentro, por não caberem na valla. No dia 5 do dicto mez, saindo o *Santissimo da Sé*, o sacerdote que levava o Senhor foi descalço e bem assim os ermãos da Irmandade do Sanctissimo. Todo o campo parecia um lagamar. Vadeavam-se as ruas de canôas, e no dia 6 uma navegou desde o Vallongo até á Sé (que estava na egreja do Rosario dos pretos) com septe pessoas".

Em tempos mais proximos de nós, pôz-se em práctica um meio mais simples, mas ás vezes de maus resultados: um banho e um susto.

Quem ha ahi que se não lembre dos carregadores, os quaes, mediante modica quantia, se propunham a levar ao collo o transeunte que não quizesse molhar os pés ? Si o officioso escorregava, estava tudo perdido; além do môlho, soffria o pobre vivente o trote e as gargalhadas dos assistentes. Estas scenas ridiculas se reproduziam todas as vezes, que havia grandes cargas d'agua.

Hoje, felizmente, ha o recurso dos bondes que muito servem, quando dentro delles tambem não chove como na rua.

Da memoria da arraia miuda jamais se apagou a crise de 1811. Ficou perpetuada em uma cantiga muito popular, conhecida por *Vem cá Bitu'*, entoada com algumas variantes na vasta extensão do Brasil.

Sôbre as composições anonymas, com que o povo lembra ou satyriza os acontecimentos mais importantes de certa

épocha, acabo de ler interessantissimo trabalho *A Musica no Brasil*, da lavra do notavel maestro bahiano Guilherme Theodoro Pereira de Mello.

Quem não conhece a letra e a musica do Bitu' ? Tocava-o o principiante de piano, até com um dedo só. Da marimba dos pretos passou aos realejos. Fez parte de uma antiga quadrilha ou contradansa. Conhece-a o homem dos septe instrumenttos e o sineiro de S. José. Hoje é o Bitu' ouvido até nos gramophonios e graphophonios. E' cantilena que caiu no gosto de toda a gente. Tenho um vizinho dado á Musica. E' noviço. Durante longas horas de desafinada requinta, solfeja escalas. Lá de vez em quando se aventura a tocar o Bitu'. Não vai mal. Soffrem porém os ouvidos do proximo com taes exercicios, que se tornam afinal verdadeiramente amoladores.

Do *Vem cá Bitu'* occupou-se o erudito dr. Francisco Augusto Pereira da Costa no seu *Folk Lore Pernambucano*. Colloca, porém, a *Agua do monte* no anno de 1817.

Antes desse eximio cultor das lettras patrias outras summidades têm estudado a origem da referida canção popular: basta citar Mello Moraes Filho, Silvio Romero, Theophilo Braga, Eduardo Perié, Felix Ferreira, etc.

Segundo o dr. Joaquim Manuel de Macedo, o Bitu' era um creoulo apaixonado das bebidas alcoolicas e soldado do batalhão dos Henriques. Vivia de duas industrias, uma publica e outra mysteriosa. A publica era muito simples: andava cantando pelas ruas e fazendo dansar um boneco de molas que levava na mão. Como fosse o Bitu' muito engraçado, chamavam-n'o para o interior das casas as familias; d'ahi nascia a facilidade com que este original exercia a sua segunda industria, que consistia em prestar-se a ser mensageiro de amor." Ora, ahi temos o Bitu' *onze lettras*.

Si após cem annos de sua desgraçada morte resuscitasse o inoffensivo devoto de Baccho, ficaria boquiaberto. O emerito romancista da Moreninha deu-lhe prendas, que nunca teve, e a profissão nunca exercida de *Constantino*. Bem sabido é que depois da abertura dos portos, os Inglezes inundaram o nosso mercado com muitas fazendas, alfaias, objectos de luxo e quinquilharias. Calungas de mola só muito mais tarde appareceram no Rio de Janeiro. Ainda que o Bitu' usasse de algum João Paulino de madeira ou de papelão, lá estava a vigilancia do Vidigal, que não permittia taes espectaculos nas ruas publicas. Isso veio depois com o progredir de civilização.

Quem conhece o rigor dos nossos antigos paes de familia não concebe como elles permittissem em seus lares a entrada

de um bebedo de profissão para cantar modinhas e dizer pilherias ás donas e donzellas.

O que até hoje se póde apurar acêrca desse valdevinos é pouco. Pertenceu ao batalhão dos Henriques, foi ordenança do general Montaury e chama-se Victorino. Morava no becco do Cotovello, no ponto em que existe hoje um jardim pertencente ao predio n. 69 moderno. Alli existiam umas casinhas. Em uma dellas habitava o Bitu'. Era inquilino de um major Moreira, que possuia em Irajá a fazenda da Capella, em terras da fazenda do Provedor.

Quando o morro desabou, por fôrça dos primeiros aguaceiros, abateu as taes casinhas. Bitu' naturalmente, cosinhava alguma camueca. Não teve tempo de fugir e morreu sob os escombros da sua modesta habitação.

Sei de tudo, porque pessoas contemporaneas do Bitu', hoje fallecidas, m'o contavam. O mais é romance e devaneios de quem ouve um conto e accrescenta um ponto. Até já fizeram o Victorino contemporaneo do Caramuru'.

Domingo, 12 de Fevereiro de 1911.

O HYMNO NACIONAL

Passa depois de amanhã a data natalicia do grande maestro Francisco Manuel da Silva. Viu a luz nesta cidade a 21 de Fevereiro de 1795, e foi em 2 de Maio do mesmo anno baptizado na freguezia de Nossa Senhora da Candelaria.

Não venho por em destaque o merecimento artistico deste emerito Carioca nem traçar a biographia do immortal e inspirado auctor do nosso vibrante hymno nacional. Outros mais competentes já o fizeram: basta citar os nomes de Porto-Alegre, Macedo, Moreira de Azevedo, Sacramento Blake, Ernesto Senna e desembargador Pitanga.

Da mocidade de Francisco Manuel, pouco se conhece. Dizem todos os seus biographos que desde criança revelava amor pela arte musical. Foi entregue aos cuidados do insigne padre José Mauricio Nunes Garcia.

Depois passou a receber licções do celebre professor Sigismundo Neuckomm.

Ainda joven compoz um "Te-Deum", que ainda hoje é cantado. Offereceu-o ao principe regente d. Pedro. Este, apreciador do talento do musicista prometteu mandal-o á Europa. Nunca o fez. Sabe-se mais que Francisco Manuel fazia parte da orchestra da Real Camara, de que era director

o maestro portuguez Marcos Portugal, o qual mostrou desaffeição e perseguiu o novel compositor. Em 16 de Dezembro de 1833, fundou a Sociedade Beneficente Musical, de que foi director por titulo conferido em 28 de Abril de 34.

Seja-me licito abrir aqui pequeno parenthese. Sacramento Blake, enumerando as composições de Francisco Manuel, escreveu no *Diccionario Bibliographico*: "Hymno da Independencia — musica para canto e para orchestra. A letra foi composta pelo imperador d. Pedro I, sendo o autographo, do proprio punho de sua magestade, por Francisco Manuel offertado ao Instituto Historico".

Por esses dizeres já alguem suppoz que Francisco Manuel fôra o auctor da musica de um dos hymnos da nossa Independencia. Eis porém, o que consta do expediente da sessão d'aquella instituição realizada em 22 de Novembro de 1864: — Um officio do sr. Francisco Manuel, director do Conservatorio de Musica, accompanhando e offerecendo o autographo do hymno da Independencia Nacional, todo escripto do proprio punho do sr. d. Pedro I e um exemplar dessa composição accomodada para piano pelo offertante". Fica isto registado para evitar duvidas futuras. São ellas muitas com relação á composição e data dos nossos diversos hymnos.

Até bem pouco tempo passou por incontestavel o facto de haver sido nosso hymno nacional composto por Francisco Manuel para solennizar a coroação do segundo imperador em 1841. "Existia nessa epocha, escreveu em 1907 Ernesto Senna — o mais completo biographo do nosso compatricio—, e ainda existia ha cêrca de dous annos na rua do Senhor dos Passos, esquina da do Regente, um armarinho que fôra installado por Antonio Joaquim Ramos de Oliveira Leal, solicitador do fôro desta capital, e que mais tarde foi vendido por 600$000 a José Maria Teixeira, homem activo, trabalhador e um tanto dedicado á cultura da arte musical; o seu instrumento predilecto era a clarineta.

"Nesse armarinho reuniam-se Francisco Manuel, Bento Fernandes das Mercês, José Rodrigues Cortes, o dr. Laurindo Rabello, conhecido por poeta Lagartixa, o estudante cantor da Capella Imperial, depois conego Zacharias da Cunha Freitas e muitos outros amantes da Musica."

"Foi sôbre o balcão desta modesta casa commercial que Francisco Manuel escreveu os primeiros compasssos do inspirado Hymno Nacional Brasileiro."

Em seu minucioso e recente trabalho — *A Musica do Brasil desde os tempos coloniaes até o primeiro decennio da Republica*, o sr. Guilherme Theodoro Pereira de Mello nega esse facto quanto a data. Diz o illustre maestro bahiano, que o nosso hymno nacional foi composto por Francisco Manuel,

não em 1841, mas sim em Abril de 31, logo depois da abdicação de d. Pedro I. Prova a verdade do que avança principalmente pelas letras primitivas daquelle hymno e "pela tradição que corre em Portugal sôbre este hymno, a qual diz: o hymno nacional brasileiro foi composto por occasião da abdicação de d. Pedro I do Brasil em seu filho Pedro de Alcantara, facto que se realizou em 7 de Abril de 1834".

Cita em seguida o sr. Mello as estrophes, e chama attenção pára a terceira:

> Uma regencia prudente,
> Um monarcha brasileiro,
> Nos promette venturoso
> O porvir mais lisongeiro.

Estão os versos de accôrdo com o que escreveu Alberto Pimentel e vem reproduzido por Henrique Raffard na *Revista do Instituto Historico*, tomo 61, pag. 331.

Tractando dos festejos de 1833 em commemoração do 7 de Abril, prosegue o sr. Mello: "A 7 de Abril foi entoado por Domingos Alves Pinto, o que se encarregára de cantar o solo do hymno e por um grande numero de senhoras que se incumbiram do estribilho, no espectaculo de gala que se realizou para commemorar este feliz acontecimento, debaixo de muitas palmas e acclamações, o Hymno Nacional que tambem se chamou Hymno 7 de Abril".

O facto que se passou no Rio de Janeiro eis como nol-o descreve Evaristo Ferreira da Veiga. As festas foram promovidas pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional. Houve *Te-Deum* em São Francisco de Paula. Prégou frei Francisco de Mont'Alverne, que arrebatou o auditorio. "A noite, na reunião festiva do Campo da Honra, as dansas, a musica, em que vozes angelicas se accordavam a perfia, enlevavam os animos, o hymno de Septe de Abril foi cantado por algumas senhoras, e, concluido este, deu o presidente da sociedade os vivas legaes ante o retrato de s. m. o imperador, os quaes foram repetidos por mais de 300 pessoas de ambos os sexos com patriotico enthusiasmo, etc." (*Aurora Fluminense de* 10 de Abril de 1833 — N. 755 pag. 3.218).

Pelo referido, chega-se á conclusão de que na realidade houve um hymno patriotico commemorativo da abdicação, o qual tem dous titulos referidos e tinha mais o de *Constitucional*. Seria a musica a mesma do actual hymno nacional composto em 1841 por Francisco Manuel ?

" Este facto historico talvez ficasse deslindado, si não fosse o ter desapparecido, accrescenta o sr. Mello, da Bibliotheca Nacional, o documento n. 7.473, cujo titulo era "Ao grande e heroico dia Septe de Abril — Hymno offerecido aos Brasileiros

por um seu patricio nato". A lettra deste hymno é attribuida a Ovidio Saraiva de Carvalho."

Nenhuma falta faz para o apuro da verdade o desapparecimento desse hymno.

Tracta-se, no meu humilde pensar, de versos e não de hymno musica. Poesias patrioticas com diversos titulos analogos ao de Ovidio appareceram aos centos, e podem ser lidas nos jornaes do tempo. Demais, ao que me consta, Ovidio Saraiva nunca se dedicou a Musica. Foi poeta, e suas producções constam da obra já citada de Sacramento Blake. Além de cultivar a Poesia foi magistrado e advogou. Foi elle defensor do mallogrado João Guilherme Ractkiff enforcado no largo da Prainha com dous companheiros accusados do crime de revolucionarios e lesa-magestade em virtude dos factos da Confederação do Equador.

O mesmo aconteceu, por occasião da coroação, entre os hymnos (poesia) então publicados; destaca-se o composto pela poetisa d. Beatriz Francisca de Assis Brandão. Eis os primeiros versos:

Salve aurora precursora
Do dia grato e jocundo.
Em que o sceptro americano
Empunha Pedro Segundo.
Viva a patria, viva Pedro
E viva a Constituição;
Viva o dia memoravel
Da solenne coroação, etc., etc.

A pag. 213 continua o illustre professor, cujo trabalho tenho sob as vistas:

"Do mesmo modo que Francisco Manuel compoz muitos hymnos, podia ser que tivesse composto para a coroação o tal hymno, que o dr. Moreira de Azevedo (sic), diz ter sido escripto sôbre o balcão de José Maria Teixeira; mas o que é certo, é que este hymno não lograva ser sagrado pelo povo, uma vez que não é por qualquer eventualidade que se muda o hymno de uma nação."

A primeira parte do argumento procede até certo ponto. A segunda não.

Em verdade quem lê o *Jornal do Commercio* de 7 de Julho de 1841 encontra o annuncio do hymno para piano e canto, composto por Francisco Manuel. Parece ser producção nova offerecida e dedicada ao imperante. Vendia-se nas lojas da rua do Ouvidor 91, 118 e 90 e da rua Direita 27.

Descrevendo o mesmo *Jornal* o concerto dado em honra de d. Pedro II pela Sociedade Philarmonica, de que era presidente Francisco Manuel, assevera que a funcção teve inicio com a execução do hymno dedicado pelo referido maestro ao joven monarcha. Em numeros posteriores já o Hymno da coroação figura com o nome de Hymno Nacional.

Pelo contrario, esse hymno foi sagrado pelo povo. Adoptou-o com enthusiasmo como o fez mais tarde o marechal Diodoro. A musica é a mesma do hymno de 31, com differença da lettra, conservando-se o mesmo estribilho. Ha quem tenha exemplar da primeira edição do Hymno da coroação. E em minha casa pessoa de minha familia e executava ao piano, servindo-se tambem de um exemplar dessa primeira edição, conservado em encadernação adrede feita, em cujo rosto lia-se o titulo em letras douradas.

Encontra o sr. Mello difficuldade de descobrirem vestigios, pelos quaes se possa attribuir a alguem a auctoria da lettra do nosso hymno nacional. O que passo a dizer é apenas uma objecção, talvez sem prova. Penso que a referida lettra salvo melhor juizo, é de Paula Brito, poeta mediocre, mas muitas vezes chistoso. Basta lêr as versalhadas publicadas na *Mulher do Simplicio* e compara-las com as do Hymno Nacional para ver entre uns e outros ar de familia e identidade de origem.

Para explicar a auctoria do Hymno de 31 diz ainda o sr. Mello: "Ao que parece Francisco Manuel, duplamente enthusiasmado pela abdicação, já pelo seu altruistico sentimento de patriota, já pela saïda daquelles que momentos antes tinham dissolvido á musica da Capella", deixando sem emprego dezenas de artistas, teve um momento de inspiração e sem letra prévia compoz a musica deste hymno, que é de uma marcialidade incomparavel. E como elle era o compositor mais notado e mais estimado daquella epocha, o seu hymno foi acceito e acclamado como o hymno nacional, compondo o povo em seguida, por isso que ficou anonyma, a lettra da supracitada musica que foi cantada no dia que zarparam do porto do Rio de Janeiro as naus, em que seguiram para Europa d. Pedro e toda a Familia Imperial".

Si foram os revolucionarios de 31 os que demittiram os musicos da Capella, não se comprehende esse enthusiasmo de Francisco Manuel pelos perseguidores de seus collegas. Verdade é que andava nas graças dos liberaes. Regeu, e por isso recebeu 220$, a musica do *Te-Deum* em S. Francisco de Paula em 25 de Março de 31, ao qual compareceu, sem ser convidado, o primeiro imperador.

Documento de maior valor adquiriu o sr. Mello depois da publicação de sua valiosa monographia. Mostrou-m'o o dis-

tincto professor, no Instituto Historico. Tracta-se de uma partitura, competentemente authenticada, da musica do actual Hymno nacional, executada na *Bahia*, em 1833.

Deante desta prova aguarda-se a opinião dos competentes.

Domingo, 19 de Fevereiro de 1911.

CINZAS

Depois dos folguedos carnavalescos e das barbaras tropelias do famoso jôgo do entrudo, seguia-se, como ainda hoje em todo orbe catholico, a chamada Quaresma. O nosso povo, em sua innata ingenuidade, marcava os septe domingos desta quadra do anno com os nomes seguintes: Anna, Bagana, Rabeca, Suzano, Lázaro, Ramos, na Pachoa estamos.

E' o tempo da penitencia, dos jejuns, dos sermões e das via-sacras. Nesses dias pouca carne se comia no Rio de Janeiro. Passava então, para marchantes e açougueiros, periodo de crise ou pinhahiba, como hoje acontece aos officiaes de justiça com as férias forenses. Em compensação pescadores e peixeiros tiravam o ventre da miséria. O peixe fresco, o salgado, o camarão, a sardinha e o bacalháo tinham o seu S. Miguel. A's vezes espertos atravessadores augmentavam o preço desses comestiveis, contra o estipulado nas posturas da Vereança. Caia-lhes em cima o juiz almotacé, e os infractores, além da multa e perda do pescado, iam caminho das cadeias da Relação: quéda e coice.

Inicia-se, pois, a quaresma em Quarta-feira de cinzas. Esta ceremonia realizava-se a principio no domingo da Sexagesima. Foi o papa Gregorio o Grande quem marcou a quarta-feira seguinte ao domingo gordo ou da Septuagesima.

Como todos sabem, na missa do dia o celebrante, mettendo o dedo indicador em um pouco de cinzas, faz o signal da cruz na fronte dos devotos.

Os sacerdotes a recebem na tonsura ou corôa.

A egreja quer com isso dizer que todos somos pó e em pó havemos de voltar. O facto de lançar pó ou cinzas na cabeça em signal de tristeza ou arrependimento é notado em varios pontos da Biblia. Como os Hebreus, Gregos e Romanos usavam desse meio, quando combalidos por desgraças particulares calamidades publicas. Os eruditos apontam até a Iliade, em que se encontram passagens dessa antiquissima usança.

As cinzas usadas aqui são o producto da queima das palmas que salvaram do Domingo de ramos do anno precedente.

Pinheiro Chagas, em seu *Diccionario Popular*, diz que para

tal fim se usam das toalhas dos altares. Em varios logares de Portugal queimam-se as folhas de oliveira ou ramos de videira. Entre o povo carioca corria antigamente a noticia, de que as cinzas eram productos da incineração de ossos de defuntos. Era uma ballela inventada pelas amas seccas e mucamas para engasoparem a curiosidade da creançada.

Ainda hoje ver-se-hão muitos devotos conservando, até á morte, cruz preta feita de cinzas. São os felizes que conservam intactas as crenças religiosas, herdadas de seus antepassados. Mas o *clou* destas quartas-feiras de cinzas era aqui antigamente a procissão realizada á tarde pela Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia, cuja egreja é mixta, termo antigo da egreja de Sancto Antonio e respectivo convento. Esta Ordem foi instituida por Luiz de Figueiredo e sua esposa Antonia Carneiro. Não eram de pouca roupa, como dizia frei João Costa, nem vieram para aqui desterrados. Prova-se com apontamentos que li e foram reunidos pelo meu amigo e mestre o dr. Felisbello Freire.

A primeira procissão de cinzas realizou-se em 1647. Constava a principio de vinte andores, depois de 15 e mais tarde de 13. No meu tempo de menino lembro-me dos de Nossa Senhora da Conceição, dos Bem Casados, São Benedicto, Sancta Isabel rainha de Portugal, S. Roque, S. Luiz, rei de França, Sancta Isabel de Hungria, Sancto Ivo, S. Vicente Ferrer e o grande de S. Francisco de Assis, de joelhos, braços abertos ante a imagem de Christo crucificado. Descrevendo esses andores, Debret admira-se do consideravel pêso supportado pelos ermãos carregadores. Não era tanto assim, como adeante se verá de um trecho do dr. Araripe Junior. O de S. Francisco, sim, era pesadissimo. E os ermãos que o carregavam caprichavam em não deixar o seu posto. Tambem no dia seguinte apresentavam os hombros echymosados e até feridos!

A procissão saïa ás 5 horas, descia a ladeira, percorria diversas ruas e recolhia ás 8 horas. Quando chovia podia ser transferida. Em 1798 foi o prestito surprehendido por violenta carga d'agua. A procissão debandou: alguns andores ficaram guardados em algumas egrejas, e o Sancto Senhor ficou no oratorio de uma sra. d. Joanna Maria, á rúa dos Pescadores.

Um pequeno parenthese topologico. Dizem alguns chronistas que a rua de S. Pedro tivera o nome de Antonia Carneiro por ter alli residido a esposa de Luiz de Figueiredo. Não é exacto. O primitivo nome dessa via publica foi de Antonio Vaz Viçoso ou tambem travessa de João Mendes o Caldereiro. Quem alli morou foi o cirurgião Antonio Carneiro, facultativo da Sancta Casa da Misericordia e por isso, em alguns do-

cumentos, leio rua do Carneiro, e não do Desembargador Carneiro, como se tem escripto.

Creio que em 1849, os ermãos da Ordem não quizeram carregar o sancto preto S. Benedicto. Era uma falta de dignidade: brancos levarem a imagem de um negro! No fim desse anno invadiu o Rio de Janeiro pela primeira vez a febre amarella. Foi castigo, disseram os devotos do sancto, e todos o acreditaram. No anno seguinte os recalcitantes se submetteram e o sancto apresentou-se com resplendor novo, habito de velludo adrede feito, muitas flores e luzes.

Para a procissão de cinzas não se punham colchas nas janellas nem folhas de mangueira e canella nas ruas. Em compensação havia descarga da tropa na saida e entrada da procissão; era cousa que muito assustava a meninada do meu tempo. A de hoje já se habituou até aos tiros com bala. Tenho um afilhado travesso e espirituoso. Quando ouve salvas no mar começa a correr e a gritar: olha a nova *encrenca!*

Era para a creançada de antanho que a procissão tinha um encanto particular *great attration*; principalmente para os petizes convidados para irem de anjo. Logo pela manhã começavam a ensaiar como deviam marchar aos pulinhos, como tico-tico de galho em galho. Quem não fazia isto com graça era um anjinho sem sorte.

Jantava-se ao meio dia. Comia-se pouco, com a esperança no grande cartucho de amendoa, que a Ordem distribuia á infancia convidada. As duas horas marchava-se para casa do armador. Havia muitos, mas o preferido era o sr. Joaquim Carlos da Fonseca, andador da Penitencia, casado com d. Maria Jacintha da Purificação, residentes em um 2° andar da rua do Piolho (hoje da Carioca).

Competentemente uniformizado, o anjinho não ia logo á egreja. Era preciso ser admirado pelo papae, pela mamãe, pelos padrinhos e parentes e por toda a vizinhança. Era exhibido como verdadeiro mascarado, pois tinha as faces coloridas pelo carmim e as sombrancelhas pintadas com rolha queimada!

Tudo ia muito bem, mas no dia seguinte eram certas as indigestões, devido ás amendoas, ao chocolate confeitado e ás pastilhas de licor! Não escapava a gente do oleo de ricino, chá de camomilla, etc. Nesse tempo não havia ainda a Magnesia de Morray; nem os estomachicos maravilhosos, profusamente hoje annunciados pelos jornaes.

Do que em outras terras se passava relativo á referida procissão, pouco sei. No *Folk Lore Pernambucano* do illustre dr. Pereira da Costa encontro a noticia de que principiou em Pernambuco em 1720. Refere-se o dr. Costa a um estudo da

lavra de Pacifico do Amaral e cita um soneto de certo frade carmelita que mettia á ridiculo tal solennidade.

Termina assim:

> E pensam que com scena tão visivel
> Incutir podem nalma a penitencia !
> Gerar a fé ? Oh, não, não é possivel.

Tambem o célebre poeta satyrico Gregorio de Mattos ridiculizou a procissão de cinzas que saïa em Pernambuco, com o character de verdadeira mascarada indigena, diz o eminente dr. Araripe Junior, que cita por extenso o soneto de Gregorio.

E a proposito, não me posso furtar a transcrever a nota da pag. 101 do estudo completo, que sobre Mattos escreveu, em artigos, o dr. Araripe, em 1893, no *Jornal do Brazil*, e reunia em volume, no anno seguinte:

"Criança era eu ainda nessa epocha. Uma vez levado pela curiosidade, finda a ceremonia e recolhidos os andores ao depósito do Convento de Sancto Antonio de Pernambuco, ousei penetrar nesse recanto. Os sanctos tinham sido despojados de suas ricas vestimentas; e como a maior parte delles não era destinada sinão a servir no acto de quarta-feira de cinzas, o imaginario encarnara apenas a cabeça, as mãos e os pés e aquelles membros que appareciam desnudados, de sorte que o resto existia em fórma de sarrafos. Este espectaculo horrorizou-me. Não haveria em tudo aquillo uma grande profanação ? pensei eu, recordando-me dos bastidores do Theatro de Sancta Isabel. Neste instante convergiram para mim os olhos de todas aquellas caras macilentas e terriveis, apparelhadas como cabeças de guilhotinados em sarrafos de pinho. Não pude por longo tempo supportar os olhares inquisitoriaes, que me seguiam, e fugi do claustro para nunca mais voltar ao deposito dos sanctos."

A mim aconteceu quasi o mesmo, aqui na Ordem da Penitencia. Penetrei um dia em vasto salão meio escuro. Não vi os sarrafos, mas os sanctos estavam mettidos em verdadeiros saccos brancos. Pareciam phantasmas. Não fugi porque estava prevenido.

A nossa procissão de cinzas terminou sendo ministro da Ordem Manuel José Gonçalves Machado Junior. Do trabalho do dr. Moreira de Azevedo reproduzo as razões da suppressão dessa solennidade. Dizia em seu relatorio o precitado ministro:

"As procissões são infelizmente, nesta epocha de impiedade e materialismo, motivo e occasião para actos de revoltante irreverencia e de escandalosa immoralidade da parte de muitos, que assistem ao solenne transito das imagens por distracção e divertimento, e como si presenceassem o mais profano e com-

mum espectaculo, e da parte de alguns devotos que as accompanham, scenas burlescas e, ao recolherem-se, alarido tumulto, confusão e desordem, que já tem sido preciso cohibir com a presença de fôrça armada, o que offende a Deus, afflige, vexa e indigna os verdadeiros penitentes."

Tambem, quando acabou, outras eram as aspirações do escrivinhador destas notas: envergar a jaqueta verde, com botões amarellos de collegial do ex-Internato de Pedro II. O galão de ouro do bonet, diziam, dava-nos honra de alferes. Pura mentira.

Fallar no Internato é lembrar uma scena acontecida depois do Carnaval de 61 ou 62. Houve um grande incendio em uma pharmacia da rua Direita. Na extincção do fogo salientaram-se os Zuavos Carnavalescos e o devotado Murga, negociante na rua das Violas: Nesse predio aboletava-se um collega nosso, hoje fallecido, sobrinho do pharmaceutico.

Sabiamos nada haver acontecido ao nosso condiscipulo.

Na quinta-feira, á noite, era a entrada no collegio. Por troça, combinámos ir um a um cumprimentar o companheiro por não ter ficado torrado. Esperámos que elle se deitasse.

Foi um, primeiro, dar-lhe os parabens. Agradeceu. Seguiram-se outros com a mesma discurseira. Mas no decimo, o sujeito comprehendeu a caceteação. Fica furioso e ataca a saboneteira na cabeça do manifestante. Felizmente não houve sangue. Muito barulho e o inspector inquiriu do facto. Deu parte do aggressor e no dia seguinte o vice-reitor condemnava o deliquente a tres dias de prisão. E lá foi para a cafúa o pobre do Caetano pagar as custas por uma pilherica manifestação não encommendada!

1 de Março de 1911.

P. R.

Não se tracta de questão de marca registrada nem de novo partido politico em via de formação.

Menos complicada é minha tarefa e consiste em lembrar factos occorridos nesta boa cidade, por occasião da chegada da Familia Real, cujo centesimo terceiro centenario passa exactamente hoje, 7 de Março.

Como já tive occasião de narrar, houve aqui, por esse tempo festanças, illuminações, tiros de salvas, bandeiras, coretos, *Te-Deum*, no Rosario, onde então se achava a Sé, e

todas as manifestações de regosijo público pela vinda dos legitimos representantes do sangue azul.

O conde dos Arcos foi o primeiro a desoccupar a casa dos governadores e vice-reis do Brasil. Em seguida deixaram o seu convento os frades do Carmo, e os presos da cadeia abandonavam seu *ubi*, passando para o Aljube, prisão até então para padres, e onde tambem ficavam depositadas senhoras que, pelo divorcio, se queriam ver livres de suas caras metades.

Para outras peccadoras, era a primeira etapa antes de serem recolhidas ao Parto ou á casa de Itaipú.

Mas não ha bem que sempre dure, nem rosas sem espinhos. Logo após, terminadas as funçanatas, começaram os proprietarios do Rio de Janeiro a sentir o peso e os vexames inherentes á célebre lei das aposentadorias. Em virtude della, via-se o pobre mortal privado do seu ninho ou *habitat*, vendo nella aboletado um prestigiado, que, além de não pagar aluguel, estragava a casa, exigia de outros infelizes cavallos, carros, mucamas e até molecotes ladinos que servissem de pagens ou cocheiros.

Era contra tal lei attentatoria de um sagrado direito, que protestava Hippolyto. O redactor do *Correio Braziliense*, impresso em Londres (e ultimamente objecto de erudita biographia do meu amigo dr. Alcibiades Furtado, actual director do Archivo Publico Nacional) assim se exprimia: "Pelos ultimos navios chegados daquelle paiz (o Brasil) se receberam varios papeis e noticias do estado daquelle novo Imperio; eu tenho de lamentar que se adoptasse alli o systema antigo das aposentadorias, um dos mais oppressivos regulamentos do intoleravel govêrno feudal, e que não deixa de fazer o govêrno do Brasil odioso ao povo; porque, na verdade, apenas se póde soffrer um ataque tão directo aos sagrados direitos de propriedade, qual é o de mandar saïr um homem para fóra de sua casa para accommodar outro, que a ella não tem direito."

Mas onde recolher tanta gente, que seguiu a Familia Real, uns por medo, outros por dedicação aos régios emigrantes e muitos para tentarem fortuna? Os conventos e seminarios ficaram abarrotados de fidalgos. E estes descendentes dos que haviam residido em barracas, no tempo do terremoto de 1755, não se podiam conformar com a perda das commodidades deixadas em Lisboa.

Lembraram-se de appellar para a lei das aposentadorias, consagrada nas antigas leis do reino. Si bem me recordo, havia até um aposentador-mór. Tinha por missão, quando o rei viajava, partir com muita antecedencia para apromptar

casas para o monarcha e seu numeroso sequito. Desse facto dão noticia os chronistas.

Das *Ordenações do Reino* consta o dever que tinham as Camaras de dar aposentadoria aos corregedores, ouvidores e mais magistrados: casa, cama, escrevaninha, louça e mobilia necessaria para o serviço delles.

Pela reforma de 1 de Outubro, esses deveres passaram ás novas Camaras municipaes. Assim tambem o determinou o art. 47 do Codigo do Processo Criminal e a portaria de 8 de Julho de 1834, consequencia dos alvarás de 7 de Janeiro de 1750 e de 11 de Março de 1724.

Aqui, no Rio de Janeiro, os prelados ecclesiasticos e o primeiro bispo não tinham residencia certa. O Conselho dava-lhes cento e vinte mil réis para aluguel de casa. O mesmo aconteceu até 1699, com os governadores. Estes tinham cento e cincoenta mil réis para tal mistér. Havia a aposentadoria, mas ao menos os donos dos predios tinham uma compensação: saïam, porém recebiam o arame.

Em 1724, por escrupulo, o Governo mandou tomar para o ouvidor as casas de José de Andrade Souto Maior, sitas na rua da Gadelha ou da Cruz, e antes de Aleixo Manuel (depois rua do Ouvidor).

Foi attendendo á despesa do Conselho, que, em 1661, Salvador Benevides fez contracto com a Camara. Dava para residencia dos governadores a casa delle da rua da Alfandega, canto da rua Direita. Em compensação, além de dinheiro, receberia fóros de terrenos na rua Direita e uma casa na referida rua da Gadelha, com que Benevides havia remido os fóros pertencentes ao seu trapiche.

Não pegaram as bichas. O Governo não approvou o contracto, mesmo porque Salvador perdera as bôas graças do regente Pedro II. O poder foi, é e será sempre o poder.

Mas o que então se passava eram casos esporadicos. Em 1808, a aposentadoria constituiu uma mania e tornou-se epidemica: até os criados de galão branco se julgavam com direito á aposentadoria.

Ninguem melhor descreveu esses vexames do que o meu professor dr. Macedo. Como sempre, dou o pae á creança:

"Não houve habitante da cidade do Rio de Janeiro que dormisse tranquillo na sua casa propria e que acordasse com a certeza de anoitecer debaixo do mesmo tecto. Quanto mais bella e vasta era uma casa, mais exposta ficava ao *quero absoluto* dos privilegiados. Havia um juiz aposentador. A aposentadoria era um aranjo de uns á custa de outros, que se executava em cinco tempos: 1° tempo — O privilegiado dirigia-se ao aposentador e dizia-lhe que precisava da casa tal

da rua tal; 2° tempo — O aposentador encarregava a um meirinho de ir satisfazer o desejo do privilegiado; 3° tempo — Saía o meirinho com um pedaço de giz e, chegando á casa designada, escrevia na porta P. R. (Principe Regente); 4° tempo — O proprietario ou morador da casa mudava-se em vinte e quatro horas; 5° tempo — O privilegiado apresentava-se e ficava á sua vontade." O povo traduzia o P. R. — por *ponha-se na rua*.

D. João usava tambem desse direito. Quando ia para a ilha do Governador, hospedava-se em casa de Joaquim José de Azevedo, visconde do Rio Secco e depois marquez de Jundiahi, dono do predio, em que actualmente funcciona a Secretaria do Interior. Em Paquetá, servia-se da casa de Francisco Gonçalves da Fonseca, depois brigadeiro. Ainda existem nessa chacara palmeiras originarias do Jardim Botanico um banco de pedra, em que d. João apreciava o bello panorama da nossa bahia, dormia uma somneca depois de beber café e desfiar as contas do seu rosario.

Quando ia pàra Sancta Cruz, aguentava a carga João Francisco da Silva e Sousa, dono da fazenda do Morro da Paciencia. Em sua casa dava quartel á guarda da policia e sustentava-a á sua custa. E o fazia ás vezes durante dois a tres mezes. Morto João Francisco, continuou com a prebenda sua viuva d. Marianna Eugenia Carneiro da Costa. Outras vezes o principe e sua familia ficavam no Bangú.

Corria com as despesas da hospedagem d. Anna de Moraes e Castro. Era o chaleirismo da épocha. Todos queriam estar bem com o chefe do govêrno. Houve até uma titular, a viscondessa do Real Agrado. A recompensa de tantos favores era uma commenda de Christo, um posto nas milicias ou um privilegio de ser contemplado como fazendo parte da Conservatoria da Casa da Moeda, que dava immunidade de alto apreço. Por essas honrarias davam o cavaquinho os nossos antepassados.

Nos antigos livros da Sancta Casa encontram-se factos relativos ás aposentadorias. Todas as Misericordias gosavam do privilegio de não dar suas propriedades nem siquer para aposentadoria do rei. Em 1810 foi tomada a casa da rua Direita, deixada pelo padre Marcos Ribeiro da Costa. A administração da Sancta Casa protestou. Foi attendida. Até um conego achou-se em 1811 com direito a tomar uma casa na rua do Ouvidor, pertencente ao patrimonio da Misericordia. Esta ainda protestou e foi de novo attendida. Ainda outros exemplos encontrei. Não os reproduzo para me não tornar cacete.

Narra ainda o dr. Macedo: os aposentados não pagavam alugueis e, o que é mais, quando, em 1821, tiveram de deixar o Rio de Janeiro, accompanhando a Familia Real, em seu regresso á antiga Lusitania, "arrancaram as portas e as taboas dos assoalhos das casas em que estavam morando, afim de fazer as caixas necessarias para levar as suas baixellas e o mais que lhes pertencia e que com elles devia tornar ao Velho Mundo."

Quem quizer ter completa noticia do muito que soffreram os habitantes do Rio, leia a *Chorographia Historica* do Dr. Mello Moraes Pae — tomo 1°, segunda parte. Encontram-se alli casos que dariam assumpto a muitas comedias. Basta dizer que o officio de aposentador-mór foi dado a d. Francisco de Almeida, 2° conde das Galvêas. Passava vida tão dissoluta que o povo deu-lhe o nome de doido. Primava pela insolencia e desprezo com que tractava os naturaes do paiz. Fez do seu officio uma verdadeira inquisição de iniquidades, chegando o seu atrevimento a dar aos parentes de suas amantes aposentadorias, para que elles agiotassem!"

Um unico e curioso exemplo tirarei do citado trabalho do dr. Mello Moraes (Pae). "O chefe de esquadra Monteiro Torres, por segunda ou terceira vez fez aposentadoria em uma casa sita na rua da Ajuda, pertencente a Anna Justina, bordadeira de profissão. Esta senhora, prevalecendo-se, não do seu direito de propriedade, que não era respeitado, mas das circunstancias de se achar encarregada de alguns bordados para a familia real, recorreu a todos os meios a seu alcance, até ao de queixar-se ao principe regente em pessoa.

Este mandou a queixa ao ministro, o qual não fez caso do requerimento da proprietaria, e esta viu os seus trastes e a sua roupa postos na rua pelos beleguins da justiça de el-rei, afim de que um extranho se utilizasse da propriedade contra a vontade de seu dono! Ainda não pára aqui: a pobre mulher vendo-se assim posta no meio da rua, sem ter onde achar um abrigo contra o sol e contra a chuva, foi lançar-se aos pés de quem lhe havia tomado a sua casa e pedir por caridade, que lhe alugasse as lojas para ella habitar. O chefe de esquadra annuiu ao pedido, e então se viu a proprietaria, para ter onde morar, obrigada a pagar alugueis das lojas de seu predio o seu inquilino, de quem "*nada recebia*" !!!

Entretanto, o illustre dr. Oliveira Lima, em seu magistral trabalho sobre d. João VI, referindo-se ás aposentadorias, é de opinião que "taes factos não foram por certo tão communs quanto o querem deixar perceber alguns historiadores sem critica". Certo é, porém: *taes factos* vexatorios, por serem de grande numero, os conservou a tradição popular.

Taes e tantos foram os abusos, as injustiças e arbitrariedades, tão frequentes as queixas dos moradores da cidade, que d. João VI promulgou o decreto de 6 de Fevereiro de 1818, cujo teor é o seguinte: — "Querendo dar ao povo da cidade do Rio de Janeiro huma demonstração da minha real benevolencia pela occasião da minha coroação nesta Cidade; hei por bem que todos os seus habitantes fiquem gosando de ora em deante do privilegio de aposentadoria passiva, e aquelles que tiverem servido ou servirem na Camara e mais cargos da governança da mesma cidade, ficarão gosando dos privilegios concedidos pela ordenação do Reino, liv. 1º, Tit. 58 para os Fidalgos e seus caseiros e lavradores..."

Por aposentadoria passiva entende-se o direito que tinham doravante os proprietarios de conservarem os seus predios, e não poderem ser delles despojados pelos que possuiam o direito de aposentadoria activa.

Ora, para que um rei absoluto, no dia da sua coroação abrogasse tal lei, quasi tão antiga como a monarchia, era preciso que elle pudesse degenerar em profundo abalo social. Bem o comprehendeu o filho e successor de d. Maria I. E' mais uma prova de seu atilamento.

E com isto lavrou um tento. Ganhou "popularidade", cousa que d. João tinha em muita valia.

Domingo, 5 de Março de 1911.

CRIME SENSACIONAL

Em 1748 chegou ao Rio de Janeiro um joven portuguez, que se constituiu depois patriarcha de notabilissima familia, cujos ramos se extenderam por Minas, Pernambuco e Rio de Janeiro. Chamava-se o nosso immigrante Braz Carneiro Leão. Tinha 16 annos, pois nascera no Porto, em 3 de Septembro de 1732.

Dedicou-se ao commercio e foi feliz. Annos depois estabeleceu por sua conta importante estabelecimento commercial, sito á rua Direita. Tinha navios proprios, pelos quaes importava de Portugal diversos generos e exportava para a metropole productos de S. Paulo, Minas, Espirito Sancto, Goiaz, Matto Grosso, Sancta Catharina e Rio Grande do Sul.

Da intelligencia e probidade de Carneiro Leão falla o marquez de Lavradio, no relatorio escripto para seu successor Luiz de Vasconcellos e Sousa. Dizia o vice-rei do Brasil, ao terminar o seu mandato. "A unica casa que ainda hoje se

conserva na regra de commerciante é a de que se acha senhor della Francisco de Araujo Pereira, com a sociedade de seus primos e de alguns socios em Europa. Aquelles negociantes, que aqui passam por mais ricos, como Braz Carneiro, Manuel da Costa Cardoso, José Caetano Alves e alguns outros têm constituido a sua riqueza e o seu fundo no maior commercio de commissões que tem tido, isto é, de fazendas e navios, que lhe têm sido consignados."

Braz Leão casou com a distincta Carioca d. Anna Francisca Rosa Maciel da Costa, nascida em 26 de Fevereiro de 1757. Depois do fallecimento de seu marido, d. Anna foi agraciada com o titulo de baroneza de S. Salvador de Campos dos Goitacazes. Falleceu a 12 de Junho de 1832, em seu palacete, á praça da Gloria, o qual pertenceu depois ao visconde de Meriti, Manuel Lopes Pereira Bahia. Alli funccionou em nossos dias a Secretaria de Extrangeiros.

Do enlace de Braz Carneiro provieram filhos e filhas, cujos descendentes ainda hoje existem. Era tão rica a familia Carneiro Leão que, segundo é fama, quando as senhoras a ellas pertencentes estavam reunidas em festas de gala ou funcções religiosas, traziam como adornos joias avaliadas em centenares de contos de réis. Gosaram sempre pessoas tão distinctas da amizade e gratidão do imperador Pedro I. Depois de haver abdicado, com elles se correspondia. Provam-no cartas particulares, dirigidas a Carneiro Leão, assim como referencias nas enviadas ao conselheiro José Cupertino, pelo ex-imperador.

Da illustre descendencia de Braz Carneiro foi primogenito Fernando Carneiro Leão, aqui nascido em 30 de Maio de 1782. Dedicando-se á vida commercial, seu pae o mandou a Lisboa, afim de alli practicar na importante casa commercial Pedra. Casou Fernando Leão em Lisboa, com d. Gertrudes Angelica Pedra, senhora de esmerada educação e virtudes de bom quilate.

Eis o ponto principal destes meus apontamentos. D. Gertrudes Pedra Carneiro Leão foi assassinada ás 11 horas da noite de 8 de Outubro de 1820, por um tiro de bacamarte, que recebeu ao apear-se da carruagem, á porta da sua casa, á ponte do Cattete, no Rio de Janeiro, voltando com suas duas filhas, de uma funcção religiosa. A' hora adeantada da noite, em que foi commettido este crime, que poz na maior consternação esta distincta familia e causou profunda impressão na cidade do Rio de Janeiro, fez que não fosse visto o malvado, que assim roubou a existencia de uma virtuosa senhora digna esposa e mãe; e nem mesmo a devassa judicial a que procedeu juiz especial e de elevada categoria, o desembargador do

Paço, José Albano Cordeiro, descobriu (sic) o auctor, nem o instrumento de tamanha atrocidade (sic.) Tal é a noticia, que em nota encontro em um trabalho do senador conde de Baependi, exarado na *Revista do Instituto Historico*, volume 43, com o titulo *Apontamentos Biographicos da Familia Braz Carneiro Leão, do Rio de Janeiro*.

Em meio das sombras e incertezas de tão execrando crime surge como exemplo de hombridade, de independencia e franqueza, com que se portou, o magistrado nessa tristissima emergencia incumbido de syndicar de tão horripilante attentado. As ultimas linhas da citação procuram tirar toda dúvida acêrca de quem era esse representante da justiça, que soube tão bem cumprir o seu dever. Foi com effeito José Albano Cordeiro.

O *Pantheon Maranhense*, a proposito da biographia do desembargador João Ignacio da Cunha, depois visconde de Alcantara, escreveu o seguinte:

"Entre outros factos, que muito abonam sua hombridade e espirito da justiça, citarei para exemplo um que, si nos nossos dias era para censurar-se por não ter tido o magistrado coragem bastante para lavrar a sentença, naquelles, e com quem foi, dá realce ao magistrado que ousou tomar conhecimento do facto. As desordens e discordias que traziam os paços reaes em confusão e desharmonia, reflectiam de um modo deploravel no lar dos cortesãos e da aristocracia, denunciando-se muitas vezes por escandalos e crimes.

No tempo em que estava a côrte portugueza no Rio de Janeiro foi alli assassinada a viuva de Fernando Carneiro Leão (conde de S. José) (sic) indigitando a voz pública como mandataria desse homicidio a propria rainha d. Carlota Joaquina. Tendo sido nomeados diversos juizes para tirarem devassa do crime, excusaram-se todos sob futeis pretextos. Dirigiram-se por ultimo ao desembargador João Ignacio da Cunha, que, se não fazendo rogar, instaurou affoito o processo, conheceu do crime e proseguiu com tanta actividade nas indagações judiciarias, que em breve tempo deu os autos por conclusos. Conhecida e provada pelas peças do processo que a verdadeira criminosa era a rainha, apresentou-o elle a d. João VI, dizendo-lhe "Senhor, a ré merecia uma sentença correspondente ao crime de homicidio; porém, como está tão altamente collocada, entrego a Vossa Magestade todos os papeis para deliberar como a justiça o pede e melhor aprouver a Vossa Magestade."

Além de dar a outrem a paternidade desse facto, o dr. Henrique Leal commetteu pequeno engano. A victima não era viuva. Seu marido sobreviveu-lhe, pois falleceu muito de-

pois, em Nicteroi, a 4 de Septembro de 1832. Em seu *Diccionario Popular*, Pinheiro Chagas segue a opinião do dr. Henrique Leal. O mesmo aconteceu ao dr. Teixeira de Mello, em suas *Ephemerides Nacionaes*, escrevendo justa noticia sobre o futuro visconde de Alcantara. Aquelle illustre homem de lettras abriu uma corrigenda, baseado no que lhe communicou o dr. Mello Moraes (pae).

Em verdade, em sua *Chronica Geral e Minuciosa do Imperio do Brasil*, restabeleceu a verdade do facto o dr. M. Moraes, apoiado no testimunho de pessoas da familia da assassinada e de outros contemporaneos. O dr. Mello Moraes prova que o juiz que se atrevera a declarar o nome da mandataria foi com effeito José Albano Cordeiro, corregedor do crime, tendo por escrivão Lourenço Manuel Botelho de Moraes Sarmento. Até ahi está de accôrdo com o conde de Baependi. Discorda deste, quanto á data. O conde marca o dia 20 de Outubro de 1820. Mello Moraes escreveu que o assassinato tivera logar em 1817, voltando d. Gertrudes Pedra de uma procissão, que os ourives faziam a Nossa Senhora das Dores, na ultima semana antes da Paschoa.

Segundo ainda o dr. M. Moraes, correram sôbre o crime diversas versões. Uns attribuiam o attentado a uma viuva Penna, com quem Fernando Leão entretinha relações illicitas. Outros ligavam o assassinato a cousas relativas á revolução de Pernambuco de 1817.

Ficou apurado o seguinte:

D. Carlota Joaquina tomou-se de escandalosos amores por Fernando Leão, homem de fórmas esculpturaes e amaneirado cavalheiro. Sabendo ella que d. Gertrudes protestava contra o insolito procedimento da mulher de d. João, a mandou assassinar pelo mulato Joaquim Ignacio da Costa Orelha.

E' facto veridico que elle fugiu e só voltou ao Rio de Janeiro para se tornar notavel como chefe de capangas politicos, que tomavam parte em todos os disturbios depois da Independencia e nos tempos da Regencia. O nome do *Orelha* é muito citado nos jornaes, principalmente na *Aurora Fluminense*, redigida por Evaristo Ferreira da Veiga.

Accrescenta finalmente o dr. Mello Moraes (pae) que d. João, ao receber os autos das mãos de José Albano Cordeiro e de ter ouvido a opinião deste, os lêra e os queimara convencido da criminalidade da trefega esposa. Desses escandalosos amores de d. Carlota Joaquina fica-se convencido depois da leitura da obra do dr. Oliveira Lima. Nella se encontram magistralmente descriptos, a indole, character, instincto, educação, orgulho e ambições da filha de Carlos IV de Hespanha e ermã de Fernando VII.

Conheci, ha tempos, um filho do celebrado *Orelha*. Chamava-se Venancio. Era bordador e ensinava a uma moça protegida de uma velha minha cliente, moradora á travessa do Paço. Venancio, já avelhantado, mostrava ainda o que fôra perfeito typo de capadocio e agil capoeira. Asseverou-me que o pae commettera o crime a mandado de d. Carlota Joaquina, á qual, depois, dera escapula ao assassino. Si ainda vivesse o Venancio entraria para aqui o seu testimunho. Tem o sal da opportunidade.

Desejava dar algumas notas biographicas sobre o digno José Albano Cordeiro. Nada encontrei, a não ser a sua nomeação para o cargo de ouvidor, em 19 de Outubro de 1799. Seu nome, porém, figura documentos annexos á memoria de Joaquim Norberto de Sousa e Silva sôbre Aldeiamentos dos Indios do Rio de Janeiro. Foi Cordeiro tambem juiz conservador delles e defensor dos direitos, principalmente dos da aldeia de S. Bernabé. "Entrou, diz Pizarro, na Relação desta cidade e hoje (1822) he desembargador do Paço, deputado da Consciencia e Ordens e da Junta do Commercio".

Domingo, 12 de Março de 1911.

S. JOSÉ

IMAGEM ANTIGA

Já bastante tenho escripto sôbre a veneração, que dos Cariocas mereceu sempre o glorioso S. José.

Passa hoje, 19, o dia consagrado pelo Catholicismo para commemorar o nome do bemaventurado, que gosa do titulo de Patriarcha da Egreja Universal.

Bem conhecido é o inicio, nesta cidade, da modesta capella erguida á beira do mar, em honra desse sancto varão, protector dos bem casados e que sempre deve ser invocado no tremendo transe da morte.

Foi essa ermida transformada em 1842 em grande templo, em cuja pia recebi a agua do baptismo. A esta egreja ligam-me, pois, tradições de familia e recordações de tempos idos.

Narrei como sempre distincta confraria tem alli zelado o culto. Della foram juizes, em tempos antigos, governadores da cidade, taes como Thomaz Corrêa de Alvarenga, Salvador Benavides, Gomes Freire de Andrade, etc., e outros individuos notaveis como *homens bons*.

Na antiga capella de S. José foi instituida a terceira parochia desta nossa cidade do Rio de Janeiro.

Tractando das bandeiras dos officios, já mostrei os que se reuniam sob a protecção de S. José e prestavam obediencia á respectiva Irmandade, declarada por acto ecclesiastico ser a mais antiga da cidade. Eram os referidos officios os dos carpinteiros, marceneiros, etc. Enfim, referi como o dia de S. José foi aqui no Rio de Janeiro, de verdadeira gala, quando empunhava o sceptro portuguez d. José I, que muita e especial devoção tinha pelo seu protector onomastico. São provas os favores concedidos á Irmandade desta capital, e constam dos antigos livros pertencentes a esse sodalicio.

Estava eu, pois, em embaraços para não caïr em repetições, lembrando o dia de hoje, quando recebi agradavel noticia. E que noticia? Nada menos do que isto: uma antiga imagem de S. José vai ser recebida em seu templo, quasi restaurado e sito em paragem para mim tambem de gratas recordações da mocidade. Refiro-me á egreja do Divino Espirito Sancto de Mata Porcos, anteriormente *matta dos porcos*, porque alli descansavam os *suinos* vindos do interior, antes de serem entregues á matança no açougue publico.

Tenho sempre presente á memoria o aspecto tristonho dessa egreja, mais propria de uma aldeia do que de um bairro populoso.

Foi ha perto de cincoenta annos. Pelo actual largo do Estacio de Sá deseboccavam da chacara do Machado Coelho, por estreito becco, as celebres e gigantescas *maxambombas*. Era esse o vehiculo, que nos conduzia para o Collegio Pedro II, cujo internato funccionava na chacara do Malta, — alegres quando vinhamos para a cidade, tristes e cabisbaixos quando regressavamos com saudades da familia.

Como exquecer o vetusto sobradinho, só demolido pelo prefeito Barata Ribeiro, a loja do Chico Barbeiro, o *Figaro*, privativo do collegio, a pharmacia Dourado, o quartel, onde a principio se aboletara o piquete de d. Carlota Joaquina? Esta senhora habitou por algum tempo o palacete de Caetano Pinto de Miranda Montenegro (marquez da Praia Grande), em frente quasi ao caminho do Rio Comprido. Existe ainda este velho predio, completamente reformado. Nelle se deu ha tempos um crime sensacional, cousa agora muito em moda.

O Rio civiliza-se, dizem; o progresso tudo invadiu. Matta Porcos tambem está completamente mudado, e a sua egrejinha, depois de mil difficuldades, vai ficar catita.

Só não mudaram as inundações; são as mesmas ou peores que as de antanho.

Mas é tempo de entrar em materia. E, antes de dizer de onde veiu a imagem de S. José, justo é lembrar a casa, em que vai ser recolhida, e em cujo adro se celebravam outr'ora pomposas festas, a que se dignavam de assistir os vice-reis.

Vale a pena transcrever parte da escriptura, pela qual foi doado o terreno para a factura do sanctuario erguido ao Espirito Sancto: "Saibam quantos este publico instrumento de escriptura de dote e doação para essa capella virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sete contos e quarenta e cinco annos, ao depois do dia do nascimento, aos vinte e sete dias do mez de dezembro do dicto anno, nesta cidade do Rio de Janeiro, na rua dos escrivães em pousadas de Aenryque Corrêa da Costa, onde eu tabellião fui vindo e sendo ahi appareceram presentes Aenryque Corrêa da Costa e sua mulher Antonia Maria de Jesus, que reconheço serem os proprios aqui nomeados e logo por elles ambos e cada um *per sy ensolidun* me foy dito que os moradores da Bica do Marinheiros intentavam erigir uma capella, com a vocação do Divino Espirito Santo, no dito logar, em terras da chacara delles sobreditos, junto á estrada geral que vae desta cidade para a terra firme, para bem commum dos ditos moradores e mais andantes e para aproveitamento das almas ouvirem missa com suas familias pela distancia que vae desta cidade e que para o seu aproveitamento e seu uso de Deus não têm elles sobreditos duvida alguma que nas terras da dita sua chacara que possuem na dita paragem *livre* de foro nem outra alguma pensão que a houveram por titulo de arrematação no Juizo dos ausentes desta mesma cidade e partem de uma banda com terras da viuva Maria de Souza, digo, com terras do padre José Rodrigues da Costa, e da outra, com terras da viuva Maria de Souza, se faça a dita capella tomando-se para isso o terreno necessario, para o que desde logo fazem doação e dotam as terras da dita chacara no valor de cem mil réis", etc.

A escriptura é formada pelo tabellião Custodio da Costa Gouvêa e assignada pelos doadores e pelas testemunhas Antonio da Rocha Machado, muito conhecido nos livros de fóros da Municipalidade e por Domingos dos Santos Soares.

A provisão episcopal de 20 de Janeiro de 1746 auctorizou a construcção da capella. Pouco depois começaram as obras. Edificio acanhado e mesquinho, foi, porêm, pelo governo escolhido para séde de uma nova freguezia (Decreto n. 1.255, de 8 de Julho de 1865, com terrenos desmembrados das parochias de S. Christovam, Sancto Antonio e Engenho Velho. A inauguração teve logar em 17 de Janeiro de 1866. Foi primeiro vigario o padre Venancio Lins Tello Barreto.

A Irmandade regia-se pelo compromisso approvado pela carta imperial de 7 de Julho de 1860 e provisão do diocesano de 19 de Julho de 60.

Lendo este compromisso, noto as seguintes curiosidades: Art. 3°. O altar que está do lado da Epistola é dedicado á Imagem do Senhor Bom Jesus de Mattosinhos, que possue como fundo patrimonial a quantia de um conto e quinhentos mil réis, valor por que foi vendido o predio n. 28 de Mataporcos, que lhe pertenceu como compra. Art. 4°. O altar que está ao lado do Evangelho é dedicado á Imagem da Senhora da Lapa, que tambem, por doação, tem duas moradas de casas no antigo becco dos Cachorros, cujo direito se acha em litigio.

Entre antigos bemfeitores destaca-se José Eloy Xavier, casado com d. Caetana Benedicta de Brito.

Em consequencia de divergencias na Irmandade, foi esta entregue por ordem do arcebispo d. João Esberard a uma commissão regedora, que tomou posse em 29 de Agosto de 1896. Durante a gerencia desta commissão, foi demolida a egreja velha e feita a capella-mór até o arco-cruzeiro e a sacristia. A inauguração do novo edificio realizou-se nos dias 14, 16 e 18 de Dezembro de 1898.

Pararam as obras, sendo depois construidos os baldrames. Houve nova suspensão de trabalhos. Em 30 de Agosto de 1908 foi a matriz transferida para a nova egreja de S. Joaquim, erguida na rua de S. Christovam.

Em 29 de Septembro de tal anno, por deliberação do nosso Eminentissimo Prelado, procedeu-se á eleição da Irmandade. A nova administração tem trabalhado com ardor, e em breve entregará ao culto a egreja concluida. Não está destinado logar condigno para o meu venerando patrono.

Em Fevereiro do corrente anno, o Illustrissimo e Reverendissimo Cabido doou á Irmandade de Mataporcos bellissima imagem de S. José, pertencente á Cathedral Metropolitana. Foi intermediario dessa offerta o illustrado e circunspecto monsenhor José Maria Bueno da Rosa.

Teria esta imagem pertencido aos Carmelitas, primeiros donos do templo em que, desde 1808, funcciona a hoje Archicathedral? Não. Quando os religiosos do Carmo deixaram sua egreja, para dar logar ao Cabido, levaram tudo quanto lhes pertencia: imagem, alfaias, ornamentos, etc.

Seria essa a imagem de S. José, trazida pelo Corpo Capitular, quando trocou sua séde do Rosario para a egreja dos referidos Carmelos? E' quasi certo.

Já no tempo de d. João VI, S. José occupava na Cathedral um altar do lado do Evangelho. Nesse altar, ou capelas

como então se diziam, foram depositadas duas bandeiras francezas, tomadas em Caiena aos Francezes, bem como uma imagem de N. Senhora da Victoria, trazida daquellas paragens.

Seja como fôr, a imagem doada á egreja do Espirito Sancto de Mataporcos é presente de valor, por sua belleza e antiguidade. Verdadeira reliquia artistica, será bem guardada pela Irmandade, a que foi offerecida.

E assim o sancto do meu nome teve mais um sanctuario, onde receberá a veneração tradicional que lhe votou, vota e votará a população crente e devota desta cidade.

Domingo, 19 de Março de 1911.

PRINCIPE MALLOGRADO

Pela terceira vez, em 27 de Março de 1821, presenciava o povo desta cidade as pomposas ceremonias do baptizado de um principe nascido no Brasil.

Refiro-me a d. João, principe da Beira, primeiro filho varão do principe d. Pedro, depois primeiro imperador, e de d. Maria Leopoldina, archi-duqueza da Austria.

Eis como, em seus arroubos de extremado monarchista, se expressou o padre Luiz Gonçalves dos Santos. Tractando em suas *Memorias do Brazil* e referindo-se ao anno de 1821, escreveu o douto sacerdote. "Desejava, com o mais vivo ardor, ter a doce satisfacção de concluir as Memorias desta terceira epocha da gloria do Brasil com o nascimento de hum principe brasileiro, o qual herdeiro das virtudes de seu augusto avò, o senhor d. João VI e das de seu serenissimo pai, o senhor principe real, seja tambem herdeiro do throno do Reino Unido Portuguez; com effeito, completaram-se os meus votos; e, desde que se fez público na Côrte que a serenissima princeza se achava no quinto mez da sua gravidação, a minha alma se encheu de júbilo por tão interessante noticia e augurava com uma certa confiança que seria varão o abençoado fructo do consorcio dos nossos principes reaes; mas, como se um grande bem não possa vir, sem que precedam acontecimentos extraordinarios e espantosos, todo o tempo que decorreu na expectação do parto da serenissima senhora princeza real foi esta capital do Brasil agitada por noticias que puzeram os animos tomados em suspensão..."

Refere-se em seguida o reverendo aos successos de 26 de Fevereiro, á revolução constitucional em Portugal e adopção por parte de d. João VI do novo regime.

Afinal, fica-se sabendo que o suspirado pimpolho veiu á luz ás 3 horas da tarde de terça-feira, 6 de Março de 1821.

E termina ainda o padre Luiz: "Eis que nasceu um menino, e nos foi dado por Deus um filho que algum dia sustentará sôbre seus hombros o peso do Triplice Imperio Lusitano!"

Resumindo as Memorias referidas, darei rapida noticia do que então se passou. Mostrarei como, infelizmente, não se cumpriram os bons desejos do respeitavel sacerdote. Assim o quizeram a fatalidade ou, antes, os successos politicos que antecederam á nossa independencia.

O Senado da Camara, desde o dia 10 de Fevereiro, havia tomado as costumadas providencias. Percorreu a cidade o já por mim descripto bando, composto dos vereadores e demais funccionarios municipaes. Ordenava ao povo illuminações e demais provas de regosijo público.

Por sua parte, o bispo d. José Caetano mandava que em todos os templos se entoassem preces pelo bom successo da augusta parturiente.

No citado dia 6 de Março, gyrandolas espocadas no Paço de S. Christovam e em seguida no morro do Castello, annunciaram que o recem-nado viera ao mundo sem novidade.

Em breve, porém, circulou pela cidade que o principe nascera fraco e não teria longa existencia. Foi logo baptizado pelo capellão da Quinta, conego José de Araujo Landim.

Recebeu o principe o nome de João. Aqui entra o padre Luiz Gonçalves em exclamações adubadas de latinorio, etc.

Houve illuminações públicas, que duraram tres dias, as quaes, sommadas ás outras noites por jubilo do juramento da nova Constituição, dão em resultado, com que muito haviam de lucrar os negociantes de velas de cera, cebo ou carnaúba.

"Houve, pois, 12 noites de luminarias nesta Côrte (cousa que jámais se viu no Rio de Janeiro). Na noite do ditoso dia em que este novo astro bragantino despontou no hemispherio austral foi cantado solenne *Te Deum* na Quinta de São Christovam e outro na Capella Real, pontificando o prelado. Prégou o notavel orador franciscano frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio. Assistiu a Familia Real, e em seguida houve beija mão, no Paço da cidade.

Não estavam completas as ceremonias do baptizado. Preciso era fazerem as uncções dos Sanctos Oleos e demais ceremonias do Ritual Romano. Para esse acto fôra designado o dia 26 *de Março*. Tremenda trovoada poz embaraços ao que

o rei determinára. Felizmente o tempo melhorou, e no dia seguinte, 27, o sol mostrou-se radiante e o céo limpo de nuvens. Foram então mais felizes os nossos antepassados. Não tiveram, como nós agora, aguaceiros repetidos, que fazem do Rio de Janeiro verdadeira Veneza, por cujos canaes boiam restos de arvores, lixo, barro e animaes mortos. Taes enxurradas até fazem lembrar as aguas da noite de Fevereiro de 1811.

Na Capella Real não entrava o *zé povinho*. Este contentava-se vendo as colchas de damasco pendentes das janellas, as embarcações embandeiradas e a passagem dos coches conduzindo fidalgos e gente de sangue azul, bem como apreciando a formatura das tropas.

Bimbalhavam os sinos, e o foguetorio casava-se com os tiros de polvora sêcca, dados pelos navios surtos no porto. A's 5 horas, começou a saïr do Paço o prestito em direcção á Capella Real. Sob o pallio era levado o principe nos braços do conde de Louzã. Grandes do Reino sustentavam as ricas varas do mesmo pallio. Deante deste caminhavam os avós do menino real, seus padrinhos, e, após, seguiam-se d. Pedro e sua esposa. Na porta da Capella, paramentado de roxo, bem como todo o Cabido, aguardava o sequito o bispo diocesano.

Romperam a musica agradaveis symphonias. Prescindindo de minucias do ritual, basta dizer que o principe recebeu os nomes de d. João Carlos, Pedro, Leopoldo, Olegario da Encarnação Francisco Xavier de Paula Miguel Rafael Gonzaga.

Em seguida, houve *Te Deum*, novas gyrandolas, salvas de alegria e repiques de sinos.

O que ahi fica não é a decima parte do que escreveu o padre Luiz Gonçalves, que por qualquer cousa derramava lagrimas e para tudo tinha apostrophes bombasticas de verdadeiro *chaleirismo*, como hoje se diz, sempre com citações tiradas da Biblia.

Dispenso-me de dar a lista dos agraciados por tão fausto acontecimento. Quem a quizer lêr, abra a pagina 417 das *Memorias do Brasil*, ou recorra ao jornal official do tempo. Della, porém, destacarei o nome do illustre medico pernambucano, conselheiro José Corrêa Picanço, cujo nome está ligado á historia da nossa Faculdade de Medicina. Obteve o titulo de barão de Goianna.

Vejamos o reverso da medalha e a sorte desse principe, fallecido onze mezes depois.

Precipitavam-se os acontecimentos, a separação do Brasil da mãe patria. As Côrtes portuguezas, por suas medidas vexatorias, escorregavam sem o querer para esse desenlace, que vinha desde a partida do rei, em Abril de 1821.

Quizeram ellas obrigar o pirncipe d. Pedro a regressar ao reino. Em 9 de Janeiro de 1822, dava-se o *Fico*. Caminhava a revolução separatista, revolução que estava em todos os corações brasileiros e até mesmo em muitos nascidos em Portugal.

Conspirava-se na Maçonaria, nos clubs politicos, nos conventos e até entre a arraia miuda.

Em meio dessa effervescencia, o general Jorge de Avilez propoz-se, sem criterio algum, a obrigar d. Pedro a obedecer aos decretos das Côrtes Portuguezas. O que seguiu é de todos bem sabido. O principe, auxiliado pelos patriotas, faz Avilez e suas tropas embarcarem para Portugal. Estava vencida a primeira difficuldade para a independencia. Era questão de tempo.

Pois bem. Temendo a lucta provavel que se ia travar e o choque dos partidos prestes a explodir, d. Pedro julgou conveniente fazer partir a familia para a fazenda de Sancta Cruz. A longa viagem, o calor do tempo, exerceram nefasta influencia sobre o debil temperamento do principe d. João. Longe do pae, falleceu elle em 4 de Fevereiro de 1822.

Foi o cadaver embalsamado, com todas as honras principescas conduzido ao Convento de Sancto Antonio e depositado em uma das capellas do claustro. Ainda ha poucos annos lá encontrou o meu amigo Ernesto Senna o caixão de chumbo (completamente abandonado) que encerra os restos desse principe mallogrado!

E' curiosa a carta que, em 14 de Fevereiro, d. Pedro dirigiu a d. João VI, narrando o procedimento da Divisão Auxiliadora, da qual era chefe Avilez.

"Meu pae e Meu Senhor. Tomo a penna para dar a v. magestade a mais triste noticia do successo que tem dilacerado o meu coração.

O principe d. João Carlos, meu filho muito amado, já não existe. Uma violenta constipação cortou o fio de seus dias. Este infortunio é fructo da insubordinação e dos crimes da Divisão Auxiliadora.

O principe já estava incommodado, quando esta soldadesca rebelde tomou as armas contra os cidadãos pacificos desta cidade; a prudencia exigiu que eu fizesse partir immediatamente a princeza e as crianças para a fazenda de Sancta Cruz, afim de as pôr ao abrigo dos successos funestos, de que esta capital podia vir a ser theatro.

Esta viagem violenta, sem as commodidades necessarias, o tempo que era mui humido, depois de grande calor do dia, tudo enfim se reuniu para alterar a saude de meu caro filho, e seguiu-se-lhe a morte:

A Divisão Auxiliadora foi a que assassinou o meu filho, e neto de v. magestade. Em consequencia é contra ella que levanto a minha voz. Ella é responsavel, na presença de Deus e de v. magestade, desse successo, que tanto me tem affligido e que egualmente affligirá o coração de v. magestade.

Os habitantes desta cidade me têm dado as provas as mais decisivas do afêrro á minha pessoa. Elles me têm testimunhado a dôr mais profunda pela morte do principe. Cresceu o seu odio contra a Divisão Auxiliadora, e jámais soffrerão a entrada de alguma outra tropa portugueza".

Em seguida diz que o povo é constitucional. Não quereria governar um povo que não amasse sinceramente a Constituição. Termina assim: "Creio que a Constituição faz a felicidade do povo, mas creio ainda mais que ella faz a fortuna do rei e do Govêrno. Si o povo é infeliz, onde não ha Constituição, o rei e o Govêrno ainda são mais infelizes. Só os velhacos acham seu proveito em govêrno sem Constituição". E pede ao pae que esta carta seja mostrada ás Côrtes!

Passam os annos. D. Pedro abdica a coroa do Brasil e vai encontrar em Jorge de Avilez Juzarte de Sousa Tavares poderoso sustentaculo da causa de d. Maria II. Jorge é feito primeiro conde de Avilez, primeiro visconde do Roguengo e fallece como par do Reino.

Domingo, 26 de Março de 1911.

INUNDAÇÕES

Com relação ás ultimas e assustadoras enxurradas, está na ordem do dia a consulta a abalizados profissionaes. Sem competencia para metter o bedelho em seára alheia, pretendo hoje, com ajuda dos alfarrabios, mostrar que em materia de inundações, vem de muito longe o caiporismo carioca.

E' fóra de dúvida que tão difficil problema já occupou o espirito da Engenharia colonial, e que medidas propostas ha um seculo, apezar de todos os progressos, carecem ainda de definitiva solução.

São bem conhecidas as condições topographicas desta nossa cidade de S. Sebastião. Está ella situada em grande parte abaixo do nivel do mar e encravada em immensa bacia limitada por uma série de morros, cujos nomes não é mister citar.

Que foi mal escolhido o actual morro do Castello para segundo assento da cidade, factos posteriores encarregaram-se de mostrar. A necessidade de expansão commercial e agricola fez com que os primeiros povoadores procurassem fixar residencia na varzea ou planicie. O morro foi pouco e pouco sendo abandonado.

O exodo deu-se logo depois dos primeiros annos, como provam as sesmarias concedidas no bairro da Misericordia e ao longo da praia de Manuel Brito.

Os primeiro moradores encontraram vastas lagôas, que só paulatinamente e muito tarde foram aterradas. As primeiras ruas abertas sem nivelamento apresentavam em seu centro vallas e valletas para dar vasão ás aguas das chuvas caïdas dos morros do Castello, Sancto Antonio e Conceição. Deste modo, as inundações eram sanadas pelo exgôtto para o mar. Tal foi, em principio, a rudimentar canalização das aguas pluviaes.

Além da grande valla da cidade, que corria na direcção da actual rua Uruguayana, outras havia na rua do Carmo e na actual rua Septe de Septembro, conhecida pelo nome de Cano. Este foi mais tarde aproveitado para conductor de pedra, que levava a agua da Carioca ao primeiro chafariz da praça do Carmo no local em que está hoje a estatua do general Osorio. Nas referidas vallas, notavam-se pontes de madeira, que permittiam a passagem de um lado da rua para a banda fronteira. Li algures que uma dessas pontes caíra em ruinas e occasionou desastre em um sujeito, que, em noite escura, procurava atravessa-la.

Na rua hoje Septe de Septembro tenho noticia de duas pontes: uma perto do canto de Lucas do Couto (rua da Quitanda) e outra mais acima, de D. Maria de Mello. Na carta em que o Conselho marcava sitio para a cêrca do Convento dos Carmelitas falla-se em um ribeiro, que atravessava os respectivos terrenos.

Com o augmento da cidade vallas e pontes desappareceram, e desde então se tornaram frequentes as inundações. Tal difficuldade ficaria em parte sanada, si por ventura se realizasse a idéa do governador Duarte Corrêa Vasqueannes, que no Conselho propunha a abertura de profundo canal que, partindo da praia da Carioca, viesse terminar na Prainha.

Por falta de dinheiro essa idéa aventada em 1646 não teve realização. Para melhor defesa da cidade, tractou-se de estabelecer a fortaleza da Lage. Mais tarde, em 1726, Luiz Vahia Monteiro mostrou á metropole a necessidade de se abandonar a construcção do muro da cidade e cavar-se um dique que, tornando a cidade ilhada, melhor serviria para sua defesa.

Dizia esse governador que tal canal ou dique começaria na praia da Gloria e devia terminar na Lagoa da Sentinella e mangues de S. Diogo. Era um isthmo de 700 braças, facil de ser cavado, pois tudo eram alli terrenos arenosos. A metropole não deu importancia a tal proposição. Ora, si isto se tivesse levado a effeito, quanto dinheiro não se teria poupado? O mar entraria por uma porta e saïria por outra. Os rios poderiam desaguar no tal dique e não seria preciso o célebre canal do mangue, com que tanto e tanto se tem gasto. A engenharia moderna não suaria o topete para remover difficuldades accumuladas durante tantos lustros. Com o ouro e productos do Brasil enriquecia a metropole, e os colonos que se apertassem. Até para defesa do paiz concorreram elles muitas vezes com o seu dinheiro, serviços de escravos, materiaes e mão de obra. Não estou phantasiando. As fortificações do Rio de Janeiro foram por esse modo quasi em sua maior parte construidas.

As cousas continuaram como d'antes, e os Cariocas continuaram a soffrer as calamidades das enxurradas. Tirassem os sapatos, arregaçassem as calças e, em casos de apuros, usassem de canoas, como aconteceu no tempo das aguas do Monte. Tudo exactamente como hoje!! Quem é pobre não tem luxo.

Nesse tempo (Fevereiro de 1811) já estava no Rio de Janeiro a Familia Real, e o principe regente residia em São Christovam, na quinta, que lhe foi offerecida pelo negociante Elias Antonio Lopes. O cataclysmo não respeitou a régia habitação. O rio Pituba, dos Cachorros ou de S. Pedro e hoje da Joanna saïu fóra de seu leito e inundou a Quinta da Boa Vista. O principe assustou-se por ver a attitude temerosa do Pituba, que ainda hoje repete a graça, e, passados os dias de terror, tractou de mandar estudar a causa das *Aguas do Monte*.

Foi encarregado desta importante missão o engenheiro João Manuel da Silva. Antes de passar adeante, cumpre apresentar ao leitor este profissional. Foi elle quem deu a planta do edificio do theatro S. João, hoje S. Pedro de Alcantara. Assentou praça em 1782. Em Julho de 1808, foi promovido a coronel. Subiu ao posto de brigadeiro graduado em Fevereiro de 1818, e a effectivo em Maio de 1819. Serviu os cargos de inspector do Real Corpo de Engenheiros e director do Real Archivo Militar. Na lista dos governadores de Moçambique, publicada por Pinheiro Chagas, no *Diccionario Popular*, encontro o nome de João Manuel da Silva occupando em 1821, o logar de representante do rei naquella Provincia Ultramarina. Por ahi se vê que era elle homem de reputação firmada e de conhecimentos scientificos.

A prova temo-la no relatorio apresentado em 4 de Julho 1811, accompanhado de uma planta topo-iconographica, possuido pelo dr. Pires de Almeida: o primeiro foi reproduzido no *Jornal do Commercio* de 23 de Agosto de 1894. Em curioso estudo sôbre o regimen superficial das aguas do Rio de Janeiro, junctou o dr. Pires de Almeida o referido relatorio. Peço, pois, venia a este distincto homem de letras para resumir o que escreveu o engenheiro Silva, cujas opiniões têm ainda hoje cabimento, quando se tracta de inundações.

E' de lastimar que o dr. Pires de Almeida, como prometteu, nunca reproduzisse a preciosa planta. Nesta, viam-se notadas as differenças de niveis, que uns sitios têm a respeito de outros, e todos relativos á "preia-mar" das luas novas e cheias e a um plano horizontal, chamado plano de comparação, que o engenheiro João Manuel suppunha passar a 100 pollegadas acima do ponto A, na rua de S. Pedro da Cidade Nova. A simples vista da planta faz ver que o ponto A está elevado sôbre o nivel das aguas na preia-mar de 99 pollegadas, que o Campo de Sanct'Anna de um lado estava mais alto do que o dicto ponto A, 16 pollegadas, isto é, 115 pollegadas elevado sôbre o nivel do mar, e que o teso que atravessa a cidade desde o morro de Sancto Antonio até ao da Conceição, entre as ruas da Valla e dos Ourives, esta de nivel com a parte mais elevada do Campo.

Egualmente se vê que, desde o Campo até a rua dos Ourives, cousa de 400 braças, o terreno é quasi de nivel. A rua da Valla, aberta na parte mais baixa entre o Campo e a rua dos Ourives, era toda de nivel. Dahi conclue Silva que a valla não podia dar vasão ás aguas, que caïam em uma superficie de 160.000 braças quadradas por um desaguadouro de seis palmos de largo e outros tantos de altura. Este canal de nivel não tinha correnteza e só apresentava quéda para o mar, quando virava para a rua do Aljube. Dahi as obstrucções com terras, immundicies, etc., seguindo-se a esses inconvenientes as inundações de todas as ruas entre o Campo e a rua dos Ourives, a ponto de invadirem as casas e prohibirem o transitar-se pelas ruas, não só durante as chuvas, mas muito tempo depois.

O engenheiro Silva, nesse extenso relatorio, mostra profundo conhecimento sôbre o regime das aguas desta cidade. Dividindo esta em differentes zonas, indica com precisão os diversos escoadouros, que deviam a ellas dar saïda com facilidade — estas para o mar, aquellas para S. Diogo, umas para a Gloria, outras para o Vallongo.

Propunha a abertura de canaes, o aterro e nivelamento de terrenos baixos e pantanosos, e tractava de corrigir a di-

recção que até então tinham as aguas das chuvas. Lembra a construcção do canal do Mangue, idéa só muito mais tarde levada a effeito pelo barão de Mauá. Este canal devia ter duas comporiazinhas "afim de se limpar com as suas mesmas aguas, as quaes, fechando-se na preia-mar, se abrirão na baixa-mar; umas vezes esta operação se fará abrindo uma das comportas, outras vezes a outra."

Nem se exqueceu do aproveitamento das terras tiradas de diversos montes, as quaes muito auxiliaram o trabalho do saneamento da cidade. Prescindindo de outras minucias, não me posso furtar ao desejo de citar os ultimos trechos desse curioso projecto, nos quaes Silva mostra os meios orçamentarios para fazer face ás respectivas despesas. "A maneira e fórma de pôr em práctica este plano de que sómente apresento o esboço, é materia para muitas e differentes memoriaes, e precisa de muitos conhecimentos de construcção, de Hydraulica theorica e práctica e de Economia aquelle que fôr encarregado de o executar: demais, nunca se poderá pôr em practica de modo que haja uma construcção segura e que não perigue a saude publica, a não ser feito pelo poder público, porque a maior parte dos particulares não têm as forças precisas para pôr os terrenos no estado em que a segurança e causa pública os exigem."

Era de opinião Silva, que, para esse fim, fosse feita a creação de uma auctoridade superior, apta a sanear os terrenos pantanosos, que depois seriam vendidos aos particulares por preço commodo, impondo-lhes um fôro annual para conservação das ruas.

Que o principe regente auctorizasse essa repartição superior a abrir um emprestimo de quinhentos mil cruzados a juro de seis por cento "cujo juro e capital será pago por uma imposição posta sôbre o público, que pudéra ser o pagar-se por cada escravo oitocentos réis annualmente, excepto sendo officiaes, porque então pagariam 400 réis por mez, o que faria um fundo de mais de sessenta mil cruzados annuaes". Deste modo calculou o engenheiro com meios, que reembolsariam no fim de 12 annos os fundos gastos nos melhoramentos, havendo sempre um fundo de reserva para os continuar, etc. Finalmente, conclue pelo exposto se deixa ver claramente que só "uma auctoridade publica composta de pessoas que tenham conhecimento de construcção, de Hydraulica, é que póde ser encarregada de tal plano; outrosim, sou obrigado a dizer a bem da segurança e saude publica, que, a não serem dirigidas as obras que requer, esta cidade, por quem tenha os sobredictos conhecimentos, ella experimentará sempre catastrophes eguaes ás deste anno".

Infelizmente tem-se cumprido as previsões. Que vantagens não resultariam para a nossa cidade, si naquelle tempo se puzesse em práctica as medidas lembradas por tão competente engenheiro? Com ellas lucravam (Silva o demonstrou) o Estado e os proprios particulares. Agora é pegar-lhe com trapo quente. O que então seria facil, torna-se difficilimo em nossos dias.

Si João Manuel pudesse resuscitar, veria com magua o desprezo de seus conselhos. E, como o poeta, poderia exclamar: "Desejos sempre vãos, reaes só dores".

Domingo, 2 de Abril de 1911.

RESIDENCIAS

E' de 9 de Abril de 1622 o alvará, pelo qual a metropole ordenava que os governadores do Brasil, acabado o tempo de govêrno, dessem *residencia*.

Este vocabulo é assim definido pelo nosso compatricio e lexicographo Antonio de Moraes e Silva: "residencia, exame ou informação, que se tira do procedimento do juiz ou govêrnador a respeito de como procedeu nas cousas do seu officio, durante o tempo que residia na terra onde o exerceu."

Com o referido alvará quiz, em bôa hora, o Govêrno, sujeitando a exame os actos dos govêrnantes, pôr um dique á prepotencia delles.

Seria efficaz correctivo contra os que em tempos de antanho sustentavam que o *poder é o poder*.

Tal syndicancia desde muito era applicada a empregados de menor categoria. Della não estavam exemptos os proprios Concelhos ou Camaras Municipaes. Uma vez por anno os corregedores da Comarca ou os ouvidores eram obrigados a tomar contas aos eleitos do povo, si estes tinham cumprido com exacção os deveres que lhes eram impostos pelas leis do reino. Chama-se a este inquerito *Correição*.

No *Archivo Municipal*, publicação de documentos organizada de 1894-1897 pelo dr. Mello Moraes Filho encontram-se provas, aqui no Rio de Janeiro, do que acabo de referir.

Nas *Ordenações do Reino* — Primeiro livro — Titulo LX, §§ 1° a 22 estavam estabelecidas as regras, por que se deviam tirar as residencias. E nos Commentarios ás referidas *Ordenações* feitos pelo illustre maranhense dr. Candido Mendes de Almeida, encontra-se uma série de leis com relação ao

assumpto, de que ora me occupo. Apenas lembrarei o alvará de 13 de Janeiro de 1607, no qual se declara que nos crimes de residencia não havia perdão.

Por ahi se vê o rigor, com que se procedia no exame dos actos dos funccionarios publicos. Mais tarde ainda o processo da residencia foi regulado pela provisão de 11 de Março de 1718.

No seu *Jornal do Timon*, o eximio João Francisco Lisbôa allude a essa lei, que consta de trinta e um artigos, na residencia que d. João V mandou tirar de Christovam da Costa Freire, govêrnador e capitão general do Estado do Pará, por Francisco Galvão d'Affonseca, ouvidor geral, o qual devia proceder á syndicancia tanto em Belém como em S. Luiz do Maranhão.

Aqui no Rio de Janeiro o mesmo se deu com Salvador Benevides e Sebastião de Casdas. Creio, salvo melhor juizo, que os referidos alvarás de 1622 e 1718 se tornaram extensivos a todos os govêrnadores do Brasil.

Logo que a provisão fosse recebida seria apresentada á Camara com escrivão de sua escolha.

Pelos logares que lhe parecesse o ouvidor mandaria apregôar a provisão, declarando que ia devassar do procedimento do govêrnador, para que quaesquer pessôas aggravadas o púdessem demandar.

A residencia devia terminar dentro de trinta dias. Durante elles não estava presente na terra o govêrnador; do contrario o processo só começaria depois de sua partida para Portugal.

O govêrnador deixaria procurador, que respondesse ás citações que se lhe fizessem antes da sua partida, e fiança abonada para por ella serem pagas as condemnações que soffresse nas demandas propostas.

Não deixa de ser curioso citar os demais artigos da provisão, e auxiliado ainda pelo referido Lisbôa delles darei resumo. São velharias pouco conhecidas.

O ouvidor devia receber os testimunhos dos officiaes de Justiça e Fazenda, os das Camaras e de alguns homens principaes em número de trinta.

Além desses individuos o ouvidor podia tomar informações extra-judiciaes, sob juramento e segredo.

Regulada a fórma do processo eis os capitulos por que se perguntava:

Si guardou justiça ás partes no que tocava ao seu cargo, ou si por peita, odio ou affeição deixou de a fazer, ou a dilatou.

Si observou com ponctualidade as ordens régias, e em que tempo as recebeu, para que se possa vêr, si retardou a sua execução.

Si impediu aos officiaes de Justiça e Fazenda fazerem seus officios, intromettendo-se no que a elles lhes pertencia, e si chegou a prender ou suspender alguns e por que causa.

Si fez guardar e manter a jurisdicção régia, ou si a deixou usurpar pelos ecclesiasticos e donatarios.

Si tomou-a dos mesmos ecclesiasticos e donatarios ou deu ajuda e favor para isso.

Si deixou de accudir com a sua composição ás "desavenças" suscitadas entre os ecclesiasticos.

Si proveu na guarda e defesa dos fortes e do Estado, nos agasalhados para os soldados, na ordenança e armamento dos mercadores com seus capitães e officiaes.

Si fez guardar a prohibição do commercio e contracto com os extrangeiros e inimigos da Corôa; si comprou fazendas a alguns delles, ou se proveu de mantimentos, ou lhes deu favor e ajuda para entrarem com seus navios nos portos do Estado, e si havendo levantados e corsarios nas costas, deixou de os castigar, podendo aliás fazê-lo.

Si fez arrendar as rendas da Real Fazenda nos devidos tempos, conforme os regimentos; si por menos que valiam, e por que causa e respeito.

Si houve em seu poder algum dinheiro da Real Fazenda e dos cofres de defuntos e ausentes, orphãos e captivos, por que respeito, em que qualidade; si tractou ou negociou com elle, ou o tem em seu poder; si o despendeu e em que; si nos leilões de suas fazendas se guardaram as ordens e regimentos reaes, ou si por auctoridade sua se infringiram, e os damnos que dahi resultaram.

Si fez registar na Camara as suas patentes e as leis e provisões régias.

Si guardou á Camara e aos cidadãos os seus foraes e liberdades, ou pôz na Republica algum tributo novo e desacostumado, sem ordem d'el-rei.

Si foi causa de algum alvoroto ou levantamento no povo ou si, para isso, por medianeiro, ou por si, podendo estorva-los, deixou de o fazer.

Si proveu algumas serventias de officios por particulares respeitosos em pessôas que não eram benemeritas.

Si dissimulou aos ministros da Fazenda e Justiça e a

outros quaesquer officiaes algumas culpas em seus cargos, e os não advertiu e reprehendeu, e porque respeito.

Si outrosim dissimulou com alguns malfeitores e pessôas revoltosas e prejudiciaes, e não procurou que fossem presos e castigados.

Si pediu emprestimos, ou fez compras, trocas ou contractos com algumas pessôas que tiveram requerimentos perante elle, ou si por força e poder de seu cargo obrigou alguem a que lhe emprestasse ou lhe vendesse algumas fazendas contra sua vontade e por menos de seu justo preço.

Si tomou mantimentos ou outras cousas sem as pagar, ou fiadas, contra á vontade de seus donos.

Si mandou que ninguem vendesse mercadorias, até elle govèrnador vender as suas, ou obrigou a que lh'as comprasse, em que fórma e por que preço.

Si fez contractos prohibidos pelas leis.

Si por si ou terceira pessôa os mandou fazer aos logares defesos pela lei, em que tempo e por que causa.

Si fez trabalhar alguns homens livres ou escravos alheios em seu serviço, sem lhes pagar directamente seus salarios.

Finalmente, si viveu com escandalo ou tomou alguma mulher casada e teve tracto illicito com ella, ou si fez alguma força ou violencia ás mulheres, que com elle tivessem negocios.

Este ultimo quesito, pondo de parte os outros, obriga a ligeiro commentario. Tal licção de Moral, recommendada e não seguida pelos proprios monarchas e gente de sangue azul, é muito curiosa e interessante.

Os representantes, no Brasil, do Poder Executivo deviam ser castos e não se entregar a paixões amorosas previstas pelo sexto, nono e decimo mandamentos.

De como elles respeitavam a lei, e sem saïr do Rio de Janeiro, temos o exemplo do marquez do Lavradio, muito dado aos combates cupidineos (estylo antigo); "limpava as ruas e sujava as casas", disse-lhe nas bochechas o doudo Romualdo.

Não sei como este fidalgo podia agradar ás bellas de seu tempo. Feio, sua fealdade era augmentada pela gravata de muitas voltas que enrolava ao redor do pescoço. Por isso o povo deu-lhe a alcunha de *Gravatão*.

Os govêrnadores deviam vir para o Brasil com suas caras metades. Podiam trazer os filhos, mas estes morariam fóra da terra, em que o progenitor exercia a govêrnança. Não cumpriram esta ordem o conde da Cunha e o conde de Re-

sende, cujos filhos se tornaram célebres pos suas façanhas. Pareciam ter o rei na barriga, e á sombra dos paes se tornaram odiosos ao povo. Creio mesmo que entravam em batotas e negociatas de grandes lucros. Exerceram plenamente o que em nossos dias se chama *advocacia administrativa.*

Para os muitos letrados que fossem servir no Brasil acconselhava a carta régia de 3 de Fevereiro de 1615 "levariam suas mulheres consigo, pois a viagem é facil e a terra muito accommodada para nella se viver".

Não podiam (é bôa), de fórma alguma, casar no Brasil. Mais tarde foi-lhe isto permittido mediante licença do rei, sob pena de serem riscados do serviço, suspensos e remettidos logo para o reino pelos govêrnadores.

Ora, para o célebre Thomaz Antonio Gonzaga esse rigor foi um bem e tambem um mal. Apaixonado por sua bella Marilia pediu-a em casamento ao tio e tutor João Carlos da Silva Ferrão. Estava o poeta despachado desembargador para a Bahia. Mandou pedir a necessaria licença para o casorio. Demorava-se o *placet* régio, e enquanto não vinha, o letrado compunha versos e bordava o vestido da noiva. Diz o dictado que o melhor da festa é esperar por ella. Este viver "em socego" e cheio de lyrismo deu em droga.

Si não fôra a maldicta demora, Gonzaga teria casado, seguiria o seu destino. Elle e Marilia viriam passar a lua de mel aqui, no Rio de Janeiro, e depois embarcariam para a cidade de Thomé de Sousa em navio de vela. A *sorte mal segura deste mundo* não permittiu esta aurora de felicidades, Gonzaga foi incluido no número dos inconfidentes, veio preso e daqui seguiu degredado para terras africanas. Lá casou com d. Juliana de Mascarenhas e exqueceu a adorada Mineira. Esta por seu turno não se matou. Viveu muitos annos, envelheceu e tambem se arranjou da melhor maneira.

Mas é tempo de concluir. Os que govêrnavam o Brasil, salvo honrosas excepções, foram sempre propensos ao despotismo. Caprichosos, ignorantes, duros, rudes e incultos, acima da lei estava a vontade absoluta delles. Consta isto de milhares de exemplos, patentes em nossa Historia. As residencias não lhes serviam de embaraço. Bastava terem a protecção do Conselho Ultramarino, e tudo se accommodava da melhor fórma.

A infracção constante dos outros artigos das "residencias" dariam assumpto para volumes. Para tanto me faltam tempo e habilitações.

Domingo, 9 de Abril de 1911.

CALÇAS E SAIAS

A acção passa-se em uma madrugada de Domingo de Paschoa. Havia festa na fazenda. Já os gallos tinham no terreiro cantado por mais de uma vez, e os folguedos promettiam ir longe. O amphytrião, amolado por tantos fandangos, chôro de violão, cantatas ao desafio, jogos de prendas, etc., julgou acertado pôr agua na fervura. Chega á porta da varanda, bate palmas e aos convidados dirige peremptoria intimação. Meus amiguinhos, disse, é tempo de ir á deita: *saias acima, calças abaixo*. Com isto queria dizer, que donas e donzellas encontrariam camas no sobrado, e no pavimento inferior os representantes do sexo feio.

Ora, mal sabia este ingenuo casca-grossa que muitos annos depois esse seu abreviado convite serviria de lemma a dous partidos, que no seculo XX se degladiam pró e contra o uso das saias-calções. Reina a discordia nos campos de Agramante, ou melhor, da moda sempre cheia de altos e baixos, a qual das formidaveis saias balão gradativamente passam aos *sans dessous* e aos vestidos *entravés*.

Sustentam uns que o novo vestuario é lindo, elegante, *up to date*, hygienico e não sei que mais. Clamam os opposicionistas que a novidade é indecente, anti-economica, exaggerada, immoral. Que as senhoras assim vestidas assemelham-se ás odaliscas do harem. Não parecem filhas de Christo, antes devotas de Mafoma ou Mafamede, como diziam os antigos. Em resumo, recordam o epitheto de pseudo cascudos dado pelos nossos caboclos aos Portuguezes. *Emboabas* diziam elles.

Para evitar conflictos, vias de facto, apupadas e desordens, o imperador da Allemanha cortou o nó gordio. Prohibiu terminantemente em seus vastos Estados o uso das saias-calções. Ora ahi temos um monarcha, que se diz progressista, mais intransigente que o feroz intendente de policia Pina Manique, creatura do marquez de Pombal e depois seu acerrimo inimigo. O tal Manique, perseguidor dos pedreiros livres e de tudo quanto cheirava a liberalismo, quanto ás modas mostrou-se muito mais accommodado, muito mais benigno que o representante da nossa Policia civil, o qual, devendo defender uma dama do trote de alguns desoccupados, prendeu-a e levou-a á presença da auctoridade. Infringiu assim o titulo 18°, do Livro 5° das Ordenações do Reino, ainda em muitos pontos em vigor aqui no Brasil.

Fechado o parentheses, volto ao Pina Manique. Em 1804, usavam em Lisbôa vestuarios exaggerados. Por aviso de 17 de Março, o intendente só não queria trajes que offendessem a decencia e a moral de seus jurisdicionados. Esta tolerancia foi até certo ponto entre nós seguida. A rainha Carlota e a nossa primeira imperatriz montavam a cavallo como homem, tal como as nossas modernas cyclistas.

Tivemos aqui a distincta parteira Durocher, a voluntaria da patria Jovita Feitosa, que depois se apunhalou apaixonada por um subdito de sua magestade britannica.

E ellas, uma e outra, pela singularidade de suas vestes nunca foram vaiadas como jámais o foram as vivandeiras, respeitadas pelos maiores homens de guerra. Ora ahi estão exemplos em favor das saias-calções. Si assuadas contra homens constituiam crime punido pelas leis de antanho, o que não deve acontecer aos que selvaticamente maltractam damas por palavras e obras?

A differenciação dos sexos foi sempre assumpto de cuidado de todos os legisladores. Como ainda ha dias recordou o conde de Affonso Celso, as Ordenações Philippinas, que marcavam penas para os que vestissem roupas de mulher e contra as que usassem vestes do sexo barbado. E que penas? açoutes e degredo para a gente do *zé povinho*, e exterminio para Africa para os escudeiros e outras personagens de maior gerarchia.

Esta lei nem sempre foi respeitada, e as transgressoras tiveram até elogios e recompensa. Sem saïr da nossa historia apresentarei alguns exemplos. Para sustentarem a causa do prior do Crato vieram ao Rio de Janeiro navios francezes. O govêrnador Salvador Corrêa andava por fóra no reconcavo com toda a gente valida. A esposa do govêrnante, vendo-se em apuros, mandou accender fogueiras nos morros da cidade. Vestiu as mulheres de homem, deu-lhes chapeus desabados, arcos e flechas. Os Francezes julgavam a cidade bem fortificada. Não quizeram dúvidas e puzeram-se ao fresco.

Para melhor combater os corsarios que atacavam o navio que conduzia o ex-govêrnador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, d. Rosa Maria de Siqueira vestiu-se de marinheiro. D. Maria Ursula de Abreu Lencastre foge aos 18 annos da casa paterna; assenta praça de soldado, vai para a India, onde, durante 13 annos, combate com galhardia; afinal teve baixa e casou com Affonso Teixeira Arraes. Foi elogiada por d. João V e deste obteve pingue e lucrativa remuneração. Ainda mais — d. Maria de Jesus tomou parte

activa na guerra da Independencia. A escriptora viajante Maria Graham elogiou os feitos desta heroina. E na obra publicada por aquella Ingleza, muito da intimidade de lord Cochrane, lá está o retrato de d. Maria de Jesus Fraga, de pantalonas, fardete curto, espadagão á cinta, e á cabeça immensa barretina encimada por monstruoso pennacho egual aos que, no meu tempo de menino, trazia o Pedro Cabral e outros balisas dos batalhões de infantaria da antiga Guarda Nacional.

Si as leis fossem cumpridas á risca, as mulheres não poriam o pé em ramo verde. As que vendessem em logar público não podiam ter em sua companhia moço *ou qualquer outra pessôa do sexo masculino*. Com ellas não podiam os homens fallar nas egrejas. Era-lhes prohibido andarem nas ruas, rebuçadas. Entretanto, aqui, a mantilha foi por muito tempo traje da moda; só mais tarde ficou monopolizada pelas velhas e pobres, as chamadas *baratas*.

Em 1703 o bispo do Rio de Janeiro, d. Francisco S. Jeronymo, dá conta á metropole da soltura com que as mulheres costumavam andar de noite. Ouvido o procurador da Corôa, disse ser louvavel o zêlo do prelado. Não se poderia isto evitar sem muita perturbação da *Republica*, porque a pobreza de muitos moradores, de noite, os obrigava a sólicitarem o sustento, ora comprando o que comem e ora carregando a agua que bebem; que tal perturbação tinha se dado na Bahia, quando o arcebispo d. frei Manuel, govêrnador interino, ordenou ás rondas prendessem todas as mulheres, que encontrassem de noite. Que o facto de uma mulher andar de noite não era peccado. Que para as dissolutas havia remedio nas *Ordenações*. Competia aos "quadrilheiros" dar execução á lei. Com este parecer conformou-se o Conselho Ultramarino e tambem o rei.

Sôbre vestuarios escusado é lembrar a célebre lei da "pragmatica" lavrada por Pombal. Este até se immiscuia na vida privada das viuvas. Não podiam ficar encerradas em quartos escuros, nem dormir em camas rasas, nem ficar por muito tempo reclusas. No fim de oito dias seriam abertas todas as janellas da casa, além de outras particularidades, e tudo sob pena de pesadas multas pecuniarias.

Quanto aos casamentos, é curiosa a lei de 19 de Agosto de 1761. Marcava o número de convidados, o *quantum* dos presentes que o noivo podia dar á noiva e o número de vestidos que ella podia mandar fazer. A lua de mel não podia ser passada na Côrte, mas em local distante pelo menos

duas legoas. E só podiam os pombinhos voltar *dez dias* depois da primeira noite do casorio!

Mas o maior rigor era para as escravas. Já em 1606 lhes era prohibido usarem hollandas, sedas e cambraias; isto para não excitar os enthusiasmos dos rapazes do tempo. Para saber como esta lei foi cumprida basta lêr o *Peregrino da America* e as longas tiradas sôbre costumes da auctoria de Balthasar Lisbôa. Tal lei foi por muitas vezes recommendada, prova de que era sempre infringida. Haja vista um alvará de 1729.

Nesta questão de saias-calções, vem a calhar o caso da preta Maria, cozinheira do padre Diogo Carvalho da Costa, vigario interino em S. João da Barra. Apezar da castidade e vida exemplar do sacerdote, escreveu o major Fernando José Martins, divertiam-se os maldizentes, particularmente com detrimento de sua reputação. E' bem verdade que Maria, em suas travessuras, dava aso ás murmurações. Algumas noites, para divertir-se, vestia a samarra do padre, enfiava as calças deste, ia fazer "de diabo ou alma do outro mundo" para as bandas do curral, logar mui frequentado da marinhagem.

Veio o padre Carvalho a saber do que se fallava a respeito delle e de Maria. Annunciou predica para o Domingo seguinte. Tal resolução causou pasmo a toda gente, porque nunca em sua vida o coadjutor tinha subido ao pulpito. Era de muita edade e de poucas letras.

Eis o exordio do sermão annunciado: "Ora todos se hão de admirar de me verem neste logar. Uma vez é a primeira. Nas roças de Francisco Pereira, na Ilha Grande, deu a lagarta. A cheia levou a cêrca do quintal do padre Furtado. E estas doenças das *caxumbas*, que andam agora, tudo isto é castigo de Deus, por causa das más linguas. Quem se mette com a vida do proximo está de pés e mãos no inferno." Continúa o padre fallando sempre sôbre a maledicencia. E sôbre a Maria nem palavra. Ora ahi têm os defensores da *jupe culotte* um bom argumento. Foi á cozinheira Maria que coube a prioridade incontestavel do uso da saia e calças, foi ella a primeira a pôr em uso a tal moda agitadora do mundo hodierno.

Si toga de magistrado e advogado, beca de medico, batina de padre e todas as roupas talares parecem mais trajes femininos do que de homem, foi Maria a primeira a provar que assim vestida tinha pelo menos a agilidade de pular muros sem offensa á Moral e até de fingir de diabo ou alma

de outro mundo, só com o intento de *assustar* velhos lobos do mar.

Arriscava-se, porém, a tomar alguma sova de páo. Si tal aconteceu nem eu o sei, nem a chronica me exclarece.

Domingo, 16 de Abril de 1911.

D. JOÃO VI

1821 - 1826

Ficou finalmente, em Abril de 1821, resolvido o regresso da Familia Real para Lisbôa. Permaneceriam, no Rio de Janeiro, o principe real d. Pedro, a esposa e os dous filhos: d. Maria da Gloria, aqui nascida em 4 de Abril de 1819, e o principe da Beira, d. João, que viera ao mundo em 7 de Março de 1821.

Sendo o dia 25 daquelle mez anniversario natalicio da rainha d. Carlota, deliberou d. João VI não dar beija-mão. Recolheu-se na vespera a bordo da náo capitanea, que o devia conduzir á antiga séde da monarchia portugueza.

Compunha-se a esquadra da náo *D. João VI*, que, commandada pelo capitão de mar e guerra Joaquim Epiphanio da Cunha, levava a bordo o conde Vianna, commandante geral da frota; da fragata *Carolina*, commandante o capitão de fragata João Bernardino Gonzaga; da charrúa *Orestes*, commandante capitão-tenente Antonio Joaquim do Couto; da charrúa *Princeza Real*, commandante o capitão de mar e guerra Pedro Antonio Nunes; da charrúa *Conde de Peniche*, commandante o capitão de mar e guerra Antonio Corrêa Manuel; da corveta *Voadora*, commandante o capitão-tenente José Grgeorio Prego; do brigue *Reino Unido*, commandante o capitão-tenente Theodoro de Beaurepaire; do hiate real, commandante o capitão de mar e guerra Pio Antonio dos Santos; da nau *Quatro de Abril*, commandante o capitão de fragata João Nepomuceno Brandão, da nau *Grã Cruz de Aviz*, commandante o capitão de fragata Torquato Martiniano da Silva; da nau *Phenix*, commandante o capitão de fragata José Pedro Alves; e da nau *Sete de Março*, commandante o capitão de mar e guerra Antonio Bernardo de Almeida.

Pela manhã de 26 de Abril levantava ferro a esquadra e lentamente deixava as aguas da nossa bahia. A' proporção que ia perdendo de vista as nossas verdejantes montanhas, d. João VI, dizem, derramava lagrimas de saudade.

Aos seus cortezãos dizia entre soluços, que no Brasil fôra realmente rei, que o nosso clima era o melhor do mundo; que, si não fossem razões politicas, nunca abandonaria este bello paiz, onde era querido e respeitado e passára o melhor tempo de sua vida.

A rainha d. Carlota Joaquina, pelo contrario, ia radiante. Dizia que, em chegando a Lisbôa ficaria céga; porque tinha vivido treze annos no escuro, só vendo negros e mulatos. Ao chegar a Lisbôa lançou ao mar os sapatos que levava do Rio de Janeiro. Não queria pisar as ruas de Lisbôa, levando na sóla do calçado terra do Brasil. Não admira. A trefega filha de Carlos IV de Hispanha e ermã do célebre Fernando VII tinha visto dissiparem-se, como o fumo que o vento leva, seus projectos ambiciosos de fundar para si uma monarchia em terras do Rio da Prata.

A epileptica, que tomava nitro em quantidade para mitigar os ardores de seu temperamento, aninhava todavia em seu espirito projectos, que mais tarde foram realizados pelo filho e mui conhecido d. Miguel.

Depois de longa viagem chegou a esquadra real a Lisbôa em 3 de Julho. D. João foi recebido como monarcha constitucional. Jurou a Constituição, e até certo poncto representou menos mal o seu papel.

Soffreu desgostos, quando viu que o Poder Legislativo desterrou os seus mais queridos cortezãos. D. Carlota dissimulou a principio. Acceitou a nova ordem de cousas, facto que muito admirou aos liberaes. Depois, não quiz jurar a Constituição. Valeu-lhe ser desterrada, pena pouco duradoura, graças ás façanhas de d. Miguel. Este, como é sabido, emprehende a chamada campanha da Villafrancada. A' testa de tropas dissolve a Camara e proclama o pae rei absoluto.

Começam, então as perseguições contra os liberaes de 1820, aos quaes os ultra-realistas chamavam — *pedreiros livres, maçons, illuminados* e inimigos do throno e do altar. Manda a verdade dizer: d. João VI não approvava os desatinos daquelles que queriam ser mais realistas que o proprio rei.

Cercou-se de monarchistas moderados, os quaes, no govêrno, oppuzeram dique ás tropelias dos ultra-partidarios da Sancta Alliança, da qual era supremo chefe em Vianna o principe de Metternich.

Não quadra nestas simples notas narrar as conspirações, a cuja frente estavam d. Carlota, d. Miguel e a padraria

intransigente! Triste devêra ser a situação de d. João VI, vendo-se a braços com tanta intriga e tantas perturbações. O filho tentou depô-lo e assenhorear-se do throno; e teria conseguido seu intento, si não fosse a interferencia do ministro francez. São bem conhecidos os successos de 30 de Abril de 24, conhecidos pelo nome de *Abrilada*. D. Miguel é desterrado para Vianna. Caïu-lhe a sopa no mel. De lá, combinado com a mãe, não cessa de prégar o morticinio de todos os liberaes e dos moderados.

Em Salvaterra fôra antes assassinado o marquez de Soulé muito querido do rei. Esse fidalgo servira aos Francezes, havia sido condemnado á morte. Veio ao Rio de Janeiro e alcançou o perdão de d. João VI, que o reintegrou em todas as honras e regalias.

Enquanto todas estas desordens combaliam o espirito de d. João, não menos o inquietavam as noticias vindas do Brasil. O filho, que alli deixára, ora lhe assegurava fidelidade absoluta, ora parecia ceder aos patrioticos intuitos dos Brasileiros, que desejavam a separação ou independencia. Esta afinal foi proclamada.

D. João VI tentou com afinco reatar os antigos laços. E' prova disto a missão para aqui enviada e que não foi recebida por d. Pedro, já imperador. O referido é bem narrado em uma memoria escripta pelo dr. Clemente Alvares de Oliveira Mendes, filho da Bahia e sobrinho do futuro marquez de Sancto Amaro. Mendes foi o primeiro consul brasileiro em Lisbôa depois do reconhecimento do Imperio, em 1825. Conta este escriptor que o rei sempre o tractou com benevolencia, falando sempre saudoso do Brasil, do qual se honrava de ser imperador honorario. Ordenou o rei que todos os navios que trouxessem bandeira brasileira fossem recebidos nas alfandegas do reino como nacionaes.

Fundado no testimunho de contemporaneo, refere o dr. Mello Moraes pae, que d. João VI levou do Rio de Janeiro um porteiro. Pedro Vaz da Silva, brasileiro, homem intelligente e probo. Com elle d. João fallava do nosso paiz e abria francamente o coração. Dizia ter se arrependido de haver saïdo do Brasil, porque si estivesse no Rio de Janeiro "os Brasileiros o defenderiam, como lhe deram provas na conquista de Cayenna e nas guerras do Sul".

Pedro Vaz não perdia occasião de ser agradavel ao seu real amo. Em certos dias vestia-se de grande gala e beijava a mão do monarcha, como para lhe recordar dias felizes.

"Bem te entendo, dizia d. João, despe esta farda, porque se te virem assim te hão de intrigar".

No dia, continúa o dr. Mello Moraes, em que d. João VI assignou o tractado de reconhecimento soffreu muito, pegou muitas vezes na penna para escrever o nome, e a largava pegando em um canivete com o qual feria a mesa...

Na noite do dia 29 de Novembro de 1825, mandou chamar Pedro Vaz ao gabinete, e este o achou triste e pensativo; e erguendo a cabeça, olhando para Pedro Vaz lhe disse: "estou feito imperador do Brasil e isto por muito amor que meu filho nutre".

A mesa, em que d. João assignou a ratificação da Independencia, no paço de Bemposta, foi pelo conselheiro Drumond pedida a d. Maria II. Desappareceu este movel do logar em que estava. Nunca mais foi possivel encontra-la.

Pouco tempo gosou o filho de d. Maria I do seu titulo de imperador *ad honorem*. A 9 de Março do anno seguinte falleceu nesse mesmo palacio da Bemposta, envenenado pelos asseclas da propria rainha d. Carlota ou por ella mesma.

E' facto sabido que durante a molestia do rei, d. Carlota jámais entrava no seu quarto. Dias antes do fallecimento do marido, já d. Carlota o dava por morto! E tanto é verdade, que espalhou ser falso ou apocrypho o decreto régio, que dava a regencia do reino a d. Isabel Maria auxiliada pelo patriarcha de Lisbôa, duque de Cadaval, marquez de Vallada e conde dos Arcos que havia sido vice-rei do Brasil e depois governador da Bahia.

Quanto ao facto do envenenamento ha provas mais que sufficientes. Do occorrido resumirei as circunstancias horrorosas, que o confirmam. Em principios de Março foi d. João a Belém. Lá comeu ou merendou com appetite. A' noite começou a sentir-se afflicto. Teve vomitos, colicas, caimbras, delirio e convulsões. Os medicos diagnosticam simples indigestão. No dia seguinte peiorou. Teve melhoras no dia 6 e no dia 7. Neste dia assignou o decreto nomeando a regencia.

Parecia entrar em convalescença, quando a 9 peiorou e fallecia a 10, ás 4 horas e 40 minutos da tarde. Dizem que naquelle dia fatal tomára um caldo e depois que o engulira exclamou: "Este caldo matou-me".

Na ante-sala (escreve o dr. Mello Moraes apoiado no testimunho de Drumond, da princeza Isabel Maria e de Thomaz de Villa Nova Portugal) estava o medico Aguiar; quando passava o creado com a chicara do caldo, chamou-o e lançou na chicara um liquido. O serviçal notou que o li-

quido, que se extravasou, fizera estragos no panno que cobria a mesa. Aguiar observou que o criado tinha feito reparo; no dia seguinte appareceu morto. Egual susto teve o chefe das cozinhas, que recusou dar ao rei uma empada de veado, como lhe pedira o mesmo medico Aguiar.

Quanto á morte deste, conta-se o seguinte: viera do Paço, onde bebera um copo dagua, e ao chegar á casa morreu com symptomas de envenenamento. Mandou antes chamar o já citado dr. Oliveira Mendes e lhe disse: "Estou morto e quero fazer algumas disposições." O dr. Mello Moraes pae, que narra este facto, é o mesmo que na sua obra — *Chronica Geral do Brasil*, assevera que o dr. Aguiar depois da morte do rei viera ao Rio de Janeiro, talvez com vistas de servir no Paço, mas o imperador, que estava ao facto de tudo, o fez voltar para pagar com a vida o mesmo que practicou, assassinando o rei ! !

Como conciliar estas duas versões tão discordantes ?

Na sua historia da revolução de Septembro o grande escriptor Arriaga acredita tambem no envenenamento practicado pelo medico Theodoro Ferreira Aguiar. Além da morte deste e da do chefe das cozinhas aponta mais uma victima, o barão de Alvaiazere.

Entretanto, em uma Nobiliarchia portugueza encontro o fallecimento deste profissional em 18 de Novembro de 1826. Este barão esteve no Rio de Janeiro e publicou aqui o primeiro trabalho sobre Hygiene.

Quem não se compadecerá, ao apreciar tantas miserias, do triste fim de d. João VI, victima de pessôas de sua propria familia ! A sua vida foi um triplice martyrio moral; além das intrigas politicas e das tricas diplomaticas, a loucura da mãe, os desmandos e perversidade da esposa, e a monstruosa ingratidão do filho Miguel !

Domingo, 23 de Abril de 1911.

EXCURSÃO IMPERIAL

"Resolvido, como vos annunciei, a visitar as provincias do Imperio, dirigi-me este anno ao norte da do Rio de Janeiro. Observei com prazer o progressivo melhoramento de varios ramos da sua industria, e muito me penhoraram as provas de adhesão que deram os seus leaes habitantes á minha imperial pessôa e á Constituição do Imperio." Taes

foram as palavras de d. Pedro II proferidas na abertura da Assembléa Geral Legislativa, no dia 3 de Maio de 1847.

Fazem hoje sessenta e quatro annos, que depois de uma ausencia de quarenta dias regressava a esta cidade o imperador, havendo percorrido as principaes localidades daquella antiga provincia, hoje Estado.

Recebido sempre com verdadeiro enthusiasmo pelos Fluminenses, delles recebeu as mais galhardas provas de amor, lealdade e sympathia.

Deste cordial acolhimento se encontram provas nos jornaes do tempo.

Prescindindo de muitas e muitas minuciosidades, pois não disponho de grande espaço, resumirei os principaes factos occorridos durante a imperial excursão.

Acompanhado de sua comitiva embarcou o imperador no Arsenal de Marinha, em 20 de Março de 1847. Da galeota passou para o vapor *S. Salvador* que o devia conduzir a Macahé, onde chegou ás 10 da manhã de 21, desembarcando no trapiche de Jacome Ratton.

Desnecessario é dizer que foi ahi d. Pedro recebido pela Camara, ceremonia repetida em todas as outras cidades e villas visitadas.

Hospedou-se em casa de Francisco Domingos de Araujo. Recebe ahi differentes deputações. A's 3 horas da tarde sua magestade visita a fortaleza sita ao sul da barra. A's 6 ½ sob o pallio houve um *Te-Deum*. Préga o vigario José Antonio de Oliveira Paes Leitão. Durante a noite, illuminação geral da cidade.

No dia 22, ás 6 horas da manhã, segue o imperador pela primeira linha do canal até o Porto do Barreto.

A's 8 chegou á fazenda de Giribatiba, propriedade do tenente-coronel Joaquim de Sousa Meirelles. Depois de enfadonha viagem de cinco leguas, chega ao ponto em que começa a segunda linha do canal. Desembarca na fazenda de Quissamã, propriedade do barão de Araruama.

Dia 23. — S. magestade visita a egreja da freguezia e assiste a um manejo de flechas e arco executado por indios domesticados.

Dia 24. — Visita o porto da Travage e a fazenda do Queimado.

Dia 25. — Entra triumphalmente na cidade de Campos. E' alli d. Pedro recebido por oito meninas representando as

oito freguezias da cidade, todas vestidas de branco. Espargem ellas flôres sôbre o imperial visitante. Recebe este as chaves da cidade entregues pelo presidente da Camara José Martins Pinheiro. Segue para a egreja de S. Francisco. Na ceremonia religiosa prégou o vigario João Carlos Monteiro. Depois dirige-se para a casa de Manoel Pinto Neto dos Reis, na rua Beira-rio, por cuja frente marchou em continencia a Guarda Nacional, commandada por Bernardino José Maciel.

Segue-se o cortejo commemorativo do juramento da Constituição. Houve illuminação. A' noite sua magestade assistiu no theatro á representação do drama *Luiz de Camões*, composição do dramaturgo Burgain.

Dia 26. — Passeio á Corôa, visita á fabrica de serrar, propriedade de Alexandre Davidson; percorre varias ruas da cidade, e á noite assiste á procissão de Nossa Senhora das Dôres.

Dia 27. — Saïu d. Pedro a cavallo e dirigiu-se á Misericordia. Ahi deixa a esmola de cinco contos de réis em moedas de ouro.

No domingo, 28, assiste na matriz ao officio de Ramos e á tarde á procissão do Triumpho. A 29 recebe os professores do Lyceo. Foi vêr a lagôa do Osorio. Visita a diversos estabelecimentos.

Dia 30. — Parte para a fazenda de Manoel Pinto Neto dos Reis, passando para a outra margem do Parahiba na barca de pendulo de Lambert. Na fazenda assistiu á moagem da canna por machina movida a vapor.

Em 31 jantou na fazenda do commendador Luiz Antonio de Siqueira. No dia 1 de Abril (Quinta-feira de Endoenças) faz d. Pedro o lava-pés; no dia seguinte assiste ao officio da Paixão, e á noite á procissão do Enterro. No Sabbado de Alleluia e no Domingo da Resurreição comparece ás ceremonias. Na noite de Paschoa é convidado para o baile offerecido pelo commendador Joaquim Pinto Neto dos Reis, na fazenda deste, denominada *Becco*. D. Pedro dansou diversas contradanças com as mais distinctas senhoras campistas, cujos nomes constam dos jornaes. No dia 6 visita o canal do Nogueira, e á noite vai ao baile offerecido por d. José de Saldanha. Infelizmente, porém, a 1 hora da noite, sua magestade, dançando uma valsa, *deu um geito no pé*, que o privou de continuar. Não obstante, o imperial convidado para acalmar a inquietação da sociedade conservou-se no salão até depois das 2 horas da madrugada.

Dia 7 de Abril. — Parada da Guarda Nacional. A' noite, representação do *Marinheiro de S. Tropez*. Dia 8, visita á

Villa de S. João da Barra. Ahi é recebido com grande enthusiasmo: bandeiras, acclamações, *Te-Deum*, continencias, arcos de folhas, etc. Na manhã do dia 9, segue na galeota para o logar do Pontal. Dia 10, regressa a Campos.

Dia 11. — Assiste o imperador no consistorio da egreja do Terço á installação do Lycêu de Campos. Entre os discursos proferidos teve justo destaque o do dr. Miguel Antonio Heredia de Sá, pae do ex-deputado Heredia. No dia 12, viagem á freguezia de S. Fidelis onde existe a grandiosa egreja construida pelos Capuchinhos Italianos.

Dia 13. — Foi s. magestade examinar o rio no local em que o Parahiba fórma um grande salto. A' noite de 14 deu o imperador um grande baile em Campos. No dia seguinte beija-mão de despedida e segue para Quissamã. Ahi no dia 18 assiste ao casamento de Bento da Silva Carneiro, filho do visconde de Araruama com d. Rachel, filha do barão de Muriahé.

Dias 19 e 20. — Passeios e visitas. Dia 21, partida pelo canal até o logar de Monte Alto, e em seguida para o Porto do Barreto, de onde regressa a Macahé.

Dia 23. — Partida para a villa da Barra de S. João, parando no logar do Rio das Ostras. Na villa, recepção cheia de demonstrações de amor e respeito, as mesmas que o monarcha havia encontrado em toda a parte. Em S. João hospedagem em casa de Antonio Leopoldino Ribeiro.

Dia 24. — Partida para Campos Novos.

Almôço na fazenda do padre Joaquim Gonçalves Porto. Chegada a Cabo Frio; recepção festiva, *Te-Deum* na egreja de S. Francisco, e depois beija-mão.

Dia 25. — Monta a cavallo até a ponta do Cabo; almôço em casa de Manuel dos Santos Moreira, e em seguida exame nas salinas de Luiz Lenderberg. De volta foi d. Pedro á casa de Caridade, á qual mandou dar 800$, e á noite esteve no baile dado pela Camara.

Dia 26. — Partida para a aldeia de S. Pedro; almôço em casa do sub-delegado Manuel de Sousa Teixeira. Visita á fazenda de Parati pertencente ao capitão Francisco Marinho. Alli pernoitou.

Dia 27. — Pela manhã segue para a villa do Rio Bonito, tendo viajado mais de nove leguas; pequena demora no local denominado Morro dos Côcos, saudações da Camara, *Te-Deum* á tarde, fogo de artificio.

Dia 28. — Partida para a fazenda de Sanct'Anna do capitão Basilio José Marinho Machado; viagem para Itaborahi,

descanso na fazenda dos Duques, propriedade do dr. Joaquim Francisco Alves Branco Moniz Barreto; hospeda-se em Itaborahi na casa do conselheiro José Bernardino Baptista Pereira; parada da Guarda Nacional, beija-mão, *Te-Deum*, recita no theatro, Hymno Nacional, versos do dr. Joaquim Manuel de Macedo.

Dia 29. — Viagem para Porto das Caixas; hospedagem em casa de Manuel Teixeira de Carvalho, *Te-Deum* com sermão do franciscano frei Antonio do Coração de Maria e Almeida (vulgo *Sinhásinha*), regresso a Itaborahi, baile em que dançou a primeira quadrilha com d. Maria José, esposa do dr. Moniz Barreto, e a segunda com a cunhada do senador Rodrigues Torres.

Dia 30. — A's 6 horas da manhã partida para S. Gonçalo, onde chegou ás 9 ½, almôço em casa do vigario. A's 11 segue o monarcha para Niteroi, onde chega, ao meio dia; recepção brilhantissima. A' porta do palacio foi sua magestade recebido pela Assembléa Provincial, cujo presidente lhe dirigiu um discurso, ao qual d. Pedro II respondeu:

"O virdes congratular-vos commigo no momento da minha chegada, é uma decidida prova de amor e lealdade que me vota a Assembléa Provincial: estes são os sentimentos da provincia, que representaes, onde em todas as partes por mim visitadas encontrei o mais cordial accolhimento, regosijando-me por ver que progride a passos largos na carreira do engrandecimento, para o que tanto tem contribuido vossa sábia e exclarecida coadjuvação".

A's 3 horas foi servido magnifico jantar, e ás 5 assistiu o imperador a solenne *Te-Deum*. Prégou o padre Marcellino Pinto Ribeiro Duarte. Este sacerdote falleceu em avançada edade, occupando o cargo de vigario da freguezia de S. Lourenço. O nome de Marcellino Pinto Ribeiro Duarte está ligado ás luctas partidarias após a revolução de Septe de Abril. Foi de idéas exaltadas, e sobre elle se encontram constantes referencias na *Aurora Fluminense* redigida por Evaristo Ferreira da Veiga.

Fechado o parenthese, é preciso lembrar que nesta tarde e após o *Te-Deum* o imperador assistiu ao correr agua pela primeira vez de um dos dous chafarizes dos largos da Memoria e de Martim Affonso. Esta última praça tem este nome em honra do célebre Arariboia, e não de Martim Affonso de Sousa "que em 30 de Abril de 1522" aportou ao Rio de Janeiro.

A's 6 ½ horas da tarde, d. Pedro II embarcou na grande galeota em direcção a esta cidade. Saltou no Arsenal de

Marinha e seguiu para a Quinta da Bôa Vista, em S. Christovam. Pelo regresso do imperante a cidade se illuminou durante tres noites.

Nesta viagem não accompanhou o esposo a imperatriz d. Teresa Maria Christina; pois se achava em adeantado estado interessante. De facto, em 13 de Julho desse anno de 47 nascia á princeza d. Leopoldina, mais tarde duqueza de Saxe, que falleceu em Vienna a 7 de Fevereiro de 1871.

Domingo, 30 de Abril de 1911.

CASO DOS BADALOS

Para os nossos antepassados foram sempre motivo de curiosidade e azafama os dias da chegada, posse e entrada pública, na cidade, de um novo bispo.

Não admira, pois, o movimento que se notava no Rio de Janeiro, no dia 9 de Maio de 1741. O recem-vindo prelado, percorridas várias ruas, iria em procissão solenne á Sé, estabelecida então na egreja do Rosario.

Chamava-se o novo principe da Egreja frei d. João da Cruz, e antes d. João Salgado de Castilho. Nascera em Lisbôa em 28 de Dezembro de 1694. Fôra nomeado para occupar o bispado do Rio de Janeiro em substituição a d. frei Antonio de Guadelupe, removido para o de Vizeu. Havia sido Carmelita Descalço. Vinha com grande fama de theologo e philosopho. Aqui chegou em 3 de Maio, sendo recebido com as honras do estylo: salvas das fortalezas, formatura de tropas, repique de sinos e illuminação pública e particular.

Que d. João da Cruz, creio, vinha com o proposito de chamar ao bom caminho as suas ovelhas leigas e ecclesiasticas, mostram-no as pastoraes copiadas *verbum ad verbum* por Monsenhor Pizarro em um codice existente no archivo do nosso Instituto Historico. A' margem dellas notam-se commentarios e apontamentos daquelle ecclesiastico, os quaes provam, como se verá, que frei d. João nem sempre seguiu á risca os conselhos dados a seus subditos. Era tal qual frei Thomaz...

Foi a Minas, e em 1745 recolheu-se ao Rio de Janeiro, *muito desgostoso e rico de grosso cabedal*. Resolvido a renunciar o bispado, communicou o intento ao governador Gomes Freire. Este pegou-lhe na palavra e escreveu para a metropole, acconselhando o rei a condescender com o desejo de frei d. João da Cruz. Arrependido do que fizera, procurou o bispo

dar a cousa por não dicta. Era tarde. Havia sido nomeado novo prelado para o Rio de Janeiro, passando d. frei João da Cruz para o bispado de Miranda.

Partiu daqui sem grandes saudades em 14 de Outubro de 1745, e chegou a Lisbôa em 22 de Janeiro do anno seguinte. Em Maio de 50 tomou posse por procurador. Saïu de Lisbôa em 19 de Junho. Chegou a Miranda no dia 1 de Julho e fez sua entrada pública em 16. Occupou a mitra por seis annos, nove mezes e 26 dias de govêrno. Victima de uma apoplexia, falleceu em 20 de Outubro de 59, aos 62 annos de edade.

Lá, como aqui, foi d. frei João da Cruz atrabiliario e despotico. Não invento. Refere Pizarro: "Os vexames com que tractou os religiosos do Real Convento de Miranda, motivando-lhes a desesperada resolução de romperem a clausura, e irem sob cruz alçada até Chaves procurar a protecção do general da Provincia, na presença de el-rey, alêm de outros factos mui singulares que se conservam em differentes manuscriptos, fizeram odioso o seu govêrno; e o povo festejou o dia do fallecimento do seu diocesano como fausto e de liberdade"!

Em seu espolio foram encontrados diversos caixões contendo pedras preciosas, ouro, tanto bruto como em moeda, e bem assim objectos artisticos de grande valor, tudo trazido do Brasil. Quer isto dizer que o bom pastor soubera arranjar-se, como tantos outros, nestas ferteis e auriferas terras americanas.

Refere ainda Pizarro que d. frei João da Cruz se apoderara de trinta mil cruzados, que seu antecessor Guadalupe legara á Fabrica da Cathedral, bem como despojara esta de um frontal de prata, de uma banqueta de metal similhante, de um crucifixo de ouro, de todas as peças de prata do uso dos pontifices, etc.

Contra tal esbulho protestou o Cabido. D. José I ordenou que o Corpo Capitular demandasse o bispo, e que o procurador dos Conegos cuidasse sem demora do proseguimento da causa. Por motivos ignorados o Cabido esfriou o enthusiasmo e ordenou a seu procurador que se abstivesse da demanda, retirando-lhe depois a procuração.

O rei manda reprehender o Cabido desobediente. Do progresso da causa não consta documento algum. O dr. Moreira de Azevedo acredita que se poz sôbre tão importante negocio *pedra em cima*, por morte de d. João da Cruz.

E' certo o seguinte: o Cabido não ficou a ver navios, pois que o rei forneceu alfaias e paramentos para serem decentemente celebrados os actos religiosos na nossa cathedral.

Mas este mundo foi sempre de compensações. Apezar de ter adquirido tantos desaffectos, contou sempre d. João da

Cruz com a gratidão das freiras da Ajuda e de Sancta Tereza. Foi elle quem começou a construcção do Convento que se ergue nas proximidades do Palacio Monroe. Foi ainda este bispo quem patrocinou a devoção da Madre Jacintha de São José, a primitiva fundadora da Capella do Menino Deus, no caminho da Bica (rua do Riachuelo) da regra carmelitana, e de onde as recolhidas saïram depois para sua casa claustral no antigo morro do Desterro (hoje Sancta Tereza).

E' tempo de algo dizer sôbre a questão dos badalos.

Para isto basta resumir o que escreveram monsenhor Pizarro e o meu distincto amigo dr. Mario Bhering, apoiados em documentos inéditos. O citado bispo, d. frei João da Cruz, fôra em visita a Minas. Depois de tres annos de ausencia seguia para visitar outras freguezias.

Em 20 de Junho de 1743, saïa da hoje cidade de Mariana em direcção a Camargos. Como é do ritual, deviam repicar festivamente os sinos da então villa de N. Senhora do Ribeirão do Carmo. Mas, *mirabile dictu*, os sineiros ao subirem para os seus postos, descobriram que das torres da matriz e da capella de S. Gonçalo haviam sido tirados os competentes badalos (dos sinos). Soube do facto o trefego dom João. Volta á villa e manda arrancar os badalos dos sinos das outras egrejas. Interdicta os templos de toda a freguezia! O ouvidor de Villa Rica, ante tão *monstruoso* facto de irreverencia, ordena que fossem tiradas *quatro* devassas! A primeira pelo proprio bispo, a segunda pelo vigario da vara, a terceira pelo conego Domingos Lopes, e a quarta pelo vigario de Antonio Dias, padre Felix Simões.

O segundo, com o fim de effectuar a prisão dos indiciados, reuniu grande corpo de padres competentemente armados e municiados. O tal padre Lopes invade com seus capangas coroados as casas de alguns personagens e os prende. Realizada a prisão, o bispo manda carregar de ferros os accusados. Mette-os no tronco da cadêa, como se costumava fazer aos escravos.

Em casa do juiz de fóra foi lida uma carta anonyma, denunciando o local onde se achavam os badalos subtrahidos. Foi o magistrado ao local indicado, encontrou os referidos badalos e os mandou entregar a quem de direito.

Queria o bispo que fossem os presos enviados para o Rio de Janeiro.

Organizou um corpo de 20 padres armados. Teve a opposição do ouvidor Mendonça. A gente do bispo resolve atacar a cadeia para dalli arrancar os presos. O ouvidor toma providencias.

Não esteve com meias medidas o padre Lopes. Dirige

acres censuras e insultos ao magistrado. Este em carta, depois dirigida á metropole, assim escrevia: "Não soffre demora a satisfacção do castigo, porque si os juizes da Corôa de Vossa Majestade houverem de ser descompostos nos provimentos de recursos por esses padres, desavergonhados e enfronhados nas suas ordens, que lhes parece de tudo são isentos nos seus desafôros, não haverá juiz da Corôa que com medo de sua venenosa lingua e penna se atreva a valer com a protecção Real aos opprimidos vassallos de V. Majestade."

Prescindo de outras particularidades que podem ser lidas no *Kosmos* de Maio de 1907, no artigo do dr. Bhering. Explicam ellas o auge, a que chegaram as relações entre o bispo e o ouvidor, motivadas por outro conflicto de jurisdicção. Basta dizer que o vigario da Vara insulta ao magistrado. Este manda autoar o sacerdote, condemnando-o a uma multa.

A intimação foi feita pelo escrivão no palacio episcopal. O bispo prende o escrivão; Furtado de Mendonça (o ouvidor) seguido de officiaes de justiça, põe cêrco á residencia do prelado e intima-o a entregar o preso sob pena de ir arranca-lo á fôrça. Responde d. frei João da Cruz que em sua casa só entrava quem elle quizesse, que o escrivão não estava constrangido. Aguardava sómente um outro escrivão ecclesiastico para dar contra fé do mandado do ouvidor. Saïu o escrivão. Retira-se contente o ouvidor.

O bispo dirige para Lisbôa tremenda catilinaria contra Furtado de Mendonça. Este, conforme diz Pizarro, foi preso, remettido para esta cidade e em seguida para o Limoeiro.

A questão dos badalos foi commettida ao juiz de fóra. Abre este nova devassa. Descobre a innocencia de alguns dos presos postos na cadeia pelo bispo. Afinal ficou averiguado que o arranca-badalos foram exactamente dous padres, por méra vingança particular. Um delles havia fallecido, quando se chegou ao termo da referida devassa!

Qual o motivo de tão ridicula vingança? O bispo havia demittido de cargo de vigario da vara o padre dr. Francisco Pinheiro da Fonseca, mais amigo de seus interesses particulares do que do curativo das almas. Era negociante de ouro. Fazia vista grossa aos desmandos de suas ovelhas. Passava por bom homem, e tinha grande roda de amigos, aos quaes muito sensibilizou a demissão do *virtuoso* Fonseca.

Chegou, como referi, d. João da Cruz a esta cidade em 1745 resolvido a desistir do bispado; tal projecto, como vimos, communicado a Gomes Freire de Andrada foi promptamente executado, porque o governador escreveu logo para a metropole acêrca do desejo de d. João; "porque a Andrada era constante, diz Pizarro, o dissabor do povo mineiro pelos indis-

cretos precedentes do bispo e desejoso de cooperar secretamente para o effeito da renuncia, em beneficio público, que motivos não só particulares, mas politicos incitavam, alêm de condescender com a proposição do mesmo bispo, fomentou o designio persuadindo ao soberano a necessidade de attender ao socêgo público com o consentimento daquella supplica".

Ora, ahi está mais um bom serviço prestado por Gomes Freire, que sempre desejou a paz e tranquillidade de seus jurisdiccionados.

Domingo, 7 de Maio de 1911.

UM AMIGO DOS ESCRAVOS

No céo sombrio e triste do captiveiro brilhou, enfim, a suspirada estrella da redempção.

Passa hoje a data de uma das mais bellas e sympathicas paginas de nossa Historia.

Não se apagou felizmente da memoria do povo a serie de factos, que deram em resultado o grande acontecimento occorrido em 13 de Maio de 1888.

Dos denodados combatentes que contribuiram para a victoria final da mais sancta das causas, uns já pagaram tributo á magestade da morte. Os sobreviventes, ainda recolhem em dia tão memoravel os justos e merecidos applausos dos contemporaneos.

Sôbre a sepultura dos primeiros espargem-se flôres, tributo de saudade e de veneração.

Sabedores e letrados porão em fóco a phalange de verdadeiros apostolos, que em pról da emancipação dos escravos se vinham batendo desde os tempos coloniaes até nossos dias.

Não será exquecido o padre Manuel Ribeiro Rocha, que no seu *Ethiope resgatado* escrevia em 1750: "A maior infelicidade a que póde chegar a creatura racional neste mundo é a da escravidão; pois, com ella lhe vem adjuntas todas aquellas miserias e todos aquelles incommodos que são contrarios e repugnantes á natureza e condição do homem; porque sendo este pouco menos que o Anjo, pela escravidão tanto desce que fica sendo pouco mais que o bruto; sendo vivo, pela escravidão se julga morto; sendo livre, pela escravidão fica sujeito, e nascendo para dominar e possuir, pela escravidão fica possuido e dominado".

Domingos Alves Branco Moniz Barreto, José Bonifacio, Burlamaque, Velloso de Oliveira, Alberto Soares, os politicos

da Regencia, Jequitinhonha, Camara Leal, Brandão Junior, Silva Neto, Eusebio de Queiroz, Tavares Bastos, Antonio Ferreira França e seu filho Ernesto, Silva Guimarães, Paranhos e tantos outros, terão, é certo, no dia de hoje, justa consagração commemorativa a suas personalidades de patriotas e amantes da humanidade.

Não será tambem olvidado o acto cavalheiresco do primeiro imperador, por occasião da guerra da Independencia contra o general portuguez Madeira.

D. Pedro I tomou em consideração os serviços prestados pelos escravos dos habitantes da Bahia, os quaes valorosamente pugnaram contra o exercito luzitano.

Em 30 de Julho de 1823, por intermedio do ministro Carneiro de Campos, dizia o monarcha não poder consentir que os escravos, que tanto se distinguiram a favor da causa sagrada da Independencia e da liberdade e restauração de uma importante provincia, continuassem a viver sujeitos ao jugo da escravidão.

Ordenava que fossem convocados os senhores dos referidos captivos e se lhes offerecesse por preço razoavel a liberdade de cada um delles, afim de que fórros e livres pudessem á nação prestar novos serviços.

Mas deixo tudo de parte para voltar á modesta róta que me tracei, mesmo porque me falta competencia para analysar os resultados dos serviços prestados pelos benemeritos varões supra apontados.

Mais limitado é o meu intento: lembrar tambem neste momento obscuro personagem, hoje completamente desconhecido, o qual, por amor dos captivos, muito soffreu e foi perseguido.

Tanto mais sympathica é a figura deste homem, porquanto se tracta de um pobre frade, verdadeiro discipulo de Christo, prégando no interior dos nossos sertões o amor do proximo e oppondo-se pela palavra ás crueldades dos senhores contra as pobres victimas do commercio de carne humana.

Refiro-me ao capuchinho italiano frei José de Bolonha, a quem me tenho referido rapidamente em algumas destas chronicas de velharias.

São bem conhecidos e apreciados os serviços, que em todos os tempos têm em vários pontos do Brasil prestado os missionarios capuchinhos italianos.

Dos da Bahia occuparam-se detidamente os historiographos Accioly e Balthazar Lisbôa. Nos trabalhos de ambos encontram-se as cartas de frei Appollonio de Todi, pelas quaes se vê o zelo apostolico desse benemerito missionario e de seus ermãos, que conseguiram chamar ao gremio da civilização

muitos indigenas dispersos pela antiga capitania de Francisco Pereira Coutinho.

Para melhor dar idéa do que occorreu ao pobre frei José, transcreverei o officio dirigido por d. Fernando José de Portugal ao ministro Martinho Mello e Castro, datado da Bahia em 18 de Junho de 1794.

Dou em parte o teor deste curioso documento reproduzido no tomo 60 da *Revista do Instituto Historico*. Por ahi se vê a quanto se arriscava quem ousasse levantar a voz em favor dos captivos e protestar contra o uso do tronco, do vergalho e do vira-mundo.

Escrevia d. Fernando: "Illmo. Exmo. Sr. — N. 4. O Arcebispo desta diocese levado daquella vigilancia que sempre mostra em atalhar qualquer doutrina em materia espiritual, que possa perturbar a tranquillidade e socêgo desta capitania, ou oppôr-se ás leis e ordens de Sua Majestade, me fez saber que o padre frei José de Bolonha, missionario capuchinho italiano, tivera o desaccôrdo e indiscrição de seguir uma opinião, a respeito da escravidão, a qual si se propagasse e abraçasse, inquietaria as consciencia dos habitantes desta cidade e traria comsigo para o futuro consequencias funestas á conservação e subsistencia desta colonia".

"Depois deste religioso viver neste paiz ha perto de quatorze annos com procedimento exemplar, cumprindo com as obrigações de seu ministerio, apezar de algumas imprudene extravagancias em que rompia e de que se abstinha, quando dellas advertido pelos seus superiores, merecendo o concieto de homem virtuoso e zeloso pelo serviço de Deus, se persuadiu ou o persuadiram de que a escravidão era illegitima e contraria á religião ou, ao menos, que sendo aquellas umas vezes legitima, outras illegitimas, se devia fazer a distincção e differença de escravos tomados em guerra justa ou injusta, chegando a tal ponto a sua persuasão que, confessando pela festa do Espirito Santo a várias pessoas, poz em practica esta doutrina, obrigando-as a que entrassem na indagação desta materia tão difficultosa, por não dizer impossivel de se averiguar, afim de se dar a liberdade áquelles escravos que, ou fossem furtados ou reduzidos a uma escravidão injusta, sem reflectir que, quem compra escravos, os compra regularmente a pessoas autorizadas para os venderem, debaixo dos olhos e consentimento do Principe, e que seria inaudito e contra a tranquillidade da sociedade exigir de um particular, quando compra qualquer mercadoria, a pessoa estabelecida para a vender, que primeiramente se informasse donde ella provém, por averiguações, alêm de inuteis, capazes sem duvida de anniquillar qualquer especie de commercio."

Não admira taes opiniões em d. Fernando de Portugal, homem aliás intelligente e dado ás lettras. Causa, porêm, surpresa ver em plena Camara dos Deputados passar por doudo o deputado pelo Ceará Silva Guimarães, que em 1850 e 1852 apresentava projectos para apressar a emancipação dos escravos!

Continuando, o governador da Bahia diz que attribuia o procedimento de frei José a certas prácticas que este tivera com missionarios chegados de Gôa. Foram elles que induziram o confrade "desta doutrina não tanto por malicia e dolo, como por falta de maiores talentos e conhecimentos theologicos e em razão de uma consciencia summamente escrupulosa."

"Para que essa doutrina tão perniciosa se não espalhasse, o arcebispo immediatamente o mandou suspender de confessar, rogando-me o remettesse neste navio que segue viagem e que o mestre o não deixasse saltar para terra sem ordem positiva de s. ex., e conferenciando com o mesmo arcebispo sôbre esta materia, para se darem as mais procedencias que parecessem acertadas, julgarei a chamar á minha presença o reitor dos referidos missionarios de Gôa, estranhando-lhe vivamente a indiscrição, mostrando-lhe que esta materia era summamente delicada, melindrosa e que ao principe tocava providenciar sôbre ella, si algum dia assim o julgasse conveniente, e que finalmente era grande temeridade e inconsideração á vista de um prelado tão sabio e douto e de todo o clero desta cidade suscitar semelhante questão".

O reitor procurou justificar-se, mas d. Fernando José de Portugal o mandou prender a bordo da náo *Belém*, bem como aos outros missionarios de Gôa.

E lá seguiu para Portugal frei Bolonha. Ficaria preso? Morreria? Voltaria para Italia? Ignoro.

Em todo caso este frade merece menção especial no dia de hoje, como uma excepção ás idéas escravocratas até do clero daquelles tempos, o qual tinha na Bahia e á sua frente o proprio arcebispo, frei d. Antonio Corrêa.

D. Fernando José de Portugal e Castro, depois marquez de Aguiar, depois de ter governado a Bahia por espaço de quatorze annos foi nomeado vice-rei do Brasil.

Residiu aqui no Rio de Janeiro quatro annos, deixando de si bôa fama. Partiu para a metropole e dalli foi nomeado presidente do Conselho Ultramarino.

Veio com a familia real em 1807. Foi ministro, falleceu nesta cidade com 64 annos, em 24 de Janeiro de 1817, e foi sepultado nas catacumbas de S. Francisco de Paula.

Dado ás lettras, como o referi, traduziu as obras de Alexandre Pope, a — *Critica* — e os *Ensaios Moraes*, commentando-as com eruditas notas.

Pagam todos tributo aos preconceitos da epocha, em que viveram!

Sabbado, 13 de Maio de 1911.

JUIZES DA VINTENA

Quem uma vez assistiu á representação do drama *Pedro Sem*, composição de Luiz Antonio Bourgain, jámais exqueceu o typo do sr. Anastacio Francisco da Purificação.

Era elle juiz da vintena e fôra convidado para assistir ao festim, com que na *Torre da Marca* o millionario aguardava de oculo em punho a chegada de seus navios abarrotados de riquezas.

Pedro, como é sabido, desafia o proprio Deus. Sobrevem furiosa borrasca, que faz naufragar todas as embarcações. Fica o argentario reduzido á pobreza. Todos os convidados fogem, inclusive o sr. Francisco, com medo que a torre podesse desabar!

A recordação dessas scenas, em que trabalharam o Florindo, a Ludovina, o Manuel Soares, o Romualdo, o Martinho, o José Luiz de Azevedo, me faz indagar que funcção exerciam os juizes da vintena.

Qual a natureza desse cargo, e porventura taes magistrados de categoria inferior existiram, pelo menos, aqui nesta leal e heroica cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro?

Póde-se com segurança responder affirmativamente.

Eis o que rezam as *Ordenações do Reino*: "Mandamos que em qualquer aldeia em que houver vinte vizinhos e dahi para cima até cincoenta, e fôr uma legoa afastada ou mais da cidade ou villa, os juizes da dita cidade ou villa, com os vereadores e procuradores escolham em cada anno um homem bom da dita aldeia, que seja nella juiz, ao qual darão juramento em Camara que bem e verdadeiramente conheça e determine verbalmente as contendas, que forem entre os moradores da dita aldeia, de quantia até cem réis".

"E, sendo a aldeia de mais de cincoenta vizinhos até cem, conhecerá da quantia de duzentos réis. E, si fôr de cem vizinhos até cento e cincoenta, de quantia até trezentos réis. E, si fôr de duzentos vizinhos e dahi para cima, conhecerá até a quantia de quatrocentos réis e das ditas questões todas sem

appellação nem aggravo e verbalmente sem sobre isso fazer processo.

"E da mesma maneira conhecerá segundo as posturas do Conselho, das coimas e damnos, e isto entre os moradores dessa aldeia, e darão á execução ás ditas sentenças. E não conhecerão de contenda alguma que seja de bens de raiz."

Pelo referido se póde concluir que o juiz da vintena, eleito pela Camara, devia ser pessoa considerada. Devia por fôrça do cargo, ter prestigio entre os seus jurisdiccionados, pois exercia funcções quasi analogas á dos nossos antigos *juizes de paz*, os quaes tantos serviços prestaram, principalmente nos tempos agitados da Regencia.

Era esta, como disse o emerito Candido Mendes, sabio commentador das *Ordenações*, uma das facilidades que o antigo direito costumeiro outorgava aos povos, na decisão de pequenas demandas, poupando-lhes fadigas e despezas, concorrendo ás povoações em procura de juiz e de advogados."

Tinham os juizes da vintena attribuições policiaes?

Sim, respondem as *Ordenações*. Não tomavam conhecimento de crime algum. Poderiam, porêm, prender malfeitores que fossem encontrados commettendo maleficios na aldeia e seu limite ou "si lhes fôr requerido pelas partes que os prendesse, sendo-lhes mostrado mandados ou querellas, por que o devam ser". E, tanto que forem presos os mandarão entregar aos juizes ordinarios de cujo termo fôr a dita aldeia."

Todos estes deveres foram condensados no Regimento formulado para os juizes da vintena em data de 17 de Janeiro de 1617.

Entro, porêm, em materia. A Camara do Rio de Janeiro cumpriu religiosamente o estipulado nas *Ordenações*. Provia esta corporação "na fórma da lei e posse immemorial" os juizes e escrivães da vintena dos Districtos do termo desta Cidade e poderá ganhar cada um nas suas diligencias vinte mil réis por anno pouco mais ou menos.

E' o que se lê em uma informação prestada pelos vereadores e seu presidente juiz de fóra a Gomes Freire de Andrade em 12 de Maio de 1724.

Referiam-se aos diversos officios vitalicios ou não providos pela municipalidade.

Parece que os funccionarios supra referidos se encarregavam tambem da recepção das rendas do Conselho, laudemio da vintena, contribuição com que o povo das aldeias concorria pela transmissão de propriedade ou para melhoramentos materiaes, que a Camara era obrigada a prover.

Em 1646 aqui o ouvidor Damião Aguiar auctorizava aos edis — que da vintena se podesse gastar até 100$ em cada

uma casa sobre pilares e ficarem os açougues por baixo e as ditas casas se repartirão em duas, uma para as mulheres nobres e outra para os homens nobres. Referia-se a accrescimos na cadeia pública, já então na rua *Direita da Misericordia.*

E' mais um prova de que perto ou juncto do edificio da actual Camara dos Deputados esteve o açougue ou matadouro, removido da rua hoje da Quitanda, para juncto do trapiche de Salvador Benevides e posteriormente para o local referido e nas proximidades da antiga ermida de S. José.

Na Correição feita em 30 de Outubro de 1671 pelo ouvidor geral da Repartição do Sul, dr. João de Abreu e Silva, acêrca dos juizes da vintena dava esse magistrado as seguintes providencias:

"E por quanto havia muitas freguezias no reconcavo desta cidade que não tinham juiz de vintena e nisso recebiam as partes muito damno em suas diligencias e não se faziam as diligencias da Justiça a tempo, nem a horas, conforme era necessario e convinha muito que em cada uma freguezia houvesse seu juiz da vintena, assim para fazer as diligencias das partes como para prender os criminosos que houvesse nas ditas freguezias, para que dessem parte de todos os delictos e casos á Justiça, e que tambem era necessario que tivessem as prisões, que fossem necessarias, para as pessoas que prendessem; portanto, mandou o dito ouvidor geral que em cada freguezia elegessem e nomeassem uma pessoa apta e sufficiente para servir o dito Officio e que a cada um dos ditos juizes se lhe daria seu grilhão e algemas para os criminosos que prenderem e trazel-os logo á cadeia desta Cidade e a darem contas das ditas prisões, todas as vezes que pela Justiça lhes fôr mandado".

Essa materia foi tambem assumpto tomado em consideração pelo ouvidor geral, dr. André da Costa Moreira, correição de 3 de Agosto de 1672 e por alguns de seus successores. Para não alongar estes apontamentos basta apontar a Correição de 1736 (20 de Agosto) em a qual o ouvidor e desembargador Ignacio Dias Madeira ainda attendia á eleição dos juizes da vintena e seus escrivães, a qual não se tinha podido executar com a brevidade necessaria, como era preciso.

Naturalmente para cargo de alguma responsabilidade nem sempre era facil a escolha. Muitos se inculcariam, mas nem todos estariam nas condições de ser escolhidos pela Camara, apezar de empenhos e pistolões.

Daqui se conclue que nesta cidade ou antes no seu reconcavo houve Juizes da Vintena e que estes exerciam tambem funcções policiaes.

Estes auxiliares das auctoridades acabaram com a nova organização judiciaria do nosso paiz, bem como a nova orientação dada ás Camaras Municipaes pela lei de 1828.

Sinto não poder apresentar nomes de juizes da vintena, fieis e cumpridores de seus deveres, individuos conciliadores, inimigos de intrigas e questiunculas de bairro, bons pastores de ovelhas confiadas á sua guarda e vigilancia.

E' de presumir houvesse outros, despotas, mandões atrabiliarios, enfatuados e perseguidores.

Infelizmente de uns e de outros guardam silencio as chronicas. Do regular ou irregular procedimento delles dariam noticia as actas do antigo Senado da Camara, escriptas em livros, que desappareceram no incendio de 1790.

Não se podem confundir os pacatos juizes da vintena com os capitães de estradas e assaltos, vulgarmente conhecidos pelo nome de "capitães do matto", que estavam sujeitos ao regimento de 17 de Dezembro de 1722, modificado pela provisão de 1° de Março de 1816. Tinham funcções mais bellicosas. Elles e os quadrilheiros foram os embryões da nossa policia armada. Andavam armados dos pés á cabeça. Verdadeiros mata-mouros, viviam á cata de negros fugidos, atacavam os quilombos e em caso de resistencia podiam ferir e matar. Recebiam "emolumentos". E' por isto que um senhor Bernardo José da Silva requeria para si o cargo de Capitão do matto da Freguezia de Inhaúma, em 4 de Março de 1797.

Em tempos anteriores os houve nas proximidades da cidade em sitios hoje cheios de vida e progresso, percorridos por bondes, automoveis, "fon-fons", e carros de enterro. Refiro-me a S. Christovão. O pouco que vou referir vai com vistas ao meu amigo dr. Pereira da Silva, o illustre historiographo daquelle hoje popular bairro, outr'ora pertencente aos Jesuitas.

Em 1669 a Camara nomeia Athanasio Pereira para capitão do matto, afim de evitar grandes furtos que se faziam na Estrada Real de S. Christovão, para as fazendas de Inhaúma.

E como os vereadores não tinham sitio, para dar de residencia ao referido Athanasio, deliberaram ir pedir ao reitor da Companhia de Jesus licença para se edificar uma casa, onde o tal capitão vivesse e morasse em paragem mais necessaria, ainda que aos Jesuitas fosse preciso pagar o competente fôro.

Ora, ahi está a Camara reconhecendo o direito que por sesmaria tinham aquelles padres a todo o territorio de São Christovão.

Ultima nota sôbre os juizes da vintena. Em 1735 o ouvidor geral Agostinho Pacheco Telles deu-se ao luxo de alterar o modo da escolha desses funccionarios. Determinou

que os moradores reunidos em alguma capella da localidade votassem em pessoas capazes. Apurados os votos pelo escrivão da Vintena, seria a lista enviada á Camara, que escolheria o primeiro. O systema era liberal. Ia contra as *Ordenações*. Os successores de Pacheco Telles oppuzeram-se á innovação. E tudo continuou como dantes, isto é, a Camara escolhia directamente.

Eis o que se póde apurar sôbre os taes juizes da vintena.

Domingo, 21 de Maio de 1911.

DRAGÕES DO RIO GRANDE

Datada de 15 de Janeiro de 1742, e do punho do coronel Diogo Osorio Cardoso, recebia Gomes Freire de Andrada uma carta, que muito devia incommodar o espirito calmo e reflectido do então governador e capitão general do Rio de Janeiro.

Nesta missiva relatava com todas as particularidades aquelle coronel o levante do corpo de dragões sob seu commando, no estabelecimento do Rio Grande de S. Pedro do Sul.

Tivera inicio o facto anormal, em 5 de Janeiro, vespera de Reis. Junctaram-se os sublevados em um capão, juncto ao Rio Grande, sitio pouco trilhado. Graças á horrorosa tempestade, conseguiram seu intento sem poderem ser impedidos.

Teve, porêm, o coronel noticia do motim por um cabo de esquadra, o qual do poder dos revoltados escapou a unhas de cavallo.

Osorio toma providencias, e os soldados enviados contra os rebeldes abandonam o official e se passam para o lado contrario.

Vendo-se sem fôrça, o coronel envia um parlamentar a inquirir o motivo de similhante e inesperada desordem.

Ouvidos os motivos de queixa, os quaes para evitar repetições adeante referirei, o coronel lança mão de novos soldados, que por seu turno se reunem aos rebeldes.

Vendo-se ainda sem auxiliares e só com poucos officiaes e soldados, o commandante teve de ceder. Prometteu exquecimento de tudo, a satisfacção das reclamações e o competente perdão. Os soldados lhe mandaram dizer que se não fiavam em palavras e só se accommodariam, quando obtivessem o perdão do governador Gomes Freire.

Iriam aquartelar-se no posto, onde promettiam não fazer mal a pessoa alguma e estar promptos para tudo quanto

fosse do serviço do rei e na defesa do estabelecimento de São Pedro. Por tres vezes deram em seguida vivas ao monarcha.

Osorio havia mandado carregar algumas peças com bala miuda logo no principio do tumulto. Esta providencia serviu de respeito aos Dragões, cujo intento, como depois se soube, era apoderarem-se da guarda principal.

Fez-lhes de novo o coronel uma allocução, lembrando o amor e fidelidade que deviam ao rei e á patria. Lembrou-lhes ainda a constancia, com que os Portuguezes soffreram as maiores necessidades, sem comparação com as que elles revoltosos experimentavam naquella occasião. Que a todos havia de mandar satisfazer e attender ás reclamações.

Nada disto teve bom exito. Continuaram as deserções de soldados de infantaria e artilharia, de sorte que Osorio só ficou com os officiaes.

No dia 8 os do corpo de Dragões revoltado mandaram pedir licença para fazerem o serviço sob o commando de officiaes por elles eleitos. Ouvidos diversos pareceres, Osorio acceita as condições, com o intuito de evitar maiores desconcertos. Novos protestos de fidelidade ao rei foram ouvidos.

Serviu de causa ao levante, além de outros motivos, a falta de pagamento de soldo de vinte mezes e tres annos de fardas.

Para satisfacção delles procurou o coronel Osorio adquirir algum dinheiro pelos mercadores e mais pessoas da povoação. Depois de medidas até arbitrarias, postas em práctica e que não vêm de molde, obteve dinheiro para serem pagos só tres mezes de soldo. Osorio dirige-se ainda aos amotinados com palavras suaves e persuasivas.

Extranhou a loucura practicada. Louvou o modo e compostura, por que os dragões e outros sublevados se haviam portado sem fazerem offensa a pessoa alguma, pelo que se faziam dignos de perdão. Que se contentassem com o pequeno pagamento feito. O restante viria, depois, do Rio de Janeiro. Ia escrever a Gomes Freire, pedindo-lhe as necessarias providencias.

O perdão, feito em um longo manifesto, foi assignado por Osorio. Não contentes os amotinados á sua custa enviaram a Gomes Freire por um proprio e por terra a segunda via do manifesto e a concessão do referido perdão, para que elle Gomes o ratificasse em sua plenitude.

Desta representação ou manifesto resumirei os outros pontos de queixa, os quaes, além da falta de pagamento, deram em resultado o tal levante:

Não poderem saïr dos portões, ainda que em pequenas distancias, quando não estavam de serviço. Não poderem ter cavallos e arreios. Recolherem-se aos quarteis ás 8 horas da noite. Passarem-lhes mostra pela manhã, ás Ave-Marias e á meia-noite, ordens executadas pelos sargentos e com mais paixão pelo sargento João Nogueira Bessa. Este usava de pancadas com instrumentos aviltantes.

Não lhes eram permittidas queixas. Faltou o pão. Mandou-se dar a cada soldado quinze espigas de milho para quinze dias e uma abobora para outros tantos. Quem reclamasse levava cacete.

Passando por alto outras reclamações de menor monta, copiarei parte do extenso documento, impresso no volume VIII das *Publicações do Archivo Nacional*:

"Que tendo-se da Provedoria do Rio de Janeiro remettido toda a providencia de dietas para o hospital se divertiram para outras partes, faltando a assistencia e caridade para os doentes, por cuja causa notoriamente padecem miserias excessivas.

"Que havendo suspeita de algum soldado querer desertar, sem prova legal o passavam a páo pelos cabos de esquadra na frente do regimento, de onde vão para o hospital e depois os tem em rigorosas prisões de galés. Escandalos tambem de serem maltractados com palavras injuriosas e a cutiladas, como succedeu ao cabo de esquadra José da Costa Vasconcellos, ficando aleijado das mãos, e aos soldados João Vaz da Silva e Antonio da Costa Soeiro, ficando tambem um de um pé e outro de uma mão, estes por mandado do alferes Antonio José da Gama Lobo; e affrontados, como succedeu ao soldado Ignacio da Costa, sendo chamado á casa do capitão Thomaz Rodrigues Osorio, onde, a portas fechadas, por dous mascarados com saccos de areia e calabrotes foi tão maltratado, que o levaram para o hospital."

"Na mesma fórma o alferes Rodrigo de Mendonça Furtado, que commandava a guarda do porto, mandou esbordoar o soldado infante Christovam de Albuquerque, rodeado por soldados com baunetas (sic) caladas, e ao soldado Sebastião Rodrigues Pina, fechando-o no corpo da guarda e com um páo fez o mesmo; todas estas razões particulares e dando-se mais credito ás mentiras de um negro que á verdade de um soldado, foram presos e castigados, como succedeu na vespera que este Corpo poz em execução deitar de si o peso em que se achava".

"Vendo-se ultrajado sem desafogo algum, passando ex-

cessivas miserias em que os tem posto a falta de vinte mezes de soldo e tres annos de fardas, de que por outro caminho não eram attendidos, tomaram a resolução de se separarem com um corpo, elegendo de entre si um commandante e outros officiaes para continuar o serviço, assim como guardas e rondas para a defesa deste Estabelecimento, como para debaixo da obediencia delles se evitarem roubos, violencias e outros disturbios que podessem acontecer aos moradores, como até aqui se tem observado sem alterar novidade alguma no que toca a fachinas e mais disposições, pertencentes á jurisdicção real até se lhes satisfazer inteiramente, assim soldos como fardas vencidas, franqueando-lhes poderem andar nos seus cavallos, não só dentro desta praça, mas fóra della o que lhes é permittido pelas novas ordenanças."

"Que possam ter canôas para pescar e buscar todas mais conveniencias nas vizinhanças desta povoação, nos dias que forem isentos de serviço, sem mais obrigações que a de dar parte e obediencia a *seus officiaes*.

"Que se os isentem das mostras e serem recolhidos aos quarteis os que com seu procedimento não derem occasião a isso, praticando-se com elles o que se pratica nas mais Praças do Brasil para se suavisar outros descommodos que padecem nesta...

"Em nome do mesmo corpo por credito delle e honra da nação requerem e pedem que os que desertarem, roubarem, ferirem, causarem disturbios e faltarem ás suas obrigações sejam logo punidos e castigados severamente conforme a gravidade de suas culpas e novas ordenanças", etc.

De posse destes documentos Gomes Freire de Andrada convoca em 14 de Fevereiro de 1742 uma juncta. Tomaram nella parte o bispo da diocese d. frei João da Cruz, o mestre de campo Mathias Coelho de Sousa, o mestre de campo André Ribeiro Coutinho, o mestre de campo José de Moraes Cabral e o dr. juiz de fóra Francisco Luiz de Miranda Espinola.

Depois de resumidamente expôr Andrada o que se passou no Sul, foram os consultantes de parecer "que por não ser o sitio e logar do estabelecimento do Rio Grande capaz de se lhe introduzir tropas, que fizessem sujeitar os sublevados e pelas difficuldades allegadas na exposição que fizera o governador e que ainda mandando tropas se não podia evitar o passo aos revoltosos, por estar franco para os dominios de el-rei catholico, assim se lhes devia confirmar o perdão aos sublevados, sem intelligencia que os fizesse desconfiar delle, não obstante a ordem de 11 de Janeiro de 1719, por não ter logar neste caso a sua observancia e ser muito contra o serviço de sua magestade por se prenderem aquellas tropas

passando-se amotinados para os dominios de el-rei catholico, podendo seguir-se, além desta, a desordem dos roubos, que fariam aos moradores do Rio Grande e a execução de alguns tyrannias em vingança de se lhes negar o perdão, que elles procurarão debaixo do seguro de se manterem sem novidade, a que tambem se devia attender para se expressar no que lhe passasse e que no tocante ao mais que pretendiam fazer elle general o que julgasse mais conveniente.

A necesisdade tem cara de hereje e prudentemente Andrada procedeu: os levantados foram attendidos. Dinheiro, fardas e mantimentos lhes foram com presteza enviados.

E' o que provam as cartas do mesmo Gomes Freire a José da Silva Paes em Sancta Catharina, ao vice-rei conde das Galvêas na Bahia, e ao capitão Antonio Teixeira de Carvalho, escriptas logo em Fevereiro de 42.

Ao que parece por estas cartas, o capitão-general e governador do Rio de Janeiro não deixou de culpar o coronel Osorio e o sargento-mór do Corpo de Dragões pelas *insolencias* commettidas no Rio Grande pelos soldados contra o povo e pelos officiaes contra este e os soldados!

Foi um levante *sui-generis,* que acabou pacificamente!

Domingo, 28 de Maio de 1911.

O TRIGO NACIONAL

Honra, prazer e proveito não cabem no mesmo sacco, diz o annexim popular. Puro engano. A prova tive-a eu a terminar a leitura da completa e erudita monographia do sr. Antonio Gomes do Carmo, a qual tem por titulo *O Problema da producção do trigo,* no Brasil.

Para corresponder á gentileza deste illustre quão modesto profissional, peço venia para dar aqui as minhas humildes impressões sobre tal trabalho, altamente patriotico e o mais completo, que sôbre o trigo até hoje se tem escripto no Brasil.

A razão é simples. Ao terminar o prefacio do estudo do sr. Carmo escreveu o emerito sr. deputado federal Homero Baptista as seguintes palavras: Lê-lo é dever de todos que se preoccupem com o enriquecimento e grandeza de nossa terra.

Ora, quando fallam em progresso do nosso caro Brasil, tocam na minha corda sensivel. E embora não tenha competencia para julgar do valor do problema da producção do trigo, aventuro-me a algo dizer para garantir que muito

aprendi ao ler tão eruditas e conscienciosas páginas. Isto justifica a minha ousadia.

E' o Sr. Carmo alto funccionario do Ministerio da Agricultura, onde estuda e escreve sôbre assumptos de sua competencia. Foi agricultor, é formado em Agronomia. Sobre a reforma da Agricultura no Brasil, o Estado moderno e a Agricultura, leguminosas forrageiras, Fructicultura, as Instituições agricolas no Brasil, etc., tem dado á estampa varios volumes, que têm vindo enriquecer a nossa litteratura nas questões referentes á lavoura e industria.

O merecimento e valor destes trabalhos estam no seguinte: o sr. Carmo não só produziu como mero amador, de oitava ou copiando servilmente o que de nós escreveram auctores extrangeiros. Em tudo, como observador e práctico o sr. Carmo é original.

Para confecção de seu util trabalho recorreu aos nossos archivos e bibliothecas, de onde tirou de documentos ineditos os succulentos subsidios, em que estriba suas opiniões.

Teve auxiliares, elle confessa, que o ajudaram em tão trabalhosa faina. E' mais uma prova da sinceridade e bello character do auctor. Não importa. Recolhendo e interpretando os documentos, o sr. Carmo deu-lhes ordem e methodo, de sorte que a leitura de seu livro se faz de uma assentada e por maneira util e agradavel. Não produziu pois um todo indigesto e informe, como ás vezes acontece a alguns a quem se ministram manuscriptos, sôbre os quaes a mão do tempo começou a fazer estragos.

A parte historica sôbre o trigo no Brasil, a sua cultura, florescimento e decadencia, é optima. Sôbre o referido cereal seguiu o sr. Carmo o exemplo de Velloso, Arruda Camara, Freire Allemão, Abrantes, Burlamaque, Nicolau Moreira, Raffard, Travassos, Sá Brito, Domingos dos Santos, Assis Brasil, Pereira Barreto e tantos outros, que se interessaram pelo estudo dos problemas de nossa Agicultura para a tirar da rotina e do atraso de passadas eras.

Consta o livro de 324 paginas. Está dividido em duas partes, das quaes a segunda se occupa de considerações e preceito sôbre a cultura do trigo. Alli se encontram profundas regras sôbre a composição chimica dessa Graminacea, suas differentes especies, modo de plantio, e traz illustrações representando os mais aperfeiçoados e modernos apparelhos.

Consta a primeira parte de consideraçõec historicas, politicas e economices sôbre a cultura do trigo no Brasil. Occorrem nellas varias gravuras, mappas e quadros estatisticos que illustram o livro.

Entre os retratos notam-se os dos drs. Affonso Penna, Antonio Prado e Homero Baptista, do marquez de Pombal e do vice-rei Luiz Vasconcellos e Souza, do conde de Figueiró, e não de Resende como reza a sub-titulo.

A parte principal do livro refere-se ao estudo da seguinte questão: porque, tendo sido a cultura do trigo seguida, maximé no Rio Grande do Sul, de bons resultados, caiu em plena decadencia de 1811 em deante? Não será possivel dar-lhe novo incremento, tal qual pelo menos nos tempos coloniaes? Sim, responde com consciencia o sr. Carmo. Para debellar o mal do trigo, *a ferrugem*, aponta o auctor as qualidades de terreno em que a Graminacea deve ser plantada e os meios possiveis de debellar esse mal, quando elle se apresente.

Realizar-se-ão, digo eu, os vaticinios do marquez do Lavradio, quando em seu relatorio escripto para ser entregue a seu successor escrevia: "aquellas provincias pódem não só dar toda a farinha de trigo necessaria para toda a America, evitando-se desta sorte que da Europa venha um genero de que tanto lá necessitam; mas promovendo-se esta lavoura e dando-se as necessarias providencias, necessarias para os promptos transportes daquelle continente, poderemos ainda mandar para a Europa uma egual porção desta farinha."

Tem-se dicto erradamente que, no Rio de Janeiro, o pão era objecto de luxo. Para combater esse êrro basta lêr o relatorio, que Vasconcellos escreveu para seu successor, o conde Resende. Sôbre a cultura do trigo, Vasconcellos abundava nas mesmas idéas de seu antecessor Lavradio, como tambem se vê nos documentos citados pelo sr. Carmo. E' certo que aqui muito se consumia trigo, dando lucro aos seus cultivadores do Sul.

A metropole auxiliou sempre o commercio deste util e necessario cereal.

Pelos alvarás de 1646 (20 de Janeiro) e 1647 (25 de Maio) os trigos vindos dos Açores e mais domicilios ultramarinos não pagavam direitos na alfandega de Lisboa. Em tempos posteriores o proprio d. João VI attendeu á expansão do commercio do trigo. Basta lêr a legislação brasileira de Nabuco. Para guardar este genero de primeira necessidade, alêm do trapiche do trigo existente perto do edificio, hoje da Alfandega do lado da rua de S. Pedro, mandou construir na Gamboa e Sacco do Alferes novos e amplos armazens.

Realizou então o filho de d. Maria I os projectos do mallogrado Tira-Dentes, que procurava encanar as aguas do Andarahi e Rio Comprido, construir moinhos e trapiches nas praias da cidade.

Silva Xavier requereu á metropole. Foi attendido. A

Camara e os homens bons se reuniram, e os projectos passaram como verdadeiras utopias. De alguns moinhos existentes no tempo do padre Luiz Gonçalves dos Sanctos, fala este sacerdote na sua mui conhecida obra.

Não foram os estadistas do Imperio indifferentes á crise do trigo. Além de trechos de relatorios citados pelo sr. Carmo, encontro os dos ministros do Imperio, de 41 e 43.

Em 37, o titular daquella pasta enviava a todos os presidentes de provincias cópias e receitas descobertas então contra a *ferrugem*.

Vinha, pois, de longe, o combate contra esse mal, cuja completa jugulação deve despertar de seu lethargo os cultivadores entregues a outros ramos de lavoura e industria.

O que se passa na actualidade é apenas contristador. Ainda hontem n'*O Paiz*, o illustre Curvello de Mendonça citando palavras de Assis Brasil e de Pereira Barreto apresentou a fabulosa somma que só em generos alimenticios o Brasil importa do extrangeiro. Quanto ao trigo, o sr. Carmo mostra com as estatisticas, o dinheiro nosso, que annualmente vai para os Estados Unidos e outros paizes, 432 mil contos em dez annos!... O que poderiamos fazer com tão enorme somma di-lo o auctor, e reproduz o dr. Homero Baptista nas brilhantes e conscienciosas páginas do prefacio á monographia em questão.

Com Assis Brasil, pois, se póde dizer que "o nosso fertil e uberrimo paiz não tem siquer a independencia do estomago, e vae pedir a extranhos os generos mais necessarios á vida."

Não ha independencia nacional. "Não é livre, não é independente, disse Pereira Barreto, quem come e se move pela mão de outrem". Como tudo isto é verdadeiro e entristecedor! Quem ha de dizer que o nosso Rio de Janeiro já foi grande entreposto de trigo em grão e farinha? Que a nossa cidade foi um vasto celleiro, de onde sairam productos de grande e pequena lavoura, que não só abasteciam a cidade mais as outras regiões? E hoje?

Diga-o a baixada da nossa bahia, onde se notavam estabelecimentos ruraes, fazendas, engenhos e engenhocas, partidos, olarias, caieiras, etc., todos floresciam, davam origem á abundancia, á barateza dos generos e tornavam a vida dos nossos antepassados mais facil e menos cercada de embaraços.

Ainda no dia 1º do corrente *A Tribuna* trazia uma lista completa daquelles estabelecimentos florescentes, e hoje em ruinas e decadencia. Dei-me ao trabalho de accompanhar a descripção destes numerosos centros de lavoura e industria no grande mappa de 1767, feito por Manoel Vieira de Leão, com a 2ª parte (inédita) do relatorio do marquez de Lavradio

e com o itinerario do general Cunha Mattos. Achei a lista exactissima.

Em boa hora se trata de modificar as condições dessa baixada, dando-lhe movimento e vida em vez da decadencia e desolação, que até pouco apresentava.

Do fundo da minha obscuridade só tenho louvores para todos os patriotas, ardentes cooperadores do progresso brasileiro. Dentre elles occupei-me hoje do sr. Carmo, o qual com sua monographia veio provar que a cultura e opulencia do Brasil, descripta pelo jesuita Antonil (ou antes Andreoni), não se deve limitar a palavras, a discursos e conferencias, mas a uma acção prompta, energica e efficaz, si quizermos merecer o titulo de povo civilizado e para que se não diga: — a natureza deu nozes a quem não tem dentes!

Domingo, 4 de Junho de 1911.

URUPEMA E CASA DOS BICOS

Imagine o meu complacente leitor que está nesta leal e heroica cidade nos primeiros dias de Junho de 1808. Abrigara a cidade de S. Sebastião a Familia Real, e fôra de capital da colonia elevada, do pé para a mão, a metropole de toda a lusa Monarchia.

Maogrado tanta honraria tinha ares de taba cabocla. Assimilhava-se a immenso xadrez de policia ou prisão de potencia, como se dizia no tempo de Vidigal. Era enfim a cidade das urupemas e das rótulas, de aspecto soturno, e inculcando a nossa antiga educação claustral.

A *urupema*, nome de origem indigena como quer o erudito Theodoro Sampaio, era um peneiro ou tecido de palha firmado em um quadrado de sarrafos que se pendurava, ou se podia mover em caixilhos. Usavam-se nas portas e janellas das casas terreas. Serviam para evitar a curiosidade dos transeuntes. Nos predios de dous ou mais pavimentos observavam-se grades de madeira, mais ou menos completas e sombrias. Tinham a altura de meio corpo de homem, ou se elevavam a toda altura do pé direito do pavimento.

Geralmente nesses engradados abriam postigos, para que sem serem vistas, as senhoras pudessem observar a rua e os transeuntes, serviam tambem para as escravas e mucamas chamarem os vendedores de peixe, fructas, legumes e refrescos como o aluá, etc. Eis em poucas palavras o que eram rotulas.

A's vezes abriam-se estas nas casas terreas directamente para a rua. Não era raro o incauto transeunte tomar um susto ou levar um trompasso, que o fazia ver estrellas. E' o que acontece hoje com quem não se acautela contra os velocipedes, os fon-fons e os mastodontes electricos. Todas as épochas têm seus precalços, já dizia o Castro Urso.

Havia, contudo, predios com sacadas de ferro. Basta lembrar as casas de Salvador Benavides, na rua Direita canto da rua da Alfandega; as de Pedro de Sousa Pereira ainda na rua Direita, no local em que está hoje a nova Praça do Commercio; as do Telles, Convento do Carmo e as de residencia dos vice-reis (hoje Repartição dos Telegraphos), na actual praça 15 de Novembro, e a *casa dos Bichos*, na esquina da rua hoje do Riachuelo com a de Frei Caneca, nas vizinhanças da antiga lagôa da Sentinella.

E como a regra geral, a moda de antanho, eram as rotulas, accessorios da architectura — feio e forte — não póde passar despercebida a data de hoje. Em verdade, foi a 11 de Junho de 1808, que o Rio de Janeiro, por intervenção da Policia, se foi pouco a pouco despojando de accessorios, que lhe davam feição de cidade mourisca.

Vejamos como os poderes publicos engrossaram e puzeram mel nos labios da *urbs carioca*, para que esta abandonasse tão lugubres adórnos. Eis como se exprimia o intendente da Policia em um edital cheio de palanfrorios.

Dizia que no Rio havia sido elevado á honra de ser a Côrte do Brasil.

Não podia continuar a conservar bisonhos e antigos costumes, apenas toleraveis, quando esta porção da America era uma colonia. Que taes usos não se soffrem entre povos cultos e de perfeita civilização. Que as taes gelosias afeiavam o aspecto da cidade e a fazia menos brilhante. Eram além do mais incommodas e prejudiciaes á saude pública. Mostravam a falta de civilização de seus moradores. E para dar um testimunho da grande épocha, em que principiou a felicidade do Brasil com a chegada da Familia Real, deviam os referidos moradores patentear seu contentamento fazendo arredar os testimunhos de antiga condição de conquista, e fazer a mesma cidade mais notavel e magnifica aos olhos dos extrangeiros. A' vista do exposto declarava que dentro de oito dias deviam ser retiradas as rotulas das janellas, "conservando-se as dos peitoris daquellas que não tem grades de ferro e se facultasse o espaço de seis mezes para se porem estas em balaustres que as imitem, menos nas casas terreas, que nada influem na belleza do prospecto, sendo recolhidas ao nivel das paredes dos edificios, e todas de uma só uniformidade, podendo-se todavia estas abrindo-se para o interior e não para a rua

pelo estôrva que causam aos que passam e ás seges e carroças, que algumas vezes involuntariamente as damnificam."

Bom é julgar que aos ferreiros e carpinteiros caiu-lhes a sopa no mel. Dizem chronistas, que nunca nesta cidade se executou ordem superior com tanto gosto e geral satisfacção. "Era espectaculo agradavel, diz o padre Luiz Gonçalves, ver por todas as ruas cairem por terra as disformes e funebres gelosias á voz da auctoridade... Tanto poder tinham os prejuizos, com que nos crearam nossos avós!"

Já por ahi se vê quanto eram cordatos os nossos antepassados. Cediam de bom grado e com enthusiasmo a um melifluo *convite*, ainda que este viesse de quem tudo podia, queria e mandava. E eis porque o dia de hoje deve ser lembrado.

O Rio de Janero começou a *civilizar-se* perdendo ares de aldeia, e lentamente foi chegando ao gráo em que hoje o vemos. Foi caminhando, devagar no caminho da elegancia. Ao fim de cento e tres annos não póde exquecer este primeiro passo de elegancia; ensinado a dar pelo chefe de Policia de então, o canella cheirosa de d. João, mas de quem o filho e depois nosso primeiro imperador jamais gostou.

Refiro-me ao conselheiro Paulo Fernandes Vianna, que falleceu em 1821, desgostoso por uma desfeita que recebeu de d. Pedro, no mesmo dia da partida de d. João VI. Paulo Fernandes foi natural do Rio de Janeiro, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, magistrado naquella cidade, desembargador do Paço, conselheiro, commendador das Ordens de Christo e da Conceição de Villa Viçosa.

Como bem é sabido, foi elle o organizador da nossa Policia e prestou relevantes serviços em favor dos melhoramentos materiaes da cidade do Rio de Janeiro. Do muito que fez escreveu detida memoria, que tem servido de base aos trabalhos sôbre assumptos policiaes do conego Fernandes Pinheiro, do dr. Elysio de Araujo, e ultimamente aos artigos do dr. Carmo Netto dados á imprensa no *Jornal do Brasil.*

Com uma filha de Paulo Fernandes, — d. Anna Luiza Carneiro Vianna casou, em 6 de Janeiro de 1833, Luiz Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias.

Um inimigo politico do illustre Brasileiro entendeu pelo jornal *O Escoltado*, de acoimar esse consorcio — de nullo, violento e clandestino. Pela "Aurora Fluminense" de Segunda-feira, 28 de Janeiro de 1833 (N. 727) a mãe de d. Anna tractou de desmentir tal falsidade e o fez por maneira cabal, pulverizando as torpes insinuações do malevolo articulista.

Dou de mão a estas cousas mui conhecidas. Entro em materia. Alludi ha pouco á *Casa dos Bicos.* Nella residiu Pedro Dias Paes Leme, guarda-mór das minas. Deste solar

dá noticia o dr. Haddock Lobo no tombamento que fez de terras pertencentes a Paes Leme. Entendiam-se ellas desde a encosta do Morro de Sancto Antonio até á lagôa da Sentinella, tendo por divisas as actuaes ruas do Lavradio, Riachuelo e Frei Caneca. Assevera ainda o dr. H. Lobo que o povo deu a esse predio o nome de *Nau Rapadura!*

Conhece todo o mundo a celebre *Casa dos Bicos* situada na Ribeira Velha de Lisboa. Pertenceu, dizem, a um herdeiro do grande Affonso de Albuquerque, e em 1894 era occupada por um grande deposito de bacalháo.

Sempre pensei que nestas redondezas cariocas só houvesse de *Bicos* a casa do guarda-mór Paes Leme. Tirou-se desta illusão o sr. Antonio Augusto Campos da Cunha, residente em S. João d'El-Rei. Enviou-me amavelmente um retalho do *Archivo Pittoresco*, volume V (1862), no qual deparei com o trecho seguinte: "Em Cantubi (sic), provincia do Rio de Janeiro existe uma casa chamada dos "Bicos", que foi pertença de uma familia muito poderosa, já fallecida. Um de seus antepassados presenteou d. João VI com uma gallinha e doze pintos todos de ouro massiço. Querendo saber-se quem fôra o primeiro possuidor da casa e buscando-se nos archivos do imperio documentos que podessem satisfazer este desejo, meramente de curiosidade, encontrou-se o nome seguinte, que era de quem a tinha mandado edificar: — D. Maria Renalse Recovalta Reconquesia Perininqua de Godões Campeão Catareilo.

Seria tal casa a mesma da lagôa da Sentinella? Teria sido esta dona de nome tão estrambolico antepassada dos Paes Leme? — Não. — Recorria a todos os genealogistas desta antiga e importante familia, e nada encontrei sobre Catarellos e Campeões. Em minha humilde opinião acho ter sido isto pilheria enviada daqui para o *Archivo Pittoresco*, que então se occupava da legendaria *Casa dos Bicos* de Lisboa.

Resta appellar para os entendidos. Antes que se declarem, e ao ler nome tão arrevezado da tal D. Maria da gallinha e pintos de oiro, vem-me á lembrança a genealogia fabulosa dos Fialhos engendrada por frei Joboatão. Começa deste modo: "No tempo de Noé, depois do diluvio nasceu Linho Gonçalves, filho de Linhaça Rodrigues e de Torrão Mendes e tiveram muito herdamento, principalmente em Monte Mór Velho. Este Linho Gonçalves casou com Róca que herdou o morgado de seus irmãos D. Estrega e Fuso Pires e desse matrimonio nasceu D. Fio, senhor de Linhares que correu as sete partes do mundo. Este D. Fio casou com D. Massaróca Delgada que depois se ajuntou com D. Sarilho e houveram uma filha por nome D. Linhaça comadre e grande amiga de Aguda Agulha."

E vae por ahi o rev. Franciscano. Faz lembrar o celebre e estapafurdio romance *O Lenço de Luiz XIV*.

Deste modo quiz o historiador da Companhia de Jesus metter á bulha os pretenciosos, que, julgam ter nas veias sangue azul, quando não possam de simples páos de larangeira. *Vanitas vanitatum!*

Domingo, 11 de Junho de 1911.

CORPO DE DEUS

Estamos ainda dentro do oitavario de *Corpus Christi*. E como precisamente, por simples coincidencia, nesta semana ha factos notaveis antigamente occorridos, vem de molde lembra-los.

Ligam-se á nossa Archi-Cathedral e á procissão de Corpo de Deus, que desse tempo saiu na Quinta-feira, 15 do andante mez.

Como bem se sabe, a primitiva sé desta cidade foi installada no morro hoje do Castello, e na egreja de S. Sebastião.

Com o exodo do povo para a planicie houve necessidade de remover a nossa cathedral para a planicie ou vargem.

Esteve para ir funccionar na ermida de São José, ficou alguns annos na egreja da Cruz, houve projecto de transferi-la para a Candelaria. Afinal, durante 70 annos, teve séde na egreja do Rosario.

Em 1808, chegou ao Rio de Janeiro a Familia Real. Os Carmelitas, para dar accommodações aos regios immigrados, tiveram de ceder o seu convento e egreja, sitos na antiga praia de Nossa Senhora do O'.

Nesse local existia em tempos antigos uma ermida com tal invocação. Nella residiram por pouco tempo os monges de S. Bento e depois os frades do Carmo, que alli levantaram novo e mais amplo santuario juncto do convento, começado a edificar em 1619 com pedras tiradas da hoje ilha das Enxadas.

O principe regente d. João, usando do direito do Padroado, elevou o templo carmelitano á categoria de Capella Real.

Eis o teôr do alvará de *15 de Junho de 1808*. E' documento interessante pouco conhecido. Diz seguinte: "Faço saber aos que este Alvará com força de lei virem que sendo-me presente a situação precaria e incommoda em que se acham o Cabido e mais ministros da Cathedral desta minha cidade e Côrte do Rio de Janeiro, em uma egreja alheia e pouco decente

ios officios divinos, e desejando estabelecer-lhe um local, em que com o devido decôro possam exercer o ministerio de suas funcções, não só por seguir o exemplo de meus predecessores e perpetuos padroeiros de todas as egrejas do Estado do Brasil, concorrendo com tudo o que era necessario para a conservação e fabrica das mesmas egrejas, e considerando por uma parte as necessidades actuaes e mais urgentes do Estado a que cumpre acudir sem demora, e que me não permittem continuar as obras da nova Cathedral, a que dera principio meu augusto avô o Sr. Rei D. João V de gloriosa memoria, e por outra parte não querendo perder nunca o antiquissimo costume de manter junto ao meu real Palacio uma Capella Real, não só para commodidade e edificação da minha Real Familia, mas sobretudo para maior decencia e esplendor do culto divino e gloria de Deus, em cuja Omnipotente Providencia confio que abençoará os meus cuidados e os desvelos com que procuro melhorar a sorte de meus vassallos, em geral calamidade da Europa: tendo ouvido sobre esta materia pessoas mui doutas e zelosas do serviço de Deus, e meu, e juntamente com o parecer do Bispo Diocesano, na parte que pode tocar á sua jurisdição espiritual e ordeira: Fui servido adoptar o plano que nas presentes circunstancias mais conviesse, ordenando a este respeito o seguinte:

"Que o Cabido da Cathedral seja logo com a possivel brevidade transferido com todas as pessoas, cantores e ministros de que se compõe no estado actual, em que se acha na Egreja da Confraria do Rosario, para a egreja que foi dos religiosos Carmelitas, contigua ao real Palacio da minha residencia, para onde se passarão egualmente os vasos sagrados, paramentos, alfaias, e todos os moveis que pertencem ao mesmo Cabido e possam de alguma sorte servir no exercicio de suas funcções... etc."

Neste documento allega o principe a impossibilidade de continuar a nova cathedral. De facto, onde está hoje a Eschola Polytechnica foi lançada a pedra fundamental da nova Sé. Iam as obras em andamento quando tiveram de parar.

E' por isso que o Largo de S. Francisco de Paula teve o nome de Praça da Sé Nova, denominação que se extendeu tambem á rua do Ouvidor.

Os capitulares não se demoraram em mudar de residencia. Segundo o testemunho dos contemporaneos o fizeram por maneira atropelada e pouco conveniente. Vai isto sob a responsabilidade de Joaquim José da Costa Soares, chronista do Rosario, que em um opusculo (1886) narra detidamente as tropelias e desfeitas soffridas pela Irmandade dos pretos por

parte dos conegos, que em casa alheia queriam mandar mais que os legitimos donos!

No dia seguinte, *16 de Junho de 1808*, saia pela primeira vez da nova Cathedral a procissão de *Corpus Christi*.

Leva o sacramento o novo bispo d. José Caetano da Silva Coutinho, que fizera sua entrada pública nesta cidade em 13 de Maio desse mesmo anno.

Escuso dizer que d. José foi depois presidente da Constituinte e mais tarde senador do Imperio.

A presença no prestito do principe regente, dos filhos e do sobrinho d. Pedro Carlos, da fidalguia, dos cavalheiros das tres Ordens de Christo, Aviz, S. Thiago, e do Cabido, do clero secular e regular, de toda a magistratura, altas patentes da Marinha e Exercito, do Senado, da Camara, de irmandades, confrarias e ordens terceiras, davam á procissão imponencia e grandeza nunca vistas no Rio de Janeiro.

Guarneciam em alas as ruas as tropas pagas e milicianas. Das janellas pendiam colchas e sanefas de damasco e setim.

Salvaram as fortalezas na saida e entrada da procissão. E os soldados deram as tres descargas festivas da ordenança. "Enfim, diz o padre Luiz Gonçalves, tão pomposa e magnifica procissão, não digo o Brasil, mas a America inteira jamais vira".

Em tempos antigos a fortaleza da ilha das Cobras dava salva real, isto é 101 tiros. Tal era o estrondo que houve reclamações. Foi diminuido o numero de tiros, e marcada outra fortaleza.

Esta era a chamada procissão da cidade. Na Quinta-feira seguinte houve outra tão grandiosa, feita pela Casa Real. O trajecto limitou-se apenas ao largo do Palacio, enquanto a primeira percorreu as principaes ruas da cidade.

Esta segunda procissão sempre se realizou no oitavario, durante a estadia da Familia Real no Brasil; depois de 1821 cahiu em desuso.

A da cidade sempre continuou com egual brilho durante o primeiro e segundo imperio. Existia ainda muita gente, que a viu e não me deixaria mentir.

Não repetirei o que já escrevi sôbre esta procissão, em que figuravam S. Jorge, seu escudeiro e o homem de ferro, o estado, a musica da quinta, etc.

Muito melhor do que eu tractou magistralmente do assumpto em obras impressas o meu bom amigo e mestre o dr. Mello Moraes Filho.

Não posso, porém, deixar de salientar os conflictos havidos antigamente a proposito da procissão de *Corpus*.

Ora, era o Senado da Camara obrigado por lei a dar velas e que negava cêra aos sacerdotes capitulares. A questão era

levada ao conhecimento do Conselho Ultramarino e o rei chamava a Camara ao cumprimento do dever.

Ora, eram as irmandades que demandavam entre si pelo direito de precedencia, isto é, de irem no logar de honra por ordem de antiguidade. São curiosas estas questiunculas decididas pelo tribunal da Consciencia e Ordens. Duravam ás vezes annos e annos!

Nem sempre o Cabido estava para luxo, e desejava fazer a procissão ás carreiras. E' o que se deprehende de uma reclamação endereçada ao rei pelo Senado da Camara desta cidade, em data de 11 de Septembro de 1745.

Diziam os vereadores que a procissão de Corpo de Deus era uma das que se falam com toda *celebridade*, e a que assistia o Senado encorporado e saia da Cathedral com o Reverendissimo Cabido, que sempre costumava em dia tão solenne ir com capas de asperges, não se vendo capitular algum sem essa decencia.

Que só naquelle anno sairam os conegos em procissão na mesma fórma, com que costumam rezar no côro, sem mais adôrno que as suas usuaes e ordinarias capas, não esperando que se junctassem as irmandades e communidades para o pio e costumado concurso, de que se compunha a referida procissão, e que já no anno antecedente o mesmo acontecêra na fórma com que se atropelou a ordem e logar, em que sempre foram os cavalleiros das tres ordens militares. Causou isto total perturbação e egual escandalo, faltando-se em acto tão sério á devida compostura e ao que a antiguidade, uso e costume estabelecêra.

Resultou desse proceder não irem os cavalleiros na procissão do anno de 45, por se julgarem expoliados da posse, em que sempre estiveram.

E porque taes novidades são prejudiciaes, pediam os do Senado ao rei, houvesse por bem ordenar ao Cabido, que nas festividades reaes a que assistia a Camara, se abstivesse de alterar o uso e costume, e não faltasse á solennidade e decencia devida a actos similhantes."

O rei por intermedio do Conselho Ultramarino ordenou que os reclamantes se queixassem ao bispo e que este desse informações sôbre o acto.

Destas faltas de attenção em dia tão memoravel dão noticia os nossos velhos manuscriptos. Basta lembrar entre aquellas as picardias feitas ao governador Diogo de Menezes, por occasião da procissão do Corpo de Deus, em 5 de Junho de 1608, na então villa de Olinda.

O procurador foi o proprio bispo, o atrabiliario d. Constantino Barradas, que já com o governador anterior, Diogo Botelho, tivera conflictos.

D. Diogo de Menezes, em carta escripta ao rei em data de 12 de Julho, queixa-se amargamente *das insolencias* do diocesano.

E' extenso e curioso documento, prova da lucta secular entre o poder civil e o ecclesiastico, defendendo cada um as suas prerogativas.

Domingo, 18 de Junho de 1911.

O DR. MACEDO

Para mim, foi hontem um dia cheio. Deu-m'o Ernesto Senna, com a publicação, no *Jornal do Commercio*, do succulento artigo commemorativo, em que condensou a biographia do Dr. Joaquim Manuel de Macedo, trabalhador infatigavel, cujo nome, no dizer de Escragnolle Doria, não tem o apreço que merece.

Tudo quanto escreve o Senna, tem para o signatario destes apontamentos sabor especial. Além de ser um *bom* em toda a extensão do termo, na singeleza de suas palavras revela ser erudito e laborioso. Nada diz sem se apoiar em documentos ou no testimunho de contemporaneos. Corre daqui para alli, estuda, indaga, perscruta, e o que Senna produz tem o cunho da verdade nua e crua. Demais é elle um dos chefes dessa milicia, da qual sou um simples recruta, conservadora das tradições de pessoas e cousas do passado, sempre fonte de bellos e patrioticos ensinamentos.

Fallando do Dr. Macedo, com quem convivi, e do *Fantasma Branco*, Senna tocou hontem na minha corda sensivel. Despertou-me lembranças e saudades de factos, que por scena tiveram o palacete do Matta, onde por muito tempo funccionou o Internato do Collegio de Pedro II.

Quem deve ter ficado com cara á banda com a leitura do referido artigo são os amaveis *cicerones* da Ilha de Paquetá, que aos visitantes mostram como curiosidade a decantada pedra da *Moreninha*. Por informações dadas pela viuva do auctor do *Moço Louro*, Senna provou que a acção do romance apparecido em 1844, não teve por theatro a formosa ilha dos Amores, como lhe chamava d. João VI.

Conheço um moço, natural de Paquetá, aliás illustrado, que, em tempo, me declarou ir contestar a authenticidade da

pretendida pedra. Não era geralmente indicada, mas outra assentada em diversa parte da ilha! E para isso desenrolou-me uma série de argumentos e provas incontestaveis. Este tal camarada, si leu o artigo do Senna, deve ter ficado tambem no *ora veja*.

Nullificada assim a lenda, ha males que vêm para bem. Lucrará com isso a familia proprietaria da chacara, onde se dizia estar o tão fallado pedregulho. Não supportará mais as caceteações dos curiosos, que a todo o instante pediam licença para atravessar a referida chacara. Então nos domingos de *passeio*, era um Deus nos acuda. A gente da casa via-se em palpos de aranha, á vista da multidão, que pretendia entrar pelo portão. Muitos, mais audaciosos, julgavam aquillo servidão pública e invadiam a propriedade alheia e por ella seguiam sem licença, como o vilão *por casa de seu sogro*.

Si os proprietarios quizessem especular, teriam fonte segura de receita. Probidosos, nunca imitaram os carcereiros do castello de If, os quaes mostravam a extrangeiros embasbacados as masmorras em que estiveram engalfinhados o padre Faria e Edmundo Dantès, futuro conde de Monte Christo.

Nem tambem seguiram o exemplo dos nossos Carmelitas, que alli na ermida de Nossa Senhora do O', mostravam aos fanaticos uma touca de Sanct'Anna e tres cabellos pertencentes á Virgem Maria!

Já paguei o meu tributo de curiosidade. Ainda no anno passado, subi com difficuldade a *pedra da Moreninha*. Ao meu amigo dr. Pereira da Silva fiz sentir que, sendo a pedra lisa e escorregadia, a Moreninha se arriscava a algum trambolhão. Deu-me o meu companheiro razões. Calado, tive de as ouvir.

Hoje as considero não acceitaveis, á vista do que fica referido.

Volto á vacca fria. Disse eu que convivi com o dr. Macedo. Como é sabido, foi elle professor de Historia do Brasil do Collegio Pedro II. Em 1865, fui seu discipulo, quando cursava o septimo e ultimo anno. O retrato feito pelo Senna é exacto e perfeito.

Naquelle tempo não eram permittidos aos alumnos dares e tomares com seus professores. Macedo conservava sempre na aula ar austero, comquanto nós soubessemos que elle cá fóra era lhano, espirituoso e uma das principiaes figuras da celebre Sociedade Petalogica. Esta funccionava na actual praça Tiradentes, do lado da Secretaria do Interior e paredes em meio da casa do major João José, sacristão-mór da egreja do Carmo e sogro do actor Galvão, o apreciado actor dos dramalhões de capa e espada.

Nunca pude comprehender como, sendo Macedo homem illustrado, não permittisse a seus alumnos apreciar a nossa Historia, com um pouco de Philosophia. Era repetir o que estava no compendio e nada mais. Si Nabuco fosse vivo, não me deixaria mentir. Muitas vezes foi chamado á ordem, quando pretendia fazer considerações sôbre a Guerra Hollandeza, Inconfidencia Mineira, Pedro I, a dissolução da Constituinte, etc.

E quando lhe dava na mente mandar o alumno transcrever na pedra, palavra por palavra, os fastidiosos mappas annexos ao compendio? Aquillo era grande cacetada, diminuida pelo soccorro de algum companheiro, verdadeiro ponto soprador, como se usa em theatro.

Nesses dias Macedo levava a escrever folhetins para a *Revista Popular* ou a revêr provas de escriptos seus. De quando em vez, levantava a cabeça, ou não via a "colla", ou se mostrava despercebido, enquanto o pobre paciente suava em bicas e almejava a hora de terminar a aula.

Quando Macedo foi para a Camara dos Deputados, teve por substituto Salvador de Mendonça.

Este, sim, moço cheio de esperanças, fazia bellissimas prelecções, dignas de estudantes adeantados. Tinha um grande merecimento, alêm de outros: no meio do maior enthusiasmo, se ouvia soar a hora, levantava-se automaticamente, deixando o auditorio a ver navios. Possuia um cacoete: as palavras acabadas em *ento*, Salvador as pronunciava como terminadas em *iento* — *descobrimiento, instrumiento, acontecimiento, etc*. Não sei si se corrigiu desse defeito. E' quasi certo.

Não o via ha muito tempo. Ha mezes encontrei-o na Avenida, velho e alquebrado pelos soffrimentos. Quiz abraçal-o. Não o fiz; porque receei que elle me não conhecesse e para evitar amolação, no meio da rua. Vinha accompanhado por sua senhora.

Fecho o prentheses. Conheço e canto de ouvido toda a musica do *Fantasma Branco*. Fiz parte dos córos, ensaiados pelo padre Antonio Maria Corrêa de Sá e Benevides, depois bispo de Marianna e então professor de sciencias naturaes, no Collegio.

Servia-se de um piano alugado pelos rapazes, á razão de 25$ por mez. Este modesto Pleyel era tocado pelo Camara, nas horas de recreio, e muitas vezes na aula de Dansa do Rocha, substituia a rabeca do Sousa ou do Cavarelli, quando estes faltavam.

Excusa dizer que a representação do *Fantasma* teve caveira de burro. Nunca chegou a ser realizada.

Já por vezes tenho fallado do José Romualdo de Noronha, companheiro do João Caetano, compadre do Paula Brito e muito

amigo e admirador do dr. Manuel de Macedo. Ficando aphonico, Romualdo deixou a arte dramatica e foi ser inspector de alumnos do Internato. Para ser agradavel a Macedo, planejou levar á scena, no collegio, o drama *Arthur ou 16 annos depois* e o *Fantasma*, mediante subscripção pelos collegiaes. Arranjou-se dinheiro, compraram-se madeiras, pannos, tintas, etc. Na sala de banhos, foi armada uma caranguejóla, onde todas as tardes o Moncorvo exercia a scenographia. Fazia-o magistralmente.

Já alludi, nestas notas, ao *Arthur*, em que Nabuco mostrava pouca inclinação para o palco. Seria pateado, si não se emendasse, dizia o Romualdo. No *Fantasma*, fazia o papel de Juca José Joaquim Alves, que acabou tragicamente em Icarahi, procurando salvar a noiva, prestes a ser tragada pelas ondas. Morreram ambos. O capitão Tiberio seria executado pelo Francisco Vieira de Almeida, meio barrigudo e de pernas arqueadas. Tinha muita graça, voz de barytono e poderia rivalizar com a Martinho. Teve a papel de Basilio, o Mello, filho do Mello da Policia. Muito espirituoso, era da gente morrer de riso vê-lo arremedar cada um dos professores.

A Ernesto Frederico da Cunha, hoje medico, coube o papel de mana Galathéa. Era uma perfeita velha. Cantava com muito chiste, com musica do *Barbeiro de Sevilha*, os versos que começam:

> "Amor é fogo de palha,
> E' tratante e vil magano."

Não me lembro quem fazia os papeis dous ermãos basbaques Antonio e Francisco. Não tinham a embocadura o Moreira Pinto, no papel de Julio, nem o Magalhães, na parte de Mariquinhas. Sempre esperançado, o Romualdo dizia que, á custa de ensaios, os faria entrar no bom caminho.

O grande côro, com musica da *Somnambula*, merecia sempre applausos por parte do ensaiador. Começava assim: "Branco fantasma de aspecto horrivel", etc..

Os outros trechos eram tirados do *Belisario*, da *Traviata*, da *Cenerentola*, do *Elixir d'Amor* e de partes musicaes da lavra do Dionysio Véga.

Estava tudo prompto, mas por grande caiporismo o dia da representação nunca chegava. O primeiro embaraço foi a saïda de parte da *troupe*. A ella pertenciam alguns bachareis de 62. Os substitutos não agradaram.

Novo empecilho foi creado pelo vice-reitor, frei José da Purificação Franco, depois Abbade de S. Bento. Do reitor, o bom dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego, nunca houve

opposição. Tinha garbo de mostrar as habilidades dos rapazes confiados á sua severa, mas justa direcção.

Ainda hoje não sei explicar como tudo deu em droga. O facto é que Moncorvo perdeu todo seu trabalho. As madeiras serviram de lenha para cozinha do Collegio. Os pannos constituiram depois divisões dos quartos dos creados.

E foi assim que o Macedo deixou de ter essa homenagem por parte de jovens amadores!

De tudo, porém, ficaram a lembrança e a saudade desses tempos felizes, despertados hontem, repito, pelo artigo do Senna, de quem é velho e sincero admirador o escriptor destas linhas.

Domingo, 25 de Junho de 1911.

SÃO JOÃO

O que não se faz em dia de Sancta Luzia, guarda-se para outro qualquer dia. Demais, não é fóra de proposito tratar do filho na data consagrada á sua progenitora.

Do calendario e, sem duvida, S. João Baptista um dos sanctos mais venerados e populares. Não sei, porém, explicar o motivo, por que nesta nossa cidade não teve o precursor do Messias ermida, capella ou sanctuario proprio. Um ou outro modesto altar nesta ou naquella egreja, e nada mais.

Parece que os nossos antepassados se contentavam, aqui, com reverenciar o sancto com os retumbantes folguedos pyrotechnicos: bichas, rodinhas, busca-pés, foguetes do ar, pistolas, cabeças de alcatrão e fogueiras nas ruas e praças!

Entretanto, nos dominios da antiga capitania do Rio de Janeiro e S. Thomé, teve S. João casa: em S. João da Barra, Itaborahi, Barra de S. João, Meriti, etc. Alli mesmo na margem oppostas da nossa bahia, onde está assentada a cidade capital do Estado do Rio de Janeiro, desde 1660 havia pequena ermida consagrada ao Baptista, a qual foi elevada á categoria de freguezia, sob o titulo de S. João de Carahi, como queria o finado e illustre dr. Macedo Soares.

Foi preciso que ao Rio de Janeiro viesse o principe dom João. Viu tal indifferença pelo sancto de seu nome e procurou tira-lo desse quasi ostracismo. De mãos dadas com o bispo d. José Caetano da Silva Coutinho, muito devoto, como se verá, de S. João, o principe regente determinou fundar uma nova freguezia, que tivesse por padroeiro o filho de Sancta Izabel.

Até os limites de Jacarépaguá extendia-se a jurisdicção parochial do vigario de S. José. Era impossivel a esse pastor attender aos interesses espirituaes de tantas ovelhas, disseminadas por tão vasta extensão de territorio. Por alvará de 15 de Maio de 1809, foi creada a nova parochia de S. João Baptista, tendo por limites a praia de Botafogo, até o sitio da Tijuca. E para séde da matriz foi designada a capella da Conceição do engenho Rodrigc de Freitas, perto da lagôa Sacopenapan, enquanto, diz o alvará, se não edificava de novo outra egreja propria.

Quer isso dizer que o Sancto não deveria ter ficado contente em ir para casa emprestada, velha, e capella particular de simples engenho. Não ha gostos perfeitos! Nesse mesmo dia tomava posse do parochiato o padre Manuel Gomes Pinto.

Diz Pizarro que nesse tempo o novo departamento ecclesiastico comprehendia 224 fógos, 1.480 almas, devendo aliás conter ao menos 1.944 E' o que se póde chamar estatistica feita por palpite.

Mas, perguntará o benevolente leitor, porque d. João levou para tão longe seu patrono onomastico? Razões de conveniencia, porque o Thesouro real não permittia luxos, e um templo novo não se faz do pé para a mão e sem dinheiro.

O decreto de 13 de Junho de 1808 mandou encorporar ao patrimonio da Corôa o engenho e terras da lagôa de Rodrigo de Freitas, para alli se estabelecer uma fabrica de polvora e officinas de fundição de peças de artilharia e canos de espingarda.

Era antiquissimo o engenho de Sacopenapan. Pertencêra, nos fins do seculo XVI, a Diogo de A. Soares, e depois a seu genro Sebastião Fagundes Varella, que, por novas terras obtidas da Camara, augmentou a área do engenho, que pagava de fôro 6$500 annuaes. Segundo o processo de adjudicação, tão vasta propriedade, em 1808, comprehendia todo o districto, que corre do forte de S. Clemente até o morro dos Dous Irmãos e do Nascente, tudo que corria desde a praia do mar até o alto da serra da Lagôa, inclusive a Lagôa e pesca nella; bem como todas vertentes, desde suas nascentes, na serra até suas barras na dicta Lagôa.

As linhas divisorias constavam de uma planta levantada pelo capitão Cony, ajudante de ordens do general Napion, trabalho typographico que foi aproveitado por Paulo Gaicoux (em 1844), que mediu e demarcou esse importantissimo immovel, encorporado então aos bens nacionaes. (Vide vol. 62° da *Revista do Instituto Historico*).

Por uma noticia da *Gazeta de Lisboa* o citado engenho da Lagôa pertencêra a Rodrigo de Freitas Castro, fallecido

em 1748. Deste passou ao seu filho João de Freitas Castro, casado com d. Leonor Maria de Mello Pereira Sampaio, fallecida em 1779, em estado de viuvez. Por morte dos dous passou a grande propriedade ao dominio de Rodrigo de Freitas Mello e Castro, casado com d. Josepha Morganda Leonor Thomasia Cardoso de Meneses. Já viuvo, Rodrigo de Freitas falleceu, em 22 de Dezembro de 1803, e, dentre seus herdeiros, ficou senhora do engenho, por convenio feito com sua ermã d. Maria do O —, d. Maria Leonor de Freitas Mello e Castro.

Houve necessidade de demorado processo de habilitação, o qual durou até 1826, conforme leio na *Collecção Nabuco*. Sómente em 27 recebeu a proprietaria 42:193$430 e mais os juros correspondentes.

Pondo de parte outras particularidades, basta dizer que foi na antiga capella do engenho installada a nova freguezia de S. João Baptista da Lagôa.

Não ha bem que sempre dure. A capella da Conceição era muito antiga. Dizem Pizarro e Moreira de Azevedo, que fôra construida antes de 1732. Muito antes, digo eu, porquanto foi ella edificada pelos primeiros donos do engenho. O resultado não se fez esperar: um bello dia desabou o pequeno templo, e S. João ficou sem casa. Foi transferida a pia baptismal para a capella de S. Clemente.

Cessou a infelicidade do Sancto pelo acto generoso de Joaquim Marques Baptista de Leão.

Cedeu este para factura de nova capella um terreno com vinte braças de frente e oitenta de fundo, na rua Nova de S. Joaquim (hoje Voluntarios da Patria). Fôra essa via pública, aberta em 1826, por Marques de Leão, em terras de sua fazenda da Olaria. Deu-se principio á construcção, cuja pedra fundamental foi lançada pelo já citado bispo Silva Coutinho. Durante sua vida concorreu este prelado com a quantia de 474$600 para as obras, e seus herdeiros com mais 1:823$290. Um pequeno reparo: é bom notar que os dous d. José (o bispo). Entretanto, pullulavam nesta cidade os maiores benfeitores de S. João foram um Joaquim e um João. E' que naturalmente, estes preferiam gastar o cobre com o foguetorio a dar de esmolas para edificação do sanctuario — Modos de entender a religião.

Não lhes devemos querer mal por isso. A vontade do cidadão é livre. Cada um senhor de seu dinheiro.

Deu-se, porém, reacção favoravel. Foi reconhecido, que o templo não correspondia á importancia do já então populoso arrabalde de Botafogo. Appareceram novos benfeitores, affluiram esmolas e donativos. Cogitou-se logo de erguer

novo e mais amplo sanctuario. A' frente dessa nova cruzada collocou-se o parocho, o inolvidavel, virtuoso e venerando sacerdote Francisco Martins do Monte. E é por isso que no dia de sua festa recebe S. João a veneração dos fieis e sinceros devotos na nova egreja, cuja cruz foi collocada na frontaria, em 24 de Junho de 1875. No dia 24, em seu altar-mór, lá esteve o sancto cercado de flores, com ar de bondade, parecendo convidar a meninada a admirar o carneirinho, branco como a neve.

Escrevi, ha pouco, que a egreja de S. João Baptista da Lagôa está edificada em terrenos da antiga fazenda da Olaria. Esta pertenceu, outr'ora, a Francisco de Araujo Pereira, negociante de muita importancia e dignamente apreciado pelo vice-rei marquez de Lavradio, e fallecido em 4 de Março de 1816.

Esta fazenda da Olaria é desmembração da antiga e vastissima chacara de S. Clemente, que ia desde a praia de Botafogo até perto da Piassaba, na entrada da lagôa.

Foi aforada pela Camara ao dr. Clemente M. de Mattos, thesoureiro-mór da Sé, muito dado a negocios, proprietario na cidade e industrial. Falleceu em 1702. Desses assumptos territoriaes já se occuparam o velho Innocencio Maciel, o dr. Mello Moraes pae, e o dr. Felisbello Freire, em eruditos artigos, na *Imprensa*. Ainda deve existir no fim da rua do Humaitá a capella fundada em honra a S. Clemente, pelo citado thesoureiro-mór.

A muita gente causa especie a denominação de *Botafogo*, dada a esse importante bairro do Rio de Janeiro. Sobretudo a extrangeiros isto muito admira. Um já me perguntou, si não seria tal nome devido á tradição da existencia de um vulcão extincto! E' verdade que no *Ostensor Brazileiro* (1846) um poeta falla em um combate contra os céos, provocado pelos Brontes, que depois de tomarem chá, atiram como armas as chicaras. Um delles figurou o *Pão de Assucar sempre de cume fumegante!!* O Tonante lança-lhe raios

> "E, ou por jazer algum gigante,
> Qu'inda chammas vomita exasperado,
> Ou dos relampagos pelo assiduo jogo
> Chama-se a curva praia — *Botafogo*".

E' isto producto de imaginação de João Pereira da Silva, no seu poema *A Estolaida.*

Conforme Pedro Taques, os Botafogos eram naturaes de Elvas. Ahi fundaram casa, que se perdeu e confiscou por or-

dem régia, por insolencias, soberba e resistencia ás justiças e outros motivos. Taques não os menciona. A causa principal da ruina foram alguns privilegios e exempções, com que os reis permittiram aos daquella familia edificarem um recolhimento de freiras em um pateo conhecido por muito tempo com o nome de rua de Botafogo.

Não poude um filho da casa, o qual gosava da privança do cardeal rei, d. Henrique, salvar os parentes da decadencia "por que os crimes e desobediencia de seus parentes foram taes, que foram perseguidos e confiscados os bens. Fugiram uns para Castella, e outros para diversas partes, inclusive o Brasil. O tal recolhimento foi, depois, doado aos Jesuitas. Nelle fundaram collegio. Ao Rio de Janeiro veiu parar João de Sousa. Obteve terras na enseada de Francisco Velho (hoje de Botafogo).

Entre seus antepassados conta-se o velho João de Sousa, casado com d. Francisca Villa Lobos. Estão ambos sepultados, diz Pinheiro Chagas, na egreja de S. Domingos da cidade de Elvas. Usavam os Botafogos, refere Sanches de Baena, como brazão, em campo de prata nove folhas de golfão de verde, postas em tres palas, e por timbre uma torre de prata, realçada de negro ardendo em fogo pelo alto".

João de Sousa Pereira de Botafogo aqui se estabeleceu, ligou-se a importante familia e deixou numerosa descendencia. De tudo resulta que os moradores do nosso bairro mais *smart* e aristocratico não se devem incommodar com denominação tão prosaica, dada ao sitio onde ergueram solares, palacios e palacetes.

Podem ficar tranquillos; pois o nome Botafogo cheira a nobreza e a sangue azul.

Domingo, 2 de Julho de 1911.

AJUDA

Depois de cento e sessenta e um annos, vae desapparecer o Convento das Religiosas da Conceição da Ajuda.

Em breve entrarão em actividade a picareta e o camartello, pondo por terra as antigas paredes de fortaleza desse feio casarão.

Constituira-se elle o ponto negro, a mancha do carvoeiro no meio da belleza e magnificencia da magestosa Avenida Central.

Forçoso, pois, foi ceder ás exigencias da esthetica mo-

derna e do embellezamento da nossa Sebastianopolis: *Ubi est major cessat miner*.

Não ficam, porém, os capadocios actuaes auctorizados a cantar, como seus predecessores de antanho, o fado, que assim começava:

> Si as freira d'Ajuda
> Si vissem na rua,
> Seria um Deus nos acuda,
> Na venda.

Nada disto, felizmente, acontecerá. Estou em crer que as religiosas abandonarão contentes seu antigo *habitat*. E, como a mulher de Loth, não olharão para traz. Vão em busca de novo ninho, solitario e silencioso, em que possam á farta exercer os rigores impostos pelo voto sagrado, quando receberam o véo.

Que o sitio da antiga chacara do demandista Manuel Fernandes da Costa já não era proprio para uma casa claustral, as proprias freiras havia muito o reconheceram. E ellas não escommungarão os demolidores da casa inaugurada por d. frei Antonio do Desterro. Em suas orações farão votos pelo progresso e engrandecimento desta cidade, onde muitas nasceram e conservam gratas lembranças de mocidade.

Pouco tempo durou a solidão, que no claustro procuravam encontrar essas esposas de Christo. Desapparecêra a infecta Lagôa Grande ou do Boqueirão, e em seu logar surgiu, graças a Luiz de Vasconcellos, o bello Passeio Publico. Foi o primeiro passo para o desenvolvimento do antigo bairro da Ajuda. Era o inicio do progresso da cidade. Começou então o ruido e bulicio dos apreciadores, em noites de luar, das ceias de arroz com camarão, sob os caramanchões, que no Passeio existem perto das pyramides em que Vasconcellos mandou inscrever o Amor do Publico e Saudade do Rio.

Quantas vezes aos ouvidos das professas não chegaram os descantes dos nocturnos trovadores, causando-lhes talvez o peccado da saudade de tempos idos e até arrependimentos!

Depois vieram os omnibus e as gondolas e, mais tarde, os bondes. A abertura da nova rua por detrás do convento, a passagem constante de carruagens, o vozerio da multidão, a abertura da Avenida, o constante desabar de predios velhos, a fabrica de gêlo, o bate estacas do Municipal, o foguetorio do Castello, as cornetas da Brigada, os realejos, o estrondo da dynamite a fazer caïr pedaços e blocos do antigo morro de S. Januario, os *Zés Pereiras* e cordões carnavalescos, as festas ruidosas do Monroe, as paradas militares, as manifestações

obrigadas a musicatas, os automoveis, — tudo tirava ao antigo convento as condições de uma verdadeira casa de meditação e penitencia.

E não é tudo. O susto soffrido durante a revolta de 93, em que algumas balas attingiram os tectos da egreja, os pavores originados pelas duas encrencas, e o recente apedrejamento contribuiram para que as freiras vissem com prazer chegada a hora de seu exodo para local mais afastado e mais proprio á vida contemplativa!

Foram mais felizes que as suas antecessoras, as recolhidas, as quaes, por ordem régia, de 16 de Abril de 1738, tiveram de ir para a rua e ceder a casa, sem indemnização, aos frades Capuchinhos. O povo poz a bocca no mundo. Os Barbonos recusaram o presente de mão beijada! Lucraram, porque se lhes deu casa propria, no local, onde está o quartel da Brigada Policial. Dalli foram elles, os Capuchinhos Italianos, despejados pelos Carmelitas em 1808, e sem indemnização.

Pelo referido e para encurtar razões, as religiosas da Ajuda poderiam repetir com a nossa arraia meuda: "E durma-se com um barulho destes". Com a cobreira a receber podem essas senhoras erguer nova egreja e cenobio, conforme as regras modernas, sem que sua casa apresente o triste aspecto de cafúa de aldeia.

O sitio para convento, no antigo *Caminho da Forca*, foi mal escolhido. Mais bem avistado andou Gomes Freire de Andrada, tirando as recolhidas de Sancta Teresa da chacara da *Bica* e dando-lhes a antiga ermida construida por Antonio Gomes do Desterro.

Ignora muita gente que nas proximidades da Ajuda houve projecto de se estabelecer um cemiterio!

Imaginemos, por momentos, o trabalhão dos fundadores do convento e mais tarde dos constructores da Avenida, e em nossos dias dos constructores do grande e luxuoso hotel em removerem para outro local as carcassas de individuos alli inhumadas durante annos e annos!

Foi-lhes propicia a sorte, porque, salvo êrro, o tal Campo Sancto não passou de projecto. Preferiram o actual largo de Sancta Rita, onde funccionou a necropole de pretos novos. O marquez de Lavradio removeu-a para o sitio do Vallongo.

Não admira. Quasi todas as nossas actuaes praças foram verdadeiros cemiterios. Na Praça Nova (Largo do Capim, hoje do General Osorio), houve o cemiterio dos Mulatos, no de S. Domingos, o da respectiva confraria; no Rocio o da Lampadosa, o qual começava no Campo da Polé, juncto ao

hoje Thesouro Nacional. A' regra não escapou a hoje Praça Quinze de Novembro.

Alli na calçada, juncto ao edificio do Instituto Historico, tiveram os Carmelitas o seu cemiterio, onde, em 1698, sepultaram milhares de cadaveres, victimas de tremenda epidemia de variola.

Como é sabido, enterrava-se gente dentro das egrejas, nos adros, e até no meio de certas ruas. A mortalidade era accrescida pelas grandes levas de Africanos, que para aqui eram trazidos pelos negociantes de carne humana. Falleciam muitos, felizes talvez por escaparem dos rigores do captiveiro! E tal era a deshumanidade dessa boa gente, que mandavam atirar nos mattos, nús e sem mortalha, as pobres victimas do mais nefando commercio, que jámais houve sôbre a terra! Contra factos tão horrorosos e indignos de christão chamaram a attenção do Governo da metropole os governadores Antonio Paes de Sande e Sebastião de Castro Caldas. Foram auctorizados a contractar com a Misericordia o serviço do enterro dos escravos.

A Sancta Casa acceitou a pia incumbencia. O que poderia, porém, fazer essa instituição, si a mortalidade era sempre crescente? E ella, nesse tempo, não dispunha para inhumações, sinão de pequena área, onde, segundo José Clemente, eram sepultados perto de tres mil cadaveres em cada anno!

Até 1709, os Franciscanos, no sopé do Morro de Sancto Antonio, davam sepultura gratuita aos indigentes e captivos. Nesse anno, para augmento da pequena necropole, pediram e obtiveram da Camara 18 braças de terreno. Os vereadores Diogo Rodrigues de Faria, Salvador Vianna da Rocha e Domingos Ferreira, na carta de concessão, diziam ser dado sem fôro tal terreno para evitarem consequencias prejudiciaes, com escandalo publico, bem como para auxiliar os frades nessa obra de Caridade e de Misericordia.

As cousas não melhoraram. Com relação a esses enterramentos, dirigiu d. João V, em data de 27 de Maio de 1722, uma carta a Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha, governador do Rio de Janeiro. Dizia o rei: "o Cabido *séde vacante* dessa cidade me representou em carta de 18 de Septembro do anno passado, que, no decurso do anno, entram nessa praça muitos mil escravos, huns de Angola e da Costa da Mina e ainda da Bahia e Pernambuco, dos quaes fallecem muitos, antes de se transportarem para as minas, e além destes, que vêm de mar em fóra, morrem muitos que são dos moradores, e para sepultura de tantos corpos não ha ahi cemiterio bastante e só ha uma coisa limitada ao pé do convento dos religiosos Capuchinhos, que não he fechado,

está em campo sem haver pessoa que delle trate, nem tome conta ou saiba quem se enterra e de cujos senhores sejam os escravos defuntos, e com este desgoverno se poderão enterrar corpos por outrem mortos, e como ao dito cemiterio todos mandam, quando vai a elle algum sepultar, os mesmos negros bruptos que os carregão são os que lhes fazem a cova está-lhe tão baixa que apenas fica o corpo coberto de terra, e tanto que este começa a corromper-se ajuntam os cães e desenterrão os corpos e os vão comendo".

Ouvidos os officiaes da Camara, respondeu Aires de Saldanha que, sendo necessario um cemiterio para escravos, indicava ser o sitio mais conveniente e accommodado o chamado Poço do Porteiro, depois ladeira do Seminario, indo para Nossa Senhora d'Ajuda.

Era o unico, em que se podiam abrir covas sem se dar facilmente com agua. Devia ser o dicto cemiterio murado com competente porta, como se via da planta juncta. A obra está orçada em um conto trezentos e treze mil septecentos e vinte tres mil réis. Seria necessario nomear um empregado que morasse perto e pudesse tomar conta de tudo. Devia haver um livro de registo, para nelle se lançarem os nomes dos sepultados, que os senhores dos escravos deviam pagar alguma cousa para custeio das despesas e manutenção do referido guarda. E terminando, dizia o governador: "me parece muito conveniente que o dito cemiterio se faça com a brevidade possivel, por ser obra tão pia e catholica e se evitarem tantos escandalos".

Ficou tudo em projecto. Não tiveram, pois, as recolhidas e depois as freiras da Ajuda tão má vizinhança.

Para os actuaes moradores passeantes da Avenida foi tambem um grande beneficio.

Os timoratos não tiveram medo de enxergar alli, á meia noite, almas do outro mundo; os carolas e devotos livraram-se do escrupulo de pisar terra consumidora das carcassas de tantos miseraveis desherdados da fortuna! Antes assim.

Domingo, 9 de Julho de 1911.

CASO DA BARRICA

Entre os *homens bons* desta nossa cidade, nos principios do seculo 18º se contava o cidadão da *republica*, como então se dizia, — José Caieiro da Silva.

Fundou em 1670 uma capella, no morro de que era proprietario, e que ainda hoje conserva a antiga denominação.

Para tal monte, como em nossos dias acontece, se subia por ingreme ladeira e por bibocas que recordam o sitio da Reboleira, da antiga cidade do Porto.

Não obstante o perigo de quebrar as costellas, lá ia o rei d. João VI com os filhos, na temporada do Natal apreciar o presepe do conego Philippe.

Para o velho Bragança, em se tractando de festas e devoções, não havia perigos nem embaraços. Maiores e mais de temer haviam affrontado os ascendentes de d. João desde o condestavel Nuno Alvares Pereira e o mestre de Aviz, depois d. João I.

Do exposto já se vê que me refiro ao morro do Livramento, onde Caeiro construiu tambem grande solar, que, com as terras do morro, passaram aos descendentes do citado conego e depois a Bento Pereira.

Como é sabido, foi este ministro da Guerra nos gabinetes de 20 de Novembro, de 27 a 3 de Agosto de 1832. Falleceu em 1837, occupando uma cadeira no Senado, como representante de Pernambuco.

Prescindo de minucias sôbre a chacara do Livramento, as quaes podem ser lidas nos livros do Tombamento da Intendencia Municipal, na *Chorographia* do dr. Mello Moraes Pae e nos conscienciosos trabalhos do operoso Noronha Santos.

Careço de espaço para me occupar com a personalidade do já referido Caieiro, prato de resistencia destas minhas despretenciosas notas.

Falleceu Caieiro em 15 de Agosto de 1736 e foi sepultado na antiga egreja da Candelaria. Em testamento, declarava possuir uma chacara no Vallongo, onde tinha uma capella dedicada á Nossa Senhora do Livramento, doze pretos, dous mulatos, tres crias, doze moradas de casas pela praia, de pilares de pedra e cal, dous barcos, afóra muitos trastes, tres cavallos, duas sellas preparadas, tres armas de fogo, duas pistolas, etc.

Declarara mais possuir uns chãos, onde estava fazendo umas casas de sobrado, atraz da rua da Cruz, para o mar, e ter mais juncto ás mesmas obras, a pedra para o cáes e "arcos" e todo o mais necessario para as dictas obras".

Por ahi vejo: vivia Caieiro na *aurea mediocridade* do poeta. Era proprietario no tempo, em que se não pagava imposto predial, nem o Rio de Janeiro se dera ao luxo de *civilizar-se* com embellezamento. Havia bôa cal de mariscos, muita pedra e tijollo bem cozido.

Para affrontar salteadores e ladrões não fazia caso dos *quadrilheiros* (policia do tempo). Em casos de apuros, lá estavam as armas de fogo e pistolas.

Quando quizesse passear, tinha á sua disposição tres bucephalos e os competentes petrechos.

Para negociar ou vir em passeio maritimo gosar dos esplendores da nossa bahia era só chamar os captivos e lançar o banco rumo ao mar.

Demais tinha a mania constructora. Si não fallecesse, seria apontado como um dos benemeritos da rua do Ouvidor e da rua do Mercado. E é bom notar: naquelle tempo o proprietario era obrigado a construir deante da testada de suas casas. Hoje, felizmente, estamos livres dessa exigencia municipal.

Antes de proseguir, um pequeno commentario ao testamento do tal Caieiro. Falla em *arcos*. Porque? Quasi todas as casas á beira-mar apresentavam o primeiro pavimento sustentado por arcarias, constituindo verdadeira galeria, por onde se passava abrigado do sol e chuva. Servia tambem para depositar generos de consumo. A Alfandega era pequena, e os negociantes serviram-se desse meio para evitar estragos e até roubos.

Taes arcos chegaram até nossos dias. Delles existiam alguns, ainda ha bem poucos annos, nos predios que olhavam para o antigo cáes de Braz de Pinna, depois dos Mineiros.

A' vista do referido, devia ser Caieiro um homem feliz. E sel-o-ia até o fim da vida, si um momento de ira não fizesse delle um criminoso. Vem-me á memoria uma estampa do *Thesouro de Meninos*. Representa Alexandre, matando um seu intimo amigo. Dizia a legenda — "um momento de cólera fez de Alexandre um assassino!" Com o Caieiro a cousa não chegou a tal extremo.

Deu elle causa a uma grande questão, em que interveiu o rei de Portugal, o qual mandou trancafiar o proprietario do Livramento na cadeia, por espaço de algum tempo. Da pena não o livrou a sancta de sua particular devoção. E por que?... Si elle provocou conflicto entre magistrados e deu causa a uma crise, durante a qual se poderia paralysar o commercio e fechar as portas da Alfandega? Fica-se desde já sabendo; Caieiro da Silva é um dos patriarchas das modernas *grèves!*

Eis o caso. Por não bastarem as imposições ou tributos para pagamento da guarnição desta cidade, pediu a Camara á

metropole mais soldados e dinheiro. Esta fez ouvidos de mercador, pois estava sem arame, em razão das guerras, etc. Em desespêro de causa, os moradores da cidade se offereceram para pagar dez por cento de todas as fazendas aqui importadas. D'ahi o imposto chamado *Dizima da Alfandega*. O rei á vista de tanta abnegação, acceitou (pudéra não) o offerecimento; em carta de 18 de Outubro de 1699, D. Pedro II, cheio de phrases engrossadoras, agradecia o patriotismo e desinteresse de seus leaes subditos! Em verdade: povo que toma sobre si semelhante encargo é excepcional. Vai isto em honra dos nossos antepassados. O imposto era arrematado por um particular. Dava certa garantia ao Governo, que lucrava pela certa — negocio da China.

Não vêm a proposito citar as providencias para que tal imposição voluntaria tivesse efficaz cobrança. A cousa corria além de toda a espectativa.

Governando Aires de Saldanha o fisco, deu nova regulamentação á cobrança da referida dizima. Não esteve pelos autos o nosso amigo Gaieiro.

Em um dia em que na Alfandega se furava uma barrica a elle pertencente, oppoz-se á diligencia. Não contente, cai de bordoada no pobre preto, méro executor de ordens. O juiz da Alfandega prende o caceteiro. Caieiro não fez caso e, appellando para as suas immunidades de *moedeiro*, recorre ao ouvidor geral.

Si Deus me der vida e saude, ainda hei de cacetear os meus leitores, tractando desses privilegios, de que tanto se usava e abusava naquelles bons tempos.

Começou o conflicto de jurisdicção entre o ouvidor geral, o juiz e tambem o ouvidor da Alfandega. De tal modo, di-lo Aires de Saldanha, em carta de 9 de Outubro de 1721, as cousas estiveram, "que infallivelmente seria de grande prejuizo para a arrecadação da Fazenda Real e descarga dos navios, pois se esteve em termos de fechar a Alfandega e tambem a casa da Moeda".

O Juiz da Alfandega, homem prudente, procurou diminuir, apaziguar a desordem. Não assim o ouvidor Paulo de Torres *Rijo* Vieira, magistrado cujo nome dá idéa de seu character.

Os administradores do contracto fazem-lhe requerimento para que elle ouvidor se dê por suspeito. Rijo Vieira maltracta os requerentes. Estes se vão queixar ao governador Aires de Albuquerque, o qual manda chamar o ouvidor e o adverte. Rijo Vieira desattende, fiado em que o governador nada podia fazer, em virtude do alto e importante cargo de justiça, como ouvidor, que exercia. Vendo-se sem fôrças e

assim quasi desmoralizado, Saldanha escreve ao rei, pedindo providencias sôbre esses constantes attritos entre as primeiras auctoridades da Capitania.

Por intermedio do Conselho Ultramarino, respondeu dom João V, em data de 12 de Maio de 1722. Ficava sciente de tudo, bem como do que lhe mandavam representar o ouvidor e juiz da Alfandega. Termina deste modo:

"Me pareceu dizer-vos que o Ouvidor Geral andou muito accelerado em não esperar pelo cumprimento da avocatoria, que passou o Juiz da Alfandega e levar o preso da cadeia em que estava para outra, não sendo preso seu com egual e maior excesso em prender o meirinho, que hia fazer a dita citação, os quaes procedimentos foram todos violentos e como taes se reconhecem; nesta consideração sou servido o chameis á vossa presença e da minha parte lhe extranheis as taes acções e tambem em soltar o preso Joseph Caieyro da Silva, sem que fosse castigado, como merecia, pelo excesso com que impediu se furasse a barrica de farinha e que nestes termos ordenareis ao dito Ouvidor prenda logo o dito réo na cadeia publica e nella o tenha debaixo de chave pelo tempo de dous mezes... e chamareis ao dito Juiz da Alfandega e lhe declareis sobre neste particular, na forma de seu regimento e foral da Alfandega e se vos declara que bem fizestes em advertir ao Ouvidor e em vos absterdes de outra demonstração maior, porque esta não vos pertencia, mas a mim e a vós só advertil-o e dar-me conta."

Em 21 de Novembro de 1722, Aires Saldanha respondia que era fallecido o ouvidor Rijo Vieira, e que Caieiro da Silva tinha sido internado na cafúa.

Tudo isto consta do volume X das curiosas e excellentes *Publicações do Archivo Nacional.*

Ellas, porém, nada dizem sobre o pobre preto, que apanhou e ficou calado. Naturalmente era algum misero escravo, gente destinada nesses tempos a ser armazem de pancadas! A corda sempre rebenta pelo lado mais fraco!

Domingo, 16 de Julho de 1911.

DIAS SANCTOS

Conforme noticias telegraphicas, o summo pontifice Pio X riscou do calendario grande número de dias sanctos ou de guarda.

Não são ainda conhecidas as razões, por que o papa tomou similhante alvitre. Naturalmente, reduzindo a menor número taes festas, quiz o vigario de Christo fossem as restantes solennizadas com mais esplendor e maior reverencia.

Não é a primeira vez, e isto não nos deve causar surpreza, que os papas têm tomado tal resolução. Mesmo entre nós existem factos, que comprovam a minha affirmativa. Basta lêr as obras de *Direito Ecclesiastico* da lavra de d. Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, bispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro, e o erudito e distincto homem de lettras o dr. Candido Mendes de Almeida, antigo senador no tempo do Imperio, e as folhinhas do Ogier, Fabregas, Cardoso, Paula Brito e Laemmert, etc.

A diminuição dos dias consagrados ao serviço de Deus ou em honra de bemaventurados, foi assumpto de escriptos de varios ecclesiasticos de valor.

Em França citam elles os concilios provinciaes de Sens (1524), de Bourges (1528), de Bordeaux (1583). Nessas reuniões da Egreja Gallicana eram os bispos acconselhados a diminuir os dias chamados de guarda. O papa Benedicto XIV promulgou duas bullas justificativas do proceder do actual chefe da egreja catholica. O mesmo practicou Clemente XIV com referencia aos estados da Baviera e de Veneza. Em França, di-lo o padre André no seu Diccionario de Direito Canonico, do qual vim extrahindo este pequeno exordio, eram antes da Revolução muito amiudados esses grandes dias.

No tempo do Consulado foi publicado um indulto do legado cardeal Caprara, pelo qual além dos domingos seriam sanctificados sómente os dias da Ascensão do Senhor, da Assumpção de Nossa Senhora e de Todos os Sanctos. Tal indulto dado em 9 de Abril de 1802 teve a approvação dos representantes do poder civil, em 29 Germinal ou 19 de Abril do referido anno.

Não entro aqui nas razões apresentadas pelo referido cardeal, compativeis com o então estado da França, depois das crises por que passava. Estuda depois André os factos passados durante o govêrno de Napoleão e de seus succes-

sores, referentes ainda á questão sôbre a materia destas despretenciosas notas.

Deixando de parte o occorrido em paizes extranhos, lembrarei apenas o breve concedido a Portugal pelo papa Gregorio XVI, de 17 de Junho de 1844, e anteriormente a bulla de Innocencio XIII, de 27 de Janeiro de 1722, declarando de preceito a festa de Sancto Antonio de Padua em toda a America, ainda Hispanhola.

Passo porém ao Rio de Janeiro. Aqui nos tempos coloniaes além de sanctificados ou de guarda gosavam das honras de grande gala os dias de Anno Bom, de Reis, de S. Sebastião, Quinta-Feira Maior, Primeira Oitava da Paschoa, de Corpo de Deus, de Sancto Antonio, de S. João, de S. Pedro, Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Reino de Portugal, Natal, Primeira Oitava do Natal, e S. Silvestre. Lê-se o referido no *Almanack Historico da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*, composto por Antonio Duarte Nunes — Anno de 1799 e publicado no tomo 21° da *Revista do Instituto Historico*.

Havia dias festivos de verdadeiro supplicio para os habitantes do Rio de Janeiro, principalmente por occasião das procissões de S. Sebastião e do Corpo de Deus. A cidade parecia vir a baixo. Tremiam as casas, quebravam-se vidraças, choravam, assustadas, as crianças, e as moçoilas sujeitas a *flatos* tinham verdadeiros chiliques, tal o estrondo da artilheria da fortaleza de S. Sebastião do Castello.

Dava tres salvas reaes, ao saïr, ao recolher e durante o percurso dos prestitos religiosos. Taes foram os inconvenientes dessa *encrenca* de polvora sêcca, que a Camara protestou, no tempo de Luiz Vahia Monteiro (o Onça). D. João V attendeu á reclamação, ordenou fossem dadas as salvas pela fortaleza de Sancto Antonio da ponta da ilha das Cobras (lado do mar).

Andou de 1750 a 1777, tambem na ponta, o dia 19 de Março, consagrado ao patrono onomastico do rei d. José I.

Além da festa celebrada na ermida, perto da Cadeia, com prégação, bandeiras e foguetorio, havia cortejo na residencia dos vice-reis, formatura de tropas e luminarias á noite, e as competentes cabeças de alcatrão. Fallecido o rei, o dia do patriarcha S. José passou da moda, e o patrono dos carpinteiros teve de se contentar com homenagens menos chaleiras, mas muito mais sinceras e devotas.

Foi, como é sabido, o dia 30 de Janeiro de 1752 escolhido pelos engrossadores do tempo para inauguração da *Academia dos Selectos*. Poetas e poetastros, em portuguez e

em latim entoavam lôas a Gomes Freire de Andrade em vespera de partir para as Missões. Entre os incensadores figura a poetisa d. Angela do Amaral Rangel, cujos merecimentos poeticos são exaltados por Joaquim Norberto em suas *Brasileiras celebres*.

Bom é não confundir esta poetisa carioca com outra d. Delfina Benigna da Cunha, do Rio Grande do Sul e nascida posteriormente. Ambas, porém, eram cégas.

Naquelle dia 30 houve festa em S. José, de cuja irmandade era juiz Gomes Freire. Deste modo o Sancto, nesse anno, teve uma duplicata.

Volto aos dias sanctos. Por muito tempo em Portugal e suas colonias guardavam-se as festas ordenadas pelo papa Urbano VIII. Eis o número dellas: Todos os domingos do anno. Natal, Circuncisão, Resurreição e suas oitavas, Ascensão, Espirito Sancto e suas oitavas, Corpo de Deus, Invenção da Sancta Cruz, Purificação, Annunciação, Assumpção, Natividade e Conceição de Nossa Senhora, S. Miguel, Sancto Antonio, S. João Baptista, S. Pedro e S. Paulo, os outros onze Apostolos, Sancto Estevão, Sanctos Innocentes, S. Lourenço, S. Silvestre, S. José, Sancta Anna, Todos os Sanctos e Coração de Jesus. Aqui e só para o Rio de Janeiro eram tambem de guarda o dia de S. Sebastião, e desde 1710 o de S. Januario (19 de Septembro).

Além de todas estas datas commemoradas não se trabalhava em certas freguezias no dia da festa dos respectivos padroeiros. Ajuntem-se as festas dos sanctos collocados nos oratorios nos cantos das ruas, e que eram celebradas nas egrejas proximas, e se poderia dizer que o Rio de Janeiro era a cidade de constante badalar de sinos, foguetes e comesainas dadas pelos festeiros.

Chegaram a tal poncto as cousas, que o Governo teve pedido de providencias contra tantos dias de *descanso* e de folguedos. Interveio no negocio o grande beato e carola o principe regente, depois d. João VI. Obteve do nuncio apostolico Lourenço Caleppi o indulto de 16 de Março de 1811. Em virtude dessa lei ficaram os dias de guarda reduzidos a 17.

Foram instituidos os chamados dias *dispensados*, marcados nas folhinhas com uma só cruz.

Nelles era permittido o trabalho manual com condição de se ouvir missa.

Cumpre notar: o indulto de Caleppi só tinha applicação na diocese do Rio de Janeiro. Para o resto do Brasil continuava como anteriormente.

"As grandes distancias entre os logares, disse em 1852 o ministro da Justiça, da residencia e trabalho e as egrejas em que se celebram os officios divinos inutilizaria para a maior parte do Imperio o beneficio que se procura obter com as *dispensas*. Teriam especialmente os nossos fazendeiros e agricultores uma lucta constante entre os interesses de trabalho, e é facil calcular os terriveis effeitos de práctica diversa em fazendas vizinhas." Quer isto dizer que quem é pobre não tem luxo. Negro não precisava de missas.

Por essa e outras razões obteve o nosso Governo do papa Pio IX o breve de 16 de Julho de 1851, substituido pelo de 11 de Junho de 1852. Para todo o nosso territorio reduziram ainda os dous breves o número dos dias Sanctos de guarda. Foram estes os que até pouco eram conservados. Quanto aos dispensados ficaram abolidos.

Do citado breve de 1852 extrahimos dous trechos explicativos do que ainda hoje se practica. "E para que a devoção de S. José, esposo da Bemaventurada Virgem Maria, se conserve e mantenha ainda nesse paiz de alguma maneira peculiar, queremos e ordenamos que em todos os dominios do Brasil, no terceiro Domingo da Paschoa da Resurreição de Nosso Senhor Jesus Christo, a festa do Patrocinio de S. José seja perpetuamente celebrada com o rito de segunda classe duplex, sendo observadas as rubricas". E' isto cumprido pela Irmandade de S. José, que a principio celebrava a festa do padroeiro no dia 19 de Março.

"As festas dos Sanctos Patronos ou Oragos das dioceses, cidades, logares e parochias do Imperio seriam transferidas para o respectivo Domingo seguinte."

Eis o que sôbre o assumpto consegui apurar. Quanto ao mais não metto mãos em materia de disciplina ecclesiastica. Manda quem póde. Obedecer é servir.

Quem sabe, porém, si de *motu proprio* o pontifice não quiz compensar muitos dos nossos empregados do commercio, os quaes nos dias de preceito trabalham até 10 horas da noite ? Vêem elles outros companheiros de classe em plena liberdade ir a pagodes, corridas, cinemas, etc., não cuidando de missas e da memoria dos sanctos bemaventurados ! Mal de muitos consôlo é. Não póde, pois, haver razão de queixa.

Domingo, 23 de Julho de 1911.

MÃO FURADA

Deram com verdade nossos antepassados a denominação characteristica de *fradinhos da mão furada* a certos religiosos célebres por inauditas proezas.

Trefegos e relaxados, primavam uns por seu espirito desordeiro e amigo de luctas; andavam até armados de facas, pistolas e outras armas offensivas, promptos como os capadocios de nossos dias a provocar rôlos e conflictos.

Outros se destacavam por seu genio ganancioso. Entregavam-se a negocios.

São os minas em busca do ouro. Tornavam-se verdadeiros contrabandistas com prejuizo do Real Erario.

Aquelles, por ambição dos cargos conventuaes, não se pejavam de perseguir e prender os adversarios. Estes, enfim, em tricas eleitoraes poderiam dar licções aos mais denodados politiqueiros e cabalistas dos tempos hodiernos.

Caíram-me da penna estas linhas, depois da leitura do tomo X das curiosas *Publicações do Archivo Publico*. Por ellas se vê quanto deram que fazer frades turbulentos ao governador Aires de Saldanha de Albuquerque.

Em dias de Fevereiro de 1718 os religiosos do Carmo, de S. Paulo, principalmente seu superior, frei Matheus e frei José Camello agarrando na portaria a João da Costa, sapateiro, o fecharam em um carcere e o metteram por alguns dias no tronco. Deram-lhe depois tantos açoites, que o misero chegava a verter sangue por diversas partes do corpo.

Feito o competente corpo de delicto, o ouvidor enviou ao provincial a competente certidão para que este castigasse os delinquentes. Indo, porém, aquelle magistrado em visita ao referido convento, chegou a concluir que os criminosos nada haviam soffrido. Pertenciam ao partido dominante no Convento.

Em Domingo do Espirito Sancto de 1720, os frades Franciscanos da villa de Sanctos, prenderam no adro da egreja a Antonio Freire Agostim, escrivão das execuções. Foi este levado ao capitulo, ao som de campa tangida.

Alli, por ordem do guardião frei José de Sancta Brigida, foi barbaramente açoutado o tal funccionario da justiça, em presença tambem de muitos seculares.

Servira de pretexto a tanto excesso o seguinte facto: Antonio Freire, o escrivão, andava de ronda. Encontrava fóra de horas um escravo do Convento. O preto respondera-lhe mal, e o Freire lhe déra algumas vergastadas.

Taes escandalos deram muito que fallar aos povos de S. Paulo e Sanctos. Por intermedio do já referido ouvidor, chegaram taes factos ao conhecimento de d. João V. Em carta de 15 de Março de 1720, o monarcha dirige-se a Aires de Saldanha, ordenando que: os respectivos prelados enviem a Lisbôa as cópias das sentenças contra os culpados. "E como os referidos excessos por escandalosos merecem promptissimo remedio, me pareceu ordenar-vos, em virtude da resolução de doze do presente mez e anno, em consulta do meu Conselho Ultramarino, que por via equenomica (sic) desse governo, façais logo saïr desse Estado para este reino, não só os prelados locaes que o eram dos dictos conventos, ao tempo em que nelles se commetteram tão grandes delictos e excessos, mas todos os mais frades que vos constar foram cumplices e participes dos taes escandalosos excessos, e esta diligencia fareis depois que os dictos prelados locaes e mais frades delinquentes houverem sido castigados pelos seus provinciaes, na fórma das leis de suas religiões, e ser por elles dada a satisfacção ao escandalo que a meus povos causaram os referidos successos".

A's ordens régias respondeu Saldanha em missiva de 30 de Julho de 1720. Frei Camello havia fugido. Frei Matheus havia sido punido e, satisfeita sua penitencia, havia-se recolhido ao convento do Carmo desta cidade.

Quanto ao delicto dos Franciscanos, assegurava ao rei que o novo provincial ia tirar nova devassa e puniria os culpados, como de justiça. No mais, Aires de Saldanha, cumpriria á risca as determinações de s. magestade".

Os provinciaes defenderam os taes prelados locaes. Veio então ordem da metropole para só serem enviados á Côrte os frades auctores e cumplices. E tudo se cumpria, dando Aires de Saldanha amplas informações, as quaes constam do citado volume X das *Publicações do Archivo Publico*.

Mau grado as providencias do Governo, jámais se emendavam os fradinhos de mão furada. Para não ir muito longe, temos os Carmelitas aqui do Rio de Janeiro. Estes sempre se distinguiram por suas desordens e alicantinas.

Não permittiam a principio que passassem pela frente de seu Convento enterros feitos pela Misericordia. Seguidos pelos escravos armados de cacetes aggrediam os ermãos da Sancta Casa. Essas desordens motivaram um protesto do antigo provedor dr. Matheus da Costa Alvim, dirigido em 25 de Novembro de 1622, pugnando pelos privilegios da Misericordia com referencia a serviço funerario.

Neste documento já quasi illegivel declarava o dr. Matheus que sessenta annos antes de chegarem ao Rio de Ja-

neiro os Carmelitas, já a Misericordia por fôrça de seu compromisso tinha o direito de fazer enterros.

Ora, os Carmelitas só vieram a esta cidade em 1590 e a se dar credito á exageração do citado provedor, poder-se-á tambem sustentar houvesse sido fundada a nossa Misericordia em 1530! Repito de proposito esta circunstancia. Vai ella com vista ao que ainda sustentam ter sido a epocha da fundação da Sancta Casa em 1545!! Nesse tempo só havia aqui Tamoios a negociarem com Francezes.

No tempo de Gomes Freire houve necessidade da fôrça pública cercar o Convento, situado, como é sabido, na actual praça Quinze de Novembro. Para pôr os soldados em respeitosa distancia, collocaram o Sanctissimo Sacramento em uma das janellas. Os militares fizeram a continencia com marcha batida, e os frades fugiram pelos fundos.

Chegaram os abusos a tal ponto, que no vice-reinado de Luiz de Vasconcellos foi ordenada pela raïnha d. Maria I rigorosa reforma da Ordem Carmelitana. Foi feita sob a direcção do bispo d. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco. Para entrar no Convento foi preciso auxilio de tropas!

Elogiam os bons resultados desta reforma varios chronistas contemporaneos.

Folheando ainda o citado volume X, encontram-se muitas e muitas irregularidades practicadas pelos frades de Sancto Antonio. Em materia eleitoral a lucta travou-se uma vez entre os filhos do Reino e os naturaes do Brasil. Para conciliar questões veio o breve da *Alternativa*. Em um triennio occupavam cargos os Portuguezes e no immediato os Brasileiros.

Medida tão razoavel teve a opposição de frei Miguel de S. Francisco, muito citado em seu *Sanctuario Mariano* pelo religioso frei Agostinho de Sancta Maria.

De frei Miguel disse Aires de Saldanha: "porque não obstante se fazer provincial no decurso de 17 annos, em que bem mostra a ambição do govêrno, tenho bastantes indicios que donde está que são daqui doze leguas fomenta alguns frades para reclamarem sobre a dita *alternativa*, e si o conseguir me persuado que tornarão aos antigos disturbios".

Sôbre o schisma da Ordem da Penitencia desta cidade fornecem as cartas de Aires de Saldanha excellentes informações. Com tantas desordens de sacristia viu-se abarbado o successor de Saldanha, Luiz Vahia Monteiro. Ora tinha esperanças de reconciliar os dous partidos, ora os via mais encarniçados.

Não estou exagerando. Em 30 de Septembro de 1721 escrevia o mesmo Aires, acêrca do inicio da decisão da Ordem Terceira da Penitencia: "os quaes (ermãos) andam entre si em odios mortaes, ainda entre maridos e mulheres, seguindo estas uma parcialidade e os maridos outra, e com isto andam em pleitos, cada dia crescem mais os dictos odios mortaes, os quaes podem redundar em similhantes inquietações ás que nos tempos passados aqui houve, de que resultaram tantas mortes, como presentemente ia succedendo sôbre quem devia levar um defunto, chegando a termos, que sem dúvida haveria um grande estrago, si eu não o atalhara, e os dias antecedentes se via o mesmo, si eu lhes não ordenasse que não corressem a Via Sacra".

Hoje felizmente já não ha frades *da mão furada,* nem cabalistas eleitoraes por amor dos cargos. Seguem outra orientação, mais práctica, de accôrdo *com o progresso.* E, quando algum quer pôr as manguinhas de fóra, é reprimido.

Quer isto dizer que o nosso clero regular actual é muito mais morigerado e respeitador das conveniencias sociaes. Sabem ao menos salvar as apparencias. Desappareceram os religiosos intrigantes e desmoralizados de antanho, cujos feitos, de que estão cheios os nossos annaes, se prestariam a verdadeiras farças e comedias, tão ridiculos foram.

Domingo, 30 de Julho de 1911.

O BISPO GUADALUPE

Naquelles primeiros dias de Agosto de 1725 ninguem mais fallava na partida do ex-governador Aires de Albuquerque. Os opportunistas da epocha procuravam as bôas graças do novo astro, que havia pouco surgira no horizonte governamental — Luiz Vahia Monteiro, chamava-se elle, depois denominado o *Onça.* A principio tudo eram salamaleques, mais tarde transformados na mais crúa guerra. Esta pôz-lhe o juizo a arder. O infeliz Vahia acabou louco varrido.

A attenção, porém, da arraia miuda, sempre ávida de novidades e de festas de egreja, concentrava-se na pessôa do novo bispo d. frei Antonio de Guadalupe. Aqui chegára no dia 2 do citado mez, e no dia 4 tomava posse da cathedra prelaticia.

Nascera na villa de Amarante em 27 de Septembro de 1672. Tinha pois 53 annos. Filho do desembargador Jero-

nymo Sá Cunha e de d. Maria Cerqueira, pessôas nobres, estudou d. Antonio, com brilhantismo, Humanidades. Pela Universidade de Coimbra recebeu o gráu de bacharel, e seguiu a carreira da magistratura. Occupou o cargo de juiz de fóra de Trancoso.

Em 23 de Março de 1701 vemo-lo tomar o habito franciscano no Convento dos Capuchos. Por que tão repentina transformação? Alguma paixão contrariada? Desgostos por êrro do officio? Nada disto: o filho de Amarante mandou a beca ás urtigas por uma simples razão. Dá ella o grau de integridade de character do futuro successor de frei Francisco de S. Jeronymo no bispado do Rio de Janeiro.

Entendia o juiz de fóra que a justiça devia ser egual para todos. Isto é tão velho como a Sé de Braga.

Inimigo de empenhos e pistolões, o letrado de Trancoso não se quiz sujeitar ás exigencias dos manda-chuvas da terra. Entendiam principalmente os nobres fazer pressão sòbre as sentenças e julgados dessa auctoridade local.

Aborreceu-se o letrado de intrigas e vilanias, e procurou a solidão do claustro. Delle o foi tirar d. João V, dando-lhe a mitra de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Ora ahi está simplesmente, porque d. Antonio deixou a vara branca para cingir o cordão de filho do patriarcha de Assis. Já por ahi se vê quanto era elle homem de antes quebrar que torcer. Disto deu depois innumeras provas.

Já naquelle tempo o pistolão estava na baila. E a tal ponto chegava o abuso que a metropole prohibira enviar do Brasil cartas de empenho para a rainha, principes, ministros e pessôas de sangue azul. Foi para inglez ver. Como as cousas continuaram, sabem-no todos. Ficou até hoje de pé e em evidencia o brocardo: quem não tem padrinho morre pagão. Procurou fugir da regra o futuro d. Antonio, e como excepção deve seu nome ser apresentado como specimen muito raro desde que o mundo é mundo.

Si vivesse em tempos hodiernos, passaria por exquesitão; queria tornar-se célebre. Dahi quem sabe? Talvez não pudesse escapar das ondas do engrossamento e do chalerismo.

Máo grado seu atilamento não poude aqui d. Guadalupe furtar-se á influencia dos chaleiras. Mas o bispo d. Antonio conhecia-os pela pinta.

Eis o caso: o bispo fundara em honra a Gonçalo de Amarante na egreja de S. Pedro uma Irmandade. Tornou-se em breve a confraria uma das mais numerosas da cidade. Della queriam fazer parte moços, velhos e até muitas velhas. Como todos sabem, este Sancto é o casamenteiro das senhoras, que entraram na compulsoria. Tres conheci já ma-

duras. Não perderam até á morte a esperança do *conjugo vobis*. Diziam que o coração nunca envelhecia. Morreram solteiras e foram de palma e capella e em caixão roxo.

Pois bem, partindo o bispo do Rio de Janeiro, foram paulatinamente desertando os devotos. Em poucos annos a Irmandade havia desapparecido. Salvou S. Gonçalo a Irmandade dos Clerigos, que tomou a si o culto do padroeiro da terra de d. Antonio de Guadalupe. Foi contando com tal reviravolta de opinião, que esse principe da Egreja deixou á Irmandade dinheiro. Já por ahi se vê quanto o bispo conhecia os vira-casacas.

Da vida de além tumulo devia rir-se desses tartufos accommodaticios, os quaes como Jano da fabula apresentam duas caras.

Seja como fôr, o povo sempre sincero guardou gratas lembranças de seu *sacerdos magnus*. Foi elle protector da infancia desvalida. Creou o Collegio dos Meninos Orphãos de S. Pedro, bem como o Seminario de S. José, juncto á ladeira do Porteiro (depois do Seminario). Protector de viuvas e de donzellas, sua bolsa estava sempre aberta para as auxiliar. Liberal, nunca se cansou de offerecer paramentos e ornatos para diversos templos. Obtendo a transferencia da Sé para a egreja da Cruz, á sua custa correu com os gastos. Enfim, basta lêr seu testamento e ver-se-ha que d. Antonio foi pastor recto, justiceiro e de grande bondade de coração.

Não estou escrevendo biographia. De sua governação espiritual, dá provas monsenhor Pizarro, que não é suspeito; sacerdote regalista e membro do Conselho da Consciencia e Ordens não poupa elle censuras a alguns de nossos chefes ecclesiasticos.

Removido do bispado do Rio de Janeiro para o de Vizeu, embarcou d. Antonio já doente. Seus achaques progrediram durante a viagem. Chegou a Lisbôa em 26 de Agosto de 1740 e no dia 31 falleceu.

Foram-lhe por ordem do rei feitas solennes exequias. De sua modestia conta-se o seguinte: nunca deixou de usar o habito franciscano, côr de pinhão. Pediu para ser sepultado em cova rasa, como simples leigo ou ultimo ermão da communidade.

Ha um outro traço characteristico de Guadalupe: é sua energia contra os ecclesiasticos, a cujas desordens procurou pôr barreiras. Foi elle quem mandou edificar a prisão ecclesiastica conhecida pelo nome de *Aljube*. Quando recolhidos á cadeia pública eram os padres os primeiros a fomentar desordens e revoltas entre os presos civis.

Os primeiros a soffrerem a acção disciplinar de d. An-

tonio foram exactamente os seus confrades Franciscanos do morro de Sancto Antonio. Quizeram oppôr-se ás ordens do bispo. Por fim capitularam. Crescendo as intrigas eleitoraes, desvios e arbitrariedades, foi o bispo nomeado reformador da Ordem. Por algum tempo cessaram as irregularidades.

Com a partida do reformador recrudesceram, chegando quasi até nossos dias.

Que o diga o grande Mont'Alverne que, apezar de seu grande valor e merito, soffreu desfeitas e perseguições de seus proprios ermãos em Christo, verdadeiras nullidades comparadas ao eximio prégador. Sempre as toupeiras a quererem emparelhar com as aguias!

Cumpriu, pois, esse prelado Guadalupe religiosamente o mandado de Christo "dado vobis pastores, qui pascent vobis scientia et doctrina". Onde, porém, se encontram provas authenticas do character justo, ordeiro e disciplinador do bispo é nas suas Pastoraes copiadas por monsenhor Pizarro. Temo-las em um codice do Instituto Historico. Nestes curiosos documentos se retrata a vida da sociedade de então, seus usos, costumes e até abusos contra os quaes procurou dom Antonio oppôr embargos. Por vezes visitou elle a Cathedral e varias egrejas desta cidade e do interior do extenso bispado. Suas constantes advertencias ao Cabido, ao qual deu até regimento, fazem crer que os capitulares não exerciam com zêlo e criterio os deveres de seus cargos.

E' impossivel citar todos os factos probantes de como o diocesano zelava a decencia do culto. Entrando, em uma Segunda-feira sancta, na antiga egreja de S. José viu umas figuras grotescas, representando scenas da Paixão. Mandou retoca-las immediatamente, pois pareciam mais bonecos de feira do que imagens dignas de veneração.

Prohibiu mascarados nas procissões. Algumas damas da *élite* carioca davam-se ao luxo de irem aos templos em rêdes, palanquins ou cadeirinhas. Em vez de saltarem no adro, faziam-no no interior mesmo dos sanctuarios. Outras levavam escravas com tapetes, almofadas e alcatifas. Dava isto logar a questões sôbre preferencia de logares. Com taes escandalos acabou o bispo.

Não consentia comer nem beber nos consistorios das egrejas, depois das festividades. Ou comessem em suas casas, ou em casa apartada. Essa práctica continuou depois. Em nossos dias é o que se vê. Ha gente que em dias festivos não põem em casa panella ao fogo. Almoçam e jantam no interior das egrejas. Acabada a funcção religiosa, ainda levam em lenços, doces e guloseimas. Servem de sobremesa para o dia seguinte.

São altamente suggestivas as considerações e conselhos de d. Antonio aos senhores de escravos, cuja deshumanidade ia ao ponto de não lhes ensinarem a doutrina, não os baptizarem e sepulta-los como cães.

Os vigarios e sacerdotes deviam confessar mulheres sómente em confessionarios com grades. Não o podiam fazer em logares escusos, corredores, etc. Damas e donzellas não deviar ir ás missas da madrugada. E tambem lhes era vedado pararem ás portas dos templos para confabularem com os representantes do sexo feio.

Contra o meretricio ou caftismo moderno deu providencias para evitar escandalos contra a Moral social.

E' bom notar: naquelles tempos já era grande nesta cidade a corrupção. Os vicios eram tão numerosos como actualmente. Lavrava a prostituição clandestina. E eram os proprios senhores de escravas os primeiros a permittirem que as pobres creaturas mercadejassem com seus corpos. O que queriam era o cobre. Esse triste estado de cousas só acabou em nossos dias, deante da energia de um delegado de policia — o dr. Miguel Tavares. Guadalupe não consentiu nas chamadas Casas de Quilombos (hoje hospedarias da lua) "onde se usavam mal dos corpos, diz elle, e se corrompia a alma".

Partindo daqui o energico prelado, tudo voltou á antiga. Hospedarias, alcouces, casas de commodos pullulam hoje nesta cidade, em ruas habitadas por familias e gente honesta e séria. Houve um chefe de policia, o Siqueira, que desejou regulamentar a prostituição. Nada conseguiu. A isto se oppuzeram os empenhos, pistolões e a politicagem da epocha!

Domingo, 6 de Agosto de 1911.

DE ITAPIRU' A PEDRO ALVARES CABRAL

Bem conhecida é a tendencia dos antigos povoadores do Rio de Janeiro a procurar terras longe do litoral. Nellas estabeleciam engenhos, roças, grangearias e chacaras.

Deram-lhes exemplo os Jesuitas, fundando o seu *Engenho Velho* e posteriormente o *Novo*. Eram elles senhores de uma sesmaria, que se extendia desde o Rio Iguaçú (hoje Comprido) até Inhaúma.

Tendo se perdido os autos da primeira medição da sesmaria e havendo necessidade de começar segunda medição

em 1753, os vereadores tiveram a ingenuidade de pedir aos da Companhia de Jesus os documentos necessarios.

Os Jesuitas fizeram recuar o seu limite do rio Iguaçú para o de Catumbi, palavra que, segundo Theodoro Sampaio, quer dizer matto verde. Os edis do tempo não perceberam a tramoia. Bastava-lhes apresentarem o livro velho de sesmarias e provar que na zona entre o Iguaçú e o Catumbi existiam, desde principios do seculo XVIII, individuos que reconheciam foreiros da Camara. Nada adiantava citar seus nomes, os quaes serviriam para provar a minha primeira asserção. Apenas desejo mostrar ter sido o bairro de Catumbi um dos primeiros procurados pelos nossos antepassados.

A parte do valle mais vizinha da cidade chamava-se Catumbi pequeno, e a do sertão Catumbi grande. Neste lembro-me agora terem sido situadas as terras de Salvador Corrêa de Sá, depois por este cedidas ao Convento do Carmo. Neste sitio muito mais tarde foi edificada a actual Casa da Correição conhecida tambem pelos peraltas, desordeiros e capadocios por hotel ou palacio de Catumbi.

Para da cidade a gente ir a Catumbi havia primitivamente dous caminhos, o da Bica (depois de Matacavallos) e o Capueruçú.

A direcção do primeiro é muito conhecida. A do segundo partia da rua Direita e seguia a linha da actual rua da Alfandega. Cortava o campo de S. Domingos, buscava a lagôa da Sentinella, a reunir-se ao da Bica. Dahi, os dous reunidos, continuavam pelo Barro Vermelho e formavam a estrada de Mataporcos até terras dos Jesuitas.

Houve mais tarde outras vias de communicações para Catumbi. Refiro-me ao prolongamento da rua do Piolho (actual da Carioca) ordenada pelo conde da Cunha. Esse alvitre do vice-rei deu em resultado a rua Nova do Conde, actual Frei Caneca, hoje alargada e constituindo verdadeira avenida um pouco tortuosa. Do referido se conclúe que a Catumbi póde-se applicar o annexim popular: todos os caminhos vão dar á venda, traducção fóra da letra do brocardo com referencia á cidade de Roma.

Para facilitar a communicação entre Catumbi e o bairro do Iguaçú, foi aberto mais um caminho, denominado travessa de Catumbi, depois rua do mesmo nome e mais tarde rua de Itapirú. Começava junto aos terrenos ou chacara de Dyonisio Orioste, notavel por suas copadas mangueiras e

vendida á Ordem de S. Francisco de Paula para ahi estabelecer o seu cemeterio.

Terminava esta rua no caminho da Cova da Onça, depois da Conciliação e hoje Barão de Petropolis em homenagem ao dr. Manuel de Valladão Pimentel, conhecido e afamado clinico, sogro do venerando dr. Catta Preta.

O nome de *Conciliação* proveio de se terem composto dous proprietarios em uma questão de terras. Não diz a chronica, si por este facto houve illuminação no bairro, bandeiras e modestos foguetes do ar, muito differentes dos de hoje. Quando a dynamita arrebenta, é um Deus nos acuda. Pobres doentes e senhoras em estado interessante! Soffra quem soffrer. O que se quer são manifestações de regosijo com estampidos, ainda em contrario ás posturas municipaes do tempo em que o Rio de Janeiro não se tinha ainda *civilizado*.

Tomo, porém, o fio desta minha perlenga. Bom é dizer o seguinte: o nome de Itapirú (appello ainda para o illustre Theodoro Sampaio, quer dizer pedra escalvada) foi dado pela Illustrissima Camara Municipal em Abril de 1875, diz Noronha Santos, em commemoração da passagem do exercito brasileiro no rio Paraná e tomada do forte de Itapirú em 17 de Abril de 1866 sob o commando do intemerato general Osorio.

Parece á primeira vista, depois deste pallido historico, que a rua Itapirú devia ser ampla via de communicação, bem alinhada e melhor calçada. Puro engano. E' verdadeiro caminho da roça, cheio de lamaçaes e caldeirões, escura e muito apropriada para proezas de gatunos, ratoneiros e *flôr da gente*.

Caï das nuvens e, como eu, muita gente ao ler uma reclamação no *Jornal do Commercio*, assignada por varios moradores, em que se refere o acima enunciado.

Pois uma rua, que tem placas em commemoração a feitos brilhantes do nosso exercito, tem tão triste sorte? Pois uma rua que recorda o nome (fallando só dos mortos) de importantes residentes taes como José de Oliveira Barbosa, de seus filhos, dos Navarros, da familia Sciblitz, de Mello Moraes pae, do visconde de Sousa Fontes, de monsenhor Nazareth e muitos outros, não merece cuidados dos poderes municipaes? Rua, á qual desde 1896 foi concedido calçamento á parallelipipedos não realizado até hoje. Já é demasiado caiporismo. Não quadra isto com o respeito e consideração para varões illustres sepultados em S. Francisco de Paula e de saudosa memoria.

E, o que é mais, na rua de Itapirú possuiu terrenos

e casa um remoto parente de Pedro Alvares Cabral. Quando foi da commemoração do descobrimento do Brasil, alguem lembrou esta circunstancia. Não pegaram as bichas, e o mesmo descaso e incuria continuaram. Agora é agarrar com trapo quente. Os moradores resignem-se e aguardem o proximo centenario! Talvez sejam mais felizes e obtenham aquillo que seus antecessores viram por um oculo. Pobre antigo caminho de Catumbi. Tens sido até hoje verdadeiro *coió* sem sorte!

Alludi ao descobridor do Brasil. Sabia eu que o meu amigo e mestre, dr. Leite Velho, antigo proprietario em Catumbi, possuia notas sobre esse velho bairro. Recorri ao distincto advogado, o qual, com a gentileza de todos conhecida, me enviou aponctamentos e um retalho do *Jornal do Commercio*, de 5 de Maio de 1890, no qual o mesmo jurisconsulto fazia um estudo genealogico da familia de d. Bernardo Manuel da Silveira Vasconcellos e Sousa Camara Caminha e Veiga de Luna Brito Noronha, então último descendente de Cabral. De tão preciosos subsidios tirarei o preciso para junctar ao historico da malfadada rua de Itapirú.

Por escriptura de 27 de Maio de 1864, o referido advogado comprou o dominio util de terrenos a Balthazar Antonio de Gouvêa Cabral e sua mulher, d. Manuela Ximenes de Gouvêa Cabral, foreiros aos herdeiros do visconde do Rio Comprido.

Mais tarde o dr. Leite Velho comprou o dominio ao desembargador Luiz Fortunato de Brito Sousa Meneses e outros, tambem herdeiros do citado visconde. Já por ahi, se vê que por alli andou gente de certa importancia social.

Com cerrada argumentação mostrou o dr. Leite Velho ter sido o tal Balthazar Gouvêa aparentado directamente com o mui conhecido Pedro Alvares. Este, filho de segundo matrimonio com uma senhora da familia Gouvêa, morto o pae, tomou o appellido, deste Balthasar, como seu avoengo era da Beira, de familia nobre, senhor e proprietario de terras pertencentes outr'ora aos ascendentes de P. A. Cabral. Logo: o *Mamede está em Macahé*, como dizia um meu condiscipulo ao terminar na hora de estudo qualquer problema de Geometria.

O depois duque de Saldanha foi como é sabido, capitão-general do Rio Grande do Sul. Não quiz adherir á nossa Independencia e voltou a Portugal, levando em sua companhia um moço Miguel Ximenes e sua ermã d. Manuela, a mesma acima referida, a qual, viuva de um official da marinha brasileira, casou com Bernardo de Gouvêa, o mesmo

da escriptura já apontada. Saldanha muito protegeu a d. Miguel e á ermã. Fe-lo general, governador de Angola, par do Reino e visconde de Pinheiro.

Casou em familia rica. Teve um filho casado com d. Helena Vasconcellos e Sousa, da familia de Castello Melhor. Destes nasceu d. Helena Ximenes Sandoval, viscondessa da Varzea, e ainda destes, o d. Bernardo de nome comprido. Dahi conclue o dr. Leite Velho que este é sobrinho bisneto de d. Manuela Ximenes, antiga proprietaria de terras nestes Brasis, como diziam escriptores de antanho, e casada com o Gouvêa parente do chefe da armada de 1500.

Ultima nota: a antiga travessa de Catumbi, ex-rua da Estrella foi a "encruzilhada" aberta por Balthasar Gouvêa. Ficou torta por briga entre este e o conde de Estrella por causa de um tamarindeiro, que havia no terreno hoje jardim do meu bom amigo Leite Velho.

Dahi se conclue o seguinte: vem de longe a infelicidade da rua do Itapirú. E como espinho que nasce torto nunca se endireita, console-se e espere a Itapirú por melhores dias. Os Israelitas para chegar á Terra da Promissão levaram 40 annos!

Domingo, 13 de Agosto de 1911.

ARCOS DA CARIOCA

Andou na baila a Ferro Carril Carioca.

Pouca gente desta terra conhece hoje o rio sagrado dos Tamoios, o copioso Carioca, de puras e crystallinas aguas. Dava, conforme Rocha Pitta, bôa vóz aos cantores, belleza ás damas e inspiração aos trovadores das nossas selvas. Delle disse o poeta Magalhães:

"Alli naquelle morro onde se eleva
"O Corcovado, pincaro ventoso,
"Doce e manso deslisa o Carioca
"A cujas margens minha mãe cantava
"Tão mestos cantos, que eu chorando ouvia,
"E ainda hoje choro co'a lembrança delles".

Não atravessava, como erradamente asseverou monsenhor Pizarro, a lagôa do Rodrigo de Freitas. As origens do famoso rio foram desde principio bem conhecidas. Tinha dous desaguadouros: um no sopé do morro da Gloria (primitivo

de Lery), e outro mais caudaloso na praia do Flamengo e antes Aguada dos Marinheiros, da Casa de Pedra, de Pero Martins Namorado que figura no quadro do Parreiras, e do sapateiro Sebastião Gonçalves.

Era nestes dous pontos que os nossos antepassados mandavam indios e pretos de Guiné buscar o precioso liquido. Na cidade só havia poços de agua salobra e pouco propria para os mistéres da vida.

Nas margens do ribeiro, que deu nome aos nascidos na cidade de Estacio de Sá, estabeleceram roças os antigos moradores. Pelo Carioca, perfeitamente navegavel, pequenas embarcações traziam para a cidade os productos da pequena lavoura.

Contra a impureza das aguas causada pelos moradores tomou medida o Concelho. Cassou aforamentos e não renovou cartas de sesmarias. A destruição das mattas e florestas e outras causas diminuiram o volume do rio. E elle corre hoje como envergonhado por baixo de galerias, recordando-se saudoso de seu antigo prestigio e justificada fama.

Do que vai referido deduzem-se as difficuldades, com que luctaram os nossos avoengos. Passaram-se annos e annos antes que a canalização deste rio fosse uma realidade. Sómente quasi depois de um seculo os habitantes tiveram agua no Campo d'Ajuda e depois na praça, que ainda hoje perpetúa tantos exforços postos por obra.

Si ha trabalhos que mereçam o titulo de Sancta Engracia foram os dos encanamentos desse rio, obra monumental hoje em parte destruida pelas exigencias do progresso! No que resta ainda se verifica a grossura das paredes, a solidez das abobadas e das pequenas represas.

Para fazer o historico das diversas tentativas, dos projectos ora acceitos ora postos á margem, seria mistér um volume. Existem documentos nos nossos archivos, comprobatorios do meu enunciado. Pretendo apenas apresentar uma *reivindicação*, que, salvo melhor juizo, sujeito á apreciação dos entendidos em cousas da nossa Historia. Antes porém de entrar em materia apresentarei muito em resumo as principaes phases das obras da Carioca.

Este trabalho synthetico tem sido feito por varios escriptores. Nelles inclúo o conego Fernandes Pinheiro. Em uma memoria cita e transcreve documentos do Archivo Nacional (antes Publico). Delles porém nada soube tirar elementos para a reivindicação que ora intento em nome da Justiça da Historia. Para isto muito me serviu ainda a leitura do volume X das *Publicações* do mesmo Archivo, ha poucos mezes dado á publicidade. Nelle se encontra, com

referencia ao assumpto, toda a correspondencia do governador Aires de Saldanha, com a metropole.

Durante os governos de Thomé Corrêa Alvarenga, de Mathias da Cunha e d. Manuel Lobo deu-se principio e continuaram as obras da canalização. Eram ellas encaminhadas pelo sopé dos morros em calhas sustentadas por arcos de tijolo. Já em 1683 estavam paradas as obras. Haviam-se distrahido para outros fins as quantias devidamente consignadas. Com o intuito de protegerem os Indios postos ao serviço dos encanamentos os Jesuitas oppunham difficuldades. Exigiam para salario delles o jornal de 80 réis diarios, além do sustento e das costumadas varas de algodão para o vestuario. Foi preciso esperar solução do reino.

A Camara tomou dinheiro a juros, conseguiu mandar construir arcos de pedra e cal, que, tomando as aguas na base do morro do Desterro, as encaminhassem até o campo d'Ajuda. Foram os chamados *Arcos Velhos*, cuja noticia é encontrada em escripturas de casas e terrenos no lado impar da actual rua Evaristo da Veiga (antiga dos Barbonos). Mal feita a obra, suspendeu-a Arthur de Sá e Meneses. Comprados escravos por conta da fazenda real, para trabalharem, proseguiram os aqueductos, que suspensos ainda ficaram, por motivo das duas invasões francezas.

Foi Aires de Saldanha quem, contra as ordens do governo adoptou uma nova planta, por ser mais perfeita e economica. Tomou sôbre si a responsabilidade. Pôz-se á frente da empresa. O Governo approvou afinal o procedimento do governador. Cabe-lhe pois a gloria de ter construido o primitivo aqueducto de Sancta Thereza e Sancto Antonio.

Si os *Arcos Velhos* que chegavam á Ajuda, como mostra o conego Pinheiro, com um documento, foram construidos ás avessas, como queria esse escriptor que de tal ponto Saldanha fizesse a agua correr em 1723 no velho chafariz, situado como o de hoje perto da ladeira de Sancto Antonio? Prolongou o referido governador os *Arcos velhos* entre a Ajuda e este morro? Não consta.

Não ha provas ou vestigios de taes construcções. Dahi se infere o seguinte: o plano "novo" consistia exactamente em dar nova direcção ás aguas, trazendo-as atravéz das mattas do antigo morro do Desterro com os declives e sinuosidades de que ainda hoje restam vestigios.

Para tirar todas as dúvidas basta citar dous documentos: a carta de d. João V, de 14 de Abril de 1722, e a resposta dada por Aires de Saldanha em 16 de Novembro do mesmo anno:

Diz a primeira:

"D. João, por graça de Deus, etc. Faço saber a vós, Aires de Saldanha de Albuquerque, governador e Capitão General da capitania do Rio de Janeiro, que se vio o que respondestes em carta de 30 de Setembro do anno passado, á ordem que vos foi dada sobre declarardes o estado em que se achava a obra da Carioca e quanto importaria o que restava para se fazer a dita obra, representando-me que esta se achava feita até o sitio de Nossa Senhora do Desterro, que fôra o termo da primeira arrematação, por não haver quem se quizesse obrigar a mais que até o dito sitio, e pela conveniencia com que se arrematou ao empreiteiro que o fez por menos 20 mil cruzados do mais barato lanço que houve na dita arrematação, e que convocando novamente a Camara, Engenheiros e Mestres Pedreiros para se determinar por que parte seria melhor continuar a obra, resolveram ser muito mais conveniente continuar para a frente de Sancto Antonio, assim por fazer menos do que pela banda de Nossa Senhora da Ajuda, como por ficar mais perto da cidade, e supposto que para entrar nella se mettesse um *valle* que necessita de alguns *arcos* que são muito poucos a respeito do que necessitava a obra velha e nesta conformidade ficava feita a ultima arrematação e quanto ao que poderá importar o resto será de *trinta e oito contos*, o que se não faria na fórma da obra velha com cincoenta contos, etc.".

Da resposta do governador destacarei as seguintes palavras: "a qual (obra) se acha já tão avantajada que dentro de dois mezes ficará junto ao muro da cidade". Como é sabido esta muralha destinada á fortificação do Rio de Janeiro pelo lado de terra vinha do meio do morro da Conceição, corria em direcção da actual rua de Uruguayana, cortava o hoje largo da Carioca e devia terminar no morro do Castello, passando por traz da egreja do Parto.

Dos documentos acima apontados e reduzidos para melhor comprehensão a linguagem moderna, resulta o seguinte: *a*) foi Aires de Saldanha quem iniciou a construcção dos arcos da Carioca; *b*) foram estes edificados em pouco tempo; *c*) custaram trinta e oito contos.

Conforme dizem chronistas, a inauguração do antigo chafariz da Carioca, no mesmo sitio do actual, realizou-se em 1723. Ora, Aires tomou posse do govêrno em 18 de Maio de 1719 e deixou o bastão em 1725; quer isto dizer que em pouco tempo conseguiu elle resolver o problema, cuja solução levou tantos annos e annos, dispendendo-se inutilmente grandes quantias.

Os jornaes diarios desta semana tractam da Companhia Carril Carioca, cujos carros trafegam por sôbre o velho aqueducto levantado sôbre o aterro de uma lagôa existente no principio do caminho da Bica, hoje rua do Riachuelo. Este verdadeiro monumento, que recorda as Aguas Livres de Lisbôa e construcções congeneres da antiga Roma, está felizmente livre dos casebres, que o afeiavam e ostenta-se agora com toda a sua imponencia. E foi por ver mais uma vez reproduzida a magestosa arcaria, que me abalancei a escrever estas notas.

Sustentam Pizarro e com elle o conego Pinheiro e outros, que depois de inaugurado o velho chafariz da Carioca, houve necessidade de um cano para dar vasão ás sobras, e que desse facto teve origem a valla. Ora, esta sempre existiu desde os principios da cidade, como simples fosso. O cano cuja construcção foi ordenada pela metropole tinha direcção para a lagôa de Sancto Antonio e boqueirão d'Ajuda. Rastros deste dirivativo ou escoadouro foram encontrados pelo dr. Paula Freitas quando procedia á edificação da Typographia Nacional.

Para concluir: no antigo chafariz existiu por muito tempo uma inscripção. Rezava: "Sendo governador Aires de Saldanha se fez sob sua direcção esta obra. Principiou em 1719 e foi concluida em 1723". Entretanto, no principio da rua do Riachuelo, existe outra placa dando a paternidade dos arcos e encanamentos a Gomes Freire.

Este devia conhecer perfeitamente à outra, onde ficou perpetuado o nome de seu antecessor. Quem conhece o character do futuro conde de Bobadella, póde affirmar não permittisse elle similhante injustiça. Estou em crer que a segunda inscripção fosse collocada depois da morte de Gomes.

Que elle melhorou, reconstruiu os encanamentos é facil de provar. Mas os arcos já funccionavam muito antes que esse aliás muito illustre governador tivesse tomado posse da governança em 1733.

Ahi fica a reivindicação á espera de melhor advogado.

Domingo, 20 de Agosto de 1911.

SÃO BARTHOLOMEU

Dizia-se antigamente que nestes ultimos dias de Agosto o diabo andava á solta. Ventanias, chuvas e borrascas eram attribuidos a S. Bartholomeu, cujo dia é, como todos sabem, a 24. E o rapazio por simples troça cantava nas ruas:

"S. Bartholomeu,
Comeu com o Judeu;
Deixou um restinho,
Que o gato lambeu."

Felizmente nada houve este anno. O sancto de nós se exqueceu, ou Satanaz tambem se está civilizando e já não deita as manguinhas de fóra.

Menos felizes foram os nossos antepassados em Agosto de 1789. Além de vendavaes andavam pretas as cousas cá pela cidade de S. Sebastião. Fôra denunciada a chamada Conspiração mineira. Tiradentes preso em um sobradinho da rua dos Latoeiros arrastava ao carcere Domingos Fernandes da Cruz, d. Gertrudes (a velha da rua da Alfandega), o padre Ignacio Nogueira e Manuel José da Silveira. E todos quantos procuraram dar escapula ao inconfidente pagaram caro seus bons officios.

O vice-rei Luiz de Vasconcellos estava vigilante. A guarnição da cidade, de promptidão, aguardava ordens. Apromptavam-se calabouços e carceres. Os ferreiros não tinham mãos a medir. Forjavam-se ás pressas algemas e gargalheiras. A cada hora eram esperados os presos de lesa-majestade, vindos de Minas.

O proprio denunciante Joaquim Silverio fôra tambem preso. Vasconcellos tomava esta medida de precaução para arrancar o Judas á vindicta popular. Em cartas de seu proprio punho elle o confessa. O povo intentou dar-lhe cabo da pelle. Escapou milagrosamente. No predio em que residia na rua de S. Pedro houve um principio de incendio proposital. Tudo isto era á socapa commentado ás portas das boticas na hora do jôgo do gamão, ou á saïda das novenas ou no percurso dos terços e ladainhas.

Sob tão várias e desencontradas impressões metteu-se em lençóes a população carioca na noite de 23 de Agosto de 89. Com o poeta poder-se-hiam repetir os muito conhecidos versos:

— "Jamque quiescebant voces
Hominum que canumque"

Tudo, pois, era silencio na terra, apenas interrompido pelo cantar dos gallos nos quintaes.

Quadrilheiros faziam a ronda da cidade. Com seus chanfalhos enferrujados impunham respeito. Não havia então necessidade de armas de fogo, gurungubas, petropolis, quebra-cabeças ou S. Benedicto. E dormia-se com as portas abertas, pois a gatunagem e gravateiros eram fructos ainda não conhecidos na cidade de Estacio de Sá. A escuridão da noite aqui e alli era diminuida pelo clarão incerto dos lampeões suspensos em frente dos oratorios das esquinas das ruas. Nesse tempo contavam-se exactamente 73.

Não era, pois, uma illuminação *a giorno*, e com ella se contentavam os nossos avoengos, então pouco exigentes em materia de commodidades da vida! Para encurtar palavras: começava o dia 24 de Agosto, o tal dia de sustos.

Soprava forte ventania. De repente para as bandas da Carioca e Sancto Antonio notou-se vasto e sinistro clarão. Fogo, fogo, gritavam os raros transeuntes. E' no Convento dos frades, é na Ajuda. E'. Não é. Seria no Castello? Afinal verificou-se: o incendio lavrava com intensidade. Parecia devorar a egreja e o Recolhimento do Parto, situados na então rua dos Ourives (outr'ora nova do Carmo e de Nossa Senhora do O'), e desde da esquina da rua do Parto, hoje S. José até a da Assembléa (então da Cadeia e antes do Padre Bento Cardoso).

Dado o rebate puzeram-se em acção os grandes da terra. Saltou da cama o proprio vice-rei a dar providencias e procurar circumscrever o incendio.

Do que se passou nessa noite de tantos sustos, resta memoria. Em dous quadros pendentes da sacristia da egreja do Parto o artista Leandro Joaquim pintou o incendio e a reconstrucção do recolhimento e do templo, poucos tempos depois.

Salvo do incendio, este feio e immenso casarão chegou até nossos dias. A principio teve as janellas guarnecidas de grades de páo em xadrez. Tiradas estas, pozeram-lhe vidraças, cujos vidros eram tão grossos como os das *vigias* dos actuaes transatlanticos.

E porque felizmente desappareceu este espantalho alli das vizinhanças da nossa grande Avenida me propuz a lembrar factos referentes a esse predio. Apezar de feio, baixo e de architetura indefinida prestou serviços dignos de ser lembrados. Vem a talho de foice exactamente nesta semana, em que a egreja commemora o Apostolo, que andou por Séca e Méca.

A nossa cidade tem feito progressos, desde a demolição da célebre Cabeça de Porco. Mas, para que a *urbs* Carioca

seja a oitava *maravilha*, falta-lhe ainda muita cousa. Tambem isto não vai a matar. Devagar se vai ao longe. Foi-se o velho Recolhimento. Ainda restam immundos beccos e viellas, os fundos das casas do Castello, que olham para o lado da praia de D. Manuel, o quartel do 7º no largo do Moura, e a Camara, a Camara dos Deputados visitada (que vergonha) pelos notaveis viajantes que aqui vem fazer conferencias a tanto *por cabeça!* E elles lá se vão rindo da nossa incuria, que deixa os representantes da nação em um predio, outr'ora immunda cafua! Não será caso de se dizer: por fóra muita farofia, por dentro molambo só?!

Volto ao Parto. Não repetirei o que já escrevi sôbre esse estabelecimento *sui generis*. Vou recordar apenas pontos essenciaes da sua historia. Provei já que, muitos annos antes da epocha assignada por Pizarro, o mulato João Fernandes fundou em terras proprias a Capella da Senhora do Bom Parto. Na esquina da rua d'Assembléa levantou casa, no mesmo sitio, em que muito mais tarde estabeleceu pharmacia o Ferreira, socio do Manuel Lopes, muito conhecido pelos seus pós anti-biliosos. O Ferreira, aliás homem intelligente, dava consultas, e ganhou muito dinheiro. Naquelle tempo ainda não se tinha descoberto o "606".

O Ferreira, porêm, alcançou fama entre os cupidistas doentes, como diziam os medicos de d. João V. Que o digam muitos velhos capitalistas e proprietarios, quando pertenciam á nobre classe caixeiral.

Verdade é que no canto, em diagonal, havia a casa de mme. Tereza, onde se vendiam meios preventivos contra os golpes de Venus.

Por fallecimento de João Fernandes, passaram todos os terrenos em plena propriedade á Irmandade das Mercês. Foi em 1699.

O bispo d. Antonio do Desterro, graças a um legado de Estevão Dias de Oliveira, desejava fundar um recolhimento para Magdalenas arrependidas. Lançou os olhos para o terreno da Irmandade. Obteve o desejado, assignando documento reconhecendo o pleno dominio dos confrades das Mercês. A principio só foram admittidas as taes regeneradas. Depois vieram mulheres casadas, encafuadas por méro capricho dos maridos. Afinal, fizeram parte das recolhidas moças solteiras, cujos paes pagavam modica pensão. Estas deviam aprender muito bôas cousas; porquanto a desmoralização reinou sempre naquella casa, destinada aliás á oração e ao arrependimento.

Uma das pensionistas não esteve pelos autos. E o melhor meio de se vêr livre da clausura era atear fogo ao edificio.

Fê-lo, mas foi infeliz. Não teve sorte. Soube-se depois o nome da incendiaria. O que escreveram Macedo e antes Teixeira e Sousa é pura phantasia.

Quatro mezes depois estava restaurado o Recolhimento, graças a Luiz de Vasconcellos, auxiliado pelo mestre Valentim. Gastou o vice-rei dinheiro do Erario régio.

Não teve para isto auctorização. E o que é mais, fez doação do edificio á Mitra sem ter ouvido os poderes competentes. O Govêrno desde tempos antigos considerou o immovel proprio nacional. A mitra por seu lado sustentava direitos. Houve demanda, e o Govêrno perdeu a questão. Quem ficou no *ora veja* foi a Irmandade: "sem Deus, sem amor e sem ti."

Ha males que vêm para bem. A mitra demoliu o velho casarão, edificou sobrado, e a antiga rua de Nossa Senhora do O' está toda catita, sem inveja ter da Avenida e das suas vizinhas, Assembléa, Septe de Septembro e S. José. Si o Govêrno tivesse ganho a questão (isto é pura hypothese), talvez ainda lá estivesse o monstrengo. Um bello dia desabaria, causando desastres e até mortes, pois chovia em toda parte, e o cupim continuava sua obra devastadora.

E dizer que alli esteve por longos annos o Archivo Público do Imperio e da Republica!! Depois da chegada da familia real funccionou tambem no vetusto edificio o Hospital do Carmo.

Foi theátro de glorias cirurgicas do meu professor de Anatomia, o depois visconde de Sousa Fontes, e de outras illustrações. Alli funccionaram a Academia de Medicina, o Instituto Vaccinico, a Juncta de Hygiene e da Inspectoria de Saude dos Portos, a Inspectoria Geral de Instrucção Pública e a Secretaria do Carmo. Tudo como sardinha em tijela!

Quer dizer: aquellas velhas paredes ouviram cochichos de donas e donzellas, discussões de sabios, berreiros de crianças, assuadas de cascabulhos, gritos e gemidos de doentes e o triturar de drogas.

Do velho Recolhimento guardo saudosas recordações, quando lá esteve o Archivo Nacional, onde tantas riquezas existiam e que eram por mim apreciadas, graças aos gentis funccionarios dessa importantissima repartição pública, que agora funcciona em predio apropriado. Não tractarei da Policlinica, humanitaria instituição fundada em 1882 por Silva Araujo, Moura Brasil e Moncorvo de Figueiredo, a cujas conferencias nunca deixei de assistir. Foi este último meu companheiro de estudos durante 12 annos, e meu amigo intimo durante 41. Matriculámo-nos no mesmo dia na Eschola de Medicina. No mesmo dia, seis annos depois, defen-

diamos theses, tendo por examinadores a mesma turma de professores.

Antes, em 65, tomei com elle no mesmo dia o grau de bacharel em lettras.

A' sua casa ia eu estudar as sabbatinas e no fim do anno a recordação geral das materias. A elle devo a figura regular, que fiz na Eschola.

De uma fôrça de vontade inaudita não abandonava os livros sem saber tudo quanto precisava. Alma de artista, nobreza de character, de lealdade a toda a prova, era Moncorvo entre os companheiros considerado quasi mestre. Socio do Instituto, quando falleceu em 25 de Julho de 1901, fizeram-lhe inteira justiça o velho Olegario e o desembargador Pitanga.

Nascido em 31 de Agosto de 1846 podia ainda brilhar como grande medico e patriota. Não o permittiu a negra sorte.

Sejam estas poucas linhas tributo de saudade e de gratidão a esse digno collega, a quem tanto devi em gentilezas e carinhos verdadeiramente fraternaes.

Domingo, 27 de Agosto de 1911.

CASAMENTO DO IMPERADOR

O Cometa, a guerra do Farrapos no Rio Grande do Sul, a partida para alli do futuro duque de Caxias, a subida do ministerio de 20 de Janeiro, as obras do novo Hospital da Misericordia, a chegada dos deportados politicos Limpo de Abreu e outros, o casamento da princeza d. Francisca com o principe de Joinville, filho do rei de França, enfim a escarlatina, tudo era materia velha e vencida no terceiro quartel do anno da graça de 1843.

Estava na baila e era assumpto de commentarios o proximo consorcio do imperador d. Pedro II com a princeza dona Tereza Christina, nascida em Napoles em 14 de Março de 1822, e ermã do rei das Duas Sicilias, Fernando II.

Encarregado por d. Pedro, Bento da Silva Lisbôa, depois barão de Cairú, entabolou as necessarias negociações para realização do enlace imperial. Em 20 de Abril de 1842 fôra assignado em Vienna o competente contracto.

José Ribeiro da Silva, secretario da legação de Lisbôa, vem ao Rio trazendo noticias acêrca do negocio, bem como o retrato da princeza. Em 14 de Agosto parte o mensageiro, levando a approvação do imperador.

Com anciedade era, pois, em fins de Agosto de 1843, esperada a esquadra que fôra a Napoles conduzir para o Rio de Janeiro a futura imperatriz. Para este fim, em 5 de Março zarparam do nosso porto a fragata *Constituição*, sob o commando do capitão de mar e guerra José Ignacio Maia; a corveta *Dous de Julho*, commandada pelo capitão de mar e guerra Pedro Ferreira de Oliveira; e a corveta *Euterpe*, sob as ordens do capitão de fragata João Maria Wandenkolk.

Navegavam os tres vasos de guerra sob a direcção do chefe de esquadra Theodoro de Beaurepaire, oriundo de nobre familia franceza, que se refugiara em Portugal para fugir aos horrores da Revolução franceza. Este valente homem do mar prestou grandes serviços ao Brasil e falleceu no posto de vice-almirante em 2 de Novembro de 1849.

A fragata *Constituição* fôra luxuosamente preparada. Conheci muitas pessoas que com enthusiasmo se referiam ao esplendor notado neste vaso de guerra da Marinha brasileira. Depois da chegada da imperatriz esteve elle por muitos dias exposto ao público, que em verdadeira romaria o visitou, trazendo magnifica impressão.

Luzida era tambem a comitiva encarregada de accompanhar d. Teresa. Em primeiro logar destacava-se o embaixador José Alexandre Carneiro Leão, futuro visconde de São Salvador de Campos, nascido no Rio de Janeiro em 28 de Março de 1793 e filho do antigo capitalista Braz Carneiro Leão e de d. Anna Francisca Rosa Maciel da Costa (depois baroneza de S. Salvador). Leão falleceu em 3 de Septembro de 1863, vinte annos depois desta viagem. Servia de secretario da embaixada Braz Carneiro Bellens.

Occupavam os cargos de mordomo-mór, Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho; de camareira-mór, a marqueza de Maceió; de dama de honor, d. Elisa Leopoldina Carneiro Leão; de medico, o dr. Francisco Freire Allemão, e de capellão, o conego Manuel Joaquim da Silveira, depois bispo do Maranhão, arcebispo da Bahia e conde de S. Salvador.

Este digno e illustre sacerdote escreveu o itinerario da esquadra, tanto na ida como na volta. Foi publicado na *Minerva Brazileira*. Deste minucioso trabalho, bem como dos jornaes da epocha e da *Chronica Fluminense*, escolherei o sufficiente para dar idéa do que se passou com relação ao casamento do imperador.

Pondo de parte particularidades que alongariam estas notas, simplesmente commemorativas, basta dizer que a nossa esquadra chegou a Napoles no dia 21 de Maio. Era de ver a curiosidade e admiração, com que os Italianos contemplavam os navios, a galhardia dos officiaes, a disciplina e bella apparencia de toda a marinhagem escolhida a dedo.

Foi intento muito louvavel do Govêrno nullificar o preconceito, que contra nós se propalava. Era preciso desmentir a balela que a princeza ia desposar um monarcha de paiz de negros e selvagens botocudos. Isto que o conego Silveira deixa entrever, me foi confirmado por um meu amigo Joaquim de Sant'Anna Ferreira, o qual na qualidade de commissario de bordo fez parte da esquadra. Ferreira, depois antigo empregado da Misericordia, era ermão do bravo Bonifacio Joaquim de Sancta Anna, que teve morte gloriosa na guerra do Paraguai.

No dia 22 de Maio desembarcou o nosso embaixador. A 26 effectuou-se a apresentação particular delle ao rei, e a 27 com todo o ceremonial a apresentação pública perante toda a Côrte e altas personagens. No dia 28 de Maio, d. Teresa renunciou todos os direitos á corôa das Duas Sicilias.

Enfim, no dia 30, em que a Egreja celebra S. Fernando, rei de Castella e patrono onomastico do monarcha napolitano, com grande pompa celebrou-se o casamento na Capella Palatina.

Desta ceremonia foi pintada uma grande téla. Figurou por muito tempo em um dos salões do Paço, hoje repartição dos Telegraphos. Vi-a por muitas vezes na Quinta-Feira Sancta, quando após o "Lava-pés", d. Pedro II e sua Côrte visitava a pé várias egrejas. Por essa occasião ficava o Paço á disposição do povo, que percorria livremente todas as dependencias, menos os aposentos particulares.

No referido quadro de Alexandre Ciccarelli viam-se os retratos de todos quantos tomaram parte e assistiram á ceremonia. Nas tribunas notavam-se diversos officiaes pertencentes aos tres navios brasileiros. Em uma Quinta-feira sancta encontrei no Paço o velho official de marinha Lobão, morador á travessa do Paço. Mostrou-me as figuras da téla, bem como o seu retrato. "Veja você, disse-me, a differença: em 1843 era eu guapo mancebo, capaz de dansar uma noite inteira. Hoje estou velho, corcunda, e não presto para mais nada."

Travei relações com o Lobão em casa da avó de meu collega e amigo Moncorvo Senior. Entre essa respeitavel matrona e o referido official havia relações de muita amizade e parentesco.

Cumpre lembrar: na ceremonia do consorcio representou o nosso imperador o conde de Syracusa, ermão da noiva. Por tão fausto motivo houve bailes, banquetes, illuminações, etc. Dizia-me o velho Sanct'Anna Ferreira: "nunca na vida gastei tantos pares de luvas. Eram por dia aos quatro e aos cinco".

E quando os Brasileiros em hoteis ou lojas queriam pagar despesas, os interessados não queriam receber dinheiro. Tudo estava pago. Fôra ordem do Govêrno. Concorreu com tudo. E' o que se póde chamar o cumulo de gentileza e cavalheirismo.

No dia 1° de Julho realizou-se no palacio real a entrega da imperatriz. Alli compareceu a embaixada brasileira, bem como o principe de Scilla, ministro de Extrangeiros, representante do rei Fernando II.

Estava o salão dividido por uma fita encarnada, representando os dous territorios: brasileiro e napolitano.

Em uma das portas estavam collocadas as armas das Duas Sicilias, e em outra as do Imperador do Brasil.

A's 4 horas da tarde chegou a imperatriz accompanhada da nobreza de seu paiz. Sentou-se do lado do salão, que representava o territorio napolitano. Leu o secretario da Embaixada Brasileira o alvará de procuração, pelo qual dom Pedro II dava plenos poderes a Carneiro Leão para recebe-la. Em seguida, por sua parte o sub-secretario do Ministerio leu a procuração, pela qual Fernando II dava auctorização ao conde de Scilla para fazer entrega da augusta senhora.

Logo depois o mesmo principe dirigiu uma eloquente allocução. Seguiu-se a despedida da imperatriz á Côrte Napolitana. Houve beija-mão. O principe conduziu d. Teresa para o meio do salão, collocando-a sôbre a fita encarnada. Symbolizava esta territorio neutro. O principe dirige-se a Carneiro Leão e faz entrega da esposa do monarcha brasileiro. O nosso embaixador conduz em seguida a princeza para o lado do salão representando terras americanas. Carneiro Leão profere um eloquente discurso, que o futuro arcebispo da Bahia reproduz na integra, no seu *Itinerario*. Cumpridas todas estas ceremonias, foi a imperatriz d. Teresa felicitada por todo o Corpo Diplomatico.

Ao entardecer embarca a imperatriz em luxuoso escaler para a fragata *Constituição*, sendo saudada pelas salvas de todos os navios. O rei e os seus despedem-se de sua parente. Houve lagrimas sentidas, abraços e as scenas sempre commovedoras de uma separação.

Na madrugada seguinte as duas divisões soltaram velas em demanda de nossas plagas. Em meio da viagem destacou-se a corveta *Euterpe* para vir dar noticias. Encontrou vento

contrario, e por isto só chegou aqui antes dos outros navios com o avanço de poucas horas.

Declinava o dia 3 de Septembro, quando a *Constituição* "era com a bocca do Rio de Janeiro", como em seu roteiro escrevêra Pero Lopes de Sousa.

Na esteira da fragata seguiam a nossa corveta *Dous de Julho* e a divisão napolitana, náu *Vesuvio* e corvetas *Parthenope*, *Isabel* e *Amalia*. Fundeados os navios e depois das salvas da pragmatica, d. Pedro II dirigiu-se para bordo da *Constituição*, onde se demorou até 8 horas da noite.

No dia 4 de Septembro teve logar, conforme programma préviamente annunciado, o desembarque da imperatriz. Saltou no antigo caes do Vallongo.

O immenso cortejo seguiu até á Capella Imperial pelas ruas da Impetratriz, largo de S. Joaquim, Campo da Acclamação, ruas de S. Pedro e Direita. Na Cathedral receberam o monarcha e sua esposa, com as formalidades do ritual, as benções nupciaes. Chovia de vez em quando. Apezar do máo tempo, era sem conta a multidão do povo. Saudava com vivas a passagem do cortejo.

Houve por tres dias illuminação geral da cidade. Dentre os edificios e praças destavam-se a Camara Municipal, Praça do Commercio, quartel da rua dos Barbonos, todo o caes da Imperatriz, largo do Moura, etc.

Circulam entre o povo boatos. Dizia-se á bocca pequena que o imperador soffrera decepção, vendo não ser a imperatriz a princeza escolhida; que houvera troca de retratos; que, nos primeiros dias, d. Pedro mostrou até indifferença pela esposa, e que essa indifferença cessára, graças á interferencia de frei Pedro de Sancta Mariana; que Bento Lisbôa caïra no desagrado imperial, etc. Esta balela foi desmentida, pois vejo depois o barão de Cairú fazer parte de um ministerio e ser cumulado de honras.

Quanto aos outros boatos, elles ficaram nullificados deante da paz e harmonia, das quaes os dous conjuges deram sempre provas e exemplos inimitaveis, tanto nos dias de glorias e alegrias, como nos da adversidade.

3 de Septembro de 1911.

O MORRO DE SANCTO ANTONIO A QUEM PERTENCE?

I

Nas redondezas da hoje Avenida Central os Carmelitas obtiveram de mão beijada duas sesmarias. A primeira, concedida pelo governador Christovam de Barros em 17 de Septembro de 1573 ao provedor da Fazenda Chrispim da Cunha e a sua mulher Isabel Velho, filha de Antonio de Mariz Coutinho. Estes cederam por esmola aos citados religiosos, por escriptura de 7 de Novembro de 1591, a vasta zona de 60 braças em quadra entestando um dos lados com o actual morro do Castello.

Os frades dessa concessão se utilizaram até 1750, anno em que venderam suas terras ao bispo d. Antonio do Desterro para augmento da cêrca do Convento d'Ajuda.

A outra sesmaria tambem concedida por C. de Barros foi dada ao longo da lagôa de Sancto Antonio a Fernão Affonso e Domingos Pereira. Aquelle e sua mulher cederam destas terras 50 braças aos Carmelitas em Novembro de 1591.

Na parte que lhe ficou Affonso levantou pequena capella dedicada a Sancto Antonio, cujo nome foi dado á lagôa e ao sitio. Os Carmelitas tomaram posse do terreno, mas nunca delle se aproveitaram.

Explica-se o facto ou pela vizinhança da referida lagôa, onde o pai de Philippe Fernandes tinha o seu cortume, ou talvez pela vizinhança tambem de outros condominos.

Ora, de 50 braças, 100, 200 mesmo que fossem as terras dos frades do Carmo, não significavam *todo* o outeiro. Dahi a inverdade com que pelo povo e até pelo Conselho foi chrismado o actual morro de Sancto Antonio com o nome de monte ou morro do Carmo.

Quando os Franciscanos deixaram o sitio de Sancta Luzia e vieram estabelecer-se no local em que fundaram convento, aboletaram-se nas casas de Fernão Affonso. E, salvo êrro ou melhor juizo, foi exactamente nas terras aproveitadas pelos religiosos do Carmo que os Franciscanos levantaram um hospicio provisorio, enquanto mais acima no morro construiam casa conventual. Está isso de perfeito accôrdo com o que nos refere frei Vicente do Salvador.

Que a parte cedida aos Franciscanos não comprehendia *todo o morro*, é facil provar, procedendo a uma analyse ri-

gorosa da escriptura de doação feita por Martim de Sá e pelo *Conselho*.

Dahi a conclusão: os frades não se podiam julgar possuidores de *todo o morro*, como parecem dizer chronistas e historiographos.

5 de Septembro de 1911.

II

Analysando-se com imparcialidade a escriptura de doação feita em 9 de Abril de 1608, vê-se que deste documento resulta o seguinte facto: o terreno doado foi sómente o preciso para construcção do convento, capella, cêrca e demais officinas proprias de uma casa religiosa destinada a doutrinar e converter o povo.

Bom é notar: todas as vezes que o documento se refere ao local doado, emprega a palavra *sitio* e não dá a entender fosse a esmola extensiva a todo o morro, isto é, claramente limitava a zona que os Franciscanos deviam receber.

Os vereadores, homens bons, e o governador obrigavam-se a fazer melhoramentos no sopé do monte e a ajudar a romper a pedreira que tornava difficil o accesso. Deste facto dá testimunho ainda frei Vicente do Salvador. Lê-se no texto da portaria do Convento de Sancto Antonio uma inscripção. Diz que esta casa claustral edificada estava sôbre uma pedreira.

Os doadores guardaram silencio sôbre melhoramentos a fazer nas partes posteriores, e mais altas do outeiro. E' que elles bem viam não serem ellas necessarias para uso dos frades.

Para prova do referido citaremos os topicos da escriptura mais necessarios a tal mistér. Os gryphos são nossos.

"Pareceu bem fazer-lhes doação do *dito sitio* quanto delle lhes fôr necessario para cima como para fóra delle correndo para uma e outra banda, assim para a de Sancto Antonio como de S. Bento de redor do matto, o qual *sitio* e outeiro lhe damos com todas as pedreiras e aguas de poços como de fontes que *nelle* se acharem sem que a isto lhe possa alguem contradizer, e em caso que no dicto *sitio e logar* haja pessoa que tenha partes ou chão algum que seja necessario para o edificio desta casa, cêrca e *bem* della, querendo delle alguma cousa, ficaremos obrigados a saïr a isso e a defender a dicta doação."

Ainda na continuação da escriptura se notam as expressões *sitio* e *local* e nunca o morro inteiro.

Ora os Franciscanos jámais se utilizaram da maior e mais extrema parte do morro. Deixaram-no sempre em matta virgem e cerrada floresta, pois delle não precisaram. Nunca por alli passaram. E um religioso mais ousado que intentou penetrar na mattaria foi quasi victima de sua curiosidade. Mais tarde, sim, quando começaram a correr por aqueducto as aguas do Carioca em certas horas, por alli iam a passeio frades e leigos. Cessaram, porêm, taes diversões. Os de Sancto Antonio não se queriam encontrar com os Barbonos. Como é sabido, desde 1740 occupavam elles terrenos, onde estão hoje os quarteis da Brigada Policial.

Desta epocha em deante ficou o resto do outeiro completamente abandonado por parte dos Franciscanos. A Camara por vezes lhes limitou a cêrca conventual. Para prova — um unico exemplo. Basta ver a planta levantada em 1796 pelo engenheiro José Corrêa Rangel de Bulhões.

A parte do morro *não occupada*, isto é, a que olhava para as ruas da Guarda Velha, Barbonos e parte da dos Arcos, era dominio directo da Camara, em virtude da sesmaria de sobejos, a qual lhe concedia terrenos devolutos aquem da linha divisoria de sua sesmaria. Da outra parte, como mostrarei detidamente, era ainda a Camara senhoria directa por incontestavel direito.

6 de Septembro de 1911.

III

Havia na escriptura de 9 de Abril de 1608 uma clausula curiosa, conforme porêm á hermeneutica da epocha.

Rezava assim: "E porquanto o dito Padre Frei Leonardo de Jesus, Custodio, nos disse que não erão por sua regra capazes de propriedade e dominio de coisa alguma queremos, que a tal propriedade e dominio assim do dito sitio, como das mais coisas adeante, de que nesta nossa carta se faz menção, traspasse logo e de feito traspassamos em o summo pontifice e igreja romana e do *sitio* lhe mandaremos desabafar o mato", etc.

Daqui se infere: — os Franciscanos desde então eram méros usufructuarios. Ao pontifice ficava pertencendo o dominio directo, não sôbre todo o morro, como depois se disse, mas sôbre o sitio e local claramente estabelecidos na doação.

Contra similhante clausula de possuir o papa terras em

nosso paiz protestaram alguns deputados, e até dentre elles sacerdotes regalistas. Basta vêr as discussões havidas na Camara, quando se discutiu a bulla *Studium paterni affectus*, concedida ao primeiro imperador pelo papa Leão XII.

Naquelle tempo ninguem cuidou jámais fizesse o pontifice valer tal direito. A Ordem franciscana e principalmente a Provincia de Nossa Senhora da Conceição, cuja casa capitular era o Convento de Sancto Antonio do Rio de Janeiro, apresentava-se florescente e cheia de confrades illustres nas lettras e sciencias.

E, si bem que a metropole por vezes deliberasse enfraquecer as fileiras dos filhos do patriarcha de Assis, a milicia franciscana se mostrava pujante. E' bem sabido: — o rei de Portugal baseado no direito de Padroado ordenou por vezes a não admissão de noviços.

Vinha, pois, em 1828, ainda longe o tempo em que por um simples aviso do ministerio da Justiça (1855) ficaram trancadas as portas conventuaes a quem as quizesse transpor com animo de professar, ficando, pois, indirectamente determinada a extincção da Ordem com a morte do último religioso.

Voltemos, porêm, aos direitos do papa sôbre o *morro* de Sancto Antonio. Quando em 1889 o nosso Govêrno celebrou com dous engenheiros o contracto de arrazamento do morro, apresentou-se o internuncio apostolico protestando contra tal concessão, auctorizada legalmente por decretos de 11 de Junho e 17 de Outubro de 1890.

Provou o Govêrno que o pontifice havia dado de mão a tal direito por um escripto, o qual obteve o beneplacito imperial.

Entre as escripturas citadas de transacções feitas com relação ao morro vemos a primeira celebrada em 1852, no cartorio pertencente depois ao tabellião Pedro Evangelista de Castro. Menciona que os terrenos eram vendidos "livres de penhora, hypotheca, embargo ou outro algum onus ou embaraço judicial ou extra-judicial, fôro ou pensão".

Nunca mais a Municipalidade, senhoria directa de grande parte do morro, foi ouvida. E livre tem passado o morro de Sancto Antonio, como se vê na escriptura de 1897, transcripta em vários jornaes, e pela qual o commendador José Marcellino Pereira de Moraes se tornou proprietario de tão vasto e importante immovel.

7 de Septembro de 1911.

IV

A frei Joaquim de Sancta Leocadia, em 1812, permittiu o principe regente d. João, a venda de alguns terrenos no sopé do morro de Sancto Antonio.

Em autos existentes no Archivo Nacional, a esta concessão está annexa uma medição feita em 1735.

Não me cabe averiguar si na alienação de taes terras foi ouvida a Camara. Será hoje difficil, ou quasi impossivel, verificar si ellas estavam comprehendidas na chamada sesmaria de sobejos.

Sabe-se que da linha divisoria da sesmaria da Camara para o lado do mar havia muitos e muitos terrenos livres de fôro e outros que depois foram concedidos pelos Vereadores por fôrça da citada sesmaria de sobejos.

Dando de barato que tudo se fizesse legalmente, deixando a porção do morro que olha para Guarda Velha, Barbonos e parte da rua da Carioca, em todo caso havia nesta zona proprietarios confrontantes com o outeiro. Entre outros, citaremos Gonçalo Gonçalves Chaves, os ascendentes do conselheiro Drummond, do bispo d. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco, João Antunes Gomes Freire de Andrada, as religiosas de Sancta Teresa, Antonio Vaz Sardinha, Manuel Moura Brito e outros.

Consideremos, porêm, a parte do morro, que deita para as ruas dos Arcos, Lavradio, Espirito Sancto e travessa da Barreira.

Na primeira dellas a Camara não tinha dominio algum em um espaço pertencente, livre de fôro, aos bens da ermida do Desterro. Depois tal zona passou a fazer parte do patrimonio do Seminario de S. José.

Foi isto plenamente reconhecido pelo meticuloso doutor Haddock-Lobo.

Quando em 25 de Maio de 1667 se deu inicio á medição da sesmaria da Camara, foi tomada como poncto de partida a *Casa de pedra*, na praia hoje do Flamengo. Seguindo-se dalli rumo NNO, chegou-se ao morro da Conceição. Este rumo passou por dous ponctos do morro de Sancto Antonio. Dous ponctos, dizemos, em virtude das sinuosidades notadas ainda hoje para os lados das ruas dos Arcos e Lavradio. Atravessando a varzea da cidade, o rumo passou pelo centro da rua Carioca. Ahi foi collocado um marco, conservado até muitos annos depois.

Do auto da medição presidida pelo ouvidor geral o dr. Manuel Dias Raposo, consta o seguinte:

"E logo no outro dia vinte e sete do dito mez fomos continuando o dito rumo pela roça de Miguel Couto Loureiro e chegamos ao caminho que vae para o Desterro com mil e duzentas braças, junto onde no alto faz o caminho um cotovello, ficando a dita Igreja trinta braças pouco mais ou menos para a banda de sueste e descendo o dito rumo pelo outeiro de Nossa Senhora, chegamos ao caminho que pelo pé do dito outeiro vae para a bica com mil e trezentas braças e, continuando adiante por uma lagôa, chegamos ao fim della com mil trezentas e oitenta braças e continuando por um outeiro de capoeiras, que disserão ser de S. Francisco fomos medindo pelo dito rumo e descendo o dito outeiro chegamos a um corrego que o dito Outeiro faz com outro com mil quatrocentas e quarenta braças e tornando a subir o dito Outeiro que tambem era de capoeira...
... fomos pelo dito Outeiro continuando e medindo pelo rumo chegamos aos caminhos que pelo areal passão pelo pé do outeiro de S. Francisco."

Dahi podemos concluir: a Municipalidade foi e é senhora directa de *grande parte* do morro de Sancto Antonio. E as escripturas que dão como livres terrenos comprehendidos nessa vasta zona não têm por si a verdade historica.

8 de Septembro de 1911.

V

Por embaraços creados pelos Jesuitas ficou suspensa a medição de 1667.

Muito mais tarde, em 1753, foi ella de novo iniciada. Era então ouvidor o dr. Manuel Monteiro de Vasconcellos.

Entre os documentos annexos aos autos desta importante diligencia, julgada por sentença, figura o seguinte edital lavrado em 20 de Julho do referido anno de 1753.

O ouvidor, depois de declarar a auctorização dada pelo Conselho Ultramarino para se proceder á medição das terras da Camara, accrescentava: "tenho determinado dar principio a ella (medição) de dez do mez de Agosto proximo que vem em deante e por este Edital cito e mando citar, chamo e requeiro a toda pessôa ou pessoas que tiverem de requerer na dita medição e demarcação sobre o commodo ou prejuizo que desta lhes possa resultar para serem deferidos como fôr de justiça com pena de se proceder á dita medição e demarcação

ás suas revelias e para que não possam em tempo algum allegar ignorancia, etc."

"Deste edital foram tiradas dez cópias lidas nos cantos das ruas e depois affixadas nos locaes mais públicos.

A medição durou longos mezes. Durante elles não consta houvessem protestado os religiosos de Sancto Antonio nem os ermãos Terceiros da Penitencia. Como é sabido, estes para edificar egreja propria haviam adquirido dos primeiros a titulo de esmola as terras necessarias para esse fim.

Ora a nova medição feriu os mesmos ponctos da primeira. E na rua da Carioca ficou o antigo marco fincado em 1667. Quer isto dizer: *grande parte* do morro continuou ainda dentro dos limites da sesmaria da Camara e ficava pertencendo ao patrimonio da cidade.

A Edilidade de então, como a de hoje, nada tem que ver com as terras occupadas pelo Convento e suas dependencias, bem como com as possuidas por titulos legaes pelos ermãos da Penitencia. Uns e outros terrenos obedeciam á exempção com que foram havidos em 1608. Eram os que os primeiros religiosos tinham *julgado necessarios* para seu commodo estabelecimento.

Repito tudo isto para ficar bem clara a these destas notas: "em *grande parte do morro de Sancto Antonio* tem a Edilidade pleno e incontestavel *dominio directo*".

Que tal direito tenha sido esquecido não é motivo para não ser com insistencia lembrado. Vá a responsabilidade a quem nos termos das Ordenações não soube garantir os direitos patrimoniaes da Camara.

A lei de 1° de Outubro de 1828 tirou o antigo prestigio ás Camaras Municipaes. Aqui na capital fê-la dependente do Ministerio do Imperio, e nas provincias sujeitou-as aos respectivos presidentes.

Tal era, porêm, a importancia da Camara do Rio de Janeiro, que em 1757 obteve ella o titulo de Senado. Para prova do referido, citarei um facto, que tambem se prende directamente ao assumpto desta nossa contribuição. Tracta-se de Mathias Coelho de Sousa, alta patente militar. Por vezes occupou o cargo de governador interino da Capitania do Rio de Janeiro.

Necessitava Mathias de doze braças de terras juncto de sua chacara nas vizinhanças da hoje travessa da Barreira. Obteve-as *por doação* dos religiosos de Sancto Antonio. Essas terras vão até o morro na vertente que olha hoje para a praça Tiradentes.

"E porque, disse Mathias em petição endereçada á Camara, sem embargo, que os sobreditos religiosos lhe haviam

feito doação da referida terra, reconhecendo elle que este Senado era directo senhorio della e quem a devia aforar e não doa-las os ditos religiosos, querendo evitar duvidas e contendas com o dito Senado em materia que notoriamente lhe assiste todo o direito e justiça, pedia por aforamento, etc."

A Camara concedeu com a condição de Mathias de Sousa não impedir ao povo o uso da referida barreira, de onde os *cidadãos da Republica* tiravam material gratuito para suas obras.

9 de Septembro de 1911.

VI

Da parte do Outeiro, de que era proprietaria a Edilidade como administradora do patrimonio da cidade, e em continuação ás vertentes daquelle, extendiam-se duas grandes chacaras.

Tinham por limites as actuaes rua do Riachuelo, rua Visconde do Rio Branco, Praça Tiradentes e rua Frei Caneca, onde as duas testadas se uniam no local em que outr'ora existiu a lagôa de *Capueruçú* ou da Sentinella.

Estas duas grandes zonas de terras vieram a pertencer ao guarda-mór das Minas, o dr. Pedro Dias Paes Leme, o qual tirou cartas de aforamento com as formalidades legaes.

Da primeira chacara, separada da segunda por testada na direcção da actual rua do Lavradio, tornou-se possuidor o dr. Paes Leme em 22 de Fevereiro de 1749.

Foi comprada a Teresa de Moura Aguiar, viuva de Jacintho Pereira da Costa. Este tivera por antecessores: Christovam Lopes Leitão, Francisco Viegas, João Varella e Manuel Antunes.

Isto e o que se vai seguir é resumo de um trabalho apresentado á Illustrissima Camara Municipal, pelo dr. H. Lobo, sob o titulo *Tombamento n. 4*, e impresso em 1858.

Para o assumpto destas notas não precisamos de mais detida attenção sôbre aquelle primeiro vastissimo immovel.

Vejamos a segunda chacara. Foi ainda comprada pelo referido guarda-mór aos herdeiros do brigadeiro Mathias Coelho de Sousa, em 13 de Agosto de 1768.

Disse apenas Haddock-Lobo que tal chacara corria por detrás do morro de Sancto Antonio.

Em meu humilde pensar deu *por omissão* a entender que estes terrenos não comprehendiam tambem as vertentes

do morro e a' parte de que era senhoria directa a Camara, cujos direitos elle Haddock-Lobo pretendia defender e com brilhantismo conseguiu.

Fiou-se demais nas escripturas sempre cheias de palavrões e de particularidades geradoras de confusão a quem as analysa.

Antes de proseguir convem exclarecer a questão. O brigadeiro Mathias possuiu essa chacara, que se extendia desde o começo do caminho da Bica (Riachuelo) até a barreira, parte por aforamento directo feito ao Senado, e parte por compra feita a Domingos Teixeira de Andrade, que teve por antecessor Antonio Rangel de Mendonça, foreiro da Camara.

Entre Mathias de Sousa e a primitiva foreira, Isabel Dias (1676), foram donos ou tiveram dominio util Antonio Barbosa Leitão, Apollonia de Sousa, filha e herdeira de André Mendes da Silva.

A' primeira, Isabel Dias, foi dada carta mediante o fôro annual de uma pataca ou trezentos e vinte réis.

Analysemos este documento, onde vem a petição inicial feita por essa senhora.

Dizia: tinha duas filhas e um filho, orphãos. Não tinha onde os accommodar. Sabia que a Camara tinha um pedaço de terra devoluta ao pé do Outeiro de Sancto Antonio, que parte com terras do capitão Lopes Leitão, e o qual sitio foi de Pedro Gomes, o surdo. Pedia, attenta sua pobreza, essas terras, mediante o fôro arbitrado pelos vereadores, etc.

Nesta carta de aforamento não se falla em muro nem limites com os frades de Sancto Antonio. E a razão é clara, salvo melhor juizo. Estava ainda recente a demarcação de 1667, e a chacara aforada a Isabel Dias era prolongamento da grande parte do morro, de que era senhorio directo, convém repetir, o *Concelho*.

Nas cartas dos successores de Isabel falla-se em *muro dos Religiosos*. Qual a razão desta circunstancia e a origem de tal limite? Veremos.

11 de Septembro de 1911.

VII

Analysando documentos em ordem retrospectiva, vemos o seguinte: em uma petição dirigida á Camara por Pedro Nolasco da Horta Forjaz Paes Leme, em 1854, com referencia á chacara da Barreira, notámos que o requerente falla em *taipa dos frades*.

Esta chacara elle a herdara de seu pae, o dr. conego Roque Luiz de Macedo Paes, herdeiro directo do dr. Pedro Dias, guarda-mór das minas.

Na escriptura de partilhas entre os herdeiros destes allude-se á chacara que foi de Mathias Coelho de Sousa, confinando ainda com terrenos dos religiosos.

Na carta de aforamento "passada ao mestre de campo, Mathias Coelho de Sousa, de uma nesga de terra (12 braças) que circula a sua chacara", documento que tem a data de 30 de Dezembro de 1744 encontram-se as seguintes palavras, que marcavam o limite de taes terrenos: "da parte do outeiro que principia do portão da mesma chacara que fica da banda de Nossa Senhora do Desterro e acaba adeante do principal da entrada da dita chacara que olha para a cidade, divisando a nova porção de terra, o *novo muro* que fizeram os religiosos de Sancto Antonio, na vertente do outeiro", etc.

Bom é lembrar: — foram estas doze braças as doadas pelos Franciscanos, que o não podiam fazer. Mathias achou de melhor aviso obter carta de aforamento da Camara para evitar questões com quem era senhoria directa. Foram-lhe concedidas com a condição de não impedir ao povo o uso da barreira.

Na escriptura de venda desta mesma chacara, feita em 3 de Agosto de 1762 pelo dr. José Pinto de Moraes, procurador de Henrique Carlos de Sousa Magalhães e sua mulher, d. Angelica Teresa de Moraes Sarmento Pimentel, e tambem como procurador do vigario da Candelaria, dr. Ignacio Manuel da Costa Mascarenhas, e testamenteiro do defunto brigadeiro Mathias, pae e sogro dos vendedores, ao dr. Joaquim Mariano de Castro, como procurador do guarda-mór, deparamos com o seguinte texto: "eram possuidores de uma chacara *sita detrás do morro de Snacto Antonio desta cidade*, com casas nobres de vivenda de sobrado, com capella e mais bemfeitorias, a qual chacara parte de uma banda com o morro e *cerca dos padres de Sancto Antonio*", etc.

Do referido se conclue: por aquella parte havia um muro e construido em tempo não muito antigo.

Esta construcção existia na realidade, e não tinha, como adeante se verá, *grande* comprimento.

Entretanto, nas escripturas dos ante-possuidores de Mathias, esta muralha ou paredão não é mencionada.

Assim, na carta passada a Apollonia de Sousa, em 1706, apenas se diz ser ella herdeira de seu pae André Mendes da Silva e de sua mulher Maria Henriques, já defuntos, os quaes foram possuidores de uma *chacara*, detrás do Outeiro de Sancto Antonio.

Logo, houve qualquer circunstancia que obrigou os religiosos a levantar o tal muro.

Não é difficil filiar esse facto a uma epocha posterior a 1731. Tal construcção prende-se a uma exigencia da Camara, promptamente satisfeita pelos religiosos. Estes, por vezes, quizeram vedar ao povo o uso da barreira.

A Camara, *senhoria directa*, os chamou á ordem. De tudo encontrámos prova em documento publicado no *Archivo Municipal*, excellente repositorio de noticias historicas, publicado de 1894-1897, sob a direcção do dr. Mello Moraes.

O modo auctoritario com que se dirigiram os officiaes da Camara aos citados religiosos, prova com toda a evidencia a nossa opinião no assumpto, objecto destas notas ou apontamentos, escriptos sem interesse, odio, nem malicia, e com a mais fiel imparcialidade. Vejamos o documento de 1731.

12 de Septembro de 1911.

VIII

Ao guardião do Convento de Sancto Antonio dirigiram, em 1 de Septembro de 1731 os vereadores Francisco da Silva Castro, Antonio Moreira da Cruz e Amaro dos Reis Tibáu vehemente officio.

Tractando das inundações muito frequentes na cidade diziam que passadas as enxurradas ficavam as aguas empoçadas nas sargetas.

O Concelho havia permittido ao povo tirar entulho, barro e cascalho da barreira juncto aos terrenos que foram de José de Sousa Barros.

Tinha por fim esta licença aterrar as depressões das ruas com barros da barreira, de que era senhorio directo o mesmo Concelho.

"E tendo principiado aquelles moradores a fazer este concêrto utilissimo ao bem publico, se queixaram de que por ordem de Vossa Paternidade Reverenda se lhes prohibia tirar o cascalho necessario naquella pedreira e barreira pública; de tal sorte que estando carregado um carro o fizeram despejar, cuja noticia se nos fez incrivel, porque se não deve supor esta violencia dos Religiosos de Sancto Antonio e mais quando as terras são do Senado...

E si he verdade que se fez esta violencia avisamos a Vossa Paternidade Reverenda desista della para que se não veja o Senado precisado de fazer a demonstração necessaria", etc.

Foi então que os religiosos mandaram, para evitar con-

flictos, edificar o muro que ainda em nossos tempos era perfeitamente visto por quem atravessasse a hoje praça Tiradentes.

Em 1731 a barreira apresentava grande extensão. O desmonte foi feito pouco a pouco para utilidade do povo, graças aos exercicios da tropa. Como é sabido, a artilharia postada no campo da Polé, por trás do theatro, que então não estava edificado, fazia alvo no morro.

A muralha, pois, servia de limite aos terrenos occupados pelos religiosos, em virtude da primitiva concessão feita por Martim de Sá e o Concelho.

Dentro dos limites da cêrca construiram elles duas capellas a Sancta Catharina e Sancta Barbara, as quaes caïram em ruinas e nunca mais foram utilizadas.

O Senado da Camara nunca deixou correr á revelia o direito sôbre grande parte do outeiro. Entre outras provas encontramos a carta de traspasse e aforamento de seus chãos sitos na rua do Piolho, entestando com outros do Senado, dos quaes estava de posse o dr. Roque Luiz de Macedo Leme da Camara. Foi passada a Francisco José de Oliveira Guimarães, que houve essas terras, depois que as comprára á viuva de Joaquim de Moura Brito, e herdeiro do dr. Manuel de Moura Brito, successor de José de Sousa Barros.

Neste documento, com data de 2 de Janeiro de 1802, notam-se as seguintes expressões: "as quaes terras são tambem foreiras ao Senado e com todos os fundos pela barreira acima, até unir com o muro que serve de cêrca ou de divisão ao terreno dos religiosos de Sancto Antonio... indo sempre por cima do morro, buscando o dito muro dos Frades, sem embargo de qualquer posse que mal fundada, algum outro por industria se tenha mettido no dito terreno, porquanto este Senado, sendo verdadeiro senhor delle, não consta que o tirasse a seus foreiros, etc."

Ora, si a Camara mostrava seus direitos a toda a barreira, parte integrante do outeiro de Sancto Antonio, claro é que em virtude de suas medições extendia esse direito á grande porção do morro que ia na direcção da travessa da Barreira, ruas do Senado, Lavradio, Arcos, etc.

Sôbre isto não póde haver dúvida. Os muros da cêrca abrangiam *pequena* área comprada á quasi totalidade do morro, de que os religiosos *nunca* se utilizaram.

Quaes as dimensões deste muro?

13 de Septembro de 1911.

IX

Antes de mostrar os limites da área occupada pela cêrca do Convento, apontaremos um facto. Vem elle provar que a Camara fóra dos muros podia dispôr dos terrenos como devolutos.

E' a escriptura de 9 de Dezembro de 1761, lavrada nos termos de uma petição e do despacho de 24 de Outubro do mesmo anno. Eis parte do teor desse documento: "determinando o Senado abrir a rua, que vae do principio das calçadas do Convento de Sancto Antonio desta cidade para o Convento de Nossa Senhora d'Ajuda; por ser muito util aos moradores desta cidade, a quem fica mais commoda toda a servidão publica daquelle que se acha hoje muito povoado, se quiz o Exmo. conde general voluntariamente encarregar por zelo do bem publico de mandar entulhar pelos degredados a galés a dita rua por ser esta intratavel, e por se conservar nella por muitos annos uma lagôa bastante funda que com muito trabalho e desvelo ficou apta para se fazer edificios como com effeito já se acham alguns acabados; e porque na dita rua ficou a um lado no principio della um pedaço de chão alagadiço encostado ao muro do dito Convento em fórma de véla latina e da outra parte se acham sete braças e meia de testada... sobre terrenos incultos e alagados, os quaes carecem de egual entulho por serem pertencenças da mesma lagôa, que lhes havia requerido o dito conde general e se achavam os chãos devolutos, por uma e outra parte... queria elle aproveitar, beneficiar e edificar casas para patrimonio das religiosas do Convento de Sancta Thereza... convieram o Dr. Juiz de Fóra e officiaes da Camara, etc., uniformemente fazer-lhe doação remuneratoria dos ditos chãos, não só por se obrigar a extinguir a dita lagôa, como por serem os ditos chãos para obra pia", etc.

Taes construcções permittidas ao conde de Bobadella passaram por sua morte ao Convento de Sancta Teresa. Consistiam esses immoveis em um grande predio na esquina da ladeira com frente para a rua da Guarda Velha e varias casinhas com face para a mesma rua.

O grande predio serviu de residencia ao chanceller João Alberto Castello Branco, ao poeta Antonio Diniz da Cruz e Silva, ao mui conhecido Albino dos Santos Pereira, alto funccionario do Paço.

Quando o Govêrno em 1876 deliberou construir o novo edificio da Typographia Nacional teve de desapropriar as antigas casas de Bobadella.

Do novo edificio fez minuciosa descripção o dr. Antonio de Paula Freitas. Deste trabalho extrahimos o documento acima resumido. Pois bem, é a memoria de Paula Freitas que nos serve de prova para mostrar quanto era diminuta a cêrca dos religiosos. Basta ver a estampa 1ª, em que taes limites estão discriminados.

Consiste em linhas divisorias, obliquamente estabelecidas em várias direcções. Basta dizer o limite mais extenso: o que olha para o lado da Ajuda si fosse prolongado passaria áquem do theatro.

O muro do fundo que dá para a Barreira tem o mesmo comprimento assignalado pelo engenheiro Bulhões em 1796.

De tudo nos resulta a seguinte convicção: — os Franciscanos autorizados pelo papa, só podiam vender, como livres de fôro e outro qualquer onus, a parte do morro exclusivamente por elles occupada e com limites certos.

O mais do outeiro pertence (é bom repetir) ao patrimonio municipal.

E'-nos difficil explicar porque o Govêrno Geral incluiu nos *proprios nacionaes* um immovel, dominio directo do Municipio.

Temos concluido.

14 de Septembro de 1911.

JACARÉPAGUÁ'

Continúa ainda hoje em festa o importante bairro de Jacarépaguá ou Jacarépaúá, como escreviam os antigos chronistas. Realiza-se a sequencia da romaria em honra de Nossa Senhora da Penna, patrona de literatos e scientistas, e cujo dia commemorativo coincide com a data da Natividade de Nossa Senhora.

Pena synonymo de Penha, foi sua denominação, e assim figura tal nome em documentos de antanho. Ignoro a epocha e quem auctorizou o accrescimo de mais um *n* ao primitivo titulo.

Dizem os entendidos que *Jacarépaguá* significa planicie habitada por jacarés. Explica-se o facto pelas proximidades das lagôas alli existentes, onde se refrescavam estes terriveis amphibios que têm o poder de chocar ovos com os olhos. Vê-se que os caboclos tinham dedo para dar nome aos bois.

Felizmente já por alli não iam muito destes freguezes, dos quaes só conheço os pintados ou os reproduzidos em bronze pelo mestre Valentim no tanque do Passeio Público.

Em verdade, no *habitat*, abandonado pelos parentes dos crocodilos, reside gente laboriosa e de gravata lavada. Póde-se ir lá sem sustos ou receios de máos encontros.

Confesso envergonhado o meu peccado. Eu, velho Carioca, nunca me perdi por este importante departamento do Districto Federal. Quando era intendente municipal fui convidado para ir á fazenda do barão da Taquara, galhardo successor dos antigos Telles Meneses, senhores de baraço e cutelo naquellas redondezas. Um maldicto defluxo me impediu dessa honra e do prazer de bôa e numerosa companhia.

Ora, hoje, estou livre de culpa e *pena*. E quem me poz na bocca a pedrinha de sal foi o meu amigo e distincto compatricio dr. Pereira da Silva, profundo conhecedor até de todos os recantos cariocas.

Ainda hontem distribuiu elle excellente opusculo, no qual com proficiencia e exactidão relata o historico e as maravilhas de Paquetá. E, o que é mais, citou uma quadra minha que de improviso e na intimidade lhe recitei na barca depois das festas das arvores, em Junho do anno passado. Ora, este obscuro escrevinhador, arvorado em poeta ! Era motivo para haver no Parnaso geral e merecido protesto.

Ao meu amigo já perdoei esta pequena imprudencia, tendo em vista a magnifica tarde de 15 de Agosto de 1911, que em sua companhia passei, indo visitar o sanctuario da Pena ou Penna, sitio que no dizer de frei Agostinho de Sancta Maria, sem embargo de ser muito eminente e elevado, está convidando para ser buscado; porque é muito alegre e vistoso pelos muitos horizontes que mostra de terra e mar.

Depois do referido já eu não posso, paraphraseando, dizer com o poeta do *D. Jayme*: "Nunca vi Jacarépaguá e tenho *pena*". O dia esplendido nos convidava a uma longa digressão de recreio.

Tomámos o bonde de Cascadura e em pouco mais de uma hora saltámos na respectiva estação. Esse percurso que antes da Central e da Light se fazia a cavallo em quatro ou cinco horas, realiza-se em cêrca de 60 minutos.

E digam lá que não temos progredido depois da inauguração da Estrada de Ferro Pedro II ! Dia memoravel em que eu e outros companheiros demos uma gazeta no collegio. E por signal, ficamos no alto do morro de S. Diogo para chegarmos á casa á hora do costume e não gerar desconfiança no espirito de nossos papaes e mamães.

Tomámos o bonde de Jacarépaguá, puxado ainda por burros e, passado o trecho da antiga estrada Real de Sancta Cruz, entrámos na vereda que conduz ao coração do bairro da freguezia de Nossa Senhora do Loreto. Mais uma hora de

trajecto e chegámos á Porta d'agua, onde afinal puzemos pé em terra não sem ter as pernas *et reliquia* um pouco magoadas.

Excuso dizer: — durante a viagem o dr. Pereira da Silva não deixou de fallar sôbre Jacarépaguá; parecia até uma conferencia pública. Não houve rio, estrada, venda, ranchos, blocos, arvores, pontes, morros, passaros, nomes de moradores que escapassem á loquella do meu meticuloso cicerone. Não lhe passou camarão por malha. Eu, para avivar idéas, ao chegar ao meu tugurio tractei de verificar quanto ouvira do meu companheiro. Tudo conforme e exacto. Para verificação muito me serviram trabalhos do Noronha Santos. Si o dr. Pereira da Silva se apresentasse candidato ao logar de professor de Geographia dava-lhe meu voto.

Quanto á disposição orographica eu levava á cabeça um mappa em relevo das montanhas do Districto Federal organizado pelo dr. Derby. Este illustre geologo me fizera presente de uma cópia, em menores proporções, do paciente trabalho que figurou na Exposição de 1908.

Como é sabido, o accesso do morro é difficil. Este inconveniente é minorado por tóscos bancos de páo, onde o visitante repousa. Tem, então, pouco a pouco sob seus olhos magnificas paizagens. Lá embaixo vai ficando o valle. Vêem-se rios e riachos, que por entre alvas pedras vão se deslisando sonorosos. Das arvores desprendem-se aromas agradabilissimos, mixtos de muitos e muitos vegetaes ódoriferos. O ar muito oxygenado enche o organismo de novas energias e a gente sente prazer pela vida. Vão surgindo novas e surprehendentes surprezas. Melhor é experimenta-las que julgar, dizia o grande Camões, cuja figura veneranda anda por ahi agora pregada em cartazes e em logares pouco dignos delle!

Entramos na egreja do Loreto! Bonita de architectura, modesta, muito airosa e confortavel. A simplicidade de juncto á elegancia. Tocou a minha vez de soltar o verbo. Lembrei ao Pereira da Silva uma egloga de Virgilio. Um pastor convidou a outro para certo passeio: um recitaria versos, e outro tocaria flauta. Elle, o Silva, fizera a topologia de Jacarépaguá, a mim tocava embocar a avena e tagarelar sôbre o historico da localidade. Fiz como muita gente. Fui prevenido para o que désse e viesse. Quanto aos primordios da freguezia, fallei em tudo, repetindo que disse o frei Agostinho, o Pizarro e todos quantos os têm copiado. Lembrei os nomes de José Rodrigues de Aragão, do padre Manuel de Araujo, rico e virtuoso sacerdote que não só fundou a capella do Loreto como a outra acima — a da Penna.

Que toda aquella zona pertencêra a Salvador de Sá e depois a seus filhos Martim de Sá e Gonçalo de Sá. Que a parte deste tocou a d. Victoria de Sá, casada com d. Luiz Cespedes, governador do Paraguai. D. Victoria, em testamento, deixou seus engenhos aos monges de S. Bento, os quaes lhe deram sepultura na capella-mór do Convento, no morro de Manuel de Brito. A parte de Martim tocou em partilha a seu filho Salvador Benevides, que por sua vez possuiu dous morgadios, um delles chamado dos Assecas, etc., etc.

Si por alli houvesse um tachygrapho teria eu feito um grande figurão.

Tudo era, porêm, silencio, interrompido pelo canto de um ou outro passarinho, ou pelo gargalhar das brisas da tarde por entre a ramagem dos frondosos arvoredos.

O dia ia a pouco e pouco morrendo. Era preciso attingir nossa méta. Um último exfôrço e eis-nos em pleno atrio da Senhora da Pena. Quanta magnificencia e maravilha nos deu o immenso panorama limitado pelos morros da Tijuca e Gavea e pelas serras de Guaratiba e Campo Grande! E ao fundo o Atlantico como um vasto espelho a reflectir os raios do sol poente.

Continuei a tocar flauta, isto é, a massar o meu companheiro com o producto adventicio de chronicas e alfarrabios. Não vale a pena reproduzir aqui o que a minha loquella produziu. O que eu disse é muito conhecido.

Como a outra, esta capella é elegante e collocada em sitio pittoresco. No altar-mór, em destaque, vê-se Nossa Senhora com o menino Jesus, tendo ella na mão direita uma alva pena. No livro de visitantes que nos foi apresentado, não vimos os nomes dos nossos coripheus litterarios. Naturalmente preferem as grandes obras de Marco Tullio ás sábias combinações da maravilhosa e sempre nova Natureza.

Em redor das paredes da egreja notam-se grandes azulejos representando quadros da vida de Nossa Senhora. Disse-nos o encarregado que taes azulejos são muito apreciados por extrangeiros, maxime Inglezes. Para obte-los, si fosse possivel, dariam grande quantia pela raridade desses trabalhos de antiga Ceramica. Em um dos corredores vimos o retrato de monsenhor Antonio Marques de Oliveira, que durante longos annos foi o digno pastor do rebanho jacarépaguense e incansavel reconstructor dos dous sanctuarios. Coitado, nem por ser bom e virtuoso escapou da sanha de larapios e de gravata lavada! Cousas da vida, ou antes miseria, como diria o velho coveiro de S. Pedro.

Aos pés do relvado estão sepultados os paes do digno sacerdote, cujos restos vão ser exhumados e reunidos alli aos de seus progenitores. Falleceu ha cinco annos.

Na pequena sacristia existem quadros de valor e cadeiras de estylo antigo, magnifica obra de marcenaria que honra os artistas antigos cá da terra. A capella da Penna é talvez a unica, em que se conservam promessas e votos em pequenas taboletas, nas quaes estão relatados os milagres de Nossa Senhora. Já delles faz menção frei Agostinho: "e as paredes daquella casa estão dando testimunho de suas muitas maravilhas nas muitas memorias que se veem pender, como são mortalhas, quadros e muitos signaes de cêra".

Entre ellas se destaca um caco de vidro engolido por uma criança. Foi expellido sem ser preciso a gastrotomia!

Vimos em um paredão um antiquissimo relogio do sol, que regula ainda perfeitamente.

Ia entardecendo. Era mistér descer para apanhar o bonde. O prodigioso scenario ia perdendo o seu fulgor, graças ás sombras da noite. Aqui e alli fulgiam pyrilampos como pedras preciosas caïdas da abobada celeste. Demos um último olhar de saudade e de satisfacção, pelo dia tão bem passado.

Em um dos braços da cruz, no alto da torre, pousado notamos um "bem-te vi". Cantava. Parecia despedir-se dos dous velhos palradores, ou então convidar os companheiros a regressarem aos penates, o campanario da elegante capellinha.

Os nossos relogios marcavam seis horas e vinte minutos!

Estava terminada a excursão historico-topologica e topographica.

Domingo, 10 de Septembro de 1916.

TRES DATAS

Em fóco tem estado o vetusto Convento de Sancto Antonio. Nestes ultimos dias é elle o thema de commentarios e discussões. Refugio outr'ora de frades trefegos, desordeiros e cabalistas, foi felizmente tambem academia, onde brilharam illustres theologos, scientistas, eloquentes prégadores, artistas e muitos que seguiram a gloriosa carreira das letras.

Nos fastos desta casa conventual encontram-se por outro lado figuras meigas, typos do mais acendrado altruismo, os quaes de perto seguiram os exemplos do seraphico Francisco de Assis,

A' historia tres vezes secular deste cenobio ligam-se tres dactas. Lembra-las é dever de quem tem a mania, para muita gente indesculpavel, de revolver alfarrabios com relação a esta nossa terra carioca.

Na relação de objectos arrolados no sequestro feito em dias da semana passada, falla-se em retratos. Representa um delles certo frade de oculos, espadaudo, cabeça bem conformada, fronte larga de verdadeiro sabio.

E' frei Francisco da Sancta Teresa de Jesus Sampaio, filho desta cidade e fallecido repentinamente em 13 de Septembro de 1830, aos 52 annos de edade.

Não me proponho a biographar o *bocca de ouro*, como lhe chamavam os contemporaneos enthusiasmados pelos triumphos oratorios deste Franciscano, artista da palavra. Causáram verdadeiro pasmo ao proprio principe regente d. João e á fidalguia portugueza, que com elle aqui chegou em 1808. Confessavam, nunca ter podido pensar existissem na colonia homens tão eruditos e tão bem preparados nas letras sagradas e profanas.

Traços characteristicos da vida do emulo do Lado de Christo, Rodovalho, S. Carlos e Mont'Alverne correm impressos. Sermões delle têm sido analysados por quem de direito. Meritos de frei Sampaio foram galardoados por d. João VI e D. Pedro I. Entre as distincções honorificas recebidas de extranhos, lembrarei o diploma conferido pela Real Academia das Bellas Letras de Munich.

O nome de frei Sampaio está intimamente ligado aos acontecimentos, de que foi theatro ésta cidade depois do 7 de Septembro de 1822. D. Pedro havia proclamado a Independencia, e em vertiginosa viagem, de S. Paulo — em poucos dias chegára ao Rio de Janeiro. Tinha pressa em se encontrar com os corypheus do momento separatista. E dentre elles sempre esteve em destaque frei Sampaio. Na Maçonaria, nos clubs politicos fez sempre ouvir sua palavra arrebatadora em prol da nossa emancipação politica.

Antes — elle, Januario, Nobrega, Ledo, Rocha, José Clemente e outros muitos, contribuiram para o *Fico*. Com o primeiro dos apontados redigiu o *Reverbero*, jornal politico de idéas liberaes moderadas.

As humidas paredes da cella desse frade foram testemunhas de planos e confabulações politicas do maior alcance. D. Pedro II, já imperador, subia a ladeira de Sancto Antonio; levava horas exquecidas a palestrar com Sampaio. Ouvia-lhe os conselhos ou assistia á leitura de artigos escriptos de uma assentada.

Era isto proprio do frade. Quando tinha de escrever calculava o que o assumpto podia dar. Cortava certo numero de

tiras de papel, e fazia ponto exactamente na ultima linha, sem um êrro, accrescimo ou falta de virgula.

Homem de tão grande merito teve um defeito: tibieza de character. Era medroso. Causava pena ver seu nome entre as testimunhas da celebre *Bonifacia*. Teve este nome o processo mandado instaurar por J. Bonifacio depois dos acontecimentos dos fins de Outubro de 1822. Neste processo Sampaio fez carga a seus antigos companheiros e amigos decididos.

Muito dedicado ao primeiro imperador, morreu Sampaio mal visto pelos liberaes opposicionistas, que arregimentados na Camara ousavam pôr um dique ás pretenções autocratas de d. Pedro I. Deu isto em resultado a revolução de 7 de Abril de 1831. A chamada *noite de agonia* acaba de ser com exactidão pintada pelo distincto e laureado artista sr. Aurelio de Figueiredo.

Morto Sampaio, foi sepultado juncto da cova de seu amigo e confrade frei Francisco de S. Carlos. Não ficaram alli perpetuamente os restos mortaes. Amigos e enthusiastas conseguiram exhumar os ossos do grande orador. Correu uma subscripção. Mandou-se fazer uma urna no marceneiro Adriano, com officina na rua Senhor dos Passos. Não pagaram a obra encommendada, e os restos do Franciscano ficaram atirados para um canto!

Por méra coincidencia e circunstancias que não vêm a ponto, o sr. dr. José Mauricio Nunes Garcia conseguiu obter o craneo de Sampaio. Guardava-o como um thesouro precioso ou reliquia de grande valor.

O emerito anatomista, em seu *Compendio*, pelo qual eu e muita gente estudamos, fez da cabeça de frei Sampaio uma analyse meticulosa e altamente scientifica. Morreu José Mauricio. Ignoro em que mãos parará este craneo. Teve ao menos uma felicidade. Escapou de ser tambem arrolado nos autos do sequestro.

Ouço ao longe os repiques festivos dos sinos de Sancto Antonio. Depois das tristezas da semana passada as alegrias do dia *17 de Septembro*. Celebram hoje a festa da Ordem da Penitencia. Realiza-se esta pela 289ª vez; pois a primeira teve logar em egual dia de 1622.

Como tem sido dicto e repetido, a Ordem começou a funccionar na egreja do Convento, em a capella da Conceição. Nella se guardam em tumulo de marmore, mandado vir por d. João, os restos do principe d. Pedro Carlos, genro do depois rei.

Foram fundadores da Ordem Luiz de Figueiredo e sua esposa Antonia Carneiro.

Já provei: não eram de pouca roupa, nem vieram degredados, como asseverava alguem fallecido ha poucos annos.

Crescendo o número dos Terceiros, desejaram estes edificar sanctuario proprio. Por 50$ compraram aos frades terrenos onde está hoje a egreja em festa, restaurada pelo Driendl, sendo ministro da Ordem Terceira o sr. Rodrigo Venancio da Rocha Vianna.

Mais tarde os Franciscanos reconheceram não poder vender bens alguns. Substituiram a primeira escriptura por outra de doação por esmola.

Nem sempre a harmonia reinou entre os dois ramos da familia franciscana. Houve questões, demandas, intrigas e até formação de dous partidos. Degladiavam-se, como os amestrados politiqueiros de tempos mais hodiernos. Não queriam os frades que os terceiros tivessem torres nem sinos! Motivado por uma parreira houve litigio. A maior demanda foi occasionada pela construcção de catacumbas.

Hoje felizmente reina a paz na egreja de Elvas.

E assim sempre devia ser. Luctas e questões por nonada entre ermãos são sempre censuraveis. Entre gente que se diz catholica, além de impertinentes e ridiculas, ellas contribuem para o desprestigio da Religião.

Não seria cavalheiroso, em dias de gala e alegrias, reviver factos e cousas tristes, sôbre as quaes já pesa a lousa do passado. Mesmo porque — tristezas não adubam sopas.

Preciso estar de animo bem disposto para ir saudar os redactores da rosea *Noticia*, cujo 17° anniversario natalicio passa hoje. A confeitaria Colombo nascida no mesmo dia manda á jovem pão de lot e guloseimas. Adoçaremos a bocca sem risco de empurrões. Alli não penetra a gente do Club do *Avança*.

E' depois de amanhã o dia de S. Januario, o grande padroeiro da antiga Parthenope, ou Napoles em lingua menos arrevesada. Aqui no Rio já teve S. Januario grande prestigio. Hoje ninguem mais delle se lembra. Devia ser o dia da nossa estudantada. Os de 1710 em numero de 49, commandados pelo seu capitão José da Costa Freire, portaram-se galhardamente.

Bem conhecido é: os Francezes, tendo á frente Duclerc, invadiram a cidade pelo interior. Vieram por montes e bibócas. No dia 19 de Septembro chegaram ao centro desta mui heroica e leal S. Sebastião. Cairam como ratos na ratoeira. Foram destroçados e mortos. A refrega durou duas horas. Nella morreu Gregorio de Castro Moraes, ermão do governador. Foi sepultado na capella da Conceição, de que acima falei.

Em seguida á victoria houve folganças, passeatas, carros allegoricos, luminarias, *Te Deum* e sermão pregado pelo bispo, etc., etc.

Como general, do alto da muralha presidiu Sancto Antonio ao combate. Foi elevado por este serviço de soldado raso ao posto de capitão. No anno seguinte, assassinado Duclerc, veio vingal-o o afamado Duguay-Trouin, que levou tudo a ferro e fogo. Foi um sequestro em regra e a roubalheira escandalosa, mas muito escandalosa mesmo. Tudo isto é velho como o azeite e vinagre.

Como explicavam os boateiros e onzeneiros de antanho a falta de protecção dada á cidade em 1711? Chegou mesmo a permittir que fosse invadido o seu convento de onde os assaltantes roubaram mais de dous milhares de cruzados além de alfaias e preciosidades, E os sacrilegos eram subditos de Sua Magestade Christianissima!

Antes de ir adeante: n'aquelle tempo não havia bancos nem caixas economicas. Quem tinha seu vintem enterrava-o no quintal, ou mettia no pé de meia ou dava a guardar aos frades.

Eis como o pateta das luminarias explicava o facto da referida reviravolta: S. Antonio não ficou contente com as honras prestadas a S. Januario. Lá porque a cousa rebentou no seu dia, nada significava. Demais, accrescentava o tal *quidam* de miolo molle: capitão por capitão, já Sancto Antonio o era na Bahia e desde 1707.

"Foi bem feito, terminou o typo da rua, o Sancto castigou os ingratos!" Si não é *vero é bene trovato.*

Não será pois de admirar que, daqui a pouco tempo se diga á bocca pequena: o incendio da Imprensa Nacional foi tambem castigo de Sancto Antonio. Viu com desgosto sua antiga casa invadida pelas justiças da terra. "Protestou, dirá algum presepeiro, contra o sequestro e o resultado foi o fogo".

Ora ahi está como se escreve a Historia.

Domingo, 17 de Septembro de 1911.

A SEGUNDA IMPERATRIZ

Gentilmente convidado pelo emerito artista sr. Aurelio de Figueiredo, tive o prazer de contemplar o seu mais recente trabalho.

Refiro-me ao quadro historico representando d. Pedro I, no palacio da Bôa Vista, entregando a Miguel de Frias Vasconcellos o decreto de abdicação, na madrugada de 7 de Abril de 1831.

Esta tela vae figurar em um dos salões da Prefeitura Municipal.

Do escrupulo e consciencia, com que Aurelio de Figueiredo estudou os documentos, jornaes da epocha, retratos de varios personagens e, enfim, todos os detalhes para dar ao quadro, quanto fosse possivel, toda a verdade, posso dar testimunho.

Nem é facil, passados tantos annos, a um artista reproduzir factos, cujas testimunhas desappareceram. Guiar-se só pela imaginação é um perigo, pois a critica historica implacavel não o deixaria incolume. Vencidas todas as difficuldades, creio que o sr. Aurelio terá o applauso dos entendidos.

As figuras dos ministros, do imperador, de Frias são verdadeiros retratos. Quanto á execução artistica não me compete, baldo de conhecimentos profissionaes, analysar obra de tão grande folego.

Destaca-se porém na téla figura verdadeiramente empolgante, a da imperatriz Amelia, tendo sôbre os joelhos o futuro d. Pedro II. A esposa de Pedro I chora e em um lenço de fina cambraia enxuga sentidas lagrimas.

Sabia eu ter sido d. Amelia aos dezesepte annos, sympathica senhora. Mas o laureado artista a representa tão formosa, que a gente sente-se commovido ante a desgraça a pesar sôbre o espirito dessa attribulada esposa, naquella noite de angustias. Ella, que 18 mezes antes aqui entrára em triumpho, saudada pelas acclamações do povo, via de repente as risonhas esperanças da vida converterem-se nas negras nuvens de imminente catastrophe.

Chega-se, ante attitude tão desoladora, a reprovar a revolução formada no Campo de Sanct'Anna. Ante o espectaculo de tanta amargura, essas lagrimas em momento tão critico exprimem quiçá o perdão da posteridade pelas faltas commettidas pelo primeiro imperador contra o povo, que o acclamou seu chefe e o fez seu Perpetuo Defensor.

Não são para estas ligeiras notas analysar o grau de desmoralização a que chegou d. Pedro, pela sua conducta irregular, como chefe de familia. Admira, porêm, que, cercado de tantos varões de edade avançada, illustres pelos talentos e serviços, não houvesse um que apontasse o bom caminho ao joven imperador. Parece que naquella epocha o aulicismo tinha invadido todos os characteres. Não seguiram a maxima de desobedecer do rei para melhor servir ao rei. Si o fizessem, quantos desastres moraes não se teriam evitado, e a nossa Historia não registaria erros politicos, dando em resultado o divorcio entre a nação e o imperante e crises revolucionarias oriundas de odios ruins e paixões mesquinhas.

Cansado de amores faceis, d. Pedro, viuvo desde 1826, resolveu tornar a casar. Com o fim de arranjar alguma princeza européa foi commissionado o marquez de Barbacena. A' vista da vida irregular de d. Pedro, varios monarchas recusaram a mão de suas filhas. Conhecido jurisconsulto, distincto colleccionador de documentos, possue uma carta autographa, testimunho do referido. E' escripta e assignada por d. Pedro I, pedindo ao rei da Suecia a mão de uma de suas filhas. Foi naturalmente recusada.

Ao marquez impunha o imperador quatro condições: a noiva devia ser bella, intelligente, de nascimento illustre e virtuosa. Depois de inauditos exforços, Barbacena conseguiu obter a mão de d. Amelia Augusta Eugenia Napoleão, filha do principe Eugenio de Beauharnais (enteado de Napoleão e duque de Leuchtenberg), e da princeza Augusta Amelia, filha de Maximiliano I, rei da Baviera, apontada pelos contemporaneos como a mais virtuosa e mais bella princeza do seu tempo.

Nascera a futura segunda imperatriz do Brasil em Munich aos 31 de Julho de 1812. Disse-me por vezes o visconde de Barbacena que seu pae havia cabalmente satisfeito os desejos a d. Pedro I. D. Amelia, alêm de cheia de virtudes nunca desmentidas, era intelligente, illustrada e de rara formosura. Em pouco tempo aprendeu a lingua portugueza; a sua conversação era animada e espirituosa. A todos encantava pelos dotes do coração. Sua belleza causou assombro a todos quantos pela primeira vez a viram.

O proprio d. Pedro, apaixonado, compôz um soneto encomiastico aos dotes da sua gentil desposada, na primavera da vida.

Mello Moraes pae não se mostra muito sympathico á nova consorte de d. Pedro I. Pessôas amigas affirmam, porêm, ter sido ella sempre a protectora dos pobres e desvalidos, não só aqui como em Portugal, quando o esposo descendo os degraus do throno foi, na terra de seus maiores, pugnar pelos direitos de sua filha d. Maria da Gloria, nossa patricia, nascida no Rio de Janeiro de 1819.

Com as ceremonias do estylo foram em 2 de Agosto de 1829 celebrados os esponsaes em Munich, na capella do palacio da princeza viuva d. Augusta da Baviera, mãe da noiva. No dia 4 partiu a comitiva para o porto de Ostende, de onde saïu a 25, a bordo de um barco de vapor. Em 27 chegou d. Amelia a Portsmouth. Alli as fragatas brasileiras *Imperatriz* e *Isabel* aguardavam a desposada de d. Pedro I. Embarcou no primeiro navio trazendo em sua companhia d. Maria da Gloria, a qual voltava ao Brasil por ordem de

seu progenitor e para escapar a difficuldades e intrigas diplomaticas.

Em 16 de Outubro as salvas das fortalezas da barra annunciavam a chegada dos régios viajantes.

D. Pedro I embarca em um pequeno barco de vapor e vai ao encontro da tão esperada esposa. Demora-se a bordo até á tardinha e regressa para a Quinta da Bôa Vista. Nesta noite houve illuminação geral da cidade.

A população anciosa aguardava o dia seguinte, destinado ás bençãos nupciaes. A's 10 horas da manhã, embarca o imperador no galeão *D. João VI* e dirige-se para bordo da fragata *Imperatriz*.

Ao meio-dia desembarca no Arsenal de Marinha.

Em coches da casa imperial, saïu o cortejo, com a pompa do ceremonial.

Além de d. Maria da Gloria, fazia parte da comitiva o principe d. Augusto, depois duque de Sancta Cruz, ermão de d. Amelia e futuro esposo da mesma d. Maria, rainha de Portugal. Celebradas as ceremonias do ritual foi entoado pelo bispo solenne *Te-Deum* alternado, sendo a musica composição do proprio d. Pedro. Houve jantar de gala no Paço da Cidade.

Chovia a cantaros. Apezar do mau tempo o povo enchia literalmente o antigo Largo do Paço, procurando ver os monarchas e admirar a joven imperatriz, que graciosamente correspondia ás saudações.

As deslumbrantes illuminações particulares duraram muitos dias.

Não estando de todo acabados os monumentos construidos, adiou-se a illuminação delles para o dia 24, em que os imperantes deviam assistir, no Arsenal de Marinha, ao acto de ser lançada ao mar a corveta *Amelia*. Na noite desse dia assistiram os recem-casados a espectaculo de gala no theatro S. Pedro.

Entre os monumentos erguidos então, tiveram a palma um arco de triumpho, perto da porta do Arsenal de Marinha, homenagem da Armada Nacional. Na rua Direita, canto da dos Pescadores, outro arco, devido aos negociantes desta localidade. Outro no canto da rua do Sabão, lembrança de negociantes allemães. Mais um, perto da egreja do Carmo, mandado fazer por uma subscripção particular. No largo de S. Francisco, os Francezes, auxiliados pelo almirante Grivel, fizeram levantar alta columna imitando a de Trajano, em Roma. No fim da rua dos Ciganos para o Campo, não ficaram os Inglezes supplantados. Um largo arco triumphal occupou toda a largura da rua. O Rocio pelos negociantes

da rua do Rosario fôra transformado em bellissimo jardim. No largo do Palacio, proximo ao cáes, erguiam-se dous templos, um dedicado ao Amor e outro ao Hymeneu, obra do architecto francez Grandjean de Montigny. Foi homenagem prestada pela Guarda de Honra. Quem quizer melhor conhecer minucias de todas as festividades, leia o opusculo nesse tempo publicado por Pedro Plancher Seignot.

Para commemorar o seu segundo casamento o imperador creou a Ordem da Rosa. Tinha por lemma *Amor e Felicidade*. A côr de rosa tornou-se moda. Vestidos das senhoras, colletes de homens, laços de gravata tudo era feito com fazendas dessa côr. Foi mania, como qualquer outra.

Passaram como nuvens fugazes os dias de alegria da joven imperatriz. Da infelicidade ella já soffrera duros golpes. Vira seu pae abandonar o throno de Milão e seguir os destinos de Napoleão, que o arrastou na quéda.

Pouco tempo depois de casada escapou d. Amelia de morrer, devido a um desastre occorrido na rua do Lavradio e causado por imprudencia de d. Pedro I. Depois teve de descer os degraus do throno brasileiro, arrebatado pela revolução. Em 24 de Septembro de 34 viu morrer seu marido aos 36 annos de edade, não tendo de todo consolidado a victoria da causa liberal. O ermão d. Augusto casa com d. Maria II. Um anno depois ficava esta viuva. Tuberculosa e na flôr da edade morre a princeza d. Maria Amelia, unico fructo do consorcio com o ex-imperador. Em 1853 assiste ao fallecimento da rainha de Portugal. Depois seguem-se os quatro fallecimentos prematuros da rainha dona Estephania, esposa do rei d. Pedro V, e dos ermãos do dicto monarcha, os infantes d. Fernando e d. João, todos tres netos de Pedro I. Tantas desgraças não lhe abateram o animo. Conservou-se viuva, vivendo de recordações e de saudades e exercendo a caridade. Falleceu a 26 de Janeiro de 1873 em Lisbôa no Palacio das Janellas Verdes, propriedade outr'ora de Salvador Benevides, governador, que foi por tres vezes da Capitania do Rio de Janeiro. Morreu a ex-imperatriz de uma lesão do coração.

Eis a victima da adversidade, que o pincel de Aurelio de Figueiredo reviveu, e cujo, martyrio moral começou nessa noite memoravel, conhecida pelo nome *Noite de agonia*.

Domingo, 24 de Septembro de 1911.

S. COSME E S. DAMIÃO

Passou no dia 27 de Septembro o dia consagrado pela Egreja aos dous martyres S. Cosme e S. Damião, o primeiro medico e o segundo cirurgião. Ermãos, nasceram ambos na Arabia.

Segundo dizem os hagiologos, era bastante que os dous profissionaes tocassem com as mãos os doentes, fazendo-lhes o signal da cruz, para milagrosamente ficarem estes curados das mais graves infermidades. Eis porque estes sanctos foram sempre considerados padroeiros dos medicos e cirurgiões.

A vida destes dous bemaventurados tem servido de assumpto aos cultores das Bellas Artes. Sôbre ambos a mais antiga pintura existente em Munich é attribuida a frei Angelico. Nota-se no Louvre outro painel (de Pesello Peselle). Representa os dous ermãos visitando um doente e administrando-lhe remedios.

No museu de Antuerpia vê-se um tryptico, onde representados estão varios episodios da vida de S. Cosme e São Damião. E' obra de Ambrosio Francken (senior) e foi feita para o altar da Irmandade dos cirurgiões, na Cathedral do Antuerpia. Entre as representações artisticas dos dous medicos, citam-se ainda: um quadro de Lafosse, no museu de Napoles; outro de Lourenço de Ricci (em Florença), no museu dos Officios; uma estatua de S. Cosme, por Montorsoli e outra de S. Damião (obra de Rafael de Montelupo) existentes ambos em Florença na capella dos Medicos.

O referido é resumo do Diccionario popular de Pinheiro Chagas, o qual tambem extrahiu pormenores do mui conhecido Larousse.

Em várias cidades da Europa notam-se sanctuarios dedicados a S. Cosme e S. Damião. Em Portugal sei que existe uma freguezia, perto do Porto com o nome dos dous sanctos.

Aqui no Brasil ha uma cidade, Iguaraçú, no Estado de Pernambuco, onde se nota antiquissima freguezia dedicada aos dous patronos dos medicos. Pequena povoação a principio, está ella ligada aos primordios da historia pernambucana.

Já no seculo XVI, d. João III a denominava muito nobre, sempre leal e mais antiga villa de Sancta Cruz de S. Cosme e S. Damião. O templo a elles dedicado foi fundado, segundo reza a tradição, por Duarte Coelho Pereira por haver

em 27 de Septembro de 1530 (sic) alcançado sobre os Indios e Francezes completa victoria. Em seu importante *Diccionario Chorographico de Pernambuco*, cujo terceiro volume em impressão adeantada acaba de desapparecer no incendio da Typographia Nacional, o meu amigo, o distincto e consciencioso escriptor dr. Sebastião Galvão com muito criterio julga essa data pouco verdadeira. "Na citada egreja matriz, escreveu esse illustre Pernambucano, foram collocados em 1729 quatro paineis allusivos á historia de Iguarassú, nos quaes se commemoram victorias e milagres devidos á intervenção de S. Cosme e S. Damião". Falta-me espaço para dar descripção minuciosa destes paineis, a qual póde ser lida á pag. 307 do referido Diccionario, que infelizmente ainda está incompleto.

Aqui no Rio de Janeiro, salvo melhor juizo, os sanctos, assumpto destes apontamentos, nunca tiveram casa propria. Na velha egreja da Misericordia, sei que foram venerados em um altar conjunctamente com a Senhora dos Prazeres. E' prova disto uma petição de 17 de Novembro de 1748, dirigida á mesa da Sancta Casa. Era então provedor Gomes Freire de Andrade.

O requerimento foi dirigido pela confraria dos Sanctos Cosme e Damião pedindo á Irmandade, concessão para dourar o retabulo da Senhora no altar, onde estavam os sanctos. Impunham como unica condição nunca em tempo algum serem elles postos fóra. A mesa concedeu. Ignoro o fim que levou a confraria e o destino dos sanctos, que já se não encontram no antigo templo da Misericordia.

Seriam os requerentes licenciados, medicos ou cirurgiões do tempo, que quizessem venerar seus patronos nas proximidades do Hospital? E' possivel.

Si nesta nossa *maravilhosa* cidade não possuem S. Cosme e o ermão *ubi* seu, têm em compensação em muitas e muitas casas pequeno altar, sempre ornado de flôres. São elles objecto, principalmente por parte das Bahianas, de um culto muito de religião e de prácticas de verdadeiro fetichismo. As mulheres com elles se agarram para não terem partos duplos. E as que têm filhos gemeos pedem para elles a protecção desses sanctos.

Asseguram uns com convicção: casa em que ha as imagens dos dous ermãos não entra epidemia. Creem outros que S. Cosme e S. Damião são advogados contra feitiços, bruxarias, máo olhado e espinhela caïda. Ha quem lhes deite comida todos os dias. As baratas e os ratos se encarregam de fazer desapparecer os comestiveis e guloseimas.

E a superstição e o fanatismo fazem crêr aos ingenuos devotós que tudo é comido pelos dous.

Facto provado é o seguinte: no dia 27 de Septembro ha em muitas casas verdadeiros banquetes. Come-se e bebe-se á farta. Seguem-se tócatas e danças, que se prolongam até o despertar do sol. Verdadeira pandega em honra de quem na vidã só se occupou com seus mistéres da mais nobre das profissões!

Contaram-me: — em certa povoação era sempre presidente da mesa do banquete certo juiz de paz muito prosa, ignorante e dado á discurseira.

E' impossivel citar trechos desse orador da roça, cheio de si e sempre disposto a fazer o que se chama em linguagem academica *bestialogicos*.

E era applaudido pela companhia. Faltando o Mingote, não eram completas as alegrias do dia 27 de Septembro!

E' deste eloquente orador a seguinte sentença que se lê na *Revista Popular*: "A' vista da denuncia authentica do illm. e revm. sr. promotor desta Comarca, das testimunhas concubinadas entre si, e tambem do corpo de delicto indirecto muito bem manipulado por meu compadre doutô Jeronymo que é entendido e esteve para entrar no curço da juridica e depois caiu na asneira de casar que foi pena, se prova que o réu deu quatro facadas em sua mulhé duas na veia embilicada que lhe fez saïr o intestino reto para fóra e outra na espinhela, ao que meu mano boticario chama religião espigada, e outra logo em baixo da amopata, segundo disse o lecenciado Gonçalo que é quem entende destes nomes francezes que na nossa terra nunca se usavão, tudo levado porque o dito réu não obstante ser casado com sua mulhê na facia da igreja tenha raptado uma moça já adultera e fia femia de sua mãe ou avó que nisto não concordão os autores, e cuja mulhê delle não a queria em casa, porque é desaforo fazê essas poucas vergonhas nas barbas de sua obrigação, etc., etc. E condemnava o réu a galés perpetuas, por muito favor a pedido de d. Thereza, comadre do vigario!!!"

Os discipulos de Hippocrates e de Galeno do velho Portugal tiveram sempre grande devoção por S. Cosme e São Damião. Eram considerados padroeiros e protectores da classe medica. Por muitos annos essa religiosa tradição se conservou na Universidade de Coimbra, na Faculdade destinada aos que se dedicavam á missão de curar ou minorar infermidades e molestias.

Creada em 1772 a famosa Juncta *Pró-Medicato*, em tempo da rainha d. Maria I, este tribunal destinado a legislar e su-

perintender o ensino e o exercicio da Medicina e da Pharmacia, não se exqueceu dos dous sanctos já tão citados. E' assim que em 1800, alterando a tabella das propinas a pagar pelos exames e diplomas, consignou sempre a quantia de cem réis para o cofre de S. Cosme e S. Damião. Ignoro porque os boticarios teriam de entrar com a somma de quatrocentos e oitenta réis. Tudo isto vem detalhadamente explicado em um curioso trabalho a *Physicatura-mór do Reino* da lavra do fallecido dr. Pereira de Abreu e publicado no Tomo 60° da *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.*

Qual o intuito do Proto Medicato conservando velhas e tradicionaes prácticas? Explica-lo não é difficil.

Quizeram as summidades medicas desse tempo que os candidatos ao exercicio da profissão tivessem ante o espirito a lembrança desses dous ermãos sempre bons e unidos, exercendo o bem sem atritos, inveja ou desconfianças: A harmonia de ambos só se partiu ante a morte dada pelo ferro do algoz.

E assim deviam ser todos os medicos e cirurgiões; respeitando-se mutuamente, estimando-se como ermãos e zelando como proprios o nome e a honra de seus confrades.

Domingo, 1° de Outubro de 1911.

SAGUATE PERDIDO

Sôbre a *Bahia do Rio de Janeiro, sua Historia e Descripção de suas riquezas* escreveu, ha annos, o illustre militar Augusto Fausto de Sousa, importante trabalho cheio de pormenores sôbre a decantada Guanabara.

Referindo-se aos principaes successos nella occorridos, escreveu o seguinte: — "O incendio, dentro da bahia, de uma náo que trouxera de Macáo monsenhor Mezzobarba, patriarcha de Alexandria, facto que causou o prejuizo de muitos milhões aos negociantes portuguezes, por ser riquissimo o carregamento da mesma náo, segundo assevera Rocha Pitta."

Eis como mais ou menos este último, auctor da *America Portugueza,* narra tal successo. No anno de 1722 chegara ao Brasil, voltando da Asia, monsenhor Carlos Ambrozio Mezzabarba, patriarcha de Alexandria, natural de Pavia, cidade da Insubria, no Estado de Milão. Achava-se em Italia com o govêrno temporal da Sabina, hoje provincia do patrimonio da Egreja e antigamente reino contendor de Roma. Daquelle

emprego foi chamado pelo papa Clemente XI, que lhe deu a dignidade patriarchal e o enviou a China em 1719.

De Lisbôa, e á custa de d. João V, seguiu viagem. Passou o patriarcha á China para indagar quaes as cousas que o monarcha do Celeste Imperio exigia para receber a religião catholica. A seus subditos já elle havia, graças aos Jesuitas, permittido a faculdade de poderem abraçar a nossa religião.

Annos antes havia o pontifice enviado o depois cardeal de Tournon a indagar de mais perto o animo com que estava o imperador.

Tournon porém não foi verdadeiro diplomata. Houve desgostos reciprocos. E o embaixador saïu da China sem nada conseguir. De regresso á Europa falleceu em Macáu.

Voltou á carga o vigario de Christo e encarregou Mezzabarba de tão espinhosa incumbencia. Teve feliz inicio. Foi pelo imperador muito bem recebido. Tractou-o com magnificencia, dando-lhe das suas reaes roupas para se reparar do frio, etc.

E sendo o patriarcha instado pelo imperador sôbre a permissão que pretendia, lhe respondeu não levava poder para determinar cousa alguma na materia, offerecendo-se a propôr em Roma a causa com tal distincção e clareza, que desvanecesse as sombras que naquella sagrada Curia tinham causado suas proposições.

Mas, dirá o complacente leitor: que tem Judas com a alma dos pobres ? Qual a relação entre o referido pelo Rocha Pitta e o titulo do artigo de vocêmecê ? *Dá, mas escuta,* como disse o outro.

Tambem fiquei boquiaberto quando deparei com termo tão arrevesado, escripto por Aires de Saldanha em sua correspondencia com a metropole.

Recorri aos lexicographos; o nosso Moraes assevera ser tal vocabulo de origem indica e tem significação de mimo, presente e dadiva. Foi empregado por Jacintho Freire de Andrade na vida de d. João de Castro, por Fernão Mendes Pinto e pelo padre Antonio Vieira.

Dou, pois, a palavra ao sr. Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha, capitão-general e governador da capitania do Rio de Janeiro. Elle melhor explicará a causa do desastre que deixou muita gente a ver navios. Ficaram o papa, d. João V e o patriarcha sem Deus, como se diz, sem amor e sem til.

Em 15 de Maio de 1722 entrou neste porto a náo de Macáo, cujo capitão era Francisco Delgado, que ás Indias levou o patriarcha. Neste navio viera tambem um Jesuita.

Dizia ter sido enviado pelo imperador da China para entregar ao rei de Portugal (d. João V) um *saguate*. A mesma pretenção allegava o patriarcha. Pediu este a Aires não deixasse saïr de bordo o tal *saguate*. Ficasse alli guardado, contanto que não fosse para o poder do padre da companhia de Jesus.

Metteu-se no meio da contenda o governador, e o padre deu-se por satisfeito. Assim pois não foi desembarcado o *saguate*.

Patriarcha e Jesuita pretendiam adeantar viagem tocando na Bahia, para irem a Lisbôa na frota daquelle porto. Pediam a náo guarda-costa para protegê-los. Iriam mais seguros, pois o navio de Francisco Delgado tinha aqui demora por exigencias dos contractadores. Isto escrevia mais ou menos Aires de Saldanha ao secretario de Estado em 5 de Junho de 1722.

Em 19 do mesmo mez escrevia de novo o governador, dando parte ao mesmo alto funccionario do sinistro e de suas fataes consequencias. Mudou o padre de opinião. Escreveu uma carta insolente ao governador, que com grande exfôrço e paciencia conseguira accommodar os dous — o patriarcha e o Jesuita. Respondeu Aires, e das duas missivas, — a sua e a do Jesuita, mandava as competentes cópias. Assevera elle que o religioso se portara por modo tão desattento e descomedido, tão alheio da verdade e da razão, "que se este sujeito não fosse religioso e não viesse com encargo tão grave como elle publica, eu havia de escrever as leis do comedimento á vista de similhante attentado, pretendendo levar para seu poder o *saguate*". Quer isto dizer: o Jesuita veria com quantos paus se fazia uma canôa.

Enfim, ouvindo as razões do patriarcha sempre attencioso e calmo, Aires de Saldanha deliberou viesse para terra o *saguate*.

Seria guardado nos armazens reaes e nunca no Collegio, no morro do Castello. "Mas Deus nosso Senhor, pelos seus altos juizos, foi servido apartar esta dissenção bem a meu e geral pezar, permittindo que aos 16 deste mez indo se buscar fazenda a bordo do navio *Macáu* e revolvendo-a no porão com luzes, ficasse ahi alguma faisca, a qual foi calando, de sorte, que havendo sido isso pela manhã, das tres para as quatro horas da tarde, com pouca differença percebeu a pouca gente que estava dentro fumo pela escotilha, que estava fechada, e acudindo a abri-la, quando o fizeram saïr tal labareda de dentro, que impossibilitava o remedio, e começaram a desemparar a náo por se achar o fogo mui perto do paiol da polvora, que tinha perto de *trinta barris*.

"A este tempo fui eu advertido, e sem demora alguma fiz convocar todas quantas embarcações se achavam neste porto com a mestrança deste guarda-costa, mas quando chegamos ao pé da náo, julgaram todos que estava o perigo evidente a respeito do paiol da polvora, por cuja causa nos afastamos todos a cuidar em retirar o dicto guarda-costa, que se achava muito vizinho e com effeito se retirou.

"Antes de o fazer rebentou o paiol da polvora da outra náo, e sem embargo de rodearem a dicta náo guarda-costa alguns estilhaços, permittiu Deus Nosso Senhor que nenhum caïsse dentro, em cujo incendio se queimou o *saguate* que ia para Sua Magestade, o que ia para Sua Sanctidade, parte do fato do patriarcha e a maior parte da fazenda da náo.

"Creio bem que o padre da Companhia maliciosamente tentará formar-me alguma culpa para com Sua Magestade que Deus guarde, mas espero de sua real prudencia e alta comprehensão que creia, que nesta materia obrei com a maior sinceridade, com o intuito de evitar prejuizos que se dão em similhantes generos como são louças e vidros e costumam succeder com desembarques, mórmente determinando o capitão do navio fazer viagem dentro de um mez para a Bahia, onde sem duvida achava-se a frota.

"Tambem remetto a V. S. a cópia da carta que o patriarcha me escreveu, em que verá as suas razões para que inteiramente conste a Sua Magestade que Deus guarde tudo o que nessa materia se passou."

Desta carta se infére que o tal *saguate* era presente consideravel e importante. Nem o imperador da China mandaria cousa de pouco mais ou menos.

Aires de Saldanha sangrava-se em saude, pois tinha medo de intrigas do discipulo de Loyola.

Finalmente partiu o patriarcha de rota batida para a Bahia. Foi recebido na capital da colonia com os maiores obsequios e as mais ostentosas provas de respeito e amor, dadas pelo vice-rei do Estado.

Hospedou-se em casa do chantre João Calmon, padre apatacado, possuidor de casa apalecetada e com luxo mobiliada.

Estava gravemente infermo o arcebispo d. Sebastião Monteiro da Vide. Falleceu dias depois. O prelado auctorizou Mezzabarba a ordenar varios sacerdotes.

Quando se retirou para Lisbôa foi o patriarcha accompanhando pelo clero, nobreza e povo da cidade do Salvador. Ainda ao partir recebeu o vice-rei, em nome de d. João V, um rico *saguate*. Consistia, diz Rocha Pitta, em uma rica bandeja e pucaro de ouro. Teve compensação!

Saïu-me da pena esta historia ao ter presente o novo bendegó caïdo ha dias lá para as bandas do Araranguá.

Narram os jornaes o terror dos habitantes ao ouvirem o estrondo do aerolitho. Não menor susto soffreram os nossos antepassados com a explosão da nau do Mezzabarba fundeada perto da ilha das Cobras, além do baixio existente entre a referida ilha e o forte de Santiago (hoje Arsenal de Guerra).

Houve paredes fendidas, vidros de janellas quebrados, ataques e chiliques. Não refere a chronica si houve victimas.

Que a cousa foi medonha, não ha dúvida. Trinta barris de polvora a explodirem nunca foi, nem será brincadeira ou marimba que preto toca.

Domingo, 8 de Outubro de 1911.

MORRO DA VIUVA

Amavel compatricio apreciador de velharias foi em companhia de amigos dar uma volta pela esplendida Avenida Beira-Mar.

Mao grão o dia carrancudo de Domingo passado chegaram os passeiantes "sem accidente" ao Morro da Viuva.

Iam em alegre palestra recordando factos, que tiveram por theatro a praia do Flamengo (outr'ora da Aguada dos Marinheiros, de Pedro Martins Namorado, do sapateiro Sebastião Gonçalves e tambem de Lery ou Leripe).

Contemplavam o Pão de Assucar envolto em nuvens. Viram o sitio da Sapoicatoba, a fóz do Carioca e Villegagnon tão célebre nos nossos annaes, aforada depois pelos Jesuitas por seis gallinhas, etc.

Ao chegarem ao supradicto morro, grande foi o espanto dos joviaes excursionistas ao verem restos de uma fortificação, e em uma gruta della as armas da cidade.

Interrogado o *chauffeur*, que os conduzia, disse ser tudo aquillo, propriedade da Municipalidade, que naturalmente comprou ao Governo.

Tudo isto foi assumpto de amistosa carta, que me dirigiu o referido compatricio pedindo lhe puzesse a cousa em pratos limpos. Quer o sr. Galvão (tal o nome do missivista), saber si a Municipalidade obteve, comprando, esse immovel, o qual segundo o mesmo senhor devia pertencer ao Governo por alli existirem restos de um fortim.

Antes de ir adeante devo dar o parabem aos passeantes de Domingo passado. Encontraram um *chauffeur* intelligente

e sabedor de cousas cariocas, um bom cicerone, cousa rara, pois que a gente dessa classe em sua maioria não dá a taramelha nem cuida de taes ninharias. Estou em dizer que este modesto guia, alêm da pericia com que conduziu o sr. Galvão e seus amigos a porto e salvamento, lavrou um tento. Assegurou, até certo ponto sem o querer, o direito inconcusso da Municipalidade sôbre o Morro da Viuva. E digam lá que o Rio de Janeiro não é a cidade das maravilhas!

Para tranquillizar o espirito do meu interrogador volto-me para o passado. E se caïr em alguma repetição de cousas muito sabidas dos leitores, carregue o sr. Galvão com a responsabilidade dessa falta. Foi elle quem encommendou o sermão de hoje.

Entro em materia. O actual morro da Viuva teve esta denominação por haver pertencido o seu dominio util a d. Joaquina Figueiredo Pereira Barros, por herança do marido Joaquim José Gomes de Barros.

Até 1753 não teve tal morro nome especial. Foi chamado tambem de Lery ou Lerype por ter residido na chamada casa de pedra, durante quatro mezes, o célebre protestante João de Lery, que para fugir ás perseguições de Villegagnon veio residir no continente. Esta "casa" foi, segundo uns, edificada pelo mesmo Villegagnon, e conforme outros, levantada por Martim Affonso de Sousa quando em 1532 aqui esteve durante tres mezes.

Já por vezes procurei provar: — o primitivo morro do Lery foi o da Gloria. E só depois que este, graças a ermida alli levantada, foi perdendo a primeira denominação dada, foi transferida para o actual morro da Viuva. Trinta e quatro braças afastadas delle e servindo de peão á referida casa de pedra, começou a linha divisoria da sesmaria da Camara, nas medições de 1667 e 1753.

Que muito antes destas duas diligencias, a Camara se julgava senhora do referido morro, prova o seguinte documento que darei em resumo. Aos officiaes do Concelho João de Sousa Pereira, Chrispim da Cunha, Manuel Rodrigues Sepulveda e Luiz Cabral de Tavora foi dirigido o seguinte requerimento pedindo por aforamento terras. Seu teôr é o seguinte: "O abbade e mais clerigos do Mosteiro do Patriarcha S. Bento, desta cidade, querem com o favor de Deus começar sua egreja, para a qual hão mistér muita pedra para arcos, portaes, columnas, janellas, e frestas, a qual se não acha em nenhuma parte a não ser em um outeiro que está nas terras do Concelho, indo para Carioca á mão esquerda da banda do mar, passando a primeira praia,

onde ha muita cópia della. Pedem a Vossas Mercês que visto ser a bem o que querem edificar para obra pública e que muito augmenta a nobreza desta cidade e o que principal é ser necessario para o culto divino e veneração de Deus Nosso Senhor, lhes deem vinte braças de pedreira no dicto outeiro pegadas á pedreira, que no caminho abriu no dicto sitio Sebastião Gonçalves, das quaes se lhes passe carta. Receberão mercê e esmola."

Foi concedida a competente carta em 9 de Dezembro de 1618. Pagariam os religiosos Benedictinos duzentos réis de fôro em cada anno.

Obtida a concessão, começaram os monges a levar o material necessario para as obras do Mosteiro.

Houve alli uma especie de grangearia, onde habitava um religioso. Tinha por incumbencia fiscalizar o serviço. Neste posto estava frei João do Rosario, requerido como louvado por parte da Camara, na segunda medição de sua sesmaria (1753), presidida pelo desembargador corregedor da comarca dr. Manuel Monteiro de Vasconcellos.

Comquanto o morro ficasse fóra do rumo desta segunda medição, todavia a Camara sempre se julgou senhoria directa delle. Ou fosse devido á posse antiga ou em virtude da chamada sesmaria de sobejos, nunca lhe foi disputado tal direito.

Esta sesmaria concedida pelo governador d. Pedro de Mascarenhas (1667) consistia em todos os terrenos para a parte da cidade, os quaes ficaram fóra do rumo da primeira medição.

Significa isto que a Camara se tornava senhora de terras não occupadas por outros, isto é, do que sobejasse das possessões allodiaes. Assim sempre tenho interpretado similhante concessão de sesmarias.

Pretendem alguns, sem nenhum fundamento, serem os sobejos todo o territorio da cidade, desde a antiga Guarda Velha até o mar.

Não se comprehende como um simples governador pudesse por um rasgo de penna offender direitos allodiaes adquiridos pelos primeiros habitantes e seus successores. E isto saltando por cima da lei das *Ordenações*, em que pelos legisladores era respeitado o direito de propriedade em toda sua plenitude!

Pelo referido já se deixa ver que a Municipalidade podia mandar collocar as armas da cidade em um immovel pertencente a seu patrimonio.

Naturalmente, e é facil averiguar, da antiga pedreira se utiliza a Prefeitura para as muitas obras de melhoramentos da cidade.

Passo aos restos da fortificação observada pelo Sr. Galvão e seus amigos companheiros de passeio. São de data moderna. Foi construida por occasião do conflicto com a Inglaterra, a chamada *Questão Christie*. "Era uma bateria levantada em 1863 com o fim de defender a bahia de Botafogo e a enseada do Flamengo, até em frente do Passeio Publico, auxiliando à defesa de algumas das faces das fortalezas de S. João, Lage e Villegagnon", refere o illustre engenheiro militar dr. Augusto Fausto de Sousa em uma memoria impressa na *Revista do Instituto Historico*, tomo 48°.

"O espaço acanhado, de que dispunha a mesma bateria, accrescenta o mesmo profissional, a pouca elevação e a facilidade de ser offendida por fogos curvos, não permittem ligar a esta obra grande importancia". Eis explicado o abandono desta posição.

Ignoro porque os antigos não fortificaram o morro da Viuva, o qual tantos serviços prestou por occasião da revolta de 1893-94. Não tenho noticias de fortim alli collocado nos tempos coloniaes. Nada dizem a respeito o marquez do Lavradio, os generaes Roscio e Funks que deram planos para ser fortificada a nossa cidade. Nada encontro a respeito nas relações enviadas á metropole pelos governadores como Antonio de Brito Meneses, Aires de Saldanha e outros e os vice-reis Luiz de Vasconcellos, conde de Azambuja e conde de Resende.

No tempo deste foi aqui escripto um *Almanak* pelo tenente de Bombeiros Antonio Duarte Nunes. Neste documento, publicado no tomo 21° da *Revista do Instituto*, não se menciona fortificação alguma no morro collocado na entrada da antiga bahia de Francisco Velho, de João de Sousa Botafogo.

Fica assim provado que os restos da bateria não têm o valor historico, que se prende ás ruinas de antigas edificações.

E' tempo de terminar esta parlenda. Quando os governos para obras de defesa, fortificações ou salvação pública se apoderam de qualquer terreno particular, nem por isto perdem o direito de dominio e posse os legitimos proprietarios da zona utilizada. Isto é mais velho que azeite e vinagre. Cessada a urgencia ou necessidade, tudo volta ao poder dos antigos donos.

Aconteceu o mesmo com o Morro da Viuva. Abandonada a bateria, a Camara tomou posse do que era seu, como se-

nbora directa, bem como os que lá possuem o dominio util. Deste modo, salvo êrro, repito, a Prefeitura podia mandar collocar, quantas vezes quizesse, as armas da nossa Sebastianopolis.

Não sei si o meu amavel consulente ficará satisfeito. Cada um enterra seu pae como póde.

Corre-me, porém, ao findar estas mal traçadas regras, agradecer ao benevolente missivista as expressões de gentileza, com que me honrou em sua carta de 10 do andante mez.

Domingo, 15 de Outubro de 1911.

CONVENTO DA AJUDA

I

Muito soffreu a velha casa claustral da Ajuda com a revolta de parte da Armada — em 1893.

Para exercer mistéres da minha profissão entrei pela primeira vez no interior da Ajuda e pude observar os estragos feitos por uma bala no tecto do templo e em varias outras dependencias do Convento. Apresentava este o aspecto tristonho de immenso casarão dos tempos coloniaes: grande, feio, pesado e forte.

Tempos depois lá voltei, a convite ainda de monsenhor Eduardo, para substituir o dr. Sicioso, medico das religiosas, o qual se achava enfermo. Pasmosa transformação se havia operado, graças á actividade daquelle digno e exemplar sacerdote, a cuja memoria as religiosas da Ajuda votam perpetua e justa gratidão. Por toda parte: o conforto, luz e ar, corredores amplos, illuminação a gaz, cellas bem mobiliadas, e as grossas grades de cadeia substituidas por outras mais elegantes e não menos fortes.

Pelas columnas d'*A Noticia* publiquei então a descripção do notavel chafariz das "Saracuras", obra artistica, construida com material das nossas pedreiras e ornatos de bronze fundidos no Arsenal de Guerra.

Esta fonte foi erguida pela gratidão de uma abbadessa ao conde de Resende. Este vice-rei concedera ás religiosas uma penna d'agua derivada dos encanamentos da Carioca. O precioso liquido era conduzido do morro de Sancto Antonio por um cano, que ao alto atravessava a rua dos Barbonos

e ia terminar no interior da chacara do Convento. Bem sabido é que este logradouro foi muito mais amplo do que na actualidade. As religiosas foram forçadas a uma desapropriação, que deu em resultado a abertura da rua Senador Dantas, no sitio em que existiam outr'ora casinhas compradas pelo bispo d. João da Cruz, e terrenos dos frades do Carmo adquiridos em 1750 pelo bispo d. Antonio do Desterro, tudo para maior extensão da chacara conventual.

Sem querer repetir tudo quanto tenho escripto sôbre a Ajuda, em largos traços lembrarei o passado deste cenobio. Convém, porém, recordar a entrada solenne das primeiras freiras vindas da Bahia para a instituição da nova casa religiosa, as festas havidas por occasião de se inaugurar o convento, nas quaes tomaram parte a nobreza, clero e povo desta cidade, tendo á frente Gomes Freire de Andrada, governador e chefe supremo da Capitania do Rio de Janeiro.

Com a invocação a Nossa Senhora da Ajuda figura em nossos annaes religiosos pequena capella com frente para o antigo caminho do Desterro (hoje Evaristo da Veiga). Situada nas proximidades das lagôas de Sancto Antonio e do Boqueirão (hoje Passeio Publico) e da ladeira do Poço do Porteiro. Esta ermida fôra reconstruida em 1600.

Zelava o culto da Senhora uma Irmandade, a que pertenciam as pessôas mais gradas da nossa então embryonaria cidade. Deste sodalicio foram juizes e protectores varios governadores. Por esmolas adquirira bens patrimoniaes, e entre elles fazendas e curraes de gado, no districto de Campos dos Goitacás, conhecido outr'ora pelo nome de capitania de S. Thomé.

Em meiados do seculo XVII o povo desta cidade desejava ardentemente possuir um convento de religiosas.

Tractou-se, por meio de esmolas, de levantar edificio adequado. A idéa não foi por deante. Sendo prelado ecclesiastico Francisco da Silveira Dias, elle e seu ermão frei Christovão da Madre de Deus Luz, franciscano, reviveram o projecto e resolveram crear um simples Recolhimento.

D. Cecilia Barbalho desejava retirar-se do bulicio do mundo.

Era esta senhora proxima parenta do illustre Luiz Barbalho Bezerra, distincto Pernambucano, cujo nome foi ainda hontem recordado no Instituto Historico. Depois de no Norte assignalar-se por muitos e relevantes serviços, veio governar o Rio de Janeiro. Aqui falleceu e foi sepultado na egreja do Collegio dos Jesuitas. Pois bem, para accolher d. Cecilia, duas filhas e algumas moças foi construido um dormitorio juncto da ermida da Ajuda.

Creado o Recolhimento, tractaram aquelles dous sacerdotes de erguer edificio de maiores accommodações, cuja pedra fundamental foi lançada em 9 de Julho de 1678. A concessão pela metropole só foi dada em 30 de Outubro de 1694.

Pararam porém as obras, por embaraços creados pelo Conselho Ultramarino. Lembro-me agora do voto contrario dado sempre nas reuniões dos conselheiros, por Salvador Benevides que por tres vezes governou a capitania do Rio de Janeiro. Era preciso, dizia elle um certo patrimonio para mantença das religiosas. Para não acontecer como na Bahia, que por falta de meios foi o Governo forçado a prover á subsistencia das religiosas.

Não descansaram os devotos, e por intermedio do bispo S. Jeronymo e da Camara dirigiram nova súpplica ao Governo portuguez. Em 1705, foi permittida a erecção de uma convento para 50 freiras. Começaram as obras, mas ainda em 1741 estavam ellas em muito atrazo.

O bispo d. João da Cruz abandonou o que estava feito e tractou de levantar novo e mais amplo edificio, segundo e risco do sargento-mór Alpoim. Com effeito, só foi a nova pedra fundamental lançada em 1745.

Abro aqui um parenthese. Custou a dissipar-se a primeira impressão por mim recebida ao penetrar pela primeira vez no parlatorio do antigo convento. Não podia comprehender então como uma senhora para fugir do mundo se mettesse em uma casa cheia de grades, soturna e melancholica como a cadeia do Aljube, no principio da ladeira da Conceição.

Eu (ainda menino) em companhia dos meus fui visitar na Ajuda respeitavel matrona já entrada em annos. Moça e bella accolhera-se ao Convento para fugir ao marido, seu tio, homem de máo procedimento. Alli viveu ella por mais de trinta annos, e só saïu quando soube ter fallecido o esposo. Exquecida do passado e perdoando tudo quanto soffrera, prestou ao marido todas as homenagens, como si sempre tivesse sido a mais feliz e amada das mulheres.

Tinha o Convento esta vantagem. Servia tambem de abrigo a infelizes. E estas na solidão do desamparo e nos excessos da afflicção não careciam de lançar mão do suicidio ou se prestarem a scenas de tragedias ou de vergonheiras agora tão em moda. A esta protecção prestada pelas religiosas da Ajuda decorrem para ellas justos encomios.

Continúo. Foi o bispo Desterro quem em menos de quatro annos concluiu a parte principal do convento, a qual

é a que póde ser visitada. A planta primitiva nunca foi executada. Este prelado mandou vir da Bahia quatro freiras professas para o inicio do noviciado, as quaes aqui chegaram ás 3 horas da tarde de 21 de Novembro de 1749.

Houve alvoroço na cidade. Salvaram as fortalezas da barra. O governador interino Mathias Coelho de Sousa mandou o filho capitão Paulo Caetano cumprimenta-las em companhia do militar José Pereira Pinto Alpoim e do juiz de fóra Luiz Antonio Rosado da Cunha.

Estava d. Antonio do Desterro em seu palacio do Rio Comprido. Foi avisado. Ordenou o desembarque das religiosas, o qual teve logar em um cáes existente no fundo da Casa dos Governadores, na rua Direita, no local em que está hoje o edificio da terceira Praça do Commercio.

Seguem as professas, á noite para o Hospicio da Terra Sancta, no lado impar da actual rua Evaristo da Veiga (antiga dos Barbonos). Ia a abbadessa de cadeirinha e as outras em seges. As escravas em número de 30 seguiam a pé accompanhadas por soldados. Illuminaram as casas das ruas Direita, Misericordia, S. José, Ajuda e Barbonos.

Em alguns predios, na sala de visitas improvisou-se orchestra de amadores, que executaram harmonias durante o trajecto das recem-vindas. Chronica manuscripta que li ha annos menciona entre estes *virtuosi* os parentes do futuro bispo d. José Joaquim Justiniano Castello Branco, cuja residencia, como é sabido, era juncto do actual templo anglicano. Chegadas ao termo da viagem foram saudadas pelas maiores personagens da terra.

Em 3 de Maio de 1750 começou o noviciado.

Em 28 de Maio de 51 teve logar a primeira eleição. Foram eleitas: abbadessa, a madre Maria Leonor do Nascimento; vigaria, a madre Marianna da Penha de França; mestra de noviças, a madre Catharina dos Anjos, e porteira, a madre Francisca Custodia das Chagas.

Esperou-se para a inauguração do convento a chegada de Gomes Freire. O que se segue é resumo de duas chronicas manuscriptas e de um artigo da *Gazeta de Lisbôa* numero de Outubro de 1750. Narram as pomposas festas do sabbado, 30 de Maio de 50. Desde a manhã engalanou-se a cidade: colchas nas janellas, areia e folhas de mangueira e canella nas ruas, bandeiras, foguetorio, etc. Formaram em alas todas as tropas da guarnição, extendendo-se pelas ruas, por onde devia passar a procissão. A esta, saïda de S. Bento, accompanhavam todas as Irmandades e Ordens terceiras, clero regular e secular, o Cabido e o bispo.

A Ordem da Penitencia apresentou dous grandes andores lindamente ornados. Na esquina da rua de S. Pedro e Direita, onde havia o oratorio de N. S. do Amparo, parou o prestito. Alli appareceram meninos vestidos de anjo, que espargiram flôres sôbre as freiras, o bispo e o governador. Houve tambem as competentes tres descargas festivas ao saïr e ao recolher do immenso e luzido prestito.

Seguiu-se um *triduo*, em que foram celebrantes Jesuitas, Benedictinos, Carmelitas e Franciscanos, sendo pontificante d. Antonio do Desterro, que permaneceu no Seminario de S. José, onde houve mesa franca para gente, já se sabe, de gravata lavada. Em uma das noites, foi em grande tablado representada por ordem de Gomes Freire uma comedia de Metastasio. A parte não occupada pelas freiras esteve, bem como a egreja, em exposição durante muitos dias.

Ou isto, ou a saïda das religiosas d'Ajuda na madrugada de 19 do corrente, atravessando em automoveis as ruas da cidade ainda não de todo despertada!

Foram para longe. Não verão mais as festas do Monröe. A seus ouvidos não chegarão os ruidos de uma grande cidade em movimento, nem as scenas *satanicas* do Carnaval ou as fanfarras de manifestações do mais puro chaleirismo!

Para compensa-las da falta de seu antigo *ubi*, terão o silencio das mattas da Tijuca, o murmurio sonoro dos regatos que por alli serpeiam, ou o cantar das aves a saudarem o sol no horizonte. Que sitios mais proprios e propicios a meditações, ás preces e á penitencia! Lucraram, pois, cento por cento!

Domingo, 22 de Outubro de 1911.

II

Freiras e o vetusto casarão edificado em terras compradas ao célebre demandista Manuel Fernandes da Costa e aos frades do Carmo, constituem presentemente o *prato do dia*.

Assim como em 1750 chamaram as religiosas a attenção de nossos antepassados com uma entrada principesca, estão ellas agora em fóco por haverem deixado a antiga residencia occupada por espaço de cento e sessenta e um annos.

Muito se tem escripo, nestes dias, a respeito desse exodo, que tanto tem excitado a curiosidade do clero, nobreza e povo desta heroica e maravilhosa cidade. Sôbre as antigui-

dades da Ajuda tem vindo á baila o que escreveram Pizarro, Moreira de Azevedo, Mello Moraes, o padre Perereca e primeiro de todos frei Agostinho de Sancta Maria.

Nada disto porém deve ser novidade para os meus leitores, os quaes por meu humilde intermedio conhecem desde 1902, além do que escreveram aquelles mestres, as sesmarias de 1573, a compra de terrenos, a demanda a 60 annos com os herdeiros do ermitão da Gloria (bôa pessôa que soube levar agua a seu moinho), a historia das saracuras e kagados, do escandalo de um hortelão que lá entrou com chave falsa, e das tres freiras deportadas pelo conde da Cunha, etc., etc.

Voltar ou repetir tudo isto seria verdadeira sabbatina. Tenho ainda horror ás do meu tempo. Faziam a gente perder o somno e ter colicas.

Mais modesta é minha missão: confiar á publicidade documentos que vem ao pintar da faneca. Parece ser correspondencia dirigida desta cidade e reza assim: — "(Rio de Janeiro — S. Sebastiam — 30 de Janeiro). Esta cidade, que no anno de 1720 contava mais de 102 familias sem meter neste numero as do seu reconcavo, se tem feito tão populosa que se estende perto de uma legoa ao longo da ribeira a sua povoação; e havendo nella Mosteiros de varias Religiões Claustraes e Mendicantes carecia muito de hum de religiosas em que se pudessem asylar offerecidas a Deus as filhas de seus habitantes, que merecessem ao céo esta vocaçãm e se vissem precisadas a ir buscar o da Bahia ou os do Reyno, com o perigo de padecerem a escravidão dos Barbaros, que com seu corso infestam os mares.

"Suprio esta falta o grande zelo do nosso grande prelado o Excellentissimo Senhor D. Frei Antonio do Desterro, merecedor das mais eminentes dignidades, que á sua custa (*sic*) mandou edificar em distancia de hum quarto de legoa desta cidade hum convento, que dedicou á purissima Conceição de Nossa Senhora e depois de primorosamente acabado procurou para fundadoras algumas religiosas mais benemeritas deste credito no Mosteiro do Desterro da cidade de Salvador da Bahia, donde com effeito chegaram e inteiramente se recolheram no Hospicio intitulado de Jerusalém, onde habitaram até o dia 30 de Maio deste anno, em que as foram buscar nas suas carruagens os ministros da Justiça, dignidades e officiaes ecclesiasticos com hum riquissimo coche tirado por seis soberbos cavallos e mettidas nelle as Madres fundadoras, as conduziram para a igreja de S. Bento fazendo-lhes retaguarda o Governador com todos os seus offi-

ciaes maiores, montados em formosos cavallos preciosamente ajaezados.

"Chegando á porta da referida igreja, acharam da parte exterior do mesmo, o Excellentissimo Bispo, que as esperava, acompanhado de toda a communidade dos monges daquelle Convento.

"Entraram a fazer oração e assistiram ao *Te Deum* que se cantou com dois córos de Musica e revestindo-se Sua Excellencia com os paramentos pontificaes se deu principio a uma grande procissão, em que tiveram primeiro logar as Irmandades e Confrarias, todas as Communidades Religiosas, lógo o Clero e depois o Cabido, entre o qual hiam as Madres fundadoras com os rostos cobertos e dez noviças riquissimamente trajadas, mas todas com imagens do Santissimo Sacramento nas mãos como retratos do Esposo a quem consagravam a sua virgindade.

"Seguia-se Sua Excellencia Reverendissima com Mitra e Baculo e logo o Governador, o Senado da Camara e a mais nobreza da terra.

"Todo o caminho desde S. Bento até o novo Mosteiro (que bem medido he em quarto de legoa como acima se disse) estava bordado de soldados de infanteria e de cavallo e retinindo nelle a harmonia festiva dos instrumentos belicos, havendo levado cada mestre de campo uns dez ou mais pretos vestidos todos á tragica mas de differentes côres.

"Chegados ao Mosteiro entregou sua Excellencia as da clausura á Reverendissima Madre Abbadessa, com um discurso breve mas cheio de ternura, recommendando-lhe o bom governo de suas subditas:

"Estava a Igreja armada com toda a sua magnificencia. Celebrou-se nella hum triduo que principiou no dia immediato em que fez de Pontificial o M. Reverendo Abbade de S. Bento e pregou um Monge Mestre na sua religião de manhã, porque de tarde fez hum sermão hum Religioso Capuchinho Italiano.

"Cantou no segundo dia a missa, o Reverendissimo padre Guardião de S. Francisco. O pregador foi um religioso da mesma Ordem e de tarde hum da inclyta Ordem Carmelitana.

"No terceiro celebrou Pontifical Sua Excellencia Reverendissima, pregou o Mui Reverendo Doutor thesoureiro-mór da Sé e coroou esta festividade com um elegante e erudito sermão hum padre da Sagrada Companhia de Jesus.

"Foram estes tres dias de Jubilo para os moradores desta cidade pelo grande bem que se lhe segue desta fundação, manifestando todos o seu contentamento com as innumeraveis luminarias com que desmentiram a tenebrosidade das noites e com as discretissimas Poesias que se recitaram nos Outeiros Apollineos." *Gazeta de Lisbôa*, n. 40, de terça-feira, 1° de Dezembro de 1750 (947-949).

No livro do Tombo do Convento d'Ajuda estão copiadas varias noticias acêrca da inauguração: uma de Francisco de Almeida Jordão e outra incompleta de frei Manuel de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

Com esta correspondencia da *Gazeta de Lisbôa* ficam as Religiosas com mais um documento para conservar no seu velho Archivo. E isto de mão beijada.

Domingo, 29 de Outubro de 1911.

CONDE DA CUNHA

(1763—1767)

Marcam estes dias de Novembro a primeira etapa da futura importancia politica e administrativa da cidade do Rio de Janeiro.

De facto, por decreto de 1763 fôra ella elevada ao gráo de capital das terras americanas, pertencentes ao velho reino de Portugal.

Para substituir o conde de Bobadella é nomeado pela metropole d. Antonio Alvares da Cunha (conde da Cunha). A 15 de Outubro de 1763 aqui chegou o novo vice-rei. A 19 tomava posse do cargo na egreja do Rosario, perante a Camara incorporada, altos funccionarios civis e militares, recebendo o bastão do govêrno interino, representado pelo bispo d. Antonio do Desterro, brigadeiro Alpoim e chanceller da Relação desembargador Castello Branco.

Historiographos pouco justos, copiando-se uns aos outros, pintam este vice-rei como um energumeno, despota irascivel, sempre prompto á práctica dos maiores attentados contra a tranquillidade e bem estar do povo da colonia.

Entretanto mister se faz confessar ter sido elle bom administrador, não permittindo que agiotas e especuladores quizessem traficar com as necessidades da classe pobre, augmentando os preços dos generos alimenticios e com a carestia delles fazendo soffrer as classes sociaes menos favorecidas da fortuna. Em certa epocha houve falta de farinha; os nego-

ciantes d'aqui preferiam vendel-a em varios pontos do Norte, onde aquelle genero tinha encarecido. O conde manda chamar o intendente da Casa do Trem. — "Quero que se arme uma grande barraca no largo do Carmo. Mande descarregar toda a farinha, que houver a bordo. Será vendida ao povo pelo preço do costume." Foi promptamente obedecido, e no dia seguinte era o genero vendido a 160 réis a quarta.

De outra feita os negociantes de sal pretenderam fazer *trust*, como hoje se diz. O povo queixou-se. O vice-rei ordenou que 12 soldados armados de machado fossem arrombar as portas dos armazens do sal na Prainha, si os negociantes se recusassem a expor o sal á venda. Não lhes digo nada; os especuladores não tugiram nem mugiram. E o sal começou a ser vendido a 100 réis a meia quarta. *Estes actos são do conde da Cunha, e não do conde de Resende como se tem escripto.*

Quando a metropole ordenou a extincção do officio de ourives, o conde da Cunha teve escrupulos em pôr em practica similhante medida. Advogou a causa de muitos paes de familia, que assim ficariam na miseria. Empregou-os na Casa da Moeda. Dizia que os artistas serios e de confiança não deviam ser confundidos com os contrabandistas e falsificadores do ouro, os quaes tanto damno causavam aos interesses da Fazenda Real.

Muitos dos abusos então practicados, foram lançados á conta do vice-rei. Provinham elles do celebre official Alexandre Cardoso de Meneses, verdadeiro patriarcha da advocacia administrativa, que á sombra de seu superior se tornara o mandão, o manda-chuva. O espertalhão e seus sequazes foram castigados, e o vice-rei tornou-se querido e respeitado do povo.

Guerra surda promoveram ao vice-rei, offendidos em seus interesses, os representantes das altas camadas da sociedade, maxime os negociantes d'aqui e de Lisboa.

A carta por elle dirigida ao ministro em 7 de Julho de 1767, na qual pedia com instancia um successor, dá perfeita idéa dessa lucta e pinta ao vivo o estado da sociedade de então. Tinha pela frente os proprios militares "apezar de estarem pagos e bem fardados e estimados, como nunca nesta terra se viu". O chanceller da Relação Castello Branco estava unido a outros ministros "para protegerem homens indignos e outros devedores de sommas graves á Real Fazenda. "O bispo, escrevia o vice-rei (si me é permittido repetir algum dos factos que com elle têm succedido), posso dizer o muito que se tem interessado pelo thesoureiro da Casa da Moeda, Alexandre de Faria; o intento que teve de intimidar o des-

embargador procurador da Corôa para que não applicasse ás contas, que a este homem se deviam tomar; o muito que a este prelado custou largar a prata que a Sua Magestade pertencia e que estava no deposito ecclesiastico; as vergonhosas diligencias que alli se fizeram para a não darem, como tudo é notorio; pelo que, claro está que tambem este bispo me não gostará, ainda que apparentemente mostra ser meu amigo."

A Camara Ecclesiastica e clero seguiam as pégadas do bispo. "Os frades viviam sempre nesta Capitania com escandalosa liberdade." Protestavam contra as medidas moralizadoras do vice-rei e augmentavam o número dos desaffectos.

Seria longo ennumerar as queixas do conde contra todos quantos procuravam pela intriga entorpecer a marcha de sua administração. Entre elles, os officiaes da Casa da Moeda, da Alfandega e da Fazenda se distinguiram pela inspecção, vigilancia e syndicancia postas em práctica para evitar alicantinas e espertezas.

Nesta curiosa missiva são de notar os ultimos trechos — "o que muito importa ao serviço de Sua Magestade que não tem conquista tão importante como esta, a qual achei perdida por todos os modos e por todas as suas partes mais importantes, porque não havia nella mais que desordens, insultos, ruinas, pobrezas e roubos, sendo nestes a Fazenda Real a mais prejudicada".

Para mostrar a perspicacia do conde da Cunha como bom administrador, pode ler-se o officio, em que elle descreve o estado social do Rio de Janeiro.

"Com êrro de politica, diz o vice-rei, introduzirão os meus antecessores nesta cidade luxo e excessivas despesas em divertimentos indecentes, assim como tambem em carruagens inuteis para abaterem e arruinarem as casas nobres e distinctas, o que conseguirão com esta desordenada ideia com ella se virão precisadas todas as pessoas nobres e retirarão-se ás suas fazendas e engenhos, onde tem existido e vivem presentemente sem apparecerem nem ter com que. Estas pessoas que tinham com que luzir e figurar na cidade e as que a enobreciam estão presentemente dispersas pelos districtos mais remotos; e em grandes distancias umas das outras, sem se tratarem com pessoa alguma, muitas destas casando-se mal e alguns deixando só filhos naturaes e pardos, que são os seus herdeiros; pelo que se vê esta cidade, que pela sua situação e ponto deve ser a cabeça do Brasil pois é a assistencia dos vice-reis, sem ter quem possa ser vereador nem servir cargo autorisado e só habitada de officiaes mecanicos, pescadores, marinheiros, mulatos, pretos boçaes e alguns homens de negocio, dos quaes muito poucos podem ter este nome; os brancos e os pardos só trajam de capotes e, até

que eu aqui cheguei, com chapéos desabados, á imitação dos Castelhanos, mas deste uso os desacostumei, ainda que com bastante violencia".

Accusam alguns ao conde da Cunha de ter irrogado uma affronta aos Cariocas, chamando-lhes de moles, doentes e covardes. Está hoje provado, por quem ler a correspondencia deste vice-rei que elle exaggerava para obrigar a Metropole a guarnecer o Rio com tropas regulares e disciplinadas. "Cevallos, dizia o conde, com poucos homens tomou a colonia do Sacramento. E tomaria o Rio de Janeiro, si não chega a noticia da paz.

Demais, por toda a parte encontrava o conde obices a completar a guarnição com o fim de fazer frente aos inimigos externos. Ninguem queria servir nas fileiras. O recrutamento pouco resultado dava. Rara era a casa que não tivesse privilegio; umas da Santissima Trindade, outras da Bulla Cruzada, estas de familiares de Sancto Officio, de Sancto Antonio de Lisboa e de moedeiros. Estes não só procuravam exemptar de serviço militar seus filhos, mas tambem seus criados, caixeiros, feitores, roceiros e addidos aos seus engenhos de assucar.

Contra o grande número de frades existentes nos tres conventos da cidade protestava o conde da Cunha. Muitos em tenra edade recolhiam-se aos claustros, para fugirem de servir nas milicias, "que não me posso adeantar a prende-los para soldados por não terem ainda a edade, que Sua Magestade manda pelos seus reaes regimentos e ordens. O bispo ordena a quantos querem ser clerigos e uns e outros são ignorantes, como é notorio".

Não foram baldados os exforços do vice-rei. A metropole augmentou os corpos da guarnição. De Portugal vieram dous experimentados cabos de guerra, encarregados de organizar o exercito sob uma direcção central, com orientação segura, com leis certas e uma unica disciplina.

São curiosas as instrucções mandadas pelo conde de Oeiras, com o intuito da defesa geral de toda a Colonia. Notavel historiador, o dr. Felisberto Freire, com justiça e verdade escreveu: O conde da Cunha estava adeante de seu tempo. O seu grande talento, a grande perspicacia de seu espirito, faziam-n'o um homem superior a seu meio; administrador intransigente e justo, havia de crear resistencias e antipathias, como succedeu no Rio de Janeiro, cujo meio naquella epocha reclamava as mais directas providencias para curar de defeitos inveterados. Ninguem melhor do que este vice-rei teve até então a idéa da situação do Rio, de seus homens, da situação de sua sociedade e dos seus defeitos...

Não quadram com estes apontamentos analysar as medidas iniciadas pelo conde. Ao Sul os Castelhanos, de outro lado a Inglaterra unida aos Jesuitas e a seus amigos foram outros tantos cuidados que absorveram a attenção desse magistrado, representante, no Brasil, do poder de d. José I.

Mereceu o conde todo o conceito do futuro marquez de Pombal. Si este deu-lhe successor tantas vezes pedido, cedeu ás exigencias politicas e diplomaticas. Era mister conservar a paz com a Hespanha sempre prompta a rasgar accordos e tratados.

Foi primeiro cuidado do conde da Cunha tractar de fortificar a capital da Colonia. Visitou as fortalezas. Fez melhoramentos nas da Praia Vermelha e de Fora, bem como na de Villegagnon.

Foi elle quem iniciou a ideia da formação de um Arsenal de Marinha, no local em que ainda permanece.

Para guardar petrechos bellicos estabeleceu no Morro da Conceição uma casa apropriada, em que funccionassem officinas de armeiros e coronheiros e de tudo quanto se referisse ao fabrico e reparo dás armas.

Para depósito da artilharia creou na ponta da Misericordia, junto ao fortim de Sanctiago, edificações.

Eis o embryão do nosso Arsenal de Guerra.

Auctorizada pela metropole a mudança da residencia dos vice-reis para o antigo Collegio dos Jesuitas, fez alli o conde obras importantes. Serviram depois para, no velho edificio dos Jesuitas, poderem ser installadas as enfermarias do Hospital Militar.

Muito lhe deveram os Lazaros. E na alegria dos bemfeitores desta Casa de Caridade, administrada pela Irmandade do Santissimo Sacramento da Candelaria, tem logar proeminente o retrato do successor de Bobadella.

Para evitar explosões no centro da cidade, ordenou fôsse toda a pólvora guardada na ilha de Sancta Barbara. Poz por obra, enfim, outros melhoramentos materiaes, que constam da sua minuciosa correspondencia, repleta de considerações administrativas de alto valor politico.

Prestes a findar o seu mandato, escrevia ao ermão do conde de Oeiras. Lastimou-se que aos vice-reis só fossem dadas faculdades para castigar os máos, e não meios com que premiar os bons — "pelo que esta desegualdade, em quem aqui governa ou governar, o ha de fazer sempre pouco amado e não ponctualmente obedecido".

Como financeiro, eis o que practicou o vice-rei. A Fazenda Real estava em apuros. De saldos atrazados deviam-se 32:145$564, e de fardamentos tambem em atrazo 72:658$970. Para fazer face a estas despesas, no inicio do seu governo

encontrou Cunha apenas em cofre 8:200$000! Pois bem, em quasi quatro annos de govêrno estabeleceu perfeito equilibrio orçamentario. Si vivesse, dava bem o conde da Cunha um bom ministro de finanças. Tinha horror aos deficits.

Eis summariamente quem foi d. Antonio Alvares da Cunha, 1° conde deste titulo, 17° senhor de Cunha, 19° senhor de Taboa, 3° trinchante mór da Casa Real e decimo vice-do Brasil.

Domingo, 5 de Novembro de 1911.

ANNIVERSARIO

Passa amanhã, 13 de Novembro, uma data memoravel para os povos de Cabo Frio e suas adjacencias.

Trata-se da definitiva fixação dos Portuguezes, em grande parte não aproveitada da capitania de Martim Affonso de Sousa.

Refiro-me á fundação de um nucleo colonial, povoação, depois villa, e mais tarde a antiga e nobre cidade de Cabo Frio.

Constituiu-se ella, em principios do seculo XVII, cabeça de vasta zona que passou ao dominio directo da Corôa.

Minucias sôbre tão importante acontecimento encontram-se em vetusto documento. Cita-lo *ipsis verbis* tem o sal da opportunidade, mesmo porque Cabo Frio foi, é e será a terra das salinas. Diz assim:

"Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e quinze, aos treze dias do mez de Novembro da dita éra, neste logar chamado a Casa de Pedra, vinte leguas do Rio de Janeiro, junto ao Cabo Frio, tendo o Capitão e Governador Constantino de Menelau botado desta casa cinco naus engrezas com muita gente e artilharia e queimado casas de faxina que em ella tinhão já em terra feito para guarda da carga do páu brazil que começavão a carregar que de tudo tinha avisado a ele o general da Bahia Gaspar de Souza por uma carta que teve de Sua Magestade, cuja lhe mandou em a qual o avisava da vinda das dictas cinco naus Engrezas e da fortaleza que determinava fazer na dita costa. Pelo que lhe ordenou que fizesse esta povoação e fortaleza com artilharia e soldados pagos á custa da Fazenda Real e assim tratasse de conquistar por paz ou guerra o gentio Goytacaz que estavam entre a capitania do Espirito Santo e a do Rio de Janeiro, que não se tinham ainda adourado com grande prejuizo das embarcações que nesta costa faziam naufragio, tratando com estrangeiros em prejuizo da Real Fazenda do páo, sendo os ditos Indios vassallos de Sua Magestade de sua repartição. O que visto elle

logo capitão Governador Constantino de Meneláu, com alguns portuguezes e morado Rio de Janeiro e com quatrocentos Indios da Aldêa de Sapetiba se unio a dita costa, indo elle pessoalmente por mar com muito risco de sua pessoa e visto todos os sitios daquella Costa escolheu por melhor fazer uma fortaleza no logar da Casa de Pedra, que já dissemos estava vinte leguas do Rio de Janeiro para a parte do Leste, chamado assim este logar por terem os Francezes antigamente feito neste logar uma casa de pedra de grande fabrica para o commercio do páu brazil que os Indios lhes davam: a qual casa elle capitão e Governador Constantino de Meneláu logo mandou derrubar por voto de todos os que o acompanhavão; escolheu por melhor e mais conveniente logar de toda aquella costa assim por ter uma barra muito formosa que podem entrar nella navios de 200 toneladas e não haver naquella costa outra barra, aonde os navios se possam recolher para escapar dos muitos corsarios que ao cheiro de páo brazil e navios do Rio da Prata nella vão, e por entrar pela dita barra o mar quasi doze leguas pela terra dentro e de huma e outra banda haverem terras excellentes para mantimentos, cannaviaes e gado em proveito a Sua Magestade que com as disimas que della podião tirar, ficará sua Fazenda accrescentada, principalmente sendo todos aquelles mattos de uma e outra banda cheios de páo brazil, não haver junto outra barra aonde se possa com segurança carregar de mar e inimigos, si não este dicto logar da Casa de Pedra, em que a dicta fortaleza com sete peças de bronze ficou posta, chamando-lhe a fortaleza de Santo Ignacio.

"E visto o donatario destas terras, o conde de Vimieiro não tratar dellas tomou logo posse El-Rey Felippe Terceiro, que então governava Portugal e fez o dito nestas terras esta povoação e lhe poz o nome de Santa Elena e a demarcação foi para a parte de Oeste para a de Eriditiba, que serão doze leguas pouco mais ou menos e para a parte do Norte até os Goytacazes, que o dito governador conquistou indo até ao rio dos Bagres, que está adeante da ilha de Sant'Anna e para a parte do sertão que tivesse esta povoação tudo aquillo aonde chegar a repartição da costa de Portugal e tambem ordenou o dito governador assentar aldêa de Indios na parte dos Buzios duas leguas da dita fortaleza para a parte do Nordeste."

Justifica este antigo documento a frequencia com que extranhos, sobretudo os Francezes, conquistada a amizade dos indigenas, carregavam navios de páo brazil e vendiam na Europa por bom preço.

O nosso porto e de Cabo Frio eram exactamente os maiores centros desse trabalho mercantil.

Que desde os primeiros tempos os Francezes tinham perfeito conhecimento de nossa costa, demonstra entre outros o

mappa de Jacques de Vasconcellos (1579), representando a bahia de *Geneuve e du cap de Frie*.

Negociando por propria conta, sem auxilio ostensivo de seu governo, os Francezes auferiram grandes resultados. Não pagavam impostos aduaneiros, como acontecia aos navios portuguezes, que, voltando do Brasil, ao abicarem ao reino, tinham de dar o manifesto, as mercadorias e satisfazer os competentes impostos nas alfandegas.

Segundo Anchieta, já na éra de 1504, vieram os Francezes ao Brasil — a primeira vez ao porto da Bahia e entraram em Paraguassú. Fizeram seus resgates e tornaram com boas novas á França, donde vieram mais tarde tres navios, e estando no mesmo logar em resgate entraram quatro naus da armada de Portugal e queimaram-lhe duas e a outra lhe tomaram.

"Os Francezes, continúa o grande Jesuita, não desistiram do commercio do Brasil, e o principal foi no Cabo Frio e Rio de Janeiro, Terra de Tamoios, os quaes, sendo dantes muito amigos dos Portuguezes, se levantaram contra elles por grandes aggravos e receberam os Francezes, dos quaes, nenhum aggravo tinham e iam e vinham e carregavam suas naus de pau brasil, pimenta, passaros, bugios e outras cousas da terra, e davam roupas e todo o genero de armas aos Indios e os ajudavam contra os Portuguezes e deixavam moços na terra que aprendiam a lingua e homens que fizessem ter prestes as mercadorias para quando viessem as náos".

Para differençar o Francez do Portuguez, os primitivos incolas do Brasil aos primeiros chamavam *mairs* e aos segundos *perós*. O facto de ser francez era titulo de recommendação. Para escapar da morte, o allemão Hans Staden se dizia por vezes *mair*. Mais tarde, o inglez Antonio Knivet recommendava aos seus patricios quando viessem ao Brasil se declarassem subditos do rei de França e procurassem imita-los nos seus modos folgazões.

Além das madeiras de tinturaria, os Francezes levavam especiarias, pimentas, pelles de animaes, papagaios, macacos e saguis.

Segundo Gaffarel, muitos animaes eram vendidos por bom preço. Os saguis principalmente eram procurados como objecto de luxo. Tornavam-se mais raros, porque grande parte delles morriam na viagem. E tudo isto á custa de bagatellas. Era o que se poderia chamar verdadeiro negocio da China!

Máo grado as derrotas e perseguições infligidas por Mem de Sá, Estacio, Salvador Corrêa, Christovam de Barros, Martim de Sá e Antonio Salema, os contrabandistas voltavam á carga e, não podendo já commerciar no Rio de Janeiro, se encontravam em Cabo Frio, aproveitando-se da distancia desse ponto á nascente cidade de S. Sebastião.

Chegou, emfim, a mostarda ao nariz da metropole. Não era possivel continuar tão triste estado de coisas. Além da inconveniencia, a presença de extrangeiros era ameaça constante e um perigo para as povoações do Sul.

Receiava-se, a cada momento, a renovação da empreza burlada de Villegagnon e de seu sobrinho Bois le Comte.

Os terrenos, de que se apossou a Corôa, faziam parte da Capitania de S. Vicente, de que fôra dono Martim Affonso de Sousa. Os herdeiros deste em litigio com os de Pedro Lopes de Sousa nada podiam fazer na defesa de territorios tão extensos. A necessidade impunha-se. Era preciso de vez expulsar extranhos, que já haviam levantado uma casa forte e se julgavam donos do territorio abandonado pelos successores do donatario.

Eis porque o dia 13 de Novembro de 1615 marca mais uma data memoravel nos annaes da integralização do nosso vasto territorio.

Os de Cabo Frio, pois, devem ser gratos a Constantino de Meneláu, que governou o Rio de Janeiro desde 1613 a 1617 com prudencia e zêlo pelo serviço publico.

Como é sabido, a povoação erecta com o nome de Sancta Helena foi, pouco tempo depois, denominada de Nossa Senhora d'Assumpção.

Augusto de Carvalho disse-me, por vezes, que Constantino de Meneláu, pela primeira innovação, quizera honrar o nome de sua esposa. Tal razão não é procedente.

O governador do Rio de Janeiro foi casado uma só vez. A mulher chamava-se Margarida; falleceu aqui e foi sepultada na egreja do Convento de Sancto Antonio, como se lê no testamento de Diogo Martins Mourão, cuja copia existe no Archivo da Misericordia.

Domingo, 12 de Novembro de 1911.

D. PAULA

Ao simples convite de illustre militar, honra da sua classe, e emerito analysta da nossa Historia, o povo desta cidade, sempre generoso e tradicionalista, correu em massa para espargir flores sôbre tres ataúdes que encerravam restos mortaes de pessoas de alta linhagem.

A espontaneidade e o respeito das homenagens prestadas tornaram empolgante, suggestivo e grandemente patriotico o cortejo civico realizado na tarde do dia 6 do corrente mez.

Depois sob as abobadas do vetusto Convento de Sancto Antonio, o mesmo militar, o sr. tenente-coronel Gomes de

Castro, pronunciou, dirigindo-se ás nossas jovens compatricias, vibrante discurso em que pela voz da Historia foram postas em destaque a intelligencia e virtudes da nossa primeira imperatriz.

Não contente, o sr. Gomes de Castro provou á saciedade o papel de d. Maria Leopoldina nos primordios da nossa emancipação politica e nos successos posteriores.

Todos estes factos foram reproduzidos e dignamente commentados pelos proceres da nossa Imprensa.

Ao ultimo dos collaboradores d'*A Noticia* pedem *agora*, algumas notas acêrca da princezinha objecto de sympathias de muita gente, que assistiu á imponente trasladação da tarde de 9.

O assumpto já passou da ordem do dia. Que se ha de dizer da vida de dez annos incompletos de uma menina, embora princeza ? Como todas as crianças riu, brincou, fez travessuras e afinal morreu como morrem as flores, e sem carinhos de mãe e de pae, sómente entregue aos cuidados de extranhos.

Mas este curto viver da *Sanctinha*, como era por sua meiguice conhecida no Paço, offerece muito ensinamento civico e póde tambem ser farto de licções dedicadas ás jovens Brasileiras.

E' mais um exemplo de que a adversidade é tão implacavel como a morte. Isto é velho, como a Sé de Braga. Não respeita aos nascidos em humildes tugurios. Não poupa tambem os que vêm ao mundo no meio das grandezas e opulencias dos palacios e castellos.

Como acontecimento faustoso, o primeiro dia da vida de Paula foi annunciado aos quatro ventos com o troar da artilharia e repiques festivos de sinos.

Seu baptizado teve logar com as pompas reservadas pelo ceremonial catholico aos filhos dos grandes da terra.

Mal ensaiava os primeiros passos, morre-lhe a mãe. Annos depois soffre a perda do pae. Abdicou este em 7 de Abril. Retira-se para a Europa, deixando d. Paula, seu ermão d. Pedro II e suas duas outras ermãs, d. Januaria e d. Francisca, entregues á generosidade do povo brasileiro, personificado no vulto de José Bonifacio, a quem d. Pedro I fôra arrancar de Paquetá para lhe confiar a tutoria das imperiaes crianças !

São de todos conhecidos os acontecimentos posteriores a 1831. E a *Sanctinha* cresceu, ouvindo falar de cousas não comprehendidas por sua intelligencia de criança: intrigas politicas, revoluções, fecha-fecha, rusgas, mortes, assassinatos !

Insidiosa molestia do ventre em poucos dias leva a princeza ao tumulo, em meio das luctas partidarias de exaltados, moderados e caramurús.

Ainda quente, e antes de repousar na Ajuda perto de sua augusta progenitora, era o cadaver de d. Paula alvo de diatribes e calumnias, com que se pretendia offender a personalidade de José Bonifacio de Andrada e Silva.

O velho tutor era accusado de haver abandonado sua pupilla, deixando-a morrer por falta de cuidados, e nem siquer accompanhado o cadaver da mallograda princeza!

Prégava-se a destituição do tutor, dando-o como imbecil que deixava correr á revelia os negocios da Casa Imperial. Em 16 de Janeiro lia-se do *Messager*: "A princeza d. Paula está muito mal, o público sente a mais viva inquietação por esta interessante orphã, mas limita-se a conjecturas e informações vagas sôbre o verdadeiro estado de saude da joven doente, e a maneira porque é dirigida a cura e mesmo sôbre a natureza de sua enfermidade.

"Nada de boletins, e comtudo é uso publicar em todos os paizes do mundo, ainda quando se tracta de particulares, que mereção da sociedade que esta tomasse interesse na sua existencia."

"Aqui, porém, certos homens collocam-se acima de todo o decoro e não se crê este publico, que teve a audacia de destroçar o exercito saïdo a S. Christovão tambor batente e marcha accesa, digno da maior attenção.

"Ah (diz-se-lhe) tens o atrevimento de não quereres governar pela Côrte, e sustentas o teu intitulado govêrno constitucional... bem, ao menos serás vexado nas tuas affeições mais queridas; ficarás entregue ás inquietações que te inspira a sorte destes meninos, por quem te interessas tão vivamente.

"Elles viverão e morrerão sem que recebas a mais leve noticia official; saberás que deves chorar quando vires saïr do paço o enterro.

"São isto vinganças do velho caprichoso e caduco (sic), sôbre quem o bom senso e o decoro não podem já cousa alguma e que se ha mister tolerar com paciencia, etc."

Estas diatribes, custa acreditar, foram perfilhadas pela *Aurora Fluminense* de 18 de Janeiro de 33, dia do enterro de d. Paula. E o ponderado Evaristo Ferreira da Veiga não trepidou tambem em alcunhar de caprichoso o velho José Bonifacio.

Escreveu que o Paço era verdadeira Torre de Babel, *onde todos mandam, todos governam, todos brigam*. As rendas do imperador eram desperdiçadas em proveito de aduladores, etc., etc. E termina: "como José Bonifacio poderia reger a casa do imperador "elle que nunca soube bem dirigir a sua"! Muito póde o implacavel odio politico de todos os tempos! Tambem isto é velho, como o azeite e o vinagre.

Houve até quem propalasse ter a princeza fallecido victima de envenenamento ! No entretanto, dias depois do entêrro, o Governo fazia publicar no orgão official o meticuloso relatorio organizado pelos medicos, que estiveram durante 21 dias á cabeceira da princeza.

Quem desejar lêr esse documento o encontrará no *Diario do Governo* de 19 de Janeiro de 1833.

Está assignado pelos drs. Francisco José de Sá, Fidelis Martins Mattos, Joaquim Vicente Torres Homem e José Martins da Cruz Jobim. Prova eloquente de não ter o tutor faltado a seus deveres.

E' facil hoje explicar o motivo, porque não foram publicados boletins. A epocha era de tremendas explosões. As intrigas e boatos cruzavam-se; propalados com acrimonia e desfaçatez. Era preciso evitar desacatos contra o Paço, apontado pelas folhas governistas como o reducto dos Caramurús, de que era chefe, segundo se propalava, o proprio José Bonifacio.

Que este, então, não era um velho de intelligencia enfraquecida, mostra o seguinte facto com relação ainda á morte de d. Paula. Em carta escripta em commum, os ermãos de d. Paula participaram ao pae d. Pedro o infausto acontecimento. Pois bem, no fim da mesma carta, José Bonifacio, de seu proprio punho, escreveu um texto latino expressivo e muito adequado ás circumstancias da occasião.

Não era por certo um idiota quem, destituido do cargo de tutor, depois das occorrencias de Dezembro de 1833, respondia com altivez e energia aos que o iam prender e leva-lo desterrado para a ilha de Paquetá.

Si o illustre Paulista por suas opiniões politicas estava em êrro, fosse combatido com cortezia, ao menos em attenção á sua edade, a seus dotes de sabio e a seus anteriores serviços !

Mas é tempo de dar algumas notas biographicas sôbre d. Paula. Nasceu no Paço de S. Christovam em 16 de Janeiro de 1821. Foi baptizada na Capella depois Imperial, no dia 24 ás 5 horas da tarde. As ceremonias duraram até quasi 10 horas da noite.

Na pia baptismal recebeu os seguintes nomes: Paula Marianna Joanna Carlota Faustina Mathias Francisca Xavier de Paula Michaela Gabriela Raphaela Gonzaga. Teve por padrinho ou protector o Glorioso Patriarcha S. José, e por madrinha a ermã d. Maria da Gloria, futura rainha de Portugal, nascida no Rio de Janeiro em 4 de Abril de 1819.

Caïu doente no dia de Natal de 1832. Falleceu em 16 de Janeiro de 1833, ás 9 1|2 horas da manhã. O corpo veio por mar, accompanhado por José Bonifacio, e foi depositado no Paço da Cidade durante o dia 17. Neste recebeu as homenagens

da pragmatica. O entêrro realizou-se a 18. Consta o ceremonial do *Diario do Governo* de 19 do referido mez.

Depositado o cadaver no Convento da Ajuda, ahi esteve até 9 do corrente. O caixão deteriorou-se e, diz o dr. Mello Moraes: "Foi depois de incessantes reclamações das religiosas da Ajuda, que os restos da princeza foram encerrados numa especie de arca ou bahú."

Felizmente vão elles ter condigna collocação no mausuléo projectado, graças ainda á iniciativa do sr. coronel Gomes de Castro, que com seu proceder imparcial, justo e tolerante, deu arrhas de seu bello character e conquistou as sympathias de todos quantos não desprezam o passado por amor do presente!

A titulo de curiosidade e, ainda, acerca da morte de d. Paula, lembrarei uns versos elegiacos escriptos em latim pelo dr. Antonio José Alvares da Rocha Lima e traduzidos em versos soltos por um alumno do Seminario de S. Joaquim, conforme attesta frei Manuel do Monte Carmello, reitor deste estabelecimento.

Taes producções poeticas occorrem no *Diario do Governo* do dia 24 de Janeiro de 1833.

Provam têr a mallograda princeza sido chorada pelos vates da épocha. Teve ao menos esta compensação!

Domingo, 19 de Novembro de 1911.

22 DE NOVEMBRO

I

São sempre proficuas as commemorações das nossas datas historicas.

Uma vez por anno, ao menos, vêm á baila acontecimentos passados, a controversia de diversos historiographos, e mais que tudo se procura a elucidação possivel de algumas datas incertas.

Realiza-se, pois, o pensamento de Seneca. Dizia elle: muito fizeram os que nos antecederam, e ainda que decorram annos e muitos annos ha sempre alguma cousa a accrescentar. Principalmente em historia dessa nossa boa terra, tem cabal justificação a verdade destes conceitos.

Vem isto de molde ao ler a noticia publicada n'*O Paiz*, de 22 do andante mez e consagrada á celebração de mais um anniversario da fundação da antiga povoação da Praia Grande, depois Villa Real da Praia Grande, cidade de Niteroi, capital da antiga provincia do Rio de Janeiro e hoje cabeça do Estado do mesmo nome. Neste escripto tive a honra de

ver citado o meu nome. Abstrahindo dos solidos conhecimentos de critica historica, dos quaes dá provas o articulista, seja-me licito, pois, algo dizer sôbre a fundação da Aldeia de S. Lourenço onde com sua tribu fixou residencia o intrepido e nunca assás elogiado Arariboia.

Sustento e continuarei a sustentar: até 1573 o fiel indigena chefe dos Temiminós, com a sua gente, esteve aboletado em terras dos Jesuitas nas redondezas do local, depois *Bica dos Marinheiros*, nas circumvisinhanças de São Christovam e do célebre Canal do Mangue

Lendo as considerações do brilhante escriptor, que procurou rebater minha humilde opinião, mais me convenci de estar a verdade do meu lado. E o que é mais, é o proprio auctor quem me dá motivos para me não afastar da antiga rota seguida. Felizmente não estou só, e tenho ao meu lado além de Fausto de Souza, Pereira da Silva e Capistrano de Abreu, os tambem historiadores Noronha Santos, Felisberto Freire, Rocha Pombo e o artista Parreiras, que na Europa muito encontrou sôbre o assumpto.

Eis como, em resumo, apresentei em globo minhas idéas corroboradas por estudos posteriores e pela publicação de novas testemunhas.

Vencidos e por mais uma vez expulsos da nossa bahia os Francezes e Tamoios, fallecido Estacio de Sá em Fevereiro de 1567, seu tio o governador geral Mem de Sá transferiu o assento da cidade de S. Sebastião para o actual morro do Castello. Durante *anno e meio*, Mem de Sá cuidou dos primordios da cidade, edificando casas para o governador, para o Conselho, cadeia, etc.

Não comprehendo como Mem de Sá consentisse fossem seus alliados estabelecer-se longe da cidade na banda de além, separado dos Portuguezes pelo golpho ou Bahia do Rio de Janeiro. Era preciso desconfiar. Os factos posteriores deram-lhe razão. E' curial suppor: — o 3° governador geral devia te-los á mão, attenta a maior facilidade de communicações terrestres. Demais, como recuar a permanencia dos indios fieis em uma localidade á beira de rios, de bons terrenos fóra de brejos e mangáes e em sesmaria dos discipulos de Loyola, os quaes depois de escolher sitio conveniente, tomam a si cuidar logo dos novos adeptos, fundando ali a primeira *Aldeia de S. Lourenço?* Teve tal nome muito antes da Transferencia para o lado opposto da bahia.

Foi esta a mesma aldeia, onde ainda em 1573, se passaram os factos narrados na "*Historia de la fundación del Collegio del Rio de Henero y sus residencias*".

Disto ficará convencido quem a ler com attenção.

Si antes da posse legal, como quer o operoso articulista, os Temiminós já habitavam a 2ª aldeia de S. Lourenço, não tem significação commemorativa a data de 22 de Novembro. E' preciso escolher outra e fazer recuar a fundação de Niteroi para cinco annos atraz.

Amigo de autoridades antigas, nem sempre de opiniões acertadas, o articulista apoia-se em Simião de Vasconcellos, que não sabe si o célebre combate teve logar no fim de 1568, ou nos annos seguintes. Passamos á ingenuidade de quem escrevia para a posteridade. E acrescenta: "o que importa pouco!"

Na minha humilde opinião, o combate realizou-se em principios de 1568. Todos os auctores relatam que logo depois deste prelio, Salvador Corrêa auxiliado ainda pelo Arariboia e sua gente e muitos recursos vindos de S. Vicente, foi a Cabo Frio perseguir os Francezes que teimavam em fazer com os Tamoios o contrabando de páo brasil.

Ora, sabe-se que esta empresa foi, felizmente, realizada em 8 de Junho de 1568. Quem o affirma é o barão do Rio Branco no seu trabalho — *Esquisse de l'Histoire du Brésil*".

Em Cabo Frio, accrescenta o mesmo senhor, falleceu Eliodoro Ebanus, amigo do célebre Hans Staden. Ora, si tal successo é posterior ao outro, licito é admittir para o primeiro tem data antecedente. Na petição dirigida a Mem de Sá pelo Arariboia em data de *16 de Março de 1568*, julgava-se afinal o generoso Indio livre de seus crueis inimigos e por isso pediu as terras na banda de além, as quaes haviam sido dadas a Antonio de Mariz Coutinho. E' mais um argumento em meu favor.

Eis as palavras textuaes da citada petição. Depois de allegar serviços, o Arariboia accrescentava: e porque estava mui despeso e gastado pedia, a V. S. para sahir com sua gente e repousar de trabalhos passados por haver *quatro annos* que andava nesta conquista e por V. S. lhe foi pedido ao supplicante que folgasse de ficar na terra com a sua gente para favorecer e ajudar a passar por ser de el-rey nosso senhor a quem muito fazia serviço e porque elle supplicante desejava faze-lo por lhe V. S. mandar *quer trazer sua mulher e muita gente que tem*".

Destas suggestivas palavras se podem tirar diversas conclusões: Arariboia quiz retirar-se para o Espirito Sancto mas ficou, cedendo ao pedido de Mem de Sá; antes de partir obteve as terras já mencionadas, conservando, porém, o seu o primeiro *habitat*.

Mas pergunto: onde residiu elle com o seus, desde Março de 1567 até 16 de Março de 1568? No morro do Castello?

Não consta. Manda a boa razão admittir: a vivenda desses companheiros de Estacio foi nas proximidades da cidade, desde 1565, anno em que elles aqui chegaram do Espirito Sancto, trazidos por esse capitão-mór.

Naquelle anno haviam os Jesuitas obtido terras desde o rio Iguassú até a Tapera do Inhaúma, quinze dias antes da sesmaria concedida ao Concelho.

A petição, dirigida a Estacio, está assignada pelo padre Gonçalo de Oliveira, um dos directores dos Temiminós.

Teriam estes Temiminós acompanhado Estacio á S. Vicente, quando o capitão-mór para alli se dirigiu em busca de soccorros, onde esteve, segundo está provado, durante muitos mezes, ou ficariam aqui como guardas da bahia? Eis um ponto carecedor de estudo por parte dos entendidos.

Arariboia partiu para o Espirito Sancto. Demorou-se durante que tempo? Ignora-se. Voltou. Por um documento se vê que só tomou posse das suas terras em 22 de Novembro de 1573. De praxe, a sesmaria não aproveitada devia cair em commisso, depois de tres annos, assim mandava a lei.

Esperou-se pelo beneficiado? Teve-se com elle talvez toda a complacencia, visto como se ausentar, com permissão do delegado do rei de Portugal, o governador Mem de Sá? Durante a ausencia do chefe os Temiminós ficaram, pois, occupando o antigo sitio na Bica dos Marinheiros.

Quem sabe (é hypothese como qualquer outra) si o Arariboia ao regressar não reluctou o mais possivel em tomar posse das terras cedidas por outrem? Em verdade elle e os seus compatricios domiciliados em zona dos Jesuitas estavam alli bem acomodados. E porque trocar um *habitat* confortavel e ir desbastar *mattas* da banda d'além? Não seria esta a razão da tomada da *posse*, só realizada em 22 de Novembro de 1573?

O erudito artigo presta-se a outras notas impossiveis, por falta de espaço, de serem hoje apresentadas.

Do cavalheirismo, ou antes, da benevolencia do illustre escriptor, fio que elle me dará a honra de esperar a continuação. Si, ouvida a sua replica, pelo contrario eu ficar convencido de andar em erro, darei as mãos á palmatoria. Nunca tive filaucias de infallivel.

Domingo, 26 de Novembro de 1911.

II

Protesto contra a indifferença para tudo quanto é nosso e de tempos idos, o artigo commemorativo da fundação de Niteroi prova que, no auctor de tão ponderadas linhas, se occulta modestamente um patriota. Merece por isso parabens.

Lamenta, e com razão, não ter na antiga Praia Grande o Arariboia um monumento condigno de seus serviços e perpetuo testemunho de seus feitos.

Teve apenas uma praça com o seu nome e a tela pintada pelo applaudido e laureado Parreiras.

Este quadro, porém, collocado em um salão de edificio público, não é conhecido do povo. Nem sempre o pode contemplar.

E' preciso um monumento na praça pública, que a todo o momento recorde a personalidade do valente e fiel alliado dos Portuguezes.

Teria sido isto realidade, desde 1898, si a morte não tivesse arrebatado o general Couto de Magalhães.

Era seu intento levantar á sua custa um monumento em honra do indomito selvicola. Teria sido erguido nas proximidades de S. Christovam.

Honrado com a consulta do egregio Brasileiro sôbre o local, que perpetuasse o combate de 1568, indiquei-lhe, baseado em provas , o sitio "Bicca dos Marinheiros" e suas redondezas, alêm dos Mangues de S. Diogo.

Desse facto ficou convencido o general Couto de Magalhães, que transmittiu o projecto a varios amigos. E é por amor destes sobreviventes do notabilisimo indianophilo, que algo de novo escrevo para lhes mostrar que as minhas informações de 1878 ainda estão de pé. Só mudarei de opinião deante de argumentos solidos e incontestaveis. Si o general ainda vivesse, não teria eu de corar perante elle por lhe haver fornecido informações pouco seguras.

O auctor do artigo commemorativo prefere apoiar-se nas opiniões de Simões de Vasconcellos, do conego Fernandes Pinheiro e do grande historiador Varnhagen. Nenhum delles, porêm, nos pode presentemente prestar serviços de informação segura sôbre o ponto em questão.

E, porque o conego Pinheiro pretendesse mostrar haver Varnhagen errado quanto ao sitio da aldeia de S. Lourenço (aliás bem localizado na 1ª edição da *Historia do Brasil*), o illustre articulista apega-se ao citado conego. Este, porêm, para sustentar que a aldeia fôra sempre da banda d'além, falla em chronistas que não cita, nem apresenta documentos ineditos e comprobatorios.

Cantou glorias o antigo secretario do Instituto Historico. Obrigou o orgulhoso Varnhagen a mudar de opinião e a retratar-se, tendo em seu favor o testemunho de Gabriel Soares de Souza e de frei Vicente do Salvador.

E que chronistas seriam estes, citados na *França Antarctica* pelo conego Pinheiro, sinão gente muito nossa conhecida, cheia de inexactidões e de erros, copiando-se servilmente uns aos outros?

Ninguem mais do que o obscuro signatario destas notas presta homenagem ao merecimento incontestavel de Varnhagen, depois visconde de Porto Seguro. Não foi tambem infallivel. E é o proprio auctor do artigo de 22 de Novembro quem se encarrega de o provar, quando baseado no padre Pedro Rodrigues, se refere á morte do Arariboia. Os auctores antigos davam o heroico Indio como morrendo afogado: dil-o Varnhagen sem designar o local do sinistro.

Abreu e Lima diz que o facto teve logar nas proximidades da ilha do Fundão, e Januario da Cunha Barbosa que o naufragio se deu juncto á ilha de Mocanguê! Entretanto, o padre Rodrigues assevera ter o Indio fallecido de *morte natural!*

Despediu-se dos seus, recebeu os sacramentos com sua devoção e até fez testamento verbal, e não escripto como já se disse em letra de fòrma para se provar que o Arariboia, ao morrer, sabia lêr e escrever. Era já letrado! Mas para fallar ao governador Salema tinha ainda necessidade de interprete!

Para o assumpto em mira: primordios do Rio de Janeiro e Niteroi, já não é bastante o que produziu o egregio visconde de Porto Seguro. Escreveu com os materiaes reunidos até seu tempo. Em sua *Historia do Brasil* encontram-se claras omissões e erros. Retocar tão importante trabalho era necessidade que se impunha. Desta tarefa, aliás infelizmente não concluida, encarregou-se o professor Capistrano de Abreu. Para prova ahi está a terceira edição da citada *Historia*, cheia de notas, accrescimos, commentarios e correcções introduzidos, com grande criterio, pelo referido professor.

Não citou Varnhagen os novos documentos, em que se baseou para modificar sua opinião. Motivou tal proceder justo reparo por parte de Fausto de Sousa, em sua memoria a *Bahia do Rio de Janeiro*.

Para provar fosse o combate de 8 de Junho de 1568 do lado oriental da Guanabara e tratando de soccorro enviado por Salvador Corrêa, o articulista assim se exprimio: "Se os Francezes e Tamoios desembarcaram no sacco e acompanharam nas fraldas do morro, onde Martim Affonso assentára a sua aldeia, o soccorro partindo das immediações da praia que

ficava ao sopé do Castello, teria seguido para a ponta de Gragoatá, indo por terra, costeando os morros, sem ser percebido pelo inimigo.

Si estes desembarcaram na enseada e acamparam no local em que hoje assenta o bairro commercial da cidade, a canôa, partindo do mesmo ponto ou de outro situado do lado da Prainha e Saude, poderia, occultando-se por trás das ilhas das Cobras e Enxadas, e depois pelas do Vianna e Mocanguê, ganhar facilmente a encosta do morro, sem que os Franceses e os Tamoios avistassem com a escuridão da noite.

Mas a difficuldade estava em galgar os morros e costear praias cobertas de mangue, impenetraveis até então. A' vista de tantas incertezas, lá se vai por agua a baixo a decantada lenda da praia das Flechas.

Se alguma dessas hypotheses fosse verificada, o chefe da pequena expedição levaria muitos dias, e ao chegar o Ariboia estaria morto ou prisioneiro. Quando se vê pela escriptura de cessão de terras de Antonio de Mariz que estas eram todas marinhas, admira-se a facilidade imaginativa do articulista em apresentar taes planos estrategicos que jámais occorreram á mente do valente Duarte Martins Mourão, o qual, devia ir com toda a pressa em soccorro de Arariboia, e isto tudo durante as trevas da noite.

Para se sair da difficuldade e abandonando logo as referidas hypotheses estrategicas, o articulista apoia-se em um livro inedito do operoso e inolvidavel Joaquim Norberto. Assevera este que o combate foi nos *Apicús* ou *Praia Grande*. Mas, si o porto da aldeia *estava bloqueiado*, como poderia (disse o articulista), sem ser visto, Duarte Mourão atravessar tão grande distancia maritima? Pois seriam os Francezes tão nescios e tão pouco vigilantes, que mesmo de noite não procurassem obstar qualquer soccorro enviado da nascente cidade do Rio de Janeiro?

Demais "o bloqueio era feito, diz S. Vasconcellos por quatro náos, oito lanchas guerreiras e um numero de canhões sem conta"!

Toda a demora seria prejudicial, e Salvador Corrêa quiz antes enviar os auxilios por via maritima. A' força de remos era preferivel o trajecto por um caminho tortuoso, beirando brejos e mangáes. Havia menos risco em costeando as praias do lado occidental chegar ao sitio da aldeia do que atravessar a bahia bloqueiada."

Ao contrario do que sustenta o illustre escriptor do artigo d'*O Paiz*, a topographia do terreno desse lado occidental explica, sem grande exfôrço de imaginação, a possibilidade do facto.

Que o combate de 8 de Junho de 1568, foi para as bandas de S. Christovam tambem o affirma o barão do Rio Branco. Em suas — *Ephemerides Brasileiras*, funda-se em um mappa de 1579, feito por Jacques de Vandeclaye, onde a aldeia do Arariboia está até notada com o nome Ararone.

Bom é saber: quem primeiro deu noticias desse mappa em 1868, ao Instituto Historico, foi o proprio Francisco Adolfo de Varnhagen!

Domingo, 3 de Dezembro de 1911.

III

Nestes commentarios feitos do notavel artigo d'*O Paiz* de 22 de Novembro, não posso deixar de citar Gabriel Soares de Souza e frei Vicente de Salvador. Este descreve o combate de 8 de Junho de 1568, realizado no lado occidental da bahia do Rio de Janeiro. Ambos marcam no meu humilde pensar para séde da primeira aldeia de S. Lourenço, a distancia de uma "legoa", distancia que tanto parece intrigar o exclarecido articulista.

E, o que é notavel, ambos concordam quanto á "legoa" com Simões de Vasconcellos; cujo depoimento é "tão valioso" para o mesmo laborioso collaborador d'*O Paiz*.

Um pequeno parenthese: quando este Jesuita e outros escriptores fallam em paragem *fronteira* á cidade, talvez não quizesse dizer defronte, em face do lado opposto. Posso citar varios documentos em que tal expressão significa continuação, seguimento, limite, etc. Vê-se isso em escripturas antigas até com referencia a ruas desta cidade.

Continúo. Gabriel Soares, descrevendo a terra da bahia do Rio de Janeiro, escreveu: "Na ponta desta cidade e ancoradouro dos navios, que está detraz da cidade, está uma ilhota que se diz a da Madeira (hoje das Cobras), por se tirar della muita, a qual serve aos navios que aqui se recolhem de concertar as vellas. E desta ponta a uma legoa está outra ponta, fazendo a terra em meio uma enseada, onde está o porto que *se diz de Martim Affonso*, onde entra nesta bahia um riacho que se diz Yabubiracica."

Esta localização está de accordo com o mappa muito antigo encontrado em Lisboa pelo Sr. Norival de Freitas e reproduzido no tomo 70° da *Revista do Instituto Historico*. Vê-se alli a *Aldeia de Martinho*, perto do tal rio Yabubiracica.

Frei Vicente depois de fallar dos Tamoios ajudados dos Francezes, escreveu "e a tanto chegou o seu atrevimento que, juntando a oito naus francezas as canoas que poderiam, se embarcaram uns e outros e entraram pelo Rio de Janeiro, pas-

sando *á vista da cidade de S. Sebastião*, foram surgir em um porto de uma *aldeia* que distava da cidade *uma legoa*, a qual era dos Indios confederados e amigos dos Portuguezes, onde estava por principal um grande animo e esforço.... "Seu nome Brasil foi Arariboia e no baptismo se chamou Martim Affonso de Sousa".

Onde nas palavras deste historiographo franciscano se encontra a menor allusão á aldeia situada na banda d'alem? Entretanto, combatendo a opinião de quem como eu não é notabilidade, alludiu o erudito articulista a uma chronica por mim escripta e na qual citava uma sesmaria concedida por Christovam de Barros em 17 de Septembro de 1573 a um certo Nuno Tavares. Nesse documento, falla-se em um caminho *que vem da Aldeia de Martim Affonso.*

Eis como a respeito se expressou o illustre articulista: "Conclue dahi o emerito chronista (sic) que se em 1573 havia uma aldeia de Martim Affonso, ella estava situada em S. Sebastião e assim o combate de 1568 não podia ter sido travado senão ahi." "O argumento, continúa, não nos parece muito forte para destruir a tradição, porque o facto de existir uma aldeia de Martim Affonso, no local depois chamado Bica dos Marinheiros, não significa que o chefe temiminó ainda ahi estivesse, quando é certo que desde 16 de Março de 1568, obtivera doação das terras da banda d'além que estavam defronte da cidade."

Respondo: ao illustre escriptor competia-lhe provar o seguinte facto: logo que, em Março, o Arariboia obteve as terras cedidas por Mariz, passou-se para ellas, de sorte que a referencia em 1573 da Sesmaria já seria facto passado.

Prosegue ainda o meu contraditor. "A prevalecer o argumento, nem mesmo em 1573 Arariboia estaria nas terras da actual cidade de Niteroi, porque muito mais tarde Gabriel Soares no seu roteiro assignala na bahia do Rio de Janeiro o porto de Martim Affonso do lado da cidade." "

Ainda em 1573, penso, o Arariboia não estava da banda d'alêm. Mostrarei com o testemunho de um documento "*tirado, diz o meu antagonista, do vasto archivo da Companhia de Jesus, material abundante para escrever a sua chronica* (refere-se a S. de Vasconcellos) *expurgada de erros*".

Quando fallei na sesmaria de Nuno Tavares, foi para combater alguns devotos do conego Pinheiro. Sustentavam que os Teminonós nunca estiveram alojados nas proximidades da Bica dos Marinheiras e nas visinhanças do tal rio Yabubiracica! Esse local muitos annos depois de frei Vicente, havia perdido com a transferencia da tribu o antigo nome de Martim Affonso. O Arariboia foi mais infeliz que o célebre Nicoláo Durand de Villegagnon. Este falleceu em 1571, mas tem

o nome perpetuado até hoje na antiga ilha de *Sergipe*. E, quando nella se falla, ninguem suppõe que o almirante francez, lá esteja no tal ilhéo.

Para terminar resumirei o texto da *Historia de la Fundacion del Collegio del Rio Henero*, relação que, apezar de origem jesuitica, não tem importancia para o articulista. Tracta-se positivamente de um acontecimento occorrido em 1573 (a Historia Jesuitica cita esta data) na primeira aldeia de São Lourenço. Os Indios andavam *descaminados* por verem amancebado o seu principal. Os brancos para contrariar os esforços do padre (Jesuita) Oliveira começavam a metter historias na cabeça dos indigenas. Revoltam-se. O principal foi á cidade muito enraivecido. Os padres julgavam que os revoltosos os queriam matar. A Camara manda affixar um edital, ordenando que todo o povo seguisse para a aldeia, com armas, sob pena de multa; elles entraram na aldeia tão desconcertadamente que era para espantar. Afinal, dadas explicações, tudo serenou e o alvoroto suscitado pelos brancos não teve seguimento. Deste trecho podem tirar-se as seguintes conclusões: o Arariboia não estava na aldeia e o seu substituto não seguia as licções dos padres. Si Martim Affonso não estivesse ainda antes de Novembro de 1573 no Espirito Santo, tal revolta não se teria dado. Elle saberia manter a ordem na primeira aldeia de S. Lourenço.

Si nesse anno, antes de 22 de Novembro a referida aldeia estivesse nos *epicús* ou *Praia Grande*, porque a expedição enviada se dividiria, indo uns por mar e outros por terra?

Circulariam estes toda a circunferencia da bahia para chegar ao seu destino? Partiriam da cidade em busca do sacco de S. Francisco Velho (Botafogo), desembarcariam no morro Cara de Cão e lá em canoas atravessariam a barra até o Praia Grande? Ambas as hypotheses são inadmissiveis.

Fica patente: os que foram por mar seguiram a mesma rota de Duarte Martins Mourão em 1568. Os que foram por terra seguiram o caminho que da cidade ia á aldeia, via de communicação assignalada na sesmaria de Nuno Tavares.

O acontecimento occorrido na aldeia não permittia delongas. As providencias postas em pratica pela Camara deram bom resultado. Nesse trecho da historia do Collegio do Rio de Janeiro não ha uma palavra que dê ideia da Aldeia de S. Lourenço, situada na banda do alêm. Tudo, pois, leva a crer: este motim occorreu antes de 22 de Novembro de 1573, é bom repetir, antes do regresso do Arariboia da antiga capitania de Vasco Fernandes Coutinho.

Não sou autoridade para convencer o illustre escriptor que continuará a seguir as chronicas e historiographos de

sua predilecção. Tenho, porêm, a meu favor a opinião de Capistrano de Abreu em nota á 3ª edição da *Historia do Brasil* do visconde de Porto Seguro.

Corre-me, ao findar, o dever de ser grato ao patriota historiographo. Citou o meu nome de simples amador em companhia de escriptores de reconhecida reputação.

Domingo, 10 de Dezembro de 1911.

FUNERAL DA IMPERATRIZ

(1826)

A's 10 horas e um quarto da manhã de 11 de Dezembro de 1826, falleceu no Paço de São Christovam a imperatriz d. Maria Leopoldina.

Achava-se ausente seu esposo d. Pedro I. O monarcha havia ido ao Sul, afim de, no theatro da guerra, dirigir as necessarias operações.

Durante a longa molestia da illustre senhora, o povo não cessava de dar provas do mais sincero interesse pelo restabelecimento da boa e generosa imperante.

Nas visinhanças do palacio da Boa Vista, succediam-se diversos grupos de homens e senhoras ávidos de noticias, Os boletins, publicados duas vezes por dia pelos medicos do Paço, eram lidos com sofreguidão. Houve por vezes esperanças de restabelecimento. Desappareceram, como nuvens que passam, ao saber-se do fatal desenlace do dia 11.

Durante os dias da molestia, a população desta cidade assistiu consternada e triste a espectaculo nunca visto. Ao badalar incessante dos sinos de todas as egrejas, viam-se longos prestitos caminhando ao clarão de tocha e cirios, e ao som plangente dos canticos da lithurgia catholica. Eram as procissões de preces. Sanctos tirados de seus altares iam em visita de umas para outras egrejas. Nestes dias de anciedade, imagens que nunca foram vistas em prestitos religiosos, appareciam pela primeira vez. Nossa Senhora da Gloria. Nossa Senhora do Carmo da Ordem Terceira. Nossa Senhora do Bom Successo da Misericordia. S. José. S. Francisco de Paula e tantos outros recebiam do povo supplicas em pleno ar livre.

Morta a imperatriz, havia no ambiente do Rio de Janeiro um ar de tristeza e melancholia. Surgiam aqui e alli boatos sinistros. Dizia-se que a imperatriz havia sido envenenada. Uns esperavam com devoção os funeraes e as exequias que deviam ser sumptuosas. Os apreciadores da Oratoria sa-

cra preparavam-se para ouvir o conego Januario, frei Sampaio e Mont'Alverne. O Senado da Camara ordenára lucto rigoroso, tres mezes pesado e tres alliviado. Ficaram suspensos os espectaculos.

As costureiras não tinham mãos a medir. Os fabricantes de cêra tiravam o ventre da miseria; muitos enriqueceram. Durante tres dias consecutivos á morte da Imperatriz, foram dictas em todas as egrejas e capellas missas pagas á razão de tres patacas, pela mordomia da Casa Imperial. Todos, pois, nesta metade do citado mez de Dezembro concentraram a attenção na infausta morte da princeza, fallecida na flor da edade e deixando cinco orphãos privados das caricias maternas.

Que a morte de d. Maria Leopoldina foi considerada pública calamidade provam os jornaes do tempo. Os escriptores que se occuparam desta triste occorrencia são unanimes em pôr em evidencia a espontanea consternação do povo e o respeito e sympathia, que a todas as classes sociaes merecem os despojos da imperante no longo trajecto do paço da Boa Vista até á egreja do convento da Ajuda. Taes provas de condolencia foram as mesmas dadas pela nossa população no dia 9 de Novembro do anno corrente, por occasião da transferencia dos despojos da virtuosa imperatriz, — da Ajuda para o Convento de Santo Antonio.

Não deixa, pois, de vir a proposito narrar os factos passados, ha oitenta e cinco annos, com relação aos funeraes da nossa primeira imperatriz. Pondo de parte o muito que então se escreveu em prosa e verso, procurarei resumir o que consta da folha official o *Diario Fluminense*.

Durante o dia 11, como era da pragmatica, salvaram de dez em dez minutos os navios de guerra e as fortalezas. Os sinos de todos os templos da cidade não cessaram de dobrar a finados. A's 6 horas da tarde os medicos ligaram (sic) o corpo da imperatriz. Vestido de grande gala foi o cadaver reposto no leito em que exhalára o ultimo suspiro, sôbre uma riquissima colcha da China, côr de perola, e encostado em duas almofadas de seda verde e ouro.

No dia 12, ao meio dia, teve logar o beija-mão. Cumpriram este doloroso dever d. Pedro, futuro imperador, e suas ermãs. Com vivas côres descreve o *Diario* as lagrimas e suspiros de d. Maria da Gloria, ante tão lancinante catastrophe. No dia 13, ás 10 horas da noite, foi o corpo mettido em um caixão de cedro, forrado de lhama branca e por fóra de velludo preto com galão de ouro.

Este caixão foi posto dentro de outro de chumbo, e ambos em um terceiro forrado de seda branca e coberto de velludo com galões de ouro fino, tendo na parte superior uma cruz

branca bordada a ouro. Dalli foi o corpo levado para a sala do docel e collocado sôbre riquissima eça, ladeada por vinte e dous tocheiros de prata.

Alonga-se o *Diario* na descripção dos ornatos da camara ardente, nas alcatifas de seda e ouro, no altar e no solio destinado ao bispo.

Ao amanhecer do dia 14, começou o clero secular e regular a celebrar missa em septe altares armados na varanda do Paço.

A's 10 horas da manhã, entrou o bispo d. José Caetano da Silva Coutinho, que havia administrado á imperatriz os ultimos sacramentos. Começou o officio de finados. Terminadas as matinas, o diocesano accompanhado de todo o Cabido celebrou missa de pontifical. Tiveram inicio os absolvições. Terminaram á uma hora da tarde.

Das tres horas da tarde até ás 7, concorreram ao Paço as sete freguezias da cidade, as tres ordens religiosas e as collegiadas da Misericordia e S. Pedro.

Terminadas os ceremonias das encommendações, deu-se principio ao desfile do funebre prestito.

Pegaram no caixão até á porta do Palacio oito grandes do imperio, cujos nomes o *Diario* menciona. A's oito e meia punha-se em movimento a funebre procissão.

Seria longo enumerar os nomes dos personagens, que segundo suas graduações tomaram, conforme a etiqueta, os competentes logares. Ao grande coche, puxado por oito machos cobertos de gualdrapas pretas, seguia-se o coche de Estado, e atrás deste a Imperial Guarda de Honra. Precediam estes dous vehiculos, dous outros coches: um levava a corôa, e outro conduzia o cura da Capella Imperial.

Dividiu-se a tropa em quatro brigadas de infantaria, uma de cavallaria e outra de artilharia.

A primeira de infantaria era commandada pelo brigadeiro Lasaro José Gonçalves, a segunda pelo brigadeiro João da Costa Brito Sanches, a terceira pelo coronel Francisco das Chagas Cattete, a quarta pelo coronel Luiz de l'Hosti. Da brigada de cavallaria era commandante o coronel João Agostinho Barbosa, e da de artilharia, o coronel Francisco de Paula Vasconcellos. Quanto á disposição da tropa, foi ella dividida de modo a serem dadas as salvas de 21 tiros, e as descargas, desde S. Christovam ao Passeio Publico.

O imponente prestito seguiu do Paço da Boa Vista pela rua de S. Christovam, Mata Porcos, Catumbi, ruas do Conde. Lavradio, Mata-Cavallos (Riachuelo), das Mangueiras e do Passeio Publico até á egreja do Convento da Ajuda.

Em todos esses logares era immensa a multidão do povo.

A's 11 horas da noite chegou o sequito á porta do templo d'Ajuda, ora em demolição. Esperava no adro a Irmandade da Misericordia. Estava a egreja armada com a maior sumptuosidade. Notavam-se tres pousos: o primeiro tinha um degrau e seis tocheiros, o segundo dous degráos e dez tocheiros e o terceiro, tres degráus e doze tocheiros. Na capella mór estava preparado o espaldar e docel para o bispo e quadratura para o Cabido. Retirado do carro o feretro pelos Grandes do Imperio, foi aquelle levado pelos ermãos da Misericordia até o 1° pouso, onde entoavam canticos os sacerdotes da Collegiada da Sancta Casa; pelo peso do caixão não poude ser elle levado como de praxe aos dous outros pousos. Juncto, pois, ao primeiro ultimaram-se as ceremonias do ritual.

Findas as ceremonias religiosas, o marquez da Palma descobriu o caixão, dando o panno á Misericordia. Em seguida, foi o feretro conduzido para o outro pouso juncto á grade do côro eram, então, lavrados dous termos da entrega do cadaver, assignados pelos ministros, mordomo-mor, grandes do Imperio, Corpo Diplomatico e pela abbadessa do Convento d'Ajuda.

Collocado o cadaver da imperatriz no sarcophago de jacarandá, que servira até 1821 para guardar os restos mortaes da rainha d. Maria Primeira, a 4ª brigada deu mais descargas, alternando com as salvas do parque de artilharia de posição.

A estas se seguiram as salvas das fortalezas.

Era mais de meia noite, quando findaram todas essas ceremonias. "Mas, diz o *Diario Fluminense*, o que não ousaremos jámais descrever é o sentimento profundo, que se desenhava nos rostos de todos, as sinceras lagrimas tributadas ao merecimento, quando finda a dependencia e quando a lisonja servil não abre a porta ao interesse. Este é o premio que resta na terra, á virtude, enquanto na eternidade gosa tranquilla de paz inalteravel e de uma gloria perennal." D. Pedro I regressou do Sul e a 15 da Janeiro de 1827 chegava ao Rio de Janeiro. Recebendo o imperador no Rio Grande a noticia da morte da esposa, escreveu um soneto. Será mesmo da lavra de D. Pedro?

Eis os versos:

Deus eterno porque me arrebataste
A minha muito amada imperatriz?
Tua divina vontade assim o quiz?
Sabe que o meu coração dilaceraste.

Tu de certo contra mim te iraste;
Eu não sei o motivo, nem que fiz,
E c'o aquelle direi, que sempre diz
Tu m'a deste, Senhor, tu m'a tiraste!

Ella me amava c'o maior amor,
E eu nella admirava a honestidade:
Sinto o meu coração quebrar de dôr:

O mundo não verá mais n'outra edade
Modelo mais perfeito, nem melhor
D'honra e candura, amor e caridade.

Domingo, 17 de Dezembro de 1911.

QUEBRANTO OU MÁO OLHADO

Por feliz e agradavel coincidencia veio-me ás mãos o numero 16 da *Folha Academica*, interessante publicação em que collaboram moços intelligentes e amantes das boas letras.

Além de vários artigos bem escriptos e ponderados, prendeu-me a attenção um estudo firmado pelo meu amigo o dr. Pereira da Silva, com o titulo que acima se lê.

Seria caso para se dizer: o doutor entre os meninos, — si estes, dando logar ao mestre, não quizessem provar quanto este lhes merece.

Em verdade, quem conhece o espirito investigador do dr. Pereira da Silva, o exacto conhecimento que elle tem de nossos usos, costumes, crendices e preconceitos, deve dar parabens á mocidade que abriu espaço a seu velho mestre, tão sabedor das cousas do passado.

Quem não conhece e aprecia os chistosos folhetins cheios de verdades, as minuciosas chronicas sempre applaudidas do historiographo do antigo e popular bairro de S. Christovam e de Paquetá?

No artigo da *Folha Academica* profliga, com razão, o illustre escriptor as prácticas supersticiosas arraigadas em nosso povo e, o que é mais, entre gente até de collarinho lavado, habitante desta grande e maravilhosa cidade.

Descrevendo o quebranto ou máo olhado, o conspicuo observador faz-nos assistir ás scenas quotidianas, em que as *comadres* ou *benzedeiras* se entregam ao tractamento das crianças victimas de tão *perigoso* mal.

Quasi sempre residem estas curiosas nas célebres estalagens, e são inculcadas ás nossas familias pela vizinhança ou pela lavadeira da casa, especie de almanaque, superior ao de Laemmert.

E' exactissima a descripção dos *infalliveis* meios therapeuticos empregados pelas miraculosas especialistas, entre os quaes tem grande poder os galhos de arruda, rezas desconnexas e cruzes feitas em differentes partes do corpo do doentinho.

Esta exploração dura até o completo restabelecimento. "Leva então a comadre, escreve o dr. Pereira da Silva, na algibeira da saia a esportula correspondente ao número de *visitas* e os presentes offerecidos pelas mães das crianças, quasi sempre, saias de chita, peças de morim, de algodão, ou algum chapéo de chuva usado".

Contra o uso de taes bruxedos, mésinhas e bugigangas, chama em vão o dr. Pereira da Silva a attenção da policia e das auctoridades sanitarias!

Convença-se, porêm, o meu amigo de estar chovendo no molhado, com catilinarias contra taes especulações torpes e grosseiras, improprias do século da polvora sem fumo, da electricidade, da aviação e do telegrapho sem fio!

O mal é antiquissimo e está na massa do sangue do nosso povo, sempre ingenuo e propenso para o maravilhoso e cousas de feitiçaria.

Ao contagio não tem escapado até homens intelligentes e notaveis por sua posição social. Houve nesta cidade conhecido e venerado estadista, que pagou tributo aos preconceitos e crendices.

Não saïa de casa. Nada fazia. Deixava de parte interesses e deveres, si porventura o dia 13 do mez caïsse em sexta-feira!

Quantas donas e donzellas, frequentadoras do Lyrico, dos cinemas, de corridas e de regatas, não são ainda hoje constantes clientes de curandeiros e do homem que cura feridas e molestias de olhos só com o auxilio da saliva! Quantas passeiantes da Avenida não trazem pendentes ao pescoço, sem que ninguem o veja, o infallivel signo de Salomão, ou presas ao cós das saias as miraculosas figas de Guiné compradas ás pretas minas?

O mundo, meu bom Pereira, foi e ha de ser sempre assim. Ahi estão muito recentes os disturbios de que foi theatro a cidade de Lisbôa. Duas filhas do Celeste Imperio entenderam de exercitar a ophthalmologia barata ti-

rando bichos dos olhos dos incautos. Foi-lhes em cima a policia e pô-las no andar da rua. O *zé povinho* revoltou-se contra a auctoridade e por lá houve séria encrenca, debellada á espada e á bala.

A crença no quebranto ou máo olhado nasceu com a humanidade. Foi por elle que Eva peccou no Paraiso. Aristoteles, Plinio, Sancto Agostinho, Julio Cesar e grandes homens da antiguidade pagaram tambem o seu tributo. Os Romanos, todos o sabem, eram eminentemente supersticiosos. Tinham até o deus Fascino. Virgilio em suas eclogas dá provas disto. Da Edade-Média então não falemos. Em tempos mais proximos: Colombo, Cabral, Vespucio, Napoleão, d. João VI, a nossa primeira imperatriz, o Tiradentes acreditavam no azar e não dispensavam os amuletos.

Até religiosos acreditavam no máo olhado. Li algures: certo frade do Carmo, frei Manuel de Azevedo, foi por tres vezes atacado de quebranto. Chamou benzedeiras e por tres vezes escapou da fascinação. Sôbre o assumpto escreveu um tractado.

Medicos antigos e de notoria celebridade acreditaram no feitiço. Cita-os todos o dr. Francisco Miranda Henriques, no seu — *Soccorro Delphino*. Este medico de d. João V, naquella obra, abre até longo capitulo sôbre a molestia, dando os symptomas, as causas e os meios de curar quebranto.

Entre estes, noto o uso da urina do proprio fascinado, o coral, o azeviche, clysteres e até sangrias, trazer ao pescoço as ataduras que serviram para a castração dos cavallos, o jasmim de cachorro, etc. Em último caso, aconselha até a intervenção das velhas entendidas ou benzedeiras.

O tal medico ou o Mirandella, como lhe chamavam, acreditava tambem nos bruxos chupadores do sangue de crianças que as faziam morrer marasmaticas. Foi elle quem em letra de fôrma escreveu, para provar que o sexo feio podia dar leite, o facto dos indigenas do Brasil amamentarem os caboclinhos, enquanto as mães cuidavam do serviço da taba. E' o cumulo da ingenuidade!

Agora mais do que nunca, a nossa Sebastianopolis vai ser a terra da promissão dos charlatães, das benzedeiras, dos endireitas e curadores da espinhela caïda. Está na baila a completa liberdade profissional, ordenada por quem tudo póde. Vamos voltar ao tempo das parteiras curiosas, as quaes em caso de difficuldades tocologicas appellavam para a garrafa soprada, o chapéo do primeiro transeunte ou para a medida de Nossa Senhora do Parto!

Regressaremos a 1844, em que Sigaud, profligando a raça de charlatães do Rio de Janeiro, escrevia: "Querer curar

sem possuir conhecimentos sufficientes para exercer com consciencia este dever é a fraqueza de todos os homens, a tendencia dos chefes de familia, a paixão das velhas. As leis e os progressos da sciencia podem modificar estas condições do espirito humano, mas apaga-las de nossos habitos é triumpho que os medicos nunca devem esperar, porque elles mais do que ninguem creem na perfectibilidade das cousas humanas".

Ora, sendo tudo isto verdade, perdeu o seu latim o meu velho amigo dr. Pereira da Silva. Está prégando no deserto. Agora sim, o charlatanismo vai erguer o seu pendão. Haverá comadres e benzedeiras enquanto houver vizinhos officiosos, lavadeiras e estalagens. Será mais facil caïr o Pão de Assucar e tapar a barra ou mudar de posição o Corcovado, do que acabar a crença no quebranto e nas bruxarias.

Teremos de vêr ainda algum preto Domingos com a esteira debaixo do braço e enferrujado botição, offerecer serviços á vasta clientela!

Vão ter agora seu júbilo os successores do Antonio Gomes, do Luiz Mineiro, da negra Isabel, do africano da Prainha, do cégo das Laranjeiras, do João Mina, do Nayler Bey, do Carvalhaes, do capitão-mór da Bôa Viagem, do caboclo da Praia Grande, das alufas e paes quimbembes, postos em fóco por João do Rio!

Já não são precisos titulos e provas para o exercicio da Medicina. Hippocrates, Galeno e tantos outros oraculos podem cobrir a cara.

Para que livros, microscopicos reactivos e outras *bugigangas*, si qualquer analphabeto póde curar e matar a seu bel prazer?

Console-se o meu amigo dr. Pereira da Silva com muita gente bôa. Metta a viola no sacco e deixe-se de querer expulsar do templo de Epidauro os charlatães, vendilhões e os Dulcamaras. E' impossivel, mais do que nunca, regenerar o mundo e a humanidade em muitas cousas, que cada vez vão mais caminho do regresso. Pau que nasce torto tarde ou nunca se endireita. Já notavel poeta francez dizia ser preciso "laisser aller l'humanité à son courant de boue".

E viva a liberdade profissional!

Sús — pois, charlatães, curandeiros e benzedeiros. A epocha vai ser toda vossa. Grandes serão os vossos *triumphos*, porque sempre e maior será o numero de papalvos e ignorantes.

Sús! Vai recomeçar o reinado do Juca Rosa.

Domingo, 24 de Dezembro de 1911.

PROSA CHILRA

Nem por ter sido descoberto em dia de Anno Bom do anno da graça de 1502, o nosso Rio de Janeiro entrou com o pé direito nos dominios da Geographia e da Historia. Vem o caiporismo desde o nome errado, que deram á nossa encantadora bahia até estes nossos tempos de enchentes, suicidios, desastres, carnes pôdres, intervenções e fechamento das portas.

Nem é para admirar. Foi esta porção da terra de Cabral vista em mez dedicado ao célebre Jano, de duas caras, inconstante como o cameleão, que com a cabeça diz — sim, e com a cauda—não. Dahi o facto de ser hoje a nossa cidade, além de martyrisada pela praga dos gramophonios e badalos de sino, o fóco de boatos, mentiras e intriguinhas. *Tot capita tot sententiœ*, diziam os Romanos.

Venho *ab ovo*. Começaram as complicações com os nomes da pura Topographia. A formosa Guanabara foi tambem chamada *Guaraparú*, *Guaparana*, *Guaparanam*. Niteroi temse escripto de muitas e diversas maneiras ao sabor dos que querem interpretar a lingua dos caboclos. Não se sabe ainda hoje a verdadeira significação do termo Carioca. A nossa bahia já teve o nome de lago de Genebra, rio de Geneure, bahia de Cabo Frio, bahia Jordão, bahia Judia, embroglio de todos os diabos, que tem feito arder o miolo dos geographos daqui e de alêm mar. O Pão de Assucar já teve o nome de *Pot de beurre*; e até houve certo fazedor de mappas que no cume do penedo, cantado pelo Porto-Alegre, pespegou uma enorme guarita! Da ilha do Governador então não fallemos. Chamavam-lhe do Grande Gato, do Maracajá, dos Sete Engenhos, Grande, *Paranapacui*, *Parnapicuhi*, *Paranaperan* e até *Paranopocú*, etc.

Quem sabe hoje qual era o rio Ibeburassica, de Gabriel Soares? Tudo dúvidas e incertezas.

Esfalfaram-se antigos chronistas em querer provar ter sido a bahia do Rio de Janeiro, descoberta em 1 de Janeiro de 1531 pelo célebre Martim Affonso de Sousa. Não se lembravam os taes, que esse apaniguado do conde de Castanheira, tendo saído de Lisbôa em fins de 1530, e vindo por escalas, não podia estar aqui naquella data errada, salvo si viesse em vaso a vapor, cousa que ainda não existia, sendo feita a navegação em calhambeques!

Veio o Varnhagen, e com o roteiro de Pero Lopes na mão provou que aquelle facto só teve logar em 30 de Abril de 1531. Pois ha ainda muita gente que, agarrando-se ao

Pizarro e ao Balthazar Lisbôa, quer, a martello, encaixar na nossa Chronologia o tal dia 1° de Janeiro de 1531. Que lhes preste.

Quem descobriu o Rio de Janeiro? André Gonçalves? Vespucio? Gonçalo Coelho? Pedro Coelho? João Coelho? Christovam Jacques? ou d. Nuno Manuel, filho de um bispo da Guarda com a Justa Rodrigues, ama do rei d. Manuel? Tambem não vale a pena perder a cabeça para saber quem foi o causador de tal èrro, que ainda hoje perdura.

Aqui chegaram, olharam e puzeram-se ao fresco, sem deixar cousa notoria. Veio com qualquer destes sujeitos o celebrado Vespucio? Uns dizem que sim, e outros que não. Para estes o Florentino é auctoridade de "primo cartello"; para aquelles um impostor, um falsario que nunca por estas paragens andou. Ayres do Casal, Santarem, Avesac e Zephyrino Candido deram-lhe pancada a valer. Porto-Seguro (antes Varnhagen) tem sido o mais dedicado defensor do feliz Americo, que deu nome ao continente descoberto pelo célebre Colombo. Cousas deste mundo: papagaio come milho, periquito leva a fama. E o mundo ha de ser sempre assim, dos espertos e de olho vivo!

Destas incertezas historicas defende com razões de cabo de esquadra seus compatriotas o conhecido Pero de Magalhães Gandavo. Confessa que os Portuguezes pouco caso fizeram a principio do vasto e uberrimo Brasil. Mudou de opinião o rei, quando soube que os Francezes aqui vinham e ganhavam pela certa com o negocio do páo brasil. Conquistavam a amizade dos indigenas e com bugigangas tinham delles serviços de meia cara! Um páo por um olho.

Aqui, como disse, veio Martim Affonso de Sousa. Esteve no Rio de Janeiro tres mezes e tanto; comeu, bebeu, mandou gente para ver si descobria aquillo com que se compram os melões, e foi-se, sem se ter aproveitado da nossa bahia para ahi fundar uma povoação.

Levantou, dizem, uma casa-forte, que muitos confundem com a casa de pedra em *briquetterie*, edificada por Villegagnon, perto do rio Carioca. Na Praia Vermelha foi o ponto de Martim Affonso de Sousa; tambem o confundem com outro ponto de egual nome, situado em S. Christovam, occupado pela tribu do Arariboia, que tambem foi conhecido pelo nome de Martim Affonso.

Não parou ainda a má sorte do nosso Rio de Janeiro, apezar de suas empolgantes bellezas, de seu mar sereno, de suas ilhas verdejantes a boiarem como immensas esmeraldas (chapa). Annos depois deu-se a divisão do Brasil em capitanias. Coube ao mesmo Martim Affonso de Sousa a grande

zona de terras, entre as quaes estava situado o Rio de Janeiro. Nada fez. Deixou correr tudo á revelia com grande gaudio e proveito para os contrabandistas francezes. Depois veio Villegagnon. Fixou-se na ilha Sergipe. Faltou-lhe o juizo. Briga com os correligionarios, persegue-os e os manda enforcar. Vai para a Europa e lá recebe o "bello" titulo de Caim da America!

Para desalojar os intrusos, que ficaram, tiveram de suar o topete Mem de Sá e os seus companheiros. Em 1560 toma o forte de Villegagnon, mas não tem pessoal para povoar o Rio de Janeiro. Voltam os ratos para o queijo e continuam na boa vida de negociar, sem emprêgo de grandes capitaes. A rainha d. Catharina toma a cousa a sério. Funda-se a cidade. Novas dúvidas. Onde? No morro Cara de Cão ou na Praia Vermelha? *Dicant Paduani*. Estacio de Sá durante quasi dous annos luctou com a má sorte. O tio Mem, da Bahia, veio em soccorro do sobrinho. Ha o célebre combate de 20 de Janeiro de 1567. Para cúmulo de infelicidades logo alli é ferido o pobre Estacio, que fallece quasi um mez depois e revive na memoria dos Cariocas, graças ao esplendido quadro do laureado Antonio Parreiras.

Nunca deixou de ter máo olhado a nossa Sebastianopolis, a bella cabocla dos mares do sul, como lhe chamou o illustre cultor das Musas. Aqui vieram Inglezes, Flamengos e outros. Os Francezes, porêm, nunca perderam a esperanças de reconquistar o que Villegagnon não soube, não poude ou não quiz fazer. Vem Duclerc. Entra pelos fundos. Soffre derrota. E' assassinado por desejar ou cobiçar a mulher do proximo.

No anno seguinte para o vingar chegou o célebre Duguay-Trouin. Ahi foi o cúmulo do caiporismo. A cousa cheirou a chamusco. Bombardeios, roubos, saques, tal foi o acervo desse fatidico anno de 1711.

Pagou o pato o *zé povinho*. O pobre Francisco Carlos Moraes tornou-se o bode expiatorio. Abandonado por todos vio o seu auxiliar Maquinez perder a bola, dar por páos e por pedras. E isto, depois de ter ido pelos ares, logo em principio da encrenca, o paiol da polvora guardado na ilha de Villegagnon.

Não é possivel narrar todas as vicissitudes soffridas nos tempos coloniaes pelo paciente povo desta cidade. Guerras, sêccas prolongadas, epidemias, monopolio da célebre Companhia do commercio, recrutamentos, contribuições para sustentar a colonia do Sacramento (este perpétuo pomo de discordia entre Portuguezes e Castelhanos) e, enfim, as perseguições da *Sancta* Inquisição. Depois as aguas do monte, os tiros da Praça do Commercio, o 7 de Abril, as rusgas do tempo

da Regencia, as luctas dos politiqueiros fizeram da nossa cidade, como actualmente, o fóco de sustos, boatos, alarmas, mentiras e intrigas, tudo por amor da tripa e não da patria, como diz o meu amigo Honorio Lima, o manda-chuva de Angra dos Reis.

E' hoje o Rio de Janeiro cidade maravilhosa. Não ha dúvida. Temos palacios, avenidas, illuminação electrica, aviação e não sei que mais. Por fóra muita farofia, por dentro mulambo só. Exemplos: Cadeia Velha, o morro do Sancto Antonio, o da Favella, o do Castello, do lado da Praia Grande, o Quartel do 7°, o Beco dos Ferreiros, o Bairro da Saude, etc., etc.

Gastou-se um dinheirão com o Theatro Municipal, e a Arte dramatica da terra morre de laseira, tal como os bois que vêm para Sancta Cruz.

Tambem não sei de quem foi a idéa de edificar um matadouro 12 leguas distante da cidade! Foi creado o Matruco, que despeja nos açougues carnes deterioradas, causando as célebres infecções intestinaes, cousa que, nunca aqui existiu quando o matadouro era por baixo da Cadeia ou na praia de Sancta Luzia.

Concerta-se o Canal do Mangue, tudo se faz para melhorar este desaguadouro. Elle ahi está peor do que nunca, fazendo da Cidade Nova o que foi o mundo no tempo do papae Noé, o patriarcha dos páos d'agua.

Ha cincoenta annos falla-se e discute-se o fechamento das portas. Vem desde o tempo em que, á tarde, havia no São Januario espectaculos dedicados á nobre classe caixeiral. "Post tantos, tantosque labores" surge afinal a lei regulando as horas de trabalho. Muito bem: — caixeiros não são burros de carga, o tempo de captiveiro já passou, como dizem os pretos depois do 13 de Maio. Antes, porém, de entrar a lei em execução protestam os interessados, gritam pharmaceuticos, padeiros e outros. Os barbeiros, então, estão ameaçados de quebrar navalhas e pôr no lixo pentes, toalhas, ferros de frisar bigodes e machinas de cortar cabello.

Si tal acontecer, seremos obrigados a usar melenas e ter barbas compridas com cara de cará barbado.

Seremos novos Gadelhas, como aquelle célebre sujeito que, por não precisar de Figaros, deu nome a um trecho da rua do Ouvidor.

E basta de recordar compromissos que têm pesado sôbre esta cidade, digna de melhor sorte. Surja de tudo ás avessas um propheta. Tire o quebranto ou azar, que persegue a nossa *urbs* durante tantos e seguidos annos. E terá ganho a immortalidade — Amen.

Segunda-feira, 1º de Janeiro de 1912.

LONGEVIDADE HUMANA

Com o titulo acima, publicou a *Imprensa* curioso artigo da lavra de Medeiros e Albuquerque. São commentarios deste insigne escriptor, feitos a um trabalho do dr. Legrand sôbre a longevidade através dos tempos.

Ao que parece, as conclusões do dr. Legrand nada aproveitam ao nosso Brasil. Entretanto, os commentarios de Medeiros de Albuquerque serviram-me de apperitivo para lembrar cousas muito conhecidas, mas pouco elucidadas.

São dúvidas e perguntas merecedoras de qualquer explicação por parte de entendidos e sabedores.

Por exemplo, porque os nossos Indios sem confôrto nem hygiene, sujeitos a ventos e a chuvas, em longas e continuadas jornadas e sempre em constantes guerras, attingem uma edade avançada?

No Dietario do Convento de S. Bento, desta cidade, citado pelo auctor da *Historia da Capitania de S. Thomé*, Augusto de Carvalho, lê-se, por exemplo, o seguinte: "No archivo se conserva uma carta, escripta de Guarulhos ao padre frei Bento da Cruz, em 10 de Dezembro de 1656, na qual descreve o bello acto de piedade filial de uma india, que conduziu, em jornada de dous mezes, sua mãe, que parecia ter *duzentos annos*, e a quem sustentava com o comer que primeiro lhe mastigava, tendo sido esta, antes de morrer, baptizada com o nome de Esholastica."

Para Augusto de Carvalho este caso da velha cabocla de *Guarulhos* supéra os casos citados pelos auctores como dos mais extraordinarios, o de Henrique Jenkins, fallecido em Yockshire, em 8 de de Dezembro de 1670, com 169 annos, e o de Pedro Czartan, lavrador russo, fallecido com 186 annos, conforme refere Casado Geraldes, no 2º tomo do seu *Tractado de Geographia*.

Que os nossos Indios tinham vida longa, attestam todos quantos delles se occuparam. Isto deu que pensar, principalmente ao celebre João de Lery. Saint-Hilaire, por sua vez,

cita muitos e muitos exemplos de longevidade entre os Indios de diversas tribus, está de accordo com os factos narrados pelo padre Aires de Casal. Alli, na hoje cidade de Niteroi, existiu a cabilda, de que foi chefe Arariboia; seus descendentes eram conhecidos pela longevidade, e até o povo dizia — velho como caboclo de S. Lourenço.

Passando dos indigenas selvagens ou já civilizados para os representantes do elemento mais adeantado, o mesmo acontecia. Sabe-se que a nossa cidade foi chamada por frei José da Costa Azevedo o *berço dos velhos*.

Eram frequentes os casos de octogenarios e nonagenarios e até macróbios. Balthazar Lisboa cita o caso das primeiras religiosas de Sancta Teresa, que todas falleceram muito velhas. Veiu este facto a desmentir os receios do bispo frei Antonio do Desterro, que dizia não poderem as referidas religiosas supportar no novo clima os rigores da regra de Sancta Teresa. E, por este motivo, nunca deu clausura ás companheiras da madre Jacintha de S. José, apezar de muito protegidas por Gomes Freire de Andrada e pelo proprio rei d. José I. Este capricho do bispo Desterro foi annullado por um dos seus successores.

Falando de bispos antigos, lembro-me agora que os sepultados na capella do palacio da Conceição falleceram em avançada idade: além do citado Desterro, d. Francisco de S. Jeronymo, d. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco, d. José Caetano da Silva Coutinho, d. Manuel do Monte Rodrigues de Araujo.

Os Jesuitas, os frades de S. Bento, os de Sancto Antonio e os Barbonos apresentam em seus registos mortuarios verdadeiros macrobios. Seria porque occupavam suas casas conventuaes tres morros da cidade? Não. Entre os Carmelitas e Barbadinhos de outr'ora dava-se o mesmo facto, apezar de terem elles escolhido para sua residencia a praia ou varzea de Nossa Senhora do O' ou a rua dos Barbonos.

O dr. João Francisco Sigaud assegura: "nas grandes cidades do interior, ou do litoral do Brasil, observa-se um bom número de velhos octogenarios, conservando a sua agilidade e livre entendimento". Elle conheceu o dr. Susano, o marechal Pedro Nolasco da Cunha, o dr. Sanct'Anna, que gosavam de todas suas faculdades, apezar de terem attingido edade maior de oitenta annos.

Os exemplos de longevidade no Brasil, disse ainda Sigaud, falam altamente em favor da excellencia do clima para os velhos. Cada uma das provincias póde citar uma série de casos que provam não ser rara a longevidade, e destes exemplos

digo eu estarem cheios os jornaes de epochas passadas, as revistas antigas de Medicina e Chronica Fluminense da *Folhinha Laemmert*.

A titulo de curiosidade darei a seguinte noticia. Em 1775, José Cesar de Meneses, governador e capitão general de Pernambuco escrevia para a metropole:

"Na villa do Ceará, vive em perfeito juizo André Vidal de Negreiros, com 124 annos. Serviu de juiz ordinario em 1773 e exerce ainda o cargo de capitão-mór. Teve 30 filhos, cinco filhas, 33 netos, 52 bisnetos, 42 ternetos e 24 quartonetos. Tudo conserva em sua casa de portas a dentro, com bôa educação. Compõe-se a sua familia de 149 pessôas, não entrando os escravos".

No *Ostensor Brasileiro* encontro os seguintes exemplos de longevidade, extrahidos das Memorias offerecidas á Camara de Sabará — 1790. "Vivem presentemente nesta villa alguns centenarios, ainda robustos. Entre outros, conhecem-se os seguintes: O ajudante Antonio Luiz da Silva, natural de Lisboa, o qual, depois das fadigas da guerra, no reinado de d. Pedro II, embarcou para o Brasil e veiu para Minas, onde se dedicou ao serviço do fôro.

Desempenhou ainda a funcção de Partidor do Juizo dos Orphãos e avaliador do Conselho. O alferes João da Cunha Peixoto, o qual, sendo solicitador de causa, ainda as promove e gyra pelos cartorios. — Domingos Rodrigues Pereira, bem conhecido pela alcunha *O Cabello*. Dá-se tambem ao serviço do fôro, é ainda tão sagaz na sua arte, que rivaliza com o mais esperto contador.

O cirurgião Miguel Gonçalves, o qual conserva tal vigor, que visita ordinariamente os seus doentes no bairro da Barra, que dista um oitavo de legua de sua residencia. Brites Corrêa, mulher parda. Conta 102. Vae ouvir missa todos os dias. Volta e cuida de sua casa, como qualquer outra de trinta annos. Thomasia Luiza, moradora na fazenda de Páo de Cheiro, tendo mais de 102 annos, está tão vigorosa que póde esperar vida muito dilatada. — 1793. Manuel de Carvalho, natural da Bahia. Esteve na India. Regressou ao Brasil. Conta 117 annos, conserva o vigor de qualquer sexagenario. 1795. João Ferreira Duarte. Preto africano. Maior de cem annos, relata com exactidão muitos acontecimentos que tiveram logar na Bahia e nestas Minas. Ainda cultiva o seu quintal".

Grande é o numero de individuos que, ou filhos desta cidade ou nella foi muito tempo residindo, morreram velhos: Salvador Corrêa, o neto Salvador Benevides, o mestre Valen-

tim, Cairú, Itanhaem, Olinda, os Amaraes, Baependi, José Bonifacio (o Velho), Abaeté, Sapucahi e outros.

Ainda não ha muitos annos o visconde de Barbacena, apezar de ter vivido mais de um seculo, a todos encantava pela prodigiosa memoria e pela correcção de sua linha de verdadeiro fidalgo.

Para não ir longe, na nossa sociedade actual destacam-se veneraveis anciãos, que vivem galhardamente com a lucidez de espirito dos primeiros annos; entre muitos exemplos, o marquez de Paranaguá, o barão de Paranapiacaba.

Grande era o número de centenarios representados pelos individuos de raça puramente africana. Para o observador, este numero tem sensivelmente baixado por motivos de facil comprehensão. Eram individuos arrancados pelo commercio de carne humana dos sertões da Africa. E, apezar das vicissitudes do captiveiro, das miserias soffridas, das saudades da terra, da separação de entes queridos, puderam resistir a tantas causas de enfraquecimento e de morte.

Quem se não lembra dos antigos carregadores de café, herculeos, trabalhando, sempre cantando e bailando ao som das cantilenas de sua terra?

Quem jámais esquecerá estes typos de negros honestos e verdadeiros homens de bem, a quem os extrangeiros negociantes confiavam o cuidado de suas casas e a guarda das chaves das burras e cofres?

São ainda hoje frequentes os typos de centenarios africanos offerecidos pelo sexo feminino. No importante trabalho do recenseamento, feito em 1906, lá estão os retratos delles.

Provas ha tambem, no Asylo de S. Luiz ou da Velhice Desamparada. E', porém, para o Hospital da Misericordia que affluem estes ultimos restos do trafico, só terminado em 1850, graças ao benemerito Eusebio de Queiroz. Existem alli, alquebrados pelas molestias e antigos soffrimentos, mulheres de 70, 80, 90 e 100 annos. Muitas dellas apresentam completa dentadura clara e bem cuidada. A carapinha toma tardiamente o aspecto de algodão, realizando-se por esta fórma o annexim — preto quando pinta, tem tres vezes trinta.

. . . .

Por agradavel coincidencia, acabo de receber, graças ao meu illustre amigo, dr. Alfredo de Toledo, o volume VI da *Revista Scientifica de S. Paulo*. Nesta preciosa collectanea (numero de Outubro de 1911), encontra-se uma communicação feita pelo notavel scientista Naegeli Ackerblom.

Refere-se a um trecho da obra de lord Macartiney, que esteve no Rio de Janeiro em 1792, e assignala as causas da in-

salubridade desta nossa Sebastianopolis. "Diz-se, escreveu o lord, que esta cidade é insalubre e que raros são os casos de longevidade (sic). Mas a sua insalubridade provém de algumas circumstancias locaes e accidentaes, mais do que da influencia do *clima.*"

Quanto á primeira parte, não é Macartiney exacto. Como referencia á segunda, mostrou-se bom observador. Falla de febres intermittentes e das celebres elephantiasis dos Arabes, que apoquentavam brancos, negros e até europeus. Está isto de accordo com o que mais tarde (1796) escrevia para a metropole o conde de Resende, e com o parecer dos medicos Leal, Marreiros e Bernardino Gomes, consultados pela Camara.

E os nossos velhos, si podiam viver muito, eram obrigados, em compensação, a carregar nas pernas e outras partes do corpo verdadeiros trambolhos. Recordava estes factos o conhecido chafariz da travessa da Barreira. Não ha gostos perfeitos neste mundo.

7 de Janeiro de 1912.

FECUNDIDADE

Noticiaram os jornaes que em Niteroi uma senhora, casada ha cêrca de um anno, déra á luz, bem dispostos e bem conformados, tres pimpolhos, dous do sexo feio e um representante futuro do bello sexo.

Nada ha para admiração. Assim como a natureza concedeu aos irracionaes a multiplicidade dos fetos, parece, á primeira vista, ter negado á natureza humana similhante fecundidade. As gestações da nossa raça são, na maioria dos casos, de um só vivente. Ha casos, porém, de gemeos virem ao mundo, como nos attestam os registos de todos os povos. Passando de dous, os fructos da concepção são tidos sempre por monstruosos, conforme affirmavam varios sábios da antiguidade. Desmente-os o facto de Niteroi, ao qual alludi.

Entretanto, medicos de antanho, por sua vez affirmam casos de multiplicidade da prole. No Egypto antigo eram frequentes os partos triplos. Diz-se mesmo que algumas mulheres davam á luz tres de uma assentada. Vai isto sob a responsabilidade de um certo sr. Trogo, a quem nem eu nem o leitor temos a honra de conhecer.

Aristoteles, o grande genio da antiguidade, escreve ter visto quatro e cinco productos de concepção vindos a este valle de lagrimas de um só ventre. Alberto Magno refere que na

Germania abortou uma mulher vinte e dous fétos, e que outra déra á luz cincoenta, estando estes em embriões. O afamado Albucassir menciona o mesmo facto, e tracta de duas mulheres, que tiveram: uma sete, e outra quinze crianças, todas formadas. Daniel Sennert conta de uma, que lançara ao mundo nove, e Cromerus escreveu que em 20 de Janeiro de 1270 uma mulher se vira em serios apuros, apresentando trinta e seis pimpolhos, todos vivos!

Similhantes historias ou patranhas são lidas em Schenckins. Nos annaes de Aventino se acha escripto: "No tempo do imperador Frederico II, uma dama de alta linhagem expellira mil quinhentos e quatorze fetos vivos. Foram baptizados todos numa bacia!" Entretanto, Chrispiniano diz que não foram mais que tresentos e cincoenta. Quem póde crê-lo?

Segundo affirmam Ludovico Vive, Erasmo André Ebovense, Luiz Guiciardini e outros escriptores da historia de Flandres, certa condessa Margarida déra de uma vez tresentos e sessenta e quatro crianças!!! Este facto é repetido pelos juristas Boecio e Vicente Carrerio. Ainda em apoio dos partos triplices, ha a opinião de Plinio, que os julga naturaes e até possiveis e frequentes.

Mas onde foi você, dirá o leitor, encontrar estas balellas e ostentar pedantesca erudição em materia de que é leigo? No Larousse ou em alguma encyclopedia dos tempos em que, como se diz, Christo andou pelo mundo? Nada disto. Vou dar o pae á criança, mesmo porque, como o capitão-mór da *Morgadinha de Val-Flor*, não gosto de gabar-me de prendas que não tenho.

Tudo quanto ficou escripto corre sob immediata responsabilidade do meu oraculo nestas materias. Com uma differença: dou-me por muito honrado, citando-lhe o nome. Sempre é melhor esta franqueza do que fazer figura á custa alheia, sem citar o nome do *cujo*, que nos serviu de compadre. O exemplo das gralhas enfeitadas com pennas de pavão, em assumptos de Historia, é tão velho como o mundo. Creio mesmo que antes do Diluvio já estes factos eram commmuns.

Não preciso citar a Biblia, Herodoto, Tacito, Tito Livio, *et reliquia*. Para tranquillizar o leitor direi apenas que mais uma vez me servi da *Medicina Lusitana e Soccorro Delphico*, obra da lavra, do dr. Francisco da Fonseca Henriques Transmontano, natural de Mirandella e medico do mui alto e poderoso rei de Portugal, o senhor d. João V. Esta curiosa e interessante obra, escripta durante doze annos de estudo e observações, foi impressa no anno de 1710 em Amsterdam. Resente-se o dr. Henriques dos erros doutrinarios de sua

epocha. Estavam em moda ainda as theorias dos humores e dos espiritos vitaes. Mas estes reinavam em todos os centros scientificos mais adeantados. Não se lhe póde atirar a primeira pedra.

Lendo com attenção a obra acima citada, admira-se o tino observador do practico. Que tinha admiravel erudição dá prova o sem número de citações de obras de medicos antigos e contemporaneos. Conhecia perfeitamente a antiga literatura classica dos latinos e gregos. A cada passo encontram-se trechos tirados, para corroborar factos, de poetas e prosadores de antanho. Escrevia bem o latim e conhecia esta lingua morta. Compoz até uma obra com o titulo *Pleurologia*, servindo-se da lingua de Cicero e de Tito Livio.

Como seu contemporaneo Curvo Semedo, o Mirandella nem sempre admittia como infalliveis as doutrinas de Galeno, nem com enthusiasmo abraçava as novidades dos chimicos de então: "Na medicina, escreveu elle, não se póde estabelecer preceito que sempre haja de observar-se, como adverte o subtilissimo Valerio, que a execução dos remedios se ha de dirigir pela deliberação do medico circumspecto e prudente, que, conhecendo a natureza da enfermidade, lhe acuda pelos meios que julga mais opportunos, sem se prender com regras geraes dos mestres, nem com o estylo commum dos praticos."

O nosso homem escreveu tambem a *Ancora Medicinal* para conservar a saude, na qual, disse o dr. Teixeira de Sousa, transmitte excellentes preceitos hygienicos, obra que gosou de estima em seu tempo, obtendo duas edições.

Ha na therapeutica de Mirandella, como de seus collegas de então, crendices extravagantes que se notam na sua Pharmacologia. Em suas fórmulas figuram até cousas asquerosas, taes como o emprêgo da urina quente, de homem ou de burro, cabellos queimados, pós de excremento de cão, que comesse ossos, mão de raposa, os caldos de viboras e de cobras, leite de burra, sapos, lagartixas, caranguejos, pellos de cabras, queimados, pés de ratinhos domesticos, cristas de gallos, etc., etc.

Pondo de parte essas extravagancias, hoje condemnadas, tive por fim, citando factos de fecundidade, testemunhal-os com opiniões antigas, colligidas e commentadas por um medico, que gosou em seu tempo de grande conceito e passou com justiça por ser notabilidade.

Falleceu o Mirandella em 1730; teve a confiança do rei e dos potentados, bem como do Sancto Tribunal da Inquisição, do qual teve as honras de familiar. Conforme sustenta o illustre Innocencio da Silva, os medicos portuguezes davam o cava-

quinhão por figurar como auxiliares do celebre e *humanitario* Tribunal para afastarem de si o labéo de christãos novos. Muitos delles, digo eu, se enganaram e foram purgar peccados nos carceres de S. Domingos, como se vê em extensa lista de condemnados pelo Tribunal da Fé e enviada ao Instituto Historico, pelo socio Varnhagen, depois visconde de Porto-Seguro.

Aproveito o pequeno espaço que me resta para fazer uma citação do meu sympathico Mirandella. Vem a talho de foice e tem perfeito cabimento na actualidade.

Para explicar aos collegas, porque elle, Fonseca Henriques escreveu a sua *Medicina Lusitana*, não em latim, mas sim no idioma de Camões, disse o dr. Henriques: "Quando a Medicina estava tão pobre de remedios, que só tinha a sciencia de algumas hervas com que curava, foi tão grande a estimação que logrou entre os antigos, que sempre a admittiam ás Purpuras e nunca a desprezaram as Corôas, honrando decorosamente aos professores della, por conhecerem que desta sciencia dependia o remedio de seus males, a conservação de sua saude e a duração da sua vida. E hoje, que a Medicina está fecundissima de innumeraveis e numerosos remedios e que tem chegado em todas as suas partes a maior excellencia, é certo que não conserva aquella estimação, que teve nos seus principios, quiçá nos primeiros tempos só exerciam a arte os varões doutos e consummados nella, e hoje são tantos os que curam que devem exceder o número dos que gemem; havendo entre elles uma legião de ignorantes que, não tendo de medicos mais que as apparencias, com que enganam o vulgo, tiram a vida aos homens e fazem perder os creditos á sciencia, por não haver lei que castigue estes delictos.

Da sciencia, á qual desacreditaram, os medicos, idiotas e ignorantes, os barbeiros e cirurgiões, os chimicos, os boticarios, os extrangeiros, e circumforaneos e finalmente toda pessôa que se resolver a curar sem mais estudo, que o seu atrevimento tem mais sciencia que a sua resolução; que esta singularidade tem a Medicina; as mais artes e os mais officios mecanicos, nem se aprendem sem mestre, nem se usam sem que se saibam; mas a arte scientifica de curar sem se aprender se sabe, e sem se saber se exercita, como já notou o Bispo Camoirense."

Até parece carapuça para a cabeça de quem engendrou a célebre lei mascarada com o rotulo "Liberdade profissional".

Si vivesse o Mirandella e soubesse do que por aqui vai com relação ao livre e desbragado exercicio da Medicina, podia atirar ás urtigas tudo quanto escreveu.

Ou então era capaz até de se lançar ao rio Tibre, de cima da célebre ponte de 18 arcos, construida pelos Romanos.

Felizmente, o dr. Miranda Henriques repousa desde 1730 *lá no ceu eternamente;* porque foi sempre bom e caridoso para o proximo.

14 de Janeiro de 1912.

HA 258 ANNOS

Para commemorar o grande dia de S. Sebastião, andava eu baldo ao naipe.

Tractava do padroeiro da cidade, de Mem de Sá, — do Arariboia, de Nobrega e Anchieta, do combate Ibiragua-açú-mirim, do Estacio de Sá, etc., seria repetir cousas já muito dictas e sabidas.

Arriscava-me a um *fóra* dos leitores ou ao meu conhecido *assez, assez, Conte Oscar* dos tempos aureos do Alcazar.

Tirou-me, porém, de apuros a gentileza de um illustre Pernambucano, perfeito conhecedor de todas as peripecias do dominio hollandez no norte do Brasil. Refiro-me ao meu bom amigo dr. Pedro Souto Maior, recem-chegado da Europa. Commissionado pelo nosso Instituto Historico, fôra a Lisboa o dr. Souto Maior, com o fim de representar a antiga instituição na Sociedade de Geographia, onde se iam discutir as bases do accôrdo "Luso-Brasileiro", idéa suggerida pelo saudoso Consiglieri Pedroso.

Na capital da hoje Republica Portugueza, galhardamente portou-se o representante do Instituto.

E' o dr. Souto um dos Brasileiros que melhor conhecem a lingua hollandeza.

A's suas pesquizas deve-se a descoberta, no Louvre, de quadros de Post, pintor que esteve no Brasil, no tempo de Mauricio de Nassau.

Como é sabido, o dr. Souto Maior é o traductor de grande parte da obra de João de Laet, a Historia ou *Annaes da Companhia das Indias Occidentaes*, traducção que vai em breve figurar nos *Annaes* da nossa Bibliotheca Nacional.

Dando por finda sua missão, o dr. Souto Maior dirigiu-se a Haya e lá visitou os Archivos da capital da Hollanda. Com relação á nossa Historia, copiou o operoso patricio grande quantidade de documentos, os quaes vêm completar os que, ha tempos, dalli trouxe e traduziu o inexquecivel dr. José Hygino.

Entre esses curiosos papeis trouxe o mesmo doutor um que tem relação com o nosso Rio de Janeiro. Deu-m'o: mas olhei para o papel e fiquei *in albis*. Estava escripto em hollandez! Traquillizou-me o dr. Souto, traduzindo o referido papel com todo o vagar, para que eu tirasse os apontamentos que se vão ler.

Versa o documento sôbre umas informações dadas na cidade de Haya, em 10 de Maio de 1655, por Joost Vrisbeger von Cassel, soldado hollandez, ácerca do Rio de Janeiro e perante o capitão Otto Keije.

Fôra sargento do coronel Pedro Kerrewer.

Pela convenção celebrada em 26 de Janeiro de 1654, dia em que terminou o sitio do Recife, os Hollandezes deram-se por vencidos. No dia seguinte, partia o citado soldado Joost, com seus companheiros, em direcção ao Cabo de Sancto Agostinho, em uma caravella, na qual tambem iam os mencionados coronel e o capitão Otto. De Sancto Agostinho navegavam para a Bahia, onde os soldados hollandezes foram repartidos por 13 navios de guerra e mercantes, com direcção ao Rio de Janeiro.

Chegou aqui o nosso informante em Março, e demorou-se até 1° de Junho de 1854.

Falla nos dous fortes da barra, um ao Norte, outro ao Sul. Não sabe, porêm, dizer seus nomes. Quanto á largura da nossa barra póde-se comparar com a distancia da ponta do Recife para a bateria de Antonio Vaz. Allude á situação da cidade collocada á beira de ampla bahia, mas aberta por todos os lados. Menciona a existencia de dous fortes: um, que supponho ser o de Santiago (Arsenal de Guerra), e outro o do Castello em frente ao Collegio dos Jesuitas. Como é sabido, fôra elle levantado por estes religiosos, quando se receava aqui alguma invasão flamenga. Esta segunda fortificação, diz Joost, estava occulta por denso matto, tinha as muralhas arruinadas e quatro pequenas peças escondidas com as carretas velhas.

Acerca dos utensilios usados pelos habitantes, disse não ter visto vasilhas de estanho, mas só de prata e ricas baixellas. Os Hollandezes que quizeram ficar residindo no Brasil foram repartidos pelos engenhos. Elle declarante foi para o engenho de Antonio Verbados (sic) ou Antonio Machado, coronel das ordenanças. Nas redondezas do Rio contavam-se 67 fábricas de assucar.

Aqui encontrou varios patricios que, revoltando-se em alto mar, se apoderaram do navio *Feliz Pastor* (hollandez), e fixaram residencia em S. Vicente e Rio de Janeiro. Não seriam estes os que deram nome de *Praia do Flamengo* á antiga

praia da aguarda dos marinheiros de Pedro Martins Namorado ou sapateiro Sebastião Gonçalves?

Veiu com estes sem tomar parte na revolta um certo Gerlés, antigo alfaiate e então distillador de aguardente. Foi Gerlés quem lhe deu informações sôbre a existencia de ouro e prata. Gerlés estivéra em Afogados, na companhia do capitão Orkman e depois fôra parar á capitania de S. Vicente, onde, segundo o mesmo Gerlés havia muitas minas de ouro e prata.

Na cidade do Rio notou Joost bonitos cavallos e muitos porcos. Havia abundancia de caça e de fructas, não só do paiz como do extrangeiro.

A defesa da cidade era mantida por 300 soldados, incluidos os dos suburbios. Menciona muitos Indios escravizados pelos Portuguezes. Aquelles estavam desejosos que os Flamengos tomassem conta da terra para os libertar! Os negros pensavam da mesma maneira.

Comia-se, no Rio de Janeiro, pão branco e de muito bôa qualidade. Não havia trigo. Todo elle vinha de S. Vicente. Gabava muito a farinha de mandioca e a excellencia da carne de vacca, vendida por modico preço. Notou sempre grande quantidade de carneiros, gallinhas, perús, patos, ganços e marrecos.

Embarcou com o já citado Gerlés para Lisbôa, em uma frota, que saíu do Rio em 1º de Janeiro de 1659, constando de 23 navios, a qual teve de fazer escala pela Bahia.

D'alli seguiu em direcção á capital de Portugal, e depois partiu para Haya. E mais não disse, nem foi perguntado.

Parece que tal soldado andou por aqui como gato por braza. Podia ter dado melhores informações sôbre vicios e costumes de nossos antepassados. Certo é, porém, que estes passavam, pelo menos, bem da barriga. Não comiam carne deteriorada nem tomavam leite com agua ou desnatado. Havia saborosa manteiga sem sebo. A pequena lavoura da redondeza abastecia mercado, então juncto da Egreja da Cruz, com abundancia de fructas maduras e bem sazonadas.

Nem havia necessidade de sophisticar os generos alimenticios.

Contra os espertalhões que surgissem lá estavam o infallivel *almotacé*, sentado no açougue em alta cadeira de sóla, e os seus auxiliares, a fiscalizarem os vendedores ambulantes.

Jantava-se ao meio dia. A mesa era abundante; onde comiam tres ou quatro, podiam sentar-se cinco ou septe. Graças ao monopolio da celebre companhia do commercio, faltavam ou escasseavam certos generos de consumo: o bacalháu, a farinha de trigo, o azeite e o vinho. Houve occasiões em que não existia

nem uma gotta deste ultimo para os padres dizerem missa. Os velhos Cariocas, porém, não se apertavam. Lançavam mão do vinho de mel, da aguardente de canna e da classica cachaça, que tanto serve no tempo de frio como no de calor.

Para supprir a falta de bacalháu, havia os bellos peixes, não mortos á dynamite nem conservados em gelo, e os camarões cantados em prosa e verso pelo velho Caldeira.

Contra a carestia dos generos vindos de fóra, provocada pelo monopolio da Companhia, haviam tomado providencias os vereadores e o governador D. Luiz de Almeida, muito devoto de S. José, de cuja Irmandade foi juiz e á qual concedeu terrenos accrescidos para o mar, por traz da velha ermida.

Dos homens bons da Vereança, é preciso lembrar seus nomes: chamavam-se Matheus Correia Pestana, Francisco Sodré Pereira, Mathias de Mendonça, Sebastião Pinto, Francisco de Araujo de Andrade, André de Serqueira Cardoso, Francisco Nunes de Escobar (escrivão da Comarca), Marcos de Azevedo Coutinho, Aleixo Manoel (o Moço), João Fagundes Pariz, Gaspar Lopes de Figueiredo. Eram gente de antes quebrar que torcer, e sempre os primeiros a advogarem os interesses do povo. Serviram de paradeiro ás exigencias e caprichos dos mandões, representados pelos governadores.

Dous annos depois de ter estado aqui o tal soldado, fallecia o rei D. João IV. A rainha viuva ordenava que o luto para todos os vassallos seria de capuzes cortados de baeta grossa, e quando não a houvesse, de outra virada "do avesso" e os que tivessem posses, com carapuças, etc.

Continuava em 1654 S. Sebastião a ser venerado em sua matriz, no morro do Descanso (Castello).

Havia festa e procissão, no dia 20 de Janeiro.

Vinha ainda longe o tempo em que o trefego prelado dr. Manuel de Sousa e Almada, pretendia mudar a matriz para a ermida de S. José, projecto contra o qual se levantou a Camara, que foi excommungada, porque, fiel ás tradições historicas, não podia consentir em tal transferencia.

Estas contendas produziram notavel crise.

Foi o assumpto do dia, como hoje é o das candidaturas ás proximas eleições, o caso da Bahia, etc. O rei poz agua na fervura, e as cousas continuaram como d'antes.

Só muito mais tarde teve S. Sebastião de abandonar o seu *ubi*, do qual foi arrancado á noite e conduzido para a egreja da Cruz, em um taboleiro e na cabeça de um preto!

21 de Janeiro de 1912.

FORTIFICAÇÕES

(1718)

"Casa arrombada, trancas ás portas".

Em verdade, enquanto o infeliz governador Francisco de Castro Moraes, nas masmorras da fortaleza de Sancta Cruz purgava peccados que não eram seus, a metropole, a verdadeira culpa dos desastres de 1711, mandava ás pressas fortificar o Rio de Janeiro.

Veiu de Lisbôa o engenheiro brigadeiro João Macé, encarregado de pôr a nossa cidade em estado de bôa defesa. E isto, já se vê, sem gastar muito dinheiro.

Entendeu aquelle profissional ser a fortificação mais urgente a construcção de uma muralha, que pela parte do sertão tornasse o Rio de Janeiro mais seguro. Este muro devia unir os tres morros da Conceição, de Sancto Antonio e do Castello, de sorte que ficariam servindo de baluartes.

Pelo lado externo da muralha nenhuma edificação seria permittida sinão á grande distancia.

Deste modo, para o que desse ou viesse, ficaria formado do lado de terra um vasto campo.

Começou logo a obra juncto ao morro da Conceição, pouco além do local onde existia antigamente a cadeia chamada o Aljube, edificada no tempo do bispo d. Antonio de Guadalupe e destinada, a principio, a sacerdotes travessos.

Seguia a muralha ou muro da cidade a mesma direcção da antiga valla. Alli, no depois largo da Carioca, deixava-se o muro, buscando os fundos da egreja do Parto, a entestar com o Castello, perto do caminho d'Ajuda.

Para a edificação da referida muralha concederam os frades de S. Bento licença para tirar pedra do morro da Conceição. Tiveram por isto a lambugem de uma lampada de prata para o templo do padroeiro desses religiosos.

O muro da cidade tem historia especial, dando mais tarde á conflictos, entre a Camara e o governador Luiz Vahia Monteiro.

Entretanto, no govêrno de Antonio de Brito de Meneses (1718) era este o estado das obras: "O muro do recincto da cidade, que corre da fortaleza de S. Sebastião (Castello) até o morro da Conceição, se acha em todo este comprimento (300 braças) da altura de oito palmos e em poucas partes de 10; tem-se observado na sua largura os quatorze que lhe desenhou

o brigadeiro Macê (sic) e tambem na distancia dos contrafortes de 25 palmos de uns e outros.

Disse mais o referido governador Meneses: "o muro formava varios angulos avançados e quasi no meio, a parte principal com um revelim que o defende".

Segundo leio em alguns documentos, esta parte estava na direcção da hoje rua do Hospicio, chamada tambem depois do Alecrim e do caminho a Capuerussú (Alfandega).

Em antigas escripturas, fala-se em partes da cidade exactamente nas proximidades desse local. Convem, porém, não confundir esta parte com outras existentes em tempos mais remotos. Esta dividia por um arco a rua da Misericordia e fazia parte de uma antiga muralha, que, correndo do Castello, ia morrer no local em que está hoje parte do Mercado Novo. Tal fortificação era do tempo de Salvador Benevides.

Não deixa de vir a proposito resumir o estado das fortificações do Rio de Janeiro, em 1718, servindo-me tambem do relatorio de Brito de Meneses, de onde extrahi as citações supra-referidas. Este relatorio vem por extenso, na *Revista do Instituto Historico*, tomo 55° e no tomo X das *Publicações do Archivo Nacianal.*

A fortaleza de Sancta Cruz, situada sôbre um ponto da rocha da terra de Leste, fòra accrescida com uma nova muralha do lado da cidade e quasi concluida.

Faltavam-lhe os terraplenos todos e algumas obras interiores, carecedoras de concêrtos. Tinha 53 peças de diversos calibres, 38 de ferro e 15 de bronze. Podia dispôr de 2.620 balas, encadeadas 44, palanquetas 78. A de S. João carecera de augmento para o lado do Pão de Assucar. Tinha 41 peças de differentes calibres — 34 de ferro e oito de bronze, com 2.162 balas. A Lage não possuia artilheria, por não ter ainda bateria concluida. A da Vargem tinha uma bateria, com seis peças de ferro e 369 balas. A da Praia Vermelha dispunha de 12 peças de ferro, com 211 balas. A bateria da Bôa Viagem, 10 peças de ferro, com 287 balas. O forte de *Caraguatá,* 10 peças de ferro, com 426 balas. Não eram de grande auxilio pela distancia da cidade.

Existiam mais os reductos de Sancta Luzia, com cinco peças e 28 balas; o de S. Januario (Castello), nos fundos da egreja de S. Sebastião, com 11 peças e 120 balas; o da Prainha, com quatro peças e 50 balas, e o da Gloria, inutil pelo sitio e pela incapacidade.

A fortaleza da ilha das Cobras tinha 26 peças e 716 balas; Villegagnon, com 20 peças e 1.080 balas; S. Sebastião do Castello, 24 peças e 853 balas; a da Conceição, 36 peças e 1.000

balas; a de Santiago (depois Arsenal de Guerra) oito peças e 27 balas.

Nos armazens havia em deposito mais 11 peças e 18.656 balas. Em resumo, os meios de defesa consistiam ao todo em 279 boccas de fogo, de ferro e de bronze, e 28.705 balas.

Segue-se extensa lista de objectos guardados nos depositos reaes.

E' curiosa pelos termos empregados com relação a petrechos bellicos, de accôrdo com a technica da antiga Arte militar.

Volto ao célebre muro da cidade, no qual se gastou improficuamente grande somma de cruzados e foi por fim abandonado!

Descobriu-se *afinal* que similhante fortificação de nada servia, si a cidade fosse atacada pelo interior. Ficava sem defesa por parte dos morros já citados e, o que é mais, á disposição do inimigo os aqueductos da Carioca..

Lembra tambem a edificação do tal muro, como referi, o nome de um governador a quem deram o appelido de *Onça*. Refiro-me a Luiz Vahia Monteiro, cujo retrato está na sacristia da egreja do Rosario, da qual foi elle bemfeitor.

Fôra nomeado por patente de 16 de Novembro de 1724, para governar a Capitania do Rio de Janeiro enquanto durasse a ausencia de Aires de Saldanha de Albuquerque. Chegou Vahia a esta cidade em 21 de Janeiro de 1725, na fragata *N. Senhora da Victoria*.

Tomou posse a 10 de Maio de 25. Falleceu em 19 de Setembro de 33. Havia enlouquecido. Seu cadaver foi sepultado na egreja do convento de Sancto Antonio.

Homem energico, exacto cumpridor de deveres, tomou Vahia a sério o exercicio de seu alto posto.

Teve contra si os magnatas da terra, principalmente o clero e os magistrados, d'entre os quaes se destacava o Ouvidor geral. Não lhe eram tambem sympathicos os officiaes das tropas pagas; mas o governador contou sempre com o apoio dos auxiliares, as ordenanças e milicianos, guarda nacional d'aquelle tempo.

Os contrabandistas, os falsificadores do ouro e moedeiros falsos não punham o pé em ramo verde. Do rigorismo de Vahia não escaparam os frades de S. Bento, accusados de fazerem negocios illicitos em prejuizo do Fisco, nas redondezas do convento, as quaes, como é sabido, iam além da Prainha.

Um dos mais serios conflictos travados pelo *Onça* foi com a Camara e a proposito do célebre *muro*. Desde o principio do govêrno não approvava Vahia Monteiro a continuação da muralha. Entendia, porém, como militar que juncto d'ella

não podiam ser permittidas novas edificações de predios. A Camara não era do mesmo pensar, visto como com as medidas do governador ficavam os da vereança privados de afôrar terreiros comprehendidos dentro da Sesmaria pertencente á Municipalidade.

Ora, o muro occupava a mesma direcção da testada da sesmaria concedida por Estacio de Sá, e cuja directriz havia sido modificada por Mem de Sá.

Allegava Vahia que no interior da cidade, na valla por dentro, havia mais de 200 terrenos desoccupados, onde eram possiveis edificações.

A Camara respondia não ter direito a estes terrenos de natureza allodial, havidos pelos primeiros povoadores da cidade, e cujos successores não eram foreiros ao "Concelho".

Para a metropole, foram dirigidas queixas partidas dos dous litigantes. Vahia queixava-se dos vereadores, que só attendiam a seus interesses e aos de parentes e apaniguados.

Felizmente, o Governo deu de mão á obra da muralha e os annos se encarregaram de mostrar a procedencia de tal medida.

Por esse facto, poude a nossa cidade expandir-se e deixar de ficar limitada por uma cinta de pedra que corria por detrás da egreja do Rosario, collocada no centro d'uma planicie, que a Camara, em 1705, havia demarcado para Rocio da cidade.

Mais tarde, e no tempo do marquez do Lavradio, foram planejados outros meios de defesa, quer da barra, quer do reconcavo.

Que Vahia possuia tino militar, prova-o uma providencia sua apresentada ao rei.

Posta de parte a muralha, seria preferivel para a defesa da cidade cavar profundo canal ou dique, o qual, partindo do sitio além da Ajuda, fosse morrer (recebendo agua dos mangues de S. Diogo), na parte da Lagôa da Sentinella. Era preciso apenas cavar um isthmo de 700 braças, todo plano e quasi nivelado com o mar".

Ficava, pois, a cidade antiga reduzida a uma grande ilha. "Creio", dizia ainda Vahia, "que com esta obra se não póde gastar tanto como ha de custar o aperfeiçoar-se o muro, que deixou principiado o brigadeiro João Macê".

Este projecto não mereceu a attenção do Governo. Si se chegasse a realizar, teriam sido resolvidos problemas, para cuja solução lucta ainda hoje a hodierna Engenharia.

28 de Janeiro de 1912.

CASA DA MOEDA

Por duas vezes esteve essa nossa cidade arriscada a não poder mostrar a extranhos o magnifico logradouro, considerado a *sala de visitas* da galharda Sebastianopolis.

Refiro-me á hoje praça Quinze de Novembro, menina dos olhos de Cruz, de Vasconcellos e Sousa, do Xavier da Silveira e do Passos, e a qual outr'ora tantos nomes teve, taes como: Praia de Nossa Senhora do O', praça do Carmo, largo do Terreiro da Polé, Ferreiro do Paço, largo do Paço e, finalmente, praça D. Pedro II.

Esse duplo favor devemo-lo nós e os nossos antepassados aos frades do Carmo, quando estes eram moradores do nosso casarão de dous andares, em que hoje tem sido o Instituto Historico e o Museu Commercial.

Como é sabido, estes religiosos obtiveram, em 1642, sessenta braças de comprido na testada do seu convento e sete braças para o lado do mar. A Camara arbitrou-lhe o fôro de 500 réis por braça. Em 1667, tanto pediram os Carmelitas, que a Camara considerou o terreno livre e dado de esmola sem onus, isto é, *gratis pro Deo*.

Ora, em 1683 exqueceram-se os da Vereança desse favor. Resolveram aforar aquella zona a parentes e a chaleiras, ou apaniguados, como então se dizia. Os frades puzeram a bocca no mundo. Aquillo não era serio. Em vez de vasto campo, em frente de suas cellas, casas edificadas em uma rua, que deveria ter 30 passos.

Reunidos os graúdos da communidade, resolveram pedir a Deus e não chorar nos altares dos sanctos. Enviaram para Lisbôa uma representação.

O que a Camara intentava era uma independencia. Esses frades ficariam privados de gosar a vista da formosa *Guanabara* (chapa) e de apreciar em tempo de calor as brisas da bahia; que, alêm disto, a vizinhança de gente leiga devassava-lhes a clausura e os obrigaria a não desabotoar os habitos, quando houvesse alguma digestão difficil. O rei "conferenciou" com a sua gente, e por lei de 26 de Novembro de 1686, deu aos frades mandado de manutenção. A praça ficaria para todo sempre livre e desimpedida. E, o que é mais, receiando manhas fradescas, ordenou tambem que os proprios frades jámais poderiam alli edificar. Mandava quem podia, e os vereadores metteram a viola no sacco.

Continuou o bom *statu quo* até que em 1719, a Camara, exquecida ou fingindo exquecer as ordens do rei, voltou á

carga. Desta segunda tentativa soube d. João V. Os frades lesados queixaram-se naturalmente. D. João mandou ouvir a opinião do então governador Aires de Saldanha de Albuquerque.

Na correspondencia deste com a metropole encontra-se a resposta dada com relação ás fosquinhas da Camara.

E' documento curioso. Convém ser citado *ipsis verbis*: "Da parte do convento de Nossa Senhora do Carmo desta cidade e dormitorio delle se acha hum campo devoluto com cem passos em quadra, em que pretendendo-se fazer *Casa da Moeda*, deram os religiosos do dito Convento humas moradas de casas, que tinham para hum lado do dito campo, só afim de que lhe não ficasse fronteira e com effeito se fez a dita casa pela parte de terra e nos fundos pela do mar os armazens reaes, e pretendendo novamente os officiaes da Camara fazer no mesmo campo para a banda do mar hum curral e casa de açougue e pela de terra casas e quitanda de negras, ficando a rua com a largura de trinta passos, se lhes oppuzeram estes religiosos com o fundamento da graça que tinham impetrado de Vossa Magestade para não se occupar o dito campo.

"Estes edificios não se farão sem grande escandalo dos Religiosos e perturbação dos seus officios do côro que cae para a mesma rua, na qual têm tambem a portaria e porta principal da Igreja, de tal sorte que da praia se não descobre a capella-mór e por estas razões me não parece justo que em semelhante parte se façam as referidas obras e tambem porque este sitio he muito conveniente para praça de armas e nelle fazem os terços exercicios, repartem as guardas por não haver outro sufficiente mais perto dos quarteis, nem mais accommodada. O açougue desta cidade me consta que foi sempre (sic) detráz da casa da Camara e cadeia, e que depois de se levantarem neste sitio cinco pilares para a obra delle (açougue) se deu ao escrivão da Camara Julião Rangel de Souza, e que este o vendera a um particular, como este local se conserva da mesma sorte ainda, se póde nelle fazer a casa do açougue, ficando a quitanda das negras na mesma parte em que sempre foi, fazendo-lhe algum beneficio". — Rio de Janeiro, 29 de Julho de 1720 — Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho de Mattos e Noronha.

A quitanda das negras era no hoje largo da Assembléa, no local onde mais tarde foi construido o theatro de Manuel Luiz Ferreira. Por isso, a travessa do Paço, tambem rua dos Madeireiros, teve a denominação de rua da Quitanda.

Sonhamos de parte a historia do felizardo Rangel. Obteve de mão beijada uma construcção municipal, e sem mais nem menos a vendeu a outro — negocio da China.

O parecer de Aires de Saldanha mostra, pois, que no seu tempo a "Casa da Moeda" funccionava no local, em que hoje se nota a Repartição dos Telegraphos.

Esta casa fôra edificada em virtude da ordem régia de 20 de Septembro de 1702. Tal resolução fôra tomada para evitar conflictos com a Companhia de Commercio. Como é sabido, a primeira fabrica da moeda funccionou em um armazem tomado á célebre e poderosa Companhia monopolizadora, alli nas proximidades do cáes dos Mineiros ou de Braz de Pina.

A Companhia protestou. Lucraram os da Moeda, porque lhes foi dada casa ou edificio proprio em predios cedidos, como vimos, pelos Carmelitas, em sitio, onde em tempos remotos existiu a ponte do Carmo, em frente á actual rua da Assembléa e antes da Cadeia.

Parece que já em 1710 estava prompta a Casa da Moeda, de que tracta Aires de Saldanha.

Narrando a derrota de Duclerc, em 1710, varios chronistas asseveram que muitos Francezes prisioneiros foram encarcerados na nova "Casa da Moeda".

Que esta funccionou no local indicado, prova-o a verba testamentaria de André da Silva Oliveira, mencionada no livro I dos fallecidos da Sé, pagina 246 e citada, sem commentarios, pelos srs. Mello Moraes e Moreira Azevedo. Dizia assim:

"Declaro que os bens que possuo são uma morada de casas de sobrado, que correm da rua Direita para o mar, até a rua que corre do trapiche para a "Casa da Moeda" e assim mais possúo outra morada de casas de sobrado, em que vivo, que correm da dita rua do trapiche para a "Casa da Moeda", até o mar".

O primeiro immovel estava situado, ao que parece, na actual rua do Ouvidor ou na do Rosario. Ora o trapiche da cidade era na rua hoje do Mercado, edificio occupado actualmente por um posto do Corpo de Bombeiros; logo, a rua que *corria* desse trapiche até á Casa da Moeda é, sem duvida, a citada rua do Mercado ou do Peixe Velho, a qual, como ainda hoje se nota, desembocca na praça, em que então se via a Casa da Moeda.

Ainda mais, para augmento das officinas da moeda, tomaram-se aos Carmelitas duas propriedades, as quaes foram pagas pelo seu justo valor.

Quando Gomes Freire de Andrade resolveu a mudança da residencia dos governadores para a praça do Carmo, alli permaneceu a Casa da Moeda. Terminado pouco a pouco o grande edificio, depois Palacio Imperial, aquellas officinas continuaram no seu primitivo logar.

O dr. Macedo refere que, no pavimento terreo do palacio de d. João VI, existia uma grande balança suspensa de uma enorme mão de ferro. A balança foi retirada quando foi a Casa da Moeda transferida para a rua do Sacramento, no sitio em que hoje está o Thesouro.

A mão alli ficou até o tempo do primeiro imperador, d. Pedro I. Tudo isto me foi confirmado por um velho familiar do Paço, o Bernardo da Ucharia.

Mas, dirá o leitor: que tem Judas com a alma dos pobres? Vire folha!

Tem razão. Exquecia-me de estar tractando de cousas nossas e de feição puramente carioca.

Demais, é inconveniencia lembrar que perto do edificio da cadeia, onde desde 1823 se reunem representantes da nação, houve disputas de marchantes e açougueiros, gritaria dos vendedores de hortaliça, angú, miudos e mocotós, e, além do mais, muito máo cheiro e muitos mosquitos.

4 de Fevereiro de 1912.

MARCOS PORTUGAL

Sou levado por dous motivos a me occupar, hoje, do fecundo maestro portuguez, Marcos Antonio Portugal. O primeiro é ter o meu nome em uma secção do *Diario de Noticias*, de 7 do andante, denominada a "Folhinha". Nella o auctor de uma ephemeride com relação á morte do referido compositor gentilmente disse: "não querer invadir a minha seára" (que não póde ser grande cousa, á vista da canicula que atravessamos). Peço, porêm, venia para discordar daquelle digno collaborador do *Diario*, quando assignala para o fallecimento de Marcos Portugal a data de 7 de Fevereiro, facto que occorreu não nesse dia, mas a 17 do citado mez. Todos os biographos de Marcos dão este segundo dia e, dentre elles, apenas mencionarei Pinheiro Chagas e Sacramento Blake. Sòbre tal acontecimento dúvidas não póde haver, porquanto no *Brasil Historico*, publicação do dr. Mello Moraes, pai, occorre uma lista de pessôas notaveis sepultadas no Convento de Sancto Antonio.

Nesta relação diz-se positivamente que Portugal fôra inhumado no dia 18 de Fevereiro de 1830, na sepultura de pedra n. 2 da casa do Capitulo daquelle convento.

Como é bem sabido, Marcos falleceu em casa do jámais inexquecivel grande compositor o padre José Mauricio Nunes Garcia, situada então na rua do Nuncio n. 18. Annos depois foram os restos mortaes de Portugal exhumados e guardados em uma urna a expensas do conhecido grande poeta e insigne artista Manuel de Araujo Porto-Alegre (depois barão de Sancto Angelo). Ha poucos annos, sendo ainda provincial dos Franciscanos frei d. João do Amor Divino Costa, foi melhorada a referida urna e avivado o epitaphio. Tenho idéa de se haver celebrado no Convento uma ceremonia religiosa, da qual fizeram menção os jornaes do tempo.

Como disse, a principio houve outro motivo que me serviu de causa a estes modestos apontamentos.

Exactamente no dia em que appareceu a referida ephemeride, escripta por pessôa versada em assumptos de nosso theatro, recebia-se para a bibliotheca do Instituto Historico curioso e importantissimo trabalho enviado de Lisbôa.

E' seu auctor o sr. Manuel Pereira Peixoto de Almeida Carvalhaes. Tem por titulo esta monographia *Marcos Portugal na sua musica dramatica. Historicas investigações*. Foi a tiragem apenas de 300 exemplares, sendo seis em papel do Japão, 20 em papel de linho do Prado e 274 em papel commum. Coube ao Instituto o exemplar de numero 273.

Subsidios concentrados em um volume de 263 paginas muito bem impresso, na typographia Carlos Irmão, sendo editor Luiz José Fernandes, dão idéa de que o sr. Carvalhaes possue grande erudição musical de par com uma paciencia de verdadeiro benedictino. Fica-se surpreso ao ler tantas particularidades sôbre as partituras de Marcos Portugal, os nomes dos artistas que as representavam, as vezes em que foram levadas á scena em vários theatros da Europa e nos nossos de Manuel Diniz e no antigo de S. João, hoje S. Pedro de Alcantara. Illustram o trabalho verdadeiros monumentos erguidos ao musicista lusitano, o retrato do proprio Marcos Portugal, ampliação feita sôbre primorosa miniatura.

Pondo de parte o muito que se nota, lendo a monographia de Carvalhaes, resumirei o que se encontra com referencia ao Brasil, e ahi está para mim o maior merito das *Investigações*. Dando noticias das operas executadas no Rio de Janeiro, o sr. Carvalhaes menciona *Artaxerxes*, levada á scena em 17 de Dezembro de 1812 e desempenhada por Luiz Ignacio, Carlota Donary, João dos Reis, Marianna Scaramelli. A *Siloia Namorada*, em 1812, cantada na Quinta da Bôa-Vista, pelos pretos

alumnos, diz o sr. Carvalhaes, do Conservatorio do sr. dom João VI. Este conservatorio vinha do tempo, si bem me recordo, dos Jesuitas, quando possuidores da importante fazenda de Sancta Cruz. *O Juramento dos Numes* (12 de Outubro de 1812) na inauguração do theatro de S. João, que substituiu o de Manuel Luiz Ferreira. *Augurio de Felicitá*, representada no Paço a 7 de Novembro de 1817, sendo executantes João dos Reis, Antonio Ciconi, Fasciotti, Paschoal Fani, Antonio Pedro, José Copraruca, João Marziotti, Marcello Tani. *L'Oro non compra amore*, Theatro Régio, 1811 — executantes Geraldo Ignacio, Luiz Ignacio, Moreana Scaramelli, Antonio Ferreira, Maria Candida, João dos Reis, Joaquina Lapa, Manoel Rodrigues. *L'oro*, foi aqui repetida em 1817. Já por ahi se vê o serviço prestado pelo sr. Carvalhaes, mencionando no Rio de Janeiro artistas, cujos nomes apparecem pela primeira vez em letra de fôrma. Vai isto com vistas aos meus amigos Mello Moraes, filho, Pires de Almeida, Lafayette Silva, Mucio da Paixão, Henrique Marinho.

Do baixo profundo João dos Reis posso algo referir por ouvir dizer. Contou-m'o o professor de Musica Bento Fernandes das Mercês: quando Reis cantava na Capella Real e queria mostrar os recursos de sua potente voz fazia estremecer as vidraças do templo. Devia ser homem de grande estatura, como se verifica, vendo sua mascara conservada no museu do Instituto Historico. De João dos Reis tive precisas noticias, que me foram dadas por seu sobrinho, o saudoso medico conselheiro Meirelles. Residia o célebre cantor na rua de S. Jorge e depois na antiga rua do Parto. Era muito devoto de Sancta Cecilia, padroeira dos musicos. Nunca deixava de cantar na festa da Sancta, celebrada outr'ora na egreja do Parto no dia 22 de Novembro. Muito calorento, andava sempre em casa João dos Reis vestido de camisola larga e comprida. Quando tinha de cantar chupava pastilhas de hortelã pimenta. Tendo nascido em 6 de Janeiro festejava o dia de Reis, dando grande jantar, a que compareciam todos os parentes, amigos e collegas do popular artista, que mereceu sempre a estima de d. João VI e de d. Pedro I.

Volto, porêm, á citada ephemeride do dia 7. O auctor della disse com razão e verdade: "Nós Brasileiros tinhamos razão de queixa contra Portugal, que muito guerreou o illustre padre José Mauricio, querendo mesmo inutilizar-lhe a carreira; mas, si o proprio perseguido exqueceu bem cedo as offensas recebidas e abriu para o oppressor as portas do seu lar e o abrigou sob o seu tecto, iniquo seria o nosso resentimento".

Este facto é plenamente corroborado pelo conspicuo homem de letras, dr. Affonso Taunay. Em uma memoria, *A Missão Artistica de 1816*, que figura no tomo 74, 1ª parte, da *Revista do Instituto Historico*, ha tres dias distribuido, eis como a proposito do insolito procedimento de Marcos Portugal em relação a Segismundo Nenkoum, assim se exprime o digno filho do auctor da *Retirada da Laguna*: "José Mauricio tambem soffria as consequencias da ogerisa do italianizado Portogallo", e mais: "vendo a inutilidade de sua estada no Brasil decidiu-se Nenkoum em 1820 a regressar á Europa; levava fundas saudades do convivio com José Mauricio, não só do compositor genial, como do homem de excelsas qualidades moraes, do homem que a Marcos Portugal pagou com a dedicação, os maiores beneficios e a maior grandeza d'alma, os longos annos de humilhação, de soffrimento intenso que o gratuito inimigo lhe inflingira quando Marcos, velho, paralytico, miseravel, exquecido, abandonado de todos, não tinha onde se abrigar, recorreu ao humilde tecto do padre José Mauricio e alli passou os últimos tempos da vida".

Tambem Francisco Manuel da Silva soffreu a má vontade do maestro portuguez. Basta lêr o que têm escripto os biographos do auctor do nosso Hymno Nacional: Moreira de Azevedo, Macedo, Ernesto Senna, etc.

Do character de Marcos Portugal dá verdadeira pintura um seu contemporaneo Luiz Joaquim dos Santos Marrecas, em uma carta citada pelo dr. Oliveira Lima e agora pelo dr. Taunay: "Tão grande era a sua impostura e soberba, que os mesmos que o obsequiaram contra elle se levantaram; é notavel a sua circunspecção, olhos carregados, cortejos de superioridade, enfim apparencias ridiculas de charlatão. E' riso vê-lo á janella e em público, todo empoado e emproado como quem está governando o mundo; mas, enfim, teve um grande padrinho, e por ser elle quem é vê-se afagado por todos". Do grande acervo musical de Marcos, quer dramatico, quer sacro, todo elle quasi desconhecido por nós Brasileiros, destaca-se de sua lavra uma composição, a qual pelo menos uma vez por anno devia despertar o nosso enthusiasmo pelos grandes dias da patria. Refiro-me ao seu hymno da Independencia, composto depois do 7 de Septembro de 1822, com versos de Evaristo Ferreira da Veiga.

Seja-lhe isso levado em conta de seus muitos peccados de soberba e inveja.

11 de Fevereiro de 1912.

RIO-BRANCO NO INSTITUTO HISTORICO

Corria o anno de 1866. Em 22 de Novembro effectuava o Instituto Historico e Geographico Brasileiro sua 15ª sessão ordinaria, honrada com a presença do imperador d. Pedro II. Presidiu á reunião o visconde de Sapucahi, estando presentes os seguintes consocios: conselheiro Pedreira (depois visconde do Bom-Retiro), dr. Joaquim Manuel de Macedo, conego dr. Fernandes Pinheiro, dr. Carlos Honorio de Figueiredo, Manuel Ferreira Lagos, conselheiro Francisco Freire Allemão, dr. Claudio Luiz da Costa, dr. Antonio Pereira Pinto, dr. José Saldanha da Gama, Luiz Antonio de Castro, Miguel Antonio da Silva, Antonio Alves Pereira Coruja, Luiz Aleixo Boulanger e dr. Felizardo Pinheiro de Campos.

Na ordem do dia, os consocios dr. Macedo e Lagos propuzeram para membros correspondentes o dr. José Maria da Silva Paranhos Junior, servindo de titulo para sua admissão a *Biographia do barão do Serro Largo*, escripta e offerecida ao Instituto pelo mesmo dr. Paranhos Junior. Na fórma dos estatutos, foi a proposta remettida á commissão de admissão de socios.

Por notavel coincidencia o dr. Pereira Pinto, minutos depois, lia um seu trabalho — *Limites do Brasil*. Começando pela bulla Alexandre VI, o auctor passou em revista todos os tractados, principalmente o de 1750, a convenção de 1819, a convenção preliminar de 1828, até o tractado de 12 de Outubro de 1851. Mal sabia o erudito Pereira Pinto que o nome do novo candidato a um dos logares do Instituto seria no futuro o integralizador do nosso territorio, terminando com honra e justiça para o Brasil questões seculares, e, á primeira vista, jámais susceptiveis de pacifica solução.

Em sessão de 24 de Outubro de 1867 lia sôbre o trabalho de Paranhos Junior ponderado parecer o relator da citada commissão, o dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiros, o sempre lembrado auctor da célebre monographia a *Escravidão no Brasil*. Referindo ligeiros dados biographicos sôbre o futuro barão do Rio-Branco, tecia louvores á sua bella intelligencia e applicação provadas pelo bom conceito academico entre os condiscipulos e professores. Chamava a attenção dos consocios para a predilecção particular, que a Paranhos mereciam os estudos da Historia patria. Citava para exemplo a biographia do capitão de fragata Luiz Barroso Pereira e os *Episodios da Guerra do Prata*, 1825 e 1828. Quanto á biographia do general José de Abreu, barão do Serro-Largo, affirmou ainda o dr. Perdigão ser este trabalho digno de ser im-

presso na *Revista*, pois que era uma prova brilhante das habilitações intellectuaes e literarias do nosso joven compatriota. ."Ahi não se lê apenas uma biographia, e menos um esbôço, e sim a largos traços episodios interessantissimos de nossas guerras do Rio da Prata, nas quaes tão grande parte coube ao barão do Serro-Largo, nem é uma simples narração nem a reproducção irreflectida do que a tal respeito já se acha publicado. A investigação historica e a critica presidiram a esse trabalho, onde se tiram a limpo alguns pontos duvidosos e outros mal apreciados ou não investigados."

De tal fórma calaram no animo dos socios do Instituto taes opiniões, que a Secretaria, ou antes, a Commissão de redacção fez imprimir no volume 31 da *Revista* a biographia do barão do Serro-Largo.

Eleito e proclamado o joven e esperançoso historiographo em sessão de 7 de Novembro de 1867, tomou posse em 19 de Junho do anno seguinte. Nesta mesma sessão leu o illustre confrade um capitulo da já citada *Biographia* do general José de Abreu. Com assiduidade assistiu Paranhos Junior ás sessões no anno de 1868, tendo em algumas dellas lido a continuação da referida biographia. Em sessão de Dezembro de 1868 communicou Paranhos Junior que deixava de comparecer ás sessões por ser obrigado a retirar-se temporariamente da cidade por incommodos de saude.

Restabelecido já, Paranhos Junior comparecia á primeira sessão de 1869, celebrada em 30 de Abril. Presente á sessão de 14 de Maio, fazia importante offerta de valiosos volumes, dentre os quaes se destacava — *El Centinella*, periodico sério-jocoso, impresso em Assumpção em 1867; e *Protector nominal de los Pueblos libres, D. José Artigas, clasificado por el amigo del orden*. Buenos-Aires, 1818.

Em 2 de Julho de 1869 communicava que, por se achar impedido na Camara dos Deputados, não podia comparecer á sessão, e remettia, por parte de Joaquim Alves Ferreira, um manuscripto sôbre o aldeamento dos indios Uaicurús e Guanás, com a descripção de seus usos, costumes, religião, estabilidade. Em 1869 e 1873 foi Paranhos Junior nomeado membro da Commissão Subsidiaria de Trabalhos Historicos, e da de Trabalhos Historicos, em 1874 e 1876. Foi elevado a socio honorario em 5 de Maio de 1875, e mais tarde a benemerito em 1906.

Percorrendo-se as actas durante grande lapso de tempo, vê-se que o futuro barão do Rio-Branco conservava sempre pelo Instituto o mesmo enthusiasmo, sendo por isso considerado um dos seus melhores ornamentos. Retirando-se para fóra do paiz, foi prestar essa longa serie de inolvidaveis ser-

viços, que tornaram immorredoura sua memoria. Paranhos jámais se exqueceu da velha instituição. Para prova ahi estão no Archivo do Instituto eruditas missivas pedindo informações, dando noticia de obras e manuscriptos encontrados nos archivos do velho mundo, bem como de antigos mappas com relação ao Brasil.

Na sala da Secretaria encontram-se offerecidas por Paranhos tres photographias, reducção de quadros existentes na galeria de Florença, representando as effigies de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, de Pedro Jacques Magalhães e de Francisco Barreto de Meneses. Durante sua ausencia não deixou Paranhos de escrever sôbre assumptos relativos á sua estremecida patria. E' conhecida a extensa lista de trabalhos, que o sagraram um dos mais distinctos historiadores brasileiros. *Ubíque patríae menor* foi sempre sua divisa; á Patria, até os últimos momentos de vida, deu todo o seu empenho e ardor altamente patriotico.

Victorioso o Brasil na questão do Amapá, resolveu o Instituto Historico em 7 de Abril de 1900 mandar collocar o retrato do barão do Rio-Branco em uma das salas do edificio.

A effigie do distincto diplomata foi reproduzida pelo artista Teixeira da Rocra. Tem apenas na parte inferior da moldura estas duas suggestivas palavras, que valem por muitos discursos: *Missões e Oyapock*.

Ao ter conhecimento do regresso de Rio-Branco ao seio da Patria, deliberou ainda o Instituto nomear uma grande commissão para ir ao encontro do grande Brasileiro, já então applaudido e reverenciado pelos povos do novo e velho mundo. O desembarque de Rio-Branco a 1 de Dezembro de 1902 foi verdadeiro triumpho consagrado ao mensageiro da paz, ao integralizador do nosso immenso territorio.

Fôra marcado o dia 15 de Dezembro de 1902 para a inauguração do referido retrato. Motivo ponderoso privou infelizmente o Instituto da assistencia pessoal do laureado Brasileiro na festa de justiça e gratidão celebrada em seu louvor; antes do inicio da sessão magna foi lido telegramma dirigido de Petropolis ao 1º secretario e firmado pelo barão do Rio-Branco. Dizia assim: "Contava poder assistir á sessão de hoje do nosso Instituto, mas uma ligeira indisposição me impede de ir esta noite ao Rio. Rogo a v. ex. o favor de desculpar-me perante os nossos collegas e de dizer-lhes quanto lhes sou reconhecido pelos muitos favores, que me têm dispensado, antes e depois do meu regresso á patria, e pela insigne honra que me conferiram ha tempos e tornam hoje effectiva, como hontem fiquei sabendo. Ao Instituto e a cada

um dos seus membros apresento os protestos da minha mais profunda e respeitosa gratidão. — *Rio-Branco.*"

Dias depois veio o barão ao Instituto pessoalmente agradecer o que elle chamava excessiva honraria. Conversámos sôbre cousas passadas havia quarenta e dous annos no Externato do Collegio d. Pedro II. Lembrou-se do recreio dos meio-pensionistas, das garotadas feitas ao alfarrabista da rua da Imperatriz, das impertinencias do Furtado de Mendonça, professor de latim, do respeito e fôrça moral do reitor, dr. Manuel Pacheco da Silva, das badaladas dos sinos de São Joaquim, e mais que tudo da popularidade do inspector Viegas, alcunhado o pae da rapaziada.

Por minha vez, lembrei-lhe a casa do velho Bittencourt na rua da Misericordia, situada em frente á minha residencia. Alli jantava o futuro barão, e em companhia do joven Manuel Bittencourt, do Pizarro, do Rego Cesar, de Alexandrino do Amaral, saïam em grupo a dar o seu passeio vespertino, todos de calças brancas e as infalliveis cartolas. Do triste fim do meu Manel, como lhe chamava o extremoso pae, lembrou-se o barão e teve phrases de saudade por esses tempos de poucas preoccupações e cuidados.

Em 21 de Outubro de 1907 voltou o barão ao Instituto. Realizava-se a sessão commemorativa, honrada com a presença do presidente dr. Affonso Penna e presidida por esse venerando Brasileiro, viva personificação de verdadeiro patriarcha — o marquez de Paranaguá, o qual na viagem de alêm-tumulo devia preceder de um dia o benemerito barão do Rio-Branco!

A esta festividade viera elle de proposito para ouvir da mascula eloquencia do conde de Affonso Celso o elogio historico do visconde de Cabo-Frio, astro luminoso da nossa diplomacia.

Renunciando o marquez de Paranaguá o cargo de presidente, para que fôra reeleito, veio occupar este importante logar o barão do Rio-Branco, eleito em 21 de Novembro de 1907, e depois reeleito, até que, a 27 de Novembro de 1909, foi proclamado presidente perpetuo, perpetuidade infelizmente para todos nós bem curta!

Outra homenagem recebeu o barão do Rio-Branco por parte do Instituto. Em 9 de Março de 1909 era inaugurado novo retrato do inclyto Brasileiro na sala do 1° secretario, trabalho executado pelo talentoso artista brasileiro Rodolfo Chambelland, que graciosamente o offereceu ao Instituto. Nesta ceremonia foi orador official o dr. Alexandre José Barbosa Lima.

Está viva a memoria do que foram nestes últimos annos as sessões do Instituto. Todos queriam ver e ouvir fallar o barão, de fama mundial. Seus discursos impeccaveis pela fórma e de uma concisão admiravel, não têm uma phrase, uma palavra, que não seja fonte de proficuos ensinamentos. Basta lembrar o de sua posse e os proferidos nas inaugurações dos retratos do marquez de Paranaguá e do visconde de Ouro-Preto. O mais importante de todos elles foi o pronunciado, perante selecto auditorio, na noite de 11 de Junho de 1908.

Devia fazer uma conferencia sôbre a batalha do Riachuelo o venerando visconde de Ouro-Preto. Antes de dar a palavra ao preclaro conferente, o barão do Rio-Branco, em poucas palavras, aproveitou o ensejo para mostrar as pacificas intenções do Brasil em face das Republicas da America do Sul: nem desejos de conquista nem de aggressões! Suas ponderadas palavras valem por muitas plataformas. E' um verdadeiro programma de politica internacional. Foi justamente aquilatado aqui e no extrangeiro, onde muito calaram as significativas idéas de paz do grande chanceller Brasileiro.

Em nenhuma parte melhor do que no Instituto Historico, cujo lemma é *Pacifica sciencia occupatio*, podia o chorado Brasileiro ennunciar tão bellos conceitos de concordia e harmonia entre povos que se devem estimar como ermãos, e em verdade representantes de uma adeantada civilização!

18 de Fevereiro de 1912.

RUA DO SENADO

Pergunta-me um assiduo leitor destas despretenciosas notas: ha alguma relação entre a rua do Senado, a travessa do mesmo nome e a antiga Camara vitalicia do Imperio? Este ramo da representação nacional funccionou temporariamente em algum predio daquellas paragens? Absolutamente não, respondo.

No lado occidental do antigo Campo de Sanct'Anna (hoje praça da Republica) existia em principios do século passado vasto predio com quatro janellas de peitoril. Nelle residia Lauriana Rosa, amasia do rico capitalista Anacleto Elias da Fonseca, proprietario não só deste immovel como tambem de grande chacara, que se extendia até a actual rua General Caldwell.

Bem conhecida é a personalidade politica de d. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos, último vice-rei do Brasil, quando em 1808 aqui chegou a Familia Real.

O principe regente depois o nomeou governador da Bahia, cargo que exerceu até 1818. Neste anno foi chamado ao Rio de Janeiro para fazer parte do ministerio.

No regresso do rei para Portugal ficou o conde dos Arcos tambem ministro junto do principe d. Pedro, depois imperador.

Grato o corpo commercial da Bahia aos muitos beneficios prestados pelo conde á antiga capital do Brasil, resolveu por subscripção mandar construir no Rio de Janeiro um palacete para residencia deste fidalgo. Ao procurador dos herdeiros de Anacleto foram compradas as citadas casa e chacara.

Para edificação do novo solar vieram madeiras de lei da Bahia. Foram constructores o mestre carpinteiro Luiz Macedo e o mestre pedreiro João Maria da Trindade.

No palacete juncto ao caminho do Areal residiu até 1821 o conde dos Arcos. Em 5 de Junho desse anno a tropa portugueza, por suggestão do conde de Louzan revoltou-se. Entre várias exigencias impoz a deposição do ministro conde dos Arcos. D. Pedro cedeu. O conde foi preso em seu palacete e, com a roupa do corpo, enviado para bordo do brigue 13 *de Maio*. Quiz saltar na Bahia. Não lho consentiu a Juncta governativa.

Chegando a Lisboa, esteve preso durante algum tempo. Defendeu-se. Foi absolvido. Mais tarde ainda occupou logar saliente nos acontecimentos politicos de Portugal.

Por escriptura de 8 de Março de 1825 o imperador dom Pedro I comprou por 44:568$ o palacete do conde dos Arcos, bem como a chacara acima apontada. Estes immoveis ficaram desde então considerados proprios nacionaes.

Figurou na citada transacção o sr. João Alves da Silva Porto, procurador do conde e pae do meu venerando amigo o sr. Luiz Alves da Silva Porto, antigo director do Banco do Brasil.

Ha alguns annos este illustre cavalheiro offereceu ao Instituto Historico vários documentos e cartas particulares, que justificam a confiança depositada pelo conde dos Arcos na pessôa de João Porto.

Explicou tambem os acontecimentos politicos da epocha; pois d. Marcos expandia-se com seu bom amigo, dando-lhe últimas instrucções ácêrca de intimos negocios.

Pela Constituição do Imperio (25 de Março de 1824) o poder legislativo ficou constituido pelo Senado e Camara dos Deputados. Para séde do primeiro foi escolhido o antigo palacete do conde dos Arcos, depois de feitas as modificações necessarias.

Em 1826 foram escolhidos pelo imperador os primeiros Senadores. Em 6 de Março de 1826 celebrava-se alli a primeira sessão preparatoria.

A Camara vitalicia esteve sempre nesse local, excepto durante quatro annos, de 1831 a 1836. O edificio ficou desoccupado. O Senado passou a funccionar na casa da Relação á rua do Lavradio. Em 1836 o antigo palacete do Campo passou por uma radical transformação. Foi encarregado das obras o engenheiro Miguel de Frias Vasconcellos, o antigo revolucionario liberal exaltado, já então com suas idéas de jacobino muito mais mitigadas. A elle deveu depois o Rio de Janeiro importantes melhoramentos materiaes.

Não vem de molde narrar todas as modificações, por que tem passado o antigo palacete do conde dos Arcos. Já nos últimos tempos do Imperio mereceu elle sérios cuidados.

Depois da Republica a fachada foi completamente modificada. O aspecto exterior do edificio, si não é sumptuoso, é pelo menos decente. Contrasta soberanamente com o velho casarão occupado pela Camara dos Deputados no edificio da velha Cadêa da cidade! Não será caso para se dizer, vendo avenidas e as novas ruas, por fóra muito farofia, por dentro molambo só.... ?

Volto, porém, á vacca fria. Do exposto se conclue: o Senado nunca funccionou, nem mesmo provisoriamente, na travessa desse nome.

O local, em que foram abertas a rua do Senado e a travessa do mesmo nome, fazia parte de uma grande zona pertencente ao guarda-mór das minas, o dr. Pedro Dias Paes Leme.

Este em diversas epochas comprara duas chacaras: uma que ia da encosta do morro de Sancto Antonio até a actual rua do Lavradio e pertencera aos herdeiros do governador Mathias Coelho de Sousa; a segunda, da qual fôra procurador Christovam Lopes Leitão, ia da hoje rua do Lavradio até a lagôa da Sentinella ou de *Capuerussú*. Deste modo a grande propriedade do dr. Paes Leme abrange todo o espaço desde o morro de Sancto Antonio até o fim da rua de Mata Cavallos, tendo por limite tambem pelo lado da chacara do campo de S. Domingos, pertencente ao patrimonio do hospital do Carmo, toda a rua *Nova do Conde da Cunha* ou *Quebra Canellas*, desde a actual rua do Lavradio até á lagôa acima referida.

Em meio de tão vasta zona campeava o morro de Pedro Dias, depois tambem chamado do Senado e hoje demolido. Perto deste monte existiram outr'ora olarias á beira de verdadeiros pantanos.

A maior parte dos terrenos de Pedro Dias eram constituidos por grandes alagadiços sempre augmentados por occasião de chuvas torrenciaes. Quem primeiro tractou de melhorar esses fócos de febres de fundo malarico foi o vice-rei marquez de Lavradio, a quem o Rio de Janeiro deveu muitos e uteis melhoramentos. Foi elle quem mandou abrir a rua, que ainda hoje conserva o seu nome.

Pensa muita gente ter sido tal denominação dada em honra do grande clinico brasileiro o barão do Lavradio. Este foi simples proprietario, na citada rua, só construindo grandes sobrados perto da esquina da rua do Resende. A rua tem o nome desde o século atrazado.

Sôbre o conde de Resende pesa ainda hoje certa animadversão por parte de historiographos. Ha injustiça nesses conceitos, dados mais por antipathia do que pela verdade. Foi esse vice-rei, aliás activo governante, quem conseguiu enxugar os pantanaes de Pedro Dias, mandando alinhar ruas, taes como a do Senado, Invalidos e Resende.

Na abertura da primeira, desde a rua do Lavradio até o morro houve embaraços creados por um particular altamente protegido pelo juiz de fóra e presidente da Camara, o dr. Balthazar da Silva Lisbôa. Afinal venceu o interesse público, e no mappa de 1796 do engenheiro José Corrêa Rangel de Bulhões já se vê esta rua do Senado cordeada. Era conhecida em um mappa da Imprensa Régia tambem pelo nome de rua da Lagôa da Sentinella. A travessa do Senado só foi aberta depois de 1810.

Mas porque o nome de Senado? Dirá o leitor. Por mercê especial do rei de Portugal, desde 1757, gosava o Conselho desta nossa cidade do titulo de Senado da Camara. Isto lhe dava prerogativas eguaes ás da Camara de Lisbôa. Recorda-las seria afastar-me da minha rota.

Aberta a actual rua do Senado, deu-lhe a Camara o nome de Resende. Mais tarde esta denominação em honra do vice-rei passou para outra via pública muito mais extensa e mais digna do illustre fidalgo. Este conveio na troca, com a condição de que a rua que tivera o seu nome passasse a ser conhecida com o titulo da corporação, que tanto o ajudára na realização de tão importantes problemas de saneamento e hygiene pública.

Ora ahi está, porque a rua do Senado e a travessa nada têm com a Camara vitalicia, a qual provisoriamente durante quatro annos teve séde na Casa da Relação, sita á rua do Lavradio. Durante a vida do guarda-mór das Minas, o dr. Pedro Dias Paes Leme, conservou elle todo o terreno das duas cha-

caras já referidas. Falleceu em 1780, seus seis filhos e herdeiros tractaram de fazer partilha amigavel dos bens do casal.

Deste assumpto tractou detidamente o dr. Haddock Lobo, quando em 1858 escreveu o Tombamento n. 4, para provar que todos os terrenos possuidos pelos successores de Pedro Dias eram foreiros á Illustrissima Camara Municipal.

Que nesta área houve um sitio propicio a amores ao ar livre e á luz da lua, é facto provado.

E porque ahi se commettiam peccado contra a castidade, o povo alcunhou o local com denominações um pouco livres. Deve-se levar em conta aos nossos antepassados este pendor pelos campos solitarios. Não dispunham de casas da lua, as quaes formigam hoje nesta cidade, distinguindo-se pela lanterna de côres verde e encarnada. Vão ser objecto de estudos por parte do dr. Pereira da Silva.

Para não offender a moralidade e os ouvidos de seus eleitores e municipes, o dr. Haddock Lobo dá a esse sitio deserto o nome de becco da *Caçoada*. Admitte fosse tal becco escuso o trecho da rua Formosa, entre as ruas do Conde e do Senado. Dizem outros que tal becco, ou rua da *Pandega*, era exactamente um trecho da rua do Senado, até o morro. De pessoas antigas ouvi: — a tal betesga era exactamente a travessa do Senado. Seja como fôr, a Camara até certo ponto respeitou a voz do povo. Deu á travessa ou becco o nome de *Luxuria*, o qual figura em documentos da propria Edilidade.

Luxuria sempre é termo menos rebarbativo do que os nomes dados pelo Zé povinho!

Assim, em 26 de Septembro concedia ella a Luiz Dias Sodré arruação de uma braça, entre Augusta Maria e José Antonio, na rua da *Luxuria*. Com isto quizeram os homens bons da Vereança dar aos posteros uma mostra da moralidade contemporanea.

Hoje, como outr'ora, a cousa será sempre a mesma.

25 de Fevereiro de 1912.

A CABEÇA DE MEM DE SÁ

A's 10 horas da manhã de 2 de Março de 1572 falleceu na cidade do Salvador (Bahia), antiga capital do Brasil, o illustre Mem de Sá, ermão do célebre poeta Francisco Sá de Miranda.

Havia sido nomeado em 23 de Julho de 1556 terceiro governador geral, para substituir d. Duarte da Costa. Foi sepultado com as honras do seu alto cargo na egreja dos Jesuitas.

O tumulo desse activo administrador (diz pouco mais ou menos Pinheiro Chagas, na biographia de Mem de Sá), existente no cruzeiro da egreja dos Jesuitas, na Bahia, foi, por muito tempo, objecto de veneração para os colonos e até para os indigenas, como o seu nome é ainda hoje pronunciado pelos Brasileiros, que lhe devem a fundação da sua capital, primeiro impulso vigoroso dado á sua civilização, com ufania para os Portuguezes que justamente se gloriam de ter por seu compatriota esse habil e energico chefe, que destruiu em seu germe e com fôrças insignificantes os sonhos da França Antarctica, que já começavam a acariciar as mentes ambiciosas dos Francezes. Foi tambem colonizador justo e bom, e que longe de fazer das primeiras páginas da Historia do Brasil Portuguez, páginas de lucto, de sangue ou de vergonha, fez dellas páginas de uma historia quasi evangelica, em que resplandecem nomes tornados quasi immortaes pela aureola de caridade que os envolve, como são os nomes sagrados de Nobrega e Anchieta.

De Mem de Sá escreveu frei Vicente do Salvador "com razão póde ser espelho de governadores do Brasil, porque, concorrendo nelle letras e exfôrço, se signalou muito na guerra e na justiça".

Não era este terceiro governador geral um illustre desconhecido. Em 12 de Março de 1532 fôra nomeado desembargador da Casa de Supplicação, com o mantimento (ordenado) de 60$ annuaes. Quatro annos depois foi escolhido para "corregedor dos Feitos Civeis da Côrte", com 80$ de ordenado annual; em 1541 foi elevado a desembargador dos aggravos da Casa de Supplicação com 100$ tambem por anno. Em 1556 obteve ainda Mem de Sá carta de Conselho.

Ao pisar terras brasileiras em fins de Dezembro de 1557, tomando posse do cargo dias depois, em 3 de Janeiro de 1558, cuidou com todo o interesse em promover o progresso da colonia, pondo em práctica ponderadas providencias para jugular epidemias e a fome.

Seus serviços com referencia ao gentio da Bahia, chamando com brandura ao seio da civilização os transviados, e domando com energia a violencia dos recalcitrantes, são sobejamente reconhecidos por historiographos e chronistas.

Si nunca devem ser exquecidos os serviços de Estacio de Sá e de seus denodados companheiros, com mais forte razão largo nome e perpetua fama acompanharão a memoria de Mem de Sá, que lançou as bases do nosso progresso, creando a vida politica e organizando a administração pública da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, bem activando a agricultura, a industria e o commercio dos primeiros povoadores

da hoje opulenta capital da Republica dos Estados Unidos do Brasil, a qual desde então começou a crescer, a desenvolver e a prosperar.

Basta o pouco que vai referido para não passar despercebida dos Cariocas a data do fallecimento de tão prestante varão.

Foi exactamente por esse tempo que Mem de Sá deu inicio aos trabalhos para mudar a séde da cidade de S. Sebastião até então juncto ao morro Cara de Cão. Eis as proprias palavras do terceiro governador geral: "E por o sitio onde Estácio de Sá edificou não ser pera mais que pera se defender em tempo de guerra, com parecer dos capitães e de outras pessôas que no Rio de Janeiro estavam, escolhi um sitio que parecia mais conveniente para edificar nelle a cidade de S. Sebastião, o qual sitio era de um grande mato espesso, cheio de muitas arvores e grossas, em que se levou assaz de trabalho em as cortar e alimpar o dito sitio e edificar uma cidade grande cercada de trasto de vinte palmos de largo e outros tantos de altura, toda cercada de muro por cima com muitos baluartes e fortes cheios de artilheria".

Pelo referido vê-se que a transferencia da nossa cidade não foi cousa facil. O morro hoje do Castello era matta virgem. Alli não havia aldeia de Tamoios, como li algures. A esta montanha deram os primeiros povoadores a denominação de morro do "Descanso". Foi tambem conhecido pelos nomes de Alto da cidade, Alto do morro de S. Sebastião, da Sé Velha, do Baluarte da Sé, e de S. Januario. Proveio esta última denominação por ter, a cavalleiro da actual rua de Sancta Luzia, construido um forte o capitão Francisco Dias da Luz, no local em que depois funccionou um Laboratorio pyrotechnico.

Dias da Luz foi, como é sabido, o fundador da capella de Nossa Senhora da Luz de Itaoca, no caminho que vai para S. Gonçalo, em Niteroi. O nome de Castello provem da grande fortaleza de S. Sebastião, cujos muros arruinados ainda se notam, bem como o antigo portão no local em que está o mastro de signaes.

Para attingir o cimo da montanha teve Mem de Sá de abrir a antiga ladeira, que serviu até o tempo do conde da Cunha. Este vice-rei mandou fazer a ladeira nova, ou da Misericordia. A primeira era tortuosa; corria, tendo ao lado de terra uma pedreira e do lado opposto um precipicio, e vinha terminar na praça de "Pina Sapé", hoje rua da Misericordia, quasi em frente ao actual largo da Batalha.

Mais tarde vieram as ladeiras do Paço, do Porteiro (Seminario) e a do Carmo.

Prescindindo dos vastos córtes modernos soffridos pelo morro, para abertura da Avenida Rio-Branco, foi aquelle morro demolido em vários pontos pelos primeiros povoadores. Póde-se affiançar: a área desse monte era muito maior do que a apresentada em nossos dias, antes dos importantes melhoramentos acima referidos.

Daquellas demolições parciaes encontram-se vestigios na praia de Sancta Luzia, ruas da Misericordia, de S. José e antiga d'Ajuda. Nesta parte o morro chegava até ao local em que foi construido o Convento, ora em via de demolição. Era preciso abrir vias de communicação em direcção ao rio Carioca, onde só se encontrava bôa agua potavel.

Mas, que tem tudo isto, dirá o leitor, com a cabeça de Mem de Sá? Ha, apenas, mais uma curiosa coincidencia: Estacio de Sá falleceu um mez depois de 20 de Janeiro, e Mem de Sá, seu tio, em 2 de Março de 1572.

Pois bem; ha poucos dias recebi do insigne e laureado artista Antonio Parreiras, o estudo que serviu para reproduzir a effigie de Mem no notabillissimo quadro *A morte de Estacio de Sá*. Presente de tão alto valor é por mim conservado no mais conveniente local da minha humilde pousada. A toda hora estou lembrando da individualidade do terceiro governador geral e de seus serviços prestados a esta nossa terra Carioca.

E como hontem passou mais um anniversario da morte do benemerito lusitano, entendi recordar esta data e ao mesmo tempo agradecer ao bom Parreiras a gentileza de tão suggestiva offerta.

Nada mais simples e natural. E de uma cajadada matei dous coelhos.

3 de Março de 1912.

O VISCONDE DE OURO-PRETO

Grandes, eminentes serviços prestou tambem, durante mais de onze annos, o visconde de Ouro-Preto ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro, antiga e patriotica aggremiação, que desde 1838 tem sido representante das idéas de illustração, as quaes em differentes epochas, na phrase do visconde de S. Leopoldo, se manifestaram em nosso continente.

De ha muito conquistara o inexquecivel patricio a sympathia e a gratidão de seus futuros confrades. Nunca serão olvidados os favores concedidos ao Instituto pelo presidente do Conselho do ministerio de 7 de Junho de 1889. De tal

ordem foram elles, que o presidente Joaquim Norberto de Sousa e Silva quiz, por vezes, promover a inclusão do nome do preclaro Brasileiro no quadro dos socios honorarios. Teve, porêm, de aguardar opportunidade, que nunca se offereceu.

Passaram-se os annos, e o que era simples desejo tornou-se realidade.

Em sessão de 28 de Septembro de 1900, firmada pelos socios Max Fleiuss, Rocha Pombo e marquez de Paranaguá, foi lida uma proposta, em que era apresentada a candidatura do visconde de Ouro-Preto. Servia-lhe de titulo de admissão *A Marinha de outr'ora*, magnifico repositorio de noticias acêrca dos feitos gloriosos dos nossos grandes homens do mar, nessa phase de patrioticas façanhas, que vinham desde a epocha da Independencia.

Nesta suggestiva monographia, o leitor comprehende o exfôrço do joven ministro da Marinha do gabinete de 3 de Agosto de 1866, proporcionando aos nossos valentes marinheiros os grandiosos triumphos alcançados pelos vasos de guerra brasileiros na porfiosa guerra do Paraguai.

Satisfeitos os requisitos dos Estatutos, tomou posse o visconde de Ouro-Preto em sessão de 7 de Dezembro de 1900.

Ao assumir a investidura o conspicuo homem de Estado, conhecido em todo o mundo, disse: "Cultiva-se aqui a Historia. Ella não é só, na phrase de Cicero, a testimunha dos tempos, a luz da verdade, a mensageira do passado. E' tambem a geradora da fé, nos resultados do exfôrço e nos sacrificios da virtude. E' a amiga dos proscriptos e consoladora dos opprimidos, e sobretudo a *grande* justiceira".

Memoravel foi aquella sessão de 7 de Dezembro. Pelo laudo arbitral do Conselho Federal Suisso saïra vencedor o Brasil na secular questão do Oiapoc. Por uma moção assignada por todos os presentes foram dirigidas felicitações ao barão do Rio-Branco. Por outra proposta, assignada tambem pelo visconde de Ouro-Preto, era elevado ao gráu de presidente honorario do Instituto o presidente da Confederação Helvetica, que assignou a sentença arbitral na questão de limites, pendentes entre o Brasil e a França.

Depois foi o visconde de Ouro-Preto eleito membro da commissão de Historia, cargo que occupou de 1901 a 1905. Neste anno, alêm de continuar na citada commissão, foi eleito para a de Fundos e Orçamento. Serviu em ambas, sempre reeleito, até o dia de seu fallecimento. Em 8 de Maio de 1903 foi o visconde elevado a socio honorario. Em 1° de Dezembro de 1905 foi occupar a cadeira de 3° vice-presidente, e em 21 de Novembro de 1908 a de 1° vice-presidente. Em assembléa geral de 17 de Fevereiro de 1911 era proposto para

presidente honorario. Por circunstancias que não vêm a ponto, ficou a proposta para ser votada em uma proxima assembléa geral. Infelizmente, dias depois succumbia em Petropolis o imperterrito Brasileiro, conhecido nos seus primeiros annos de vida pública pelo nome de Affonso Celso de Assis Figueiredo. São notorios e a toda hora citados os muitos escriptos que deram ao visconde um logar de destaque como jornalista, publicista, jurisconsulto e parlamentar. Suas raras qualidades de escriptor conciso e convincente tambem se denunciam no acervo por elle deixado nas paginas da *Revista do Instituto*.

Quem se não lembra da magistral conferencia, lida sôbre a batalha naval do Riachuelo, na noite de 11 de Junho de 1908? Que o illustre titular cultivava com proficiencia não só a Historia de nossa patria, mas tambem a de outros paizes servem de prova os luminosos pareceres sôbre as obras e trabalhos do dr. Anselmo de Andrade, do J. M. Cardoso de Oliveira, do visconde Sanches de Baena, do sr. Bernardo Horta de Araujo sôbre limites entre Minas e Espirito Sancto, do dr. Diogo de Vasconcellos quanto á *Historia antiga de Minas*, do dr. João Pandiá Calógeras acêrca das *Minas do Brasil e a sua legislação*, de Gonçalo Quezada, do inolvidavel e mallogrado Euclides da Cunha relativamente á obra *Perú versus Bolivia*.

Bom é lembrar: do parecer do visconde de Ouro-Preto sôbre a obra de Euclides da Cunha, o barão do Rio-Branco mandou tirar cinco cópias para o Ministerio da Agricultura.

Grandes discussões se levantaram entre os jornaes dos paizes litigantes. A imprensa do Perú teceu justos elogios ao joven Brasileiro e ao relator da commissão do Instituto, esse grande homem de Estado, fiel interprete das intenções pacificas do seu grandioso paiz.

Em 1901 apresentou-se condidato a um logar no Instituto o operoso sr. Carlos Lix Klets, actualmente consul geral da Republica Argentina no Rio de Janeiro e dedicado amigo do nosso paiz. Para dar parecer sôbre as obras do infatigavel cidadão platino, foi nomeado o visconde de Ouro-Preto. Produziu longo, minucioso, interessante e imparcial trabalho, que muito sensibilizou o candidato, por ter visto seus exfôrços applaudidos e sanccionados por varão da estatura do visconde.

Outro illustre personagem, ao qual muito commoveram as gentilezas e ponderados conceitos do visconde de Ouro-Preto, foi o nuncio apostolico, d. Julio Tonti, arcebispo de Ancyra. Antes de partir para a Europa veio tomar posse do seu posto de socio honorario. Presidia a sessão de 8 de Outubro de 1908 o venerando e saudoso marquez de Paranaguá.

O visconde fôra escolhido para orador *ad-hoc*. Seu discurso foi tão sincero, tão cheio de apropriadas imagens, que o illustre prelado chegou a dizer: "o discurso do visconde mais augmentou a magua e as saudades do Brasil".

Têm sido sobejamente postos em relêvo a lhaneza e captivante generosidade do visconde de Ouro-Preto. De tão bellas qualidades tive a honra de participar. Escolhido advogado pelo Estado de Sancta Catharina na questão de limites com o Estado do Paraná, escreveu-me o visconde pedindo a *minha valiosa cooperação* (sic). Dias depois veio ao Instituto. "Você, meu nobre amigo e antigo correligionario, tem dado cartas aos advogados das duas partes litigantes. Demais tambem eu farei o meu jôgo." Apresentei-lhe durante alguns dias memorias e documentos, que poderiam servir ao seu objectivo.

Guardo saudosas recordações dessas conferencias recheiadas de anedoctas e de factos antigos, passados na sua mocidade e agitada vida politica. Lembro-me de um caso por elle narrado, acontecido com o padre Vicente Pires da Motta, presidente de Minas. Assistia este á missa. Terminada a ceremonia mandou prender o celebrante. Oito dias depois, o preso foi, como é de praxe, agradecer a liberdade. "Olhe, meu amigo, disse o Motta, mandei-o prender, porque v. rvma. infringiu os preceitos da Egreja. A missa deve obedecer aos preceitos marcados pelas letras do alphabeto *A*, *B*, *C*, *D* e *E*. Será dicta em voz *Alta*, será *Breve*, *Clara*, *Distincta* e *Exacta*".

Não era o visconde um emperrado. Tractava-se de uma questão sôbre a cadeira do imperador no Instituto. O visconde sustentava opinião contraria ao que se havia deliberado.

A' vista dos documentos deu-se por bem convencido, declarando com toda a hombridade "jámais se julgara desobrigado de reconhecer êrro ou de reparar injustiça que houvesse practicado... Consoante esse modo de proceder, devia declarar ter-se enganado, suscitando a reclamação, sôbre a qual formulou a illustrada mesa o documentado parecer que acabava de ser lido."

Eis o que foi o visconde de Ouro-Preto no seio do Instituto Historico. Este, ainda em vida do preclaro consocio, mandou collocar seu retrato na sala do 1° secretario perpetuo. No dia da inauguração fallou o barão do Rio-Branco. Respondeu-lhe o visconde de Ouro-Preto em pequeno mas significativo discurso, applaudido por toda a assistencia. Nelle mais uma vez o visconde assegurava o seu amor á Patria e dedicação ao Instituto.

E porque não poderá tambem ser collocado, no pateo do Arsenal de Marinha, o busto em bronze desse conspicuo Brasileiro? No pedestal bastava uma data — 19 de Fevereiro de 1868, — ou antes, esta simples palavra — *Humaitá*.

10 de Março de 1912.

A BANDEIRA DO IMPERIO

A proposito de um bem ponderado artigo sôbre a *Bandeira Nacional*, que foi publicado no *Jornal do Commercio*, edição da tarde de 12 do corrente, dirigiu-me um *assiduo leitor* a seguinte consulta: "Qual a bandeira adoptada pelo Brasil, logo depois do dia 7 de Septembro de 1822?"

Sabia eu que as nossas primeiras bandeiras nacionaes só foram benzidas e distribuidas ás tropas em dias de Novembro de 1822. Achei tambem natural a pergunta.

Consoante minhas fôrças procurarei do melhor modo satisfazer o meu consulente.

Recorrendo á *Gazeta do Rio*, de 16 de Novembro de 1822, encontro o seguinte: "A Piedade e Devoção Hereditaria da Augusta Casa de Bragança á Santissima Virgem Maria Mãe de Deus, que fez com que o Senhor D. João IV, pela provisão de 25 de março de 1646, tomasse a mesma Senhora, debaixo da invocação de sua Immaculada Conceição, por Padroeira do Reino de Portugal e Dominios a elle pertencentes, foi certamente quem inspirou no animo de Sua Magestade Imperial a Religiosa lembrança de fazer benzer e inaugurar *Domingo 10 do corrente*, em que a Sancta Egreja Catholica celebrou o Patrocinio da mesma Senhora, as bandeiras do Novo Imperio do Brasil.

Na tarde deste dia, em que na Capella Imperial houve, na fórma do costume, procissão com assistencia do Senado da Camara, concorreram ao largo do Paço todas as tropas da guarnição da Côrte, a quem, depois de benzidas as bandeiras pelo exmo. rev. sr. bispo capellão-mór, foram distribuidas pelos respectivos Chefes, que as receberam da mão do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, e este de s. m. o imperador."

Depois, o mesmo Augusto Senhor, tomando o commando da mesma tropa, lhes dirigiu a seguinte falla: "Soldados de Todo o Exercito do Imperio: He hoje hum dos grandes dias que o Brazil tem tido: he hoje o dia, em que o vosso Imperador, vosso Defensor Perpetuo e Generalissimo deste Imperio,

vos vem mimosear, entregando-vos em vossas proprias mãos aquellas Bandeiras que em breve vão tremular entre nós, caracterisando a nossa Independencia Monarchico-Constitucional, que apezar de todos os revezes será sempre triumphante.

"Logo que os exercitos perdem os estimulos da honra e obediencia que devem ter ao Poder Executivo, a ordem e a paz de repente he substituida pela anarchia; mas quando elles são como este, que tenho a gloria de commandar em Chefe, cuja divisa he valor, respeito e obediencia aos seus superiores, os Cidadãos pacificos contam com a sua segurança individual e de propriedade, e os perversos retiram-se da Sociedade, succúmbem ou convertem-se.

"Quando a patria precisa ser defendida e o Exercito tem por divisa — *Independencia ou Morte*, a Patria descansa tranquilla e os inimigos assustam-se, são vencidos, e a gloria da Nação redobra o brilho.

"Soldados, não vos recommendo valor, porque vós o tendes, mas sim vos asseguro que podeis contar sempre com o vosso Generalissimo, nas occasiões mais arriscadas, em que elle, sem amor á vida, e só á Patria, vos conduzirá ao Campo da Honra, onde, ou todos morreremos ou a causa ha de ser vingada.

"Soldados, qual não será o nosso prazer e o das nossas familias, quando ao seio dellas voltarmos cobertos de louros, nos virmos rodeados da cara esposa e de nossos filhos e lhes dissermos — aqui me tendes; quem defende o Brasil não morre, os nossos direitos são sagrados e por isso o Deus dos exercitos sempre nos ha de facilitar as victorias.

Com estas bandeiras em frente, no Campo da Honra, destruiremos nossos inimigos e no maior calor dos combates gritaremos constantemente: viva a Independencia Constitucional do Brasil — Viva — Viva."

Até aqui nada fica exclarecido, a não ser o facto da benção em 10 de Novembro. Teria havido bandeiras provisorias? Tira, porêm, toda a dúvida o seguinte trecho ainda da mesma *Gazeta do Rio*:

"Quando as bandeiras se desenrolavam e ao mesmo tempo se arriavam as "antigas" bandeiras dos fortes e navios do Arsenal Imperial, foram aquellas saudadas com uma salva Imperial de 101 tiros e as costumadas descargas de mosquetarias".

No dia 12 o secretario do Estado dirigiu aos consules e agentes diplomaticos exemplares do decreto de 18 de Septembro de 1822, que fixou e estabeleceu o escudo d'armas do novo Imperio e as côres das bandeiras. Scientes os commandantes das fragatas Ingleza e Franceza, surtas no porto, saudaram conforme a pragmatica as novas insignias.

Pareceria que, em virtude deste decreto de 18 de Septembro, referendado pelo ministro José Bonifacio de Andrada e Silva, houve tempo de saber para serem confeccionadas as novas bandeiras com as côres nacionaes.

Entretanto, no acto da Acclamação de d. Pedro ellas não figuravam á frente das fôrças militares formadas em grande gala na actual praça da Republica.

E' hoje difficil conhecer qual a causa de similhante facto, quando nessa ceremonia solennissima viam-se estandartes, o chamado da Independencia e o do Senado da Camara, já com as côres nacionaes, e o nosso symbolo do Brasil Independente.

Serviram, pois, até Novembro as "bandeiras antigas", que outras não podem ser sinão as da metropole, da qual o nosso paiz se havia inteiramente desligado.

Qual, porêm, o feitio dellas ? Fôra regulado pela carta de 13 de Maio de 1813 e não *13 de Março*, como erradamente se tem escripto. Por esta lei o principe regente d. João quiz servir os seus tres reinos de Portugal, Brasil e Algarves. Pareceu-lhes regular incorporar em um só escudo real as armas de todos os tres reinos. E como o Brasil não tinha armas "que *characterizem*", deu o decreto a bem merecida preeminencia, a que me aprouve exalta-lo, entendeu da-la por decreto de 13 de Maio.

A bandeira, bom é dizer, continuava a ser toda branca Dizia mais o decreto: "Que o reino do Brazil tenha por armas uma esphera armillar de ouro em campo azul. Que o escudo Real Portuguez inscripto na dita esphera armillar com uma corôa sobreposta fique sendo de hoje em deante as armas dos tres reinos".

Bem sabido é em que consistia o escudo real portuguez com septe castellos e as chamadas cinco quinas.

Foram, pois, estes symbolos empregados nos estandartes e bandeira, que figuraram em todas as ceremonias de Septembro a Novembro de 1822.

Nem ha motivo de admiração. Até 12 de Outubro dom Pedro se considerava apenas Regente e Perpetuo Defensor do Brasil.

Entre muitas provas vem *ad rem* esse mesmo decreto de 18 de Septembro. Reza o seguinte: Havendo o Reino do Brazil de quem sou Regente e Perpetuo Defensor, declarado a sua Emancipação Politica, entrando a occupar na grande familia das Nações o logar que justamente lhe compete, como Nação Livre e Independente, sendo por isso indispensavel que elle tenha um escudo Real de Armas, que não só se distingam das de Portugal e Algarves até agora reunidas... E desejando Eu que se *conservem as Armas que a este Reino foram*

dadas pelo Senhor D. João VI, Meu Augusto Pae, na carta de lei de 13 de Maio de 1816".

Da adopção da nova bandeira nacional, das côres, dos emblemas, etc., tractaram com proficiencia Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Eduardo Prado e Eurico de Góes.

Diz-se que d. Pedro acceitára para tal fim as indicações artisticas de Emilio Taunay (barão de Taunay) pai do futuro visconde do mesmo titulo, e avô do dr. Affonso de Taunay.

Servindo, pois, até 10 de Novembro, as antigas bandeiras, é de crer que dellas fossem apenas descosidos (ficando a esphera armillar) os emblemas, que recordavam o dominio portuguez. O mesmo aconteceu tempos depois com a bandeira da Republica. Durante algum tempo, conservados os emblemas do imperio, apenas foi a corôa imperial substituida por uma grande estrella de côr vermelha.

O que talvez se passou em 1822 não deixa de ser acceitavel; porquanto, retirada a corôa e o escudo com os castellos, ficava a esphera armillar, parte principal do brazão dado como emblema ao Brasil pelo principe d. João, depois rei.

Conservando d. Pedro, dizem seus enthusiastas, as armas dadas pelo pai, quiz conservar a tradição. Por isto bem procedeu.

Acreditam outros, que esse respeito do filho pelo seu progenitor indicava que d. Pedro, como provam suas cartas, nenhuma indisposição tinha com d. João, de quem se confessava filho obediente e subdito leal; que d. Pedro só proclamou a Independencia pelas imposições e picuinhas das Côrtes, e que, si estas não existissem, as cousas tomariam outro rumo. Seja como fôr, são questões a desvendar pela alta critica historica.

Em todo caso agradeço ao *assiduo* leitor a sua pergunta de algibeira. Si assim não fôra, teria eu de relembrar o assassinato de Duclerc (18 de Março de 1711) em uma casa do Canto de João de Azevedo, ou o supplicio de Ratcliffle e de seus dous companheiros na forca do largo da Prainha (em 17 de Março de 1825).

Antes tractar de bandeiras do que de factos sinistros. Mesmo porque tristezas não adubam sopas, e bastam as que já temos experimentado neste anno bisexto de 1912!

Domingo, 16 de Março de 1912.

EJUSDEM FURFURIS

Sob o titulo *Chronica da Gatunice* occorre, na sempre bem apreciada revista *Careta*, de 16 de Março, curioso e instructivo artigo. Nelle seu erudito auctor tracta de estabelecer confronto entre os gatunos do tempo de d. João VI e do Vidigal e os nossos *escrocs* da actualidade, vestindo com elegancia, frequentando as melhores rodas e os mais afamados clubs. Aos de antanho denomina de ladrões de gallinhas, sujos e repellentes.

Distinguo, como dizia o frade da "Morgadinha de Val-Flor", cujo papel acaba de ser supprimido por exigencias da nossa seraphica policia..

Não era tão sujo o gatuno que, entrando na Capella Real, furtou um castiçal de prata..

Orava o rei d. João VI, em uma tribuna, na antiga egreja dos Carmelitas. Viu de longe a falcatrua. O ladrão pondo o dedo na boca impoz-lhe silencio. Pouco depois saïa, levando sob o capote o rico objecto. Deu o alarma o sacristão, a quem o rei ordenou não fizesse espalhafato. "Vi o ladrão, mas prometti-lhe guardar segredo. Tenho de cumprir a minha real palavra. Manda-se comprar outro catisçal."

Eis ahi um audacioso, que não se apavorava com as penas das Ordenações, nem com os castigos infligidos na picota ou pelourinho.

Para os gatunos de baixa esphera havia os capitães do matto e os quadrilheiros. Mas, para os de gravata lavada, e existiram alguns de papo amarello, as justiças de el-rei eram ás vezes impotentes.

Tão bem como os de hoje, procediam com todo o sangue frio e apparente lisura. Não fallo das façanhas dos salteadores da Mantiqueira, da Coqueirada, nem das do Pedro Hispanhol. Estes operavam a mão armada. Os primeiros até deixaram descendentes ricos, cujos nomes as conveniencias da Chronica mandam silenciar.

E porque não lembrar os ladrões incendiarios da Casa da Moeda, no tempo de d. Fernando de Portugal, bem como os arrombadores de egrejas e conventos?

Os annaes e documentos de todo o Brasil fallam de falcatruas de falsificadores de papeis e de firmas, moedeiros falsos, fabricantes de testamentos com o fim de por á banda legitimos herdeiros. Sujeitos houve (esta raça felizmente acabou) que se amancebavam com as miseras escravas. Os fructos desses amores ou eram vendidos como mercadorias, ou lançados á roda dos engeitados. Em ambos os casos lucrava o espertalhão, ficava livre do fardo; alugava a mãe

da criança, arrancada ao seio materno, de ama de leite e desse modo tinha dois proveitos.

Citam-se espertalhões, que sem terem ordens exerciam o sacerdocio, em busca de propinas e gratificações. Muitos delles foram, com razão, purgar peccados aos carceres do Sancto Officio.

De contrabandistas, de fraudadores da Fazenda Real, gente de cabelleira empoada, gravata de bofes, e espadim, nem é bom lembrar. A Fazenda publica andava por causa delles sempre na pindahiba. Que não havia dinheiro, tal era a cantiga da metropole. O que vae dicto consta da correspondencia dos governadores e vice-reis. E Luiz Vahia Monteiro (o Onça) chegou a declarar ao rei, que os principaes culpados eram os frades de S. Bento. Passavam a perna nos fiscaes, graças a grande extensão da chacara dos mesmos Benedictinos.

Que taes factos de ladroagem se dêem hoje, quando o Rio de Janeiro se está civilizando, não é de extranhar, porque adquiriu o aspecto de grande metropole. E', porém, notavel o numero de espertos, quando ella era uma grande aldeia. Muitos delles, é justo dizer, para salvar a alma, mandavam dizer até missas aos milhares e deixaram legados a instituições pias. Os de hoje não fazem isto, porque já não se arreceiam das penas do Purgatorio e do Inferno! O que ha hoje são instrumentos mais aperfeiçoados. Outr'ora estes eram a ganancia, a intriga e a hypocrisia.

Dahi uma conclusão: o mundo, como o espinho que nasce torto, nunca mais se endireitará!!

Antes de fallar dos meios engenhosos de que se serviu notavel tractante, que escolheu para theatro de suas façanhas este nosso Rio de Janeiro, lembrarei apenas o nome de outros que viveram em differentes épochas.

Quem se não lembra do celebre Padre do Ouro, citado por frei Vicente de Salvador? A personalidade desse embusteiro, célebre charlatão, deu que fazer aos nossos chronistas.

E o Mão de Luva — de Cantagallo, preso pela traição de um seu companheiro no tempo de Luiz Vasconcellos e Sousa?

Dedilhando o teclado da Historia, como dizia o conego Fernandes Pinheiro, temos no Norte o celebre principe do Brasil. Apparecera em 1733 pela comarca das Alagoas, na capitania de Pernambuco, accompanhado de um padre de vida desgraçada, Eusebio Dias Lassos, que servia de valido e secretario. Os dous haviam agraciado com titulos de condes e marquezes a muitos papalvos, que lhes davam grosso arame.

Por ordem do conde de Sabugoza foram presos os dous impostores. Fugiu o tal secretario, sendo apenas capturado o principe, que foi remettido em 1735 para Lisboa. Ignora-se

o fim que teve o sujeito de sangue azul. Naturalmente falleceu na cadeia.

Dá-nos esta noticia o dr. Teixeira de Mello, nas suas *Ephemerides Nacionaes*, com referencia ao dia 2 de Abril. Vê-se por ahi que já não era novo o caso occorrido com o celebre barão de Villa Rica, personagem que figurou na revista *O Bilontra*.

E' agora a vez do celebre cirurgião Fidel Franco Beloto, tractante de marca maior. Sôbre esse typo audacioso produziu o meu illustre amigo Eduardo Marques Peixoto um estudo publicado na *Renascença*.

Conseguiu enganar a Côrte portugueza. Obteve o titulo de governador dos Minuanos, indios com quem nunca esteve Beloto, nem sabia palavra da lingua delles.

Em Parati estava em serviço o governador Luiz Vahia Monteiro. Ao chegar ao Rio de Janeiro, Beloto exigiu a presença de Monteiro.

Não quiz saltar, extranhando não ter sido recebido com salvas, attenta sua elevada posição. Conforme ordens vindas do reino, o governador devia dar ao charlatão todas as commodidades; obteve-as de Vahia, sempre desconfiado.

Beloto, diz Peixoto, se aggregava a quantos marotos encontrava, aos quaes promettia grandes fortunas. Dava banquetes, convidava frades e clerigos, dizendo ser hospede d'el-rei, e por isso devia ser tractado com grandeza, fazendo crer que trazia consigo 12.000 cruzados de saldo por anno e uma moeda, cada dia para o prato.

"Entrava pelas casas das mulheres, dando pancada em algumas, esbordoava homens, tomava tudo quanto podia fiado, dizendo a uns que seriam pagos pela Fazenda Real, a outros que haviam de receber 1.200 dobrões, que sua magestade lhe devia".

Vahia Monteiro tomou suas precauções contra o embusteiro, que chegava a dizer tinha poderes para fazer bispos e vigarios. Chegou até a nomear um vigario-geral.

Para encurtar razões, Beloto foi preso e enviado para Lisboa na frota, que partiu em Agosto de 1727.

Era de tal força o bilontra que, em carta escripta a Diogo de Mendonça Corte Real, dizia Vahia Monteiro: "que o mais que podia dizer daquelle homem era ser elle um arrogante ladrão descarado, capaz de saquear a Costa do Sul desta Capitania".

Assim, pois, os gatunos de outr'ora nada ficam a dever a seus successores, representados pelo Maranhense, o Garcia, o Velho dos 500, o dr. Antonio, o Cabelleira, o moleque Bicyclette, e outros cultores da *Arte de Furtar*, da qual foi pu-

blicada uma obra especial attribuida ao padre Antonio Vieira.

Tão grande foi outr'ora a affluencia de crimes contra a vida e propriedades do proximo, que houve necessidade, para escarmento dos malvados, — de uma medida especial. Refiro-me a permanencia da força em local certo.

A do Rio de Janeiro foi levantada e por muito tempo permaneceu na Praia de Sancta Luzia, que por este facto ficou sendo conhecida pelo nome de *Caminho da Força!*

Domingo, 24 de Março de 1912.

CEROULAS E GAITAS

Horas depois de haver eu entregue a minha ultima parlenga, li no *Jornal do Commercio* (edição diurna) de 12 do corrente, curioso artigo acêrca do antigo Imperio da China, hoje Republica. Veiu ao pintar da fanéca, pois me fornece thema para a presente conversa fiada.

Eis o que em sua secção *Varias*, sob o titulo "Os bastidores de uma revolução", referiu o decano do nosso jornalismo: "E' sabido que um dos primeiros cuidados dos chefes revolucionarios foi vestir os seus soldados á européa. Havia, porêm, grande difficuldade em se encontrar sufficiente quantidade de uniformes nas casas de roupas das cidades conquistadas.

"Começou-se, portanto, pela medida de se reservar aos officiaes superiores o que de melhor apparecesse nos armazens. Depois, quando desappareceram do mercado os uniformes, compravam-se as roupas paizanas, ás mangas das quaes se coziam os galões correspondentes ás patentes, a que se destinavam."

Mas o numero de revolucionarios augmentava consideravelmente de dia para dia; e o "stock" de paletós e jaquetões armazenados naquellas cidades em breve se esgotou de todo.

Quando se tractou de equipar um novo corpo de exercito em Cantão, não foi possivel descobrir vestigio siquer de umas calças occidentaes. Estavam as auctoridades neste embaraço, quando um notavel commerciante informou o general em chefe de que tinha no seu estabelecimento consideravel lote de ceroulas de algodão, francezas. E accrescentou — por dedicação á causa da liberdade chineza — que estava disposto a vender o saldo á administração militar revolucionaria.

A proposta foi acceita; e no dia seguinte viu-se desfilar, pelas ruas de Cantão uma companhia de revolucionarios... em ceroulas.

Foi assim que a revolução chineza teve tambem seus "sans-culottes".

Mais uma vez batem palmas os que consideram os filhos do ex-Celeste Imperio a raça mais retrograda e embrutecida. que o sol cobre. Emfim, dizem, mais uma vez o Oriente curvou-se com este caso das ceroulas ao progresso occidental.

Nunca fiz esta injustiça á gente, que até pouco tempo usou de rabicho, depois do muito que escreveu a favor della o meu antigo professor dr. Salvador de Mendonça, a quem tive a honra e o prazer de abraçar ha dias em plena Avenida, e em uma destas formosas manhãs de Março.

Quando menino e desde que comecei a tomar chá Paquequer, vendido na loja do China (casa historica, onde morou o grande Evaristo da Veiga), admirei sempre com enthusiasmo a paciencia, a habilidade e o gosto artistico das Chinezas de pé comprimido e de olhos de azeitonas.

Depois, nas aulas de Historia, aprendi com o barão Homem de Mello o que no Domingo, 24 do andante, escreveu com muito desenvolvimento no *Jornal do Brasil* o provecto e sabio escriptor e meu distincto amigo Carlos de Laet, fallando dos que a proposito das curandeiras chinezas, por ignorancia, ousavam menoscabar da sciencia chineza

Com factos historicos provou Laet que: "nas letras, sciencias e artes, a China tem singulares precedencias sôbre o mundo occidental e depara uma incontestavel originalidade."

Deante do referido não posso nem devo passar por suspeito. Mas neste caso de fôrças combatentes irem ao prelio "in minoribus", intento uma reivindicação para o Occidente, não representado pela Europa, mas pelo Brasil, ou antes por esta terra carioca, cujos céos, montanhas alterosas e ilhas de esmeralda foram de nossos avós e hão de ser de nossos filhos e de nossos netos.

Sim, foi um legitimo Carioca quem, dando salutar exemplo por melhor aos seus soldados, auctorizou o uso das cuécas.

Cabe a prioridade dessa singular idéa a Martim de Sá, que governou por duas vezes o Rio de Janeiro e era filho de Salvador Corrêa de Sá (o Velho) e pae de Salvador Benevides, ambos tambem governadores desta nossa bôa e maravilhosa terra.

Quem a respeito de ceroulas primeiro escreveu foi o franciscano frei Vicente do Salvador, na sua *Historia do Brasil*. Naquelle tempo fallar-se em Hollandez nas terras descobertas por Pedro Alvares era o mesmo que invocar o tinhoso.

Disto está dando provas o meu amigo Pedro Souto Maior, o qual nos archivos da Hollanda descobriu cousas do arco da velha, que só elle, illustre polyglota, tem podido traduzir para o idioma de Camões.

Dou a palavra a frei Vicente. Este, no capitulo vigesimo segundo, do Livro V, assim escreveu:

"A vinte e hum de Dezembro de mil seiscentos vinte e tres partiu de Hollanda huma armada de vinte e seis náus grandes, treze do Estado, e treze fretadas de mercadores, da qual avisou S. Magestade ao Governador Diogo de Mendonça que se apercebesse na Bahia, e avisasse os Capitães das outras Capitanias fizessem o mesmo, porque se dizia virem sobre o Brasil. O Governador avisou logo a Martim de Sá, Capitão Mór do Rio de Janeiro, o qual entrincheirou toda a Cidade, concertou a fortaleza da barra, e fez ir os homens do reconcavo para os repartir por suas estancias, companhias e bandeiras; e porque muitos não appareciam, por andarem descalços, e não terem com que lançar librés, ordenou huma companhia de descalços, de que elle quer ser o Capitão, e assim ia diante delles nos alardos descalço e com humas *ceroulas de linho*, e o seguirão com tanta confiança, e presumpção de suas pessoas, que não davão vantagem aos que nas outras companhias militavão ricamente vestidos e calçados."

Ora, si o Governador dava o exemplo, licito é suppôr que os soldados pelo menos usassem de ceroulas, não de linho, mas de algodão ou outra fazenda grossa. Felizmente a companhia dos ceroulas não teve occasião de vêr as cousas cheirarem a chamusco. E' bem sabido que os Flamengos por esses tempos deixaram em paz a bella Guanabara, si bem que Martim de Sá mandasse o filho Salvador em soccorro da Bahia e Espirito Santo.

Ainda ha poucos dias, estive na archi-cathedral a pensar em tudo isto, antes de começar solenne cerimonia religiosa. Achava-me juncto do altar de Nossa Senhora da Cabeça, a cujos pés, por pedido seu, fôra sepultado Martim de Sá, na egreja outr'ora pertencente aos Carmelitas.

Sob tal invocação é a Senhora da Cabeça padroeira do nosso Illustrissimo Cabido. A actual imagem não é a mesma mandada fazer por Martim de Sá e collocada em altar proprio na antiga Sé do Castello. A primitiva, feita de barro, que-

brou-se nas mudanças da séde da Cathedral para a Cruz e Rosario. Mais tarde foi substituida por outra, devido ao zelo e devoção do thesoureiro-mór Gaspar Ribeiro Pereira.

Que os Sás eram devotos da Senhora da Cabeça prova-o ainda o testamento de Martim, já por mim citado em outros chronicas e que póde ser lido com todas as minucias na obra de Monsenhor Pizarro.

Não obstante os encargos do governo, Martim de Sá cuidou de si e dos seus. Foi proprietario na cidade, teve engenhos de assucar em terras perto do Pão de Assucar e famosa olaria no caminho hoje do Cattete, etc.

Eis como, com o auxilio do *Jornal do Commercio*, do dr. Laet, de frei Salvador e de Pizarro, arranjei esta lenga-lenga semanal, que vai muito desageitada.

E como não ser assim si estou a escrever, ouvindo as gaitas do rapazio em Domingo de Ramos? Está tudo mudado. No meu tempo, a meninada usava de assovios feitos com as palmas bentas no dia de hoje. Agora, não. A pequenada usa de umas historias feitas de borracha e com fórma de linguiça. Sopram, enchem com o ar da bocca, e agora o vereis. Enquanto a cousa dura, é um tormento. Renova-se vinte, trinta vezes em meia hora. Imagine-se agora, quando tocadas por 2 ou 3 petizes da vizinhança. Um horror!

Qual porém a razão desta preferencia? As gaitas compradas nos turcos custam 200 réis e não dão trabalho a fazer, como os antigos assovios de palha benta. Só ha o risco de rebentarem.

E ainda dizem que o Rio de Janeiro não se está civilizando. Pois si até houve quaresma entre dois carnavaes!? E' o que se póde chamar o *doble gusto!*

31 de Março de 1912.

CURIOSA RELIQUIA

Si não fôra o facto de ter coincidido o dia 2 de Abril com com a segunda-feira da Semana Sancta, já S. Francisco de Paula teria recebido naquella data as homenagens da Veneravel Ordem Terceira, que tem por padroeiro o sancto e glorioso anachoreta, denominado pelos contemporaneos o *bom homem* da Calabria.

Transferida a festividade para o dia 14, a que vae ser celebrada com a costumada pompa no templo sito na antiga Praça da Sé Nova, ha um anno completamente restaurada e toda illuminada a luz electrica.

Muito já se tem escripto sôbre a personalidade de São Francisco, cuja vida cheia de factos milagrosos lhe valeu a consignação em 1510 pelo pontifice Leão X.

E' tambem sabida a origem da fundação da Ordem Terceira dos Minimos, no Rio de Janeiro, suggestionada pelo Capuchinho Italiano frei Anselmo de Castelveterano, natural de Palermo e levada a termo pelo bispo dom frei Antonio do Desterro.

Teve inicio a então modesta aggremiação no Palacio Episcopal. Pouco depois tinha S. Francisco de Paula altar na egreja da Cruz dos Militares. Mezes passados a corporação, da qual faziam parte pessoas das mais graduadas desta nossa cidade conseguiu fundar pequeno sanctuario que, com o correr dos annos, se transformou no sumptuoso templo por todos considerado um dos mais importantes por sua posição e magnificencia da nossa Capital Federal.

Tenho em mira dedicar as notas de hoje a um curioso objecto, digno da veneração dos fieis devotos do thaumaturgo calabrez, e ignorado de muita gente; elle deve estar, salvo êrro, em exposição, no Domingo, 14 do andante mez de Abril.

Quero referir-me a uma reliquia do sancto, que gozou da privança dos grandes da terra e foi tambem pae dos pobres, consolador dos afflictos e opprimidos, e cujo lemma sagrado nos combates da vida foi sempre a bella e incomparavel virtude — a Caridade, — que na phrase de celebre escriptor portuguez "é a esponja do coração. Quanto mais se a expreme, mais bens deita de si."

Entro em materia. Em data de 15 de Julho de 1888, escrevera de Portugal ao bispo do Rio de Janeiro d. Pedro Maria de Lacerda o padre Manuel José Fernandes de Azevedo uma carta do seguinte teôr:

"Exmo. Sr. — Um sentimento religioso me impelle a ter a honra de escrever a V. Ex. Revma. e rogar ter a bondade, de me ouvir; mas, talvez seja melhor primeiramente dar a V. Ex. conhecimento de mim, para não ignorar quem é que falla a V. Ex. Sou o padre Manuel José Fernandes de Azevedo, ex-famulo do Exmo. Sr. D. Manuel do Monte, que foi bispo do Rio de Janeiro.

"Quando V. Ex. foi despedir-se do Sr. Bispo, no palacio da Conceição para ir a Roma, estava eu na sala, tendo ido do Seminario de S. José para sua companhia em 3 de Maio antes da sua sagração, que foi em 24 de Maio de 1840 (salvo êrro) e mesmo se póde ver na lista dos assignantes da obra de Moral de Monte, bem como de meu padrinho José Fernandes de Azevedo, reitor da Freguezia de Novaes.

"Ora já V. Ex. vê que a cidade do Rio não me é totalmente desconhecida, porque alli me ordenei, nem á familia Lacerda, etc. e tenho muito em lembrança a Biblia, que conferi ao sr. capellão José Maria de Lacerda.

"Fui capellão da Sé e Capella Imperial e por motivos de familia que accompanhei, vim para esta, deixando o palacio da Conceição em 1 de Março de 1848.

"Portanto, em tempo, fui nessa cidade bem conhecido; hoje, porém, poucos de mim se lembrarão.

"Agóra direi o motivo de incommodar á V. Ex.

"Nessa cidade ha uma magestosa egreja de S. Francisco de Paula, onde se fazem as festividades religiosas com muita grandeza, e nunca ouvi dizer que lá houvesse reliquia do mesmo Sancto.

"Eu sou possuidor de uma, ainda que pequena, emmoldurada em prata, que nesta data remetti para bordo da barca portugueza *Alliança*, e authenticada pelo Exmo. Revmo. Sr. Arcebispo de Tarsen, etc., etc., em 9 de Abril de 1744, cujo diploma accompanha a dicta reliquia.

"A minha vontade é offerece-la á egreja dessa veneravel Ordem de S. Francisco de Paula, dessa cidade, na idéa de que ahi terá culto público mais solenne ao Sancto, e Gloria a Deus, do que em casa particular.

"Quando recebi essa reliquia tive de mandar limpar a prata, e por isso foi preciso cortar a linha do sêllo, que depois de limpa a tornei a atar com outras pontas, para poder chegar como V. Ex. verá.

"Entendo que essa offerta não deveria ser mandada por qualquer pessôa a V. Ordem Terceira dos Minimos de São Francisco de Paula, mas sim por V. Ex. para ter conhecimento da sua veracidade, como membro nato daquella Ordem e dar-lhe o seu *Placet*, e é por isso que rogo a V. Ex. se digne de a receber da mão do Sr. capitão da barca portugueza "Alliança", Manuel Pereira da Silva Barbosa, a quem entreguei e pedi a levasse ao palacio da Conceição e a entregasse em mãos de V. Ex., e encarecidamente rogo a V. Ex., a graça de mandar entregar á mesa da V. O. T. dos Minimos de S. Francisco de Paula pelo modo que V. Ex. entender e determinar, afim de ser conservada "in perpetuum" na egreja dessa Veneravel Ordem, e de Deus Nosso Senhor receberá V. Ex. o premio de tantos trabalhos.

"Beija humildemente as mãos de V. Ex. este que tem a honra e satisfacção de se assignar com todo o respeito. De V. Ex., Humilde Amigo Intimo, Vr. Creado. — Padre *Manuel Fernandes de Azevedo*."

"N. B. — A Reliquia foi entregue na mesma caixa propria della, que, depois de fechada em uma folha de papel em fórma de carta, foi lacrada, levando o meu sinete com as minhas iniciaes. Muito desejaria saber si assim chegaria intacta ás mãos de V. Ex. — Padre Manuel José Fernandes de Azevedo.

"Accompanha a carta um certificado da authenticidade da reliquia, escripto em latim e cuja traducção é a seguinte:

"Fernando Maria de Rubeis, por graça de Deus e da Sé Apostolica, Arcebispo de Tarsen, Prelado Domestico de Nosso Santissimo Padre, Senhor e Bispo Assistente ao Solio Pontificio, Conego da Sacro-sancta Cathedral Liberiana, Consultor da Suprema Inquisição Universal com voto na Assignatura das Graças e Governador de Roma. A todos e a cada um dos que virem estas nossas letras, certificamos e attestamos que para maior Gloria de Deus Omnipotente e veneração de seus Sanctos, reconhecemos uma particula dos ossos de S. Francisco de Paula, a qual, extrahida de logares authenticos, reverentemente collocámos em uma caixa de prata, elegantemente feita, de fórma oval, cercada de dous vidros de crystal e depois de bem fechada, amarrada com um cordel de seda vermelha e sellada com o nosso sêllo, a distribuimos afim de ser exposta á veneração pública dos fieis em qualquer egreja, oratorio ou capella. Em fé do que ordenamos que fossem expedidas pelo nosso Secretario abaixo-assignado estas nossas letras testemunhaveis, subscriptas por nosso punho e firmadas com o nosso sêllo. — Roma, 9 de Abril de 1744. — Logar do sêllo. — Marcos Antonio Frederico, secretario."

Sómente em 19 de Novembro de 1890, entrou a Ordem de S. Francisco na posse da offerta do padre Fernandes de Azevedo. Levou-a á mesa o pro-commissario da Ordem, então vigario capitular, o venerando monsenhor João Pires de Amorim. Declarou este illustre sacerdote ter encontrado a reliquia e a precitada carta no espolio do bispo d. Pedro Maria de Lacerda.

A Mesa da Ordem, da qual era secretario o conselheiro dr. Carlos Augusto de Carvalho, deu-se pressa em agradecer ao padre Azevedo tão valioso e suggestivo mimo. — Consta tudo isto de um volumoso relatorio apresentado pelo então irmão corrector o sr. visconde de Duprat, impresso em 1897 no Rio de Janeiro. — Typ. Guimarães. — Rua Theophilo Ottoni n. 143.

Do referido resulta o seguinte facto: o bispo d. Pedro, apesar dos rogos do padre Azevedo, não deu cumprimento á incumbencia de entregar *lógo* á Ordem a preciosa reliquia.

Porque? Affazeres? Molestia? Ausencia da séde episcopal? Ignora-se.

Si não fôra o cuidado de monsenhor Amorim, esse objecto teria ido talvez parar á outras mãos.

Entretanto, não é bom fazer juizos temerarios.

Quem conhece a illustração daquelle prelado, sua firmeza de character e rigidez de principios só póde admittir uma explicação para esse apparente descaso. D. Pedro, salvo melhor juizo, teve escrupulo de entregar o mimo; porque em sua carta o sacerdote offertante não declarou o modo, por que a reliquia de S. Francisco de Paula fôra parar á Villa do Conde no reino de Portugal! E isto apezar do documento do arcebispo do Tarsen era imprescindivel.

Tenho curiosidade de vêr a reliquia. E pedirei ao meu amigo Santos, sachristão-mór, o favor de m'a mostrar, quando permittirem seus multiplos affazeres.

7 de Abril de 1912.

LOCAL DO SUPPLICIO

Passa hoje o centesimo vigesimo anniversario do supplicio do alferes Joaquim José da Silva Xavier, cognominado o "Tiradentes".

Deste lugubre e sinistro acontecimento, nos dá laconico testimunho Francisco Luiz Alvares da Rocha, desembargador dos aggravos da Relação do Rio de Janeiro e escrivão da commissão expedida contra os réos da conjuração formada em Minas Geraes.

Portou por fé aquelle magistrado que Xavier fôra levado ao logar da forca, levantada no *Campo de S. Domingos*, e nella padeceu morte natural, e lhe foi cortada a cabeça e o corpo dividido em quatro quartos, etc.

Pela denominação generica de Campo de S. Domingos entendiam nossos antepassados a vasta zona de terrenos, outr'ora sertão, ou campo da cidade comprehendida extra muros desde os fundos da egreja do Rosario, Largo da Pavuna e adjacencias até as margens de S. Diogo.

Chamou-se depois de S. Domingos, porque a mais notavel edificação alli existente foi por muito tempo a capella de S. Domingos de Gusmão, ora em ruinas, edificada em terras cedidas a titulo de esmola pela Camara a uma Irmandade de homens de côr.

Ainda depois de retalhado o antigo *Campo de S. Domingos*, o conde de Resende em 1796 dava esse nome tambem

a terrenos, onde depois foram abertas as ruas dos Invalidos, Resende, Senado, atravez das serras pertencentes ao dr. Pedro Dias Paes Leme.

Em 1792, separados por novas ruas, dous largos existiam formados no citado terreno do campo: o actual de S. Domingos e o da Forca, depois do Capim e hoje General Osorio.

Nesses dous pontos não se poderia ter dado a execução de 21 de Abril. De pequenas dimensões, a primeira praça era occupada pelo cemeterio de S. Domingos, em cujo centro campeava grande cruzeiro de madeira. A actual praça General Osorio havia sido destinada, desde 1790, pela Camara, para logar exclusivo da venda do capim. Demais em seu centro notava-se um chafariz, demolido depois de 1792.

Em dous pontos da citada área do antigo sertão se póde localizar o sitio, em que foi erguido o patibulo alto e solido adrede construido, com 20 degraus.

Ou elle funccionou, como querem alguns, em terras da chamada chacara do Campo de S. Domingos, ou em terrenos mais perto da valla e (esta foi sempre a minha humilde opinião), pertencentes outr'ora á Gonçalo Nunes, padrasto do arcediago da Sé, Duarte Corrêa Vasqueannes.

O primeiro e vasto immovel extendia-se desde a actual rua do Senhor dos Passos (antigo caminho de Ferrão Gomes), até o lado impar da rua hoje Visconde do Rio Branco, conhecida já em 1792 por Caminho novo do Conde da Cunha. Tinha a tal chacara, além desses, os seguintes limites: o lado da actual praça da Republica onde está o Archivo Nacional, lado impar e a rua de S. Jorge até o lado impar da rua do Senhor dos Passos.

Esta grande chacara, mediante o fôro de dez tostões annuaes, havia sido arrematada em 6 de Dezembro de 1702, pelo dr. Mendes de Almeida. Este a traspassou, em 18 de Outubro de 1709, a seu cunhado Paulo Carvalho da Silva.

Em 1764, o Hospital do Carmo comprou aos herdeiros de Carvalho da Silva a referida chacara de S. Domingos, a qual passou a pertencer ao dicto Hospital administrado, como é sabido, pela Veneravel Ordem Terceira do mesmo nome (Carmo). Era, pois, propriedade particular.

Em um dos extremos da antiga chacara do campo de São Domingos, ergue-se hoje uma eschola municipal, patriotico monumento erguido á memoria do infeliz Silva Xavier.

Deu-se como provado ter sido alli, onde funccionou a cocheira da Empresa Funeraria, o local preciso do patibulo.

Ha precisamente dez annos, escrevi desprentenciosos apontamentos, mostrando não ser exacta similhante locali-

zação. Foram-me principaes argumentos os seguintes, si me não é infiel a memoria: ser o sitio, propriedade particular, occupado então aqui e alli por arrendatarios como vi na Secretaria da Ordem do Carmo; ser o terreno em grande parte alagadiço, em virtude de chuvas caïdas no mesmo mez de Abril, pantanos muito mais tarde beneficiados.

Disse mais que, em taes condições, o local não se prestava á formatura de tres regimentos de tropa paga, os quaes formaram em roda da forca apresentando a figura de um triangulo.

Procurei, pondo de parte outros documentos, mostrar que o Tiradentes fôra suppliciado no chamado Campo da Polé, encravado em terras da segunda chacara de Gonçalo Nunes.

Hoje volto á questão com subsidios novos, para ainda provar ter sido este campo o unico disponivel e em boas condições para o espectaculoso facto tido em mira pela Alçada.

Não preciso dizer como se formou a chacara Gonçalo Nunes ou do Arcediago da Sé, a qual por morte deste passou á familia do visconde de Azurara, d. Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto e Resende.

Basta recordar os limites dessa immensa propriedade. Corria na direcção da actual rua dos Andradas até a do Senhor dos Passos, seguia depois pela de S. Jorge, praça da Constituição e hoje rua 7 de Septembro, antiga do Carmo.

Não entro na questão de saber si taes terrenos eram ou não livres de fôro. E' certo, porém, que o escrivão da Camara, o capitão José Vargas Pisarro, os obteve da Camara em 23 de Julho de 1721, mediante o fôro de tres mil e duzentos réis annuaes.

Em 1747, d. Leonor Maria de Vasconcellos, viuva de Pisarro, vendeu a Pedro Coelho da Silva, grande porção de terras, em cuja testada se fundou a egreja da Lampadosa e a Casa dos Passaros, primeiro Museu, hoje Thesouro Nacional. Ahi notava-se ainda a Casa da Aula, pertencente outr'ora aos Jesuitas.

Succedeu, porém, que a Camara, em 23 de Septembro de 1780, deliberou formar nas antigas terras de Nuno, aos sabbados, uma feira pública e mercado de cavallos, bois e outros animaes e para tal fim começou a beneficiar o terreno collocado exactamente onde está hoje o Theatro S. Pedro de Alcantara e adjacencias.

D. Beatriz Anna de Vasconcellos, filha de Pizarro e de d. Leonor, annos depois, reclamava o justo valor das braças tomadas, de que tinha o dominio util.

Em 1784, o escrivão da Camara, por ordem desta, dava toda razão á reclamante. Continuou a questão, e em 1791, o Syndico da Camara allegava que, em virtude do incendio de 1790, haviam desapparecido as posturas; que d. Beatriz devia esperar saber si a Edilidade queria ou não continuar a ter a referida feira. Por sua vez, o inspector de obras informava o seguinte: "o logar reclamado por d. Beatriz está destinado no plano que se está fazendo *por ordem do vice-rei conde de Resende* para praça pública e "por não estar completo não se póde determinar o logar da dicta praça, etc."

Parece que d. Beatriz tinha determinado em 1780, ficasse livre para a feira a frente da Sé (Nova Eschola Polytechnica), a Egreja da Lampadosa e o *Campo* que vai até a rua do Piolho (hoje Carioca). Em virtude disto os arruadores foram senhores em 23 de Septembro de 1780 do Campo da Polé e mediram o seguinte: 42 braças de testada no mesmo Campo da Polé que faz frente para a Rua do Hospicio, com 13 braças de fundo para o meio do mesmo campo, os quaes partem de uma banda pela rua da Lampadosa e pela outra pela travessa da Capella da Conceição, mais 19 braças de testada no Campo da Polé que faz frente para a rua Senhor dos Passos com 13 braças de fundo para os fundos das casas de José Narciso, que partem de uma banda pela travessa da Conceição e pela outra com terras de d. Catharina, viuva do sargento-mór Alexandre da Costa.

E tudo isso se passou annos antes da execução do Tiradentes. Abro aqui um pequeno parentheses: desde o tempo de Gomes Freire de Andrade, já as tropas faziam exercicio no então denominado Campo da Polé dos Soldados.

Ora, si tudo quanto vai dicto é razoavel; porque localizar o sitio da forca em logar longinquo e improprio, fóra das vistas do povo, a quem se queria amedrontar? Porque pôr de lado o Campo da Polé, visto perfeitamente dos morros do Castello e de Sancto Antonio, dos sotãos e telhados dos predios das redondezas?

Continuo, pois, hoje a manter a mesma primitiva opinião. Em Abril de 1792, o Campo da Polé era, pois, um sitio beneficiado para servir de feira e depois para praça publica, conforme intenção do conde de Resende *em 1791!*

Foi neste logradouro, nas proximidades da Lampadosa, em cujo adro se ajoelhou Xavier para ouvir a missa dos padecentes, que se realisou o ultimo acto desta sangrenta tragedia de sabbado, 21 de Abril de 1792.

Scena de tanto horror despertará, no correr dos annos, em almas patrioticas, suggestivas recordações. Será proficua licção para sempre se odiarem a prepotencia, o despotismo e a tyrannia.

Domingo, 21 de Abril de 1912.

MONSTRENGOS

Ainda não ha muito tempo o jornal londrino o *Observer* dava noticia da existencia, em Nova Guiné, de uma raça de pygmeus providos de uma comprida cauda como macacos. Habitam umas casas muito pequenas, construidas sôbre estacaria; no soalho de cada habitação ha grande número de pequenos buracos redondos, pelos quaes os moradores enfiam a cauda para poderem sentar-se ou deitar-se de costas para dormir, sem que aquelle seu appendice os incommode.

Ora, certo dia um sujeito passando por baixo de uma dessas casas, e vendo á dependura umas cinco ou seis caudas dos moradores, que estavam por cima, lembrou-se de as prender umas ás outras, largando em seguida a fugir e deixando os pobres rabudinhos desesperados, etc.

Peta ou não da tal gazeta, temos agora noticia da realidade de um verdadeiro monstrengo; refiro-me ao homem de tres pernas, o qual tem embasbacado a civilizada Paris e tambem occupado a attenção dos sabios de fama mundial. Vejo agora em grandes cartazes pregados na Avenida Rio-Branco o annuncio da exposição de duas legitimas gigantes do mar, um do sexo masculino e outro do sexo feminino. Tem o corpo de fórmas mais ou menos humanas e a cauda, de peixe. Ao vê-las pintadas recordei-me do monstro marinho apparecido em S. Vicente, e cuja figura occorre em um dos tomos da *Revista do Instituto Historico*.

De quando em vez annunciam os jornaes o nascimento de crianças, verdadeiras monstruosidades. Felizmente para os paes a morte os livra da presença de similhantes aberrações da Natureza.

Quem se não lembra da célebre negrinha, monstro que tanto admiraram os pacatos habitantes desta cidade no tempo dos lampeões de azeite de peixe? A figura da tal negrinha era continuamente reproduzida nos jornaes da epocha. Já naquelle tempo se conhecia o valor do preconicio, como dizia o illustrado dr. Castro Lopes. Presentemente lá está na Rua Barão de Ubá um monstrengo curioso, conforme me disse o dr. Pereira da Silva.

Reccorri, pensando em tudo, ao meu infallivel Mirandella, o dr. Miranda Henriques, illustre medico de d. João V, e cuja erudição é verdadeiramente pasmosa para o tempo em que escreveu o seu *Socorro Delphico*.

Desta obra me *soccorrerei* para mostrar mais uma vez que nada é novo debaixo do sol, *sub sole*, como diziam os contemporaneos de Cicero, assim chamado por ter um de seus avós, juncto do nariz, uma verruga similhante a um grão de ervilha.

"Aos monstros chamavam os philosophos digressões da natureza, diz o citado Mirandella, na metaphora dos viandantes; porque assim como estes, errando o caminho, fazem imperfeitas as jornadas, assim a natureza aberrando na concepção e formação dos fetos, faz monstrificos os conceptos, cujas differenças são innumeraveis.

"Os conceptos ou são monstruosos no sexo ou na conformação e estructura do corpo. Na primeira classe estão comprehendidos os hermaphroditas, dos quaes se occuparam, em tempos de antanho, prosadores e poetas, taes como Plinio, Cicero, Lucrecio *et reliquia*, e entre os modernos Rodrigo de Castro, Luiz de Mercado, Rio-Claro e Laurencio, etc."

Deixo em paz os hermaphroditas, os quaes têm servido a estudos de anatomistas e cultores da Medicina legal. Basta dizer que outr'ora, taes monstros eram lançados ao mar pelos civilizados filhos de Athenas e da orgulhosa Roma. Este uso caïu no olvido e foi restabelecido pelo célebre imperador Constantino, o tal do *in hoc signo vinces*.

Na segunda classe de monstros ficam os que o são na figura, na grandeza e estatura do corpo, no sitio e posição das partes, na grandeza e número dellas. Com referencia á figura citam-se os de uma nação de homens quadrupedes. Andavam de quatro pés com a bocca abaixo como as féras; os Cynocephalos, povos da India, os quaes tinham cabeça de cachorro; os que têm cabeça de touro ou de carneiro, como refere Aristoteles. No anno de 1664, diz Ramusio, houve um homem com cabeça, pescoço e crinas de cavallo, o qual servira de soldado e pelejava com arco e flecha. Em 1496 appareceu em Roma um sujeito com corpo de homem e cabeça de burro, uma mão de elephante, outra de homem, um pé de boi, outro de aguia, o ventre e peito de mulher, com os seios muito compridos cobertos de escamas e no assento uma cabeça de homem barbado e velho e outra de dragão! Vai tudo isto por conta de um certo padre Eusebio, que pelo nome não pecca.

Cita em segundo logar o Mirandella casos de verdadeiros gigantes de fazer a gente ficar de bocca aberta. Que ha individuos de estatura fóra da normal, basta citar aqui no Rio

de Janeiro, o célebre carpinteiro da rua Septe de Septembro. Além do officio, ganhou a vida, entrando em peças theatraes. Outro conhecido de nossos avós foi o célebre castrado, que fazia parte do elencho da Capella Real no tempo de d. João VI. Tinha voz de tenor e era, segundo diziam, muito querido das damas e camareiras da senhora d. Carlota Joaquina. Tendo fallecido, o esqueleto do companheiro do Cicconi foi conservado na Eschola de Medicina. A elle se refere o dr. José Mauricio Nunes Garcia, no seu *Compendio de Anatomia*, pelo qual aprendi esta sciencia ensinada pelo dr. Sousa Fontes, depois visconde do mesmo titulo.

Da existencia de pygmeus e anões não se póde duvidar. Já delles fallaram Juvenal, Aristoteles, Estrabão, Homero e Alberto Magno. Houve aqui um activo procurador de causas, muito conhecido no nosso fôro. Casou com uma senhora muito alta.

Percorrem as ruas desta capital dous anões empregados do commercio, muito conhecidos e apreciados por sua intelligencia e bons modos.

Não quero abusar da paciencia dos leitores. Do contrario apresentaria longa lista desses pequenos entes, que nas Côrtes antigas serviam de divertimento aos reis e princezas. Para isto bastaria citar ainda Mirandella, o Grande e Pequeno Larousse. Refere o primeiro: monstruosos foram os filhos da condessa Margarida, filha de um conde Florentino em Hollanda, a qual, porque uma pobre mulher deu á luz dous fetos, disse não podiam ser de um só pae. Succedeu depois que a tal condessa désse á luz, de uma só vez, 355 fetos, os quaes todos se baptisaram numa bacia, dando aos machos o nome de João e chamando Izabel ás femeas. Safa! *Si non é vero, é bene trovato*, como diz o meu sapateiro fazedor de tombas e meias solas.

Dos *conceptos* monstruosos no sitio e posição das partes, refere Mirandella um sem número de casos. Quanto á deficiencia de membros, viu elle na Universidade de Coimbra um homem, que não tinha mais braços, que até o cotovello sem mãos, e fazia cousas como si as tivera; porque comia e bebia, tirava a caixa de tabaco da algibeira, abria-a, tomava tabaco e recolhia a caixa; enfiava uma agulha e cozia com um pé, de que era côxo, etc. Si este sujeito vivesse hoje, tinha a fortuna feita. Bastava alugar uma saleta alli na rua do Ouvidor e mostrar suas habilidades. Havia de ganhar tanto ou mais como as chinezas, que tiravam os bichos dos olhos dos palpavos e o arame das algibeiras delles.

Tambem o facto do homem de tres pernas não é novo.
Houve sujeitos, uns com quatro braços, outros com duas cabeças, outros com mais de dous pés. Com seis dedos nas mãos, viu-os o dr. Fonseca Henriques, a quem sou grato por me fornecer assumpto para a presente estopada.

Si não me falha a memoria, o joven rei de Portugal, sob cujos auspicios se fundou esta heroica e leal cidade de S. Sebastião, nasceu e se conservou sempre defeituoso. Tinha um lado do corpo mais desenvolvido que o outro. Em um dos pés contava seis dedos. Vai isto sob a responsabilidade do grande historiographo portuguez Oliveira Martins. Para encurtar razões a respeito de monstrengos basta citar o facto das xiphopagas, dos ermãos siamezes, etc.

Dos primeiros xiphopagos no Brasil, tive noticia em uns apontamentos existentes no Archivo Nacional, e vindos do Rio Grande do Sul.

Ora, depois deste aranzel em que mostrei erudição emprestada, tudo é possivel, desde o gato sem orelhas até o phantasma da Piedade! Compete aos sabios da Escriptura desvendar os segredos da natura. Corre-lhes o dever de mostrar que os taes sujeitos com cauda de macaco são ou não uma realidade neste século de luz electrica, de aeroplano, de gramophonios, século muito differente dos tempos em que se amarravam linguiças nos rabos dos cachorros e elles tinham a hombridade de não as comer! Hoje que alguem o faça e verá o resultado.

E digam ainda que a Natureza não faz saltos. Oh, si os faz, e de maneira pouco justa e escandalosa. E' por isto que já o velho Basilio, no *Phantasma Branco*, já dizia:

> "Uns como eu nascem para burros,
> Os outros para estudo profundo.
> Quando a gente vem ao mundo
> Sua sina logo traz.
> Oh! que sabio é o meu Juca,
> Que talento de rapaz!"

Eis como os taes monstros maritimos, aos quaes os Inglezes chamam *Mermaids*, me deram thema para esta parlenga de hoje.

Pelo reclamo nada me fica devendo o Segreto; dou a noticia de mão beijada.

Depois do Carnaval n. 2, vai ser com certeza a expedição dos taes monstrengos a *great attraction* para este povo, habitante das plagas cariocas, sempre amante de bôas e empolgantes novidades.

28 de Abril de 1812.

CARIOCA INDIANOPHILO

Por meu intermedio, acaba o Instituto Historico e Geographico Brasileiro de receber valioso presente.

Foi seu offertante o mui conhecido advogado residente em Santos, dr. Martim Francisco, eximio cultor de letras e operoso consocio daquella agremiação scientifica.

Tracta-se dum folheto manuscripto, sem data, de 47 folhas não numeradas, o qual tem por titulo — *Politica Brasilica — Dirigida aos Venturosos Indios da Villa de Lavradio, novamente fundada pelo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Luiz de Almeida Soares Portugal. Essa* (sic) *Silva Alarcão, Marquez do Lavradio, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, Marechal dos seus Exercitos, Veador da Casa da Raynha Nossa Senhora, Vice-Rey e Capitão General de Mar e Terra,* etc., etc., etc. *Dedicada ao mesmo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Feliciano Joaquim de Souza.*

O manuscripto em questão não é original. Parece ser cópia tirada por um senhor Sancta Maria dos Anjos, naturalmente sacerdote. Deprehende-se isto de uma nota, em que o copista explica a falta de numeração seguida nas *Instrucções*, em que como veremos está dividido o opusculo.

De Feliciano tractou o dr. Sacramento Blake no segundo volume do seu *Diccionario Bibliographico*. Com relação á *Politica Brasilica* escreveu: "E' um tratado de moral, inedito, de que o visconde de Porto-Seguro possuia uma cópia e dizia ser escripto ao gòsto dos *Deveres do homem*, de Sylvio Pellico."

Ignoro si o manuscripto offerecido pelo dr. Martim Francisco será a cópia possuida pelo nosso grande historiador Varnhagen. No caso contrario indica que o trabalho de Feliciano Joaquim de Sousa foi devidamente apreciado, e que os cultores das nossas letras nos tempos coloniaes desejaram possuir lembrança de uma composição, na qual abundam idéas sãs e philosophicas, indicativas de ser o auctor dellas homem preparado, muito erudito e de idéas humanitarias, hoje completamente acceitas para chamar ao gremio da nossa civilização os indigenas do Brasil.

Começa o manuscripto por engraçada epistola dirigida como de pai a filho pelo proprio auctor a seu livro. Segue a *Prefação*. Dirige-se aos filhos e a seus patricios indigenas "para aquelles a quem huma dissimulada escravidão, ha mais de duzentos annos, tem atados ao pezadissimo jugo da ignorancia".

Põe nas nuvens o rei d. José e o seu ministro, marquez de Pombal, exquecido o auctor de antiga offensa. Sempre em linguagem empolada, ao gôsto da epocha, faz ferinas allusões aos Jesuitas, seus antigos mestres, perseguidos e expulsos das possessões portuguezas. Confunde os Loyolistas com a chamada seita Jacobéa, com o fim de felicitar os nossos primitivos incolas pela quéda desses seus escravizadores! Como exemplos a seguir pelos indigenas, lembra as façanhas do Arariboia.

Vêm em seguida 54 *Instrucções*, onde, a titulo de conselhos, o auctor pretende iniciar os primeiros habitantes do nosso paiz na verdadeira vida social e livre, dando-lhes conselhos e normas a seguir.

Como exemplo, daremos apenas o titulo das principaes *Instrucções*, acêrca desses deveres sociaes e civicos.

"O seres pequeno não te impossibilita o seres grande. — Distingue a verdadeira moral da falsa. — O mais politico deve ser o mais catholico. — Quando e como deves amar a Deus. Como deves obedecer e servir ao Rey. — Quanto deves amar ao proximo. Quanto deves reverenciar aos Pays. — A sabedoria é a melhor riqueza. — As duas classes onde se aprende a ser nobre. — Si te venceres a ti vencerás a fortuna. — Com Deus se assemelha o que perdôa. — Nos livros acharás o maior thesouro. — Não sejas sacerdote si não poderes ser perfeito, etc., etc."

Pelo referido é patente que o opusculo contém verdades e preceitos dignos de serem seguidos. Póde ser lido, quando impresso (si o fôr) no seio das familias, pois está cheio de exemplos e conceitos com referencia á triplice missão da mulher como filha, como esposa e como mãe.

Pondo de parte a redundancia e o estylo grandiloquo proprio do tempo, a *Politica Brasilica* é de leitura agradavel, que póde ser feita de uma assentada.

Duas palavras sôbre o seu auctor. Nasceu no Rio de Janeiro, onde falleceu em 1808, addido ao Erario Régio. Foi pai do bravo coronel Vicente Joaquim da Silva Nunes, coronel do Regimento de Extremoz. Foi no fim da vida procurador de causas e antes almoxarife dos Armazens Reaes. Gozou da amizade e protecção de Gomes Freire de Andrada, que sempre protegeu o citado Feliciano Joaquim de Sousa, o qual a esses appellidos tambem ligava o de Nunes.

Como se sabe, no govêrno de Gomes Freire os amigos das letras no Rio de Janeiro, gratos ao futuro conde de Bobadella, reuniram-se em sessão solenne com o titulo de *Academia dos Selectos*, em 30 de Janeiro de 1752 e celebraram em prosa e verso os feitos e virtudes de Gomes Freire recentemente nomeado representante de Portugal para ir ao Sul e, de accôrdo

com o representante da Espanha, regularizar a execução do tractado de 1750.

Deste certame literario, em que figuravam sacerdotes e profanos, escreveu-se um livro com o titulo *Jubilos da America*, etc., obra de que o Instituto Historico possue um exemplar. Entre os que concorreram para a funcção, distinguiu-se Feliciano Nunes, o qual, segundo consta de uma memoria de Joaquim Norberto, na *Revista Popular* e do *Diccionario* do doutor Blake, compoz mais outras obras.

Dentre estas se destaca a que tem por titulo *Discursos politicos, moraes, comprovados com vasta erudição das diversas e humanas letras, afim de desterrar do mundo os vicios mais inveterados e dissimulados*.

Com referencia aos *Discursos* politicos, escreve o dr. Emilio Joaquim da Silva Maia, erudita memoria que se guarda no Archivo do Instituto Historico (lata n. 2, documento n. 121).

Esse antigo professor do Collegio Pedro II e socio fundador do Instituto narra o seguinte: Feliciano, a conselho de amigos, levou o manuscripto dos *Discursos* e fe-lo imprimir em Lisbôa. Concluido o tomo 1°, dedicado a Sebastião de Carvalho, entregou o livro ao grande ministro de d. José I, sem lhe pedir antes licença para lh'o dedicar. Foi depois mal recebido e reprehendido por Sebastião de Carvalho, por dar á publicidade doutrinas anarchicas. Ordena a volta immediata do auctor para o Brasil, sendo relevado de maior pena que não fosse a de queimar desde logo o unico, dos cinco volumes, já impresso. "Vossa Mercê, eis as palavras do ministro, precisava ir já para a cadeia, atrevendo-se a trazer ao prelo uma composição desta natureza, sem antes me ter consultado; mas em attenção a não se achar ella ainda divulgada e a ter-se de mim lembrado no frontespicio, limito-me a faze-la queimar, ordenando-lhe que quanto antes volte para o Brasil".

Realizado o auto de fé, delle escaparam tres exemplares que antecipadamente Feliciano enviara para o Rio de Janeiro. Dous delles ignorava em 1857 o dr. Maia onde paravam. O terceiro pertenceu a Francisco das Chagas Ribeiro, fallecido em 23 de Julho de 1847, com mais de 80 annos de edade. Ribeiro, natural de Minas, foi ermão mais velho do marquez de Valença e pai do dr. Francisco Bernardino Ribeiro, talentoso escriptor, cuja morte, si não nos é infiel a memoria, inspirou ao poeta, depois senador do Imperio, Firmino Rodrigues, mimosa e sentimental nenia. Por Chagas Ribeiro foi offerecido o exemplar da obra a Feliciano Nunes. Maia por sua vez o entregou ao imperador d. Pedro II.

Falta-me espaço para dar, em resumo, o juizo imparcial e competente do dr. S. Maia sôbre Feliciano Nunes. Na re-

ferida memoria, que tem a data de 2 de Julho de 1857, o dr. Silva Maia nos dá noticia de uma Sociedade Literaria existente no Rio de Janeiro, em 1857, com o titulo *Academia dos Estudiosos*, da qual foi secretario o capitão de artilharia João Carneiro da Silva.

Tractando-se de um Brasileiro que tanto escreveu sôbre moral, justiça e deveres civicos, merecendo os elogios de seus contemporaneos, a offerta do dr. Martim Francisco será com carinho guardada pelo Instituto Historico.

Quando foi escripta a *Politica Brasilica*? Não andarei fóra da verdade assignalando mais ou menos o anno de 1777 Como bem é sabido, o marquez de Lavradio foi vice-rei de 1769-1779. Na *epistola*, Feliciano declara ter de edade 43 annos, quando compoz o trabalho assumpto destas notas. Diz mais que contava vinte annos quando escreveu os *Discursos Politicos*, que tantos desgostos lhe deram. Ora, o dr. Silva Maia declara: que o nosso patricio escreveu os *Discursos* em 1754 e os imprimiu em 1758, quando foi a Lisbôa.

Do que vai dicto se póde concluir. Feliciano nasceu em 1734. A *Politica Brasilica* foi terminada em 1777, antes de se saber aqui da quéda do marquez de Pombal. Era muito joven Feliciano, quando foi o promotor da festa da Academia dos Selectos.

Quanto á aldeia de Indios, a que allude o antigo almoxarife, encontram-se della noticias na importante memoria do nunca exquecido Joaquim Norberto de Sousa e Silva.

5 de Maio de 1912.

ACADEMIA DOS FELIZES

Quem no seculo passado, primeiro dissertou sôbre a Academia dos Felizes, inaugurada no Rio de Janeiro, *em 6 de Maio de 1736*, foi o visconde de S. Leopoldo no primeiro tomo da *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*.

O então presidente desta Companhia, passando em resenha as sociedades scientificas e literarias fundadas no Brasil nos tempos coloniaes, desenvolveu a seguinte these: — "O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas de illustração, que em differentes epochas se manifestaram em o nosso continente".

Dos certames e assumptos literarios da Academia dos Felizes, accrescentava o erudito Brasileiro, apenas nos che-

gavam incompletos fragmentos e escassa noção de sua organização. Compunha-se a aggremiação de 30 socios. Tinha por emblema Hercules com a clava afugentando o ocio, com o seguinte disticho: *Ignavia fuganda et fugienda.* A Academia dos Felizes, como suas congeneres, teve pouca duração.

Por uma carta dirigida do Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1742 pelo dr. Matheus Saraiva ao abbade Diogo Barbosa Machado, impressa no tomo 6° da *Revista do Instituto Historico,* fica-se sabendo mais que a Academia dos Felizes teve interrupção em suas reuniões quinzenaes e encetou de novo os trabalhos em 12 de Abril (não refere o anno) em casa do secretario o dr. Ignacio José da Motta e terminou em 28 de Fevereiro de 1740.

Em suas eruditas e minuciosas *Ephemerides Nacionaes* o saudoso dr. Teixeira de Mello, adoptando a data 6 de Maio de 1736 para fundação da precitada Academia, escreveu que ella fora installada "no palacio dos Governadores, hoje (1881) Paço Imperial. Peço venia para discordar do ponderado homem de letras, illustre filho da Cidade de Campos, que acaba de prestar ao antigo director da Bibliotheca Publica justa homenagem a seus talentos e serviços".

Em 1736 a casa dos governadores, á qual por lei não se podia dar o nome de *Palacio,* denominação unica e exclusivamente destinada á residencia do monarcha, estava situada na rua Direita do lado do mar, e fôra comprada pela metropole aos herdeiros de Pedro de Sousa Coutinho, para aposentadoria dos governadores.

Este velho edificio, que chegou até nossos dias, foi demolido para dar logar á construcção da Nova Praça do Commercio, a terceira edificada para tal fim.

Tambem não é exacta a affirmação do operoso dr. Moreira de Azevedo, quando, ao tractar resumidamente das nossas Sociedades Literarias, escreveu que a primeira sessão da Academia dos Felizes fôra presidida pelo governador Gomes Freire de Andrada.

Sabe-se, por documentos do Archivo Nacional, que este governador chegou a esta cidade no dia 23 de Julho de 1733, na fragata *Nossa Senhora das Ondas.* No dia 26 tomou posse de seu alto cargo, das mãos do mestre de campo Manuel de Freitas da Fonseca.

Pela carta régia de 4 de Janeiro de 1735 fôra nomeado o brigadeiro José da Silva Paes para ficar substituindo Gomes Freire, que tinha de ir tambem tomar conta do govêrno da Capitania de Minas.

Para alli partiu Gomes Freire a 26 de Março, e só chegou de volta ao Rio de Janeiro no dia 20 de Maio de 1736. Logo o futuro conde de Bobadella não podia em 6 do referido mez

presidir a festa dos Felizes. Occupou, porém, a presidencia da reunião o brigadeiro Silva Paes.

E quando isto não o dissesse prasenteiramente o dr. Matheus Saraiva na supra citada carta, ha ainda nova prova. Sob o n. 6.050, occorre no *Catalogo da Exposição de Historia do Brasil*, realizada em 1881 na Bibliotheca Nacional, uma copia manuscripta in folio, com 14 folhas, exposta por d. Pedro II. Tem por titulo — "Oração Academico-Panegyrista". Foi assumpto na Academia dos Felizes, em que se recitara a chegada do Governador e Capitão General Gomes Freire de Andrade (sic), Sargento Mayor de Batalhas, a Cidade do Rio de Janeiro, Capital desta Provincia, vindo de Villa Rica, metropoli (sic) do das Minas Geraes, *entrando* no seu Palacio (sic) na hora em que nelle se recitava hum Discurso sobre as acçoens memoraveis de hum Heróe Luzitano — Recitou-a o Doutor Matheus Saraiva Cavalleiro, Professo da Ordem de Christo." Dahi a conclusão: quando Andrada chegou, já a Academia estava installada.

Desta oração *Academico-Panegyrista*, possue o autographo a nossa Bibliotheca Nacional. Pertenceu ao abbade Barbosa Machado, e figura sob o numero 12.600 no *Catalogo* da referida Exposição de 1881.

Sob o numero 12.601 occorre tambem no mesmo *Catalogo*, da lavra do dr. Malheiro Saraiva, o autographo sem data do *Discurso Ascetico-Academico*, recitado na Academia dos Felizes. Este associado desenvolveu o thema — Qual das virtudes moraes e politicas seja mais precisa, a prudencia ou a temperança? Foi exposto pela Bibliotheca Nacional.

Ainda, do dr. Matheus Saraiva, esta repartição publica possue, recitado na Academia dos Felizes. o original do *Epithome Historico-Academico*. Foi assumpto: A America Portugueza, mais illustrada que outro algum domicilio deste Continente Americano. Vide n. 12.602 do *Cat. da Exposição de Hist.* Sôbre este trabalho deu noticia resumida o visconde de S. Leopoldo (*Rev. do Instituto*, Tom. 1°) como de outros tambem citados por Barbosa Machado e Pinheiro Chagas.

A maior parte desses escriptos, refere o visconde, parecem antes primeiros traços e simples bosquejos para um trabalho, que tinha ainda de coordenar-se. Disto temos prova na carta dirigida por Saraiva a Barbosa Machado, pedindo ao emerito bibliographo a inclusão do nome delle, dr. Matheus, na *Bibliotheca Lusitana*. De estylo empollado e gongorico e cheio de circunloquios descabidos, custa a ser com facilidade comprehendido ou antes interpretado. Era o gôsto da epocha.

Entretanto, são as producções deste socio as unicas que servem para mostrar a existencia da Academia dos Felizes.

Gosou, o dr. Matheus Saraiva, de importancia nesta cidade. Querido dos governadores, exerceu o cargo de medico do presidio, isto é, da guarnição militar, constando então de tres terços ou regimentos; de medico da Saude, depois do presidio e da Camara, e enfim gosou dos proventos de cirurgião mór da Capitania do Rio de Janeiro.

Não foi o dr. Matheus Saraiva filho do Brasil, como escreveu Pinheiro Chagas, no *Diccionario Popular*. O consocio dos Felizes, na carta dirigida a Barbosa Machado, deixou-nos estes dados biographicos: "Sou natural de Lisboa, escreveu, filho de paes que não avultavam por armas ou lettras, Manuel Fernandes Saraiva e sua legitima mulher Maria Duarte. Nasci em 21 de Septembro de 1687. Estudei artes em o pateo de Sancto Antão, onde entrei a estudar Philosophia aos 13 annos; tendo os tres annos completos, passei para a Universidade a estudar a Medicina, mostrando nesse estudo um intenso desejo de me adeantar aos companheiros, o que mostrei na mesma Universidade pela pratica do maior medico que teve o seculo Lusitano, o Medico de Buarcos, Duarte de Brito, em cuja villa esteve cinco annos por ter insinuações de seus grandes estudos. Sempre tive uma grande propensão a estudos, de sorte que é rarissimo o dia que não tenha tres horas de estudar e escrever. Depois que me approvei, parti para a Côrte, d'onde, por me receber com uma senhora, filha desta cidade do Rio de Janeiro, me ausentei para esta, em que me acho desde o anno de 1713, aonde entrei logo a indagar as propriedades do vegetal encontrado para o curativo das molestias, etc., etc."

Entretanto, Sigaud affirma que o dr. M. Saraiva só chegou ao Rio de Janeiro em 1723.

Ignoro a data do fallecimento desse facultativo. Vivia ainda em 1752. Nesse anno enviava poesias ao dr. Manuel Tavares de Sequeira e Sá, secretario da Academia dos Selectos e coordenador do livro *Jubilos da America*.

A Saraiva, no prologo dessa Polyanthéa, dedica Siqueira de Sá pomposos elogios. Eis, além de outras, suas palavras:

"He este academico dignamente estimado, gloriando-se muito a Real Sociedade de Londres de o ter por seu benemerito Socio. Não merecendo menos attenção, pela singular candura e ardente caridade, com que desinteressada, pontual e scientificamente acode e assiste aos enfermos em que sabe captar officioso a benevolencia dos homens e captivar caritativo a piedade do Pae das Misericordias", etc. Se ha alcaide, escreveu M. Saraiva, que prenda a Deus, ou se Deus se póde

prender, é a caridade o ministro que, sem sacrilegio, póde executar tão ardua, como gloriosa deligencia."

Quer isto dizer que, além do mais, o dr. Matheus Saraiva foi um bom e exerceu a profissão médica como verdadeiro sacerdote.

Domingo, 12 de Maio de 1912.

LADAINHAS DE MAIO

Vai passando o mez de Maio, consagrado todo elle ao culto da veneranda progenitora de Jesus Christo. Em todos os templos e capellas da nossa vasta capital resoam, em honra da Virgem, devotas preces, suaves e suggestivas litanias em honra daquella que em seu poema, a *Assumpção*, cantou o Franciscano e distincto Carioca frei Francisco de S. Carlos, celebrando as virtudes, glorias e grandezas da excelsa rainha dos anjos.

Instituido o mez Mariano na Italia por S. Phelippe Nery, passou esta devoção para a França. Desde 1845, refere o conego Manuel da Costa Honorato, foi introduzida tal solemnidade no Brasil, onde em quasi todos os bispados, cidades, villas e aldêas se celebram no mez de Maio louvores á Mãe de Deus.

Era eu ainda menino, quando pela primeira vez assisti na vetusta egreja da Misericordia ás ceremonias em honra a Nossa Senhora. Occupavam o côro as ermãs de Caridade, recem-chegadas a convite do grande provedor José Clemente Pereira. Nunca se me apagou da memoria a impressão causada por tão suggestivas festividades, a que eu pela primeira vez assistia. Lembro-me bem; terminada a funcção religiosa, as filhas de São Vicente de Paulo distribuiam á meninada pequenas medalhas representando a Virgem sob a invocação da Senhora das Graças. Como tudo isto vai longe e gera saudades no espirito de quem já desce a escabrosa montanha da vida!

Do que vai referido não se conclua que só então começasse no Brasil o culto e veneração a N. Senhora. De nossos antepassados, os Portuguezes, herdamos a fé sincera naquella, cuja Immaculada Conceição se tornou dogma. Desde os primordios do velho Portugal, teve a Virgem Sanctuarios edificados em sua honra, uns sumptuosos e verdadeiros monumentos artisticos, outros modestos e sem ornatos, mas onde, em todos elles, era a heroina por excellencia venerada com a fé rude e sincera dos velhos representantes da raça lusitana.

O primeiro rei da dynastia de Bragança tomou, em 1646, a Senhora da Conceição por padroeira do Reino. Ordenou

mais que na entrada de todas as cidades e villas se collocasse uma pedra com a inscripção do referido padroado. Com o titulo de Conceição foram, então, cunhadas moedas de ouro do valor de 12 mil réis, e outras de prata com o valor de 450 réis.

Já residindo no Brasil, d. João VI, por occasião de ser acclamado rei, instituiu a Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Villa Viçosa. Tal era o respeito e veneração consagrados pelos Portuguezes á Virgem Maria que, alêm das bandeiras reaes usava a Companhia do Commercio outras com a effigie da mãe de Christo, com o seguinte lemma *Sub tuum prœsidium*.

Aqui no Rio de Janeiro, basta manusear o "Sanctuario Mariano", de frei Agostinho de Sancta Maria, para ver que as primeiras capellas erguidas o foram em honra da Virgem sob as invocações de Nossa Senhora do O', da Misericordia, da Ajuda, do Bomsuccesso, da Conceição, da Candelaria, do Carmo, do Desterro, etc.

O nosso povo de antanho jámais deixou passar despercebidas as grandes festividades, ordenadas pela Egreja: Purificação, Annunciação, Visitação, Assumpção, Natividade e Conceição. Em 1822, foi N. S. da Conceição declarada padroeira do Imperio do Brasil.

Nada têm, porêm, as ladainhas de Maio com o mez de Maria. Obedecem a diversa origem e têm outros intuitos, aliás tradicionaes e religiosos. A estas litanias deu-se tambem o nome de *Rogações*. São cantadas nos tres dias que precedem á Ascensão. E' por isto que, nos almanaques deste anno e folhinhas, figuram as ladainhas marcadas nos dias 13, 14 e 15. Em vez de se cantar a ladainha de Nossa Senhora, é entoada a de Todos os Sanctos.

O nosso compatriota, o grande lexicographo Antonio de Moraes e Silva, assim define as *Rogações*: Preces públicas feitas nos tres dias anteriores á festa da Ascenção de Christo para se obterem bons fructos, cessação de calamidades, etc.

Alêm destas Rogações, havia outras com solennes procissões com aquelle fim, sendo uma das principaes a que se effectuava tambem no dia 25 de Abril, consagrada ao evangelista S. Marcos. Por falta de espaço, não entro em minucias sôbre o assumpto bem desenvolvido nos diccionarios e encyclopedias modernas.

Das Rogações no Rio de Janeiro dá noticia o auto de correição effectuada na Camara e presidido em 19 de Dezembro de 1655 pelo ouvidor geral da Repartição do Sul. Chamando a attenção dos homens bons da Vereança, disse aquelle magistrado: "E porque nesta terra se tem perdido um costume tão antigo, sancto e louvavel, como he o das Porcições das Ladai-

nhas de Mayo que foram introduzidas para pedir a Deus a conservação e os fructos da terra como se costuma em todas as villas e logares de Portugal e cidades delle proveu o dito ouvidor que de hoje em diante se fizesse ás ditas procissões nos tres dias em que era uso e costume e sendo para isso, dar-se parte ao Prelado, para que obrigue aos Clerigos irem nellas, os officiaes da Camara lhe farão saber".

Além das procissões que pelas leis nossas, a Camara era obrigada a fazer, taes como a da Visitação, Anjo Custodio, São Sebastião e Corpo de Deus, parece que a Edilidade tinha ingerencia em regular as ladainhas de Maio e respectivos prestitos religiosos. E' de crer que, nos annos seguintes, continuasse a antiga práctica caïda em desuso em 1655.

Mas, em 1687, já o rei de novo mandou perguntar ao governador do Rio de Janeiro o motivo, por que o ouvidor Pedro de U. Castello Branco, ouvidor geral, havia impedido aos officiaes da Camara o não darem estes velas ao Cabido da Sé, nas citadas procissões determinadas por lei. A Camara desculpava-se com a falta de rendas. Ora, é possivel que tambem acontecesse ás procissões de Maio: estas não sendo de lei não teriam a mesma imponencia por falta de cêra!

O caso não era novo, pois. Vinte annos antes os sacerdotes haviam dirigido a primeira reclamação. O monarcha havia providenciado, mas o abuso continuou.

Este negocio de velas de cêra deu agua pela barba aos ouvidores. Na correição de 30 de Dezembro de 1735, o dr. Agostinho Pacheco Telles, lembrando aos vereadores o que fôra determinado nas correições de 1700 e 1713, proveu o seguinte: "Por estar tão empenhada a Camara e ser mais precisa a obrigação de pagar o que se deve, mandou que enquanto não estiver ella desempenhada não pudessem os officiaes da Camara dar esmola alguma dos rendimentos della, por mais pia que seja a sua applicação, sob pena de se lhe não levar em conta, e na mesma fórma se não faria tão larga despesa de cera, nas quatro festas, mas somente se gastariam cincoenta libras na do Anjo Custodio, outras cincoenta no Corpo de Deus, cento e cincoenta na de S. Sebastião e outras tantas na de Sancta Isabel."

Que esse Telles era economico, prova o facto de até determinar o número de resmas de papel para o expediente da Camara. Não deviam passar de duas durante um anno. Tal e qual, como o D. Bartollo do *Barbeiro de Sevilha*, contando as folhas de papel, ciumento sempre da bella Rosina e com receio de que ella não escrevesse a namorados. Ainda em 1752 o corregedor da Comarca, Antonio de Mattos Silva, na correição de 4 de Septembro, pondo as mãos na cabeça com a despesa da

cêra e preferindo pagar as amas dos engeitados, determinou que não se dessem velas a Irmandades ou Confrarias, nem ainda a Clerigos, só estando com sobrepeliz, nem a religiosos, salvo em acto de communidade, nem a cavalleiros das boas ordens, salvo em acto de procissão, pois grande era a despesa. Esses figurões, acabadas as funcções julgavam-se com o direito de levar para as suas casas velas ou tochas depois de apagadas.

As ladainhas de Maio, feitas com a procissão, caïram em desuso. Ficaram limitadas ao interior das egrejas. Ainda este anno, como fui graciosamente informado, contaram-se as litanias das Rogações em muitos templos desta nossa Sebastianopolis.

19 de Maio de 1912.

COUSAS PASSADAS

Celebra hoje a Igreja, cincoenta dias depois da Paschoa, a chamada festividade do Pentecostes.

Serve de commemoração á descida do Espirito Sancto, em fórma de linguas de fogo, sôbre as cabeças dos Apostolos reunidos no Cenaculo.

Alêm das solennidades no interior dos templos, havia aqui outr'ora festas populares, muito do peito do respeitavel públíco contemporaneo do Bitú.

O povo dividia-se em partidos: eram, uns, apreciadores das festas realizadas em Sancta Rita e Sanct'Anna. Estes preferiam as da Lapa, e outros as de Mata-Porcos.

Ainda alcancei e tenho saudades desses bons tempos, — os últimos annos do periodo aureo das festas em honra ao Divino, taes como as descreveram escriptores nacionaes e extrangeiros.

Com muita antecedencia eram ellas annunciadas ao povo pelo grupo de foliões de chapéos desabados com muitas fitas e vestidos quasi como "pierrots", dansando e cantando versos dedicados ao Espirito Sancto.

Nos prestitos figurava, alêm da bandeira vermelha, com a pombinha, o infallivel imperador, menino vestido de casaca de velludo, meias de seda, cabelleira empoada, tendo ao lado o porta-estoque, e seguidos ambos pelos confrades da Irmandade com suas opas encarnadas, levando ao peito a competente insignia.

Quem se não lembra dos palanques, em que figuravam as musicas dos barbeiros, mais supportaveis que a actual banda allemã ?

Perto das egrejas era armado o Imperio, onde o imperador, de sceptro e corôa, recebia as homenagens de seus subditos de alguns dias.

O Imperio da Lapa chegou a dar nome a um dos beccos das vizinhanças. Proclamada a Republica, alguns politicos exagerados enxergaram em tal denominação uma affronta ao novo regime. Tractaram logo de substituir o *nefando* titulo pelo nome de um notavel correligionario. O Imperio de Sanct'Anna era mais solido. Feito de pedra e cal, desappareceu com os melhoramentos materiaes *in loco*.

E os fogos de artificio, em que figuravam como personagens obrigados o barbeiro, o amolador, a pastora ? Terminavam pelo combate entre a fragata e certa fortaleza, a qual pelo programma devia sempre ser a vencida. Nestes exercicios pyrotechnicos ainda não tinha entrada a dynamite, mas em festa da Lapa, morreu victima de um foguete do ar uma rapariga frequentadora do consultorio do dr. Gama Lobo, na sala do banco da Misericordia.

Outr'ora, quando chegavam estes dias de alegrias e festanças para a meninada, não me posso exquecer das celeberrimas barraquinhas do Telles. Havia por alli de tudo: musica de realejo, cavallinhos de páo, cosmoramas, brinquedos, comesainas, cerveja marca barbante, o homem que engulia espada e comia brazas de fogo, cantatas ao violão — um verdadeiro pandemonio.

Nem faltavam para regalo dos apreciadores os exercicios da arte nacional da rasteira e do rabo de arraia, dos quaes falleceu ha pouco um legitimo professor, o Cyriaco, que levou á parede o tão fallado japonez. Nesse dia memoravel o Japão, ou melhor, a Asia curvou-se ante o Brasil.

Para imitar as barraquinhas do Telles, os meninos faziam, de caixas de sabão forradas de papel, outras em que vendiam bichas da China, brinquedos de páo e outras bugigangas, taes como pistolas de vintem, rodinhas e estalos. Coitado do transeunte que passasse por um destes pequenos bazares. Era atormentado para que tirasse uma sorte, constando de pequenos pedaços de papel enroladinhos e tão finos como um palito.

E, cousa notavel: apparecia em uma rua uma das taes barraquinhas, e era certo, dahi a dias contavam-se duas, tres e quatro, perto umas das outras.

Pura imitação, mas o que é certo é que todos os representantes do rapazio ganhavam seu cobre.

Era uma especulação innocente, melhor do que os brinquedos da infancia actual, que só sabe imitar rolos, prisões, conflictos com a policia, jogar pedras nos bonds ou dar pancadas nos companheiros. Tudo isto vai á conta do progresso e está de accôrdo com a epocha dos *steeple chase*, do *foot-ball*, aeronaves, etc. Já se não falla na peteca, no pião, no sacarrão, na cabra céga, no chicote queimado, cousas todas nossas e por isto desprezadas.

Volto á vacca fria. Do Divino Espirito Sancto de Mata-Porcos era muito devoto o conde da Cunha. De uma feita, em dia de festa, occupava o throno *imperial* certo tanoeiro, estimado por aquelle fidalgo, então vice-rei do Brasil.

Saïndo da egreja, o conde subiu os degráos do palanque e fez ao tanoeiro as tres reverencias da pragmatica. O tanoeiro, que julgava ter o rei na barriga, nem se dignou de dar o menor signal de cortezia. Voltou-se o vice-rei para o seu sequito e disse: "O tratante faz bem o seu papel; quando não, mettia-lhe este bastão pela bocca abaixo."

Este facto, narrado pelo dr. Moreira de Azevedo a nós, collegiaes do Internato de Pedro II, era referido com anachronismos pelo Chico, cabelleireiro do Collegio. O Chico teimava. Em vez do conde da Cunha, devia-se ler d. João VI!

Duas palavras sôbre o nosso figaro, sempre cheio de pilherias, e cuja presença para os mistéres de sua profissão era alegremente saudada pela rapaziada. O Chico, cabra escovado, era capaz de fallar um dia inteiro sôbre tudo, mixturando alhos com bugalhos. Valia a pena ouvi-lo sôbre as festas do Espirito Sancto de Mata-Porcos, em algumas das quaes figurou como leiloeiro de prendas, antecessor do célebre *Republica*, o qual, ha pouco tempo, desertou das bandeiras da vida.

O Chico, enquanto cortava as guedelhas dos rapazes, contava anedoctas um pouco apimentadas. A's vezes deixava a tezoura para nos mostrar as suas habilidades de capoeiragem, na qual tivera brado d'armas. Reproduzindo o que ouviu de seus antepassados, accrescentava por propria conta cousas de provocar riso. Ouvira cantar o gallo sem saber onde!

Entre os carapetões, que nos impingia o Figaro amulatado, lembro-me de alguns. Para se dar á importancia, sustentava que o marquez de Lavradio morára em um sobrado, habitado depois pela viscondessa de Sepetiba. Nas lojas dessa casa tinha o Chico o seu salão de barbearia!

Que o marquez passasse por alli, não ha dúvida. Elle devia frequentar a chacara do João Hoppman, na rua de São Christovam, na qual foram plantados alguns dos primeiros pés de café e outros vegetaes, cuja cultura o marquez queria propagar. Essa chacara pertenceu depois aos Siqueiras do cor-

tume, e mais tarde foi occupada a casa de residencia do Hoppman pelo Collegio Fonseca Lima.

Então sôbre a lagôa da Sentinella, a Caixa d'agua, o chafariz do Lagarto, o Chico referia cousas impagaveis. Era um nunca acabar! Mais exactas eram, porêm, as suas noticias sôbre o célebre páo grande, existente no Barro Vermelho. Atrás dessa arvore, estendiam-se os salteadores para roubarem os viajantes vindos de Minas.

Então narrava o Chico, com enthusiasmo, as façanhas dos soldados commandados pelo célebre Vidigal, bem como as artimanhas de certos phantasmas, frequentadores das malhas da Correição os quaes, perseguidos pela Policia, deixavam as pernas de pau, que lhes augmentavam a estatura.

O Chico foi frequentador do local chamado a *Pasmaceira*, onde os moradores de Mata-Porcos se reuniam aos domingos, á tarde, para jogar a malha ou assistir á briga de gallos.

Mais uma, para concluir, das muitas petas dictas com seriedade pelo nosso palrador. Estavamos no fim do 7° anno e eu e mais 16 collegas em preparativos de exames, que eram prestados no edificio do Externato, na então rua Larga de São Joaquim e hoje Floriano Peixoto. Corria o mez de Novembro de 1865. Um dia entra pela casa o Chico enthusiasmado. "Eu bem lhes dizia. Alli, na antiga chacara do Céo, morreu um grande cabeçudo". Cabeçudo, na gyria do tempo, significava governador, vice-rei, fidalgo, principe, etc. "Foi Estacio de Sá. A Camara Municipal acaba de dar o nome delle á antiga rua de Mata-Porcos. E então, e os Doutores a me chamarem sempre prégador de pataratas!"

Similhante heresia historica dicta, a queima roupa, a discipulos de Macedo, era para fazer desmaiar. Si a ouvissem, os proprios frades de pedra ficariam estupefactos. Si o Chico vivesse hoje, era capaz de lançar apodos ao Parreiras que pintou Estacio morrendo em uma casa esburacada e feita de taipa de mão. Felizmente o grande artista está livre de tão "auctorizado critico". O Chico, de quem me lembro com saudade, já morreu ha muito tempo.

Aquella casa da chacara do Céo poz-me sal na molleira. Tinha sido na verdade um solar antigo, habitado por gente rica, mas burgueza. O morro de Santos Rodrigues com as baixadas, escreveu mais ou menos o dr. Mello Moraes, pai, foi uma sesmaria concedida a João Martins Castelhano. Passou com as terras do lado de Mata-Porcos a Francisco Homem da Costa, em 1613, e onde, dous annos depois, fez casa de vivenda, na encosta do morro, entre as ruas de S. Carlos e a de Santos Rodrigues, com portão para a estrada de Mata-Porcos. Alli le-

vantou um engenho de assucar. Decorridos tempos, passaram esses immoveis aos Guerreiros, gente rica.

Mais tarde, foi tudo comprado por Manuel Antonio de Lima, fazendeiro de S. Paulo e Minas. Não satisfeito com a casa antiga, construiu no alto do morro um palacete, que ficou conhecido pelo nome de chacara do Céo. Por morte de Lima passou a propriedade a seu filho, o capitão Phelippe Antonio Barbosa.

Fallecido este, seus herdeiros venderam tal chacara a dona Felisarda Rosa da Camara, senhora viuva que casou depois com o commerciante Francisco dos Santos Rodrigues.

Morrendo Santos Rodrigues, sua viuva e o filho Francisco José dos Santos Rodrigues cederam gratuitamente o terreno necessario para alargamento da rua de Mata-Porcos. A casa antiga de Francisco Homem da Costa coube em herança a Geraldo dos Santos Rodrigues que, em 1865, falleceu de uma quéda. Isto tudo está mais ou menos de accôrdo com o que me informou o meu amigo Alexandre Camisão, aparentado com o Santos Rodrigues. Referiu-me ainda Camisão que Geraldo caïra de uma mangueira, a que subira para apanhar folhas para ornamentação das ruas durante o Carnaval.

Admira, porém, o seguinte facto: ha muita gente que está convencida de ter residido em Mata-Porcos o sobrinho de Mem de Sá. A ballela espalhada pelo Chico pegou. O ferido no combate de "Ibiraguassú-mirim", salvo erro, nunca se perdeu por aquellas paragens, onde depois estacionavam os suinos destinados á matança no curral da cidade.

De anachronismos está o mundo cheio. O figaro do Internato teve e terá sempre imitadores.

Domingo, 26 de Maio de 1912.

HONRAS EXQUECIDAS

Pobre Rio de Janeiro, já não és a muito *leal* e *heroica* cidade de S. Sebastião, honrosos titulos com que te enfeitavas nos *ominosos tempos*, que longe vão!

Por que te arrancaram estes epithetos, dos quaes rezavam a cada passo documentos públicos ou particulares, officiaes, ou não, das epochas de antanho?

E, porque assim te despojaram sem razão do premio de teus serviços, vem de molde explicar a origem de taes honrarias, hoje exquecidas, conquistadas á custa de patriotismo e sacrificios.

Terás vertiginosa e recem-modelada Sebastianopolis, máu grado teu moderno *chiquismo*, perdido as normas da lealdade e do heroismo ?

Ouve, pois, para teu consôlo, como te tractava o primeiro rei da dynastia de Bragança. Eis as palavras de d. João IV, no decreto lavrado em 6 de Junho de 1647.

Ha 265 annos!

Foi elle quem primeiro te chamou leal. Eis suas textuaes palavras: "Havendo respeito ao grande amor e lealdade, com que os moradores da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro me tem servido e servem em tudo o que se offerece do Meu Serviço, bem commum, conservação e defesa do Estado do Brazil, desejando fazer-lhe mercê muito conforme á boa vontade, que lhes tenho, e ao que merecem por as razões referidas: — Houve por bem fazer-lhe: que em ausencia do Governador, do Alcaide Mór daquella praça faça a Camara da dita Cidade o officio de Capitão-Mór, e tenha as chaves della, e outro sim lhe faço mercê do titulo de Leal."

Explicam-se taes amabilidades principescas. Subindo ao throno pela revolução de 1° de Dezembro de 1640, d. João IV nenhuma opposição encontrou por parte dos habitantes do Brasil. Si elle teve dúvidas acêrca do procedimento de Salvador Benavides, ellas se dissiparam com o vento.

Benavides, então governador do Rio de Janeiro, era muito chegado aos Hispanhóes. Recebendo, porêm, da Bahia a noticia da acclamação do novo rei, reuniu os magnatas da terra que deliberaram adherir ao primeiro acto consummado em Lisbôa. Tudo se fez no meio de festas e alegrias, sem derramamento de sangue. Só choveu muito em um dos dias da festa. O que então aqui se passou foi referido em um opusculo, reproduzido no tomo V da *Revista do Instituto Historico*.

Então tu eras, meu Rio de Janeiro, páu de laranjeira. Não conhecias como meio de transporte sinão a rêde, a cadeirinha e o carro de boi. Não chegavas mais do que á rua do Sucussará, e numeravas entre tuas modestas ruas as do Gedelha, de S. Francisco, de Antonio Nabo, Aleixo Manuel, de Diogo de Brito e a de Antonio Vaz Viçoso!

Era o tempo do azeite de peixe e da policia dos quadrilheiros. Mesmo assim, d. João IV te encheu de mimos e favores!

Teus filhos, bella nympha da Guanabara, como já te alcúnhou um poeta, quizeram ter as mesmas regalias que os cidadãos do Porto. Estes a deveram em 1490 a d. João II, o denominado Principe Perfeito.

Consistiam taes privilegios, como os resumiu o illustre maranhense João Francisco Lisbôa, no seguinte: não podiam seus cidadãos ser mettidos a tormento em quaesquer maleficios que fizessem, salvo nos casos em que o podiam ser e o eram os fidalgos do reino. Não podiam ser presos por nenhuns crimes sinão sôbre suas homenagens, como os dictos fidalgos. Podiam trazer armas defensivas e offensiveis por toda parte, de noite ou de dia, sem embaraço de quaesquer prohibições. Gosariam de todas as graças e privilegios dos de Lisbôa, menos andarem em bestas muares. Que seus creados e empregados fossem exemptos do serviço de guerra, bem como todos que vivessem com os taes cidadãos. Não seriam obrigados, salvo por propria vontade, a dar pousada a bestas de sella. Segue um longo rosario de exempções. Não vem de molde referi-las. Valia então a pena ser *cidadão* do Rio de Janeiro. Quantos proveitos em um sacco!

Esteve por tudo o rei d. João IV e concedeu-te, meu patrio Rio de Janeiro, tudo quanto pediste. Parece que houve dúvida por parte dos nossos governadores. Mandaste, então, pedir por intermedio de frei Mauro de Assumpção a confirmação do decreto n. 1.642 sôbre taes regalias e privilegios. D. Affonso VI, por sua vez, confirmou o que o pai, d. João VI, havia concedido.

Que o primeiro rei brasileiro te tractou nas palminhas das mãos, ha ainda novas provas.

Em 1654 enviaste a Lisbôa o teu procurador Francisco da Costa Barros com a incumbencia de levar, ante a presença do bexigoso d. João IV, uma serie de reclamações. Barros, com carta de recommendações do reitor do Collegio dos Jesuitas, foi bem recebido (pudera não) e as queixas da tua Camara Municipal e Concelho, como então se dizia, foram ainda attendidos. Tudo isso consta da obra de Balthazar Lisbôa, a qual muita gente bôa não conhece nem nunca leu.

Por isto, a morte de d. João foi aqui muito chorada e sentida. "Era um espectaculo admiravel, diz o referido Lisbôa, ver-se a porção illustre do povo com um vivo pranto, sem atinar nas expressões da sua dôr, porque havia perdido o seu Soberano Pae, o restaurador da sua liberdade, o autor da sua felicidade; as lagrimas eram expressões vivas dos sentimentos do coração que parecia continuamente suffocado de pena por tão fatal pena", etc.

Por tão fatal successo, meu velho Rio de Janeiro, os teus filhos ricos usavam, em signal de lucto, capuzes cortados de baeta grossa. Os que não tinham "arame" tiveram de virar a roupa pelo avesso ou usar carapuças de baeta. Como tudo contrasta com o teu luxo actual, a bella terra onde corre o Carioca, hoje canalizado graças ao prefeito Passos.

Não param ahi as tuas glorias passadas. Pelo rei dom José I, foste elevada a capital dos dominios portuguezes da America e séde do Vice-Reinado.

Foi este mesmo rei quem elevou o teu Concelho á categoria de Senado. Depois, d. João VI deu á tua Camara o tractamento de senhoria, alêm de mais outras mercês aos teus habitantes.

Proclamada a independencia, a mesma tua Camara subiu mais um furo; teve o tractamento de illustrissima, e tu, cidade onde nasci e brinquei o tempo-será, tiveste o de ***Muito Leal e Heroica***.

Mira-te neste espelho e vê a Carta Imperial de 9 de Janeiro de 1823, referendada pelo grande José Bonifacio.

Diz o seguinte: Presidente e vereadores do Senado da Camara da cidade do Rio de Janeiro — Eu, o Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Imperio do Brazil vos Envio muito saudar: Tomando em consideração as muitas e decisivas provas de patriotismo, lealdade e adhesão á Minha Augusta pessoa e á causa do Brazil, dadas pelos habitantes desta Capital no memoravel dia 9 de Janeiro de 1822 até hoje, seu anniversario. Desejando concorrer, quanto me seja possivel para perpetuar a memoria dos heroicos esforços de tão generoso povo e para lhe dar uma prova do meu justo e devido reconhecimento: Hei por bem Conceder á Cidade do Rio de Janeiro o titulo de Muito Leal e Heroica — de que ficará gozando perpetuamente."

Perpetuamente! Como são instaveis as cousas humanas! Desta verdade se convenceram muitas vezes o imperador e o seu ministro!

Não importa. A folha corrida do teu passado, meu Rio de Janeiro, é limpa e cheia de cousas dignas. Corre em automoveis, vai aos cinemas, vôa em aeronaves, mas não te olvides das tuas tradições, teus antigos usos e costumes. Olha sempre para trás. Nunca receies ficar transformado em estatua de sal, como aconteceu á mulher de Loth.

Na opulencia de hoje, não córes da tua origem modesta e de habitos essencialmente brasileiros.

Lembra-te, pelo menos, do dia 6 de Junho, em que foste proclamada *Leal*.

Domingo, 2 de Junho de 1912.

SANCTO ANTONIO E JOSÉ BONIFACIO

Vai correndo o mez, em que se affirmam os creditos da Pyrotechnica indigena.

E' o tempo dos balões, das pistolas e pistolões, bichas, espanta-coiós e, sobretudo, das bombas de dynamite, simulando de perto renhido bombardeio de gente sublevada.

E todo este estrupido atormentador é em honra de bemaventurados, — todos gente pacifica e inimiga de manifestações taes, tão fóra de villa e terreno.

Anda, pois, de ouvido alerta o Corpo de Bombeiros, cuja sentinella, do alto do mangrulho, tenta descobrir cá na varzea algum *ignis combussil oerdes*, como disse a Artinha do padre Pereira.

Não andam muito contentes, e antes macambusios, os directores das companhias de seguros. Dos pobres diabos que moram junctos de depositos de inflammaveis, nem é bom fallar. Perdem até o appetite, têm insomnias. Nem vão á Avenida. Conheço um que nestes dias, ou antes, noites de tormento, dorme de calças, collete e botinas, sempre prompto para o que der e vier. E, como o mundo é sempre de compensações, lucram os bancos e a Caixa Economica. Quem tem o seu cobrinho leva-o alli, a porto e salvamento.

Contra o foguetorio, protestam as posturas municipaes. Contra os riscos de incendio, já nos tempos coloniaes, fallavam os bandos dos governadores. Quem o duvidar leia o volume XV das *Publicações do Archivo Nacional*, ha poucos dias distribuido. A metropole, lá de longe, mettia-se nisto. Asseverava que foguete queimado era dinheiro perdido. Sôbre fogos e fogueiras, o nosso Balthazar Lisboa entrou em considerações; as quaes, por sua extensão, não cabem nesta simples conversa. O povo é, foi e será sempre teimoso, como creança. Mais vale um gosto que quatro vintens.

Quem não quizer ter sustos é tractar de não dormir nas vesperas e noites de Sancto Antonio, S. Manuel, S. João e S. Pedro, *oito* noites, não contando as outras, em que o risco e perigo da gente pular da cama *in minoribus*, não é menos provavel.

No meu tempo fui, confesso o meu peccado, enthusiasta de Sancto Antonio, cujos fogos de artificio queimados no largo d'Ajuda (hoje Avenida Rio Branco), eram os mais afamados da cidade. Não se festejava então sómente o Sancto Antonio do Convento, mas tambem um pequeno mettido em nicho coberto de teias de aranha.

Do alto da armação, presidia o thaumaturgo de pequenas dimensões ao commercio de certo negociante de seccos e

molhados, cuja venda se tornára conhecida. O predio foi demolido. Antes de desapparecer, serviu de residencia a personagem muito conhecido da nossa *jeunesse dorée*.

A minha sympathia pelo sancto portuguez provém de haver eu, em menino, assistido ás *premières* dos *Milagres de Sancto Antonio*, no theatro de S. Pedro. Ora, eis aqui um thema para ser desenvolvido: — a influencia do theatro sôbre o espirito dos rapazes, como dizia o Ludgero, o chefe de policia dos maiores collarinhos de que rezam as chronicas cariocas.

Seja como fôr, os *Milagres*, dramalhão escripto pelo Martins, foi para mim e por muito tempo o *supra-summum* da arte dramatica. Que raiva me metteram o tyranno de Padua, Eselino, o diabo Lusbel vencido e muito bem pelo archanjo Gabriel. Baixára á terra para proteger o sanctinho das seducções e tropelias de sugeitos arrenegados. E o leigo que ficou maluco e queria ser por força papa! Tudo era de fazer a gente ficar de boca aberta. Eram tambem de embasbacar as uvas que brotavam da parreira sêcca, os peixinhos a ouvirem o sermão de Sancto Antonio, já que os homens não queriam attender ás predicas do milagroso, que ora estava em Padua e ora em Lisboa, só para salvar o pae da forca. Tudo naquelle tempo era suggerido e, para mim, muito mais empolgante do que todos os cinemas de hoje reunidos! Como eram compungentes as lamurias das donzellas da cidade, pedindo perdão ao *Lopez* daquelle tempo.

Cumpre dizer: taes donzellas eram de arribação. Ninguem se atrevia a fazer confrontos entre o que ellas diziam e a sua plastica. Chorei muitas vezes, quando via Sancto Antonio morrer no seu eremiterio. Os sinos tocavam por si mesmo, diz o hagiologo dos Capuchos. O Amoedo parecia mesmo um sanctinho de páo oco. Sabia morrer, para logo resuscitar e vir ao proscenio receber os applausos da platéa do S. Pedro, a qual parecia vir abaixo.

A gente em poucos actos aprendia muito mais do que lendo biographias e alfarrabios. E desde então fiquei, e como eu muitos outros petizes, sabendo na ponta da lingua a vida inteira do Sancto Antonio de Lisboa, cujo patrocinio nas batalhas foi invocado pelo rei d. Affonso IV.

Desde então o discipulo de S. Francisco de Assis, teve praça de soldado em quasi todos os batalhões portuguezes. Aqui mesmo, o do Morro foi soldado, depois passou a capitão e chegou a tenente-coronel. Nunca soffreu a compulsoria, mas creio que, a respeito de soldo, o bom sanctinho agora só vê o cobre por um oculo. Esta falta, porém, é compensada pela devoção das moças solteiras. Agarram-se com Sancto

Antonio para lhes dar noivo. Afim de obtel-o lançam o sancto em um poço ou lhe amarram pernas e braços.

E' o cúmulo da devoção unido á excentricidade! Como em Portugal, generalizou-se no Brasil o enthusiasmo e veneração pelo célebre thaumaturgo lusitano. São sem conta os que tomaram o sancto por protector onomastico. A cada passo se encontram os Antonicos, os Nicos, os Totonios, os Ninicos *et reliqua*.

Temos nas brasilias plagas, conventos, egrejas, capellas, oratorios de fazendas, pontes, rios, bairros, fortalezas, navios, até hoteis e kiosques com o nome de Sancto Antonio. Com referencia á milagrosa imagem contam-se factos maravilhosos conservados com carinho pela tradição popular.

Sôbre a cabeça do sancto alli do Convento do Largo da Carioca, narra-se um facto surprehendente, sôbre o qual já tenho algo referido.

Quem já não ouviu fallar do Sancto Antonio de Arguim na Bahia? Delle tractam com minucias o frade Franciscano Jaboatão e o historiographo Rocha Pitta. Escreveu este ultimo: "Da Arrochella (ninho de Herejes de que naquelle tempo estavão apoderados os Calvinistas e outros Sectarios, valhacouto dos seus insultos e porto, em que recolhião as suas prezas) sahira uma armada, não só com tenção de piratear nos mares do Brasil, mas de invadir e saquear a Cidade da Bahia. Tinha tomado na costa da Africa a Fortaleza de Arguim, em cujos despojos acharam o simulacro do glorioso Sancto Antonio, illustre Portuguez e illustrissimo Sancto, ao qual, dando muitos golpes, lançaram ao mar, dizendo-lhe por ludibrio que os guiasse á Bahia; mas Deus, que é admiravel nos seus Sanctos e vingador das suas injurias, os castigos de sorte com uma tempestade, que derrotados e perdidos por varias partes os seus navios, aportou a sua Capitanea destroçada e rôta á Provincia de Sergipe, onde não escapando da prisão os que tinhão escapado do naufragio, foram remettidos á Bahia para serem castigados".

"Porém vindo por terra daquella Provincia, conduzidos por muitos soldados e outros caminhantes, que se juntarão á companhia para que tivesse mais testemunhas o milagre, acharão na praia de Itapoam, quatro legoas da Cidade, com os golpes do heretico e sacrilego ferro a Imagem do Sancto, que tinham lançado ao mar, muitos gráos antes de chegarem á altura da Bahia, quando lhe disseram por zombaria que os guiasse a ella.

"Estava o milagroso simulacro em pé, como esperando para os conduzir á Cidade, em execução do que lhe tinham pedido: que os despachos de petições insolentes são castigos, como experimentarão aquelles Herejes, pois foram sentencia-

dos á morte pelo roubo e pelo sacrilegio; e a imagem do Sancto com os proprios signaes abertos e permanentes, collocada no seu Convento da Bahia, onde por ordem Real lhe faz todos os annos o nobillissimo Senado da Camara festa com Procissão solemne como ao Padroeiro."

Esta ultima parte é confirmada por Accioly de Cerqueira e Silva. Para commemorar perpetuamente o fim da lucta com os Hollandezes, a Camara da Bahia, em 22 de Novembro de 1645, deliberou e fez votos a Sancto Antonio de Arguim de celebrar todos os annos uma festa com missa cantada e procissão.

Não é tudo. Deliberaram os da Vereança mandar fazer á custa do cofre da Edilidade uma imagem de prata egual á antiga. Concederam dez mil réis annuaes a um capellão. Devia este dizer missa todas as quartas-feiras, no altar de Sancto Antonio de Arguim.

Em casos de apuros, nunca deixaram os nossos antigos manda-chuvas de impetrar a protecção do bemaventurado Lisboeta, fallecido a 13 de Junho.

São bem conhecidos os factos ligados á invasão de Duclerc contra o nosso Rio de Janeiro. Pois bem, todos os chronistas asseveram que, antes de 19 de Novembro de 1710, foi devido á protecção de Sancto Antonio, que do alto da muralha presidiu durante duas horas a refrega entre os belligerantes francezes e portuguezes.

Teve tambem seu quinhão de gloria S. Januario, padroeiro de Napoles. Fernandes Vieira, refere o dr. Pereira de Castro, tem visões celestes, inflammando-o á empreza da libertação de Pernambuco do dominio hollandez, e como manifestações da divina vontade em favor de tão patriotica idéa, abrem-se de par em par, por si, successivamente, as portas da egreja matriz da Varzea, cuidadosamente fechadas á chave, e desprende-se o docel que cobria o altar de Sancto Antonio, caindo perfeitamente dobrado como que significando os habitantes de Pernambuco, na phrase de um chronista coevo, "que não temessem de acommetter a empresa, pois elle (Sancto Antonio) lhes abriria as portas de sua egreja para os amparar e ajudar, e que cada qual dobrasse o seu facto e o puzesse em salvo e tractasse de estar desembaraçado e preparado para a guerra.

Sancto Antonio apparece em sonhos ainda a Fernandes Vieira. Ordena-lhe que se erga do leito e marche sem demora em busca do inimigo, que Deus lhe assegura a victoria. Cumprida a intimação, Vieira derrota os Hollandezes nos campos da Casa Forte.

Uma imagem do mesmo Sancto, que se venerava na capella do Engenho, em frente ao qual se feriu o combate.

cuja imagem fôra mutilada pelo inimigo, verte sangue dos golpes que recebêra.

Sabe-se quanto eram apologistas de Sancto Antonio d. João VI e d. Pedro I, e muitos dos grandes vultos da nossa Historia politica. Ainda hoje conheço alguns que não deixam de accender sua vellinha no dia commemorativo da morte do grande thaumaturgo.

Ora, do que vai referido se conclue o seguinte: o nome do Sancto está ligado ás nossas tradições devotas, lendas, poesias e chronicas. Sua popularidade é inabalavel, e elle nunca será em tempo algum deposto da posição de influente mensageiro, sempre attendido pelo Altissimo.

Para os que têm um pouco de patriotismo a data de 13 de Junho é altamente significativa. Neste dia em 1763 nasceu em Santos o grande Paulista, consummado sabio, mavioso poeta e notabilissimo homem de estado, José Bonifacio de Andrada e Silva.

Não terá, é certo, commemoração obrigada a foguetorio; mas o nome do conselheiro de d. Pedro I, o integralizador do brazileo territorio só será exquecido, si por desgraça desapparecer a nossa nacionalidade, cujos alicerces Andrada cimentou com o mais alevantado patriotismo.

Domingo, 9 de Junho de 1912.

OS MOEDEIROS

Reclamando os interesses commerciaes da colonia, o provedor da Fazenda fez ver á metropole a necessidade de se fundar no Rio de Janeiro uma Casa da Moeda.

Pela carta régia de 23 de Janeiro de 1697 declarou o rei ao governador Arthur de Sá e Meneses que a moeda se mandaria cunhar á Casa da Bahia, ou que outra se abriria no Rio de Janeiro, correndo a respectiva despesa sob responsabilidade da Camara, a qual concorreria tambem com o ordenado de um desembargador da Bahia, que deveria, aqui como na capital do Brasil, servir de superintendente da referida Casa em projecto de estabelecimento.

Declarou mais a citada carta régia: a Fazenda Real nada levaria pela senhoriagem ou outra qualquer utilidade, limitando-se tão sómente o Governo a enviar para aqui os engenhos ou ferramentas da Casa da Moeda da Bahia. Acceito o convenio pelos homens da Vereança, deu-se principio ao da fundação do novo estabelecimento. Em 1699 chegou da Bahia o desembargador superintendente Miguel de Siqueira Castello

Branco, bem como o juiz ou provedor José Ribeiro Rangel e varios officiaes.

A nova casa começou a funccionar em 17 de Março desse mesmo anno. Durou apenas 12 mezes, tendo cunhado em ouro 612:644$640 e em prata 239:694$980.

Daqui foi a Casa da Moeda transferida para Pernambuco.

Mais tarde, em 1703, foi restabelecida a Casa da Moeda desta nossa cidade de S. Sebastião, continuando permanentemente até nossos dias. O referido é resumo do que se encontra nos trabalhos de Pizarro, B. Lisboa, Moreira de Azevedo, Duarte Nunes e Azeredo Coutinho, Archanjo Galvão; este sôbre a Moeda no Brasil escreveu detalhada monographia, impressa no tomo LXVI da *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*.

Gosavam os moedeiros do Rio de Janeiro de regalias, exempções e privilegios eguaes aos de Lisboa. Constam as principaes dellas das *Ordenações do Reino*, e foram ampliadas, como se vê do *Diccionario juridico*, de Pereira e Sousa até o reinado de d. José I. Assim conquanto os corregedores pudessem tomar conhecimento das causas de outros privilegiados, não o podiam fazer com relação ás dos moedeiros. Quando estes fossem réos, respondiam conforme o fôro privativo perante seu juiz conservador.

Si eram presos por qualquer auctoridade, deviam ser logo apresentados ao precitado juiz. Si, no acto de prisão, allegavam pertencer ao numero dos 104 moedeiros privilegiados, deviam, antes de tudo, ser conduzidos á presença do mesmo conservador. Cabia-lhe o dever de verificar a identidade do preso. Das decisões do conservador não havia appellação e aggravo. Si houvesse injustiça, deviam recorrer directamente ao rei.

Para dar idéa da importancia do cargo de juiz conservador, abro aqui um parenthese. Nos fins do seculo 18º exerceu no Rio de Janeiro essas altas funcções o dr. Francisco Luiz Alves da Rocha. E' o mesmo que depois figura como escrivão da Alçada, que julgou os implicados na Inconfidencia Mineira. Foi Rocha quem portou por fé ter-se executado a sentença de morte na pessoa do Tiradentes.

Eis os titulos do referido Alves da Rocha: pertencia á mesa do Desembargo do Paço, era corregedor da comarca com alçada no civel e crime nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro e mais capitanias de suas repartições, provedor dos bens dos defuntos e ausentes, capellas e residuos; juiz conservador dos *Moedeiros do numero e mais officiaes privilegiados* da Real Casa da Moeda, com jurisdicção vária.

Volto ao ponto principal destes simples apontamentos, escriptos tão sómente para satisfazer á minha curiosidade por velharias.

Nas notas e commentarios ás *Ordenações*, o illustre jurisconsulto brasileiro senador Candido Mendes de Almeida, referindo-se aos privilegios dos moedeiros, refere: que Pegas em seus commentarios transcreve todos estes privilegios, colligidos alphabeticamente de um livro, que achou no Archivo da Casa da Moeda de Lisboa.

Ora, eu não tinha á mão Pegas, citado pelo sabio Candido Mendes. Ficaria burlada a minha espectativa, si não fôra a gentileza do emerito desembargador dr. João da Costa Lima Drummond. Este distincto magistrado deu-me a conhecer um precioso documento, sem data, o qual reputo ser anterior a 1792, pois foi passado em nome ainda da rainha d. Maria I.

E', julgo, cópia de uma carta de moedeiro, passada por José da Costa Mattos, em favor do alferes João da Costa Lima, bis-avô do dr. Lima Drummond.

Escripto com letra clara e intelligivel, esse documento encerra verdadeiras curiosidades acêrca de nossos costumes e usos passados. Na impossibilidade de dar por extenso a referida carta ou diploma, delle extrahirei o que me parecer mais importante, referente a taes regalias e prerogativas.

Os moedeiros gosavam de honras de cavalleiros. Eram considerados nobres. No caso de prisão tinham homenagem. Podiam de dia e de noite trazer armas offensivas e defensivas, ainda nos casos em que a lei as vedavam.

Tinham exempção do serviço do exercito ou da armada. Elles, suas mulheres e familias poderiam usar sedas. Estavam livres de servir em alardos e bandeiras, de serem quadrilheiros, tutores ou curadores de pessoa alguma. Gosavam do privilegio de não dar aposentadorias. Não se lhes "podiam tomar roupa, nem palha nem cevada nem gallinhas, nem lenha ou outra qualquer cousa contra a vontade." Não pagavam impostos, fintas ou talhas, ainda que fossem destinadas ás obras dos Concelhos.

Não podiam ser presos por dividas. As viuvas que "estiverem em boa fama" depois da morte dos maridos moedeiros gosariam de todos os privilegios destes. Para elles havia cadeia privativa na Casa da Moeda. Sendo os privilegiados condemnados em penas ainda que de Almotaceria, não haveria o accusador mais que a terça parte, e as duas outras partes das condemnações seriam para a confraria de Sant'Anna, etc.

"E sendo armado, termina a carta, o dicto João da Costa Lima em moedeiro e tomado o juramento de que se fará as-

sento nas costas desta, sendo por mim assignada e sellada com o sello do Cabido desta Casa da Moeda, o conhecerão como moedeiro della, e por esse seja tido e conhecido, gosando de todos os sobredictos privilegios, os quaes se lhes guardarão e farão guardar."

Os moedeiros do Rio de Janeiro festejavam com grande pompa sua padroeira Sant'Anna, na egreja da Candelaria. E, na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, conservou-se por muito tempo um painel representando a progenitora de Nossa Senhora, pintado pelo artista carioca José de Oliveira.

E' certo que João da Costa Lima nunca exerceu o officio de moedeiro. Os privilegios concedidos a esses fabricantes extendiam-se tambem como titulos honorarios a cidadãos recommendaveis por sua posição, fortuna e qualidades de character. Delles participavam seus filhos, aggregados, famulos ou creados.

Infere-se isto da correspondencia do conde da Cunha com a metropole. Para encher os claros do exercito lançando mão do recrutamento, dizia este vice-rei que nada podia fazer, attento o grande numero de moedeiros e privilegiados que, com seus filhos e aggregados, gosavam de similhantes exempções, os quaes eram em grande numero nesta cidade.

Para se vêr quanto eram ciosos de suas prerogativas os nossos moedeiros effectivos ou honorarios, basta ler as *Publicações do Archivo Publico*, em que vêm as correspondencias dos governadores ou as juntas consultivas por elles convocadas para decidir graves assumptos da governança.

No tempo de Gomes Freire de Andrada, realizou-se uma dellas, na qual até tomou parte o bispo d. Antonio de Guadelupe. Tractava-se de decidir, si os moedeiros deviam comparecer ás revistas ordenadas pelos governadores, ou si só eram obrigados ás que se faziam mensalmente no interior da Casa da Moeda; si em caso de guerra deviam formar ordenanças á parte ou serem aggregados aos terços de tropa paga.

E dizer que todas essas regalias acabaram com as nossas novas instituições ? Em todo caso, quem não desejaria ser naquelle tempo, moedeiro de numero, e mesmo honorario ? Era melhor do que viver hoje, como muita gente, á custa da barba longa.

Domingo, 16 de Junho de 1912.

COUSAS VELHAS

Para mostrar o progresso do Rio de Janeiro, em 1648, o illustre historiador Varnhagen, depois visconde de Porto Seguro, na primeira edição da sua *Historia do Brasil*, apoia-se no que refere Ricardo Fletcher.

Este viajante, cuja obra não conheço, dizia que nesse tempo se exportava d'aqui em surrões de couro bastante assucar, e os moradores para melhor se votarem ao commercio já haviam quasi de todo abandonado as moradas primitivas do morro do Castello, para residirem na baixa, geralmente, em casas esburacadas, nas ruas da Misericordia, S. José e da Cadeia.

Parece que o tal inglez andou por aqui, (isto hoje acontece a muitos sabichões), como gato por brazas. Verdade é que a primitiva população havia de todo deixado o antigo morro do *Descanço* ou alto de S. Sebastião, para se extender pela varzea de Nossa Senhora do O' como então se chamava a planicie cheia de lagôas e alagadiços, entre o referido morro, hoje do Castello, os de Sancto Antonio, São Bento e Conceição. Deram o exemplo os governadores e prelados ecclesiasticos. Salvador Benevides, exactamente por esse tempo, tinha residencia no bairro da Misericordia de ha muito fundado com o seu velho hospital ao lado.

Era tal o abandono do morro, que a egreja matriz foi, por vezes visitada, por ladrões. Poucos annos depois, os Carmelitas fizeram contracto com a Misericordia para que dessa egreja saïsse a procissão dos Passos, a qual até então se fazia da egreja dos Carmelitas (hoje Archi-cathedral) para o alto do referido morro. Tal era o perigo e a pouca decencia com que podia ser realizado esse cortejo processional.

Desde 1636, a cadeira parochial do ouvidor Paulo Pereira fôra removida para juncto da ermida de S. José, edificada á beira do mar em terrenos cedidos por Estevam de Vasconcellos, possuidor de terras que corriam pela rua de S. José, hoje lado impar até á praia. O mesmo succedera ao Açougue ou Matadouro, removido para a planicie em local adeante referido. Muito maior era pois o relativo progresso desta nossa hoje Capital Federal, cujos moradores não estavam limitados só áquellas tres ruas. O inglez esqueceu-se de mencionar a rua Direita do Carmo para S. Bento e todas aquellas, que ainda hoje se dirigem para o interior da cidade ou então iam além da rua da Quitanda.

Para provar quanto não eram exiguos os recursos do Rio de Janeiro basta ter em lembrança os soccorros, aqui

obtidos por Salvador Benevides para a conquista de Angola. Annos antes a noticia da acclamação de d. João IV foi aqui recebida e applaudida com festas demonstrativas de que esta nossa cidade já não era um burgo reduzido só a tres ruas principaes.

Havia população sufficiente para firmar aggremiações religiosas, taes como as ordens da Penitencia, do Carmo, as Irmandades de S. José, do Rosario, Misericordia, Candelaria, etc. No circuito da nossa esplendida bahia contavam-se diversos engenhos de assucar.

Havia abundancia de generos de pequena lavoura que abasteciam o mercado da cidade, a principio situado juncto da antiga Capella da Cruz e nas proximidades da Alfandega e do Trapiche da Cidade, dado em monopolio pela Camara, ao já referido Benevides.

Fallei em *Quitanda*. Accóde-me, á lembrança a rua que ainda conserva este nome. E' exactamente via de communicação muito antiga e já povoada no tempo em que o tal inglez por aqui andou. E' uma celebridade: é a rua da Quitanda a que mais nomes tem tido. Tortuosa e desegual, começava como hoje na rua de Fernão da Gama ou caminho para o Parto (hoje S. José) no canto de Ignacio Castanheira. Terminava em terrenos pertencentes aos frades de S. Bento na sesmaría doada por Manuel de Brito e seu filho Diogo de Brito Lacerda.

Neste ponto, a rua da Quitanda era chamada caminho da porta do carro dos frades Bentos. Neste trecho, abriram-se o becco de Manuel André, a rua dos Quarteis das Náos e a rua Nova de S. Bento abertas pelos referidos religiosos. Em documentos antigos encontram-se nos principios do seculo XVII referencias á rua, assumpto destas notas. Em uns é ella mencionada como rua do Açougue Velho, depois da mudança do Matadouro.

Em outros, principalmente em escripturas da Misericordia, é a rua Velha dos Ourives quando esta profissão era ainda tolerada no Rio de Janeiro ou antes no Brasil. Depois, como se sabe, foi abolida; e quem exercesse o officio de ourives era perseguido e preso como moedeiro falso; quem tivesse uma colher de prata quebrada devia mandar concerta-la em Lisbôa. Seria caso de esperar um anno pela volta do objecto concertado. Naquelle tempo, de Lisbôa ao Rio levavam os navios de vela quatro, cinco, e até seis mezes!

Tem sido a rua da Quitanda tambem conhecida pelos nomes de: rua Direita Detraz, rua Detraz da Candelaria, de Matheus de Freitas, de João dos Ouros, do Padre João de Barcellos, Quitanda dos Pretos, Quitanda, Conselheiro João Alfredo e de novo Quitanda.

Não é tudo. Os differentes quarteirões da rua receberam diversos nomes conforme a importancia dos moradores, que nelles residiram. Assim o trecho entre as ruas da Assembléa e Septe de Septembro até o oratorio do Bom Successo teve os nomes de Marcos da Costa e do Provedor da Fazenda: o primeiro, porque na esquina da rua da Assembléa, primitivo caminho para S. Francisco e depois rua de Antonio Luiz Ferreira, morou o juiz da Alfandega, Marcos da Costa Castello Branco, padrinho de baptismo do infeliz poeta Antonio José da Silva, queimado vivo em Lisbôa, como judeu, graças aos sanctos officios da Inquisição. O nome do provedor lembra o de Francisco Cordovil de Siqueira e Mello.

Não é, porém, destes tempos antigos, o conhecido becco do Carmo, o qual communica a rua deste nome com a da Quitanda. Só foi aberto e arruado, em 1753, através de terrenos dos frades Carmelitas que assim o pediram ao Senado da Camara.

Ainda até ha pouco tempo existiu o sobrado, depois demolido e reconstruido, em cuja esquina estava o oratorio de N. S. de Bomsuccesso. Essa casa fôra legada aos religiosos do Carmo, em 1737, pelo devoto Manuel Pinto dos Passos.

Aquella casa de Marcos da Costa passou depois ao mestre de campo Reymão, ermão do bispo d. Antonio do Desterro. Esse militar a vendeu ás freiras da Ajuda. Nesse predio funccionou por muito tempo o Lyceo Minerva, dirigido por Antonio Alvares Pereira Coruja e, em nossos dias, o Hotel do Commercio.

Por occasião do alargamento da rua da Assembléa o velho casarão foi demolido. Dizia-se que em suas paredes estava occulta grande dinheirama. Simples balella, como os thesouros do Castello. Não appareceu nem um vintem.

O trecho entre a rua do Carmo (7 de Septembro) e a do Ouvidor (então do Gadelha) recebeu diversos nomes, taes como travessa de Lucas do Couto, de Thomé da Silva, do Malheiros e do Sucussará. Davam este ultimo nome ao canto, onde tem séde o estabelecimento Borlido. Houve quem pensasse que Sucussará é de origem tupi! Conta-se a seguinte anedocta: certo morador da rua passou mal a noite por fôrça de incommodos, para os quaes a Medicina moderna emprega os preparados de Lamamelis virginica.

Ao chegar de manhã á janella, dá de cara com um vizinho, cirurgião (sic) inglez. Este inquire do doente a causa dos seus males — "oh! isto non é nada". Faz isto (aconselha ao doente um remedio) e seu... sarará.

O inglez déra nome aos bois; serviu-se de um termo que as conveniencias mandam calar.

Lucas do Couto foi commandante da fortaleza de São João.

Era sujeito de importancia e o seu nome é sempre citado em documentos relativos á rua do Carmo, por onde passava um canal de pedra e cal que dava escôamento ás aguas das vallas das vizinhanças. Esse canal serviu depois para o cano que conduzia a agua da Carioca para o primeiro chafariz do largo do Carmo, no local onde hoje está a estatua do marechal Osorio, e mandado levantar por Gomes Freire de Andrada. O actual chafariz como bem se sabe, foi construido no vice-reinado de Luiz de Vasconcellos e Sousa.

Além do canto do Sucussará havia, em parallelo, o canto do Tabafueiro e do outro lado o dos *Mirinhos* bem descripto por João Succou que alli residia e tambem pelo Manuel Almeidinha nas suas *Memorias de um sargento de milicias*.

Na esquina da rua do Rosario (antes de André Dias, de Domingos Manuel e do Padre Mattoso), havia o canto onde morava este sacerdote, bem como o de Nossa Senhora da Abbadia. No canto da rua do Hospicio, ou da portugueza Morgada Lopes, existia outro oratorio.

Chegamos á rua da Alfandega, antes de Diogo de Brito e depois da Quitanda do Marisco, porque no cruzamento com a rua da Quitanda de hoje era o mercado do peixe.

Sôbre isto escreveu n'"A Tribuna", interessante chronica o meu illustre amigo Eduardo Marques Peixoto.

Eram alli mencionados os cantos do capitão Alexandre de Castro (outro figurão), de Manuel Duarte Velho e o de Nossa Senhora Mãe dos Homens. No cruzamento com a rua hoje General Camara (e antes travessa do Azeite de Peixe, de Gonçalo Gonçalves, do Sabão (velho), do Cruzeiro da Candelaria), existiram os cantos do Senhor Bom Jesus e o de Gaspar Cabral, cirurgião da Sancta Casa. Mais adeante na esquina da rua S. Pedro (antes de Antonio Vaz Viçoso e tambem de João Mendes, o Caldeireiro, e do cirurgião Antonio Carneiro), ficava o canto do Paço do Sargento-mór, um dos oratorios que serviam para a procissão dos Passos.

Neste quarteirão e nos fundos da egreja da Candelaria notavam-se predios, que foram desapropriados por occasião das obras do novo templo. Passada a rua das Violas (hoje Theophilo Ottoni, de Serafina do Andrada, viuva de Domingos Coelho Valladares), chegava-se á rua dos Pescadores, assim chamada porque o mar invadia formando lagôas, que se extendiam até á bem conhecida "Ilha Secca". Ahi armavam os pescadores as suas cabanas. Eis o que foi a rua da Quitanda nos tempos das adagas de gancho. Dos tempos modernos fallam de cadeira o Noronha Santos e o Lafayette Silva no *Rio Atlas*.

Hoje, apezar de velha remoçou. Ainda está toda catita. Tem bellos edificios, bom calçamento, illuminação electrica. Felizmente ficou livre dos bondes, cousa do especial agrado do meu amigo Paulo Laboriau, que tambem não os tem na sua pittoresca e quasi inaccessivel vivenda do Curvello, tão alto, mal comparado, como a capella da Penha.

23 de Junho de 1912.

O VISCONDE DE SANCTA ISABEL

São sempre dignos de commemoração as datas natalicias dos nossos compatricios, que deixaram de si largo nome e bôa memoria.

Foi exactamente ha noventa e cinco annos. Corria o de 1817, tão farto em acontecimentos politicos. Enquanto no dia 1° de Julho bimbalhavam festivamente os sinos da velha egreja da Misericordia, annunciando para o dia seguinte a festividade da Visitação, nascia nesta cidade um menino. Na pia baptismal recebeu o nome de Luiz.

Esta criança, filho do pharmaceutico Tristão da Cunha Feijó e de d. Anna Joaquina da Natividade, foi mais tarde o conselheiro dr. Luiz da Cunha Feijó, 2° barão de Sancta Isabel, 1° visconde do mesmo titulo, grande do Imperio, emerito professor, depois jubilado, da Faculdade de Medicina, e por muitos annos seu director, do Conselho do Imperador, medico da Imperial Camara, cirurgião-mór da Guarda Nacional, membro honorario da Academia Imperial de Medicina, socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, presidente da Associação Brasileira de Acclimação, grande dignitario da Ordem da Rosa, commendador da de Christo de Portugal e da do Brasil, da Ordem hispanhola de Isabel a Catholica e da Ordem austriaca da Corôa de Ferro.

Depois de uma vida toda votada ao nobre e sancto apostolado da Medicina e ao ensino da mocidade, falleceu em Petropolis a 6 de Março de 1881, deixando para honrar sua memoria uma pleiade de distinctos discipulos, mais tarde tambem mestres e principalmente um digno filho, que na cathedra de Partos e na directoria da nossa Faculdade soube levantar bem alto o nome do seu progenitor.

O futuro visconde de Sancta Isabel recebeu as primeiras licções de uma senhora d. Marianna, notavel educadora, cujo collegio fôra estabelecido na rua Direita, no quarteirão entre a rua do Ouvidor e o becco dos Barbeiros. Distinctas se-

nhoras da nossa sociedade honraram-se de ter sido alli collegas do visconde.

Feitos depois exames de humanidades, matriculou-se na Eschola de Medicina, recebendo o grau de doutor por haver sustentado com brilho em 10 de Dezembro de 1839 a notavel these: "O aneurysma da aorta e um novo processo para a ligadura desta arteria e das illiacas primitivas interna e externa". Essa verdadeira monographia, citada pelo dr. Sigaud na sua obra *Du Climat e des Maladies du Brésil*, foi surprehendente acontecimento.

Tinha então o doutorando 22 annos de edade! No anno seguinte (1840), apresentava o dr. Feijó outra these, como candidato ao logar de substituto da secção cirurgica.

Nos *Annaes da Medicina Brasiliense*, (tomo IV), da lavra de Feijó, figuram as "Breves considerações acerca das rupturas do utero durante o trabalho do parto, além das causas communs de tal accidente, vicio de bacia, não descripto pelos autores". E assim devia Feijó occupar o logar condigno entre seus antigos mestres, proceres do magisterio.

Já por esse tempo gosava elle de grande fama como parteiro e dispunha de numerosa clientela, tendo como competidores nessa especialidade Julio Xavier, Nunes Garcia e Oliveira Araújo.

Em 4 de Septembro de 1840, foi nomeado lente substituto da secção cirurgica. Em 5 de Maio de 51 lente cathedratico de Pathologia externa, sendo depois em 7 de Junho seguinte transferido para a cadeira de Partos.

Toda esta brilhante posição alcançou Faijó, sem nunca ter deixado os pobres lares! Só muito mais tarde e depois de ter obtido justa fama foi á Europa. Honrado com a confiança da princeza imperial d. Isabel, acompanhou ao velho mundo essa illustre senhora nas viagens feitas em 1865, 1870 e 1878.

Traçando o elogio historico do visconde de Sancta Isabel o dr. Franklin Tavora na sessão magna do Instituto Historico de 15 de Dezembro de 1881 disse:

"Quando o critico chega a similhantes conclusões sôbre uma celebridade scientifica, bem reputada até no estrangeiro, irresistivelmente volve ao redor do vulto, sugeito ao seu exame, e interroga pelas producções, por onde a posteridade deve afferir-lhe o valor. Permitti, senhores, que eu pergunte a razão porque, com a sua nomeada consagrada pelo paiz, não nos deixou o visconde de Sancta Isabel um livro, producção qualquer do seu espirito nutrido na meditação das obras dos sabios, que elle devia versar no exercicio de sua profissão; dentro em pouco tempo o seu bello nome será um éco, uma tradição, que se irá desvanecendo até extinguir-se totalmente.

Ha nestes conceitos um pouco de injustiça. Si o visconde de Sancta Isabel não deixou livros impressos, ficaram as suas licções, com carinho tomadas por seus discipulos, e nelles foram amplamente manifestados todos os thesouros de observações e experiencia do abalisado profissional; demais, deu elle á imprensa outros trabalhos de merecimento.

O nome do illustre mestre nunca será apenas um écho, mas viverá sempre na lembrança de todos quantos o conheceram e, o que é mais, nos annaes e fastos da nossa Faculdade. Como exigir mais provas de habilitações de um medico que devia repartir seu tempo entre o ensino na Faculdade, a clinica hospitalar e cuidados especiaes reclamados sempre de um parteiro que, além do mais, tem necessidade de repouso pelo cansaço gerado por intervenções demoradas á cabeceira de um doente, a quem é preciso salvar a vida?

Não sendo profissional, Tavora desconhecia quanto é muitas vezes fatigante á práctica da Obstetricia e da Gynecologia!

Como lente, soube o visconde de Sancta Isabel satisfazer aos requisitos exigidos dos que se destinam ao ensino da mocidade. Modesto, sem pedantismo, usando de linguagem apropriada e correcta, illustrando suas palavras com factos de observação e experiencias, o antigo professor de Partos teve sempre concorridas as suas aulas. Nellas muito se aprendia.

Rigoroso no cumprimento do dever nunca foi injusto nem perseguidor de estudantes. Contavam estes sempre com a justiça do mestre, cujos discipulos foram então e depois seus sinceros amigos e admiradores.

O signatario destes apontamentos, muitos annos depois de formado, considerava o visconde de Sancta Isabel uma notabilidade digna da veneração, e sempre que o via passar inclinava-se reverente.

Por vezes, teve o obscuro discipulo a honra de confabular com o visconde. Testimunha de factos politicos, era o conselheiro Feijó um fino commentador de episodios que passaram pela nossa Historia nos fins do primeiro reinado, dos periodos agitados da Regencia e nos primordios do segundo Imperio. A conversação de Feijó era sempre fonte de preciosas informações. Gosou da amizade de Evaristo da Veiga e de outros politicos então em destaque.

Ha um facto characteristico na vida do visconde. Recusou sempre (e fez bem) cargos politicos. Eusebio de Queiroz quiz nomea-lo presidente de uma das nossas provincias. Não acceitou.

Si me não falha a memoria, Sancta Isabel exerceu o cargo de sub-delegado da Candelaria, no tempo em que a Po-

licia era exercida gratuitamente pelos homens mais conspicuos de cada parochia.

Filiado ao partido conservador, foi por varias vezes juiz de paz dessa freguezia e quasi sempre excolhido eleitor por tal parochia no tempo da eleição de dous graus.

Grande foi tambem seu espirito de caridade. Clinico na alta roda desta cidade, não se julgava abatido quando o pobre lhe batia á porta, pedindo o seu auxilio sempre proveitoso. Nem foi exigente. Deste facto tenho provas exuberantes. Nas enfermarias da Misericordia mostrava seu verdadeiro amor ao proximo.

Era de notar o carinho e amenidade, com que tractava ás pobres mulheres que, combalidas pelas desventuras da sorte, alli affluiam para curativo ou allivio de seus males. Dos labios do grande mestre partiam sempre palavras de animo, conforto e consolação.

Chamavam-lhe *secco*. Não o era. Na intimidade foi sempre amavel e até gracioso, seu porte afidalgado, a distincção de suas maneiras casavam-se perfeitamente com a sua posição na sociedade; seu trajar modesto e correcto quadrava-se com o prestigio, de que se deve cercar o verdadeiro medico consciente de sua alta missão.

Residiu o visconde de Sancta Isabel no grande sobrado da rua do Hospicio, canto da rua do Nuncio. Nesse sobrado que deu nome á rua hoje do Padre José Mauricio, moravam os dous primeiros representantes da Sancta Sé, no tempo do rei d. João VI e ambos alli fallecidos da mesma molestia — apoplexia cerebral.

Por uma destas ruas passava em serviço e fardado de cirurgião-mór da Guarda Nacional, o visconde de Sancta Isabel. Estava á janella de uma casa terrea uma pobre mulher que, vendo o porte militar do transeunte, chama a attenção de um vizinho dizendo em voz alta: "Gentes, aquelle soldado allamão parece o nosso dr. Feijó da Sancta Casa". — Pois é elle mesmo, disse o visconde, rindo-se da surpresa da sua antiga cliente e sem se dar por offendido por parecer subdito do rei da Prussia ou do Imperador da Austria.

Hoje, como em 1817, dobram festivos os sinos da Misericordia annunciando a chamada festa de Sancta Isabel. Na capella desse estabelecimento, theatro das glorias do distincto professor, celebrou-se ceremonia religiosa altamente commovente e suggestiva. A numerosa assistencia provou que o nome do visconde de Sancta Isabel não foi olvidado. Mandada celebrar a missa pelos adjuntos, pensionistas e discipulos do dr. Feijó Junior, estes demonstraram que a mocidade, sempre generosa, quiz honrar na pessôa do seu actual

professor, o saber, as virtudes, a justa fama do illustre morto de 1881. Bem hajam os moços, esperanças futuras, os quaes neste presente de indifferença e egoismo, não dão costas ao nosso passado tão cheio de vultos notaveis em todos os departamentos do saber humano. E o visconde de Sancta Isabel é com verdade apontado no numero delles.

1° de Julho de 1912.

DIPLOMACIA

Em sessão de 24 de Outubro de 1902, era proposto para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, o dr. José Manoel Cardoso de Oliveira, então encarregado de negocios do Brasil em Londres.

Serviu-lhe de titulo de admissão minuciosa biographia de Pedro Americo, artista brasileiro de ampla nomeada e não menos distincto cultor das letras.

No parecer da commissão de Historia, da qual foi relator o inesquecivel visconde de Ouro-Preto, dizia este titular que, nas páginas escriptas pelo candidato, havia correcção, elegancia, amenidade, revelando espirito delicado e culto.

Já então o distincto diplomata e laureado auctor de outros trabalhos apresentava como provas de sua operosidade: a *Collecção das Consultas do Conselho de Estado e dos Pareceres do Consultor do Ministerio dos Negocios Estrangeiros* 1842 a 1889, organizada em 1893 por ordem do ministro dr. Carlos Augusto de Carvalho. São 21 volumes manuscriptos, ainda inéditos.

No anno seguinte appareciam, da lavra do dr. Cardoso de Oliveira os *Indices chronologico e alphabetico das mesmas Consultas e Pareceres*, compostos por determinação do mesmo ministro.

Figuram como annexos ao relatorio de 1896.

Em 1901 escreveu ainda o dr. Oliveira a *Viticultura na Suissa* e *Impostos na Inglaterra*.

Depois o infatigavel diplomata, em virtude de ordem do barão do Rio-Branco, publicou em 1907 a *Noticia pormenorisada sobre a reunião e trabalhos do III Congresso Scientifico Latino Americano*, celebrado no Rio de Janeiro.

São ainda do dr. Cardoso de Oliveira a *Remodelação dos quadros do Corpo Consular Brasileiro* (1911) e os *Pactos Internacionaes do Brasil*, trabalho inédito, de cêrca de seis mil páginas, repositorio feito a mandado do mesmo barão, cujo nome immorredouro dispensa epithetos laudatorios.

A confiança depositada pelo barão do Rio-Branco nesse diplomata, hoje representante do Brasil em uma das Republicas Sul-Americanas, está indicando perfeitamente o seu valor e merecimento.

Estão pois de pé, a respeito desse funccionario, que honra os annaes das nossas relações internacionaes, os justos conceitos expendidos pelo visconde de Ouro-Preto.

Na impossibilidade de dar desde já á Imprensa trabalho tão volumoso como os *Pactos Internacionaes*, resolveu Rio-Branco, por deliberação confirmada por seu digno successor, que se publicasse, por enquanto, um trabalho de menores proporções. Eis porque apparece agora o 1° volume dos *Actos Diplomaticos do Brasil* (1493-1870), impresso na typographia do *Jornal do Commercio*, de Rodrigues & C., volume de 449 páginas, firmadas ainda pelo dr. José Manoel Cardoso de Oliveira.

Os assumptos tractados pelo dr. Cardoso de Oliveira, naturalmente aridos, não seduziriam o leitor facil em satisfazer-se com superficialidades, como bem escreveu o notabilissimo dr. Leite Velho, em sua mui apreciada obra *Relações politicas entre a França e Portugal*. Trabalhos, porém, dessa natureza em que se alliam muita paciencia, muita erudição, e sobretudo profundo conhecimento de factos politicos, interessam sempre aos poucos que prestam culto sincero aos ensinamentos da nossa Historia, tão cheia de feitos ainda mal ou indevidamente apreciados.

Nesse caso estão as investigações produzidas por Calvo, Borges de Castro, Varnhagen, visconde de S. Leopoldo, visconde de Santarém, Joaquim Caetano, Ponte Ribeiro, Nascentes de Azambuja, Pereira Pinto, Rio-Branco, Joaquim Nabuco, Araújo Jorge, Helio Lobo, Leite Velho, e finalmente, o erudito auctor dos *Actos Diplomaticos*, assumpto destes despretenciosos apontamentos.

Em uns e outros ha sempre o que aprender.

Um exemplo:

Ha cêrca de um anno fui consultado por um amigo de S. Paulo, sôbre a data precisa da extincção do cargo de juiz conservador da Nação Ingleza, estabelecido no Brasil pelo art. 10, do Tractado de Commercio e Navegação, de 10 de Fevereiro de 1810.

Respondi que tal extincção se déra com a sancção, em 1832, do *Codigo do Processo Criminal*. Mais completa, porém, seria a minha resposta, si então conhecesse o livro do dr. Cardoso de Oliveira, ora publicado. Pelos eruditos commentarios da página 138, vejo agora que o facto não se passou tão simplesmente.

Houve até 1844, reclamações por parte do govêrno inglez.

Fallei em commentarios... São elles que dão maior relevo ao trabalho do dr. Oliveira, pois patenteiam não serem os *Actos Diplomaticos* simples catalogo por ordem chronologica.

Desde a bulla de 1493 (*Inter coetera*) até os actos diplomaticos mais recentes, tudo está resumidamente explicado, fundando-se o auctor em bases e documentos precisos, a cada passo citados com minuciosas indicações bibliographicas.

Lendo-se as admiraveis páginas desse notavel trabalho, obtem-se rapidamente um retrospecto sôbre toda a nossa Historia. *Tordesilhas, Colonia do Sacramento, Limites do Brasil, Guerra hollandeza*, ora bem estudada pelo operoso dr. Souto Maior (que devia voltar á Europa para proseguir em suas investigações), *Invasões francezas, Missões, Guerras no Prata e no Paraguai, Trafico, Reconhecimento do Imperio*, e tudo quanto se refere á diplomacia do Brasil Reino e do Brasil Imperio, resaltam dos subsidios do dr. Oliveira perfeitamente explicados e amparados numa farta bibliographia, não só de documentos officiaes como de escriptos, memorias e monographias particulares por parte do auctor dessa apreciavel collectanea, ao qual cabe, com toda a justiça, o epitheto de paciente esmerilhador ou de completo Benedictino.

Para dar mais uma prova do quanto admiro o escrupulo do dr. Cardoso de Oliveira, citarei a página 29.

Tracta da capitulação (celebrada em 10 de Outubro de 1711), que o governador Francisco de Castro Moraes ajustou com Duguay-Trouin, commadante geral da esquadra e das tropas francezas no Rio de Janeiro.

Este assumpto, que ultimamente foi objecto de estudo por parte do erudito dr. Escragnolle Doria, é bem explanado pelo dr. Oliveira. Nem se descuidou elle de recorrer ao nosso *Archivo Nacional*, onde, no livro dos termos, homenagens e assentos, está o original da citada capitulação, fructo das precarias condições em que se viu o governador Castro Moraes, accusado até de traidor, alêm de cobarde.

E' isso mais uma prova do zêlo, com que o dr. Cardoso de Oliveira preparou o seu trabalho.

Não é seguindo *pari passu* o que está publicado, em que, commettido o primeiro êrro pelo primeiro auctor, reincidem os que vão sem consciencia copiando. A verdadeira luz a derramar sôbre o estudo de questões historicas se póde vêr actualmente conforme as leis da critica moderna do manuseio de documentos, ás vezes, difficeis de serem interpretados. Delles resultam a physionomia de uma epocha, a psychologia de diversos personagens e até a rehabilitação de muitos que

podem hoje de fronte alçada apresentar-se ante o severo, justo e imparcial tribunal da Historia.

Fazendo no Instituto Historico, em 1908, o elogio do visconde de Cabo Frio e honrando a Diplomacia brasileira, legitimo padrão de orgulho patrio, o sr. conde de Affonso Celso evocou os nomes, para fallar só dos mortos, de Jeronymo de Albuquerque, do grande Alexandre de Gusmão, á quem o papa Benedicto XIII nomeou principe; de Itajubá. Octaviano, Aguiar de Andrada, visconde de Arinos, visconde do Rio-Branco, barão de Cotegipe, barão de Penedo e tantos outros. Hoje, infelizmente, que já desappareceu do numero dos vivos, poderiamos citar o nome de quem alcançou os soberbos triumphos de Missões, do Amapá e do Acre.

Grande nome, porèm, larga memoria terá sempre nos illustres discipulos que deixou: Luiz Dantas, Domicio da Gama, Helio Lobo, Enéas Martins, Muniz de Aragão, Araújo Jorge e José Manoel Cardoso de Oliveira. Elles saberão continuar a honrar as gloriosas e incruentas victorias da Diplomacia brasileira, personificadas no grande homem que se chamou *Rio-Branco*.

Incompetente para fazer critica sòbre assumptos de tanta magnitude, cumpro apenas um dever de gratidão com o dr. Cardoso de Oliveira.

Dignou-se elle de trazer um exemplar de seu trabalho ao obscuro signatario destas linhas, o qual nellas assignalou apenas ligeiras, mas sinceras impressões.

Espera-se com anciedade o apparecimento do 2° volume dos *Actos Diplomaticos do Brasil*. Abrangerá successos mais proximos de nós e será, com certeza, nova fonte de informações e proficuos ensinamentos.

7 de Julho de 1912.

DICTOS E FACTOS

Em ponderado artigo d'*A Imprensa*, de 30 de Maio do corrente anno, encontram-se estas judiciosas palavras: "E' interessante a fórma por que se combatem, agora, os nossos homens públicos. Os que o fazem, os que dizem ter razões para discordar de seus actos não se limitam á demonstração pública dessas razões, dellas não lançam mesmo mão, como um argumento de valia, capaz de provar que os que são alvo dos seus ataques procedem de fórma a contrariar os interesses públicos. Os argumentos de que se servem, as armas de que usam são outros inteiramente differentes. A' falta de

uma base séria para a campanha que levantam, mentem, calumniam, tractam como entendem da vida privada dos cidadãos, ferindo-os não raras vezes, no que elles têm de mais caro: a honra."

Tem razão até certo poncto o illustre articulista. Mas a diffamação ferina e violenta, como meio de opposição ou para fazer pilheria, é planta que fructifica desde os tempos agitados da Regencia, em o qual até o Govêrno era atacado sem tregoas pelo insulto e pelas mais baixas expressões do pensamento.

Ha apenas uma differença para melhor, com relação aos tempos de antanho. Sabia-se quem era o insultador, que assumia inteiramente a responsabilidade da desbragada linguagem.

Hoje, não. "Don Basilio" leva por toda a parte proselytos. Como os morcegos, mordem e sopram com as azas. Para comparação, ahi vai um trecho do jornal *Esbarra*, escolhido ao acaso dentre os muitos "Corsarios" publicados logo depois de 1831.

"Com effeito o sanguinario govêrno da regencia, composto dos mais abjectos dragões que todas as furias do Inferno poderiam produzir, desafia cada vez mais contra si a execração que pasmado admira a audacia e insolencia com que elle o accommette. Não é possivel encontrar-se um composto tal de malvadez e barbaridade! Mais estupidos do que selvagens e mais ferozes que tigres, os nossos capoeiras governantes só attendem as suas particulares paixões e a uma incomprehensivel cobiça! Orgãos e escravos da ladra facção chimanga, a vontade deste é a primeira das leis.

A medonha e tenebrosa perspectiva da anarchia nenhuma sensação produz, que affeiçoados aos crimes e aos roubos, nenhum attentado ha de que não sejam capazes de perpetrar."

E por ahi vai num crescendo de insultos, em que formigam contra os adversarios os epithetos de salteadores, trapaceiros, velhacos, e até assassinos. Ninguem, nessa epocha de odios e paixões, soffreu mais diatribes, do que o regente Feijó.

Dizia-se que o energico ministro da Justiça de 1831 deixara a Regencia pôdre de rico, tantos tinham sido as alicantinas por elle practicadas, ajudadas por seus correligionarios!

Lêem-se com enfado as poucas páginas de um poema heroe-comico, o *Pezadelo*, no qual seu auctor figura, sentado em tôrno de uma mesa, os amigos do regente resignatario, imputando-se uns aos outros as mais indignas torpezas.

Entretanto, Feijó, annos depois, pedia dinheiro emprestado a Antonio Carlos para pagar dividas, contrahidas durante

o tempo, em que occupára na menoridade do imperador o mandato de mais alto representante do Poder Executivo.

Da calumnia não escaparam os Andradas em tempos anteriores. Como resposta da hombridade destes tres ultimos ermãos, conta Drummond o seguinte facto: — José Bonifacio, em certo dia, recebera o seu ordenado de ministro de Estado, 400$, collocando o dinheiro no chapéo. A' noite foi ao espectaculo no theatro S. Pedro. Deu por falta dessa quantia. Havia-a perdido ou fôra roubado? Soube do facto d. Pedro I e teve intento de, pelo Thesouro, mandar pagar de novo ao seu ministro o referido ordenado.

Oppoz-se a isto Martim Francisco, dizendo que os cofres publicos não podiam ser sobrecarregados com o descuido de seu ermão. Elle, Martim, de seus honorarios suppriria a falta. Um mez passava-se depressa, e os dous viveriam um pouco mais modestamente.

Ninguem foi mais atacado do que Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. E, o que é mais, por Bernardo de Vasconcellos, seu antigo amigo e correligionario, e ambos ex-ministros da Fazenda!

Em opusculo, fartamente documentado, Aureliano rebateu as calumnias, dentre as quaes se destacava a que attribuia ao futuro visconde de Sepetiba o haver-se locupletado com a compra dos terrenos para a Casa de Correição e de ter recebido dinheiro da mão de particulares em troca de favores a estes concedidos. Accusado no Senado por um collega, o marquez de Paraná, teve de fazer o inventario dos bens que adquirira.

Quem não se lembra da celebre questão das *popelines*, máo recurso empregado contra um ministro da Fazenda, accusado pela opposição como contrabandista!

Da fama de delapidadores não têm escapado até os homens politicos de nossos dias; entretanto, Diodoro, Benjamin e Floriano morreram pobres como Evaristo da Veiga, Vergueiro, o visconde de Caravellas, Manuel Alves Branco e tantos outros.

Muitos que subiram ao poder remediados, delle saïram pauperrimos.

Lembro-me agora de Joaquim Marcellino de Brito. Ao deixar o ministerio teve de ir á Bahia, vender uma fazenda em Sergipe, para saldar dividas! Tão modesto era o viver desse ex-ministro que, segundo conta o dr. Mello Moraes Pae, o unico guarda-roupa existente em seu aposento era uma corda em que pendurava a roupa.

Para honra do nosso funccionalismo, a limpeza de mãos, a hombridade de character, a probidade têm sido a regra

geral dos muitos que, em diversas epochas, têm exercido cargos públicos de maior ou menor categoria.

E' preciso lêr as cartas particulares de muitos delles, que no recesso da amizade confessavam os rigores e vicissitudes da vida, depois de haverem occupado cargos em que facilmente, e sem grande responsabilidade, se poderiam ter locupletado. Taes documentos existem não só na Bibliotheca Nacional como no Archivo do Instituto Historico.

Novo ensejo tive para verificar infundadas accusações dirigidas aos homens públicos da nossa terra. Ao Instituto Historico foi pelo seu actual presidente offerecida importante collecção de documentos particulares, pertencentes ao archivo do pranteado visconde de Ouro-Preto.

Dentre elles se destaca uma carta dirigida ao visconde de Ouro Preto pelo visconde de Taunay, seu antagonista politico, documento que serve de titulo de benemerencia a estes dous illustres Brasileiros militando em partidos diversos, mas unidos na patriótica idéa de auxiliar os descendentes de um grande estadista de refulgente memoria, qual foi o visconde do Rio Branco, o athleta da emancipação dos escravos, o immortal *Baptista*, nuncio da liberdade tardiamente concedida a uma raça escravizada.

Eis o teôr da carta do visconde de Taunay:

"Rio de Janeiro, 27 de Outubro de 1889.

Illmo. e Exmo. Sr. Conselheiro de Estado Visconde de Ouro Preto.

Tendo a familia do Visconde do Rio Branco, o immortal servidor do Estado, recorrido por meu intermedio á benevolencia de V. Ex. e á generosidade do seu elevado espirito, como chefe do Gabinete 7 de Junho, não posso deixar de vir prestar-lhe a minha homenagem de profunda gratidão pelo valioso auxilio que ministrou o governo actual aos infelizes netos daquelle inclyto brasileiro.

Actos destes merecem o applauso de todos e a elles se juntará a honrosa menção da Historia. Os netos do homem que tanto fez pelo Brasil não curtirão miserias e humilhações.

Reiterando agradecimentos, a que addito verdadeiras felicitações, tenho o prazer de assignar-me. — De V. Ex. obr°, cr°. amigo e muito admirador. — *Visconde de Taunay*."

Déra causa a estas tão justas expressões o que se lê no jornal do govêrno. E' o seguinte:

"*Diario Official do Imperio do Brasil.* — N. 295, de 27 de Outubro de 1889. — *Actos do Poder Executivo.* — Ministerio do Imperio. — Concederam-se as pensões: De 50$000 mensaes, a cada um dos seguintes menores filhos legitimos de José Bernardino da Silva e netos do finado visconde do

Rio Branco: Amelia Bernardino Paranhos da Silva, José Bernardino Paranhos da Silva, Zulmira Bernardino Paranhos da Silva, Oscar Bernardino e Ottacilio Bernardino Paranhos da Silva."

Entretanto, dizia-se que o visconde do Rio Branco fallecêra millionario!

Não! A honra, o decoro e a dignidade, taes como os definiu d. frei Francisco de S. Luiz, não pódem ser picados dos brazões dos nossos homens públicos do passado e do presente.

Quantos dos que se foram desta vida poderiam repetir o que, na vespera de morrer, dizia o grande d. João de Castro!

Exclamava este quarto vice-rei da India: *não ter quatro vintens para comprar uma gallinha.*

Em uma festa official morreu, ha annos quasi subitamente um grande patriota. Em seu bolso só se encontrou como unica fortuna a *enorme quantia* de dous mil e quinhentos! E o morto occupava então com grande brilho um cargo cheio de responsabilidades. Era simplesmente ministro da Agricultura!

A voz pública, diziam os antigos, é voz de Deus. Nem sempre!

O que tem sido em todos os tempos tal voz denominada tambem *opinião pública*, já o disse o dr. Martim Francisco em scintillante artigo, publicado ha tempos em um dos periodicos mais lidos de S. Paulo, *O Commercio*.

Para uns, digo eu, ella é representada pela *Opinion Publique* do velho *Alcazar*: moçoila bonita, de calções de setim, saiote curto, cabelleira empoada, barrete phrygio, e flexivel chibata na mão.

Para outros a referida *opinião* é o *Chico da venda*, da parodia do Vasques: farda de pedestre, barretina de porta-machado, manejando grosso vergalho, a que o vulgo chama *Candelaria!*

Inconstante, variando sempre, como os gallos da torre, rodando ao sabor dos ventos, ou voluvel como a *dona* da canção do *Rigoletto*.

Ainda ante-hontem, a terra da humilde cova abrigou para sempre os despojos de um grande batalhador em pról das causas mais sanctas, dignas, justas e patrioticas. Sómente o conhecia eu de nome e de fama. Nunca lhe ouvi as fallas.

A maledicencia, o odio e a intolerancia fizeram delle um *nababo*. Pois bem, no acervo de pretensas riquezas, em vez de ouro e pedrarias, encontraram-se apenas os reditos de funcções honradamente ganhos, não representando mesmo a *aurea mediocridade do poeta!*

Tem, pois, razão o justiceiro articulista d'*A Imprensa*, de 30 de Maio.

Aos calumniados de todos os tempos poder-se-á applicar a phrase de Justino: *A posteridade no silencio da inveja fará justiça aos meus exforços.*

14 de Julho de 1912.

ARCHIVO MUNICIPAL

O incendio de "20 de Julho de 1790" não destruiu de todo o importante archivo da nossa cidade. Remodelando tão util departamento da Prefeitura, está, em boa hora, nomeado pelo general Bento Ribeiro o historiador probidoso, quão modesto e infatigavel, Noronha Santos. Foi elle ainda ante-hontem, no meio de geraes applausos, admittido ao gremio do Instituto Historico.

O que se vai lêr são impressões hauridas na visita, ha pouco, por mim feita ao Archivo Municipal, em companhia do meu amigo dr. Henrique José do Carmo Netto, operoso cultor das letras juridicas. Ha tambem notas e informações prestadas por Noronha Santos. Constituem estas o melhor merecimento desta chronica.

Desde a installação da Camara Municipal, em 2 de Dezembro de 1882, no edificio mandado construir para o Paço da Municipalidade, até Maio de 1910, esteve o Archivo no pavimento superior, na sala contingua á occupada pela antiga Directoria do Interior e Estatistica, anteriormente denominada Secretaria da Camara.

A mudança para a nova installação, no pavimento terreo do antigo edificio do Paço Municipal, foi feita de fins de Maio a meados de Junho de 1910. Occupa a repartição do Archivo que é a 2ª secção da 1ª Sub-directoria da Policia Administrativa, Archivo e Estatistica, duas salas daquelle pavimento, juncto á Portaria Geral da Prefeitura. Estas salas foram occupadas pela Contadoria da Illma. Camara, mais tarde denominada Directoria de Contabilidade. A sala de expediente, com accesso para o saguão do corpo do edificio que enfrenta com a praça da Republica, tem duas janellas e uma porta para a rua de S. Pedro.

Nesta dependencia do Archivo, destinada ao serviço de coordenação, classificação e catalogação dos documentos, ornamentam as paredes 14 plantas da cidade e alguns quadros. Seu mobiliario é antigo, destacando-se como reliquias historicas: — um grande armario, em formato de oratorio, do antigo Se-

nado da Camara, e uma mesa com flôrões e as iniciaes I. C. M. (Illustrissima Camara Municipal), da qual ha a tradição de ter servido ao contador Innocencio da Rocha Maciel.

Num pequeno armario envidraçado estão as velhas bandeiras do Brasil e os estandartes: do Senado da Camara, que serviu na recepção da Familia Real portugueza em 1808, e o da Sociedade Commemorativa da Independencia Nacional. Este está ainda bem conservado e é riquissimo. Aquelle, apesar de estragadissimo, com a seda desfiada, conserva os delicados trançados de bordado a ouro. As bandeiras do Brasil são do primeiro reinado. Uma é anterior á independencia da Cisplatina, pois nella figuram as estrellas das provincias brasileiras, accrescidas da que correspondia á Cisplatina. O pequeno armario guarda tambem o pallio do Senado, da Camara e uma vára de almotacé que, por conter pintadas na parte posterior as armas do Imperio, parece ser de épocha subsequente a 1822 — ou de 1822 a1830. O cargo de almotacé desappareceu, como se sabe, com a reforma de 1 de Outubro de 1828; mas ha papeis referentes a esses serventuarios com data de 1830, que foi justamente o anno da installação da Camara Municipal. Todos estes preciosos documentos do passado estão resguardados do cupim e da traça, contendo o armario desinfectantes. Num cabide ao fundo do armario envidraçado estão as varas do pallio — ou que serviam para sua armação.

Ainda se conservam no Archivo duas marrequinhas do chafariz do mesmo nome ou das *Marrecas* e um par de algemas dos tempos da escravidão.

Armação com estantes metallicas. — Na sala contigua á de expediente, fica installado o *Archivo* — com a sua livraria e com a farta documentação avulsa sôbre variados assumptos da vida politica, social e administrativa da cidade do Rio de Janeiro. Estes documentos são de ordem historica e administrativa. Consta a nova installação de tres pavimentos.

No primeiro pavimento — que é o terreo — ha seis estantes metallicas, seccionadas por 12 corpos, contendo prateleiras, sôbre as quaes assentam 1.344 caixas portateis. Cada caixa tem uma etiqueta, indicando numero de ordem e designação do departamento municipal, ao qual se referem os documentos archivados. Dois lances de escadas, ladeados por gradil de ferro com corrimões de metal dourado, dão accesso aos pavimentos superiores.

O segundo pavimento tem as mesmas estantes e corpos que o primeiro, mas suas prateleiras differem das do andar terreo. Assentam ou encaixam as extremidades em dentes e podem ser graduadas conforme as dimensões dos livros. São em maior numero as prateleiras destinadas aos pavimentos su-

periores, porquanto serão utilizadas tantas vezes quantas forem necessarias á arrumação de livros. Todo o pavimento, que se assimelha a um passadiço dos novos transatlanticos, é circundado por gradil de ferro encimado por uma balaustrada de metal dourado. O soalho é de vidro, deixando coar bastante luz para o andar terreo. Nestas duas partes da nova installação já se acham mais adeantados os trabalhos de catalogação.

O 3° e ultimo pavimento é em tudo similhante ao segundo. E' o mais resguardado e o menos ventilado. Nos dous pavimentos superiores ha logar para serem arrumados cerca de 10.000 livros. Custou esta installação aos cofres municipaes £ 3.472 que, ao cambio da data do pagamento, ficaram por 54:864$544. Além desta despesa com o Archivo, melhoramento mandado fazer em 1909 pelo prefeito general Francisco Marcellino de Sousa Aguiar, gastou a Prefeitura cêrca de 6 contos com a illuminação electrica, ventiladores, pintura, etc. Na quantia de 54:864$544 está incluida a da montagem do elevador manual para conducção de livros de um pavimento a outro.

O arcabouço metallico foi assentado sôbre uma muralha de cimento armado. Este trabalho, feito sob a immediata responsabilidade do engenheiro encarregado das obras do edificio da Prefeitura e da adaptação da parte antiga a novos serviços, correu outra verba de despesa. Forneceram o material — da armação de estantes metallicas, os srs. Walter & Brothers, engenheiros contractantes e importadores de manufacturas norte-americanas, unicos agentes no Brasil da Westinghouse Eletric & Mfg. C., de Pittsburg. A fiscalização de toda a obra foi feita pelo engenheiro Evaristo de Vasconcellos, da repartição dos Proprios Municipaes.

Enquadernação — A enquadernação começou em Septembro de 1911, e desta data até agora, foram concertados 380 livros, ou reunidos em 380 volumes milhares de documentos, que estavam esparsos e que foram devidamente agrupados e classificados. A este número junctaremos 70 livros que existiam, mas com numeração truncada de páginas e estragadissimos, e que foram enquadernados. São ao todo 450 os livros enquadernados com solidez e contendo dizeres dourados nas lombadas.

Os livros mais importantes já enquadernados são os de *Provisões*, a partir de 1565, *Cartas Régias*, *Correições dos Ouvidores* desde 1624, *Vereanças* desde 1635, 4 grandes volumes sobre a *Independencia Nacional*, *Estatua de D. Pedro I*, *Adhesão ás Cortes e á Constituição de Portugal*, *Sesmarias* (Aforamentos), *Sesmarias de ordens religiosas*, *Cartas de Ordem de Sesmarias*, *Almotacés*, *Documentos sobre questões*

de terras, Auxilios e Donativos para Urgencias do Estado. Livros de Escripturas e Registros de Juizados de Paz. Cartas do Senado da Camara, Ordenanças, Posses, e *Balanços antigos.*

Estão sendo enquadernados cêrca de 200 livros. Até o fim deste anno será possivel, que a officina dê mais 100 volumes promptos, além daquelles. Ascenderá assim o número total de volumes enquadernados a 750.

A despesa com este serviço de tanta vantagem ao Archivo é relativamente insignificante para os recursos da municipalidade. Monta a 4:400$ annuaes, no maximo, com o pagamento de dous operarios enquadernadores, compra de material e douração de livros. Foi o general Bento Ribeiro quem auctorizou esse trabalho, satisfazendo á requisição, que lhe fôra feita. O illustre prefeito sabe do andamento dos trabalhos, e na sua ultima mensagem, tractando do Archivo, declara "que é com o mais vivo interesse que póde accentuar o desenvolvimento da repartição, que parecia condemnada ao abandono."

O que é preciso é não parar o trabalho da enquadernação. Elle deve proseguir por muito tempo. Convém que, de 1913 em deante, haja dotação orçamentaria, para que prosiga o trabalho, que deve ser persistente e de fórma a poder-se salvar toda a documentação existente.

Estão já ordenados e promptos para serem entregues á enquadernação 425 volumes, que dizem respeito á organização administrativa e serviços da antiga cidade, notadamente com referencia á Vintena.

Capitães do Matto e Assaltos, Avaliadores, Calçamentos, Pontes, Matadouros, Commercio de Carnes Verdes-Talhos e *Açougues, Autos de Almotaceria, Logradouros Publicos, Vistorias e Embargos,* e varios documentos sôbre *Commercio de peixe* e *Industria de Pesca,* Autos sôbre escravos, escravos ao ganho, mercadores de escravos e processos sôbre aforamentos e questões de terras. Agrupados por especie, mas ainda não ordenados devidamente, existem, aproximadamente, 600 maços de documentos examinados.

Dos tempos coloniaes não ha noticia de reformas, que mudassem o aspecto do chamado Cartorio do Conselho.

O dr. Salles de Macedo — que melhor tractou das origens e tradições do Archivo — não accentúa positivamente este cuidado. Ha num ou noutro documento referencia ao Archivo, e depois do incendio foram trasladados varios documentos do Archivo do palacio do vice-rei. Salles de Macedo cita varias reformas de livros anteriormente ao incendio de 20 de Julho de 1790.

Nos 1° e 2° reinados pouco se fez em beneficio do Archivo.

Foi na administração Mello Moraes que se fez a selecção de alguns documentos e se cuidou da enquadernação, mas em condições bem precarias. Foram enquadernados, e mal, cêrca de 50 livros.

De 1894 a 1897 publicou-se a *Revista*, cuja publicação foi mandada suspender pelo prefeito dr. Ubaldino do Amaral Fontoura, em 1898.

Antigamente era destacado um empregado qualquer da secretaria para tomar conta do Archivo. Foi sob a Republica que se prestou mais attenção a este serviço, nomeando o 1° Conselho de Intendencia como archivista o dr. José Ricardo Pires de Almeida; substituiu-o, na administração do prefeito Barata Ribeiro, o dr. Damaso de Albuquerque Diniz, hoje chefe de secção aposentado da Directoria de Fazenda Municipal. Em 15 de Agosto de 1893, com a reforma das repartições municipaes, foi nomeado director do Archivo Municipal, o dr. Alexandre José de Mello Moraes Filho. Em Septembro de 1901 foi posto em disponibilidade o dr. Mello Moraes, passando o Archivo, de Directoria com 2 secções, a constituir uma secção subordinada á Directoria do Interior e Estatistica. A' testa desta secção ficou o dr. Francisco de Salles de Macedo, organização completa de estudioso de questões historicas, mas infelizmente de ha muito minado por gravissima infermidade, que lhe não dava socego para cuidar do velho deposito de papeis, que outra cousa não era o Archivo. Em 1903, foi Macedo transferido para outra secção e posteriormente promovido. Naquelle anno passou a servir no Archivo o chefe de secção José de Paiva Legey, que é presentemente serventuario effectivo. Em Outubro de 1910 com a designação de Legey para inspeccionar agencias da Prefeitura, em cuja commissão se conserva, foi mandado servir no Archivo um primeiro official, exercendo este interinamente, por designação do prefeito Serzedello, o logar de chefe da secção.

No tempo de Directoria, o Archivo tinha 12 empregados de escripta, 1 director, 2 chefes de secção, 1 continuo e 2 serventes.

Tem actualmente — 4 empregados de escripta, sendo 2 do quadro e 2 extranumerarios, um chefe interino e 3 serventes.

Para serviços tão importantes é mistér que o digno sr. prefeito faça uma selecção. Não basta capacidade intellectual: é preciso mais: escolher para auxiliares de Noronha quem como elle tenha a devida *emboccadura*.

Domingo, 21 de Julho de 1912.

CONCHAS E PASSAROS

Dá-me thema para esta arenga domingueira a leitura de dous artigos, occorrentes no *Jornal* de hoje, 28 de Julho.

Em um o erudito dr. Escragnolle Doria, lembrando o nome do dr. Joaquim Manuel de Macedo, hoje quasi esquecido, tece merecidos encomios ao dr. Ramiz Galvão, por ter a patriotica idéa de dar a uma eschola municipal, o nome do eximio romancista auctor da *Moreninha*, do grande sabedor da nossa Historia e do eloquente orador do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

O abaixo assignado, que teve a honra de ouvir as sábias licções do saudoso mestre, dá tambem parabens ao dr. Escragnolle Doria, por haver posto em destaque, com a proficiencia propria, facto tão suggestivo e sôbre o qual nada até agora se dissera.

Versa o segundo artigo sòbre o desuso em que vão paulatinamente caïndo na propria Albion os chamados jardins inglezes ou paizagistas.

Quando o Govêrno em 1862 tractou de reformar dando feição moderna ao nosso *Passeio Publico*, Macedo exactamente preconizava esses jardins como os mais naturaes, os mais livres e que produziam mais agradavel e completa illusão.

Havia-se abandonado de todo o systhema de alamedas em linha recta e de massiços regulares. "O cordel e o compasso, accrescentava o dr. Macedo, não são consultados, o olhar do artista e a sciencia do botanico são os grandes instrumentos desse trabalho. Esse olhar que nivella o terreno, destruindo-lhe as ondulações, que cria nelle claros escuros, divaga muitas vezes por muito longe dos limites fixados ao logar de sua obra, anda procurando perspectivas louçãs e encantadoras; cobiça os panoramas longinquos, apodera-se delles, liga-os pela arte ao jardim, que deste modo parece muito maior, illimitado mesmo."

Si ainda vivesse o gracioso auctor do "Fantasma Branco" e lèsse o *Jornal do Commercio* de hoje, veria que, em materia de jardins, dá-se nova reacção.

Vamos voltar á moda antiga de que era exemplo evidente o primitivo *Passeio Publico* mandado organizar pelo vice-rei Luiz de Vasconcellos e Sousa, e cuja inauguração teve logar em 1783, para se commemorar o consorcio do principe d. João com a princeza hispanhola d. Carlota Joaquina.

Bom é lembrar que por essa occasião houve aqui ponposas festas, em as quaes figuravam carros de idéas, cujos desenhos constam de um caderno existente no archivo do nosso Instituto Historico, offerecido pelo grande poeta e mui no-

tavel artista Porto Alegre, amigo intimo de Joaquim Manuel de Macedo.

Dado o *alamiré* na Europa, e graças ao espirito de imitação, não é de admirar que voltemos aos jardins construidos no tempo do Vidigal.

Não será um mal. Teremos como outr'ora canteiros, cascatas, tanques ornados de bellas conchas de que tão abundantes são as nossas praias. Haja vista a pittoresca Paquetá, que offerece um sem numero de variedades de conchas e caramujos, uns tão claros como madreperolas, outros roseos e anilados.

Que saudades tenho desses ornatos outr'ora empregados nas nossas quintas e solares das mais abastadas familias! Quem se não lembra dos bancos, cascatas e pequenas grutas da antiga escadaria do Hospital da Penitencia, dos sofás da Quinta da Bôa-Vista e do jardim da antiga Capella Imperial e de varias outras chacaras desta cidade já tão bem descriptas pelo meu amigo e distincto engenheiro dr. Araújo Vianna? Em todos elles ostentava-se artistica ornamentação de conchas e caramujos.

Voltaremos ao tempo em que deu cartas nesta cidade o celebre Xavier das Conchas, o qual em um dos antigos pavilhões do Passeio Publico, deu provas do seu bom gosto essencialmente brasileiro e de perfeita intuição artistica!

Quem se lembra hoje de Francisco dos Santos Xavier, o Xavier das Conchas, o qual com o mestre Valentim e com o *Xavier dos Passaros*, tanto coadjuvaram o vice-rei Luiz de Vasconcellos?

Foi exactamente Macedo, quem, sôbre este Carioca nos deu os mais exactos dados biographicos. O auctor de um *Passeio pela cidade do Rio de Janeiro* confundia, como outros, o *Xavier das Conchas* com o *Xavier dos Passaros*.

Em bôa hora emendou a mão e confessando o êrro, estabeleceu a identidade desses dous differentes artistas, ambos habeis e originaes nos seus trabalhos. Viveram no mesmo tempo com uma differença: o primeiro, *o das Conchas*, foi militar e muito distincto; o segundo, simplesmente paisano.

Entretanto ha ainda quem confunda os dous, máo grado o que escreveram o conego Januario, Burlamaqui, o dr. Macedo, Ladisláo Neto, Baptista de Lacerda e outros!

Santos Xavier (*o das Conchas*) nasceu no Rio de Janeiro em 1739. Foi baptisado na Candelaria. Era filho legitimo de Verissimo dos Santos e de d. Ignacia de Arão. Assentou praça de soldado nesta cidade a 12 de Septembro de 1752. Foi destacado para a ilha de Sancta Catharina. Esteve alli em serviço activo por cêrca de trinta e dous annos. Durante esse tempo subiu de postos e desempenhou diversas commissões. "Entre

outras, diz o dr. Macedo, a de examinar, si era possivel estabelecer navegação entre a serra e a costa do mar, rompendo-se as lagôas para fazer communicar a Villa da Laguna com o rio Tramandahi".

Para conseguir este intento Xavier caminhou a pé cêrca de cincoenta legoas, por pantanos, desertos, rios, e logares quasi intransitaveis. Em 1765 apresentou um roteiro dessa sua perigosa expedição.

Não pretendo seguir todos os tramites da carreira militar de Xavier. Em 1787 estava com licença no Rio de Janeiro. Foi então encarregado pelo vice-rei Vasconcellos dos trabalhos de conchas em um dos pavilhões do Passeio Publico.

Em 1789 foi Xavier promovido a capitão de infantaria e governador da fortaleza do morro da Conceição, e encarergado da inspecção da fabrica de armas alli estabelecida pelo vice-rei conde da Cunha.

Nesse posto da Conceição, do brioso militar dá noticia o tenente de Bombeiros, Antonio Duarte Nunes, no seu *Almanaque* de 1799 reproduzido no tomo 21° da *Revista do Instituto Historico*.

No processo dos Inconfidentes de Minas leio o nome de Santos Xavier, na lista de presos confiados á sua guarda e reclusos na referida fortaleza juncto ao palacio dos antigos bispos e hoje, do eminentissimo cardeal Arco-Verde.

Falleceu Santos Xavier a 4 de Julho de 1804 no posto de tenente-coronel. Casou no Rio de Janeiro em segundas nupcias com d. Rosa Francisca de Vasconcellos Vahia, filha do mestre de campo (coronel) Bartholomeu José Vahia e ermã do futuro conde de Sarapuhi.

Não irei adeante sem lembrar tambem uma industria hoje desprezada, oriunda de Sancta Catharina. Refiro-me aos ornatos de escamas de peixes.

Já foi grande moda. Usaram-se grinaldas, broches, pulseiras, collares, etc., tudo feito de escamas. Até os anjinhos de procissão não se pejavam de ostentar taes ornatos com os veludos, setins, plumas e azas de garças.

Chamava-se o *Xavier dos Passaros* Francisco Xavier Cardoso Caldeira. Seu nome está ligado aos primordios do nosso Museu Nacional, creado tambem por Luiz de Vasconcellos e Sousa, com o nome a *Casa dos Passaros*, no local em que está hoje o Thesouro Federal no antigo campo da Lampadosa ou da Polé, sitio em que foi enforcado Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Caldeira não era scientista. Apenas curioso, que sabia preparar e conservar passaros, insectos e pelles de mammiferos. Falleceu pouco depois da chegada da Familia Real.

Como inspector do pequeno museu ganhava Caldeira o ordenado de um conto de réis por anno. E não era então pequeno vencimento.

Enquanto o Xavier das Conchas ornava o pavilnão do Passeio denominado de Apollo, Caldeira com pennas de passaros ornamentava o chamado pavilhão Mourisco.

Em um e outro havia paineis com taes ornatos de conchas, e paineis e quadros pintados pelo artista Leandro Joaquim.

Urge terminar. Em seu bem elaborado artigo sôbre o dr. Macedo, fallou o dr. Escragnolle Doria, no Collegio Pedro II. Tratar desse estabelecimento, neste mez de Julho, é despertar saudosas recordações no espirito do infra assignado, o mais obscuro dos discipulos de Macedo.

Era o tempo em que nos preparavamos para a festa e baile de S. Joaquim, padroeiro do Collegio. Succediam-se os ensaios para a missa cantada, enchiam-se os convites para o saráo, compravam-se botinas, luvas e gravatas, etc., verdadeiro *fervet opus*.

Como é bom lembrar tudo isto quando taes factos suggeridos e despertados pela penna primorosa de um escriptor de bôa e justa fama e sobretudo patriota que se chama Escragnolle Doria!

28 de Julho de 1912.

A BICHA

Não fallarei desses pequenos e implicantes foguetinhos, velha industria da China, tão bem definidos pelo nosso Moraes e Silva.

Paixões lhes chamava o commandante do navio portuguez *Sado*, ha annos ancorado nas aguas da nossa bahia, exactamente em tempos do foguetorio e dos balões.

Passou felizmente o mez de Junho sem que aos sanctos festejados se pudessem lançar em conta liquidações forçadas a prova de fogo.

Demais, cousas passadas já não teriam o sal da opportunidade.

Não pretendo, outro sim, tractar dos applicadores de sanguesugas, os quaes, com o titulo de barbeiros de *cortina*, já tiveram o seu S. Miguel.

Um houve, aqui no Rio de Janeiro. Julgava-se *tão bom como tão bom*. Eis o caso: enfermara um escravo do grande clinico barão de Petropolis. Foi chamado o figaro da esquina, pois houve necessidade da applicação de bichas.

Por algum tempo esperou o barão pela conta. Instado para envia-la, ao portador respondeu o arranca dentes: não tinha habito de levar dinheiro a *collegas* !

Entro porém em materia. A largos traços descreverei a *Bicha*, grande flagello, que durante annos dizimou os povos de Pernambuco e Bahia.

Vem de molde tractar desta materia, pois desejo, com appello aos entendidos e sabedores, apresentar dúvida, como adeante se dirá.

Corria o anno de 1685. Houve um grande eclipse da lua, antecedido por outro do sol.

O Jesuita Valentim Estancel viu, nesses phenomenos astronomicos, annuncio e prognostico de grandes males em castigo de peccados, de que estava cheia a terra de Cabral !

Parece que o tal religioso tinha bocca de praga. Uma tremenda epidemia de molestia desconhecida começou a fazer inauditos estragos.

Conforme o padre Domingos do Loreto Couto, e com elle concordam outros auctores, a causa do pestilento mal foi attribuida a duas barricas de carne podre, que voltaram em viagem da Ilha de S. Thomé, as quaes abertas por um tanoeiro: "Espalhando malignos halitos e indigestas exhalações, o ferira tão fortemente que brevemente expirava e logo algumas pessoaes de sua casa, a quem communicara o contagio.

Este se foi ateando ao povo do Recife, de modo tão violento, que em pouco tempo falleciam muitos. Matou logo duas mil pessoas.

Passou o mal a Olinda e ao reconcavo, sendo mui poucos os individuos que escaparam. "Não se junctavam já os cidadãos nas praças, porque receavam de se ajunctarem nas tumbas; não assistiam os ministros nos tribunaes, porque temiam ouvir alli a sentença de sua morte; os campos se trocavam em sepulturas, porque eram sem número os que morriam, deixando ermas de moradores as casas e familias de Olinda e do Recife.

O povo de Pernambuco ao terrivel morbus deu o nome de *Males*. Na Bahia foi elle conhecido e appellidado a *Bicha*.

Nesta segunda localidade, narra o elegante historiographo Sebastião da Rocha Pitta: — "Os primeiros feridos do achaque foram dois homens que, jantando em casa de uma mulher meretriz, morreram em vinte e quatro horas, caso que a fez ausentar por se lhe arguir que em um prato de mel lhes disfarçara o azibar do veneno, mas, pelos symptomas e signaes com que foi ferindo o contagio, se conheceu que delle falleceram."

Narra Rocha Pitta com vivas cores as desgraças da epidemia. Houve dia em que caïram doentes duzentas pessoas

e não escaparam dois. Estavam cheias as casas de moribundos, as egrejas de cadaveres, as ruas de tumbas, não havia pessoas para accompanharem o Sacramento. Entre as pessoas notaveis fallecidas victimas da Bicha, contaram-se o arcebispo d. frei João da Madre de Deus, tres medicos, tres cirurgiões, magistrados, advogados, etc.

Ainda em 1688 fallecia na Bahia, victima da *pestilencia*, como então se dizia, Mathias da Cunha, capitão general da Bahia, o qual antes fôra governador do Rio de Janeiro; e os desembargadores José da Guarda Fragoso e Jeronymo de Sá e Cunha.

Nesta terrivel emergencia, admirou-se o zelo, o carinho e caridade de uma rica e distincta senhora, d. Francisca de Sande.

De sua casa fez hospital, soccorrendo, animando e consolando os victimados pela "Bicha".

Batidos de tribulação, appellaram os habitantes da Bahia para a protecção do Apostolo das Indias, S. Francisco Xavier. Foi elle declarado padroeiro e protector da cidade, fundada por Thomé de Sousa.

Por ordem régia e á custa da Camara, eram feitas procissões e festas ao sancto jesuita. Taes ceremonias duraram, conforme Cerqueira Accioly, até 1828. O historiador bahiano censura o desuso em que cairam taes festas.

Do que se tem escripto sôbre os *males* ou *bicha*, desde o dr. João Ferreira da Rosa, cujo trabalho foi elogiado por Littré, até nossos dias, incluindo documentos reunidos pelo erudito barão de Studart, commentarios feitos pelos drs. Lino Leitão, Magalhães Coutinho, Silva Lima, Teixeira de Sousa, Innocencio da Silva e tantos outros, resultou a certeza de que essa epidemia foi do verdadeiro typho ioseroide ou febre amarella que, pela primeira vez, visitou terras brasileiras.

Conforme escreveu o padre Antonio Vieira, se verifica ter cessado a *Bicha* em 1692.

Desde então até 1849, nunca mais, ao que se dizia, a febre amarella veio á nossa terra fazer os terriveis estragos, que constituiram por muito tempo o Brasil, paiz pestilencial e pouco convidativo a immigrantes e aos não acclimados.

Entretanto, surge em meu espirito a duvida, da qual acima fallei. Ha muita gente que julga sem interesse a leitura e o que é mais a publicação e conservação de papeis velhos. Em verdade, ha nelles sempre o que aprender ou ensejo para se ter noticia de factos muito particulares não citados pelos chronistas.

Aconteceu-me isto com a leitura do tomo X, das *Publicações do Archivo Publico*. Depara-se alli com a resposta

dada pelo governador Ayres de Albuquerque a uma ordem vinda da metropole.

Não nos interessa saber o que o rei ordenara. E' extensa, sôbre varios assumptos, a resposta de Albuquerque, então governador do Rio de Janeiro.

Tem a data de 10 de Julho de 1719.

Ahi vai o trecho que me poz sal na molleira. Falando dos serviços prestados pelos Jesuitas, accrescenta "e que das religiões que ha nesta cidade nenhuma é mais util para o serviço de Deus e bem commum que a da Companhia, como a experiencia tem mostrado, e se vio na occasião que os Francezes invadiram esta praça, assistindo com suas boiadas ao povo mandando sahir della, e mais mantimentos de que se necessitava fazendo nisto uma grossa despeza e em outra occasião em que houve *mal pestilencial nesta terra*, que *chamam bicho* (o grypho é meu), andar o reitor pela cidade com um carro atrás de si carregado de gallinhas, doce e pão, repartindo pelos enfermos com muita caridade e varias outras esmolas etc."

O povo conhecia a espinhela caïda, a amarellidão, as alporcas, as obstrucções, o tabardilho, coração de agua, as sezões, as malinas, as maleitas, as malditas ou erysipelas, as *caimbras* de sangue e a molestia do bicho ou corrupção, como no-la descreve Luiz Gomes Ferreira, o sarampão etc.

Sempre que, em documentos officiaes ou não, se tracta da variola, é esta appellidada contagio das bexigas, mal das bexigas, pestilencia das bexigas, peste das bexigas, ou simplesmente *peste*.

Porque daria o Governador Albuquerque, dirigindo-se ao rei e alludindo a certa epidemia, um nome popular só applicado ao contagio de 1685 ? Verdade é que em 1710 houve aqui, e não era a primeira vez, grande epidemia de variola, penetrando pelo lado do Engenho Velho. Segundo se presume, e consta de documentos da Camara, foi o mal devido ao general francez Duclerc. Invadindo a cidade pelo sertão acampou com suas tropas na fazenda ou engenho dos Jesuitas.

Teve necessidade de mandar fazer excavações em uma baixada, que servira de cemeterio dos escravos dos padres, no local mesmo em que annos antes reinara com intensidade devastadora o mal das bexigas.

Si, na realidade, foi a bexiga a *Bicha*, a que se refere o governador, e não a legitima febre amarella, devemos admirar o espirito do povo.

Sabia fazer troça das cousas sérias. Assim aconteceu ás epidemias da Zamperina, Polka, Corcunda, Schotisch. Sendo assim, não eram, como se pensa, tão casmurros os nossos velhos Cariocas.

Cabe-lhe tambem (quem sabe ?) a paternidade do dicto *matar o bicho*, dos nossos botequins, o fabuloso animalejo. Quanto mais o matam com Champagne, tanto mais revive desde os tempos de Noé, para gaudio dos "páos d'agua", em cujos cerebros faz gerar inquietos macaquinhos no sotão, conhecidos de muita gente boa.

Domingo, 4 de Agosto de 1912.

EGREJA DOS INGLEZES

Estamos em 1819 e, conforme rezam as ephemerides, em *12 de Agosto* desse anno, foi lançada a primeira pedra do templo anglicano, a que o povo deu o nome de Egreja dos Inglezes.

Não houve copo d'agua, foguetes, charangas, nem discurseira de legua e meia. Tudo se passou com simplicidade e de accôrdo com a sisudez e práctica da vida, innatas nos naturaes das Ilhas Britannicas.

Muito laconico foi, tractando da ceremonia, o mais meticuloso chronista do tempo, o padre Luiz Gonçalves dos Santos, vulgo o *Pereréca*.

Comprehende-se: um sacerdote catholico não iria entrar em particularidades, tractando-se de uma casa religiosa, que se ia edificar em proveito de schismaticos.

Eis as palavras do futuro conego da Capella Real e depois Imperial: "No dia 12 de Agosto, anniversario do principe regente do Reino Unido da Gran-Bretanha, os Inglezes residentes nesta Côrte do Brasil, em virtude da permissão concedida pelo tractado de commercio de 19 de Fevereiro de 1810, lançavam a primeira pedra de sua Capella com as ceremonias do Ritual Anglicano, em cujos alicerces depositaram uma garrafa com gazetas inglezas e várias moedas do tempo e a dedicação a São Jorge e a S. João Baptista, em obsequio do seu principe regente e do nosso augusto soberano, que franqueou a permissão deste, o primeiro templo anglicano no Brasil.

Erige-se esta capella no pateo da casa, que foi do defuncto bispo d. José Justiniano, logo na entrada da rua dos Barbonos, e pretendem os mesmos Inglezes comprar a referida casa para no terreno della levantarem um hospital para os da sua nação."

Antes de proseguir, seja dicto de passagem: este último projecto não foi por deante. A casa do bispo, na qual residia sua progenitora, que deu nome ao pequeno largo, chegou até nossos dias occupada por particulares. Foi demolida, ha poucos annos, e recuada. Tambem era tempo, porque resi-

dencia, desde 1710 dos Mascarenhas, antepassados do prelado, estava o velho solar servindo, por irrisão da sorte, de grande casa de commodos. Felizmente, não ostentava em suas janellas a classica meia-lua de vidros verdes e encarnados.

O auctor da *History of the Brazil*, James Henderson (depois consul da Colombia) assistiu ás festas de 12 de Agosto de 1819, realizadas, diz elle, na rua (sic) dos "Barbonos".

Segundo este escriptor, na antiga casa da mãe do bispo residia, por esse tempo, o embaixador de Sua Magestade Catholica, o qual pelo nome não perca.

Além de muitos negociantes, estiveram presentes um sr. Stevenson, thesoureiro, e a commissão encarregada de agenciar donativos. O sr. Crane fez uma pequena arenga. Quanto á *garrafa*, Henderson diz que nella, alêm de 23 jornaes inglezes de 14 de Junho, últimos recebidos, foram encerradas moedas inglezas e portuguezas, uma lista de navios e um exemplar da *Gazeta do Rio de Janeiro*, a qual, como é sabido, era a folha official e o unico jornal então aqui publicado.

Deu o plano do edificio o sr. Johnson. Foi constructor um mestre de obras portuguez, cujo nome o escriptor inglez não cita.

O novo templo podia accommodar, a gosto, 500 pessoas e muito mais, si fossem construidas galerias.

Narra ainda Henderson o seguinte: o tal embaixador hispanhol espiava de uma janella a ceremonia. Havia elle feito o offerecimento de ceder parte do chão de sua cavallariça para alargamento da capella. Passados tres mezes, o diplomata nada de se mover. Os Inglezes procuraram, por intermedio do ministro Thornton, o apoio do rei para tornar effectiva a promessa, pois que o dono da propriedade queria dinheiro.

Parece-me que o auctor da Historia do Brasil ouviu cantar o gallo sem saber onde. O que houve consta de papeis existentes no Archivo Nacional.

Não vem a proposito cita-los. Basta dizer que d. João VI permittiu aos Mascarenhas a alienação de parte do terreno, que era legitima propriedade delles, como adeante mostrarei. Nem se comprehende, sinão como fanfarronada, a promessa do hispanhol: dar o que não era seu. E seria muita ingenuidade dos Inglezes tomar a sério tal *gentileza*, pedindo juncto do rei a intervenção do ministro britannico.

A edificação desse primeiro templo protestante teve por motivo o art. XII do tractado de 19 de Fevereiro de 1810. Dizia assim:

"Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal declara e se obriga no Seu Proprio nome e no de seus herdeiros e

successores a que os vassallos de Sua Magestade Britannica residentes nos seus Territorios e Dominios não serão perturbados, inquietados, perseguidos ou molestados por causa de sua Religião, mas antes terão perfeita liberdade de consciencia e licença para assistirem e celebrarem o serviço divino em honra do Todo Poderoso Deus, quer seja dentro de suas casas particulares, quer nas particulares Egrejas e Capellas que Sua Alteza Real agora e para sempre graciosamente lhes concede a permissão de edificarem e manter dentro de seus dominios e conquistas, contanto que as sobreditas capellas serão construidas de tal maneira que exteriormente se assemelham a casas de habitações e tambem que o uso de sinos não lhes seja permittido, etc."

Deste modo ficavam os moradores do bairro da Ajuda livres de mais badalos.

Bastava-lhes já aturar os de Sancto Antonio, os quaes quando tocam para festas é um nunca acabar. Hoje, por contrapeso, os frequentadores da Avenida Rio-Branco gosam tambem das delicias do *concêrto* dos sinos dos Capuchinhos.

Não foi sem grande opposição do nuncio Lourenço Calpipi que aquelle artigo foi inscripto no tractado. Chegou a pedir ao rei que se estabelecesse no Brasil a *Sancta Inquisição*, para impedir o augmento da heresia, que não podia deixar de produzir venenosos fructos á vista de similhante concessão dada a anglicanos. D. João não esteve pelos autos. Lá teve suas razões de fôrça maior. O bispo d. José Caetano da Silva Coutinho, sim, deixou a cousa correr á revelia.

São curiosas suas razões, citadas por Walsh. Basta dizer que esta sociedade protestante jantou por vezes, no Palacio da Conceição, e faz justiça á tolerancia do prelado, ás suas virtudes, muito saber e simplicidade de vida.

Como refere o dr. José Carlos Rodrigues, o plano da capella da rua dos Barbonos foi sujeito ao exame de d. João VI. O rei modificou-o. Achava que as janellas não se pareciam ás de casa particular!

Até nossos dias, o referido sanctuario se conservou tal qual fôra inaugurado. Era separado da rua por um gradil e nada apresentava de notavel como edificio pertencente á rica e importante colonia ingleza. Na fachada, lia-se em characteres romanos *1820*.

Entretanto Fletcher e Kidder dizem que o templo foi conservado depois da Independencia. Em 1898-1899, diz o citado dr. Rodrigues: foi a capella completamente reconstruida, desta vez apresentando *fórma exterior* de templo que é a gothica, segundo os planos do architecto Jannuzzi, que tambem construiu a Egreja Methodista desta Capital.

Foi o templo reaberto a 9 de Maio de 1899. Em seu importante trabalho *Religiões acatholicas*, ainda o dr. José Carlos Rodrigues, cita, extrahida de uma de nossas folhas diarias, extensa noticia das radicaes modificações por que passou a velha egreja dos Inglezes. Assim, antes da abertura da nossa garrida Avenida, já aquelles tinham dado exemplo de progresso, levantando um muito elegante e artistico edificio, que produz bello effeito no meio das modernas e sumptuosas construcções.

Ha pouco tempo, por motivo de recuo, o gradil foi afastado mais para dentro. Ficou diminuido o pateo, mas esta modificação nada tirou á perspectiva e belleza do templo, uma das verdadeiras joias desta nossa Sebastianopolis.

Supponde, caro leitor, por exfôrço de imaginação, que estivestes na festa de 12 de Agosto de 1819, e que de braço dado com o signatario destas notas, viemos em agradavel palestra até o largo da Carioca, onde existia o chafariz levantado por Aires de Saldanha, o demolido Hospital da Penitencia, o sobrado em que morou o desembargador Antonio Diniz da Cruz e Silva, o cruzeiro perto da ladeira de Sancto Antonio, e em frente á Casa da guarda estabelecida por Gomes Freire de Andrada para prevenir desordens no chafariz, mórmente em occasiões de sêccas, provocadas pelos pretos que disputavam primazia em encher seus barris e potes. Foi esta guarda, que deu o nome á estreita e lugubre rua, transformada depois em verdadeira avenida commemorativa da Lei aurea de 13 de Maio de 1888.

Nella desemboccavam os beccos do Bobadella ou do Silveira, do Proposito, e finalmente, o do barão de São Gonçalo, e tambem a viella de Manuel de Carvalho, tudo hoje desapparecido, graças á picareta do progresso.

Como bem sabeis, a rua da Guarda Velha foi aberta á custa de aterros sôbre a famosa lagôa de Sancto Antonio, de que fallam as velhas chrónicas. Do lado do morro e ao desembocar na rua dos Barbonos, existiam terrenos pertencentes aos Mascarenhas. Pela rua dos Barbonos por arruação, obtiveram elles 29 e meia braças de testada até á esquina da Guarda Velha, e mais 70 até entestarem com o muro dos frades de Sancto Antonio. Ora, estes em 1807 haviam obtido da Camara tambem mais 23 palmos para puxar á frente um portão e cordear o antigo muro, que corria pelo local do Theatro Lyrico, rua Senador Dantas, etc.

Do lado da rua da Ajuda, ainda na rua da Guarda Velha, as edificações terminavam em angulo quebrado e pertenciam ainda aos Mascarenhas.

Vai, porêm, longa a conversa, e é preciso fazer ponto. Antes, porêm, de nos separarmos, ficae, caro leitor, sabendo: alli onde se ostenta todo por fóra e por dentro illuminado, o Theatro Municipal, brilhava apenas pequena lampada accesa pela devoção dos moradores, ante o oratorio de Nossa Senhora do Carmo. Em vez do gaz e da electricidade de hoje, o legitimo azeite de oliveira puro e sem mixtura! E' incontestavel: o bairro da Mãe do Bispo teve sorte.

11 de Agosto de 1912.

O LAGARTO

Si ha, neste mundo de miserias e maravilhas, cidade cujos habitantes nunca por muitos annos puderam dizer — feliz como agua do chafariz —, é por certo esta nossa Sebastianopolis.

Bem conhecidas são as difficuldades com que luctavam os nossos antepassados para obter o precioso liquido.

Era-lhes mistér manda-lo buscar por indios e negros lá para as bandas do paço de Antonio de Salema, governador que foi do Rio de Janeiro.

Havia, é verdade, poços particulares, alguns dos quaes se tornaram lendarios, taes como os da Misericordia, o do Porteiro, na ladeira depois do Seminario, hoje desapparecida, o Pocinho da Gloria e tambem os do Campo de São Christovam, o do adro da Gloria e a cisterna da fortaleza de S. Sebastião do Castello, em cujo pateo se ostenta, com seus quatro braços de gigante, o páo da bandeira.

Já por vezes tenho lembrado a trabalheira, o dinheiro gasto com as obras dos encanamentos da Carioca. Erros no traçado, suspensão por falta de dinheiro, roubos e falcatruas, tudo me vem á mente para dizer: só quasi um século depois que se projectou encanar o célebre rio, suas aguas chegaram ao Campo d'Ajuda e depois ao de Sancto Antonio.

Em bem traçado artigo da *Imprensa*, erudito chronista mostrou a vária sorte, por que têm passado alguns dos nossos edificios públicos, vindos dos tempos coloniaes. Pois bem; da *cabula* têm sido victimas os nossos chafarizes ou fontes públicas, que em todas as partes são conservadas com carinho e repeito pelo passado. Verdade é: não tivemos, neste genero, grandes obras de grande valor artistico. Certo tambem é: quem não tem cão, caça com gato.

Ainda não ha muito tempo, começou a demolição do Convento d'Ajuda, cujas paredes de fortaleza, levantadas com pedra, cal do reino e borra de azeite de baleia, têm feito suar o topete ás picaretas em mão dos trabalhadores. Em um pateo interno, existia o célebre chafariz das *Saracuras*. Andou de mão em mão. Ninguem o quiz. Até que, por graça de Deus, lá foi armado para as bandas da antiga praia de *Saco-penapan*.

Si tal felizmente não houvesse succedido, lá se iam por agua abaixo os brazões do conde de Resende, que deu prova de amabilidade ás freiras da Ajuda, concedendo-lhes, de mão beijada, um annel d'agua tirado dos canos da Carioca.

Por fallar em armas, onde estão as de Aires de Albuquerque, collocadas no cimo do pequeno chafariz da Carioca, muito mais elegantes do que este casarão de pedra, ameaçado por sua vez de desapparecer, si fôr realidade o prolongamento da rua 13 de Maio?

E vejam o caiporismo: demolida a fonte de Aires de Saldanha, construiu-se em 1830 um chafariz de madeira pintada a imitar granito! Só quatro annos depois, se começou o actual que ahi está, apezar de haver promessas de embellezalo com estatuas, vasos *et reliquia*. Presta ainda, é verdade, bons serviços áquella pobre gente do nosso bairro de Alfama (quero dizer do morro de Sancto Antonio)! Pedra falsa engastada na *naturaleza* da nossa *urbs*, onde ha muita pomada, farofia e tambem molambos.

Pouca gente se lembra hoje dos chafarizes do largo de Sancta Rita, da Praça Municipal, dos do paredão do Passeio Público, de Botafogo, dos largos do Capim, do Valdetario, da rua do Cattete, o do largo de Bemfica, descripto pelo doutor Araujo Viana, e o que existia perto do palacete Itanhaem e do qual se occupou o operoso dr. Pereira da Silva em seus numerosos escriptos sôbre o antigo bairro de S. Christovam.

Desappareceram todos, bem como as bicas collocadas nas esquinas das ruas pelo irrequieto e revolucionario Miguel de Frias, que mais tarde tomou juizo e tornou-se activo inspector das Obras Públicas.

Teve a mesma sorte o *das lavadeiras*, em frente do Quartel General e inaugurado em 1818, conhecido de muita gente bôa, que alli ia tomar banho nas noites calmosas e só receiando a implicancia dos *urbanos* que, muitas vezes, puzeram em fuga os banhistas em trajes do pae Adão no Paraiso, sem a folha de parreira.

Do chafariz do largo do Moura, onde funccionava a forca, salvou-se a pedra que lembra o nome do conde de Resende,

Está guardada no Instituto Historico, para alli em bôa hora enviada pelo dr. João Franklin de Alencar Lima.

Não teve a mesma sorte a inscripção do chafariz das Marrecas. Uma e outras destruidas foram por não pouco amante de velharias. Era elle (o chafariz) uma página de pedra da nossa historia colonial no tempo de Vasconcellos. Alli se fallava no boqueirão aterrado e sôbre o qual foi formado o Passeio com muralha sôbre o mar, na abertura da rua das Bellas Noites, hoje do Barão do Ladario. Das Marrequinhas do Valentim escaparam algumas; uma ou duas estão na Prefeitura, uma voou para o Norte. Si Luiz Vasconcellos resuscitasse, havia de benzer-se com a mão canhota!

O mesmo aconteceria ao marquez de Lavradio, não vendo a pequena fonte, onde em 1772 o Senado da Camara mandara gravar inscripção engrossativa: convidava o povo para beber, porque o marquez dava por sua conta agua. E si elle era o "pae da patria", que poderia a sêde fazer contra o Zé povinho?!

Não sei porque, escaparam da demolição os chafarizes já sem bicas da rua da Gloria, construido tambem por Lavradio, o do Rocio Pequeno, obra de Grandjean de Montigny, o levantado pela Policia na rua do Riachuelo por Paulo Fernandes, e o do antigo largo do Paço? Este é do tempo de Vasconcellos. O primitivo, erguido em 1752 por Gomes Freire de Andrada, occupava o local em que se vê hoje a estatua do grande Osorio. E para chegar a agua do antigo largo do Carmo, tirada do chafariz da Carioca, quantas difficuldades, duvidas e papelorio! Afinal construiu-se o cano conductor, sendo aproveitado o sulco de uma valleta que, já em fins do século XVII, passava no canto de Lucas do Couto, da rua da Quitanda, esquina da hoje rua Septe de Septembro.

Não longe do sitio em que foi outr'ora a lagôa da "Sentinella" e no antigo caminho para Catumbi e Mata Porcos, ainda lá está a caixa com feitio de torre, como disse o conego Gonçalves dos Santos, formando dous corpos, com varanda de ferro, dando agua por tres bicas. E' uma das fontes que não desappareceram. Lembra tambem o nome de Paulo Fernandes Vianna, de d. João VI e, em nossos dias, o milagre dos nickeis e vintens.

Mais algumas passadas, e chegaremos ao ponto terminal deste passeio, o prato de resistencia destas notas cheirando a môfo. Via-se alli um modesto chafariz com fórma de altar lateral de qualquer egreja, duas columnas, um pequeno nicho e um medalhão. Nesse lia-se suggestiva inscripção com a data de 1786 em characteres romanos. Diziam as letras ao

povo sequioso: o Senado dera agua em abundancia. Bom tempo em que os da Vereança cuidavam destas cousas!

Sôbre pequena pedra um lagarto despejava pela bocca agua em um pequeno tanque. Nada mais simples e mais modesto. Quantos serviços, porêm, não prestou este bichinho? que o digam os rocinantes dos tilburys, os quaes, alli, depois de longas jornadas, matavam a sêde, livres, já se sabe, dos competentes freios. Ora, desde a minha meninice, tive admiração pelo menino e jacarés do Passeio Público e pelo lagarto da rua Quebra-canellas. Para matar saudades, quanto ao primeiro, vou ao terraço deste jardim público, e lá o vejo o pequenote, como ha 60 annos, *util ainda brincando*. Sempre que passava pelo sitio onde corria o Catumbi, jámais deixei de contemplar o meu lagarto, parecendo sempre dizer com a cabeça — sim, e com a cauda — não.

Qual não foi a minha surpresa quando ha dias me disseram que o lagarto não estava no seu antigo pouso. Para onde teriam levado o meu predilecto, desde os tempos em que o admirava, quando ia e vinha do Collegio Pedro II, situado no largo chamado Segunda-Feira? Teria fugido o pobre e inoffensivo bichinho, obra talvez do célebre Valentim?

Te-lo-iam roubado, pensando ser de ouro? Teria desertado ou fugido, cansado não de beber agua do mar, como dizia no *Don Jayme* o Thomaz Ribeiro, mas de lançar pela bocca lympha pura e crystallina tão bôa como a *agua do vintem*? Hypotheses e incertezas!

Dellas fiquei felizmente livre, graças ao meu amigo Sepulveda, portuguez da velha guarda. Para me tranquillizar fui a Catumbi. Lá, com os olhos que a terra ha de comer, vi o lagarto, e até copiei a inscripção. E por signal lá estava um tilbureiro a dar agua ao seu cansado bucephalo. Vendo no Sepulveda algum engenheiro, perguntava o auriga se iam acabar com aquillo; e tranquillizou-o o meu amigo, dizendo não ser da Light e estar alli mais por devoção do que por méra curiosidade!

Não foi ainda o Lagarto victima da cabula.

Ainda bem. No Lagarto vejo sempre um symbolo tradicional. Nas poucas e eloquentes letras da pedra deparo licção e salutar conselho aos nossos governantes, previdencia constante em favor dos contribuintes, sempre carecedores de melhoramentos materiaes!

Sitienti populo Senatus profudit aquas. Valem tão poucas palavras, mais do que discursos ou conferencias.

Viva o progresso! Civilize-se o Rio de Janeiro. Deixem, porêm, sempre em paz o chafariz do Lagarto, fonte de bella agua e respeitaveis tradições! Pelo menos servirá ainda para uso de muitos quadrupedes, que por alli passam.

18 de Agosto de 1912.

O CASTELLO

Applaudindo o projecto do sr. deputado Amaral, escreveu em dias do mez corrente, e datado de Maceió, bem lançado artigo sôbre a immediata demolição do morro do Castello, o dr. Costa Rego, digno collaborador do *Correio da Manhã*. Concordo, em genero, numero e caso, com as razões apresentadas pelo erudito escriptor. Quem primeiro teve a idéa do arrasamento tão fallado e sempre adiado para as calendas gregas foi o principe regente d. João.

Alguns Inglezes, com mira nas riquezas jesuiticas, intentaram levar por deante tão hygienico projecto.

Parece que o principe regente não esteve pelos autos. Quiz ouvir a mestrança do tempo. Manuel Vieira da Silva, depois barão de Alvaiazere, publicou, em 1808, um seu trabalho — *Hygiene da Cidade do Rio Janeiro*, em que mostrou (sic) a utilidade da conservação do morro; porque até contribuia para o bem-estar da cidade de S. Sebastião! E isto em contradicção com o parecer de prácticos que nesta cidade haviam exercido a profissão, e, portanto, conhecedores das causas geradoras de endemias e epidemias. Cabe, pois, a este commendador, medico da Camara Real e physico-mór do reino, a responsabilidade de ter feito d. João recuar.

Que sempre approvei como medico e cidadão os projectos da referida e decantada demolição, servem de prova os meus artigos sôbre as bases apresentadas pelo eximio militar Conrado de Niemeyer, as quaes, por um triz (e seria nossa felicidade) estiveram a ponto de ser approvadas pela Camara dos Deputados. Fracassaram por uma questão de nonada.

Quando na presidencia Rodrigues Alves, os benemeritos Müller e Frontin cogitaram da demolição do morro, escrevi artigos ainda, applaudindo similhante idéa, que iria servir de perfeito complemento á grande Avenido Central, hoje Rio-Branco.

Não me incluo, pois, no número de muita gente para quem a derrubada do Castello constitue o "maior attentado que se poderia fazer ás tradicções da cidade". Não me cabe a ca-

rapuça. Comecem a sua obra as picaretas e camartellos do Govêrno ou da Prefeitura. Póde-se conciliar a tradicção com o *salus populi* e a remodelação da nossa *urbs*. Não quebrem o padrão da fundação da cidade, não atirem na Sapucaia os ossos de Estacio de Sá, e fica salva a patria!

E aqui vai uma idéa, que me não parece fóra de villa e termo. Conservada a campa mandada fazer pelo primo Salvador de Sá, póde-se construir alli na varzea entre o Pão de Assucar e o Morro Cara de Cão, um modesto monumento, em que sejam guardadas as cinzas do nosso primeiro capitão-mór, gravando-se na base desse monumento os nomes de todos aquelles que ajudaram Estacio na grande obra de fazer frente a Francezes e a Tamoios colligados.

Tem, pois, o illustre Costa Rego o meu voto. E olhe o patriota e collaborador do *Correio*: com a derrubada do morro terei prejuizo. Alli na encosta delle possuo uma propriedade que será desapropriada talvez por dez réis de mel coado, cessando deste modo rendimentos certos. Mas ha males que vêm para bem. Ficarei livre de calotes, de concertos e principalmente de pedreiros, carpinteiros e pintores, que sabem tirar couro e cabello até de proprietarios pacatos e conscienciosos, como tenho certeza de o ser.

Varrida a minha testada, sou ainda obrigado a occupar a attenção dos leitores com a minha obscura pessoa. Nesse mesmo artigo asseverou o sr. Rego o seguinte: "calculem os senhores os embaraços do célebre prefeito Passos, si elle quando iniciou a remodelação do Rio fizesse considerações historicas deante de cada pardieiro a demolir, e sempre que encontrasse uma rua torta dirigisse cautelosas consultas ao sr. Vieira Fazenda; acabava não demolindo nada e não endireitando siquer a decima parte da cidade".

Distinguo. Em primeiro logar nunca podia merecer da parte do Passos a honra de taes consultas. Quem sou eu para accompanhar Nosso Pae fóra de horas? Entretanto, *A Noticia* e seu chaleirismo, dei palmas á abertura da Avenida Mem de Sá e ao alargamento das ruas da Assembléa, Treze de Maio, Prainha, Estreita de S. Joaquim, Uruguaiana, etc. Seria crime lembrar que em tal ponto existiu tal casa historica, que alli houve um cortume, aqui existiram jacarés e mais acolá um rego, uma valla, immunda fonte de mosquitos e fedor insupportavel. Certamente, não.

Dado este cavaco justificativo, que nem ao pintar da faneca, entro na ordem do dia. Vou mal ou bem satisfazer ao pedido de um leitor da *Noite*, o qual me pede informações sôbre a casa onde funcciona o Observatorio Astronomico, que, conforme diz aquelle vespertino, vai ser removido para as

bandas de São Christovam. Ora, ahi está mais um edificio que entra no número de nossos estabelecimentos públicos perseguidos pela cábula, assumpto de que se occupou na Imprensa o sr. G. G., que conheço perfeitamente como operoso escriptor mas cujo nome não direi, para respeitar o anonymato.

Foi o casarão collegio ou casa dos Jesuitas, residencia de vice-reis, hospital de soldados, aulas de estudos, Observatorio, aquartelamento no tempo da revolta, e hoje pertence á *Misericordia*, que alli aloja enfermos, serviçaes, etc.

Como em toda parte, os Jesuitas entraram aqui com o pé direito, felicidade que durou até os tempos de Sebastião José, como ao marquez de Pombal e antes conde de Oeiras, por debique chamava a gente portugueza de sangue azul.

Enquanto as outras congregações se contentavam com uns magros oitenta mil réis por anno, elles os Loyolistas abiscoitavam um conto de réis. Suas mercadorias não pagavam impostos. Tiveram por algum tempo o *trust* do assucar. Seus navios entravam e saïam sem ser visitados pela gente do meirinho do mar e do juiz da alfandega. E a fragata que conduzia generos de um para outros collegios e na qual viajavam os visitadores dispunha de peças de artilharia e era saudada pelas fortalezas como si pertencesse á armada do rei.

Nos primordios da cidade, além de vasta sesmaria, obtiveram os padres da Companhia de Jesus terras no morro do Descanso, Alto da Sé, Alto de S. Sebastião e de S. Januario, uma sorte de terrenos para edificação de collegio e templo. Quando, em 1585, por aqui passou o padre Fernão Cardim, já iam muito adeantadas as obras, para as quaes os Jesuitas, prácticos da vida, haviam levantado um guindaste na rua Direita da praia, hoje da Misericordia, extrahindo material de uma pedreira, cujos vestigios ainda se notam na referida rua, e nas proximidades da antiga parte da cidade.

Passados annos apresentava o Collegio tres pavimentos com grande número de cellas e competentes officinas.

O aspecto exterior do ex-Collegio, cumpre lembrar, não é o mesmo de outr'ora. Expulsos os padres, o conde da Cunha, successor do conde de Bobadella, obteve permissão do Govêrno para transferir a residencia dos vice-reis para a antiga casa jesuitica, abandonando de vez o edificio do largo do Carmo, onde hoje funcciona a Repartição dos Telegraphos.

Grandes e importantes obras foram então levadas a effeito, e as pequenas e antigas janellas foram substituidas por outras mais simples. Conseguiu o conde da Cunha construir nova ladeira, que vai terminar juncto do hospital velho da Misericordia, em substituição da antiga, tortuosa e ingreme,

que descendo do morro ia morrer na rua da Misericordia, antiga praça da Piassaba ou Pirasaquaqua.

O conde da Cunha não chegou a ir residir no antigo Collegio, porque foi substituido por d. Antonio Rolim de Moura, conde de Azambuja, o qual alli se aboletou por pouco tempo. Azambuja era commodista. Não gostava de ladeiras nem andar de carruagem; escreveu para Lisbôa.

A mudança dos vice-reis não era conveniente ao serviço de el-rei nosso senhor. Seria preferivel voltar o representante régio a residir na casa do Largo, situada na varzea. Tal alvitre foi approvado pelo Govêrno. Por lembrança de Azambuja foi no Collegio estabelecido o Hospital Militar. Anteriormente o bispo d. Antonio do Desterro pretendeu tambem; mas sem resultado, trasferir os Carmelitas para o Castello e fazer do Convento destes no largo do Paço, palacio episcopal. O Govêrno não esteve por isso.

Nas salas do Hospital Militar funccionavam no tempo de d. João VI algumas aulas da antiga Eschola Medico-Cirurgica, e mais tarde alli teve séde a Faculdade de Medicina. O Collegio deixou de servir de Hospital, sendo o edificio cedido á Misericordia, por lei do Congresso Federal, na presidencia do sr. Campos Salles.

Os restos da fortificação, que se notam em frente da Egreja de Sancto Ignacio de Loyola, foram levantados em 1624 pelos Jesuitas, com ajuda de seus escravos, quando o Rio de Janeiro esperava a cada momento a invasão dos Hollandezes.

Ao Collegio e egreja ligam-se importantes factos da nossa historia. No templo foram sepultados vários governadores, grandes personagens e illustres Jesuitas, entre os quaes avulta o célebre e benemerito Manuel da Nobrega. Em um dos altares da velha egreja ainda existe uma bella imagem de Christo crucificado, conhecida por *Senhor Bom Jesus dos Perdões*, outr'ora muito festejada com musica *de pancadaria*, como em seus sermões diziam os Capuchinhos.

No Collegio, alèm de muitas tradicções ligadas á vida da Companhia, funccionavam aulas de Humanidades, frequentadas pelos estudantes chamados dos Pateos do Collegio. Formavam uma companhia militar, com capitão eleito pela Camara em lista triplice e escolhido pelos governadores. Era condição que o escolhido tivesse frequentado os *pateos*. Nem sempre foi o Collegio respeitado. Por occasião de ser publicada (1641) a bulla sôbre liberdade dos indios, houve grande motim. O convento de Jesus esteve a ponto de ser incendiado e destruido pelo povo, que o invadiu. A' intervenção de Salvador Benevides se deveu não serem levados a termo os intuitos dos amotinados. Certamente as grossas e

vetustas paredes do edificio resistiriam ao assalto, como ha poucos annos resistiram ás balas lançadas pelos navios da Armada, durante a revolta de 1893-1894.

Annos antes de sua expulsão, resolveram os Jesuitas construir novo templo de mais grandiosas proporções que o antigo.

Não conseguiram, porêm, levar a cabo tão importante projecto, do qual, entretanto, deixaram grandes construcções, que ainda hoje se admiram e provam seria esta egreja importante monumento. Ahi foi, em 1846, alojado o Observatorio Astronomico, creado em 1827, e cuja porta de entrada se adapta a uma parte da fachada da egreja velha.

Das ruinas do templo em construcção occorre no *Ostensor Brasileiro*, de 1845, uma bella estampa, em que se notam o arco, cruzeiro, capellas fundas, tribunas, columnas, etc.

Nunca se me apagarão da lembrança as impressões do grandioso panorama por mim desfructado, ha vinte annos, do alto do terraço do Observatorio. Fôra alli conduzido por um meu cliente empregado daquelle estabelecimento. Fazia um luar magnifico, e a cidade lá em baixo parecia envolvida em amplo véo de finissimo ló de prata (é fazenda fina). Eguaes impressões tive outro dia no pateo do magnifico solar, em Sancta Tereza, pertencente ao meu galhardo amigo Paulo Laboriau, genro do amavel Gondolo. Não houve luar, mas ao começar a illuminação das ruas e avenidas, pareceu-me que um cardume de gigantescos pyrilampos, de chofre houvessem invadido a immensa área da nossa deslumbrante Sabastianopolis.

25 de Agosto de 1912.

A "CAMELEIDA"

Em 15 de Maio de 1828, foi inaugurada no Convento de S. Bento a Academia Juridica de Olinda.

Matricularam-se 42 estudantes, contando-se entre elles: Eusebio de Queiroz, Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, mais tarde bispo do Rio de Janeiro, Sergio de Macedo, seu ermão Alvaro, etc.

Foi primeiro director da Academia o integro dr. Lourenço José Ribeiro, que tempos depois pediu demissão.

Várias causas contribuiram para este alvitre. Dentre ellas notarei o desgosto que, a tão probidoso varão, causaram desattenções de professores e o assassinato do primeiro an-

nista Francisco da Costa Moreira, practicado pelo academico do quarto anno, Joaquim Serapião de Carvalho.

Como prova de proficiencia e erudição do dr. Lourenço José Ribeiro, existem no archivo do Instituto Historico minuciosas licções de analyse e commentarios á Constituição do Imperio.

Foram offerecidas em manuscripto ao Instituto pelo meu amigo e condiscipulo o dr. Antonio Eulalio Monteiro, casado com uma neta do dr. Lourenço e filha do commendador Antonio da Cruz Rangel, fallecido ha poucos annos.

Teve o dr. Ribeiro por substituto na directoria o revmo. dr. Manuel Ignacio de Carvalho.

Sem querer entrar em minucias, basta saber: annos depois occupava aquelle importante cargo o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, ermão do futuro visconde de Maranguape.

Indispuzeram-se o director e a Congregação com os academicos. Trez dentre elles transferiram seus estudos para a Academia de S. Paulo. E sabendo lá da demissão dada pelo Govêrno a Lopes Gama, resolveram escrever contra elle e outros lentes, em versos soltos, um poema satyrico, com o titulo *A Cameleida*, obra posthuma do *Dalhi Lama do Japão*. Foi impresso o poema em S. Paulo, na Typographia Imparcial, de Silva & Comp., rua Nova de S. José n. 34, em 1839.

Consta a versalhada de 35 páginas, em oitavo pequeno, e tem no fim 26 notas explicativas dos appellidos, cacoêtes e particularidades da vida dos professores victimados pela satyra dos jovens academicos.

Na primeira página occorre a figura de um camelo.

Na parte inferior da estampa lêem-se os seguintes versos:

"A' minha espera
Outros lá estão
Para se abrir
A Congregação."

Segue-se a dedicatoria — Ao Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Padre Mestre Miguel do Sacramento Lopes Gama — Meritissimo ex-Director da Academia das Sciencias Sociaes e Juridicas da Cidade de Olinda, Professor de Rhetorica no Collegio das Artes da mesma Academia, ex-director dos Orphãos da mesma Cidade, Prégador da Capella Imperial, cantor de Luiz do Rego, Deputado á Assembléa Provincial de Pernambuco, Refutador Completo da pestilencial doutrina do interesse, Autor do novo systema Material-Theologico, redactor do "Popular" e escriptor do "Carapuceiro", etc., etc.

Já na dedicatoria o *Dalhi Lama* zurze o padre mestre com allusões satyricas, adubadas com versos de Camões. Allude principalmente ao facto de ter na Assembléa Provincial dicto que em uma viagem pela Nova Hollanda descobrira bancos de bacalháo e pedido á assembléa mandasse vir da Europa — Poços Artesianos.

Não vai o poema dividido em cantos, diz o Dalhi, "porque no Thibet não se observam essas regras; foi feito de um folego e si V. Revma. não lhe descobrir feitio, tenha paciencia, que mais vale a nossa saude."

Depois da invocação ás Musas entra o poema com uma malevola descripção de Olinda "tão vistosa de fóra quanto é dentro feia, irregular e mal calçada, e onde pelas verdes ruas não se encontram moradores da terra transitando, e apenas em magotes se divisam conegos obesos cachaçudos, as preguiçosas pernas estendendo".

Convocara o director *Donglin-Donglin* a *Camelada* (a Congregação) para decidir a portas fechadas assumpto de magna importancia.

Depois de dar o retrato do padre Gama, egresso do convento de São Bento, e que mandára ás urtigas o habito de monge, descreve o poema o "consistorio doutoral" cujos membros tomam assento "em tôrno de uma mesa, testimunha ocular das parvoices, das nojentas questões alli travadas, de suas sempre urgentes decisões".

Tomou *Donglin* a presidencia, "saca do bolso da casaca bolorenta o seu par de cangalhas que se achavam mettidas... nessa immunda caverna onde reside, roto e sujo lenço de tabaco, sahindo do atoleiro mascaradas".

Abre a sessão todo repimpado em larga cadeira de espaldar:

"Num casaco de prégas entonado,
Ali compareceu o paspalhão,
De calças alvadias e rajadas
De collete lavrado de velludo,
Chapéo de cópa baixa e beira larga,
Crepitantes cadeias de relogio
Ao longo da pança penduradas;
Uma volta vermelha debruada
Duma renda anilada lhe cingia
Todo o nédio pescoço, e sustentava
A cahida papada que pendia
Em linha vertical sôbre o bandulho."

Segue-se o bestialogico do *Donglin*, em que procura convencer os collegas fosse deposta e desterrada a deusa Minerva padroeira da Academia, sendo substituida pela Hypocrisia, a Immoralidade, a Pedantaria.

Pede venia o *Sandeu* como lente mais velho e secretario. Faz-lhe frente o Manébijeto. Allega "a minha *popiedade*, os *meus direito*...Eu *recramo*, senhores, nem supporto delle ser *esbuiado*. Embora *senhô Doutô* seja mais veio. A minha nomeação... Outras *perogativas* que *inda* tenho. Eu sou, meus senhores, deputado. E como *tá* sou franco e decidido", etc.

Dá-lhe o Sandeu um aparte. Enfiado, Manébijeto dá forte murro sôbre a mesa. Não quer mais *falá*. Segue-lhe com a palavra o Sandeu. Nada de tolerancias. Lembra os costumes da Velha Coimbra. E' tambem inimigo de Minerva e dessas intrigas de Constituição.

Todos o appellidam Base fundamental da Estupidez, e para prova falla em uma sua dissertação sôbre as *sardinhas*. Quer tambem se preste culto á *Estupidez*. Deixem os assentos os figurões da Assembléa e dão tremenda pateada no chamado dr. Sardinha. *Rufa-cuias* pespega-lhe tremenda cacholeta e "sôbre a mesa as ventas lhe esborracha, quebrando-lhe os cangalhas no nariz". *Donglin* reclama ordem, ordem. O *Sandeu* quer saïr.

Toma a palavra o *Rufa-cuias*. Segue as opiniões de *Donglin*, não quer sómente a Hypocrisia. Idolatra a Immoralidade e a Pedantaria.

E' interrompido pelo *Repuxo*, que a cada passo na sua perlenga emprega por muitas vezes se por acaso, se por acaso, se por acaso. Quer sómente a Estupidez por patrona da Academia. Segue com a palavra Brito Inglez. Para cortar abusos desejava a Inquisição. E vai por ahi adeante, até que "em sagrado furor todo abrasado" não póde mais seguir. Senta-se.

Pergunta *Donglin* ao *Gorducho*, si quer dar um ar de sua graça. Não. Votaria livremente. Em debates não se envolvia. Delles se achava satisfeito.

Ficou atrapalhado o *Sandeu* com a redacção da acta, mas afinal redigiu como pôde tudo quanto ouvira.

A Camelada resolve marcar um dia festivo para intimar-se o nefando decreto "da gente burrical que impera e manda, e, levantada a sessão, contente vai saïndo e se dispersa".

Vem depois no poema a descripção do dia para leitura da reforma: toque de sinos, foguetes, clangor de trombetas, fôrça militar, commandada pelo *Perú de roda*, para prender, matar, fazer estragos, si ousasse gemer a rebeldia.

"Este *Perú*, quadragesimo descendente de Diniz, havia sido secretario da delegacia do Perú. Governou o Rio Negro. Foi o inventor da manteiga de tartaruga."

Termina o poema com a allocução proferida por *Donglin* aos academicos, em a qual annuncia a deposição da filha de Jupiter e o culto que d'ora avante os estudantes deviam prestar aos novos padroeiros. Sabe o rei dos deuses do desacato feito á querida Minerva. Ordena á Fama viesse ao Rio de Janeiro informar o Govêrno no desastre. Este demitte o director. Eis os últimos versos:

"Não deverão porém ficar isentos
Da justa punição as outras bestas;
Um dia virá, se bem que tarde
Em que a vil impostura e a ignorancia
Irão ao villipendio, irão ao nada."

Pelo referido, a *Cameleida* é vasada nos moldes do *Hyssope* de Antonio Diniz da Cruz e Silva, dos *Burros* de José Agostinho de Macedo com a collaboração no primeiro canto de José Bonifacio, e do *Reino da Estupidez*, tambem de José Bonifacio de parceria com Francisco Mello Franco.

Ha no *Cameleida* versos de pé quebrado, outros errados, muita acrimonia, desabafos e talvez muita injustiça.

Está muito longe de dar moldes que se tomem por norma.

Nas 26 notas occorrem, como já escrevi, particularidades sôbre os lentes figurantes no poema satyrico. Seus nomes lá estão por extenso. Não os menciono para não offender melindres de seus descendentes. Estas notas despretenciosas não visam reviver odios e antigas recriminações. Foram escriptas por simples curiosidade.

Resta saber quem foram os auctores deste poema sem grande merecimento e aliás pouco conhecido.

No exemplar do Instituto Historico, offerecido pelo conselheiro Alencar Araripe, encontro a explicação.

Delle ha no final do livrinho umas notas manuscriptas. Os tres estudantes que trocaram S. Paulo por Olinda foram: Manuel Pereira da Silva (não o historiographo da Historia da Fundação do Imperio), Francisco Ignacio de Carvalho Moreira (depois barão do Penedo) e Francisco José Furtado (presidente do Conselho de Ministros em 1864). Deste ultimo pelo conselheiro Tito Franco foi escripta minuciosa biographia, na qual nada se encontra sôbre a *Cameleida*.

No exemplar pertencente ao Instituto Historico ha notas interessantes escriptas a lapis pelo imperador d. Pedro II.

O ex-monarcha defendia-se por esse meio de injustas arguições a elle feitas pelo biographo do senador Furtado.

Domingo, 1 de Septembro de 1912.

VELHA FORTALEZA

Quem, para gosar do esplendido panorama da nossa bahia, subir o antigo morro de S. Sebastião, só encontrará nelle os vestigios da lendaria fortificação denominada o *Castello*. Tirae o velho portão, a cisterna, o calabouço, a antiga fortaleza não apresentará aos olhos do curioso mais que ruinas e destroços.

Muralhas e torres, guritas, ameias e barbacans, tudo desappareceu graças ás vicissitudes do tempo e ao abandono dos homens.

Quem primeiro tirou ao nosso *Castello rouqueiro* seu aspecto de antiguidade foi o principe regente d. João. Não se lhe deve levar a mal esse alvitre. Foi medida de meditada precaução. Depois das Aguas do Monte em 1811 o lanço da muralha, que olha para a ilha das Cobras, ameaçava ruir.

Para evitar estragos, alêm dos muitos já causados pelas continuadas cargas de agua, que durante dias e dias innundaram a cidade, o principe mandou demolir essa parte da fortaleza de S. Sebastião.

Si de pedra fossem as construcções primitivas e tivesse havido maior cuidado em as conservar, disse o grande historiador Varnhagen, essas ruinas dariam á capital do Brasil o aspecto de um passado mais veneravel. De facto, aos olhos dos extrangeiros nossos visitantes se depararia, embora em destroços, esse livro de pedra a que se ligavam as nossas tradicções de mais de tres séculos.

Tal espectaculo neutralizaria o máo effeito causado pelos fundos das casas da rua do Castello, em uma das quaes viveu o célebre Ignacio José Ferreira Maranhense, "o vate do Bacanga", o patriarcha dos nossos espertalhões e que tão conhecido se tornou por suas traficancias e alicantinas.

Chrismado *Timandro Junior*, dava arrhas de ardente patriotismo, fazendo versos ao 7 de Septembro, embandeirando a frente de sua *olaia*, ornando-a com folhagens e á noite do grande dia collocando em grande mastro lampeões de folha de Flandres com velas de carnaúba.

Das pedras do velho Castello serve-se hoje o nosso rapazio vagabundo para destruir telhados das casas das ruas, que correm pelo sopé do morro. E não ha ninguem que lhes vá á mão. Alêm de prejuizos causados com taes jogos, correm perigo pessôas que estejam nas áreas ou quintaes das ruas de S. José, Cotovello e Misericordia. Mais uma prova de que o Rio se civiliza.

Mas, no meu tempo, os rapazes frequentadores do Castello eram mais comedidos. Jogavam a malha, a cabra-céga, o tempo-será.

Soltavam papagaios, e quando muito lançavam pedras na cisterna para apreciar o ruido causado pelo projectil, obedecendo ás leis da gravidade. Hoje é o que se vê. Proteste quem protestar; os capadocios allegam que estão em sua terra e podem fazer o que lhes aprouver. Eu mesmo fui muitas vezes passeiar ao pateo do Castello. Não tomava parte nas brincadeiras. Vontade não me faltava. Era, porêm, embaraçado pelo meu aio, o preto André, que conhecia de cór e salteado os signaes do páo da bandeira e levava a me explicar o jogo das taboazinhas do telegrapho semaphorico.

Foi isto no tempo em que alli havia um jardim, feito pelo velho coronel Gabizo e dedicado ás jovens Cariocas, jardim e terraços desapparecidos e levados pelas copiosas chuvas de Janeiro de 1860. A figura deste velho militar evoca nestes dias de festa pela nossa Independencia a figura de José Bonifacio. Ardente patriota e parente do grande Andrada, Gabizo foi seu amigo fiel de todas as horas. Nunca o abandonou e quando as intrigas politicas arremessaram o velho sabio e grande estadista para o desterro de Paquetá, Gabizo amparava com o seu braço de moço o corpo do ex-ministro de Pedro I, já combalido pela edade e mais que tudo pela ingratidão dos seus proprios compatriotas!

Não ha ainda muitos annos era de vêr-se no ambito da velha fortaleza, já de ha muito sem canhões, uma peça de grande calibre. Dava sómente tiros de polvora secca, mas tão fortes que faziam abalar os predios das circunvizinhanças e quebrava as vidraças de muitas casas, sobretudo a que pertenceu, outr'ora, ao capitão Pedro Cypriano de Abreu e Lima, tio do meu bom amigo o dr. José Carlos Rodrigues.

Era este canhão destinado a annunciar incendios na cidade, nos tempos em que o material dos bombeiros se limitava á *ereoula* do major Carvalho. Este meio de fazer arrebentar os tympanos do misero proximo foi abandonado, e a peça lá esteve como homenagem á cachola, em que brotou similhante providencia de pedir soccorro pouco humanitario e principalmente tão atroador.

Os tiros de peça do Gabizo lembram outros, contra os quaes reclamavam novos antepassados. Quando saïa a procissão de S. Sebastião ou a de Corpo de Deus, o Castello salvava. Era um Deus nos acuda na cidade, tal o estrondo dos canhões. A Camara protestou, e a metropole ordenou que os tiros ou salvas fossem dadas pela fortaleza da Ilha das Cobras do lado do Norte.

Em nossos dias esse abuso reproduziu-se. Foi quando, terminada a revolta de 1894, o marechal Floriano ordenou durante alguns dias salvas dadas pelas fortificações do morro do Castello.

Agora um pouco de historia antiga. Dizem diversos historiographos que, antes de ser do Castello, o morro foi conhecido pelo nome de S. Januario. Esta denominação coube tão sómente á parte do morro a cavalleiro de Sancta-Luzia. Alli, onde foi o antigo baluarte da Sé, o capitão Francisco Dias da Luz edificou muito mais tarde á sua custa um reducto, ao qual deu o nome do Sancto padroeiro de Napoles.

O morro na sua maior porção foi sempre do Castello, devido á fortaleza de S. Sebastião. Quem primeiro alli estabeleceu ligeira fortificação foi Mem de Sá. Feitas de taipa ameaçavam ruina as muralhas. Deu-lhes mais solidez o governador Christovam de Barros. Mais tarde a Martim de Sá mereceu grandes cuidados a fortaleza, totalmente reconstruida depois da invasão de Duguay-Trouin. Casa roubada, trancas á porta.

Desta reconstrucção nos dá noticia, em 1719, o governador Antonio de Brito Meneses. A' metropole escrevia o seguinte: "A fortaleza de S. Sebastião, que está em um monte que fica ao Sul da cidade, tem a sua fórma de hua tenalba fechada com dous baluartes pequenos e hua cortina com a porta no meyo cuberta de um revelim; acha-se quasi feita e só lhe falta aperfeiçoar os parapeitos e fossos e o armazem para a polvora, e concertar a cisterna que se acha esvaida".

Esta cisterna e a propria fortaleza mereceram depois cuidados por parte dos governadores, vice-reis e do Govêrno portuguez. Attestam esse facto documentos existentes nos nossos archivos. Não os cito para impedir a pecha de amolador, com que inimigos de velharias me possam acoimar. Cada um enterra seu pae como póde. Não deve ser censurado quem, não tendo meios, faz sepultar seu progenitor nos carrinhos da Funeraria, puxado a dous burricos.

Prestou bons serviços o Castello a S. Sebastião em 1710, quando o Rio de Janeiro foi invadido em 19 de Septembro pelo desastrado Duclerc. Esta fortaleza impediu que pela ladeira do Poço do Porteiro (Semanario) os Francezes se apoderassem do morro da fortificação e mais que tudo da Casa da polvora.

No anno seguinte, em Septembro de 1711, o Castello fez fiasco. Não foi delle a culpa. Com peças de pouco alcance e sem munições, como resistir ao vivo bombardeio dos navios do audacioso Duguay-Trouin ? Tudo por culpa da metropole, surda ás reclamações do calumniado Francisco de Castro

Moraes, que pagou o pato e teve de passar durante muito tempo por poltrão e trahidor!

O Castello serviu de prisão a gente bôa. Até padres lá foram dar com os ossos. Entre outros alli esteve, por ordem do bispo Mascarenhas, um deão da Cathedral!

Acolá, juncto ao portão, funccionou o calabouço onde eram castigados os escravos que não cabiam nas cafúas do antigo porto de S. Tiago (hoje Arsenal de Guerra). Este sinistro local de torturas deu até nome a uma das ruas do Rio de Janeiro.

Com ser prisão militar, na fortaleza davam-se divertimentos e representavam-se comedias. Bobadella permittia-as, mas recommendava ao governador do forte tivesse todo o cuidado com taes brincadeiras, pois nos carceres do Castello havia presos de Estado. Toda vigilancia. Nada de dúvidas e compromettimentos!

Por alguns annos o Castello associou-se tambem ás festas do dia 7 de Septembro. Funccionava alli a *Sociedade Septembrista Castellense*, que na vespera dava um baile na casa do velho Bastos, Bahiano da gemma, dono da antiga residencia do marechal Sampaio; um dos próceres do partido Caramurú. Dançava-se a valer até á madrugada. Havia mesa franca, comes e bebes.

Eu e o meu amigo Moncorvo num anno fizemos pé de alferes na festança. Foramos convidados pelo Baldoino José Monteiro, socio da Castellense e inspector no Collegio Pedro II. Terminavam os folguedos com uma passeata ao Páo da Bandeira. Moças e moços, velhos e velhas, representantes da brava gente, tomavam parte na alegre e patriotica caravana, ávidos por assistirem á alvorada. Uma senhora já madura, conforme a moda do tempo, mettera em um lenço doces e guloseimas para as creanças de casa. Em má hora deu-lhe na telha, durante a passeiata, comer um pedaço de pão de ló. Engasgou-se e quasi morre. Salvou-a com valente socco nas costas o João Francisco de Magalhães, amigo de mocidade de Floriano Peixoto e seu companheiro de pandegas no morro do Castello.

Passado o susto, causado pela velha, vimos então pouco a pouco surgir a bella aurora do memoravel dia 7 de Septembro, saudado ao longe pelo hymno de Marcos Portugal, na praça da Constituição, e mais perto executado pelas bandas do Arsenal de Guerra, quarteis do largo do Moura e de Permanentes. De toda parte soavam sinos, muitos vivas e espocavam foguetes.

8 de Septembro de 1912.

FRADE POLITICO

No dia "13 de Septembro de 1830", dobravam a finado os sinos do velho Convento de Sancto Antonio, a cavalleiro do Largo da Carioca.

Perdera a communidade franciscana um de seus mais illustres confrades.

Havia fallecido frei Francisco de Sancta Thereza de Jesus Sampaio. Victimara-o, aos 52 annos de edade, repentino e mortal insulto apoplectico.

Nascêra nesta cidade, em 8 de Agosto de 1788, sendo filho legitimo do negociante Manuel José de Sampaio, e d. Helena da Conceição. Em 14 de Outubro de 1793 alistou-se entre os filhos do patriarcha de Assis. Tomou o habito no Convento da Ilha do Bom Jesus.

Dahi por deante, como é sabido, foi a carreira do illustre Franciscano de glorias e triumphos. Occupou varios e importantes cargos da Ordem, recebendo de seus ermãos as mais eloquentes provas de admiração e justiça a seus provados talentos. Distinguia-se sempre nos pulpitos das nossas egrejas, onde sua adoravel eloquencia se tornou proverbial. Seus sermões, disse um de seus biographos, primavam por phrase rica, pensamentos sublimes, estylo magestoso, invenção digna dos assumptos que tractava, facilidade de expressão, exemplos bem escolhidos, doutrina solida, figuras brilhantes, posto que algumas vezes atrevidas, quando não podia conter os arrebatamentos de seu genio.

Ao descer á sepultura o cadaver de Sampaio, seu antigo correligionario o conego Januario da Cunha Barbosa fallou. Notando a circunstancia de ser o grande orador sepultado juncto da cóva de seu constante, fiel amigo e companheiro de glorias frei Francisco de S. Carlos, tomou por thema o que a egreja refere com relação a S. Pedro e S. Paulo: "Amigos durante a vida, depois de mortos não foram separados."

A vida e os triumphos de frei Sampaio têm tido minuciosa historia por parte de entendedores e mestres, aos quaes nem de longe posso seguir, taes como: Januario, dr. José Tito de Nabuco, Innocencio, Macedo, Pinheiro Chagas, conego Pinheiro, Moreira de Azevedo, T. de Mello, para só fallar dos que já se partiram desta vida.

Não estão, infelizmente, guardados em logar condigno os restos mortaes do eloquente mestre da Oratoria sagrada. A ossada de frei Sampaio esteve em abandono por muito tempo na loja de um simples marcineiro da rua do Senhor dos Passos.

Eis o caso: alguns admiradores do emulo de Vieira, Lado de Christo, Rodovalho, S. Carlos e Monte Alverne resolveram por subscripção mandar fazer uma urna para guardar os ossos do Sampaio. Encommendado aquelle objecto, foi a ossada transportada para a officina de um tal Adriano.

Como sempre acontece, o enthusiasmo esfriou, e os subscriptores não pagaram o importe da urna. Ficaram os despojos do religioso em abandono. Ninguem, custa a acreditar, por parte dos religiosos appareceu para os reclamar.

Por este tempo, andava o dr. José Mauricio Nunes Garcia em busca de uma urna, para conservar os restos mortaes do grande maestro, o padre José Mauricio. Foi á officina de Adriano, que tudo lhe narrou com relação a Frei Sampaio. O dr. José Mauricio teve a feliz idéa de guardar o cranio do grande Franciscano, e delle fez assumpto de eruditas licções, que correm impressas no *Compendio de Anatomia* desse antigo professor da Faculdade de Medicina, mestre de nossos mestres. Mas, fallecido José Mauricio, quem ficaria com o cranio de frei Francisco de Sancta Thereza de Jesus Sampaio? Ignora-se onde pára tão preciosa reliquia.

Para memoria do eloquente religioso ficou porêm o seu retrato, conservado em um dos salões do Convento, onde deixou immorredoura fama. Este retrato, obra do artista italiano Tirone, foi reproduzido no *Ostensor Brazileiro*, revista litteraria, aqui publicada em 1843-1846, sob a direcção de Vicente Pereira de Carvalho e João José Moreira.

Notam-se na figura de frei Sampaio todos os characteristicos de homem intelligente; fronte vasta, olhos vivos velados por oculos, cabellos annelados, cobrindo em parte as bossas frontaes, nariz bem proporcionado, bocca pequena e labios finos. Dispunha de constituição athletica, mas em compensação era timido e medroso como uma criança. Era incapaz de saïr á noite sem ser accompanhado!

Sob, porêm, o grosseiro burel franciscano, o coração de frei Sampaio pulsava com enthusiasmo em pról das idéas de liberdade e de independencia da patria. Na épocha agitada que se seguiu á partida do rei d. João VI para Portugal, fazia parte de todos os conciliabulos patrioticos a figura athletica desse religioso, cujos rasgos tribunicios eram ouvidos com applauso.

Em 1822, não é possivel separar o nome de frei Sampaio desse nucleo de patriotas, que tanto contribuiram para nossa emancipação politica. Agora, que ainda perduram as impressões dos feitos commemorativos do 7 de Septembro, seja-me licito lembrar essas personalidades, que não podem ficar no olvido. Quem não conhece os exforços de José Joaquim

da Rocha, de Velloso Gordilho, Nobrega Drummond, França Miranda, Azeredo Coutinho, Ledo, José Clemente, os Rocha Maciel, Vidigal e tantos outros?

Celebraram-se as reuniões desses benemeritos quotidianamente na casa do primeiro delles. Foram, todos os acima citados os promotores do célebre manifesto, em que se pedia ao principe regente não se ausentasse do Brasil. E foi na modesta cella de Sampaio, e por elle redigido, que em 29 de Dezembro de 21 foi traçado esse importante documento politico, que tanta influencia exerceu nos factos, que pouco a pouco se foram succedendo até o célebre dia do Ipiranga.

Durante esses tempos de enthusiasmo e boas esperanças, frei Sampaio foi redactor de um jornal politico, *Regulador*, do qual existe no archivo do Instituto Historico um exemplar enquadernado com os numeros que vão de 22 de Julho de 1822 até 12 de Março de 1823. Até o numero 10 conservou o titulo de *Regulador Brasilico Luso*.

Era de sua cella, diz o dr. Macedo, que mandava para a imprensa os autographos e ainda hoje (1862) se conserva no convento de Sancto Antonio um livro, em cujas paginas elle (Sampaio) pela sua propria mão deixou copiados os principaes artigos, que fez imprimir no seu periodico e em outros. Algum tempo depois da Independencia, continúa Macedo, frei Sampaio começou a desagradar aos liberaes que principiaram a manifestar aquella opposição, que só acabou triumphando em 7 de Abril de 1831. Diziam os liberaes que o illustre Franciscano escrevia obedecendo ás inspirações do sr. d. Pedro, que o conquistara com obsequios e provas de affeição, e assentavam seu dizer em um fundamento que a muitos parecia seguro, porque era verdade que d. Pedro I ia frequentes vezes ao convento de Sancto Antonio e não poucas vezes ficava desde o anoitecer até ás 10 horas na cella de frei Sampaio, ouvindo lêr seus artigos e com elle discorrendo sôbre Politica.

Si tudo isso é expressão da verdade, cai por terra a balela de ter sido Sampaio inimigo do imperador, que promettera ao religioso um bispado e não déra cumprimento á promessa.

De frei Sampaio escreveu ainda o conego Januario no *Diario Fluminense*, de 22 de Septembro de 1830 minuciosa necrologia. Entre outros conceitos, citarei os seguintes: O homem, que não póde ser perfeito em tudo, nem por isso deixa de merecer louvores pelas qualidades bôas, que se lhe conhecem, e quando sôbre a campa da sepultura se renovam com lagrimas os vinculos uma amizade, por qual motivo interrompida, etc.

Tem estas palavras desinteressadas a seguinte explicação: Januario e Sampaio pertenciam, ermanados pelas mesmas crenças, á loja maçonica *Commercio e Artes*, sendo o segundo

— orador — com o pseudonymo Franklin. Na sessão das tres lojas primaciaes *Commercio e Artes, Esperança de Nictheroy, União e Tranquillidade*, foi frei Sampaio accusado pelas doutrinas politicas exaradas no seu periodico, *O Regulador*. Dizem ellas respeito ao véto, de que devia gosar o chefe de uma monarchia constitucional.

Ficou resolvido fosse chamado o accusado ante o Grande Oriente para ser reprehendido. Approvada a proposta e comparecendo Sampaio á sessão seguinte, foram lidos os pontos da accusação. Justificou-se o Franciscano, dando razões que foram acceitas.

Terminou a sessão em sancta paz, recebendo o redactor abraços e osculos fraternaes, proferindo em seguida vibrante discurso, em que assegurava o zêlo e amor pelas coisas patrias, inherentes a um verdadeiro maçon. Pouco tempo depois reinava a desordem no seio da Maçonaria, dissolvida pelo grão-mestre d. Pedro I. Alguns ermãos foram accusados de tramar conspiração contra as instituições. Deram-se os factos de 30 de Outubro, de 22, terminados pela reintegração, no ministerio, dos Andradas, que haviam pedido demissão. Teve inicio a célebre *devassa*, ordenada por José Bonifacio contra José Clemente Pereira, Lédo, P. Lessa, Nobrega, Januario da Cunha Barbosa, Domingos Moniz Barreto e outros. Pois bem; nesta devassa depoz frei Sampaio por duas vezes, dizendo de seus antigos confrades maçães cobras e lagartos. Na segunda vez asseverou, com relação á scena da conciliação maçonica "que no Domingo 15 de Septembro de 1922", aquelles maçães lhe fizeram ver "os horrores da morte", porque se viu fechado com sentinellas á vista sem poder escapar de maneira alguma ao golpe, que via imminente. Além do mais, dous desses membros da Ordem, cujos nomes declina, eram os mais empenhados em o assassinar com um punhal!

Muito póde a Politica com suas intrigas, exageros, mentiras e reviravoltas! Tudo prova: quanto a character, o frade não era seguro na busca.

Domingo, 15 de Septembro de 1912.

MORTE DO REGENTE

Quem percorre a collecção do *Jornal do Commercio*, de 1835, encontra no n. 207, do anno 9° (22 de Septembro), a seguinte laconica noticia: "— Falleceu antes de hontem, pelas quatro horas da tarde, depois de uma dilatada doença Sua Excellencia o sr. regente João Braulio Muniz.

Como é bem sabido, logo após a abdicação de d. Pedro I, foi eleita a Regencia provisoria composta do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, do marquez de Caravellas e do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Em 17 de Junho de 1831, é nomeada pela Assembléa Geral a regencia permanente, composta ainda do brigadeiro Lima e Silva e dos deputados José da Costa Carvalho, mais tarde marquez de Montalegre, e João Braulio Moniz.

(Por ahi se vê a importancia politica do morto, cujo fallecimento o *Jornal* noticiava ao publico em tão poucas palavras."

Um pouco mais explicito foi o *Correio Official*, no n. 70, de Quinta-feira, 24 de Septembro de 35. "O Exmo. João Braulio Moniz achará pennas mais habeis, que a nossa, que lhe teção os devidos encomios. He desgraça que acompanha a humanidade, he mister que morra o homem para se apreciarem suas virtudes. O Exmo. João Braulio Moniz foi chorado por todos os bons brazileiros e o será ainda: — a morte nos arrancou a hum tempo hum cidadão benemerito e um dos membros da regencia que governa em nome do Sr. D. Pedro II. Os brazileiros sentem e sentirão por aquelle lado e não se aproveitarão do outro para tentarem novas commoções, porque os brazileiros conhecem que sua ventura e felicidade dependem da tranquillidade e da ordem. Os dados nos fallecem para darmos uma noticia biographica do Exmo. João Braulio Moniz, mas esperamos, em breve, satisfazer aos nossos leitores."

"Lancemos sobre o tumulo do Exmo. Varão prestante desfolhadas rozas regadas com o pranto da saudade e do sentimento. Seja-lhe a terra leve e na mansão dos justos receba o premio de suas virtudes."

Vinte e duas horas depois da morte do regente, o dr. Francisco de Paula Candido procedeu á competente autopsia na presença dos drs. Meirelles, Sigaud, J. J. de Carvalho, Imbert, Silva, Sabino, J. Bento da Rosa, Octaviano, Benildo, Amancio, Jobim, Reis Cuissart e alumnos da Eschola de Medicina.

Solennes foram as honras funebres prestadas ao digno representante do Poder Executivo em nome do imperador menor.

Logo de madrugada, dizem os jornaes do tempo, o som lugubre dos tiros de peça, repetidos de quarto em quarto de hora, annunciou á capital a morte prematura desse benemerito cidadão. Os vasos de guerra, surtos no porto, conservaram-se por todo o dia, com a bandeira a meio páo. A's 8 horas da noite, de 21, saïu o cortejo funebre da casa do finado, situada no Largo das Laranjeiras, e dirigiu-se para a egreja da Ordem Terceira do Carmo, que se achava ricamente armada e aonde

havia concorrido grande multidão de pessoas de todas as classes sociaes. A's 9 horas da noite, chegou ao templo o prestito funebre, em o qual se viam amigos do finado, e seguido por dous esquadrões de cavallaria. Seguiram-se as orações do ritual, a que assistiram o regente Lima e Silva, ministros de Estado, deputações da Camara e do Senado, Corpo Diplomatico.

Terminadas as ceremonias, foi o corpo levado á sua ultima morada nas antigas catacumbas do Carmo, no local em que primitivamente existiu a capella dos Terceiros e onde hoje funcciona a casa de banhos do sr. Dupeyrat. Nesta occasião houve uma salva de 19 tiros, seguida de tres descargas da Guarda Nacional. A proposito dellas, o *Jornal do Commercio* de 23 de Septembro, tractando da terminação do funeral, conclue com estas palavras: fizeram as descargas conhecer o momento em que se dava á sepultura o cadaver daquelle que passou uma vida exemplar, e de quem se póde dizer que do mais elevado emprêgo desceu ao tumulo sem deixar um inimigo.

Nasceu Braulio Moniz na cidade de S. Luiz do Maranhão, em Março de 1796, berço de outros notabilissimos Brasileiros pelo saber, character e patriotismo. Infelizmente o nome do regente, o que é de lastimar, não figura no Pantheon Maranhense, obra do emerito dr. Antonio Henriques Leal. Sei apenas que seguiu para Coimbra, onde se distinguiu como tantos outros Maranhenses, pela applicação aos estudos.

Parece que gozava de fortuna; pois por vezes auxiliou collegas, seus patricios. Encontro-o depois fazendo parte da Camara dos Deputados, representando a provincia do Maranhão na 1ª e 2ª legislaturas de 1826-29 e 1830-33. Na primeira teve por companheiros o coronel Manuel Telles da Silva Lobo, Francisco Gonçalves Martins, depois barão de S. Lourenço, e Manuel Odorico Mendes; na 2ª, Antonio Pedro da Costa Ferreira, mais tarde barão de Pindaré, Odorico Mendes, Manuel dos Santos Martins Velasques.

Tendo-se de proceder á eleição da Regencia Permanente, reuniram-se no Paço do Senado as duas Camaras, estando presentes 35 senadores e 89 deputados. Pelo que se lê na *Aurora Fluminense*, obteve o brigadeiro Francisco de Lima e Silva 81 votos, José da Costa Carvalho 75 votos, e João Braulio Moniz 49, seguindo-se-lhes Pedro de Araujo Lima com 38, Francisco Carneiro de Campos com 30, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade com 27, etc., etc.

Vaga a cadeira de Braulio Moniz foi ella preenchida pelo desembargador Manuel Ignacio Cavalcanti de Lecerda. Annunciando a eleição da Regencia Permanente, escreveu na *Aurora*, o integro Evaristo Ferreira da Veiga judicioso artigo,

concitando o povo a aguardar os resultados da eleição com todo o respeito e tranquillidade. Quão afastadas da realidade estavam as palavras de paz do benemerito publicista! Desordens, revoltas, revoluções encheram todo o periodo governamental dos regentes.

Suffocados alguns desses motins, pelo potente braço e provada energia do padre Diogo Antonio Feijó, ministro da Justiça, continuaram depois que o grande patriota pediu demissão.

Chegaram os factos a ponto de ser reconhecida a necessidade de concentrar em um só individuo o poder regencial. Approvado o Acto Addicional, foi eleito em 7 de Abril de 1835 esse mesmo Feijó, que tomou posse em 12 de Outubro de 35, pouco tempo depois da morte de Braulio Moniz.

Elevado ao cargo de regente, diz o dr. Moreira de Azevedo, guardou Moniz seus habitos modestos, suas relações cordiaes e, sem orgulho, sem fausto, continuou a ser no supremo poder o homem que fôra no principio de sua carreira politica. Aberta conservava sua bolsa para valer aos necessitados e, sem attender a quem protegia, não era raro ve-lo derramar o beneficio sôbre aquelles mesmos de quem recebera offensas.

Alguns de seus compatriotas caïdos em pobreza viviam de pensões que elle lhes concedia. Moderado e justo, evitava as animosidades dos partidos, sem sacrificar sua crença politica."

"Prova seu amor á terra em que nasceu a verba testamentaria, na qual pediu ás pessoas encarregadas da educação de seu filho que o não deixassem saïr para fóra do Imperio, enquanto não tivesse a edade propria para ganhar amor á sua patria e ás suas instituições livres."

Na obra do dr. Moreira de Azevedo (O Brazil, 1830-1840), da qual extrahi estes conceitos, occorre o retrato do regente João Braulio Moniz. Foi copiado de outro que obsequiosamente o filho do regente confiou ao citado e consciencioso historiographo.

Com o fallecimento de Braulio, approvou a Camara dos Deputados a conclusão do parecer de sua respectiva commissão, julgando conveniente e legal que a Regencia, com dous membros ou até com um só, continuasse a exercer suas funcções.

Houve opiniões de que se devia proceder a nova eleição para preenchimento da vaga deixada por Braulio Moniz. Não valia a pena similhante trabalho, quando não vinha longe o dia da posse do regente Diogo Antonio Feijó. Certo é que não faltariam ambiciosos ávidos de tal honra e que quizessem, por alguns dias, abiscoitar a lambugem do subsidio! Prevaleceu,

porém, a idéa de ser chamado a S. Paulo o regente Costa Carvalho, que a pretexto de molestia havia deixado o posto desde Julho de 1833 e se retirara para Piracicaba.

Pelas cartas publicadas pelo dr. João Moraes, na *Revista do Instituto Historico de S. Paulo*, vê-se que durante a molestia de Braulio, esse convite de regressar Carvalho lhe havia sido dirigido pelo brigadeiro Lima e Silva, por Francisco Alvares Machado, por Odorico Mendes, e até pelo conde de Valença por parte do Senado. Costa Carvalho fazia ouvidos de mercador. Não se resolveu a regressar nem mesmo quando teve noticias officiaes do fallecimento de Braulio. Este durante a molestia só se limitava a assignar os papeis de serviço.

Durante a longa enfermidade teve o regente alternativas de melhoras. Isto provam tambem os documentos acima apontados. Muito devia ter soffrido o emerito Maranhense. Tem-se disso exacto conhecimento pela leitura da autopsia feita por Paula Candido. Conforme dizem contemporaneos, o paciente soffreu com toda a resignação as agruras da sorte que o despenhou no tumulo contando apenas 39 annos!

A vida, pois, de João Braulio Moniz excita respeito e viva sympathia. Foi elle politico verdadeiramente moderado, justo, cordato e patriota. Não é muito seja lembrada sua memoria, agora que passou o septuagesimo setimo anniversario de seu prematuro passamento.

Domingo, 22 de Septembro de 1912.

MATRIZ DA GLORIA

Quem houvera de dizer que um simples açougueiro apatacado, por muitos annos, ligaria seu nome á bella praça alinhada e demarcada desde 1810? Felizmente tem ella hoje, "desde 29 de Septembro de 1869", o nome do invicto duque de Caxias, cuja estatua equestre, inaugurada em 15 de Agosto de 1899, occupa o centro deste pittoresco logradouro publico.

Muito popular devia ter sido aquelle negociante de carne de boi, de vacca ou verde, para desbancar as antigas denominações de *Campo das Pitangueiras*, *Campo das Laranjeiras*.

E não contente de dar seu nome á praça para attrahir a freguezia, ostentava, como diz o meu bom amigo Noronha Santos, á frente do estabelecimento onde se vendiam tambem os elementos constitutivos do angú de quitandeira, ostentava digo "um grande machado". Assim ganhava por dous carrinhos. Não esteve pelos autos a Camara Municipal, que em 19

de Maio de 1843, ordenou que o largo deixasse de ser do *Machado* para ser *Praça da Gloria*!

Que a principio o local do largo era semeado de alagadiços não póde haver dúvida. Não podendo em epochas de enchente conter o rio Carioca suas aguas, transbordava inundando as redondezas. Por entre brejaes abriam-se carreiras por onde transitavam os sesmeiros e donos de engenhos e grangearios, os quaes para atalhar caminho deixavam a praia, pela qual era mais geral o transito para Botafogo ou para a lagoa de Diogo de Amorim Soares (depois de Sebastião Fagundes Varella, e muito mais tarde de Rodrigo de Freitas).

Mau grado as más condições dos terrenos das Laranjeiras foram elles povoados por gente de grande importancia; entre elles, para não citar um calendario que faria dormir o meu amavel leitor, lembro-me agora de Salvador Bernardes, da Marqueza Ferreira, viuva de Christovão Monteiro, primeiro ouvidor que teve esta nossa boa e sancta terra, outr'ora povoada de caboclos que consideravam o Carioca como seu rio sagrado.

Esta Marqueza que não era titular fundou nas Laranjeiras o *moinho velho*.

Foi ella quem legou aos Jesuitas terras, que formaram a celebrada fazenda de Sancta Cruz, hoje proprio nacional, pelo qual é tão cioso o meu amigo dr. Alfredo Rocha, zeloso advogado dos bens patrimoniaes da União.

No fim do caminho das Laranjeiras teve engenho ou fazenda o negociante da rua Direita, Cosme Velho Pereira, devoto de S. José, de cuja Irmandade foi juiz e á qual offertou o velho orgão, que por signal funccionou no dia do baptizado do obscuro signatario destas notas. Basta, porêm, de cousas antigas e entremos na ordem do dia.

Na actual praça Duque de Caxias eleva-se o elegante templo dedicado a Nossa Senhora da Gloria. Morreu o Neves, dirá o leitor. Mas é porque as datas de 28 e 29 de Septembro se ligam á historia dessa parochia, que devo lembrar aos seus habitantes factos, que lhe devem dar contentamento; pois os tiraram da sujeição de matriz longinqua para ter cura d'almas proprio e independente.

Muito penoso devia ser aos antigos vigarios de S. José exercitar o *munus* parochial. Esta freguezia extendia-se até á Gavea, e sómente depois de 1809 foram demarcadas terras para formar a freguezia de S. João Baptista da Lagôa. Mesmo assim não diminuiram as difficuldades á vista do incremento, que pouco e pouco foram tomando os bairros do Cattete, Laranjeiras e parte de Botafogo. Para obviar a taes inconveniencias foi promulgado o decreto n. 13, de 9 de Agosto de

1834, creando mais uma freguezia sob a invocação de Nossa Senhora da Gloria. Foram seus limites marcados pelo decreto de 30 de Outubro do citado anno.

Em 26 de Janeiro de 1835, reuniram-se na casa do sargento-mór Antonio Joaquim Pereira de Velasco, juiz de paz no 3º districto de S. José, a que pertencia o termo da nossa parochia, varios e importantes moradores, os quaes instituiram a Irmandade do Sanctissimo Sacramento da Gloria, cujos primeiros funccionarios foram eleitos a 15 de Fevereiro do mesmo anno.

Para séde da nova instituição foi provisoriamente acceita a offerta de Velasco para que a matriz funccionasse na capella de Nossa Senhora dos Prazeres, sita na chacara desse cidadão, á rua hoje Conselheiro Pereira da Silva.

Em 4 de Abril de 1835, a Irmandade comprou a Antonio José de Castro e a sua mulher d. Leonor Angelica de Castro uma capella erguida na face meridional do *Largo do Machado,* capella que reconstruida pela rainha d. Carlota, bem como as casas proximas, passára ao dominio de Castro na execução que o Banco do Brasil promovêra á rainha de Portugal. Eis porque não longe destes immovens se menciona a conhecida *Bica da Rainha,* notavel pela sua agua crystallina, com que a esposa de d. João VI refrescava os ardores do seu temperamento.

Fechado o parenthese, direi que as imagens e o Sacramento passaram solennemente para a nova capella em fins de 1835.

Era porêm urgente a fundação de um novo templo mais amplo e em relação com a importancia do bairro já então aristocratico.

Pondo de parte minucias e pormenores basta dizer que em 1837, foi escolhido o sitio, em que hoje se ostenta o bello templo concorrido pelos devotos de alto cothurno desta nossa boa terra carioca, tão cheia de altos e baixos, de contradicções e de contrastes entre notorio progresso e costumes mais selvagens do que nos tempos em que a nova *urbs* era, conforme dizem, uma grande aldeia, pacata e amiga dos terços, novenas e fogos de artificio e leilões á porta das egrejas.

A pedra fundamental do novo templo foi finalmente lançada no dia 17 de Julho de 1842. A' esta ceremonia assistiu a Familia Imperial. Satisfeitas as exigencias do ritual romano pelo vigario Manuel da Piedade Valongo de Lacerda, lavrou-se o competente termo, no qual figuram, entre outros, os nomes de Velasco, visconde de Abrantes, Francisco Alberto Teixeira de Aragão (o célebre chefe ou antes intendente de Policia), que determinou as badaladas das 10 horas da noite do sino de S. Francisco de Paula.

Proseguiram as obras mui lentamente, quando em 5 de Abril de 1856, foram as imagens trasladadas para a parte da egreja já edificada, isto é, apenas a capella-mór. Por deficiencia de meios estiveram as obras paradas por algum tempo, até que em 1872, se realizou a inauguração da matriz.

Eleito provedor da Irmandade do Sanctissimo Sacramento da Gloria, deliberou o dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro escrever o historico desse sodalicio religioso desde 1834 a 1872. De como o illustre escriptor se saïu galhardamente, di-lo a monographia de 120 paginas, dada á luz em 1899, pela typographia de L. Malafaia, rua d'Assembléa. O dr. Pinheiro descreve dia por dia a vida da Irmandade desde a creação da freguezia até á inauguração do sanctuario.

Deste completo trabalho de verdadeiro benedictino tirei os subsidios para pallidamente e em resumo escrever algumas tiras de papel relativas ás datas de 28 e 29 de Septembro de 1872.

Pedindo venia ao illustre dr. Marques Pinheiro, vamos transcrever a descripção feita pelo provedor barão de S. Francisco Filho, referente áquellas festas inauguraes.

"Achando-se terminadas as obras internas da nossa egreja, podendo ser ella aberta á piedade dos fieis, e para que esta solennidade fosse feita com todo o esplendor e magnificencia devidos ao culto da nossa Sancta Religião pedimos ao nosso digno prelado o sr. bispo diocesano que se dignasse marcar os dias para a benção da egreja e das imagens, para a sagração do altar-mór e festas.

"S. Ex. accolhendo o pedido da Irmandade com a reconhecida bondade designou os dias 28 e 29 de Septembro e 6 de Outubro para taes solennidades; tenho verdadeiro prazer em annunciar que no dia 28 de Septembro, ás 4 horas da tarde, foi s. exa. revma. recebido com o ceremonial devido á porta da egreja pela Irmandade incorporada e por diversos senhores sacerdotes.

A's 4 e meia deu s. ex. principio ás ceremonias da benção do templo e das imagens e das reliquias dos sanctos martyres — Irineu, Jucundino, Innocencio, Honorata, Illumiata, Jucunda e Honesta, as quaes tinham de ficar encerradas no altar-mór, sendo em seguida postas por s. ex. revma. dentro de uma urna, que ficou depositada na capella provisoria do S. S. Sacramento.

"No dia seguinte, domingo, 29, ás 8 1|2 horas, chegou sua exa. reverendissima, sendo recebido com o mesmo ceremonial e, depois de fazer oração, deu principio á magestosa ceremonia da benção do altar-mór, ceremonia que, pela primeira vez, foi celebrada nesta Côrte.

"Antes de terminada ella, saïu em procissão, em redor da praça, a urna em que, de vespera, ficaram guardadas as sanctas reliquias, sendo a mesma carregada debaixo do pallio pelo rvmo. conego dr. Antonio Peixoto de Abreu e Lima, padre Antonio Maria Corrêa de Sá e Benevides, padre Joaquim José da Costa Guimarães, coadjuctor da Irmandade e nosso digno ermão procurador, padre João Manuel de Carvalho, — vigario da Candelaria, sendo a procissão accompanhada por s. ex. rvma., sacerdotes, seminaristas e pela Irmandade.

..." A's 5 horas da tarde teve logar a solenne trasladação das imagens, saïndo desta matriz os andores de Nosso Senhor da Agonia, Nossa Senhora das Dôres, Nossa Senhora da Cabeça e S. Miguel, em direcção á egreja da Lapa, para onde de vespera tinham sido levados os andores de S. José, Sancto Henrique, S. Luiz, S. João Baptista, S. Francisco de Salles, S. Pedro, S. Manuel, S. Sebastião, S. Joaquim, S. Boaventura e Sancto Antonio, etc...."

Em conclusão, o dia de hoje lembra a inauguração da matriz da Gloria, e além disto a data em que o antigo *Campo das Pitangueiras*, passou por deliberação da Camara a ter o nome de Duque de Caxias em commemoração dos inolvidaveis serviços prestados á patria pelo venerando cabo de guerra.

De uma cajadada matei dois coelhos!

29 de Septembro de 1912.

BECCO DA FIDALGA

Na progressiva remodelação e no patriotico afan do embellezamento da nossa capital, não têm ficado na retaguarda os antigos bairros da Misericordia e de S. José, verdadeiros representantes da architectura dos tempos coloniaes.

Por toda a parte o camartello e alavancas da Prefeitura, de mãos dadas com a Hygiene, tem feito surgir novas construcções de aspecto moderno, sobretudo airoso. Nota-se este facto animador nas ruas da Misericordia, largo do Moura, becco da Musica, travessa do Costa Velho (antigo becco do Guindaste), da Boa Morte (hoje de D. Manuel), rua do Cotovello (antiga do Açougue e antes do Pedro Vicente).

Até o lugubre e infecto becco dos Ferreiros está sendo alargado e já tem pretenções a passar por pequena avenida.

Não quiz ficar na bagagem a travessa do Paço (rua dos Madeireiros e antes da Quitanda); alli estiveram, por muito

tempo, as pretas quitandeiras, no largo hoje da Assembléa, as quaes por certo e determinado local pagavam á Camara pequenas contribuições que figuravam como verba de receita nos orçamentos municipaes de antanho.

Da citada travessa ha poucos annos desappareceu a *Casa da Opera* de Manuel Luiz que desde muito déra seu contingente para o chique da nossa *urbs*. Nessa localidade attrahe agora os olhares do *zé povinho*, do qual faço minima parte, o ruir das paredes, o destelhamento de um grande casarão de dous andares, tendo frente para a referida travessa e lado para o becco, que partindo da rua D. Manuel vae findar na rua da Misericordia.

Tracta-se da *Casa da Fidalga*, que deu nome ao tal becco pela primeira vez bem calçado quando o dr. Motta Maia, depois conde do mesmo titulo, eleito vereador pela freguezia de São José, olhou com vistas paternaes para as ruas e travessas da parochia do patriarcha; nesse tempo as eleições eram feitas por dous gráus, no primeiro dos quaes figuravam como actores obrigado a *flôr da gente* representada pelos capangas e desordeiros legitimos filiados das greis Nagôas e Guaamus!

Muito feliz tem sido esta senhora, que pelo seu titulo cheira a sangue azul e a sebastianismo, em não ser perturbada na commemoração de sua personalidade. Atravessar o novo regime a principio, com fumaças de jacobinismo, sem que lhe tocassem no titulo do becco, é ser mais feliz do que o Facadas. Tem se mudado o nome de ruas e travessas, dando a illustres desconhecidos, mas o becco da *Fidalga* alli está ostentando como os outros logradouros publicos as placas, que provam ter sido ella a grande proprietaria naquella zona; alli outr'ora se contavam grandes armazens de madeiras e materiaes, bahianas do angú e um barbeiro de fama e de grande clientella, o qual por signal fazia parte da musica das figuras que representavam papel de destaque nos palanques das festas do Espirito Sancto, do Rosario, S. Domingos e S. Bento.

Houve, dizem, na frènte do predio em questão as armas da fidalga. Um dos successores della mandou arrancar o brazão. Modesta gralha de origem plebéa não se quiz enfeitar com pennas de pavão. E assim os amadores da Heraldica ficaram privados de uma licção, dada pelos sabedores de cousas de armeria, linhagens e genealogias.

A proposito lembro-me de um caso curioso. Em uma casa da rua dos Ourives, pertencente á Ajuda, via se um brazão. Gente de alto bordo asseverava que aquillo eram as armas de Salvador Benevides. Mais tarde verifiquei que taes insignias pertenciam ao Farinha, depois visconde Sanches de Baena, o qual alli tivera importante estabelecimento pharmaceutico!

Siga o bonde, dirá o leitor; obedeço. Devem os Cariocas saber que a primitiva praia da cidade era constituida pelo lado hoje impar da rua da Misericordia. Já no principio do seculo XVII, com o recuo das aguas se haviam levantado edificações. Basta lembrar as casas de Gonçalo Gonçalves, legadas em 1620 á Misericordia e a ermida de S. José, cuja capella-mór era beijada pelo mar nas occasiões de preamar. Esta capella de S. José fôra edificada em terras doadas por Estevam de Vasconcellos e mais tarde accrescentada por nova concessão de mão beijada. Este Vasconcellos era casado com d. Anna Osorio, filha de Alvaro Osorio e de d. Maria de Mariz, filha por sua vez de Antonio de Mariz Coutinho, o tal que figurou na guerra em epocha muito posterior á sua morte! Do casamento de Estevam conta brilhaturas o meu amigo e mestre dr. Felisbello Freire.

Novo recuo da formosa Guanabara permittiu aos de São José extender suas propriedades até a hoje travessa do Paço, a qual por sua vez ficou considerada praia ou porto de S. José. Nova retirada do mar deu em resultado as casas da Irmandade do mesmo Sancto, hoje reedificadas, e as do collegio pertencentes aos Jesuitas.

Estas passaram ao conde de Bobadella, que, em testamento, as legou ás religiosas, de Sancta Teresa. Assim, a cidade teve sua terceira praia constituida pelo lado par da hoje rua D. Manuel. Que a travessa do Paço foi logar de desembarque, prova a existencia da antiga *Casa do Sal*, construida sem ordem régia por um provedor da Fazenda, o qual por signal soffreu forte censura.

Antes de tractar da *Casa da Fidalga* darei uma olhadella pelos antigos casarões das vizinhanças. Ha nisto para mim saudosas recordações da mocidade. Estamos em frente do antigo n. 5, do Becco da Fidalga, hoje reconstruido e com entrada pela rua da Misericordia. Na loja, onde até ha pouco tempo esteve a conhecida pharmacia Rego Barros, habitava o sordido e avarento Mathias, em cuja venda 4 ou 5 saracuras, ao amanhecer, atordoavam os ouvidos do proximo com os conhecidos *tripotes-tripotes*.

Dizia o vendeiro que essas aves de bico comprido afugentavam os ratos e davam cabo das baratas. Com isto fazia o velho economia. Não tinha necessidade de comprar ratoeiras.

No sobrado habitou o deputado José Mariano de Albuquerque Cavalcanti. Alli se reuniam os deputados nortistas da legislatura de 1834-37, para concertarem planos politicos em opposição ao regente padre Feijó.

Depois houve no predio o Hotel Grote, onde se hospedou em 1844, o sabio Camillo Cléan, que se chamou depois frei Camillo de Monserrate.

No meu tempo residiram no n. 5 uns Portuguezes que annunciavam as célebres frigideiras de Braga. No sotão morou o *Caramujo*, tocador de rabeca para os meninos do Internato do Collegio D. Pedro II dansarem sob a direcção do professor Rocha, possuidor de uns pés, verdadeiras toezas.

Tambem pequeno era o repertorio do *Caramujo*: uma quadrilha, duas valsas e os lanceiros, tudo tocarão sem compasso, e de modo a fazer arrepiar os cabellos.

Mais tarde moraram nessa casa o integro professor Brito, cujos filhos, bons rapazes, são bem conhecidos, e successivamente os clinicos drs. Pedro Maria de Almeida Portugal, (sogro do Mafra da Camara dos Deputados), Sousa Lima e Aleixo Franco.

Com que saudades vi ha poucos annos serem demolidas as paredes de fortaleza do predio contiguo ao antecedente. Foram ellas testimunhas dos meus brincos de infancia, pois alli nasci e tornei-me cidadão e eleitor da minha parochia. Tinha esse immovel o n. 8, da rua do Cotovello. Hoje está reconstruido com entrada tambem pela rua da Misericordia, e acha-se transformado em casa de commodos, alugados a operarios e trabalhadores.

Pertenceu outr'ora ao capitão Ignacio Moreira de Vasconcellos, muito da amizade do conde de Bobadella. Na esquina notava-se o oratorio de Nossa Senhora das Brotas, cuja imagem foi removida para a egreja dos Capuchinos, no Castello. Foi mais tarde o immovel adquirido por meu avô materno, que em 1827, requeria á Camara carta de aforamento.

Em sua petição dizia haver comprado o predio; metade a d. Feliciana Joaquina de Azevedo, viuva de Antonio Ferreira de Barros, e a outra parte ao capitão Antonio Joaquim Rodrigues, o qual a havia arrematado em praça do Juizo dos Orphãos, por pertencerem aos herdeiros de João Vaz dos Santos. Partia a propriedade com casas de Bernardo José Corrêa, fazendo canto no Becco do Açougue (rua hoje do Cotovello), com 23 palmos de frente e 212 pelo becco a entestar (nos fundos), com casas de d. Anna Isabel de Mascarenhas até entestar com as casas chamadas da *Fidalga*).

Parece, á primeira vista que a tal fidalga seria a tal d. Anna. Nada.

Esta foi proprietaria do predio, que teve e ainda hoje conserva o n. 26 da travessa do Paço. Este facto é plenamente provado por minuciosas notas, que me foram ministradas pelo

meu distincto amigo Raul Cardoso, director geral do Patrimonio Municipal.

Destes apontamentos citarei apenas o final. D. Anna Isabel Ferreira Mascarenhas, que tirou, em 1796, carta por ter comprado a João Vaz dos Santos, que, em 1787, arrematou o chão com um telheiro desmembrado da casa da rua da Misericordia, que foi do padre Vicente.

Eis porque o becco do *Açougue* teve tambem o nome do padre Vicente, que foi pois antecessor de meu avô e de Ignacio de Vasconcellos.

No livro 3, dos termos da Misericordia, ha um documento em que o padre Vicente Pereira da Silva, como fiador de certo emprestimo dava em hypotheca "em 1730", uma casa na rua Direita (assim era chamada a rua da Misericordia), até a praia, partindo com os herdeiros de Julião Rangel de Sousa, etc.

Este, que foi escrivão da Camara, era então dono do predio n. 28 ou Casa da Fidalga. Sobre isto não póde haver a menor dúvida á vista de outros apontamentos ministrados ainda pela proverbial gentileza de Raul Cardoso.

Mas o nome desta senhora? A que familia aristocratica pertencia? Ignoro. Ha alguns annos disseram-me que a *fidalga* era tia de Bonifacio do Amaral, pae do dr. Alexandrino Freire do Amaral, hoje fallecido. A este distincto amigo recorri á cata de informações.

Sei vagamente que a *fidalga* era parenta de Gomes Freire de Andrade (conde de Bobadella). Pelo brazão alguma cousa se poderia verificar, mas, como já disse, foi elle para o lixo. Deste modo, a *fidalga* que deu nome a um becco passará á posteridade como *illustre incognita*!

Della se poderá dizer o que é muito commum em documentos antigos: fulana de tal *que pelo nome não perca*.

Decepção para os nossos topologos presentes e futuros!

6 de Outubro de 1912.

PAULISTA DISTINCTO

Passa depois de amanhã, 15 de Outubro, a data natalicia de um patricio, bello ornamento das lettras, sabio e honrado magistrado, leal e activo servidor da patria.

E' sempre grato pôr em destaque os nomes desses varões conspicuos, pertencentes á geração que nos precedeu, tão cheia de civismo, hombridade de character e mais que tudo, de provado desinteresse. A vida de taes Brasileiros constitue fonte de bons exemplos e proficuos ensinamentos.

Em 24 de Junho de 1849 os religiosos do Sancto Sepulchro carregavam o cadaver de um desses benemeritos, da porta da egreja de S. Francisco de Paula para as antigas catacumbas situadas ao lado direito daquelle templo.

"Foi para esses religiosos, diz Sigaud, um dever doloroso e quasi uma missão providencial, por se acharem no Brasil a tempo de saudarem pela última vez o peregrino que os fôra visitar em tão longes terras. Elles foram, como os Gregos accompanhando o corpo a Byron ou como os Polacos espargindo a terra da Polonia sôbre os restos de Delavigne, murmurar suas saudades de gratidão sôbre o corpo do viajante da Terra Sancta."

Mais tarde, estes religiosos recolheram a ossada do illustre extincto e a levaram para a capella dedicada a Sanct'Anna pelos antigos frades da Terra Sancta, e cuidadosamente guardaram tão preciosos restos mortaes em uma urna de marmore com inscripção em lettras de ouro, como no-lo affirma o dr. Mello Moraes.

Como é sabido, este pequeno sanctuario existia, ainda ha bem poucos annos, na rua Evaristo da Veiga, quasi em frente ao demolido chafariz das Marrecas.

Da fonte pública e da referida capella já me tenho occupado em chronicas anteriores.

O Brasileiro, assumpto destas notas, havia partido, em 1830, em demanda da velha Europa. Percorreu varios paizes.

Depois de aprender pacientemente as linguas orientaes, voltou á patria. Em 30 de Abril de 1830, resolveu visitar os Sanctos Logares, onde se desenrolaram os principaes factos da historia do Christianismo. Ficám pois bem explicadas as manifestações de apreço e gratidão dadas, aqui, pelos referidos esmoléres, os quaes auctorizados pelo govêrno portuguez, agenciavam no Brasil esmolas para a reedificação da egreja de Sancto Sepulchro, de Jerusalém.

Tracta-se, nestas simples notas commemorativas, do conselheiro José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade, nascido em Santos, em "15 de Outubro de 1787". Foram seus paes o coronel Francisco da Costa Aguiar e d. Barbara Joaquina de Aguiar e Andrade, ermã dos grandes José Bonifacio, Martim Francisco e Antonio Carlos. Já por ahi se vê a nobre estirpe, á que estava filiado pelo lado materno o homem, cuja vida procuro pallidamente traçar; mesmo porque é pouco conhecido de muita gente que se diz sabedora de pessoas e cousas brasileiras!

Depois de feitos os preparativos foi mandado por seu progenitor para a Universidade de Coimbra, em 1804. Alli foi estudante talentoso e applicado. Bacharelou-se em Leis, a 9 de Julho de 1810.

Ainda estudante alistou-se como simples soldado de infantaria no batalhão dos Voluntarios Academicos, do qual foi commandante José Bonifacio. Fôra organizada esta patriotica phalange para ajudar os que faziam frente á invasão franceza. Voltou ao Brasil. Foi nomeado juiz de fóra da cidade de Belém, do Pará. Dalli foi removido em 1819, para a nova Ouvidoria Geral de Marajó, na ilha de Joannes.

Logo depois, nomearam-no desembargador da Relação da Bahia.

No Pará deixou bôa tradição, nome estimado e digno de respeito. De José Ricardo ainda ha poucos annos, me fallava com enthusiasmo, o meu distincto amigo dr. Manuel Barata, ex-senador pelo Estado do Pará. Chegou José Ricardo mesmo a escrever uma importante memoria ou "Annaes da Provincia do Pará", dedicados ao nosso primeiro imperador.

Em 1821, partiu para Portugal, como representante de S. Paulo ás Côrtes Constituintes de Lisbôa. Quem lê o Diario desta Assembléa aprecia o papel representado por José Ricardo em todos os assumptos em que se tractava dos interesses da nossa patria. Basta dizer: foi elle um dos septe deputados paulistas, que se retiraram para a Inglaterra por não quererem jurar a Constituição Portugueza!

Em 1823, tomou assento na Asembléa Constituinte Brasileira. Dissolvida esta pelo golpe de estado, de 12 de Novembro de 23, não foi José Ricardo deportado com os Andradas e seus amigos.

Seria longo enumerar as etapas da magistratura gloriosamente percorridas por esse verdadeiro sacerdote de justiça. Como premio bem merecido de seus serviços, foi nomeado em 24 de Novembro de 1828 ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Tivesse velleidades de fidalguia e quizesse adoptar brazão usaria como distícho ou lemma as seguintes e suggestivas palavras — *cum dignitate labor*. O conselheiro Andrada, como deputado, representou ainda a provincia de S. Paulo na 1ª legislatura de 1826-1829 e na 2ª, de 1830-1833. Naquella teve como companheiros Joaquim José Lopes Ribeiro, Manuel Joaquim de Ornellas, José Corrêa Pacheco da Silva, brigadeiro Ignacio José Vicente da Fonseca, Francisco de Paula e Sousa, Francisco das Chagas Santos (marechal de campo), padre Diogo Antonio Feijó, João Chrysostomo de Oliveira Salgado.

Na 2ª legislatura serviu com Rafael Tobias de Aguiar, José Corrêa Pacheco e Silva, Lourenço Pinto de Sá Ribas, Joaquim Floriano de Toledo, Francisco Alvares Machado Vasconcellos, Valerio Alvarenga Ferreira, padre Lourenço Marcondes de Sá,

José Antonio dos Reis, padre e depois bispo de Cuiabá. Nessa sessão serviram como substitutos, entre outros, Martim Francisco e o padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel.

Grande polyglotta, escreveu o conselheiro José Ricardo uma grammatica da lingua turca e outra da lingua arabe, as quaes se conservam inéditas. Os *Annaes da Provincia do Pará*, de 66 folhas in-folio, pertencem á Bibliotheca Nacional.

Quanto á *Virgem ao Oriente*, vale a pena transcrever aqui uma nota fornecida pelo dr. Sacramento Blake. O operoso auctor do *Diccionario Bibliographico Brazileiro*, diz o seguinte:

"Parte dessa obra foi pelo senador F. Octaviano de A. Rosa enviada ao *Diario Official*, para ser ahi publicada; outra parte foi ter, não se sabe como, ás mãos de A. E. Zaluar, ignorando-se o destino que depois lhe foi dada. Possúo sôbre este escripto a seguinte nota, que me foi dada, não me lembra por quem (sic). "As notas sôbre a viagem ao Oriente por José Ricardo de Castro Aguiar de Andrada foram entregues a Augusto Emilio Zaluar para redigi-las, e com effeito, este apresentou um trabalho a este respeito que esteve no Archivo da Secretaria do Imperio e foi entregue por mim, de ordem do director da mesma Secretaria, ao padre Joaquim Pinto de Campos. As notas nunca foram restituidas pelo Zaluar, que as perdeu, segundo me disse, e por isso não lhe pagaram o trabalho. O padre Pinto de Campos me disse que era cousa insignificante. Não sei si delle se aproveitou; mas o que é certo é que nunca o restituiu á Secretaria do Imperio, hoje do Interior."

Existem, da lavra do erudito Andrada, outros manuscriptos, bem como seus trabalhos legislativos que elle tractava de corrigir, quando a morte o colheu aos 58 annos de edade. Com quem estarão essas preciosidades?

Com o titulo — *Caderno de assentos particulares para minha lembrança*, — pertencente ao pae do conselheiro José Ricardo, possue o meu distincto amigo e mestre dr. Martim Francisco um pequeno volume, escripto todo pelo punho do coronel Francisco Xavier da Costa Aguiar. Nesse pequeno thesouro de familia ha curiosos apontamentos da receita e despesa; dividas pagas e a saldar, prejuizos e outras minucias que provam quanto o cunhado de José Bonifacio era homem práctico; seguiu sempre na vida a linha recta e jámais procurou lesar o seu similhante. Com permissão do actual deputado por S. Paulo, transcreverei as notas com referencia ao conselheiro José Ricardo. Ei-las. "Na tarde do dia 19 de Abril da éra de 1784, tomei o estado do Matrimonio com D. Barbara

Joaquina de Andrada, filha legitima do coronel Bonifacio José de Andrada e de D. Maria Barbosa Barbara da Silva.

..." No primeiro de Julho me ausentei de minha casa para ir a Lisboa e a 9 de Novembro de 1786 me recolhi á dita minha casa e em companhia de minha mulher. Seja o Senhor bemdito.

..."Depois das tres horas da tarde, no dia *quinze de Outubro* de mil e setecentos e oitenta e sete, nasceu o meu segundo filho José e foi baptisado na matriz desta Villa com beneplacito do Revmo. Vigario José Xavier de Toledo, pelo Revmo. Luiz José dos Reis, a 21 de outubro, sendo padrinhos seus tios João Xavier da Costa Aguiar e D. Anna Marcellina de Andrada."

Falta-me espaço para transcrever todas as notas com relação ás despesas incluindo mesadas, roupas, etc., feitas pelo filho durante o tempo, em que este esteve em Coimbra.

A' página 126 do canhenho, estão as datas das nomeações dos differentes cargos, em que foi provido o futuro conselheiro José Ricardo.

Para terminar bom é dizer que o conselheiro José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada foi condecorado com a dignitaria da Ordem do Cruzeiro e era cavalleiro professo da Ordem do Sancto Sepulchro.

Fez parte do Instituto Historico desde 6 de Abril de 1839, mas do conselheiro José Ricardo não tractou o orador Porto Alegre, na sessão magna de 1852 em que fez o elogio dos socios fallecidos durante os annos anteriores.

Nada encontrei nos "Jornaes do Commercio" de Junho de 1846 com relação ao fallecimento do eminente Brasileiro.

Salvou a situação o dr. João Francisco Sigaud, no seu *Annuario do Brasil* (1846), escrevendo sôbre o conselheiro José Ricardo succinta biographia.

13 de Outubro de 1912.

RIO DE JANEIRO

1782

I

Em 24 de Fevereiro de 1777, fallecia o rei d. José I. Por este mesmo tempo Sancta Catharina caïa em mãos dos Hispanhóes commandados por d. Pedro de Cevallos. Deste desastre acaba magistralmente de tractar o erudito capitão-tenente Lucas Alexandre Boiteux, em minuciosa monographia recentemente distribuida, e que tem por titulo — "Notas para a Historia Catharinense".

Ao throno portuguez subiu, então, a rainha d. Maria Iª, chamando para seus ministros: Martinho de Mello e Castro, Aires de Sá e Mello e José de Seabra. Como se sabe, em 1 de Outubro daquelle anno era assignado o tractado de Sancto Ildefonso, tendente a regularizar todas as questões de limites do Brasil com as possessões americanas da Hispanha.

Este tractado dicto preliminar teve por appendice o de amizade, commercio e garantia a 11 de Março de 78.

Para dar realidade ás negociações de paz, Portugal e Hispanha nomearam os competentes commissarios ou representantes, os quaes foram divididos em quatro commissões. Da terceira, a qual, diz o visconde de Porto Seguro "devia demarcar desde a fóz do Jaurú até a do Japurá, no Amazonas, foi primeiro commissario da nossa parte o governador de Matto Grosso, tendo por immediatos, primeiro, por nomeação do governador Luiz de Albuquerque, competentemente auctorizado, o tenente-coronel Antonio Philippe da Cunha Ponte e o sargento-mór João Manuel Cardoso da Cunha, officiaes que desde muito estavam servindo na capitania, e depois por nomeação da Côrte o capitão engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra. Dos visinhos successivamente os tres officiaes da Armada Negrón, Aguirre e Sotomayor. Ao capitão de fragata d. Juan Francisco Aguirre, devemos nós outra obra, não menos importante que a de Cabrer, na qual se occupa muito da capital do Brasil, onde estivera."

Pois bem. E' deste trabalho de Aguirre, com referencia á nossa cidade, que tirarei algumas notas, assumpto desta noticia ou chronica semanal. Tem por titulo *Diario de Aguirre* e foi publicado em 1905, no tomo 4° dos *Annales de la Biblioteca, Publicación de Documentos relativos al Rio de la Plata con introducciones e notas*, pelo distincto literato e director da Bibliotheca de Buenos Aires, P. Groussac.

Eu não conhecia o citado *Diario*. A' gentileza do professor Capistrano de Abreu devo a leitura desta para nós curiosa monographia e permissão para dahi extrahir tudo quanto desejasse.

Declara P. Goussac, e isto basta, que o *Diario* é copia tirada pelo mui conhecido dr. Vicente Quesada, no tempo em que este emerito Argentino viajava pela Europa.

Da noticia biographica de d. Juan Francisco Aguirre se conclue ter elle sido verdadeiro homem do mar, illustre por seus conhecimentos, muito observador, e até certo ponto imparcial em suas apreciações a respeito de nossas coisas, como testimunha de vista e de oitiva, mau grado haver se demorado, aqui, apenas 25 dias.

Na biographia de Aguirre diz P. Goussac, que foi a commissão de limites recebida e tractada pelas auctoridades portuguezas com a mixtura de cordialidade fingida, a desconfiança real que as circunstancias impunham!

Pudera não! Castelhanos e Lusitanos desde a restauração de 1640, andavam como cão com gato. Já n'aquelle tempo, como sempre, era preciso *confiar desconfiando*. Tudo os desunia e os separava. Estavam recentes os seccessos de Sancta Catharina e os anteriores relativos á celebrada Colonia do Sacramento, pomo de discordia, o qual como no jogo do annel ora passava para o poder de Portugal e ora para o de Hispanha. E com essa brincadeira exhauriam-se os recursos arrancados ao povo, não falando no sangue derramado nestas questões diplomaticas, apoiadas nas duvidas e tricas de tractados mal elaborados.

Mas é tempo de volver ao assumpto principal. Constituida a commissão, partiu de Lisboa, com direcção ao Rio de Janeiro, em 23 de Janeiro de 1782.

Deixo de lado as impressões de Aguirre sôbre Lisboa e acêrca da situação economica, administrativa e financeira do velho Portugal. No dia 8 de Março, o navio mercante *Santissimo Sacramento*, do qual era Capitão Torquato da Silva, avistava Cabo Frio.

No dia 11 podiam os navegantes dizer com Pero Lopes de Sousa — eramos com a bocca do Rio de Janeiro. A's 3 da tarde, passava o *Santissimo Sacramento* a fortaleza de Sancta Cruz, de onde o homem da busina fazia as perguntas do estylo. Satisfeitas todas as exigencias marcadas pelo regimento dado outr'ora ao capitão da referida fortaleza, Manuel da Costa Cabral, pelo governador d. Alvaro da Silveira de Albuquerque, em 24 de Janeiro de 1703 (Vide *Archivo Municipal*, tomo 4°, 1897, pags. 448), foi franqueada a entrada.

Ao passar a embarcação pela frente da cidade, foram o vice-rei e a terra saudados com 13 tiros de canhão. A's 5 horas da tarde fundeava, ficando a S. E. a e pequena distancia a Ilha das Cobras. Por parte do capitão Torquato se enviaram antecipadamente os papeis ao vice-rei (Luiz de Vasconcellos e Sousa) a cujo senhor a rainha nos recommendava. Tivemos logo um ajudante de s. ex. com seu proprio escaler ou falúa, que nos cumprimentou com a maior attenção e nos convidava a passar á sua presença; porém pedimos que nos dispensasse até o dia seguinte, por ser já tarde.

Já por ahi se vê quanto era amavel e galhardo o joven representante, na America, da filha de d. José I.

Dia 12 de Março. Os recem-chegados tomam ás 10 horas da manhã o bergantim do vice-rei e desembarcam no cáes, que estava em frente de seu palacio. Este cáes, como é sabido, ia ser muito melhorado por ordem de Luiz de Vasconcellos. Deste ponto de desembarque nos dá minuciosa noticia o padre Luiz Gonçalves dos Santos. Foi demolido em 1840. Passava por perto do segundo chafariz, que ainda hoje existe. Tinha duas rampas e assentos de marmore, como se vê na obra de Debret *Voyage Pittoresque au Brésil*.

Declarou Luiz de Vasconcellos que os commissarios tinham á sua disposição accommodações preparadas, sendo para alli conduzidos em companhia de Domingos Mendes Vianna (e não Domingo Mendes Viana), negociante muito da confiança do vice-rei. Que Mendes Vianna não era carola, tenho certeza. Nunca fez parte das administrações dos diversos sodalicios religiosos desta cidade. No *Almanach* de 1799 não encontro seu nome entre os nossos antigos commerciantes. Havia fallecido? Ou ausentára-se? Ignoro.

A' porta da commissão quiz Vasconcellos mandar postar uma guarda. O chefe recusou similhantes honras, para que o povo soubesse que elles Hispanhóes gosavam de plena liberdade, não coarctada por douradas considerações.

Não faltou quem tal pensasse, e Aguirre faz mais uma vez justiça ás puras intenções de Vasconcellos, mesmo porque certos sujeitos, durante a travessia, asseveravam que o sequito castelhano seria recolhido á Ilha das Cobras.

Domingos Mendes levou Aguirre e seus companheiros ao *Campo de S. Domingos*, onde estrearam uma casa capaz e confortavel. Antes de se separar, Mendes declarou (por insinuação do vice-rei?) que os da comitiva não extranhassem a falta de não serem convidados para sua mesa, em razão da etiqueta de Luiz de Vasconcellos.

Descripção do Porto do Rio de Janeiro. Aguirre começa sangrando-se em saúde. Declara haver erros no que escreve,

pois regulou-se tambem por informações. Da ilha Redonda se distinguem as differentes fortalezas. A bateria nova da Praia Vermelha chama *Praya Bermella* e a de S. João chama *S. Jaon;* contam as duas 210 canhões (sic). A fortaleza de Sancta Cruz, com seus 24 canhões, é fortificação respeitavel em uma bellissima situação para o fim, para o qual foi construida. Tracta do *Pico* e assevera ter sido o forte alli construido, quando houve receio de ser o Rio de Janeiro atacado por d. Pedro Cevallos, e que essa fortaleza tomou o nome do general castelhano! Pura invenção.

Já nesse tempo, vê-se, por signaes Sancta Cruz se correspondia com o Castello de S. Sebastião, passando logo as noticias ao conhecimento do Governo.

A' Lage chama *Alaja*. Ao Gragoatá appellida *Cravatá*. Quanto a Villegagnon, a que dá tambem o nome de *Ville Gagnon*, commette grosseiro êrro, confundindo alhos com bogalhos. Faz *Mr. de Guaitroin* (sic), contemporaneo daquelle chefe calvinista.

Este despauterio mereceu pequena nota de Groussac, mostrando com razão que entre Villegagnon e o almirante francez medeiava apenas o espaço de mais de seculo e meio.

Não deixa Aguirre de assignalar o banco existente entre a ponta da Misericordia e a ilha das Cobras, já descripto em 1587 por Gabriel Soares de Sousa. Tractando do fundeadouro, cita a ilha das *Fugadas*, naturalmente Enxadas. "La comodidad, acrescenta, que tiene este puerto, de franquear el arrimo de las embarcaciones á sus orillas, ha proporcionado la construción de la Aduana, almacenes de azucar y otros en terminos que pueden cargar y descargar las embarcaciones atracadas á ellos cuando se quiera. Esto se deja ver es de utilidad para el comercio por que se hacen breve, comodamente y sin tanto gasto las operaciones que exige su giro. El buen orden con que todo lo concerniente esta dispuesto dá gusto examinarlo". Refere-se á Alfandega e ao Trapiche da Cidade, o qual fôra de Salvador Benavides.

Por ahi se vê que em 1782, as embarcações encontravam fundo sufficiente no estreito comprehendido entre a ilha das Cobras e o littoral da cidade. E' um subsidio importante para quem estuda as modificações, por que tem passado o fundo da nossa bahia e tambem para os que estudam os melhoramentos do nosso porto.

O Arsenal de Marinha é pequeno e sem vida. Tem um estaleiro desoccupado desde que, havia 8 annos (sic), alli se construiu o navio *S. Sebastião*. Tem um muro e uma guarda no portão.

Neste estabelecimento causou surpreza a Aguirre uma casa, em que se guardavam animaes e passaros para serem remettidos para Lisboa. E' isto exacto. Basta lêr as correspondencias de Luiz de Vasconcellos com a metropole publicadas nos *Documentos* do nosso Archivo Nacional.

Termina a descripção da nossa bahia por umas outras particularidades, enaltecendo a situação e formosura della. Sem exageração é admiravel e superior a todas quantas a Providencia creou no resto do mundo. Sempre a nossa *naturaleza*!

Falta-me espaço para dar a descripção da cidade do Rio de Janeiro, sua população, commercio e industria. Fica para a semana seguinte. E' curioso saber como eram julgados os nossos antepassados pelos extrangeiros, que abicavam as plagas da grandiosa Guanabara.

Domingo, 20 de Outubro de 1912.

II

Continúa com a palavra d. Juan Francisco de Aguirre, o qual por aqui passou ha cento e trinta annos.

Ao leitor será facil discriminar o que escreveu o illustre subdito de sua magestade catholica e os modestos commentarios do obscuro chronista signatario destas notas.

Depois de marcar a situação da cidade, apoiando-se em longitudes e latitudes, assegura Aguirre que o Rio de então tinha a figura de um quadrilongo. Possuia ruas excellentes: umas perpendiculares ao littoral e outras parallelas.

As calçadas eram cousas lindas e davam honra ás medidas postas em práctica pelo marquez de Lavradio. Até ahi ha justiça. Ao mulharengo *Gravata*, como lhe chamava o povo, deveu a nossa cidade muitos melhoramentos materiaes. Valeu isto ao vice-rei o dicto do maluco Romualdo: *Lavradio limpava as ruas e sujava as casas*. Teve fama de bolina e por aqui, dizem os filhos da Candinha, bons fructos deixou de suas proezas amorosas!

Como edificios regulares, tanto publicos como particulares, cita Aguirre a egreja da Ordem do Carmo (em começo de construcção), o palacio do vice-rei, a Casa da Moeda e a Cadeia (*Carcel* da Côrte). Elogiar a nossa antiga Cadeia (actual Camara dos Deputados), parece até pilheria.

Entro, aqui, com um parenthese de toda a actualidade. Como se sabe, a entrada desse casarão, que muito nos envergonha, era pelo lado da rua da Misericordia. A portaria, por onde sobem os illustres representantes da nação, data de 1823,

quando em má hora o velho edificio foi aproveitado para reunião da *Constituinte*. Pois bem; até pouco tempo, apezar dos remendos por que tem passado o lugubre edificio, os patriotas podiam contemplar a soleira da porta, por onde passou o Tira Dentes, em caminho para o patibulo erguido no Campo da Polé. Ha dias, levantou-se o calçamento em roda da Camara. Puzeram-lhe escadinhas de casa da roça, mas a lendaria soleira desappareceu, e os nossos archeologos hão de suar o topete para saber onde ella esteve. E' mais uma antiqualha que desapparece e vai fazer companhia á pedra do chafariz das Marrecas, á fonte dos Boiotas, ao pelourinho do Rocio, ao gallo da Capella Imperial, aos Panoramas de Victor Meirelles, ao quadro de José Leandro, etc.

As casas são de pedra, continúa Aguirre, com as célebres rotulas que mais tarde foram o pesadelo do incansavel Paulo Fernandes Vianna. Nem se devia disto admirar o Castelhano, porque as taes janellas de xadrez estavam em moda tambem em sua patria, e fôram herança deixada pelos Sarracenos Mosselemanos, como lhes chamava o grande Alexandre Herculano.

Quanto á architectura interna de nossos templos, exceptuou S. Bento e Sancto Antonio (sic). Quero crer que em vez de Sancto Antonio o hispanhol se quizesse referir á egreja da Ordem Terceira da Penitencia, cujo primeiro ministro Luiz de Figueiredo não foi um misero tamanqueiro degredado, mas sujeito de dinheiro e até dado a importancia, como no-lo acaba de referir o dr. Felisbello Freire, na sua *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*, recentemente posta em circulação.

Falla Aguirre com desdem do templo do Rosario, elevado á honra de Sé, obra humilde para merecer tanta distincção! Mas do que Aguirre não teve conhecimento é o seguinte: os pretos não chamaram os altos funccionarios da Cathedral. Até se agarraram com o rei e com a Virgem do Rosario para se verem livres de hospedes tão importunos, os quaes queriam mandar mais em casa alheia do que seus legitimos donos! Estava em construcção, digo eu, desde 1748, a Sé Nova no largo de S. Francisco; mas as obras haviam parado, e a conclusão da Cathedral fôra adiada para as calendas gregas com vehementes protestos de monsenhor Pizarro.

Não accompanharei Aguirre quando tracta das congruas dos bispos e vigarios. Este assumpto está melhor desenvolvido nas obras do referido Pizarro. Numera aquelle os cinco conventos de homens e mulheres então existentes. O de S. Bento é o mais rico do Brasil. Tinha rendas superiores a 30 mil cruzados. Allude á capella interclaustra edificada pelo bispo Desterro. Sanctuario que muito soffre quando ha revoltas e encrencas na ilha das Cobras. Assegurou Aguirre que nella está

o corpo (sic) de S. Clemente (sic), papa e martyr, enviado ao bispo pelo pontifice Benedicto XIV.

Fala nos engenhos dos Benedictinos e na sua escravatura, em numero de 1.200 captivos. Os frades passam vida regalada. Têm officinas juncto do convento, das quaes são operarios os escravos. "Os Bentos têm por vaidade premover el color blanco, de lo cual han conseguido que haya entre ellos (captivos) gente de buena fisonomia y que se confunda con la portuguesa". O contrario faziam os Jesuitas, promovendo uniões de negros com indios e de caboclos com negros. Não gostavam de purificar raças.

Tudo isso vai por conta do mesmo itinerante.

Foram (isto agora é meu) sempre conhecidos os mulatos e mulatas de S. Bento. Aos primeiros se refere José Bonifacio em uma satira, com que no exilio zurziu seus inimigos politicos, reunidos em um banquete no refeitorio do referido mosteiro, a beijarem o pé das Pompadours da epocha.

Chama o auctor do *Diario* formoso ao Convento de S. Antonio, como si naquelle tempo apresentasse melhor architectura, superior á actual — baixo e com janellinhas de pombal! Occupa-se mais dos outros conventos, e sôbre elles não dá novidades. A Sé Velha no Castello, o Collegio dos Jesuitas (Hospital militar), a Misericordia (antiga), a Casa dos Expostos, os tres Seminarios não escaparam á observação de Aguirre, sempre mais ou menos complacente.

Havia abundancia de aguas, mas o castelhano não soube que ellas escasseavam por occasião das sêccas e davam logar á tamina. Não lhe causaram admiração os Arcos da Carioca, pois que na propria America ha outros aqueductos *que son más sobresalentes*. Neste ponto deviam extremecer de pasmo os manes de Aires de Saldanha e de Bobadella!

Quanto ao theatro, ou Casa da Opera de Manuel Luiz, refere o seguinte com vistas aos meus velhos amigos Mello Moraes, Pires de Almeida, Henrique Marinho e Mucio da Paixão.

No Rio de Janeiro entram em scena mulheres, ao contrario do que acontecia em Lisboa, por ordem de d. Maria 1ª, a qual não admittia taes licenciosidades. Devia (isto é meu) ser curioso ver marmanjos vestidos de mulher representarem papeis de ingenuos com voz rouca e barba por fazer! Vem-me á lembrança o caso contado por C. Castello Branco na "Brasileira de Prazins".

Entre os passeios preferiu o hispanhol aos do Campo de S. Domingos, os da Gloria. Bem certo. Este ultimo local havia merecido os cuidados do marquez do Lavradio, que melhorou a praia, construiu muralhas, como tudo consta da inscripção

do chafariz ainda felizmente não demolido e existente na rua da Gloria. Já Aguirre, notava o facto de serem pouco frequentados esses logradouros, onde se não via uma mulher!

Resumindo ainda as impressões de Aguirre, podemos concluir que para elle a nossa cidade não era em 1782 um burgo pôdre.

Não vem a ponto considerações feitas pelos viajantes ou antes visitantes da nossa organização civil, administrativa e militar, ordenados de seus funccionarios, comparados com os das possessões de Hispanha. E' evidente que elle considerava mais bem remunerados os vice-reis e chefes de sua nação. Descreve com minucias as ceremonias dos dias de gala, os salamaleques ao retrato da rainha, as cortezias ao vice-rei, que de pé se conservava juncto da effigie sagrada da soberania. Nos dias solennes o vice-rei apparecia em público em um carro puxado por seis cavallos, antecedido por quatro batedores e seguido por 60 dragões (guarda do vice-rei, cujos officiaes são referidos no *Almanak* de Duarte Nunes 1793).

Tractando do tenente-general João Henrique Bohm, chama-lhe *Bogm*, e ao marechal Chichorro dá-lhe o nome de *Segorro*.

Estes erros são corrigidos em uma nota por Groussac. Prova isto quanto conhece a nossa historia e os nossos homens o operoso director da Bibliotheca Nacional de Buenos Aires.

Falta-me espaço para resumir o muito que escreveu. Aguirre com alguma imparcialidade, tanto mais para admirar quanto era elle filho de uma nação sempre em luta com Portugal. Pelo menos não nos metteu as botas, nem nos ridiculizou, como tem acontecido a muitos sujeitos que, como o povo diz, sujam os pratos em que comeram! Seja isto dicto em honra, a João Francisco Aguirre, que não comeu os pirões do Governo. Errou algumas vezes, mas fe-lo sem intenções malevolas, ou de cinco intransigente. Leiam-se suas considerações sôbre o commercio, o cuidado da metropole em occultar do mundo a capital de suas terras americanas, a falta de Universidade e de aulas, onde se aprendesse, e de meios apropriados para o desenvolvimento intellectual. Exqueceu-se, porém, de alludir ás sociedades litterarias do tempo do Lavradio e as medidas postas em práctica por Vasconcellos para considerar e pôr em destaque os nossos homens de merecimento.

Não são para se olvidar as linhas sensatas e altamente philanthropicas dedicadas á escravidão. Tractando das várias industrias nossas em embryão, refere-se á cultura do anil. Sôbre o assumpto o que escreveu Aguirre mereceu citação do visconde, depois marquez de Abrantes, e o apoio de Varnhagen. E' prova de que o visconde de Porto Seguro conheceu e leu com attenção o *Diario*. Assignala este o anno de 1770

para o inicio do cultivo do anil entre nós. E fosse a introducção desta industria devida a um filho de Guatemala ou a um Hispanhól da Europa, é certo, conforme uma nota do conego Januario, que elle se chamava João Baptista Domingues. Sei que este ultimo casou no Rio de Janeiro e foi tronco de notavel familia e deu nome a um pequeno largo proximo da egréja de Sancta Rita.

Usos e costumes dos Portuguezes do Rio de Janeiro. Vivem os habitantes em uma mediania: nem opulencia exagerada nem miseria completa. Havia poucas carruagens de luxo, seis ao todo, incluindo a do vice-rei, algumas seges, e muitas cadeirinhas. São muitos os condecorados com a Ordem de Christo, e alguns tão enfatuados, que se julgavam descendentes de 17 antepassados nobres. Os habitantes passam bem, cultivam jardins e usam vestes moderadas e de fazendas feitas em Portugal ou fabricadas na Inglaterra e Indias. Nada de ouro ou prata nem de galões. Adornavam-se porém com pedras de valor. Nesse tempo ainda aqui não havia os Montana.

Quanto ao trajar das senhoras entra em minucias, que fazem até lembrar as do *Binoculo*. Homens e mulheres são mui asseiados. Gostam da roupa branca, sempre primorosamente engommada. São retrahidas no trato particular. Limitam-se ás visitas aos parentes. depois da missa. A extranhos os donos da casa não apresentam as esposas e filhas.

Exagera Aguirre a libertinagem da nossa cidade. Nem todas as mulheres que saïam á noite entregavam-se ao meretricio. Foi esta antigamente a opinião de um bispo, que pedia á metropole prohibisse as mulheres de transitarem depois de certa hora pelas ruas da cidade. A Camara protestou contra tal rigor, asseverando que, para pôr cobro á desenvoltura de alguns, bastava a Policia dos quadrilheiros. E que não se podia vedar ás pobres irem fazer suas compras ou buscar agua no campo d'Ajuda (aonde então chegavam os arcos velhos da Carioca)! Não haviam de pagar os innocentes pelos peccadores.

São os habitantes vivos, engenhosos, cheios de vaidade e vingativos (sic). Gostam dos bailes e da musica com "bastante" insinuación a la desenvoltura." Referia-se aos fados, choros e maxixes; mas nem todos se davam a estes exercicios dansantes, a não ser os capadocios e os desoccupados, os quaes, como ainda hoje, vivem como nós sabemos!

Passa depois ás comidas e analysa as petisqueiras mais apreciadas. Faz o elogio dos nossos peixes e da farinha da mandioca. O uso do pão de trigo começava a introduzir-se. Com enthusiasmo descreve as nossas antigas ceremonias religiosas, incluindo as da Semana Sancta. Assistiu a todos os officios na Sé, e descreve com verdade as procissões do Trium-

pho e do Enterro. Faz resenha das infermidades. Mette-se até em questões de Medicina e de Hygiene.

Enfim, o "Diabo", de Aguirre, do qual omitto muitas e muitas particularidades, é trabalho que se lê com interesse, e dá até certo ponto, pondo de parte deslises, idéa da nossa sociedade nos ultimos annos do seculo 18º, dos nossos habitos modestos e patriarchaes, da actividade de vida que então já se notava na capital da Colonia, a qual se ia pouco a pouco preparando para as grandezas, smartismo e magnificencias da presente *civilização!*

Roma não se fez em um dia!...

Domingo, 27 de Outubro de 1912.

POR HONRA DA FIRMA

Cada vez mais me convenço de umas tantas opiniões, emittidas pelo operoso e infatigavel dr. Felisbello Freire.

De que serve, dizia-me muitas vezes o homem de lettras, a gente matar-se com o estudo das velharias da nossa Historia? Ninguem lê, ninguem dá importancia ao resultado de tantos labores e vigilias.

Era o tempo em que no Instituto Historico o eminente historiographo, a tudo quanto se achava publicado, preferia manusear codices de antanho, documentos inéditos ou manuscriptos amarellecidos pelo tempo ou cortados pela traça.

Deu agora á imprensa o dr. Felisbello a sua *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*.

Si em muitos pontos deste trabalho seu auctor seguiu com vantagem o preferido caminho, em outros procurou escudar-se em opiniões de auctores que só lhe poderão dar fraco apoio.

E isto para nullificar o parecer pouco valioso por si mesmo do signatario destas notas, seu obscuro discipulo, aliás secundado em provas inéditas e pouco vulgarizadas, e que julgava já ter exclarecido o assumpto.

Eis o caso. O erudito professor Capistrano de Abreu, em uma nota á terceira edição da *Historia do Brasil*, do visconde de Porto-Seguro, deu generosa accolhida a uma informação minha. Com relação á justificação de Ibiraguassú-Mirim, escreveu Capistrano de Abreu: "Das palavras referentes á altura e fragosidade da aldeia póde-se sem grande risco de errar concluir que ficava no morro da Gloria chamado de Lery, segundo bondosa communicação de Vieira Fazenda."

conciliar essa opinião (de Mello Moraes) com o texto da escriptura de doação, porque nella se lê que ella foi feita "para se edificar uma ermida de N. S. da Gloria". Parece, por conseguinte, que nenhuma construcção existia até então".

Comparem-se estas palavras com o teôr da sesmaria de Heitor Fernandes, de 1642.

"E' difficil, por conseguinte (pag. 371), comprehender como o ermitão Caminha viesse construir uma ermida em terrenos que lhe não pertenciam".

Não tem razão o douto biographo. Este facto era commum. Basta, além de outras, apontar a Capella da Conceição no actual morro de S. Bento, fundada por Aleixo Manuel em terras de Manuel de Brito, e o da ermida de S. José em terrenos de Estevam de Vasconcellos, antigo proprietario da actual rua de S. José, lado impar, até perto do actual morro do Castello, como consta de um testamento citado em um dos livros do Tombo da Misericordia.

Mais argumentos em meu favor: o sapateiro Sebastião Gonçalves requer em 13 de Septembro de 1606 terras aos vereadores. Dizia o peticionario "queria apurar um pedaço de terras que *estava detraz do morro de Serype* entre a costa do mar e a ribeira da Carioca, que vem a dar no mesmo Serype e a casa que elle supplicante já tinha". Ora *detraz* do morro de Serype quer dizer actual morro da Gloria. O contrario se entenderia estarem taes terras situadas no Sacco de Botafogo, onde já havia differentes posseiros, como muito bem nos mostra o dr. Felisbello Freire.

Que este Sapateiro habitou a actual praia do Flamengo não ha dúvida alguma. Basta ler, além de outras razões, a petição dirigida ao Concelho pelos Benedictinos, pedindo parte da pedreira da actual rua Senador Vergueiro para as obras do mosteiro daquelles religiosos.

Mais ainda. As duas medições da sesmaria do Conselho 1667 e 1753, as quaes começaram da casa de pedra trinta e quatro braças do actual morro da Viuva não dão nome de Seripe a este monte, como pretenderam H. Lobo, Mello Moraes e Innocencio Maciel.

Quer isto dizer: este nome só foi dado mui posteriormente á proporção que o morro da Gloria ia perdendo a primitiva denominação.

Abro aqui pequeno paranthese. (Diz o dr. Felisbello (pag. 369) que no comêço do século XVII o morro da Gloria era conhecido pelo nome do *Maximo Sapateiro*. Por que? Este industrial seria mais importante do que Julião Rangel de Macedo, o capitão Gabriel da Rocha Freire, antecessores do dr. Claudio?

Sirvo-me agora de notas extrahidas de uns autos antigos, pertencentes ao conselheiro José Marques de Carvalho. Nelles ha referencias a uma demanda entre as freiras d'Ajuda e os herdeiros ou successores do ermitão Caminha. Durou tal questão 70 annos. Teve fim em 1811 com uma composição entre os successores dos litigantes.

De tal acervo de preciosos documentos, conhecidos de pouca gente, destacarei a petição do tal Heitor Fernandes Carneiro, pedindo por certidão o conteúdo da sesmaria concedida (em 1595) a seu pae Lopo Fernandes Carneiro por Salvador Corrêa de Sá (o velho). Lopo requeria o seguinte: *a*) uns chãos que estão na praia que vai para o morro de Serype até entestar com o mesmo morro; *b*) 25 braças de largo que se começarão a medir ao longo da praia do matto para a lagoa "do boqueirão, onde está o Passeio Publico, com o comprimento que tiver até o morro de Serype; *c*) pedia mais por perdidos uns chãos dados a um carpinteiro, os quaes estão indo do morro de Serype até a forca (hoje praia de Sancta Luzia); *d*) mais um outeiro que está no cabo desta praia de Serype indo para a praia da Carioca á mão esquerda".

Salvador tudo concedeu. Tempos depois declarava Lopo que todos estes terrenos tinham donos. Pediu, então, aquelle a sesmaria dada a Nuno Tavares e a Fuão Raposo na praça hoje de Sancta Luzia, com fundos até o morro de S. Sebastião (Castello).

Pois bem, da leitura dos documentos annexos a essa demorada demanda resulta o seguinte: referindo-se ás pretenções de Lopo Carneiro, os peritos do tempo, os advogados, os juizes, os litigantes todos enfim alludem ao actual morro da Gloria e não ao da Viuva, muito distante dos terrenos em questão. Estou, pois, em bôa companhia, isto é, com o testimunho dos coevos ou contemporaneos.

Do exposto posso concluir: a modesta communicação, a que o professor Capistrano de Abreu deu tão benevola accolhida, póde continuar como certa dentre as sábias annotações e commentarios, com que provecto scientista enriqueceu a terceira edição da *Historia do Brasil* da lavra do visconde de Porto-Seguro.

Domingo, 3 de Novembro de 1912.

O BECCO DAS CANCELLAS

Sabe perfeitamente o dr. Felisbello Freire a curiosidade que me despertam todos seus trabalhos historicos, maxime os referentes a esta cidade do Rio de Janeiro, onde nasci e espero morrer.

O capitulo XIII da sua recente Historia desta capital, tracta da cidade no século XVII, procurando o emerito Sergipano basear-se em escripturas, que constam dos nossos primeiros cartorios.

A um velho Carioca, como o abaixo-assignado, que muito aprecia a topologia da sua antiga *urbs*, deve pois toda attenção merecer tudo quanto se refere aos nomes das nossas ruas, praças, logradouros públicos, e á localização precisa dos muitos predios, cujo historico o operoso investigador procura elucidar.

Nem sempre é isto tarefa facil; pois não havendo antigamente numeração predial, torna-se difficil fixar a posição de um immovel, guiando-se apenas o historiographo por nomes de ha muito caïdos no olvido. E' verdadeira charada, em cuja decifração muita gente póde naufragar.

Contando com a proverbial benevolencia e provado cavalheirismo do dr. Felisbello, passarei por exemplo, a citar a nota que occorre á pag. 322 da *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*, vol. I.

Tracta-se de um predio situado na travessa do Gadelha. E' este o nome que figura na escriptura de venda de um predio em 4 de Dezembro de 1673, a João Soares Pereira por Antonio de Sampaio de Almeida. O predio ficava na esquina da travessa de Francisco Barreto.

"Provavelmente, diz o dr. Felisbello, é o canto (sic) da rua Nova do Ouvidor.

"Era uma casa de sobrado, reza o documento citado, com paredes de pedra e cal, sita na Travessa desta cidade que chamam de Gadelha que de uma banda parte com casas do capitão Francisco Barreto de Faria e da outra faz canto na travessa que chamam do dito Francisco Barreto e cujas portas e lojas nesta dita travessa com o seu quintal até intestar com a casa dos herdeiros do capitão-mór Gaspar Carrilhos, os quaes compraram ao padre Paulo da Costa como procurador da Senhora Isabel de Mariz de quem foram as casas em Maio de 1670".

Tracta-se, pois, salvo melhor juizo, de um trecho da rua hoje do Ouvidor, lado par, comprehendido entre a rua Di-

reita da Misericordia para S. Bento até a rua hoje da Quitanda no canto do Sucussarará. Essa porção da rua teve tambem as denominações de rua do Barbalho, de Braz Luiz, de Salvador Corrêa, da Cruz, etc.

Foi conhecida primitivamente pelo nome de rua de Aleixo Manuel (o velho), homem nobre oriundo da Ilha Terceira.

Antes de 1631 habitara nesse quarteirão Toussaint Grugel, francez, tronco da familia dos Grugeis do Amaral. Os herdeiros de Toussaint eram confrontantes de uma casa vendida pela Misericordia em 1° de Julho daquelle anno a Domingos Manuel, por 136$000. A denominação de Gadelha é ainda comprovada por escripturas, pertencentes ao archivo da Sancta Casa.

Nesta parte da rua possue ainda o patrimonio da Misericordia um predio abaixo do Becco das Cancellas. Foi legado por d. Ignez de Andrade, viuva de Fernão Falleiro Homem, no testamento com que falleceu em 31 de Janeiro, a seu filho Manuel Falleiro Homem e por disposições de última vontade, que não vêm a proposito, passou o immovel á pia e benemerita instituição da Misericordia em 1721.

Mais acima está a casa n. 78, legada á Sancta Casa pelo vigario geral Antonio Rodrigues de Miranda em 1816.

Neste mesmo quarteirão e um pouco mais abaixo do actual n. 78, existiu a célebre casa, por vezes remodelada, que foi objecto de transacção entre Salvador Benavides e a Camara desta cidade. E a proposito convém esclarecer um ponto, que tem sido confundido por escriptores, incluindo Haddock-Lobo e outros.

Na qualidade de alcaide-mór, Salvador obteve do Concelho em 8 de Março de 1626 mediante o fôro de 20$ dez braças de comprido e cinco de largo para levantar o *Paço de ver o peso*, mais tarde, Trapiche da cidade.

Tal concessão, verdadeiro monopolio, está perfeitamente de accôrdo com o documento exarado no livro 6° da Provedoria da Fazenda, guardado no Archivo Nacional. Foi confirmada pela metropole em 9 de Julho de 1644 e nesta cidade registada em 12 de Maio de 1645.

Muitos historiographos confundem a referida concessão com outras por Salvador pedidas e obtidas posteriormente. Refiro-me ao terreno que segundo Haddock-Lobo (em 1863), abrangia a quadra entre as ruas do Rosario, Becco dos Adelos, rua Direita e rua do Mercado. Esta concessão nada tem com a primeira, da qual era separada pela actual rua do Mercado. Isto é claro, evidente, e consta do citado livro da Provedoria. Pagava o fôro de 12$000.

Na petição dirigida ao Concelho em 16 de Março de 1643, allegava Salvador o seguinte: Seu pae, Martim de Sá, obtivera do rei o uso de todos os terrenos da praça da cidade. Elle, Salvador, porêm, desistia de tão farta doação. Contentava-se sómente com o espaço comprehendido entre o paço de Gaspar Dias de Mesquita até á frente da casa delle Benavides na rua hoje da Alfandega. Obteve o que desejava. Esta segunda concessão foi approvada em Lisbôa no mesmo dia, em que a primeira. Dahi a confusão!

Foi para esta casa da rua do Gadelha (antigo 48) que Benavides em 1659 transferiu o fôro dos terrenos concedidos para o *Paço de ver o peso e o açougue*. Mais tarde esse immovel figurou em uma transacção não levada a effeito, entre Benavides e o Concelho. Este cederia áquelle fóros de terrenos situados na rua Direita, e mais a casa do rua do Gadelha! Em troca Salvador dava ao Concelho o predio de sua residencia, situado na rua da Alfandega para aposentadoria dos governadores. Com isto, dizia Benavides, os vereadores poupavam 150$ por anno com alugueis de casas para serventia dos governantes. Não vem a ponto dar maiores minucias sôbre esse assumpto.

E' facto, porêm, que a nossa Municipalidade não tem hoje nem o dominio directo nem o util sôbre o referido immovel da referida rua do Gadelha.

Por benevolencia do meu amigo Raul Cardoso, possúo curiosas notas acêrca deste predio de Benavides. Vê-se por ellas que até 1893 os chãos dessa casa pagavam á Municipalidade o fôro de 40$000. Hoje estão considerados allodiaes. Entrei de caso pensado nessas particularidades para apoio de minha opinião: o canto de Francisco Barreto é o em que funcciona o café "Cascata". A travessa referida é o actual becco das Cancellas e nunca a travessa do Ouvidor, antiga rua Nova, rua das Flores e tambem do Padre Roque.

Nos fundos do "Cascata" e na esquina da rua hoje do Rosario, existe um predio pertencente ao Sacramento da Candelaria, cujos chãos pagam á Misericordia o fôro de 38$000. Estes terrenos vieram ao dominio da Sancta Casa em 1683, fazem parte do legado de Gaspar dos Reis Belém e conforme documento authentico estavam no *Canto do Carrilho*.

Quem me dá inteira razão é o dr. Felisbello. No *Economista* de 24 de Julho de 1909 apresenta o mestre "resumo de uma escriptura do teôr seguinte: "Em 17 de Maio de 1675 Maria Machado, viuva de Gaspar Carrilho, vendeu a Gaspar dos Reis Belém um sobrado de pedra e cal no canto da travessa

da Quitanda (1) que parte de uma banda com casas do capitão Luiz Machado Homem e da outra banda faz canto com a travessa que vae para a rua do Gadelha, por 490$000."

Este G. Carrilho é descendente de João Lopes Carrilho, possuidor de terras proprias perto do actual morro da Gloria. Da familia Carrilho conheço Manuel Lopes Carrilho (filho do precedente), que por escriptura de 18 de Fevereiro de 1687 vendeu ao dr. Claudio Grugel do Amaral 100 braças de terras proprias na praia da Carioca, na chacara chamada do Oriente. Consta isto do relatorio sôbre o patrimonio da Gloria do Outeiro apresentado pelo respectivo provedor José Rufino Rodrigues de Vasconcellos.

Entretanto, o historiador do Tombamento Municipal, o velho Innocencio da Rocha Maciel, confessa ignorar porque as primeiras cem braças da rua do Catete (lado par) são exemptas de fôro ! Não admira. Quando Maciel se refere á casa de pedra da praia do Flamengo, assevera ter sido ella construida pelo sapateiro *Sebastião Gonçalves !*

Que a chamada travessa de Francisco Barreto de Faria não podia de modo algum ser a actual rua Nova do Ouvidor, prova-se com muita facilidade e por uma razão muito simples. No tempo, a que allude o dr. Felisbello, a rua Nova do Ouvidor ou das Flores não estava aberta. Só o foi no primeiro quartel do século XVIII, através os terrenos pertencentes a José de Sousa Barros, fundador da egreja do Bom Jesus.

O testamento de Barros, benfeitor da Misericordia, existe no livro competente do Archivo da Sancta Casa. Barros falleceu em 27 de Abril de 1822. Residia no local em que está hoje a *Gazeta de Noticias* em frente "da rua nova por elle aberta" e com fundos para a rua de Domingos Manuel (Rosario).

Para que se não julgue isto devaneio ou fructo de imaginação, resumirei algumas escripturas, pelas quaes se prova a abertura da rua Nova do Ouvidor muito posteriormente á do Becco das Cancellas.

Manuel dos Reis Couto e sua mulher Joanna Coutinho Rangel tomam por aforamento á Misericordia (1727) chãos que foram de José de Sousa Barros na rua Nova defronte do Padré Roque da Cunha Campos.

Em 1716 a Misericordia faz uma transacção com Antonio da Costa Pereira que hypotheca casas terreas na rua de São

---

(1) Travessa da Quitanda era então a rua do Rosario; porque a *Quitanda* estava perto da antiga Capella da Cruz e em frente da actual rua do Rosario.

José, juncto da ladeira do Collegio. O fiador de Costa Pereira, João da Silva Cordeiro, dá como garantia um predio na rua do Cano (Septe de Septembro), partindo com chãos de sua sogra e pela outra banda fazem canto com a rua *Nova*, que vão saïr fronteiros ás casas de José de Sousa Barros.

Dou por findo este meu cavaco. Não será o último, si m'o permittir o dr. Felisbello Freire, que, com certeza, não se enfadará com este seu admirador e discipulo agradecido.

10 de Novembro de 1912.

O AÇOUGUE VELHO

Ninguem mais do que o signatario destas notas tem lido com toda attenção e cuidado a *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*, da lavra do dr. Felisbello Freire.

A importancia do assumpto por um lado e por outro o nome do auctor, emerito politico, financeiro, publicista e operoso indagador de cousas patrias, justificam a disposição, com que estudo e comparo tudo quanto de interessante ha nessas páginas escriptas á luz de alguns documentos inéditos.

Por mais de uma vez sôbre assumptos historicos tenho divergido, só com o interesse de aprender, das opiniões do illustre historiographo.

Hei, porêm, assim practicando, seguido o caminho da lealdade e do mais correcto cavalheirismo.

E, assim, com as nossas discussões, jámais se afrouxaram os laços de amizade e gratidão, os quaes sempre me ligaram ao conspicuo e benevolo contendor.

Entro em materia. A' pag. 318 da citada *Historia* honrou-me o dr. Felisbello Freire, citando o meu nome. Fê-lo ainda para discordar de uma opinião minha, exarada, ha tempos, na *Gazeta de Noticias*.

Tractando do Rio de Janeiro antigo, escreveu na *Imprensa* o dr. Felisbello Freire uma serie de curiosos artigos. Em um delles procurou mostrar que o "Açougue Velho" estivera localizado na actual rua da Assembléa. Objectei-lhe pela *Gazeta de Noticias*, demonstrando que o "Açougue Velho" sempre funccionou na rua hoje da Quitanda, até ser removido para outro local.

Quando parecia haver o dr. Felisbello acceito as minhas razões, eis o que se depara nas pags. 318 e 319 da sua *Historia*:

"Existiu no começo do século XVIII uma rua chamada do "Açougue Velho". Pelo estudo e confronto, que fizemos das

escripturas, fomos levados a localizal-o no trecho da rua da Assembléa (sic) que vai da rua do Carmo á da Misericordia, no qual existiram açougues até antes das desappropriações para o alargamento da rua".

"O dr. Vieira Fazenda diverge de nossa opinião e diz que a rua "do Açougue Velho" era o trecho da rua da Quitanda vizinho da de S. José".

E pensamos bastante sôbre as razões em que este illustre escriptor baseia a sua opinião. A razão principal, que nos levou a localizar na rua da Assembléa a rua do Açougue Velho foi a seguinte:

"Em 29 de Novembro de 1612 recebeu Antonio Palma a importancia da venda que havia feito á Municipalidade dos terrenos em que estava o açougue, que já existia quando se deu esse pagamento".

"Os terrenos vendidos eram incontestavelmente (sic) bem localizados na rua d'Assembléa, porque foram comprados a Pedro Cubas, que sómente (sic) naquella rua possuia terrenos".

"E' possivel (sic) que posteriormente o *açougue* fosse transferido para a rua da Quitanda, como de facto o foi (sic), passando ella depois da transferencia a ser conhecida com o nome de rua do Açougue".

"As provas apresentadas pelo dr. Fazenda são escripturas e aforamentos posteriores a 1675. E' claro que o tempo decorrido de 1612 a 1675 era bastante para a transferencia da rua da Assembléa para a da Quitanda.

"Isto é tanto mais possivel quanto a rua da Quitanda, que foi a rua do Açougue Velho passou a denominar-se de Clemente de Mattos, como prova a escriptura de venda de uma casa terrea feita por d. Magdalena de Barros, viuva de Pedro Jorge de Abreu a Miguel Alvares, em Outubro de 1685".

Infelizmente não guardei os números da *Gazeta de Noticias*.

Nesta emergencia recorri ainda ao Archivo da Misericordia e dalli trago novas provas mais convincentes.

Antes, porêm, de apresenta-las seja-me licito abrir um parenthese.

O açougue nunca foi removido da rua hoje da Assembléa para a actual da Quitanda; e sim desta última para juncto do *paço de ver o peso*, em virtude do contracto feito por Salvador Benavides com o Concelho. Vide pag. 85, do trabalho do dr. Felisbello.

Deste ponto veio o açougue para debaixo da Cadeia. No tempo do governador Aires de Albuquerque disse este que os vereadores quizeram mudar o curral para a actual praça

Quinze de Novembro. (Vide tomo X das *Publicações do Archivo Nacional.*)

Houve embargo dos Carmelitas.

Ainda posteriormente, quando a Relação fixou sua séde por cima da cadeia (actual Camara dos Deputados) o açougue, local de matança e de venda da carne, foi removido para a rua da Misericordia canto do becco do Cotovello.

Era ahi o chamado Açougue Grande.

Mais tarde, o marquez do Lavradio estabeleceu em Sancta Luzia o matadouro, ficando o galpão da rua do Cotovello. Nelle sómente se fazia a venda da carne verde e de miúdos.

Encerrado o parenthese, prosigo. Em 7 de Março de 1639 fallecia nesta cidade Gonçalo Lopes de Tavora. Legou á Sancta Casa um predio de sobrado na rua *onde foi* o Açougue Velho.

Por escriptura de 28 de Junho de 1639 a Misericordia aluga ou afóra a André Gonçalves de Araújo uma casa de sobrado legada por Lopes de Tavora na rua *onde foi* o açougue. O immovel em questão partia de um lado com casas de Antonio de Macedo e de outra parte com casas do padre João Pimenta.

A' página 136 do 1° livro de Tombo da Misericordia occorre outra escriptura, lavrada em 2 de Abril de 1668 e concernente a destrate entre a administração da Sancta Casa e o referido Gonçalves de Araújo. Por ahi se vê que em 1639 já o açougue não estava na rua que tomára tal nome. Mais ainda: em... de Septembro de 1675 o provedor José Barcellos Machado e a mesa da Sancta Casa aforam por oito mil réis casas terreas de taipa de mão na rua, que chamam do "Açougue Velho" e legadas por Marcos Gonçalves.

Em 1 de Julho de 1681 Mattos, com approvação da Misericordia, traspassa o fòro destas casas juncto de Magdalena de Barros para outras onde elle residia (do lado opposto da rua) confinando com predios de um e outro lado de propriedade delle Clemente.

E', pois, evidente, porque a actual rua da Quitanda teve o nome de Clemente Martins.

Em um livro de Tombo organizado pelo escrivão da Misericordia José Caetano de Lima lê-se a seguinte nota: "estas casas, sitas na rua de Marcos da Costa, e aforadas a Clemente de Mattos estão reduzidas em chãos que rendem oito mil réis e os possue o dr. Francisco Cordovil de Siqueira e Mello".

Outro parenthese. Marcos da Costa Castello Branco tinha casa na actual rua da Assembléa, canto da actual rua da Quitanda; quando se diz rua que vai para as casas de M. da Costa entende-se a actual rua da Assembléa. Predios porèm

sitos na rua de Marcos da Costa entende-se sempre rua actual da Quitanda.

Disto ha um sem número de provas nos antigos livros da Misericordia.

Convém tambem não exquecer o 1º livro de Tombo do Convento do Carmo, existente na Bibliotheca Nacional. Nelle a rua da Quitanda é designada pela rua do Açougue, de Marcos da Costa, etc.

No Tombo da Sancta Casa figuram como foreiros dos chãos legados por Marcos Gonçalves o provedor da Fazenda dr. Francisco Cordovil e seus herdeiros.

Alli a Sancta Casa sempre conservou o senhorio directo, até que foram remidos os terrenos por José Pedro da Motta Sayão. No livro 6º do Tombo lá está a competente escriptura, lavrada em 27 de Outubro de 1847 com a assignatura do provedor o conselheiro José Clemente Pereira.

Ora, chãos que sempre estiveram na rua *A* não podiam emigrar para a rua *B*, e vice-versa. Isto é claro e evidente.

Confesso ao meu nobre contendor: sou levado a similhante contestação, não por vaidade nem para me fazer notavel.

Faço-o ainda por honra da firma.

A todos quantos me pedem informações sôbre o commercio de carne verde, tenho apresentado mais ou menos o que nestes apponctamentos fica referido. Ora, até em memorias impressas sôbre matadouros e açougues figura o meu humilde nome, asseverando que o Açougue Velho a principio foi na actual rua da Quitanda, tambem Velha dos Ourives.

E tal é a fôrça da verdade que nisto tudo é ainda meu sustentaculo o proprio dr. Felisbello Freire. Compare-se o que escreveu o illustre historiographo á pag. 318, com o que occorre a pag. 80, da referida *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*. Tractando das ruas parallelas ao littoral escreveu o meu antagonista: "A rua da Quitanda por exemplo é o transito aberto pelo commercio da carne e o commercio de mariscos e cereaes, localizado em rua escusa confinante com as ruas do Hospicio, Rosário e Alfandega. De um lado este commercio e do outro lado, no trecho que confina com São José, *o açougue público*, o unico que existia na cidade, sob a fórma administrativa de concessão e privilegio. E não se pense, conclue o dr. Felisbello, tratando ainda do commercio de carne verde, que foi sem concessão revogavel á vontade da auctoridade e sujeita aos mil incidentes da administração moderna".

Vem isto a calhar agora, que mais uma vez os habitantes desta cidade soffrem a crise da carne, que tanto tem occupado a attenção da Imprensa desta mui heroica e leal cidade.

Que differença entre estes tempos de civilização e de progresso e os de antanho. Então comia-se carne bôa e barata, sem vir aos trambolhões do longinquo e anti-hygienico matadouro de Sancta Cruz.

Em prova do referido, ahi vai o testimunho de Fernão Cardim, quando em 1585 asseverava que no Rio de Janeiro "a vacca, na bondade e na gordura, se parece com a de Entre Douro e Minho".

Houve tambem crises devidas á carestia da carne. Estas eram, porêm, removidas mais summariamente.

Para evitar dúvidas, o bispo pediu e obteve auctorização para ter açougue em beneficio dos ecclesiasticos.

E' historia comprida. Careço de espaço. Faço ponto final.

17 de Novembro de 1912.

AJUDA E CARIOCA

Muito embaraçado se verá quem, daqui a cincoenta annos, desejar conhecer as antiguidades da "Avenida Rio-Branco" e suas redondezas, si exclusivamente se cingir ao que escreveu o dr. Felisbello Freire, em sua recente *Historia* desta nossa capital.

Mais uma vez vou discordar da opinião do illustre sabedor da Historia do Brasil, em todas as suas minucias e particularidades.

Faço-o com a certeza de não melindrar o illustre scientista e fiado na benevolencia, com que sempre me distinguiu. Sua Excellencia já o declarou pela *A Imprensa*: "com as nossas discussões muito lucra a verdade historica. E, si nos permitte, escrevia ainda o meu contendor referindo-se ao obscuro signatario destas notas, pedimos-lhe que continue a prestar-nos o bom contingente de suas licções (sic) e conselhos".

A' página 314 da *Historia da Cidade do Rio de Janeiro* escreveu o dr. Felisbello: "Já tivemos occasião de dizer que o largo da Carioca era coberto por uma lagôa. Não acreditamos que suas aguas communicassem com uma lagôa na rua da Ajuda, interceptadas por uma elevação de terreno, onde está a antiga rua da Guarda Velha, construida justamente pelas fraldas do morro de Sancto Antonio, que por ahi se extendia.

Essa elevação (sic) entre as duas lagôas abriu uma via de communicação dos habitantes da cidade para o Desterro, que se fazia pela rua Evaristo da Veiga".

Houve com effeito duas lagôas que convém não confundir: uma, a do Boqueirão da Carioca, onde está hoje o Passeio Público, e a outra denominada de Sancto Antonio, a qual se extendia pelo sopé deste morro.

Estas duas lagôas eram separadas por extensa zona, através da qual existiam vias de communicação em busca do rio Carioca, conforme leio em uma carta de sesmaria de 1573 dada a Nuno Tavares.

Na entrada da actual rua Evaristo da Veiga espraiava-se a lagôa de Sancto Antonio, como diz frei Vicente do Salvador. Para se passar havia um espaço não invadido pelas aguas. Era a chamada "Ilhota", da qual falla o livro do tombo do Convento da Ajuda.

Na referida zona havia proprietarios conhecidos do dr. Felisbello. Existia a capella da Ajuda reedificada em 1600, e depois o antigo recolhimento, a caixa d'agua, as casas de El-Rey destinadas a guardar materiaes das obras da Carioca, cujos arcos velhos passavam exactamente pelos terrenos dos frades da Terra Sancta e de outros particulares.

A lagôa de Sancto Antonio invadiu o lado par da que foi até pouco tempo rua d'Ajuda. O morro do referido Sancto não apresentava ahi elevação alguma. A lagôa occupava toda a zona em que depois se abriu a rua da Guarda Velha ou do Conde, pois foi o conde de Bobadella quem terminou o completo enxugo da supracitada lagôa (vide Archivo das Religiosas de Sancta Tereza).

Com referencia á divisão das aguas deu-se o seguinte, que encontro nas *Publicações do Archivo Municipal*, 3° volume (1896). Em 1731 houve innundações, causando clamor dos *moradores da vizinhança*, os quaes se viram a ponto de abandonar *seus domicilios*. A Camara de então attribuiu o caso ao facto de terem os Franciscanos entulhado parte da lagôa para fazerem um caminho de carro, e terem edificado um muro com o competente portão. A Camara ordenou outrosim, fosse tudo demolido; pois ella destinava o sitio para Rocio da cidade. Os religiosos replicaram, allegando que desde 1712 a divisão da lagôa se tinha realizado com o consentimento dos vereadores, e que se deram até 1731 muitas outras innundações sem motivar queixas da parte dos vizinhos.

Era o facto devido a terem elles Franciscanos conservado um cano de tres a quatro palmos com destino á livre communicação das aguas das duas partes da lagôa. As innundações de 1731 eram devidas a estar entulhado o cano, que passava

por baixo da Carioca e dava escoamento ás aguas para a valla ou antigo poço.

Neste documento se assignala já em 1712 a existencia da rua da Guarda Velha, "devido a aterros" e não á elevação do morro.

A parte da referida lagôa, primitivamente aterrada, foi a que banhava o local em que está hoje o edificio da Imprensa Nacional.

Alli edificaram os Franciscanos (1607) pequeno hospicio, ao pé do monte, em que se devia edificar o convento. Neste encargo, diz Capistrano de Abreu, frei Vicente (do Salvador) mandou aplainar o sitio, por ser um tanto apertado e aspero, tirando-se no mesmo logar a pedra para obra.

"Nestes preparos esteve até que a 4 de Junho de 1608 se lançou no fundo dos alicerces a primeira pedra dos corredores do Convento com grande concurso de povo".

Bom é tambem lembrar: a Camara com Martim de Sá (governador), cedendo aos frades parte do morro, se obrigava a abrir uma rua de trinta palmos, a qual fosse como as outras em direcção ao mar.

Salvo melhor juizo, penso ser esta rua a depois chamada do Parto e hoje de S. José. De que em fins do século XVII o local, hoje largo da Carioca, estava mais ou menos apto para ser povoado, encontro provas não só em documentos da Misericordia como nos Tombos de Sancto Antonio e da Ordem da Penitencia.

Em 1709 já alli havia um cemiterio de pretos, e annos depois Aires de Saldanha edificava o primeiro chafariz da Carioca.

"O largo da Carioca, escreveu ainda o dr. Felisbello, é um dos trechos da cidade que mais interesses e ao mesmo tempo maiores difficuldades offerece ao nosso estudo. Toda a sua extensão territorial, comprehendendo a das ruas que nelle desembocam, passou successivamente por diversos proprietarios.

"Do lado da rua de S. José o seu primeiro proprietario foi Chrispim da Cunha (sic) que obteve por sesmaria os terrenos, em 1673 (erro de revisão, deve ser 1573) até entestar com a lagôa, expandindo-se sôbre o outeiro de Sancto Antonio. Do lado da rua da Carioca (sic) estava Fernando Affonso, etc."

Peço venia para tudo contestar. Começo pelo final. Fernando Affonso localizou-se no sitio em que hoje está, mais ou menos, o Theatro Lyrico. Alli tinha elle já em 1592 uma ermida dedicada a Sancto Antonio.

E porque Fernando Affonso doou aos Carmelitas terras, muita gente confunde tal doação com a de Chrispim da Cunha

em ponto mais distante. Vai o pouco cuidado ao ponto de se dar ao genro do dr. Antonio de Mariz Coutinho o appellido de Costa. Deste modo d. Isabel de Mariz teria sido casada com dous maridos, ambos de nome Gaspar! Tal não é verdade. Basta vêr a genealogia de Antonio Mariz, a qual organizada pelo ministro dr. Macedo Soares está guardada no archivo do Instituto Historico.

Eis o resumo da sesmaria de C. da Cunha concedida por Christovam de Barros, em 15 de Septembro de 1573. Chrispim pedia se lhe déssem terras na vargem desta cidade, defronte do chão de Simão Jorge, onde acabar Balthazar Cardoso, "ao longo do caminho", até intestar com "agoa da lagôa", de comprido pelo outeiro acima lhe dessem tambem braças, etc. O governador concede ao supplicante sessenta braças em quadro situadas *á mão esquerda* "no caminho que vai para o boqueirão da Carioca".

Por escriptura de 7 de Novembro de 1591 Chrispim da Cunha e sua esposa doaram aos Carmelitas essas mesmas terras. Declararam ambos possuir um chão — no outeiro da lagôa "defronte a Sancto Antonio", terra que traspassavam á casa de N. S. do Carmo.

Mello Moraes, pae, cita o auto de posse tomada pelos Carmelitas. A medição começou no sitio das casas que foram de Sebastião Bolder. Neste instrumento público falla-se em lagôa e tambem na fralda de um outeiro acima, pela qual se mediram sessenta braças (Chronica Geral e minuciosa do Imperio do Brazil, pag. 205).

A lagôa alludida é sem dúvida a do *Boqueirão*, e não a de Sancto Antonio. O outeiro é a aba do actual morro do Castello conhecido por morro de pedra, e que teve o nome de morro de S. Januario. Como é sabido, as terras supra mencionadas foram compradas pelo bispo d. Antonio do Desterro (1750) para augmento do Convento e cêrca da Ajuda.

Esta zona de sessenta braças em quadra sitas no lado esquerdo do caminho do Boqueirão, confinavam com terras do Seminario de S. José, compradas, pelo bispo Guadalupe, quando tencionava edificar esta casa de ensino. Taes terras tinham tambem por vizinho Manuel Rodrigues da Costa, dono da sesmaria de Nuno Tavares e casado com uma descendente do ermitão da Gloria, Antonio Caminha. Este Costa foi quem vendeu terras ao bispo d. frei João da Cruz para o Convento d'Ajuda. Julgou-se lesado e moveu ás religiosas uma demanda, que só findou em 1811. Por ahi se vê: as terras dos Carmelitas nada têm com o actual largo da Carioca!

Vou concluir. A' pág. 77 do volume IV do *Archivo Municipal* (1897) occorre: "O Registo de Instrumento em pú-

blica fórma, com o teôr de hua justificação passado a requerimento do Reverendo Prior de Nossa Senhora do Monte do Carmo". Este documento tem a data de 10 de Dezembro de 1749. Os Carmelitas por seu superior procuravam garantir o dominio directo sôbre os terrenos legados por Chrispim da Cunha.

Dizia o peticionario: "entre os mais bens pertencentes á sua ordem eram umas terras junto do *Convento Novo das Freiras* desta cidade que parte de uma banda com a estrada que vai junto do dito Convento para Nossa Senhora da Gloria e pela outra banda *intestam no mar*, etc". Ora, terras assim discriminadas não podem de modo algum ser localizadas no pretendido sitio imaginado pelo dr. Felisbello.

O illustre historiographo, em dias deste anno, no seu jornal o *Economista*, procurou chamar a attenção do ministro da Fazenda para a illegalidade (sic) da venda do Convento d'Ajuda e terrenos adjacentes. No ról, porêm, dos bens adquiridos pelo convento não é mencionado nem um palmo de terra no largo da Carioca. E a lista apresentada ao primeiro principe regente pela abbadessa era completa e meticulosa.

Para se vêr que a razão de tudo quanto apontei está de meu lado basta lêr a nota da pag. 322 da *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*. Alli cita o proprio dr. Felisbello uma escriptura, em que se falla em Convento d'Ajuda, na lagôa do Boqueirão, no mar, em terras dos Carmelitas e até no outeiro de S. Januario (Castello).

Quem teve, digo ao terminar, terrenos no largo da Carioca, foi a Ordem Terceira do Carmo, que em 1748 os vendeu á Ordem da Penitencia!

24 de Novembro de 1912.

CAMINHO DE DAMASCO

Nada ha, diz o adagio popular, como um dia depois do outro!

Em 1903 era, como hoje, digno representante do Estado de Sergipe o illustre dr. Felisbello Freire, sempre distincto pelo seu saber, character e virtudes civicas.

Em sessão de 30 de Julho daquelle anno e a proposito de desapropriações, s. ex. produziu notavel discurso, com enthusiasmo apreciado pelos seus dignos pares.

O dr. Felisbello, então defensor do patrimonio municipal, descrevia as tres sesmarias que se fundaram, segundo esse,

deputado, em o dominio directo dos terrenos desta capital, os quaes todos *pertenciam* á Camara Municipal.

Dizia o operoso representante da Nação: "Estudando essas tres sesmarias *vê-se que não ha um só palmo de terreno* (sic) *fóra do dominio da Camara Municipal do Rio de Janeiro.* Logo, sr. presidente, comprar qualquer immovel ou qualquer terreno, é o Conselho ou o prefeito comprar o que já é seu".

Deante de tanto rasgo oratorio sem grandes provas, ninguem protestou contra similhante inexactidão! E na bancada do Districto Federal havia quem tinha o dever de o fazer com desassombro.

Este, a quem me refiro, havia poucos annos, pertencendo ao Conselho Municipal (1895-1896), onde por muitas vezes foram discutidas questões de fóros e direitos patrimoniaes do Municipio, e até se pretendeu por subrogação, alienar o que pertencia á Edilidade no que ella realmente possuia sem dúvida nem contestação, em virtude das sesmarias que lhe foram concedidas no inicio da fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Por esta folha procurei com meus minguados recursos provar a facilidade com que por errados conceitos o imaginoso deputado sergipano procurava resolver problema até então insoluvel!

Argumentei com provas extrahidas do Archivo Nacional, com os textos do dr. Haddock-Lobo em sua obra *O Tombo das terras municipaes.* Sustentava eu com bons fundamentos que os terrenos da cidade velha eram em sua grande parte allodiaes. Tinham sido concedidos sem fôro aos primitivos conquistadores desta terra. Retorquia-me s. ex. com sua costumeira dialectica, querendo mostrar como bravo filho do norte ser antes "de quebrar que de torcer".

Nunca me hei de exquecer da hermeneutica de s. ex. para explicar a decantada sesmaria *de sobejos*; como si tal palavra não significasse o que resta de outro possuidor ou o que não tem dono nem está aproveitado.

Mais realista do que Haddock-Lobo, o dr. Felisbello fazia resurgir a utopia creada pelo prefeito Barata Ribeiro, quando, felizmente em vão, procurou onerar como foreiras todas as terras que se extendiam da antiga rua da Valla até a praia da cidade.

Passam os annos, e o illustrado dr. Felisbello dá á imprensa o primeiro volume da sua *Historia da Cidade do Rio de Janeiro.* Pois bem, com esta notavel publicação, s. ex. veio dar ganho de causa a seu antigo contendor, o obscuro signatario destes apontamentos.

Após alguns annos escreveu o dr. Felisbello: "Os importantes serviços prestados pelos conquistadores para a funda-

ção da cidade foram recompensados pelo Govêrno com doações de terrenos para a construcção das habitações e inicio de suas lavouras. Todos os logares da administração pública municipal que ia nascer foram dadas a elles. As melhores zonas foram dadas aos que mais se salientaram na guerra e aos que tinham melhor herarchia social".

Ainda mais, á pag. 75 cita a opinião de Haddock-Lobo por mim annos antes tantas vezes lembrada no correr das nossas discussões.

Escreveu Haddock-Lobo: "Mem de Sá, assignalado no Foral a direcção de NNO para ser obrigatoriamente seguida quando se tratasse de medir a testada da sesmaria, teve em vista alterar a concessão feita dous annos antes por seu sobrinho Estacio de Sá, em proveito tão sómente dos edificadores de nova cidade, que, em virtude deste rumo, deixavam *de sêr contribuintes á Camara*, por ficarem fóra dos limites de sua sesmaria. Si ao contrario tivesse elle confirmado pura e simplesmente a primeira dada, o rumo da medição seria outro; visto como os terrenos della era uma legua e meia de terra, começando da casa de pedra ao longo da bahia até onde se acabar." Quer isto dizer, como tantas vezes o repito: todas essas terras foram sempre allodiaes.

Desta verdade ha provas inconcussas nas questões havidas entre o governador Luiz Vahia Monteiro e a Camara. Versavam acêrca da construcção de casas fóra do muro da cidade, meio de defesa posto até certo ponto em execução e mais tarde abandonado por inutil para segurança do Rio de Janeiro.

Volto ao ponto principal. Grande contentamento, pois, experimentei ao vêr na monographia do dr. Felisbello provas do que eu sempre asseverava: tantas eram as terras concedidas sem pensão ou fôro!

Não admira, porque ainda em 1721 o governador Aires de Saldanha concedia no interior da cidade sesmarias, máo grado a prohibição de 1716, facto que em 1748 ainda provocava por parte da Camara protesto levado á presença do monarcha portuguez.

Para os conquistadores e auxiliares de Estacio e Mem de Sá abre o dr. Felisbello em seu trabalho um capitulo especial. O primeiro dos numerados é o mui conhecido Antonio de Mariz, immortalizado pela penna do egregio José de Alencar e tambem pela musica eminentemente nacional do inexquecivel Carlos Gomes.

Para vêr que Mariz teve terras fóra do Rio, basta lêr a *Revista do Instituto Historico*.

Garante, outrosim, o sr. Felisbello que Mariz obteve uma sesmaria no morro de Sancto Antonio, que doou aos Carmelitas. Não diz a data, nem precisamente localiza o sitio. E' tão grande o alludido morro!

Ignoro as particularidades desse facto. Sei apenas que Antonio de Mariz teve um curral nas proximidades da Lagôa Grande ou do Boqueirão.

Deprehende-se isto da sesmaria concedida em 11 de Septembro de 1573 por Christovam de Barros a Nuno Tavares. Este pediu cem braças de terras de largo e duzentas de comprido no Cabo da Vargem, onde se chama o Penedo do descanso, as quaes cem braças se medirão da lagôa que está na terra de Francisco de Sousa, indo pelo caminho que vem da Aldeia de Martim Affonso cortando do curral de Antonio de Mariz até a Praia do oleiro, e as duzentas pelo monte arriba ao longo do caminho que vai pelo monte arriba á roça de Salvador Corrêa de Sá.

Christovam de Barros concedeu apenas sessenta braças ao longo do caminho que vai da Lagôa grande e do outro do meio para as olarias, correndo ao longo do chão de Francisco de Sousa, que começarão onde acabar Thomé Rodrigues e septenta pelo outeiro acima, etc."

Antes de vir para o Rio de Janeiro, Antonio de Mariz residiu na Capitania de S. Vicente. De 1562 a 1564 serviu como juiz ordinario e vereador da Camara da Villa de São Paulo. Consta tudo isto de um folheto, que me foi offerecido pelo operoso Eugenio Egas. Nesse opusculo vem reproduzidas as actas da referida villa no precitado periodo.

A genealogia dos descendentes de Antonio de Mariz foi feita, como já disse, pelo ministro dr. Macedo Soares. E' trabalho de consciencia e muito estudo.

Desse distincto Brasileiro occorre tambem curiosa nota na 2ª edição do trabalho: "Regimento das Camaras Municipaes, nota que muito exclarece a personalidade de A. de Mariz.

Conforme M. Soares, o verdadeiro nome daquelle é dr. Antonio de Mariz Coutinho, provedor da Fazenda Real no Rio de Janeiro, casado com d. Isabel Velha"... Entretanto, José de Alencar, no seu romance o *Guarany*, sem mais exame e só pelo que leu em Balthazar Lisbôa (que erra muito nestas materias) enganou-se, dando á mulher de Antonio de Mariz o nome de Lauriana. Tambem não sabemos aonde elle foi buscar o titulo de Dom, com que condecorou o provedor do Rio de Janeiro. Imaginação de poeta mettido a historiador."

Falleceu A. de Mariz pouco mais ou menos em 1584, porque neste anno pedia Aires Fernandes o logar de mamposteiro dos captivos, vago pela morte de Mariz.

Foi este, como bem disse o sr. Felisbello, tronco de numerosa familia fluminense, cujos representantes por muitos annos exerceram importante papel na politica e na administração.

Foi em derredor de sua individualidade que José de Alencar teceu o enredo do *Guarany*.

Bom é lembrar que o romance começa em 1606 e Mariz estava enterrado desde 1584. Tambem nunca teve filha com o nome de Cecilia!

Entre os descendentes desse primeiro povoador, contam-se os Rangeis de Sousa, os Macedo Freitas, os Sodrés, Azeredos Coutinhos, Macedo Soares, Duque Estrada, Mascarenhas, etc.

Falta-me espaço para tractar dos outros povoadores, que tambem deixaram illustre e honrada descendencia.

Todos elles foram tambem aquinhoados com terras não foreiras.

Ao velho Carioca perdôe o generoso dr. Felisbello estas impertinencias, filhas do muito que me merece o operoso historiador, o qual tem procurado com os exforços de seu talento restabelecer a verdade com referencia ao passado desta capital.

Domingo, 1 de Dezembro de 1912.

RUAS ANTIGAS

I

Negar a verdade conhecida por tal, diz a cartilha do padre Ignacio, é peccado.

Contra este preceito altamente christão insurgiu-se o distincto e illustrado dr. Felisbello Freire, na sua *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*.

Assim, em contrario á prova dos documentos dos posteros e do que está patente aos olhos de todos, escreveu o operoso historiographo a seguinte heresia topographica e topologica: "Em geral se diz que a rua Septe de Septembro não se abria na rua Direita, de que era interceptada pelo Convento dos Carmelitas. Mas isso não é verdade, porque temos a seguinte escriptura. Em 4 de Agosto de 1699 o conego Antonio Pina vendeu a Vicente Alvares de Araujo uma casa na rua

que chamam hoje do Cano Real para a *parte do campo* e faz canto com a rua Direita de um lado que *vai para Sancto Antonio* determinada pela Camara, por cuja causa se diminuiram braças deste chão para dita rua".

"tentemos justificar este ponto, continúa o dr. Felisbello. Na rua do Carmo, no logar occupado hoje por uma casa de banhos existia a capella dos terceiros do Carmo, situada *inter claustra* da cêrca dos Carmelitas, fundada em 1648 pelo ouvidor Balthazar de Castilhos. Dessa rua para a Direita havia um antigo becco que não se deve confundir com o actual becco dos Barbeiros. O primitivo existia entre a parede lateral da hoje Cathedral e a última casa do quarteirão, chamada depois do Carceller. Foi bem "nesta esquina" que ficava a casa vendida pelo conego Antonio Pina a Vicente Alvares. Esse becco existe hoje, ainda que muito reduzido. E' o que está entre os dous templos e que se termina por dous portões... Esta escriptura demonstra tambem que o nome primitivo da rua Septe de Septembro era rua de Nossa Senhora do O'.

Este segundo topico tem fóros de verdade. De facto, o actual becco dos Barbeiros foi substituir a antiga via de communicação entre a rua Direita e a rua Detraz do Carmo. Foi devido á edificação do novo templo do Carmo, levada a effeito pela respectiva Ordem Terceira.

Para tal mistér esta demoliu predios de sua propriedade, bem como obteve da metropole a desapropriação de duas casas pertencentes: uma a Cosme Velho Pereira e outra aos herdeiros de Francisco Lopes Carneiro.

Houve sôbre a opportunidade da obra questões entre os confrades da Ordem Terceira, até que esta poude lançar os alicerces do novo templo em 16 de Julho de 1755.

Data, pois, deste anno, o cordeamento do actual becco dos Barbeiros.

Mas o que eu, *data venia*, procurarei demonstrar é o seguinte: o predio vendido pelo conego não podia ficar situado no local apontado pelo erudito dr. Felisbello Freire, mas em sitio algum tanto distante da rua Direita.

Antes de entrar em materia direi que vale a pena discutir a supposta continuação da rua do Cano até á Praça 15 de Novembro, antes do século XVII. Só aconteceu nos nossos dias, em 1857, quando uma empreza pretendeu abrir uma avenida entre a referida praça e o antigo Rocio.

Deu-se principio ás obras que se limitaram, apenas, á abertura da rua Septe de Septembro até á praça, demolida parte do antigo Convento Carmelitano e obtida concessão da

Casa Imperial, usufructuaria pela Constituição (artigo 115), dos proprios nacionaes.

Conveniente é lembrar: desde 1808 o Convento fazia parte do palacio da Familia Real; e depois da Independencia, pelo tractado com Portugal, fôra adjudicado ao patrimonio da Nação.

Da situação do Convento, tal como sempre foi até 1857, falla o dr. Felisbello em outras páginas da sua *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*. Até escreveu que na portaria do Convento, edificado juncto á praia, déra á costa uma baleia! O edificio, pois, em que hoje funccionam o Instituto Historico e o Museu Commercial sempre existiu no mesmo sitio desde que, em 1590, os religiosos do Carmo foram paulatinamente construindo sua casa central e a competente egreja. E' bem verdade: alli existiu pequena ermida de N. Sra. do O', com humilde hospicio, onde se aboletaram, a principio, os Benedictinos e, depois, os Carmelitas.

Em 1699 já este sitio da varzea tinha perdido o nome de N. Sra. do O'. Fôra substituido pela denominação de praia do Carmo, práça do Carmo, etc.

A N. Sra. do O' do documento de 1699 é positivamente a Virgem venerada na actual egreja do Parto sob esta invocação. Não vem longe o dia em que a egreja celebra a expectação do parto da mãe de Christo. Na festividade do dia 18 de Dezembro os sacerdotes entoam canticos, cujos versiculos começam pela interjeição *Oh!* — adulterada pelo *O'*.

A capella do Parto já existia em 1643, fundada por João Fernandes, homem pardo, natural da ilha da Madeira. Suas terras *proprias* extendiam-se pela hoje rua Rodrigo Silva, até á rua que vai para S. Francisco (Assembléa).

No canto das duas possuia Fernandes casa de residencia, e onde foi mais tarde fundado pelo bispo Desterro o Recolhimento do Parto, casarão ha poucos annos demolido. Preciso terminar. A escriptura feita, pois, da venda feita pelo conego Pina diz que o immovel estava situado na rua que chamavam de N. Sra. do O' e hoje rua Nova do Cano para a parte do campo e faz canto com a rua *Direita que vae para Santo Antonio*. Ora, conforme o dr. Felisbello, já em 1649 a rua do Cano estava aberta. Logo a rua *nova* é outra muito differente daquella. A confusão do dr. Felisbello proveio de se fallar no instrumento público em rua Direita, que sem contestação não é a actual rua Primeiro de Março, a qual nos documentos da epocha tinha as seguintes denominações: rua Direita da Misericordia para S. Bento e vice-versa, rua Direita do Carmo para S. Bento e vice-versa, rua Direita de

S. José para a Misericordia, rua Direita de N. Sra. do Bom-successo para S. José, etc.

Demais, lá está claramente na escriptura: rua Direita que vai para Sancto Antonio. Tracta-se, pois, de uma via de communicação entre o littoral e o sertão e perpendicular ao mar, tendo sua directriz para o Convento dos Franciscanos. Alêm do nome de rua *que vae para S. Francisco*, a actual da Assembléa era tambem conhecida com a denominação de rua *que vai para Sancto Antonio*; basta ler o volume XI das *Publicações do Archivo Nacional*. Tracta-se, salvo êrro, de um trecho da actual rua Rodrigo Silva antes dos Ourives, e em tempos remotos caminho do Parto para a Conceição. O que a Camara fez em 1699 foi alinhar ou cordear esta porção de caminho para o pôr de accôrdo com o trecho que vinha da rua S. José.

Talvez não seja impossivel mostrar: a casa hoje demolida que tanto impressionou o dr. Felisbello, foi a que modificada mais tarde pertenceu ao avô materno do conselheiro Azevedo Castro, fallecido ha pouco tempo em Londres. Era um sobrado de dous andares sito á rua da Assembléa e com entrada pela rua dos Ourives n. 13.

Em todo caso ficará em paz o becco dos Barbeiros, que entrou como Pilatos no *Credo*.

São tantas as dúvidas e confusão, que obscurecem a nossa Historia que corre o dever (quanto á nossa cidade) de as remover ou explicar a algum filho desta terra carioca, obscuro como o abaixo-assignado, tendo á vista, porêm, não sómente livros impressos, mas alfarrabios do tempo das adagas de gancho, das cadeirinhas e do azeite de peixe.

Domingo, 15 de Dezembro de 1912.

II

Para mostrar o desenvolvimento territorial desta nossa hoje "civilizada" *urbs*, abriu o eminente dr. Felisbello Freire em sua recente *Historia*, dada ao prélo, um capitulo sob a rubrica "a Cidade do Século XVII".

Possuidor, alêm de vastos conhecimentos, de riquissima collecção de documentos copiados dos nossos archivos, e de escripturas extrahidas dos cartorios dos primeiros tabelliães da cidade, cumpre confessar, o emerito historiographo não deu o desenvolvimento que o assumpto pedia.

Em alguns pontos é mais deficiente do que Mello Moraes, pai, o qual, pelo menos, se guiou por algumas notas tiradas da *Historia do Tombamento Municipal*.

Em outros pontos o dr. Felisbello, em poucas linhas escriptas á pressa, se limita a apontar um só facto, com relação ao historico das antigas vias de communicação existentes desde o tempo em que a cidade se foi pouco a pouco alongando pela primitiva Vargem de Nossa Senhora.

Deste modo o curioso que daqui a annos quizer conhecer a topologia de certas ruas, só encontrará noções muito vagas e até contradictorias!

Tomarei por exemplo a actual rua de S. Pedro, uma das mais antigas, pois abriu communicação para o cemeterio dos mulatos, localizado alêm da valla, no sitio em que está hoje a praça do General Osorio, Praça Nova, Largo do Capim e tambem Campo da Forca.

Proveio este último nome da permanencia, no local, do patibulo para escarmento dos malvados, assassinos e ladrões.

Eis, pois, as poucas palavras do dr. Felisbello: "A rua de S. Pedro existe antes de 1686, porque nesta data o Mosteiro de S. Bento já aforava um predio de pedra e cal a Domingos Ribeiro. Seu primitivo nome foi Antonio Vaz Viçoso, porque nella morava um individuo com este nome".

Esta última proposição é certa.

Mas, si de Viçoso ha noticia residindo alli em 1642, licito é suppôr que muitos annos antes desse aforamento dos monges de S. Bento já a alludida rua havia sido aberta, desde pelo menos a rua Direita até a actual da Quitanda.

No canto dessa primeira rua havia o antiquissimo oratorio de N. S. do Amparo, ao qual se refere um chronista, que escreveu sôbre as festas da inauguração do Convento da Ajuda.

Na citada rua de Vaz Viçoso conheço duas doações feitas á Misericordia, uma de terrenos de 32 palmos de frente e 157 de fundos, feita pelo capitão Bento Pinheiro de Lemos, em 13 de Março de 1662, e outra de terrenos com 34 palmos de frente e 89 de fundos legados em 1667 por Francisco Alves Braga.

E', porêm, preciso retrogradar para se ver a antiguidade da actual rua de S. Pedro, cuja direcção está ligada á historia da primeira capella de Antonio Martins da Palma, erguida com a invocação da Senhora da Candelaria.

Como já está sufficientemente provado, esse sanctuario foi edificado muitos annos antes de 1630!

O quarteirão da actual rua 1° de Março, entre General Camara, S. Pedro e Theophilo Ottoni já estava edificado antes de 1620. Por escriptura de 9 de Novembro deste anno, Gonçalo Gonçalves, o Moço, e sua mulher d. Maria Gonçalves, doaram ao Convento do Carmo uma casa com frente para o

lado da rua de Diogo de Brito Lacerda (Alfandega) e outro predio juncto ao primeiro á Sancta Casa da Misericordia.

A' pagina 23 do primeiro livro de *Tombo* da Misericordia, encontra-se a escriptura de 18 de Março de 1622, pela qual aquella corporação comprou a Matheus de Leão e sua esposa Jeronyma Vareira casas na rua Direita, partindo com Lucas Francisco de uma parte e da outra com casas de Francisco Dias da Cruz (capitão e fundador do forte de S. Januario) e pelos quintaes com casas de Antonio Martins da Palma.

Demais, em seu testamento, feito em 30 de Julho de 1643, Gonçalo Gonçalves (o Moço) referindo-se a uns chãos com casas terreas *velhas*, situadas no lado direito da rua hoje General Camara, dizia: "os quaes (terrenos) começam das casas de Antonio Martins da Palma; que *estão* defronte da egreja da Candelaria".

E', pois, de crer o seguinte: "a capella foi construida em terras de Palma, havendo entre suas casas e o sanctuario um caminho que depois constituiu a actual rua da Candelaria, tambem de Pedro Castro.

Contrariado Palma com o estabelecimento da parochia na capella de sua propriedade, cedeu esta á Misericordia por escriptura de 4 de Julho de 1639. Era então provedor da Irmandade da Sancta Casa Salvador Corrêa de Sá e Benavides. Seguiu-se prolongada demanda entre a Misericordia e o vigario João Manuel de Mello. Terminou a questão por composição amigavel, firmada por escriptura pública, em 1651.

Deste documento, que occorre por extenso na importante monographia do dr. Marques Pinheiro, se conclue que a Misericordia conservava o direito aos terrenos do lado da rua do Viçoso.

Nesta escriptura se allude á capella de S. Pedro, a qual conforme ainda o illustre dr. Marques Pinheiro, foi fundada pelo capitão Pedro Martins Negrão, pouco tempo depois da ermida da Candelaria erecta por Palma, isto é, nos primeiros annos do seculo 17°.

A capella de Negrão estava situada ao lado da epistola da Candelaria e, portanto, em direcção da actual rua de S. Pedro. Naquella capella foi, como é sabido, sepultado João Francisco Duclerc, assassinado em Março de 1711, em uma casa no canto de João Azevedo Roxas, cirurgião da Misericordia (rua da Quitanda, esquina da rua hoje General Camara). A rua, pois, em questão foi depois chamada de S. Pedro devido á fundação do templo do principe dos apostolos em terras doadas em 1732 pelo padre Francisco Barreto de Meneses.

Da capella de Martins Negrão dá noticia a escriptura de 9 de Outubro de 1682, pela qual Domingos Garcia vendeu á

Joanna Corrêa uma casa na rua de João Mendes Caldeireiro, partindo de uma banda com casas de Joanna Dias e da outra com casas do capitão Sebastião Dias, e pelos quintaes com parte da capella do Senhor S. Pedro da egreja da Candelaria."

Si me não falha a memoria, por detraz da Candelaria existia, na rua da Quitanda, um predio pertencente ao patrimonio da citada capella de S. Pedro, que desappareceu com as obras para a construcção do novo e magnifico templo, cuja pedra fundamental foi lançada em 1775.

E' tambem incontestavel: a rua de S. Pedro até á da Quitanda teve o nome de Travessa de João Mendes o Caldeireiro, e mais tarde o nome de Antonio Carneiro, cirurgião da Misericordia.

Aquelle industrial, bis-avô do poeta Antonio José da Silva, fixou o seu estabelecimneto numa das esquinas da actual rua de S. Pedro e Candelaria. Era alli o chamado canto do João Mendes. Para prova citarei o documento exarado na pagina 52, do terceiro livro do *Tombo da Misericordia*. "Esta deu 300$ com juros a José Rodrigues Durão, sendo fiador Manuel Gonçalves da Cruz. O primeiro deu como garantias duas moradas de casas, uma de sobrado em que vivia no canto de João Mendes Caldeireiro, partindo com casas de Bento Gonçalves da Costa, e da outra com a rua que vai para a Candelaria, por serem de canto e outra terrea que levantou de sobrado que parte com Domingos Rodrigues Salgado de uma banda e da outra com casas de Bento Gonçalves na travessa do mesmo João Mendes. O segundo, Gonçalves Cruz (fiador), deu casas de sobrado na mesma rua que parte de uma banda com a egreja de Candelaria e da outra com as casas do mesmo Durão no canto acima hypothecado".

Ainda em documento de 1718 e posterior ao supra citado, vê-se que não se confundia travessa de João Mendes (São Pedro) com a actual rua da Candelaria.

Vai-me faltando espaço. Guardarei algo para quando fallar da rua General Camara, cuja existencia é tão antiga como a de S. Pedro, isto é, dos principios do século XVII.

Invadindo a seara do illustre dr. Felisbello Freire, estive dando *arrhas* de bairrismo carioca, de cujo peccado venial conto com a absolvição do generoso auctor da *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*.

Divirjo muitas vezes de suas opiniões, mas conservo sempre intacta a admiração que me merece tão conhecido homem de letras.

Domingo, 22 de Dezembro de 1912.

III

Mais alguns passos, saindo da rua General Camara e passando pela antiga rua Direita, eis-nos, caro leitor, em frente da actual rua da Alfandega.

Foi primitivamente chamada caminho de *Capuerussú*, caminho para S. Christovam velho, para o Engenho Pequeno dos Jesuitas, depois rua de Diogo de Brito Lacerda, dos Governadores, Quitanda do Marisco, travessa d'Alfandega, e mais tarde rua da Mãe dos Homens, de Sancta Iphigenia, dos Ferradores, do Oratorio de Pedra e de S. Gonçalo Garcia.

Isto á proporção que o mesmo caminho se foi extendendo arruado, por novas habitações e procurando sempre o rumo do sertão ou "Campo de S. Domingos".

Já em 1705, nas proximidades da actual rua de Uruguaiana (antiga da Valla) rua da Quitanda do Marisco, tinha sua tenda de trabalho o ferreiro Antonio da Rocha, cujo nome figura no auto de demarcação feito pela Câmara, com referencia ao novo Rocio da cidade.

Conforme bem escreveu o dr. Felisbello Freire, é antiquissimo o caminho de Capuerussú. Era o mais recto para communicar a zona agricola do Engenho Velho e outras fazendas com o porto da cidade.

Nos primeiros tempos, disse o velho Innocencio Maciel, "o que propriamente se considerava rua mais ou menos cordeada era a parte comprehendida entre a rua Direita e a Valla (rua Uruguaiana). Dahi para o campo havia uma especie de estrada mais ou menos regular, mais ou menos sinuosa.

Aforados diversos prazos a particulares pela Camara em meiados do século XVI, e repartido tambem o Campo de São Domingos, o caminho de Capuerussú ficou reduzido a uma faixa, ou zona irregular, bastante larga mas limitada pelas testadas das chacaras vizinhas ou confrontantes.

Mais tarde houve necessidade de regularizar o caminho, aos moradores, a quem foram concedidos novos aforamentos, o Senado da Camara impoz a condição de deixar espaço sufficiente para a abertura da rua Senhor dos Passos (antigo caminho de Fernão Gomes) e do outro lado o prolongamento da rua dos Escrivães ou do Sabão.

Chegou pelo menos até 1894 um pequeno sobrado, sito no principio da rua em questão e occupado por escriptorios commerciaes de banqueiros e corretores.

Fazia perfeito contraste com as grandes construcções da rua Primeiro de Março. Dir-se-ia casa de presepe, tão

baixas eram suas janellas de rotula, as quaes se podiam alcançar com a mão.

Este último "Abencerrage" dos tempos das adagas de gancho custou a ser demolido e resistiu por muitos annos imperterrito ás picaretas e alavancas do progresso!

Felizmente deste derradeiro especime de architectura carioca guardou memoria em uma photographia, que Mello Moraes, filho, fez estampar no 1° tomo dessa publicação utilissima e curiosa, que por poucos annos durou sob o titulo de *Archivo do Districto Federal*.

Quem sabe si nesse acanhado *habitat*, de tão mesquinhas proporções, não residiu Diogo de Brito Lacerda, filho de Manuel de Brito, ambos grandes benfeitores da Ordem Benedictina? Pelo menos este Diogo alli teve propriedades, as quaes se extendiam até á rua da Candelaria, conhecida tambem pelo nome de travessa da portugueza Catharina Lopes.

Do outro lado da rua lá está com as mesmas antigas proporções, si bem que por diversas vezes reconstruido, o sobrado onde residiu Salvador Corrêa de Sá e Benavides, em frente á porta antiga da Alfandega, depois conhecida por porta da "estiva".

Este immovel, como é muito bem sabido, foi objecto de permuta entre a Camara e Benavides. Não teve a transacção realidade por motivos politicos conhecidos e sôbre os quaes, por amor do espaço, nada direi.

Tractando da rua da Alfandega nó século XVII, escreveu o dr. Felisbello Freire á pag. 324 da *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*: "E' da mesma data (*sic*) (refere-se á abertura da rua do Hospicio aberta (*sic*) nos últimos annos do século XVII) a rua da Alfandega conhecida com o nome de Quitanda do Marisco, por existir na esquina com a actual rua da Quitanda e commercio de Marisco. E' este o nome que vem nas escripturas de venda de predios em 1675."

Consinta o egregio historiador que eu cite tambem escripturas mais antigas. Servem pelo menos para reforçar a opinião do mesmo historiador sôbre a antiguidade do velho caminho de Capucrussú. Não se enfadará o meu bom amigo com mais estas achegas. Certo é o dictado popular — "pão com um pedaço é pão e meio".

Assim, em 1621, a Misericordia com o dinheiro da venda do engenho de Bartholomeu Vaz, comprou casas e chãos a Martim Gonçalves e sua mulher Maria Dias, na rua de Diogo de Brito, os quaes haviam sido de Antonio Zuzarte e sua mulher Apollonia Bulhões, por escriptura feita por Gonçalo de Aguiar, em 26 de Agosto de 1600 e mais uma braça comprada em 1606, quando Apollonia Bulhões já era viuva. Estas

casas e chãos estavam situados na rua referida, á mão esquerda indo para o sertão.

Não saindo da rua da Alfandega, ainda no século XVII, lanço mão da excellente monographia do dr. Marques Pinheiro sôbre a Candelaria e Repartições annexas.

No segundo volume encontram-se documentos referentes ao Côro da Candelaria de que foram instituidores Antonia de Abreu e seu segundo marido o capitão Manuel Pinto Duarte, que serviu de escrivão da Irmandade do Sacramento daquella freguezia nos annos de 1694-1695 e depois occupou o cargo de provedor de 1700-1701.

Os dous, marido e mulher, doaram para aquella instituição casas nas ruas da Candelaria, Alfandega e Quitanda.

Na competente escriptura de 1721 diz-se que o casal era possuidor desses immoveis, "havia muitos annos" não só pelo dicto capitão Duarte já então fallecido, mas por seu antecessor o primeiro marido de Antonia, — Antonio Duarte Velho, o qual herdára as casas de seu sogro Antonio Gonçalves.

Nestes documentos falla-se no canto de Ignacio Rodrigues (rua da Candelaria e Alfandega) e no de "Pedro Domingues" na esquina das ruas da Alfandega e Quitanda.

Indica isto que, nestes pontos, alli tinham estes individuos propriedades.

Segundo é fama, nas casas supracitadas residiu o primeiro bispo do Rio de Janeiro, d. José de Barros Alarcão, que chegou ao Rio de Janeiro, refere o dr. Felisbello, em 1° de Junho de 1682.

Neste local está hoje o Banco do Brasil, depois de haver á Candelaria comprado os predios pertencentes aos doadores.

Como bem é sabido, o bispo Alarcão teve procedimento incorrecto. O povo e a Camara queixaram-se á metropole.

O syndicante do procedimento do prelado, narra o dr. Felisbello, fundado em um codice do Instituto Historico, informava o seguinte: "constava que o bispo começára logo a maltractar o povo, chegando a dizer que naquelles povos raras eram as mulheres fieis a seus maridos, que não tractavam do culto divino, que na villa de S. Paulo, onde esteve tres annos, foi muito murmurado em vista de suas relações com duas mulheres; que indo um frade prégar um sermão, pediu que no fim os ouvintes pedissem uma Ave-Maria pela sua mulher, dello bispo, que estava de parto, etc.

Vai tudo por conta do dr. Belchior da Cunha Broxado, o já referido syndicante.

Por ter residido na rua da Quitanda perto da rua da Alfandega, aquelle Antonio Duarte Velho deu nome a um trecho

desta mesma rua entre Quitanda e Ourives em direcção ao campo.

Dessa parte occorrem no archivo da Misericordia documentos, em que se falla no capitão Alexandre da Costa, antigo e grande proprietario na rua, assumpto destes apontamentos.

Este Costa figurou em acontecimentos notaveis em meiados do século XVII.

De tudo que vai dicto se conclue: as edificações regulares, separadas por quintaes, na rua d'Alfandega, ao findar aquelle século XVII, já se extendiam até a actual rua dos Ourives. D'ahi por deante só havia chacaras.

Nisto estou de accôrdo com o competente dr. Felisbello Freire. Antes assim!

Domingo, 26 de Janeiro de 1913.

IV

Não sei dizer si os nossos antigos pescadores foram os principaes freguezes dos fabricantes de violas, violões e cavaquinhos.

Certo é: estes modestos industriaes vieram estabelecer suas officinas nas proximidades do sitio em que se fazia o commercio do peixe, ostras, mariscos, camarões, caranguejos, etc. Dahi a existencia de duas antigas ruas, que tiveram a denominação de "Pescadores" (hoje Visconde de Inhaúma) e de "Violas" (actualmente Theophilo Ottoni).

Esta, como outr'ora, conserva-se estreitada, apezar de ter bons predios e lampadas electricas.

A outra teve até bem poucos annos a mesma sorte; mas, graças á energia e fôrça de vontade do benemerito prefeito Passos, soffreu completa metamorphose: bellos edificios construidos á custa do alargamento, bonds electricos, illuminação idem, e franca communicação com a célebre Avenida — a tetéa desta nossa cidade, cabocla preguiçosa e adormecida, como dizia o outro, a banhar os pés nas aguas da decantada bahia Guanabara.

E o Passos fez tudo, enquanto o Diabo esfregava um olho!

Ha poucos annos passados, ainda na esquina da velha rua dos Pescadores ostentava-se como reliquia dos tempos coloniaes velho oratorio em fórma de colossal armario, que servia na procissão dos Passos.

Não sei o fim que tiveram uns grandes azulejos, que circundavam o tal armario. Foram quebrados? Pois aquillo na mão de amadores, maxime inglezes, daria bom dinheiro!

Deixarei, por ora, de parte a rua dos Violeiros, para me occupar da dos Pescadores, mesmo porque, salvo êrro, esta é mais antiga que a outra, conforme dizem abalizados chronistas.

As aguas da bahia na occasião da preamar invadiam as terras pertencentes a Manuel de Brito e a seu filho Diogo, por estes doadas aos monges de S. Bento. O que se chama hoje rua Visconde de Inhaúma apresentava então o aspecto de verdadeira lagôa, e o morro de S. Bento, por occasião da enchente da maré, ficava transformado em verdadeira ilha.

Pois bem: nesses sitios e em chóças cobertas de sapê viviam os pescadores, que por alli traziam suas canôas depois de afanosa labuta.

E dizem ainda os taes chronistas: — por occasião das chuvas ficava tudo alagado. Era um Deus nos acuda!

Resuscitassem, e veriam hoje, apezar do progresso, como ainda são de metter medo as inundações, principalmente de certos bairros da Cidade Nova, nas redondezas do célebre canal do Mangue, minotauro devorador de tanto dinheiro gasto em pura perda!

Qual, porêm, a antiguidade da rua, assumpto destes ligeiros apontamentos?

Eis o que escreveu o illustre dr. Felisbello Freire, na sua recente *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*: "A abertura da rua Visconde de Inhaúma é da mesma data, "parecendo-nos" que ella ainda é mais antiga em alguns annos do que as ruas Theophilo Ottoni e S. Pedro, pois que desde 1674 encontram-se as escripturas de venda de predios e terrenos. Tinha então o nome de rua dos Pescadores".

O meu guia nestas velharias não tem razão para incertezas. No *Economista*, redigido pelo mesmo operoso historiographo e publicista, encontra-se prova da antiguidade da rua outr'ora dos Pescadores.

Na lista de velhas escripturas, extrahida pelo dr. Felisbello dos nossos cartorios, constam documentos em que Manuel dos Reis, residente na ribeira ou praia de S. Bento, vendia em 1610 terrenos de sua propriedade a Domingos de Paiva (8 de Abril de 1610).

Passava-se este facto em 1610, e já nesse tempo tinha a rua o nome de Manuel dos Reis. Foi este "homem bom", e exerceu o cargo de vereador, pelo menos em 1612, anno em que seu nome figura numa compra por parte do Concelho, a Antonio Martins da Palma para augmento do primitivo açougue da cidade, estabelecido na varzea e na actual rua da Quitanda, chamada por isso rua do "Açougue Velho".

Basta recorrer ao Tombo do patrimonio dos Benedictinos, para vêr que, nessa rua, já no século XVII tinham esses

religiosos muitos immoveis. Os dous lados da rua eram até o antigo becco dos Cachorros (e antes de Gaspar Gonçalves), os limites da grande chacara ou horta de S. Bento, a qual terminava pela parte do actual largo de Sancta Rita e perto do cemeterio dos "pretos novos". Neste becco ou travessa, em que está edificada a casa occupada pela Caixa de Amortização, tinham os frades um célebre jogo da bola, que elles arrendavam a particulares. Dahi a conclusão: — os Cariocas de antanho tinham quéda para as bolas. Além de outros, conheço os jógos da bola do Bento Esteves, na rua do Hospicio, outro no morro da Conceição, e um mais antigo na praia de Sancta Luzia, onde os freguezes brincavam á frescata, contemplando os esplendores da bahia.

Arruado o chamado caminho dos Pescadores, poude elle alongar-se até á rua hoje dos Ourives. Servia de communicação para o antiquissimo bairro da Prainha. Quem do coração da cidade quizesse este bairro, ou procurava a actual rua da Quitanda, ou caminho do carro de S. Bento, a rua dos Ourives (antiga do Parto para a Conceição), ou então pela rua Direita, era forçado a buscar a rua dos Pescadores, fazendo volta até o já referido becco dos Cachorros ou de Gaspar Gonçalves. A estas localidades, tendo ao fundo o morro da Conceição, davam os antigos o nome de "Valverde" ou "Villa Verde".

Deste facto occupou-se muito bem o dr. Felisbello. Tudo quanto disse a respeito está de accôrdo com documentos pertencentes á Misericordia por mim ha pouco tempo examinados.

No canto das ruas Candelaria e Pescadores, possuia a Sancta Casa um grande predio (hoje demolido) com dous andares e sotão, tendo de frente para a segunda dessas ruas 32 1|2 palmos, e para a primeira (Candelaria) 101 palmos.

Este predio, diz o Tombo, foi edificado em terreno pertencente á Sancta Casa, que lhe foi legado com a instituição de uma capella de missas (que foi reduzida a cinco), por Antonio Lobo Pereira, antes do anno de 1675; e é situado na rua dos Pescadores, esquina da rua da Candelaria, que naquella época era conhecida por "canto do açougue de Mariano de Linhares"; foi aforado a André Bernardes em 16 de Junho de 1675, do qual passou a Simão Francisco de Carvalho em 1º de Junho de 1744, e ultimamente a Manuel Barbosa dos Santos em 23 de Janeiro de 1755. Por este último foreiro foi o predio alli construido legado por verba testamentaria de Dezembro de 1786. Do immovel tomou posse a Sancta Casa em 9 de Novembro de 1792.

A rua dos Pescadores lembra o nome de uma senhora rica, em cuja casa havia um oratorio. Chamava-se d. Joanna

Maria. Conta Moreira de Azevedo que em 1798 choveu tanto no dia em que saïu a *procissão das Cinzas*, que alguns andores tiveram de recolher ás egrejas da Cruz e da Candelaria, ficando o Sancto Lenho no oratorio da referida dona Joanna Maria.

Pelo accôrdo celebrado a 1° de Septembro de 1906, entre os monges de S. Bento e a prefeitura, esta reconheceu o dominio directo daquelles religiosos a tão vasta zona da cidade.

A' antiga rua dos Pescadores estão ligados os nomes do conego Januario, de João Soares Lisbôa, Evaristo da Veiga, Estevão Alves Magalhães, visconde de Guaratiba, marquez do Bomfim, barão de Mesquita, do pharmaceutico Anjo Coutinho e do commendador José Luiz Alves.

Este último contou-me o seguinte: vinha de uma feita do theatro S. Pedro. Era mais de meia noite, e a rua estava illuminada por um lampeão de azeite de peixe. De uma portinha junto ao cemeterio de Sancta Rita viu José Luiz surgir um vulto todo branco. Alma do outro mundo? Horrivel phantasma? Em dous pulos galgou o transeunte assombrado a calçada opposta. Só creou animo ao metter a chave na porta de casa.

Explicação: cousas do calor. O encarregado das catacumbas, soube-se depois, embrulhado em um lenço, viera respirar um pouco do ar da noite!

2 de Fevereiro de 1913.

V

Para dar nome a uma antiga rua desta cidade mui numerosos deviam ter sido os fabricantes de violas, violões, cavaquinhos, etc.

Estes industriaes estavam sujeitos á "bandeira dos officios", sob o patrocinio do patriarcha S. José. Desta aggremiação, uma das que tiveram aqui existencia regular, faziam parte não só os violeiros, como tambem os pedreiros, os carpinteiros de casas, os canteiros e os ladrilhadores.

Taes officios elegiam o seu juiz e escrivão, tinham fé pública e como arbitros figuravam em vistorias, questões de propriedades, avaliações, litigio de herança, etc. Eram, por assim dizer, os engenheiros prácticos desses nossos tempos pouco "civilizados".

Demais, eram por lei examinadores dos candidatos, que se propuzessem a exercer depois de tres annos de práctica qualquer dos officios sujeitos á citada bandeira.

Manda, porêm, a verdade declarar: — nos fins do século XVIII, mui limitado era o número dos que deram nome á rua das Violas. Antonio Duarte Nunes, no seu *Almanaque* para 1799, menciona apenas cinco violeiros.

Exerciam então estes cinco felizardos um verdadeiro monopolio ou *trust*, como hoje se diz? Nada dizem a respeito chronistas e sabedores destas velharias.

Entretanto, era aquelle o tempo em que na ponta estavam os trovadores de esquina e no geral faziam parte da vida carioca o fado, o cateretê, os reisados, as cantatas e serenatas ao luar e perto das *plagas de limpidas areias*, — tudo ao som do "pinho", como diz Mello Moraes.

Não é tambem possivel explicar porque os violeiros abandonaram o seu primitivo *habitat*. Foram localizar-se na rua Estreita de S. Joaquim, onde as modestas lojas delles chegaram até nossos dias.

Hoje, se acham espalhados por vários pontos da cidade: ruas da Carioca, Ouvidor, Alfandega, Quitanda, etc. Ostentam bellas lojas, elegantes vitrinas, luz electrica e accompanham todo o progresso hodierno deste Rio de Janeiro, tão cheio de farofias e molambos.

Antes do nome de Violas, a actual rua Theophilo Ottoni teve a denominação de Domingos Coelho ou da "Ilha Secca". Nella era proprietario o licenciado Domingos Coelho Valladares, sujeito de "arame", e que, por várias vezes, serviu o cargo de ministro da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia.

Em 1694, Serafina de Andrade, viuva de Domingos Coelho, legou á Misericordia uma casa na rua em questão. A mesa da Sancta Casa recusou o legado por estar o immovel em logar deserto e dar pouco rendimento!

Eis porque a tal rua teve tambem o nome desta senhora d. Serafina, como se vê no *Dictorio* do Convento de S. Bento.

"A rua hoje Theophilo Ottoni, escreve o dr. Felisbello Freire, chamava-se no século XVII rua da Portugueza e depois ainda no mesmo século rua de Domingos Coelho; em 1704 ella já tem este último nome. E a prova está em uma escriptura de venda de chãos feita pelo alferes João de Almeida, de tres braças de chão de testada com os fundos até os quintaes dos "Noronhas" e fazem testada para a rua de Domingos Coelho, que chamavam antigamente "da Portugueza". Em 1710 esta rua já chegava á esquina da rua dos Ourives."

Nunca pude saber quem seriam estes Noronhas. Devem ser notabilidades de epocha. Ainda ha pouco tempo li no volume XI das *Publicações do Archivo Publico*: sesmaria con-

cedida por Arthur de Sá e Meneses a Francisco da Motta, em 23 de Septembro de 1699, entre a rua Nossa Senhora da Conceição (hoje dos Ourives), a rua de Domingos Coelho e as casas dos "Noronhas". Fiquei na *in albis*.

Eis como o governador Sá e Meneses despachou o requerimento do padre Francisco da Motta:

"Tendo respeito de que por parte do Dr. Francisco da Motta, clerigo do habito de S. Pedro, me foi representado por sua petição, dizendo que elle era natural e morador nesta cidade e que na rua vae das casas dos Noronhas para Nossa Sra. da Conceição ficam uns chãos á mão direita de Manoel Luiz Corrêa o qual pedio estes ditos chãos ao governador Furtado de Mendonça, em Abril de 1689, com pretexto que em tempos de chuva eram muito alagadiços como na verdade são e, como estão devolutos, pede os ditos chãos acima, que ficam em canto e fazem testada assim pela rua acima, quer por Nossa Sra. da Conceição com outra testada que vem pela rua de Domingos Coelho, com todas as braças que comprehendem os fundos por uma e outra parte que terá 25 braças", etc.

E' bem sabido: em 4 de Março de 1704 fallecia o dr. Francisco Motta, legando á Ordem da Penitencia, além de terras na Prainha, um grande trapiche e os terrenos dados em sesmaria por Arthur de Sá e Meneses. Alli em 1739 a Ordem levantou predios hoje reedificados. Fazem parte do seu patrimonio, e estão na rua dos Ourives, esquina da antiga rua das Violas. Nesta última rua a Penitencia possue ainda predios edificados nos últimos quarteis do século XVII e que a ella foram legados por diversos benfeitores, taes como Domingos de Araújo Caminha e Gonçalo Ferreira Souto.

Si por um lado se fica ignorando quem eram os taes Noronhas, por outro explica-se o motivo por que a rua de Domingos Coelho não passa da rua dos Ourives, como bem disse o competente dr. Felisbello Freire. E é por isso que a rua tambem teve o nome de *Ilha Sêcca*. Da actual rua dos Ourives para o sertão havia grandes alagadiços, augmentados por occasião das chuvas. Além da Valla e juncto da rua, depois estrada de São Joaquim, conservou-se, por muito tempo, uma lagôa, onde um certo José da Costa tinha o seu cortume.

Em meio destes verdadeiros pantanos permaneceu uma zona insulada que comprehende terras da hoje rua Theophilo Ottoni, rua do Fogo (antiga da Opera dos Vivos e depois dos Andradas) e rua Estreita de S. Joaquim. Vinha até o chamado largo de João Baptista, por ter alli residido João Baptista Darrigue, o primeiro que introduziu no Rio de Janeiro a cultura do anil.

Até bem poucos annos existiu no angulo formado pela rua Theophilo Ottoni e o becco de Sancta Rita um armazem de seccos e molhados com o titulo "*Venda da Ilha Sêcca*".

Só mais tarde foi edificada a egreja de Sancta Rita. Este facto não só regularizou o lado direito da antiga rua de Domingos Coelho, como tambem attrahiu as edificações para a referida rua, como para o sitio Valverde, onde a Misericordia desde 1688 possuia, aquem da valla, terrenos legados por João Gonçalves de Siqueira.

Outro facto que explica o povoamento desta zona foi o palacio episcopal no morro da Conceição, onde residiu desde 1793 o bispo d. frei Francisco de S. Jeronymo. Como é conhecido: a ladeira para a residencia prelaticia começou no fim da rua dos Ourives.

Ahi o bispo d. frei Antonio de Guadelupe edificou o Aljube, casarão ha poucos annos demolido, e para onde desde 1808 foram transferidos da Cadeia Velha os presos, quando aqui chegou a Familia Real.

Muita gente ignora quem foi o grande patriota Theophilo Benedicto Ottoni, nascido em Minas, na cidade do Serro, então Villa de Principe. Homem de principios politicos fixos, foi sempre um dos corypheus do partido liberal. Deputado provincial e depois geral, representou sempre com brilhantismo a sua provincia. Eleito quatro vezes senador por Minas, foi afinal escolhido em 1864.

Falleceu deixando nome impolluto e venerado a 17 de Outubro do 1869. Em sessão de 11 de Novembro deste anno e por proposta de outro illustre Mineiro, o dr. João Baptista dos Santos, perdeu a rua das Violas o seu antigo nome. Ottoni bem merecia tal consagração pública. A Municipalidade andou bem: antes o nome do inolvidavel Mineiro do que o de algum José Codea ou desconhecido João Ninguem!

E porque chamar das "Violas", sitio onde dellas e de seus fabricantes de ha muito tempo nem sombra havia?

Domingo, 9 de Fevereiro de 1913.

VI

Custou. Afinal desappareceu o defeito, ou antes, o aleijão que estreitava a rua do Hospicio desde a rua Primeiro de Março até a da Candelaria.

Era uma nesga de terreno pouco fundo, occupado até bem poucos annos por armarinhos, casas de cambio, de bilhetes de loteria, charutarias, casas de *lunchs* e cerveja.

Hoje no local ergue-se o elegante edificio, immovel de propriedade da Companhia de Seguros Terrestres e Maritimos "A Previdente".

Essa fileira de casinhas corria parelhas com outra existente além do Canto dos Meirinhos e pela rua da Quitanda, onde se vê hoje o estabelecimento dos sympathicos Gondolo e Laboriau.

Quem se não lembra dessas arapucas de tectos baixos e das janellinhas de pombal, as quaes afeiavam dous importantes pontos do nosso centro commercial? Para explicar a antiguidade da rua do Hospicio recorri á *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*, da lavra do competente dr. Felisbello Freire, cujas palavras aliás não me satisfizeram a curiosidade.

Eis o que apenas escreveu o citado historiographo: "A abertura da rua do Hospicio data dos últimos annos do século. O seu primeiro nome foi rua do licenciado Domingos Coelho (*sic*), rua "da Portugueza", "rua do Padre Mattoso" e, finalmente, rua do Hospicio".

Quer se refira o dr. Felisbello á abertura da rua do Hospicio desde a da Candelaria até á rua Direita, quer se refira ao cordeamento e arruação desta primeira rua (Hospicio), da Candelaria até o Campo da Cidade, parece, salvo melhor juizo, que o Mestre não tem por si a verdade.

A estreiteza, á qual no principio alludi, me parece muito antiga. E quem me dá razão é o proprio dr. Felisbello com uma escriptura exarada no seu jornal *Economista*.

Reza assim: "Em 14 de Outubro de 1624 Francisco Dias Alves e sua mulher venderam seis braças de chão sitos na rua Nova que se abriu pela travessa de Antonio Martins da Palma as quaes começaram a medição acabando-se tres braças..."

Esta escriptura é mais uma prova de que Palma, fundador da Candelaria, edificou a sua ermida muito antes de 1630, como erradamente se tem escripto.

Qual seria esta rua "Nova" indo dar á travessa da Candelaria, a não ser o prolongamento até o littoral da antiga rua da Portugueza ou do Hospicio?.

Em 1624 as ruas de Diogo de Brito (Alfandega), Gonçalo Gonçalves (Sabão), Antonio Vaz Viçoso (S. Pedro), Serafina de Andrade (Theophilo Ottoni) e Pescadores, já estavam abertas, até pelo menos á rua da Candelaria.

Seria a tal rua "Nova", a hoje rua Conselheiro Sariava (antiga dos Quarteis)? Tambem não; porque não só esta rua como o Becco de Bragança, de Manuel André, depois Manuel Lopes, aberto pelos Benedictinos o foi em epocha anterior.

Seja isto verdade ou não, tenho mais uma prova de que a rua do Hospicio com seu primitivo defeito data de annos

antes do fim do século XVII. Em 1676 Pedro Sabrão e sua mulher legaram á Sancta Casa, uns chãos, na rua Direita, indo para S. Bento, á mão esquerda, no canto da rua hoje do Hospicio. Neste local os foreiros edificaram casas, e mais tarde Mariano José Pereira da Fonseca (depois marquez de Maricá) levantou um sobrado de dous andares, adquirindo por 900$000 a remissão de fóros e dominio directo sôbre o terreno em questão.

Da rua da Candelaria para o Campo, tambem a actual rua do Hospicio estava cordeada, e nella havia, muito antes do fim do século XVII, várias propriedades separadas por muros de quintaes e cêrcas.

Para provar isto basta compulsar o Tombo da Misericordia. Nelle se encontram casas na rua do Rosario (André Dias), e de Domingos Manuel com fundos confinando com immoveis da rua da Portugueza (Hospicio). Em 1705, Francisco Dias Pinheiro legou á Misericordia casas na actual rua do Hospicio, confrontando pelos fundos com outras na rua do Rosario, tambem por elle Pinheiro legadas á Sancta Casa. Nestes diversos immoveis elle Pinheiro tivera antecessores.

Ainda mais: em 22 de Julho de 1725, d. Francisco de Brito Meirelles lega á Misericordia tambem immoveis sitos na rua do Hospicio (então do Beccão). Esses immoveis pertenceram ao marido Manuel Gomes Mattos e ao pae da legataria Francisco de Brito Meirelles provedor da Misericordia, que falleceu muito antes do fim do século XVII.

Em 1681 parte da rua do Hospicio perto da valla tinha o nome de Sebastião Ferrão Ferreira, que foi tabellião e figura no romance de José de Alencar o "Garatuja". Naquelle ponto havia um jogo da bola. Pois bem, no *Economista*, n. 96, leio a seguinte escriptura:

"Em 1° de Maio de 1674 Antonio de Aguiar vendeu ao padre Francisco do Amaral uma morada de casa terrea de pedra e cal onde hoje se joga "o truque na rua do Teixeira, (outro nome da rua do Hospicio) que parte de uma banda com "casas dos padres da companhia" e da outra com "casas dos herdeiros de Francisco Freire" por 120$000". Estas casas pertenceram depois a d. Catharina do Amaral e estavam encravadas nas terras pertencentes á sesmaria do arcediago Vasqueanes. Tudo consta de papeis do Archivo Nacional com referencia á grande demanda sustentada pela Camara com os herdeiros de Vasqueanes, os fidalgos da casa de Azurara.

A rua do Hospicio teve tambem os nomes de rua do Alecrim e Padre Manuel Ribeiro.

Da rua da Valla (Uruguaiana) até á do Fogo, fez parte do Rocio da Cidade demarcado pela Camara em 1705. Da rua do Fogo até S. Jorge constituia a chacara de Gonçalo Nunes, aforada a José de Vargas Pizarro. De S. Jorge até o Campo, ficou a grande chacara do Campo de S. Domingos, que era de um lado pelo Caminho de Furnas Gomes (rua Senhor dos Passos) e tinha por testada principal a actual rua Visconde do Rio-Branco.

Esta vasta zona ficou depois pertencendo ao patrimonio do Hospital do Carmo.

Foi no tempo do conde da Cunha, por favores concedidos a esta Ordem Terceira, que o vice-rei exigiu a regularização da actual rua do Hospicio, então simples caminho até a terminação no Campo, a qual hoje ainda conserva.

Vem tudo isto para provar, que a actual rua do Hospicio é antiga, segue a sorte das outras que lhe são parallelas e foi aberta muito antes do fim do século XVII.

Com limites pela rua do Rosario, Ourives e da Portugueza (Hospicio) possuia, no meiado do século XVII, grande extensão de terrenos o rico commissario João Machado Pereira. Estas terras foram vendidas aos ermãos schismaticos da Ordem da Penitencia, os quaes ahi fundaram casa e hospital. Mais tarde alli moraram dous missionarios capuchinhos, os quaes no Rio de Janeiro foram bem acolhidos pelo governador Aires de Saldanha.

Por esse motivo teve a rua, assumpto destas massudas notas, o nome de "Detraz do Hospicio".

Concluo, convidando o amavel leitor a dar, na proxima semana, uma volta pela rua do Rosario (dos Pretinhos, como lhes chama monsenhor Pizarro), em companhia ainda do dr. Felisbello e do rabiscador destas velharias.

16 de Fevereiro de 1913.

VII

Tem a palavra o illustre dr. Felisbello Freire, para dizer das antiguidades da actual rua do Rosario, outr'ora de André Dias, Duarte Vaz, da Quitanda Velha, de Domingos Manuel, de Villa Lobos e tambem do padre Luiz de Freitas Mattoso. Na sua recente *Historia da cidade do Rio de Janeiro* escreveu o provecto historiador o seguinte:

"A abertura da rua do Rosario data tambem do século XVII, mas muito depois do seu meiado (*sic*). Desde

1688 encontramos escripturas de venda de terrenos na rua do Rosario, que se chamava então rua de Pedro da Costa.

"Desde 1688 tem ella esse nome, porque numa escriptura de venda de chãos, feita por Luiz Machado Homem, é esse o nome da rua que durante todo o século XVII tinha muito poucas casas construidas.

"Em 1722 ainda existia um cortume na propria rua (*sic*). E é interessante a seguinte escriptura pelos ensinamentos que ella nos fornece. Em 20 de Julho de 1722, Manuel de Araújo vendeu a Roberto Ribeiro 14 braças de chãos na rua de Pedro da Costa, que hoje chamam do Rosario, os quaes desde a face da dicta rua para a rua da Quitanda do Marisco, inclusive, occupando toda essa distancia, no meio da qual fica a rua da Portugueza, hoje chamada tambem do Padre Mattoso, e partem do lado do poente, na rua de Pedro da Costa com o cortume antigo, que foi de Gonçalo André e hoje de Balthazar Bernardes, desde o qual a medir e correr as 14 braças para o campo e poente com chãos que no fim destas 14 braças largou o coronel Francisco da Silveira Souto Maior, que foi dellas a Joanna de Alvarenga e na face da rua do Marisco partem do nascente e poente, partem com chãos que tambem forão do dito coronel (Primeiro cartorio desta cidade)".

Esta escriptura, continúa o dr. Felisbello, é interessante, porque ella elucida (*sic*) muitas dúvidas sôbre a antiga topographia da cidade", etc.

Peço venia para discordar *in totum* dos commentarios adduzidos pelo competente scientista. Em primeiro logar, não sei porque o illustre mestre, para tractar da cidade do Rio de Janeiro no século XVII, só apresenta uma escriptura de 1688 e outra de 1722, isto é, do periodo secular seguinte, quando as ruas haviam perdido os primitivos nomes.

Demais, este último documento gera confusão, attendendo principalmente aos commentarios feitos pelo dr. Felisbello. Esta rua de Pedro da Costa não póde ser a actual do Rosario, e sim a da Valla ou de Uruguaiana (vide *Doc. Arch. Nac.*, tomo XI).

Isto pelo contexto do proprio documento, é claro e evidente. E para prova, nelle se falla em terrenos do coronel Francisco da Silveira Souto Maior, restante dos quaes depois passaram por herança a d. Francisca Ponte, que os doou aos pretos do Rosario para edificarem a sua egreja.

Não estou improvisando. Este documento de doação tem a data de 1701 e póde ser lido em uma memoria escripta sôbre o citado templo, por Joaquim José da Costa (1886).

Entro em materia. A actual rua do Rosario é tambem

uma das mais antigas, abertas em direcção ao campo da cidade. Nella residiu André Dias Homem, que serviu na mesa da Misericordia no primeiro quartel do século XVII, como procurador, isto é, em 1622.

Annos depois teve a rua a denominação de Domingos Manuel, por ahi residir esse commissario, cujo nome figura em documentos da Sancta Casa, em 1631.

Este Domingos foi tambem ministro da Penitencia por tres vezes: 1640-1642-1645.

Para bem mostrar a antiguidade da abertura da rua actual do Rosario basta attender ao seguinte.

O centro do commercio desta nossa cidade deixou de ser o bairro da Misericordia, onde nas lojas dos predios aforados pela Sancta Casa a d. Maria Mariz funccionou até principios do século XVII a nossa modesta Alfandega de então. Pois bem, para attender aos interesses dos negociantes, o Govêrno mandou tomar nos cantos de André Dias (rua Direita e Rosario), armazens a Gaspar Dias de Figueiredo e a Gaspar Dias de Mesquita. Para tal fim pagava o Govêrno 24$ annuaes! (Vide livro 6° da Provedoria da Fazenda, Archivo Nacional).

Deste último Mesquita fala em sua petição, dirigida ao Concelho, Salvador Bernardes em 1645. Parece que aquelle individuo tinha então tambem o privilegio do "paço de ver o peso".

Tivesse ou não uma rua muitas casas, desde que nella se mencionam immoveis, é claro que tal logradouro público já estava franco ao público.

Com o intuito de tomar notas sôbre a topographia do Rio de Janeiro, obtive do conselheiro Paulino José Soares de Sousa franca permissão para visitar o Archivo da nossa Misericordia. Taes apontamentos me estão, agora, prestando valiosos serviços para apoio de minhas despretenciosas opiniões.

Ha neste importante archivo grande número de documentos, com os quaes se prova ter tido a actual rua do Rosario até os principios do século XVIII o nome de rua da "Quitanda Velha". Perto da antiga capella da Sancta Cruz dos Militares esteve por muitos annos a praça do Mercado.

Duarte Vaz (rua do Rosario) é nome que tambem figura na correição de 1636, feita pelo Ouvidor geral Francisco da Costa Barros (*Arch. Municipal* 1896).

Em 1641 Anna Garcia lega á Misericordia immoveis, casas e terrenos na rua Duarte Vaz, partindo com o mestre de capella Cosme Ramos (muito conhecido do dr. Felisbello).

Deu a escriptura indo, para o oratorio de Nossa Senhora d'Abbadia e confinando com casas na rua de Mathias de Freitas (Quitanda Velha).

No testamento de Antonio da Silva (1644), fala-se em casas legadas á Misericordia na rua Villa-Lobos, positivamente hoje do Rosario. O legatario declara que as suas casas junctas a Diogo Lobo eram de pedra e cal em chãos proprios "e assim não quero que André Villa-Lobos se sirva das minhas paredes, porquanto as minhas paredes são de pedra e cal e as delle de pedra e barro".

Ainda no Tombo da Misericordia se encontram antigos legados feitos á Sancta Casa. Um unico exemplo. Em 1648 o de Manuel Rabello.

Falta-me espaço para mostrar quanto foi incompleto o dr. Felisbello Freire, com relação á antiga rua do Rosario.

Quando este illustre historiographo tractou da rua do Hospicio, asseverou que ella teve o nome do padre Mattoso. Posso, sob palavra de honra, pelos documentos da Misericordia, asseverar: — este padre morava na rua do Rosario, no canto da actual rua da Quitanda (chamada tambem do Marco do Ouro).

O facto das duas ruas terem o mesmo nome é possivel. Sabe s. ex. melhor do que eu: Mattoso, avô do padre, teve grande sesmaria que terminava na rua do Hospicio.

E' admissivel que seus successores tivessem propriedades em ambas as vias públicas. E enquanto a do Rosario começasse a ter o nome de uma Sancta, a outra guardasse o nome de um sacerdote.

Sendo a medição feita em 1705 pelo Concelho para Rocio da cidade, cita-se a rua em que morava o referido padre. Neste documento esta rua é a actual rua do Hospicio.

Todas estas denominações em tempos em que os predios não eram numerados, geram dúvidas e difficuldades, não evitadas pelo dr. Felisbello.

E' preciso muita paciencia, muito criterio para não se cair em êrro, principalmente quem frequenta os cartorios dos tabelliães, que ás vezes se vêm abarbados para explicar ao constituinte a verdadeira posição de um immovel vendido ha duzentos e mais annos.

E a proposito de notarios públicos. Si eu não fosse avesso á mudança de nomes de ruas, propria para a rua do Rosario a denominação de rua dos Tabelliães. Não sei porque abandonaram o seu antigo *ubi* na rua que teve o nome delles (Sabão, Velha, hoje General Camara). E' facto evidente que os nossos tabelliães de hoje têm acompanhado os progressos da cidade. Todos possuem os seus telonios, claros, limpos, arejados. Bôas secretárias, commodas cadeiras. Nada de teias de aranhas, nem a balburdia, que dão a taes escriptorios o nome de casas de "Saibão Quantos".

Alguns até já têm casas fortes, onde guardam os livros velhos, verdadeiras preciosidades de alto valor historico para os quaes têm por mania fazer competencia ás traças! E' caso para dar parabens.

23 de Fevereiro de 1913.

VIII

Da historia moderna da ex-rua do "Ouvidor" e hoje Moreira Cesar desde 18 de Março de 1895, muito bellamente se tem occupado escriptores de grande fama e papo amarello.

Do dr. Joaquim Manuel de Macedo mereceu a citada rua volumoso livro com o titulo *Memorias da Rua do Ouvidor*. Seguiu-lhe as pégadas o meu amigo, o erudito e grande coração Mello Moraes Filho, mestre e patriarcha de tudo quanto se refere ás chronicas cariocas.

Lendas, anedoctas, romances não faltam para abrilhantar a vida deste corredor, verdadeiro thermometro da cidade do Rio, e cujas ondas são o perpassar constante de pessoas de todos os sexos, desde os fidalgotes empavezados até o simples burguez em mangas de camisa e descalço.

Nem com a abertura "da maravilhosa" Avenida Rio Branco, antes Central, perdeu a ex-rua do Ouvidor a primazia e o amor que (desde o seculo XIX) lhe dedicaram os habitantes desta nossa mirabolante "urbs", cortada a principio de lagoas cheias de jacarés, de vallas e valletas, e tendo por habitações casas construidas de páo a pique, de taipa de mão e de taipa de pilão, e illuminada a azeite de balêa.

Cai, porém, a alma aos pés de um patriota, genuino filho desta terra, quando procura conhecer das antiqualhas da rua em questão. Si se recorre á recente *Historia*, da lavra do operoso dr. Felisbello Freire, grande é a decepção. Eis as poucas linhas que o illustre sabedor dedica aos modestos primordios da actual rua Moreira Cesar.

"A rua do Ouvidor, (são palavras do illustre representante do Estado de Sergipe) data tambem do seculo XVII (sic), mas em sua segunda metade (sic) sendo menos antiga (sic) do que as ruas de que temos tractado até aqui. O seu primeiro nome (sic) foi travessa do Gadelha, em 1673, depois rua do Barbalho, em 1690, rua da Cruz que se conservou quasi durante o seculo XVIII. Alguns predios já eram constituidos de pedra e cal, e alguns eram assobradados. Até o fim do seculo a rua do Ouvidor mal chegou (sic) á rua Nova do Ouvidor."

Peço venia para discordar "in partibus" de todo este allegado. Começo pelo fim.

Já mostrei: ao acabar do seculo XVII não havia ainda rua Nova do Ouvidor. Só foi aberta no primeiro quartel do seculo XVIII, atravez de terrenos de José de Sousa Barros, cujo retrato figura na vasta galeria dos bemfeitores da Misericordia.

O competente historiographo exqueceu-se de outras denominações dadas á rua, assumpto destes massudos apontamentos, taes como: rua de Gregorio Mendes, da Quitanda, de Pedro da Costa, do Padre Pedro Homem da Costa, de D. Victoria, da Sé Nova, de Braz Luiz, e de Aleixo Manoel, o primeiro que fez o seu "habitat" no então modesto caminho denominado "Desvio do Mar."

Abro um parenthese. Não sei porque o meu illustre mestre o dr. Macedo asseverou romanescamente: as meninas daquelles tempos davam o cavaquinho por irem pescar nas vizinhanças do referido desvio. Não. As Cariocas de antanho não se podiam divertir com passatempos de caniço ou anzol. A severidade paterna lh'o vedava. Viviam mettidas em casa como freiras, a cuidar dos arranjos domesticos, a fazerem renda de bilros a jogar o tempo-será e, por muito favor, iam ao terço ou ás novenas, cerimoniaes que terminavam antes do sol posto.

Outro ponto em que divirjo do dr. Macedo: escrever que fosse Aleixo Manuel, barbeiro e onze letras de Salvador Corrêa de Sá, o velho, homem sério, casado e pouco dado o certas cousas, o que tudo vai sendo repetido sem maior criterio.

Por fallar em Aleixo Manuel, mato assim de uma cajadada dous coelhos:

Foi este personagem homem nobre e descendente de gente capaz da ilha Terceira. Foi vereador e teve boa descendencia, na qual apenas apontarei Aleixo (o moço) e o padre Pedro Homem Albernaz.

Foi este, no Rio, administrador ecclesiastico, serviu na Misericordia, com cujos confrades depois brigou e fez guerra á Sancta Casa.

Que a rua do Ouvidor foi aberta no ultimo quartel do seculo *decimo sexto* não póde haver a menor duvida. Aleixo, homem de recursos, fundou antes de 1590, no morro de São Bento, a capella da Conceição.

Em 1624 o ouvidor Cardenas fazia questão si eram ou não foreiras ao "Conselho" terras de Aleixo para as bandas de S. Diogo. Pois bem: Aleixo poderia apresentar sua sesmaria concedida em 1596, juncto á de Alvaro Pires Ferreira, dada em 1590 e perto dos bananaes dos frades de S. Bento.

Este Alvaro Pires deu nome á ponte de taboas, conhecida mais tarde pelo nome de Ponte dos marinheiros.

E porque no *Archivo Municipal*, pag. 402 (anno de 1904), ha um erro de revisão, S. Pedro em vez de S. Bento, houve um historiador (cujo nome não digo), que transportou toda essa zona para a rua Direita. O que era morro de Diogo Dias (S. Diogo) passou a ser o da Conceição ! ! etc.

Para mostrar a antiguidade da rua de Aleixo Manuel lá está por vezes reconstruido o predio, que Salvador Benavides deu em troca para remir os fòros das terras em que levantara o açougue e o novo "paço de ver o peso."

Por nimia gentileza do meu amigo Raul Cardoso, infatigavel director do Patrimonio Municipal, tenho os nomes de todos os proprietarios até hoje, os quaes succederam aos herdeiros de Benavides, isto é, os viscondes de Asseca.

Para me não tornar cacete, aprentarei penas como exemplo uma escriptura extrahida do 1° Livro do Tombo da Misericordia, precioso archivo, onde tanto tenho aprendido. Diz um dos muitos documentos:

"Por escriptura de primeiro de julho de 1631 a Misericordia traspassa a Domingos Manoel por 136$ umas casas compradas a Maria Nunes, a qual as comprára a Antonio Ramalho, defunto, e partem com herdeiros de Ascenço Grugel, defunto, e de uma banda e de outra, com casas de "Diogo Mendes" e pelo quintal com as mesmas e estão na rua que vae "do mar para o sertão que chamam de Aleixo Manoel."

Ora, si em 1631 havia casas com ante-possuidores, é evidente: a rua de Aleixo Manuel já existia muito antes da última metade do seculo decimo septimo.

Este Toussaint e não Ascenço, bom é lembrar, foi contrabandista de páo brasil em Cabo Frio. Prisioneiro de João de Sousa Pereira Botafogo, que deu o nome á bahia deste nome, antes sacco de Francisco Velho, ficou no Rio de Janeiro e casou com d. Domingas Alão do Amaral. Foi tronco da grande familia dos Gurgeis. Tambem não sei porque os descendentes passaram assignar-se "Gurgel" em vez de "Grugel".

Qual, porém, a origem do nome de Ouvidor, que o povo teima em conservar apezar do decreto da Prefeitura no tempo do saudoso d. Furquim Werneck ?

Pelo alvará de 7 de Janeiro de 1750 estavam as Camaras obrigadas a dar aos ouvidores aposentadoria, isto é, casa, cama, escrivaninha, louça e mobilia.

Os ouvidores eram magistrados superiores, cujos deveres e obrigações obedeciam a preceitos regulados por instrucções especiaes.

Uma destas attribuições era a das correições annuaes aos "Concelhos", tomar contas, aconselhar medidas, cortar abusos, cortar despesas inuteis, em uma palavra, obstar a que não podessem os da vereança pôr as manguinhas de fóra.

Desde 1720 a Camara do Rio era obrigada a contribuir com quarenta mil réis de suas rendas para os ouvidores da Comarca, cuja séde era a nossa Sebastianopolis.

Em 2 de Novembro de 1745 foram tomadas as casas que pertenceram a José de Andrade, sitas na rua da Cruz (hoje M. Cesar) lado direito de quem sóbe depois de passar a rua "Sucussará" (Quitanda actual).

O primeiro magistrado que alli residiu foi o ouvidor Manuel Amaro Penna de Mesquista, e o segundo o ouvidor Francisco Berquó da Silva Pereira. Deu nome á actual rua Marechal Polydoro.

Tendo sido os referidos predios adjudicados aos proprios reis, nem por isto deixava a Fazenda publica de receber os 40$000 de Camara!

Nas referidas duas casas, que têm hoje os ns. 96 e 98, na primeira está estabelecido, em frente do "Jornal do Commercio" antigo, o edificio do Grão Turco.

A actual rua Moreira Cesar civilizada, embellezada, remodelada, com todas suas louçanias actuaes não se zangará si lhe fizermos referencias de antanho. Foi feia, escura, mal calçada, percorrida pelos carros de boi, carroças de capim, redes e cadeirinhas; tinha em um de seus lados cocheiras e estabulos e até um cortume perto da antiga valla.

Apezar de tudo, nella nasceram Cariocas importantes, taes como o célebre lexicographo Antonio de Moraes e Silva.

Dentre as glorias passadas da antiga rua Aleixo, servelhe esta de consolo; quando os "moços bonitos" de hoje mofarem desse passado simples, modesto e patriarchal, em que as casas rendiam de aluguel por anno oito mil réis, o peixe andava a quatro réis o arratel e as missas custavam cincoenta réis.

Não havia carestia da vida. E da resaca só se queixava o sapateiro Sebastião Gonçalves, pois o mar lhe derrubou a casinha da praia, hoje do Flamengo.

Domingo, 9 de Março de 1913.

HA 51 ANNOS

Correm velozmente os annos e mais se avolumam as saudades de tempos idos. Evocar certas datas é um consôlo para quem vai descendo a alcantilada encosta da vida.

Deu-me hoje este suave prazer o illustre homem de lettras e meu professor de Historia do Brasil o emerito sr. Salvador de Mendonça.

Sob o titulo *Coisas do meu tempo*, publicou s. ex. suggestivo e interessante artigo, em que tratou de factos de sua activa e fructuosa mocidade.

Referindo-se ao notavel jornal liberal *A Actualidade*, fundado em 1858, fallou em Lafayette Rodrigues Pereira, felizmente ainda vivo, em Flavio Farneze, Theophilo Ottoni e todos quantos nesses tempos davam a *mot d'ordre* aos milicianos do partido liberal.

Não foi tambem exquecido o nome do poeta Pedro Luiz, o querido da mocidade de meu tempo, cujos grandiloquos versos eram repetidos sem faltar uma virgula pelos meus companheiros, os collegiaes do Internato do Collegio de Pedro II, estabelecido então na antiga chacara do "Motta", perto do largo da Segunda Feira.

A *Terribilis Déa*, os *Volutarios da morte* obtiveram immenso successo. A mais empolgante porém de todas as poesias de Pedro Luiz, foi sem duvida para o rapasio a dedicada ao "Tiradentes". Havia sido composta para adrede ser distribuida em papel de côres por occasião da inauguração da estatua de Pedro I, no antigo Rocio, depois praça da Constituição.

Causaram tambem sensação por esse tempo uns artigos publicados, segundo é fama, por Theophilo Ottoni *A mentira de bronze*, aos quaes respondeu pelo *Constitucional* o competente polemista politico Firmino Rodrigues da Silva.

Pedindo venia ao meu bom mestre, o sr. Salvador, vou ao correr da penna, sem engenho nem arte, recordar tal inauguração realizada em um Domingo, 30 de Março, não como o de hoje, bello e primaveril, mas carrancudo, do anno da graça de 1862.

Fallarei desta pomposa ceremonia, porque nella, com os meus collegas, figurei como *minima pars*.

Vou talvez dizer coisas sabidas e repetidas. Não faz mal. Ser cacete e amolador é apanagio da velhice.

Vinha desde 1824 o projecto de se levantar uma estatua a d. Pedro I. Circumstancias, que não vêm a talho de foice, fizeram morrer no nascedouro a patriotica idéa, que tambem naufragou em 1838 e 1844.

Resnasceu todavia em 54, por suggestão do vereador Haddock Lobo. Metteram mãos á obra. Foi nomeada grande commissão composta de figurões.

Circulavam listas de subscripções. Lembro-me bem em meu nome meu pae assignou 5$ na lista dos meninos do collegio Victorio.

Passo por alto todos os pormenores do historico da estatua.

Podem ser lidos nas obras do dr. Moreira de Azevedo.

Em 1856 foi assignado em Paris o contracto com o estatuario Luiz Rochet, para executar no bronze o desenho do nosso patricio, o tão eximio quão modesto artista João Maximiano Mafra.

Feito e tudo prompto e preparado, depois de transferencias, foi afinal designado o dia 25 de Março de 62 para a suspirada inauguração do monumento. Neste dia choveu a cantaros. A meninada do Internato ficou de nariz comprido. A festividade fôra transferida para 30.

A causa da nossa tristeza é de facil explicação. Os alumnos de todos os collegios deviam, por occasião do acto solenne, cantar os 2 Hymnos da Independencia, um da lavra do proprio d. Pedro I e outro composição de Marcos Portugal, bem como o *Te-Deum* de Sigismundo Neukomm, cuja biographia acaba de ser feita pelo bom e illustre Affonso Taunay, feliz successor do inolvidavel auctor da *Innocencia*.

Ora, a inauguração da estatua fôra para nós motivo de pandega. Duas vezes por semana faziamos sob a direcção do "Goyano" ensaios ao ar livre na chacara do collegio e juncto ás margens do rio Trapicheiro.

A's quartas-feiras vinhamos nas "Maxabombas" até o quartel general, em cujo pateo se faziam ensaios geraes, nos quaes tomavam parte todos os collegios.

Excuso dizer: muitos dos executantes, como eu, cantavam só de ouvido, pois não conheciam o valor de uma semibreve, nem das fusas e semifusas.

No quartel os corpos choraes obedeciam á batuta ou antes a bengala de Francisco Manoel. Trepado em alta carangueijola não permittia a menor "ratada" ou desafinação.

Afinal raiou o suspirado dia 30. Jantamos mais cedo, e ás 3 1|2 horas já estavamos installados em um grande palanque, parallelo ao coreto, em que o bispo e os sacerdotes deviam entoar o "Te-Deum". O tempo não estava muito seguro, cousa que depois se verificou. O antigo Rocio, todo engalanado, apresentava aspecto encantador.

Por toda a parte colchas de damasco, folhas de mangueiras e canella, bandeiras, galhardetes, flôres, tropheos etc. As janelas pareciam vir abaixo tantas eram as espectadoras

vestidas com luxo e abrilhantadas. Povo nos morros de Sancto Antonio e Castello parecia formiga. Até nos telhados se viam de gatinhas sujeitos resolvidos com risco de vida a não perder a menor particularidade de cerimonia.

Foi um delirio, quando o immenso prestito desembocou no antigo Rocio, vindo das bandas da antiga rua dos Ciganos.

Foguetes em penca. Uma flecha quasi caiu na cabeça de Moncorvo, que devia cantar a meu lado. Aquelle, como sabia musica, servia de decurião aos outros, que nas solfas eram, como eu e outros, zero.

Entre as alas formadas pelos bispos e grandes do Imperio, vi um pouco de longe: o manto do fundador do Imperio, a espada do Ypiranga, o autographo authentico da Constituição, o estandarte da Independencia, a coroa imperial, o sceptro.

Convidado pelo presidente da commissão, o imperador d. Pedro II desceu do terraço do theatro S. Pedro e veio pegar em uma das pontas do véo, listrado de verde e amarello, que cobria a estatua. Graças a um vento teimoso e importuno, este véo já estava em parte delacerado. Via-se a estatua, antes mesmo de inaugurada.

Ia tudo muito bem, mas não ha prazeres completos. No melhor da festa, desaba chuva torrencial. Segue-se completa debandada. A meninada, como pinto molhada, em vez de ir para o ponto das "Maxambombas", logar da reunião, tomou o alvitre de ir para os penates. Cheguei a minha casa como verdadeiro mascarado. A graxa das botinas, graças a agua da chuva, transmigrou para as calças e collete branco. As botinas pareciam de papelão.

Para que serviu tanto enthusiasmo e regosijo? Passei uma noite cruel. Não indo para o collegio, havia eu commettido uma grande falta. Ia ser punido pelo menos com a privação de sair na proxima quinzena. A consciencia me mordia.

No dia seguinte, mudei da roupa branca e, ainda humedecida a fardeta verde com botões amarellos, tomei a "Maxambomba". Neste vehiculo encontrei varios companheiros, que tinham tido o mesmo alvitre.

Criei alma nova. Mal de muitos consôlo é.

Na porta do collegio encontrámos de cara carrancuda o vice reitor, o Benedictino frei José da Purificação Franco, depois digno abbade do Convento do Rio de Janeiro.

Discipiinador, rigorista em extremo, o frade lançou-nos em rosto a falta. Sem appellação nem aggravo, lavrou logo a sentença: privação de saida em dous domingos, isto é, ficar no Collegio 4 semanas! Um horror. Apéllámos para a chuva. "Qual, meninos. Fizessem como eu. Deixei passar, rósnava o

frade, a tormenta, e aqui cheguei perto das 10 horas. E apontava com orgulho para a sua batina, molhada e posta a seccar em uns bambús de recreio.

Eis como passou para o obscuro signatario destas notas o memoravel dia 30 de Março de 1862, de curtas alegrias, como dizia o outro, e longas maguas! Não sei si o imperador tambem tomou parte no molho de chuva.

Certo é porém: assistiu á representação do *Cinna* de Corneville, traducção do dr. Antonio José de Araujo.

Conheci muito de perto este cavalheiro: alto, basta cabelleira, voz baixa e fallinha de mulher, sempre choroso, melifluo e bem vestido, poeta, grande mathematico; grande prosador, escrevia até sermões, que depois eram pregados por sujeitos que passavam por principes da tribuna sagrada.

Já sexagenario e viuvo por tres vezes, o doutor metteu-se a fazer a côrte a uma linda joven de 18 annos. Como balão de ensaio offereceu á moçoila um lindo album de vellude azul chapeado de prata.

Na primeira página, com letrinha muito miuda, liam-se versos á sua linda Rosa.

O gamenho Braz Mimoso, como lhe chamavam, foi porêm derrotado e teve de chorar na cama, que é lugar quente!

A rosa purpurea e bella foi colhida por outrem mais feliz, e muito menos velhusco.

30 de Março de 1913.

TIRADENTES

Bem dizia o outro: este mundo é, foi e será um grande manicomio, onde vivem muitos patetas das luminarias e muita gente sem miôlo.

A esta regra nunca se furtou a nossa tão gabada cidade, estabelecida por Estacio de Sá, cujos ossos, como é sabido, jazem na capella-mór da egreja dos Capuchinhos, no morro do Castello. Que a nossa *urbs* anda hoje na ponta não padece duvida. Basta attender a que nella só se falla em *turf*, *steeple-chase*, *sport*, *rowing*, *foot-ball*, *boxe* e outras tantas cousas importadas da "estranja" como dizia o celebre "Bruzundanga".

Em compensação ha altos e baixos: formigam os *caftens*, os *apaches* e os *gravateiros*. Assassinos, gatunos e capadocios são donos desta terra, tão differente quanto á segurança publica dos bolorentos tempos do Onça, do Vidigal ou do Paulo Fernandes. Tudo, emfim, é progresso e civilização!

E' tambem, pois, o nosso Rio a cidade das manias. Já não falo na guerra dos Balkans, nas candidaturas presidenciaes, na defesa da borracha, etc. Basta um exemplo: a celebre cantiga americana ora em voga.

Imagine o leitor o meu supplicio. Escrevo estas notas tendo ouvido em curto espaço de tempo neste dia 20, quatro ou cinco vezes repetido e estropiado por fanhoso phonographo a Carabú, ou antes Carabou!

E' como bacalhau ás sextas-feiras em casas de pasto para não dizer "restaurants". Falei de proposito nestas casas, onde se dá que fazer á barriga; porque nos hoteis *smarts* quem falar em bacalhau, *roupa velha*, sardinhas ou tutú de feijão, será posto fóra a ponta-pé ou lapidado como o martyr Sancto Estevão.

O "Carabú" tem sido elevado á altura de um principio. Todos o cantam ou o assoviam, desde gente de gravata lavada até o modesto chim vendedor de "colicolóca sardinha e camalô".

Tenho um conhecido, espirituoso ou antes ingenuo, que declara ter sido tal cantiga inventada para honrar o Brasil. "Caraboo" recorda o nome de modesta villa situada em Pernambuco á margem esquerda do caudaloso rio S. Francisco.

Sujeito versado na lingue de caboclos assevera que as letras da modinha recordam as aventuras de um principe "Cariboca", da tribu senhora das paragens, por onde corre o rio cujas aguas, segundo Rocha Pita, davam boa voz aos musicos e mimoso carão ás damas.

Só falta para gloria do "Carabú", ser executado pelos badalos do carrilhão de S. José. Seria *horror sobre horror no pensamento!*

Terá o "Carabú", valha-nos a esperança, a mesma sorte da *Viuva Alegre*, do *Sonho de Valsa*, do *Já te pintei et reliquia?*

Bem disse o inconfidente Thomaz Gonzaga: tudo passa e se exquece neste mundo. A prova temol-a na diminuição do enthusiasmo civico pela commemoração do dia 21 de Abril.

Pobre Silva Xavier; delle aqui só temos como reliquia a sua assignatura nos autos do processo ou nos requerimentos que dirigia á metropole para encanar as aguas do rio Andarahi e construir trapiches nas praias da cidade!

O cranio do enforcado desappareceu do poste de Villa Rica. Os ossos de Joaquim José só Deus sabe onde param. O relogio tornou-se propriedade particular, quando devia figurar em algum dos nossos museus historicos.

Tambem os ferrinhos de dentista foram arrematados por dez réis de mel coado. Quem os possue?

Entretanto, na sessão do Instituto Historico, celebrada em 27 de Septembro de 1872, encontro a seguinte communicação feita pelo dr. Ladisláo Netto.

Dizia este illustre cavalheiro: em poder do sr. Herculano Maia, guarda-livros do empreiteiro que foi da 2ª subsecção da Estrada de Ferro de D. Pedro II, existia uma caixinha forrada de velludo, contendo os instrumentos cirurgicos, de que se servia o Tiradentes na profissão de onde lhe viera esta alcunha.

"Esta caixinha houve-a ha tempos o seu actual possuidor de uma velha de S. João d'El-Rei, em cuja casa residia ou se hospedava, ás vezes, aquelle infeliz patriota como consta de documentos authenticos, que tambem possue o sr. Maia."

O mesmo dr. Ladisláo accrescentava que este sr. Maia desejava fazer presente desta preciosidade a s. m. o imperador.

D. Pedro II assistia á sessão e teve de se contentar com a promessa.

A tal caixinha nunca veiu parar ás mãos do monarcha. Ou o sr. Maia se arrependeu ou o dr. Ladisláo tomou a nuvem por Juno!

Sem deixar de parte a commemoração do dia 21 de Abril de 1792, lembro-me agora: o meu amigo, dr. Pires de Almeida publicou, na *Illustração Brasileira* de 1° de Maio de 1911, uma estampa reconstituindo o prestito que accompanhou Silva Xavier ao patibulo erguido no campo da Polé.

Esta estampa, com algumas correcções, podia dar bem uma fita cinematographica. A bandeira da Misericordia e o crucifixo, que figuravam no cortejo, estão na Sancta Casa. Alli tambem existem as varas pretas, de que usavam os ermãos dessa confraria.

Quanto ao fardamento da tropa nada mais facil em reproduzil-as. Sabe-se quaes os regimentos que formaram alas pelas ruas da Cadeia e Piolho, e os que constituiram o triangulo perto da forca. Pois bem: no Archivo do Instituto Historico existe um caderno com os figurinos coloridos não só das tropas pagas, como até das milicias nos fins do seculo XVIII.

Este *film* seria de util licção ao povo e não deixaria esfriar o enthusiasmo por essa data digna de memoria.

Quanto a isto concordo em genero, numero e caso, com o artigo da *Gazeta de Noticias*, de 18 do corrente.

Neste jornal li o seguinte: "Nos programmas dos cinemas é rarissimo encontrar-se uma fita nacional. Passam-se mezes. Quando ellas vêm, como a da resaca, causam grande exito... E, entretanto, que fonte imprevista de lucros seriam para esses

cinematographos *films* organizados por escriptores de nome, reproduzindo os nossos romances célebres, os trechos da nossa historia mais autenticos."

Faça-se ou não uma fita com relação aos successos do dia 21 de Abril, para mim não será ella novidade. Todas as impressões de horror que possa causar eu as senti através de um sonho que tive em uma noite de 20 para 21. Foi exactamente ha tres annos. Antes de dormir, li algumas páginas escriptas sobre a Inconfidencia Mineira. Antes não o fizesse, pois fui victima de terrivel pesadelo, do qual jámais me exquecerei.

Por artes de berliques ou berloques descida a escada, que começava em um grande alçapão, caï em cheio na capella de Jesus collocada do lado da egreja antiga de S. José. Toda de negro, parecia a sala da Inquisição dos Dois Renegados. Seis velas de cêra allumiavam, em um altar, a imagem de Christo.

A luz bruxoleante dos cirios já meio gastos, augmentava o horror deste recincto, onde rezavam frades, entravam e saïam carcereiros de caras de judeus de cartilha e onde ao estrondo de portas eram substituidas as sentinellas.

Alli observei, alêm de Silva Xavier, seus 10 infelizes companheiros destinados ao supplicio: Oliveira Lopes, Francisco de Paula, Alvarenga Peixoto, Toledo Piza, Rezende Costa Senior, Rezende Costa Junior, Amaral Gurgel, Vidal Barbosa, Maciel e o velho Abreu Vieira, amparado pelo fiel escravo Nicoláo, um dos typos mais sympathicos deste longo mártyrologio de lagrimas, infortunios e desgraças.

Assiti, sempre em sonho, a todas ás peripecias desta tragedia, cujo último acto teve por scenario o Campo da Polé, situado por detráz do actual Theatro S. Pedro e nas proximidades da egreja da Lampadosa, em cujos degráos se ajoelhou o martyr Xavier para á Deus pedir perdão em pról dos seus algozes!

Não sei como fui parar ao morro de Sancto Antonio. Dalli apreciei horrorizado ao desfilar do funebre cortejo: muitos soldados, frades de Sancto Antonio, o Capitania Carrasco e seus ajudantes, os meirinhos rodeando o Tiradentes, o prégoeiro que de dez em dez passos lia a cruel sentença e enfim os juizes montados em guapos cavallos e os ermãos da Misericordia de balandros pretos, tendo á frente sua numerosa collegiada.

Tapei os olhos para não ver o resto. Com o corpo a tremer e o coração a me querer pular acordei ao som de forte estampido. Foguetes de dynamite iniciavam a commemoração do dia consagrado á memoria do grande patriota mineiro.

Safa! Sempre me recordo com calefrios dessa noite tão cheia de cousas sinistras.

Nunca mais, desde então, antes do dormir, leio historias, que me possam causar calefrios.

Domingo, 20 de Abril de 1913.

MANOEL DA CUNHA

"O ermão de Manuel da Cunha veio sepultar-se nesta egreja, amortalhado em habito de Sancto Antonio, conduzido em sége, recebido pelos seus ermãos, encommendado e recommendado pelo coadjuctor da Candelaria *em 27 do mez de Abril de* 1809".

Tracta-se do artista Manuel da Cunha, residente á rua S. Pedro entre as da Valla e Ourives, e ha cento e quatro annos.

Este assentamento de obito foi colhido pelo dr. Moreira de Azevedo, no archivo da Veneravel Ordem Terceira da Conceição e Bôa Morte.

Todos quantos se referem a Manuel da Cunha se inspiraram nas resumidas noticias dadas por Manuel de Araujo Porto-Alegre, em um trabalho seu sob o titulo "A antiga escola de pintura fluminense".

O futuro barão de Sancto Angelo considera Manuel da Cunha o quinto mestre da citada eschola de pintura e discipulo de João de Sousa.

Do primeiro, Porto-Alegre disse mais ou menos: nasceu escravo da familia a que pertencêra o conego Januario da Cunha Barbosa.

Seu senhor, vendo-lhe grande vocação para a pintura, levou-o a Lisbôa, aonde estudou e se aperfeiçoou na arte.

O tecto da capella do Senhor dos Passos juncto á antiga Capella Imperial, é trabalho de M. da Cunha. Representa o descimento da Cruz. E' uma imitação do quadro de Daniel de Volterra.

O Sancto André Avelino da egreja do Castello, o retrato do Conde de Bobadellas que esteve na Camara Municipal, os painéis da capella do noviciado de S. Francisco de Paula e dedicados á Nossa Senhora da Victoria e "mais outros quadros espalhados pela capital e provincia são do pincel de M. da Cunha".

"A protecção de José Dias da Cruz deu-lhe o resto do dinheiro para completar a sua liberdade.

Foi bom pae e ainda existe (1841) uma filha sua, de nome Appollinaria, herdeira da protecção e amizade de seu pae para com a casa de José Dias da Cruz."

E nada mais!

Sabe-se, porém, hoje alguma cousa mais.

Além desses trabalhos mencionados, M. da Cunha juntou alguns quadros do convento de S. Bento, varios retratos de bemfeitores da Misericordia, bem como os painéis commemorativos da Paixão, que figuravam na chamada Procissão dos fogaréos, a qual na noite de Quinta-feira Sancta saïa da egreja da Sancta Casa.

Estes painéis reduzidos ao numero de seis existem bem conservados sob a guarda do sacristão Antonio Monteiro.

Alguns desses quadros, conforme opinião do finado e competente Mafra, citado pelo dr. Moreira de Azevedo, foram retocados por mãos inhabeis e em grande parte perderam o primitivo merecimento.

Em sua residencia estabeleceu Manuel da Cunha eschola de pintura para doze discipulos. Alquebrado pelos annos, o mestre reduziu a seis o número de discipulos. No fim de septe annos ficavam habilitados e recebiam o salario de duzentos e quarenta réis por dia!

"A aula de Pintura, diz o dr. M. de Azevedo, era no sotão da casa, e no pavimento terreo residia a familia do artista que era bom marido e melhor pae."

O que M. da Cunha nunca fez foi a imagem da Senhora do Amparo da egreja de S. José, como por engano escreveu o dr. Antonio da Cunha Barbosa.

A referida imagem é obra de esculptura de um preto, João Vermelhos.

Sôbre este até corre mui conhecida anecdota acêrca de um Sancto Antonio ôco, e cuja cabeça servia de rôlha a uma especie de garrafa, pela qual o tal Vermelhos recebia de um parceiro a aguardente com que se embebedava!

Outro engano em que o mesmo dr. (e com elle Eduardo Prado e Paes Barreto) incidiu, consta de seu trabalho "Arte Brasileira Colonial"; foi este, tractando de João de Sousa, mestre de M. da Cunha, quem escreveu: "tambem delle (Sousa) se admira o retrato a oleo do general Silva Paes existente na egreja da Candelaria... O retrato do general Silva Paes parece (*sic*!) ser original e de uma graça especial".

Pois bem, a tela em que figura o primeiro governador de Sancta Catharina, de data muito mais moderna, é simples parto da imaginação de artistas e foi executado no tempo da Provedoria do visconde de S. Salvador de Mattosinhos.

E' historia comprida e que bem, e muito *bem* ou melhor póde ser narrada pelo dr. Marques Pinheiro, o conheçedor profundo e tudo quanto se refere ao templo fundado por Antonio Martins da Palma.

Em todo caso, ahi fica o aviso. Os Catharinenses podem querer erigir uma herma a Silva Paes. Não se guiem por tal retrato de Paes, o instituidor da Repartição da Caridade.

Parece-se tanto com o grande brigadeiro, como "um ovo com um espéto".

Dos exiguos dados biographicos, que restam de M. da Cunha, resaltam dous factos de suggestiva apreciação: a ganancia do senhor do pobre mixtiço, e a philanthropia do negociante Dias da Cruz, estabelecido á rua Direita.

O primeiro leva Silva, o seu captivo, para delle com certeza tirar lucros. O segundo abre a bolsa e com seu dinheiro ajuda o escravo a emancipar-se e a trabalhar sem as peias aviltantes do captiveiro.

Sympathizo muito com o tenente Cruz, que falleeu em 20 de Julho de 1813 (?) na edade de 81 annos, tres mezes e 15 dias.

Summamente modesto é que elle foi: começou como tenente da milicia e falleceu no mesmo posto, sem se queixar de preterições nem requerer reforma!

Esmoler sem ostentação nem basofia, soccorria familias pobres. Foi provedor da Misericordia, á qual prestou importantes serviços, bem como do Sacramento da Candelaria Serviu o cargo de ministro da Penitencia. Fez parte como vereador do antigo Senado da Camara. Mereceram-lhe cuidados os expostos. Em favor destes cedeu terrenos para se construir a primeira Casa da Roda, que até então (1811) funccionára em uma parte do velho Hospital da Sancta Casa.

Em seu testamento, lembrou-se ainda Dias da Cruz das creanças abandonadas. Por outros mais generosos serviços a Misericordia, agradecida a tão prestante e bom burguez, conserva na galeria de seus benfeitores o retrato de José Dias da Cruz.

Ainda hoje contemplei seu semblante bondozo e cheio de sympathia: gordo, fórmas grossas, cabelleira empoada, amplo casacão, collete até a barriga, calções de seda, meias brancas e sapatos rasos com fivellas, e á mão grossa bengala com castão de prata.

Quem sabe si esta téla não é obra do proprio Manuel da Cunha que, pressuroso em satisfazer á Misericordia quiz perpetuar duplo monumento de gratidão: a do veneravel instituto e a delle proprio Cunha, em memoria da liberdade adqui-

rida, graças á intervenção do tenente já por tantas vezes citado.

Fallei, ha pouco, em Senado da Camara. Volto ao retrato de Gomes Freire de Andrada feito por M. da Cunha. Esta téla, restaurada em 1812 pelo professor Carlos Luiz do Nascimento, figura hoje no salão das sessões do Conselho Municipal.

Para alli foi mandado levar pelo infatigavel 1º secretario dr. Antonio de Campos. Até 1896 o retrato de Bobadella, graças ao nosso caricato jacobinismo, fôra atirado para um canto depois dos acontecimentos de 1889.

No emtanto, graças á concessão especial do govêrno da metropole, tal retrato devia perpetuamente figurar onde quer que funccionassem os legitimos representantes da cidade.

O quadro de que fallo parece ser segunda edição executada pelo proprio M. da Cunha.

A primeira téla, salvo melhor juizo, desappareceu no incendio de 1790, do qual só se salvaram alguns livros e a imagem de S. Sebastião.

Felizmente o quadro do descimento da Cruz, da Capella do Senhor dos Passos outr'ora de S. Thiago, foi conservado, não obstante as obras para construcção da bella e alta torre da nossa archicathedral.

Alli os apreciadores de antiguidades poderão avaliar do merecimento relativo do pintor, a quem fizeram justiça entendidos e competentes.

M. da Cunha não foi genio. Não o podia ser. Sem cultura, sem meios de estudo, sem mestres e modelos muito produziu por fôrça de vontade e por simples desejo de amôr á Arte e de respeito consagrado á Religião.

Devemos ser complacentes em relação aos nossos antigos artistas. Basta attender ao tempo e ao meio em que viveram. Roma não se fez em um dia!

Si ainda hoje, em tempos de ordem e progresso, os nossos melhores artistas luctam com mil difficuldades, que não succederia ha cêrca de mais de um seculo?

Ninguem quer até posar ou servir de envolto por algumas horas, mediante generosa retribuição! Que o diga o emerito Parreiras, prestes a partir para a Europa com intuito de mais uma vez concluir diversos quadros de scenas da nossa Historia.

Domingo, 27 de Abril de 1913.

D. MARIA ANNA

Corria o mez de Maio de 1813. No dia 13 completava o principe regente d. João o seu quadragesimo septimo anniversario natalicio, "applaudido com os mesmos apparatosos obsequios (escreveu o padre Luiz Gonçalves dos Santos), devidos á alta soberania de um tão augusto principe e virtuoso soberano, que o céo concedeu de ventura á Nação Portugueza, para reger em tempos tão criticos e tempestuosos, e que pela magnanimidade do seu Real Coração de grandes males soube tirar bens ainda maiores com a fundação deste novo Imperio, que algum dia virá a ser tão respeitavel, que todos os Napoleões do mundo jámais se atreverão a insulta-lo sem damno e ruina propria."

Chama-se isto um elogio de arromba.

Engalanou-se, como hoje se diz, a nossa leal e heroica cidade então pouco civilizada.

Houve grande parada, salvas e descargas do estylo, beija-mão, cumprimentos do Corpo Diplomatico, luminarias, mercês, despachos e promoção de póstos, etc.

Não participaram sem dúvida das galas e alegrias desse dia as açafatas, retretas e mais serviçaes da Casa Real.

Andavam numa lufa-lufa, sem dormir e sempre a póstos, revezando-se á cabeceira da illustre enferma, proxima parenta da rainha d. Maria I, em cujo nome governava o filho.

Por seu lado os physicos da casa não punham pé em ramo verde, graças ás complicadas applicações desses tempos: sangrias, bichas, ventosas, clysteres, etc.!

Depois de longos padecimentos, ás nove e meia horas da noite de 16, fallecia no Paço da cidade a infanta d. Maria Anna, tendo vivido septenta e seis annos, septe mezes e nove dias, como reza o unico jornal então publicado nesta cidade: a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A infanta portugueza, cuja morte serve de thema a estas notas, nasceu em Lisbôa a 7 de Outubro de 1736.

Era filha do rei d. José I e de d. Marianna Victoria, filha de Philippe V, rei da Hispanha e de sua esposa Isabel Farnese.

Antes de casar com o futuro rei de Portugal foi esta princeza sujeita a curiosas vicissitudes, que convêm lembrar.

D. Marianna Victoria fôra promettida em casamento á Luiz XV de França. Fez-se o contracto matrimonial, e a infanta partiu muito criança para Versailles, afim de ser alli educada á moda franceza, porque foi esta uma das condições do casamento.

Mas a politica inhabil do duque de Bourbon, ministro do joven rei, levou Luiz XV a fazer uma injuria gratuita á côrte de Hespanha reenviando para Madrid a filha de Philippe V e escolhendo para noiva a filha de Estanislau Leckzinsky.

O Hispanhol tomou a cousa em grosso e abdicou em 1724.

Ora, o que ha de curioso, diz Pinheiro Chagas, de quem tiro este trecho, é que essa noiva primeiro escolhida, e depois repudiada por Luiz XV, tinha apenas seis annos de edade.

Mais tarde, casou d. Marianna Victoria com o principe do Brasil, d. José, depois rei e filho de d. João V.

Deste enlace nasceram d. Maria I, d. Maria Barbara, d. Maria Benedicta, e d. Maria Anna, de cujo fallecimento me occupo.

Como bem é sabido, d. Maria Benedicta casou com o sobrinho d. José, fallecido em 1788 e ermão primogenito de d. João depois rei.

Deste parentesco resulta que d. João, depois VI, era concunhado da tia fallecida no Rio de Janeiro a 16 de Maio de 1813.

Em 1807, o principe regente d. João, para evitar complicações com os Francêzes, deliberou com todos seus parentes e adherentes deixar terras lusitanas em demanda das hospitaleiras plagas do Brasil.

Os soldados de Junot ficaram, pois, a ver navios por um oculo. Dizem até que Napoleão, ao saber da partida do principe regente, tivera um chilique ao ver sob a protecção ingleza, livre de perigos, a illustre gente bragantina que elle desejava engalfinhar.

Fez-se ao mar largo a numerosa esquadra. A principio tudo correu bem; mas não ha ventura que sempre dure. Horrivel tempestade dispersou os diversos navios, causando medo e quiçá arrependimento aos regios passageiros.

Ao Rio de Janeiro chegou a noticia da vinda da Familia Real. O vice-rei, conde dos Arcos, andava em verdadeira azafama para condignamente receber os descendentes de d. João IV, seus parentes e muitos e muitos companheiros da ultima hora.

No Domingo, 18 de Janeiro de 1808, houve por aqui verdadeiro reboliço. A fortaleza do Pico, construida no tempo do marquez de Lavradio e que tanto já deu que fallar nestes nossos tempos de ordem e progresso, annunciou ao Norte da barra alguns navios. Simples boatos!

Era apenas a náu *Rainha de Portugal* seguida de outras embarcações portuguezas e inglezas. A bordo daquelle vaso de guerra vinham a princeza do Brasil, viuva, d. Maria Francisca Benedicta, a infanta d. Maria Anna, e as sobrinhas d. Maria Francisca e d. Isabel Maria, filhas do principe regente, d. João.

Estas senhoras deram-se ao luxo de não quererem desembarcar sem que ao Rio chegasse o resto da esquadra. Mudaram, porém, depois, de opinião quando souberam que os parentes haviam chegado á Bahia a salvamento.

A chegada das princezas coincidiu com a primeira noite das luminarias de S. Sebastião.

Não sei si alguem explicou ás representantes de sangue azul que tanta luz era devida ao padroeiro do Rio de Janeiro; certo é, porêm, que o Senado da Camara mandou prolongar as luminarias por mais tres dias, fazendo differença entre a homenagem ao Sancto e o chaleirismo ás reaes pessoas de carne e osso!

Que differença! Si fosse hoje, seria cinco dias de "gagosa", não contando com o dia 20 do preceito e guarda.

Nesse anno o martyr de Narbona devia ficar muito contente com a gente carioca. Hoje, a não serem os Capuchinhos do Castello, o Noronha Santos, o Mello Moraes e alguns devotos ninguem se lembra do guapo cavalheiro que ajudou Estacio de Sá, Christovam de Barros, Salvador Sá e outros a dar pancada de cégo em Tamoios e Francezes colligados.

Hoje o Sancto não tem nas janellas nem uma velinha de sêbo ou carnaúba! Tambem para que? Basta-lhe a electricidade de todos os dias e por toda parte, inclusive o Corcovado e a *Pot de Beurre* dos Francezes (hoje Pão de Assucar) aonde se vai por dez réis de mel coado, graças á força de vontade do meu amigo commendador Fredolino Cardoso, constante leitor destas minhas amoladoras lenga-lengas.

Volto a d. Maria Anna. Aqui viveu respeitada, sem se immiscuir nas intrigas e mexericos, de que foi alma a célebre d. Carlota Joaquina.

Tambem quando a infanta veio para o Brasil já estava em edade avançada. Fôra em moça, lindo rosto. Teve pretendentes, mas sempre preferiu o estado de solteira. Bem educada, cultivou de preferencia o Desenho e Pintura. Bordou véos, capas e outros paramentos de egreja.

Era muito caridosa, dando esmolas ás viuvas desamparadas e aos orphãosinhos. Tambem jámais se esqueceu de contribuir para o augmento de recolhimentos e conventos, onde fossem educados muitos meninos, que recebiam dotes ao casar. Tudo isso se infere do que escreveu o padre Luiz Gonçalves dos Santos, que se inspirou na oração funebre prégada por frei Francisco da Mãe dos Homens, na Capella Real, no trigesimo dia do passamento da infanta.

Esta peça oratoria foi impressa na Imprensa Régia e consta do volume que tem por titulo "Annaes da Imprensa Nacional", trabalho do finado Alfredo do Valle Cabral.

De uma carta impressa n'*O Paiz*, de 15 de Julho de 1906, e escripta em 12 de Fevereiro de 1902, por Joaquim Alves Branco Muniz Barreto, residente na Bahia, se infere que d. Maria Anna soffria das faculdades mentaes.

O meu amigo, dr. Pires de Almeida, reproduzindo e annotando essa intima missiva, pretende tractar-se da infanta d. Marianna Victoria, ermã de d. João, depois VI, e que casou com o infante hispanhol d. Gabriel; desta união, nasceu d. Pedro Carlos, que desposou sua prima Maria Teresa.

O operoso escriptor do *Brazil Theatro*, exqueceu-se do seguinte facto: a esposa de d. Gabriel não podia estar no Rio de Janeiro em 1812, pois falleceu em 1788.

Os funeraes da infanta realizaram-se com toda a pompa da pragmatica.

Delles se occupa com todas as particularidades e minucias o já por vezes citado padre Luiz Gonçalves em sua obra *Memorias para servir a Historia do Reino do Brasil*.

Basta saber: os restos mortaes da ermã de d. Maria I foram depositados no Convento da Ajuda. A elles, annos depois, foram reunir-se os despojos da ermã, aqui tambem fallecida em Março de 1816.

Quando em 1821, por fôrça de motivos politicos, d. João VI teve de partir para a antiga metropole, fez remover para Lisbôa os ataúdes de sua progenitora e de sua tia.

Para tal fim, foi em uma das náus armada camara ardente, onde, noite e dia, ardiam velas e brandões de cêra. Faziam quarto os fidalgos e serviçaes da régia comitiva.

Como é sabido, a primeira pessoa da familia de d. João, fallecida no Rio de Janeiro, no periodo de 1808-1821, foi o genro e sobrinho d. Pedro Carlos. O cadaver deste aqui ficou, guardado em sumptuoso tumulo de marmore, existente na capella da Conceição da egreja de Sancto Antonio.

Alli ainda se conserva, podendo ser lido extenso epitaphio referente á personalidade e progenie desse que foi Almirante General da Armada Portugueza e fallecido em 26 de Maio de 1812.

Domingo, 11 de Maio de 1913.

SAUDADES DO RIO

Quem neste Rio de Janeiro não conhecerá o vasto e elegante estabelecimento denominado "Parc Royal"?

Em poucos mezes, no local em que existiu o velho casarão do Hospital de S. Francisco de Paula surgiu esse monumental bazar construido para lustre desta cidade em proveito da moda e do bom tom da nossa boa e civilizada terra carioca.

Apresenta o edificio tres faces, cada qual mais artistica: duas menores, uma que olha para o largo de S. Francisco (outr'ora Praça da Sé Nova), e a segunda que segue pela antiga rua do Cano (hoje Septe de Septembro).

A fachada principal occupa todo o lado impar da travessa conhecida em tempos idos pelo nome de rua das Pedras Negras.

Ahi residiu antes de 1822 o grande José Bonifacio, em predio pertencente ao patrimonio da Misericordia.

Bom é lembrar: houve demora na construcção do *Parc*, devido a dúvidas sobre o terreno, apresentadas pela Prefeitura. Felizmente tudo ficou em pratos limpos, graças aos drs. Oliveira Coelho e Felisbello Freire.

Dentre os auxiliares do *Parc*, destacava-se o Cunha, encarregado da propaganda. O Cunha pela sua amabilidade e pelo amor aos preconicios, é estimado e bem conhecido das boas rodas da nossa "urbs". Mette-se por toda parte como piôlho por costura.

Pois bem, fui ha dias sorprehendido com a visita do nosso Cunha. "Trago-lhe, disse-me, um presente e uma carta lá do patrão".

Aberta com a devida venia a sobre-carta, li com surpreza e prazer a assignatura do sr. Vasco Ortigão, cavalheiro a quem só conheço de nome e fama.

Sabia porém: Vasco Ortigão, como o seu homonymo, o heróe dos Lusiadas, é um benemerito trabalhador e não receia, como o Gama, ante as tempestades deste cabo tormentorio chamado vida!

O seu espirito de combatividade, digo-o para o seu elogio, tem o sr. Ortigão sabido realizar o typo do *fortmalus laborum*, de que falla o poeta Virgilio.

Eis o que resava a amavel missiva que tanto me penhorou: "Peço licença para offerecer-lhe essas velhas gravuras, ás quaes o auctor deu o nome de saudades: Saudades do nosso colmo, doce e pittoresco passado. Ninguem como

V. Ex. (*sic*) as exprime com tão enternecido affecto. — O admirador e velho leitor, *Vasco Ortigão*.

Consistia o valioso mimo em uma collecção de seis estampas, representando varios pontos da nossa cidade de antanho.

Na capa lê-se o seguinte: "Saudades do Rio de Janeiro, dedicadas a S. M. o Senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, por Guilherme Theremin, consul geral da Prussia, no Imperio do Brasil. — Em casa de L. Sachse e Comp. — Em Berlim."

Na Exposição de Historia e Geographia do Brasil, realizada na Bibliotheca Nacional (1881) o imperador expoz uma collecção identica á que me foi offerecida.

A pertencente ao sr. Ortigão não é, em verdade, a que figurou na referida Exposição. Tem aquella uma dedicatoria autographa de Theremin á sua cunhada D. Nancy de Rham.

Pela leitura dos Almanaques de Laemmert verifiquei que Theremin foi com effeito consul da Prussia. Era negociante? Ignóro.

Sei apenas que era cavalleiro da Ordem da Aguia Vermelha. O consulado funccionava na rua do Sabão (hoje General Camara) n. 39.

Mas é tempo de tractar das estampas lithographadas. A primeira da série representa parte do antigo Terreiro do Paço, depois Praça D. Pedro II, e hoje 15 de Novembro.

No primeiro plano nota-se parte do cáes construido por Luiz de Vasconcellos e Sousa. Lá está uma das rampas, exactamente aquella por onde desembarcou em 1821, a princeza d. Carlota Joaquina.

Pequenas embarcações tripoladas por pretos balouçam á mercê das vagas que se quebram de encontro ao paredão.

Um preto de ganho, sentado na pedra, parece meditar na inconstancia das cousas humanas. Aqui alguns burguezes de cartola e calças compridas, discutem sôbre as festas da coroação do rei d. João VI.

Uma sentinella garante a ordem pública. Ao lado observa-se pequena porção da casa dos Telles. No canto ainda não existia o Hotel de França.

O edificio em que hoje funcciona o Instituto Historico ficou occulto pelo Palacio Real. Não tinha este então ainda platibandas nem vasos. Vêem-se as beiras dos telhados.

Em compensação, sôbre as tres janellas do centro, superiores, á entrada principal, notam-se outras tantas janellas de marmore, cujos umbraes vieram de Portugal. Na frente dellas corre a varanda de ferro de uma só peça.

Todo este accrescimo ao palacio foi mandado fazer por d. João em 1817.

Ao fundo fica a egreja do Carmo, só com a torre do lado do beco dos Barbeiros, faltando a cimalha e a cupola.

Ao lado nota-se a Capella Real sem ter o frontespicio completo, a capella do Senhor dos Passos, com aspecto de casa particular, e a velha torre, ha poucos annos demolida, com o gallo e o alpendre da portaria, com as suas columnas de pedra, as quaes foram por varias vezes pintadas de branco!

Já naquelle tempo a torre, por sua antiguidade, não podia sustentar o pêzo dos grandes sinos, refere o padre Luiz Gonçalves.

Devia já então ser demolida. Esta africa só se realizou em nossos dias!

Ha um êrro, penso, nessa lithographia. O passadiço que ligava o palacio á antiga cadeia parece unir a regia residencia ao ex-theatro de Manuel Luiz, cousa que nunca se deu.

A 2ª estampa dá-nos perfeita idéa dos arcos da Carioca. Ao fundo e no alto depara-se a egreja de Sancta Teresa. Na parte inferior uma moradora de casa terrea levantou a rotula para algo comprar a uma quitandeira.

Aqui dous pretos de ganho, com os cestos pendentes das costas, trocam lingua, tirando baforadas dos respectivos cachimbos.

Não sei si em 1832, no comêço da rua de Matacavallos, havia tanta bananeira! Imaginação do desenhista?

As outras quatro estampas são de 1835, mostram separadamente o theatro, hoje de S. Pedro, outr'ora de S. João, e em 1835, Constitucional Fluminense, o morro e a capella da Gloria, o chafariz do Campo de Sanct'Anna e a entrada do Passeio Publico. O S. Pedro com seus oculos lateraes, a varanda historica, as janellas com vidraças de cutelo, apresenta a architectura posta em obra depois do incendio de 1824.

Que saudades tenho desta casa de espectaculos ao lembrar-me do João Caetano, das graças do Martinho e do Vasques, dos esgares do Florindo e dos arroubos do Galvão nos dramalhões de capa, espada, punhaladas e cousas de eriçar os cabellos! ...

Alli no canto da rua do Cano (hoje Septe de Septembro) deparo com o sobrado de dous andares ha pouco demolido.

Nelle residia certo sanctarrão de gloriosa memoria. Na quinta-feira sancta dava um banquete a 12 pobres e chegava a sua *humildade* a lavar os pés dos convivas.

Mais adeante noto a casa baixa, onde depois funccionou a "Fama do Peixe Frito", muito frequentada pelo Bruzundanga e pelo Castro Urso.

Na esquina da rua do Sacramento figura a casa com seu terraço, propriedade de Manuel Luiz. Para esse predio mudou-se José Bonifacio, logo depois da Independencia.

Quem vê a Gloria, lembra-se logo dos bailes da Sorocaba, da familia Carneiro Leão, do Merity e do secretario dos Extrangeiros, dos versos de S. Carlos e das brilhantes chronicas do excellente Mello Moraes, sempre bom e patriota.

Na lithographia que tenho á vista nota-se parte do antigo cáes construido no tempo do Marquez de Lavradio. Foi este vice-rei quem tambem fez levantar o chafariz da praia da Gloria, o qual ainda felizmente não foi posto por terra.

O chafariz tem inscripção latina, na qual se lê a palavra Aloysio, (Luiz) nome de baptismo do successor do conde da Cunha.

E porque o pae se chamava Aluizio conheci um sujeito ingenuo, ignorante ou charlatão que sustentava fosse a tal fonte publica levantada pelo progenitor! Confundir o muito alto e poderoso vice-rei do Brasil com um João Ninguem é apenas o cumulo de petulancia!

Foi da minha infancia a velha egreja de Sanct'Anna, no tempo das barracas do Telles. Conheci o chafariz das lavadeiras (inaugurado no tempo do rei) até 1872. No anno anterior por elle passava eu duas vezes por semana em direcção á aula de pharmacia práctica, na rua do Areal.

Tive um collega, que sempre implicava com as pobres lavadeiras. Certo dia uma dellas mais animosa correu atráz do gaiato, perseguindo-o com um tamanco. O estudante tropeça e cáe em um lodaçal, saïndo delle em misero estado! Levou formidavel trote.

Do chafariz do Campo póde fallar de cadeira um illustre ex-senador da Republica. Sabe de uns bellos banhos tomados em noite de luar, da perseguição da Policia, de uma fuga a unhas de cavallo, e da chegada do rapasio á casa em trajes do pae Adão!

Eis-nos em frente do portão do Passeio.

Na ultima estampa da collecção vê-se alli sentada uma preta vendedora de mingáo, cangica ou angú de quitandeira. Faz negocio com duas parceiras, as quaes conversam animadamente com a tia, negociante, de trumpha á cabeça.

Do lado opposto uma cadeirinha carregada por dous pretos musculosos conduz bella moçoila, cujo marido segue de chapéo de sol aberto o tal meio de conducção. Era simples. Não matava nem atropelava o vulto de qualquer pobre vivente. Lembro-me bem das cadeirinhas. Quem dellas quizer ver velhos especimes é dirigir-se á casa de commercio do

sr. Gaspar de Araujo, á rua de S. Pedro, esquina da antiga rua da Imperatriz (hoje alargada).

Guardo o espaço restante, para mais uma vez agradecer ao chefe do *Parc* o passeio que dei hoje pelo antigo Rio de Janeiro. Tive um alegrão. Homem de fé e confiança no futuro faz muito bem o sr. Vasco Ortigão em estimar o passado, e delle como este seu creado, ter saudades.

Não haja receio. Passou felizmente o tempo em que a gente, olhando para tráz, corria o risco a ficar convertido em estatua de sal.

18 de Maio de 1913.

D. PEDRO CARLOS

Da morte nem os mais pintados escapam.

Faz sempre victimas quer entre os magnatas como entre o *zé-povinho*. Isto é mais velho do que o azeite e o vinagre. Tal axioma incontestavel tem até sido cantado em prósa e verso. Quem não conhece a célebre *Pallida mors* do poeta principe das bellas lettras?

Serve ainda hoje de chapa nos necrologios e discursos funebres sómente de pessoas de alto cothurno.

Pois, apezar de serem estas verdades sabidas e conhecidas, a população da nossa cidade muito se impressionou com a morte do infante d. Pedro Carlos, de cujo infausto acontecimento passa amanhã, 26, a data do centesimo primeiro anniversario.

O coração bondoso dos nossos antepassados curvou-se á compaixão e á piedade. O extincto nascêra no meio de pompas principescas, dormira em berço de ouro e tinha aqui casado havia pouco mais de dous annos. Casou por amor. E, o que é mais triste, deixava um filhinho de seis mezes de edade.

Eram pois todas estas cousas assumpto de conversações e commentarios.

Vinha de longe o caiporismo do principe: sua mãe, infanta portugueza (nascida em 13 de Dezembro de 1768) era filha de d. Maria I e, portanto, ermã do principe d. João, depois rei.

Chamava-se d.ª Marianna Victoria. Tinha o nome da avó materna.

Aos 17 annos fôra d. Marianna Victoria bella e graciosa. Casou em 1785 com d. Gabriel, infante de Hispanha e filho

de Carlos III. Nesse mesmo tempo d. João (depois rei) desposava d. Carlota Joaquina.

Em 1787, nascia em Aranguez (18 de Junho) o principe d. Pedro Carlos. Em 1788 falleceu-lhe a mãe aos vinte annos, e pouco depois o pae d. Gabriel.

D. João toma sob sua protecção o menino orphão. Manda-o vir para Portugal. Lá cresceu e educou-se.

Recusou por vezes regressar á Hispanha. Foi surdo ás propostas que lhe fazia o rei d. Carlos IV.

Em 1807 accompanhou ao Brasil a Familia Real. Aqui o tio o encheu de honras. Nomeou-o almirante general da Marinha Portugueza.

Tomou-se d. Pedro de amores pela prima d. Maria Teresa, amiga e confidente do pae, o principe regente.

No domingo 13 de Maio de 1810 celebravam-se com toda a pompa, na Capella Real, as ceremonias das auspiciosas nupcias.

Em 4 de Novembro do anno seguinte, vinha ao mundo o primeiro fructo do joven casal. Recebeu na pia o nome de Sebastião.

Foi requinte de gentileza de d. João, honrando os Cariocas, dar a seu primeiro neto e primeiro principe nascido no Brasil o nome do padroeiro da cidade do Rio de Janeiro, o advogado contra os males da fome, peste e guerra.

Tudo corria ás mil maravilhas. Em 26 de Maio porém de 1812 entrava a terrivel parca pelo Paço de S. Christovam. E ás seis e meia horas da tarde arrebentava, como disse Bocage "os fios de ouro" de tão preciosa vida. Morria d. Pedro Carlos, tendo apenas 24 annos, onze mezes e oito dias.

Qual a *causa-mortis*? Assevera o dr. Mello Moraes que d. Pedro succumbiu de bexigas. O infante, todo pôdre, foi o seu cadaver levado ao Convento de Sancto Antonio, no meio de alas de soldados e accompanhado de toda a nobreza; alli chegou debaixo de copiosa chuva, que inundando as ruas difficultava o transito.

Os pobres soldados, todos molhados e com agua pelos joelhos praguejavam o defunto.

Póde-se chamar caiporismo *post-mortem*.

O minucioso padre Luiz Gonçalves dos Santos diz que d. Pedro Carlos fallecera após terrivel accesso de febre nervosa! O cadaver fôra embalsamado.

O dr. Pires de Almeida reproduziu no seu *Brasil Theatro*, a carta publicada n'*O Paiz*, de 15 de Junho de 1906 e que do Rio de Janeiro fôra dirigida a Manuel Joaquim Alves Branco Muniz Barreto.

Em umas notas accrescentadas pelo dr. Pires de Almeida áquella curiosa e intima missiva, dando explicações ácerca da

Familia Real escrêveu sôbre d. Pedro Carlos: "com bons fundamentos ha supposição de ter sido assassinado por ordem de d. Carlota Joaquina pelos embaraços que os Inglezes lhe crearam á pretenção ao throno da Hispanha."

E' sabido: D. Carlota não approvou a principio o casamento da filha. Embirrava com o infante d. Pedro Carlos. Censurava até o marido por favorecer o namôro. Nesses tempos, para d. Carlota, o esposo não passava de um pifio onze lettras!

Depois a trefega sogra mudou de rumo. Fazia festa ao genro. Entrava muita amabilidade nos ambiciosos calculos politicos della. Sonhava sempre com o throno hispanhol.

Para o emerito dr. Oliveira Lima, d. Pedro Carlos era o que os Inglezes chamam muito "uxorious". Pelas cartas escriptas por Santos Marrocos á familia em Portugal, o auctor do monumental trabalho sôbre o reinado de d. João VI no Brasil acredita que d. Pedro morrera de excessos de exercicio conjugal!

Ia (isto é meu) com muita sêde ao póte. Abusou do sexto como dizia Camillo Castello Branco. Ignorava os salutares preceitos do velho de Cós: *potus, Venus, cibus omnia moderata sint!*

Com o fallecimento de d. Pedro Carlos ia o povo desta cidade apreciar pela primeira vez a pompa dos funeraes de um legitimo representante de sangue azul.

Todas as minucias da etiqueta e da pragmatica, iam ser postas em execução.

Das ceremonias religiosas celebradas no Paço de S. Christovam, presente o cadaver, occupa-se longamente o padre Luiz Gonçalves dos Santos. Este, si vivesse hoje, daria um bom "reporter" taes as minucias e particularidades com que tractou destas materias da côrte e egreja.

Quanto ao enterro prefiro dar aqui o bem feito resumo da lavra do dr. Oliveira Lima. Escreveu o mestre: "Foi, pelo que se descreve, um acto militar, civil e religioso verdadeiramente régio. No prestito sobresaïam os nobres e mais pessoas gradas com longas capas pretas e chapéos desabados, de que pendiam compridos fumos, montados em cavallos cobertos de amplas mantas negras e seguidos de seus lacaios de libré ostentando no braço esquerdo os telizes com os respectivos brazões das familias que serviam e alumiando a estrada com brandões accesos.

"Precediam o coche funebre puxado por oito machos ajaezados de luto e onde era o caixão posto e tirado pelos grandes do reino, os capellães e conegos tambem a cavallo e carregando tochas.

Logo atrás incorporavam-se, depois de feitas as conti-

nencias na passagem do cadaver, as forças da guarnição que formavam alas no percurso do saïmento."

Mais tarde (1817) para guardar os restos mortaes do sobrinho e genro, d. João VI mandou vir de Lisboa um tumulo de marmore.

Foi executado por projecto dado por José da Costa, encarregado das obras da Casa Real.

Houve então novas ceremonias religiosas, dobres, descargas, salvas de artilharia, etc.

Este sarcophago é todo de marmore branco, encimado pelo busto de d. Pedro Carlos. Sôbre sua cabeça dous anjos sustentam uma corôa dourada. Lá existe ainda na Capella da Conceição da egreja de Sancto Antonio.

Quem quizer póde lêr e traduzir a extensa inscripção gravada em latim na face da frente do tumulo.

E' só subir a ladeira da Carioca ou a escadaria da Ordem de S. Francisco da Penitencia.

Dos documentos da epocha, vê-se que o infante prestou alguns serviços á marinha portugueza.

Basta lêr a *Corographia Historica*, do dr. Mello Moraes Pae.

Sôbre a vida pública e privada de d. Pedro Carlos foram aqui publicados e impressos dous elogios historicos: um da lavra de monsenhor Joaquim da Nobrega Cáo e Alvim e outro do chefe de divisão José Maria Dantas Pereira, mestre do illustre extincto.

Nestes opusculos por mim lidos ha muito tempo, ha demasiado chaleirismo.

O mesmo succede com as orações funebres, recitadas nas exequias do marido de d. Maria Teresa.

O eloquente Frei Sampaio, o padre Antonio Vieira da Soledade e outros elevaram ao septimo céo o principe, que no dizer de Presas citado pelo dr. Oliveira Lima, era ignorante, grosseiro, desconfiado, de linguagem ordinaria e não raro indecente.

E' sempre assim, como o exemplo da grammatica franceza de Sevéne: "Les uns disent que oui, les autres disent que non."

Fica em apuros a philosophia da Historia!!

Domingo, 25 de Maio de 1913.

MORRO DO GRAÇA OU DA GRAÇA

Vou dar maior amplitude á ligeira conversa, que entretive com o illustre representante d'*A Noite* e reproduzida na edição de 29 do mez findo.

Versou a palestra sôbre a denominação do morro da Graça.

Procurarei agora mostrar quanto não era infundada a minha despretenciosa opinião. O morro foi *do Graça* e não *da Graça*, como por méra confusão se diz até em mappas de merecimento e valor.

Incipio — Quem não conhece as bellezas do pittoresco e agradavel bairro conhecido pelo bello nome de "Laranjeiras", dado pela gente de antanho? Ampla garganta é antes ameno valle, a que servem de muralha altas e verdejantes montanhas, nas quaes se ostentam as galas e os primores da nossa privilegiada Natureza!

Logar de preferencia, Laranjeiras, com o Cattete e Botafogo, constitue sitio habitado em sua maior parte por pessoal escovado, tendo ao seu dispor aquillo com que se compram os melões e.....votos tambem.

Ao citado bairro deram valor os nossos antigos lavradores.

Fundaram ali roças, grangearias e engenhos.

Por meio das terras corria então caudaloso o rio, que deu o nome ao pessoal nascido na heroica e leal cidade de S. Sebastião.

Pelas suas aguas desciam barcos e canôas, que abasteciam a modesta cidade com os productos da pequena lavoura, no tempo da abundancia, em que não se fallava em carestia da vida!

Pobre Carioca, quem te viu e quem te vê? Até certo poncto estás reduzido a valla, receptaculo até de ratos e gatos mortos.

A outra parte foi canalizada e desembocca na praia do sapateiro Sebastião Gonçalves e corre como que envergonhada, sob abobadas, qual exgôtto de aguas pluviaes.

Dentre os primitivos povoadores das Laranjeiras vem sempre citada a marqueza Ferreira, esposa do juiz de orphãos Christovam Monteiro.

Ella, por aquellas bandas, construiu um moïnho de vento, que deixou nome. Mais tarde foi senhor no bairro em questão o negociante Cosme Velho Pereira, estabelecido á rua Direita e pae de um pobre frade do Carmo, que muito soffreu com as perseguições movidas por um seu ermão de ha-

bito, descendente de João de Sousa, que deu nome á bahia de Botafogo.

Em tempos mais proximos foi senhor nas Laranjeiras de vasta zona Domingos Francisco de Araujo Roso, homem apatacado e chefe de numerosa familia.

Este Roso era proprietario do predio n. 8 da rua Direita, em cujo sobrado funccionou em 1808 o illustre Senado da Camara.

Da grande chacara do Roso foi caminho principal a actual rua Guanabara, tão frequentada hoje pelos proceres e summidades do nosso mundo politico.

Pois bem, no principio do lado par desta rua eleva-se o monte, objecto desta palestra. Tem 40 metros, dizem os que o mediram, mas é hoje o poncto mais culminante da Orographia brasileira; nem Agulhas Negras nem Caparaó o excedem. A razão, todos o sabem. Não a direi, ainda que me serrem.

Ha quem pretenda fosse Garça o nome do morrete Graça. E' possivel, mas não está provado.

Esta ave é representante da ordem dos Pernaltas.

Ellas povoam os lagos, os paludes e os grandes rios. Para amenizar o valor destes apontamentos, ahi vai a opinião do illustre ex-director do nosso Museu Nacional, o dr. Ladislau Netto:

"Nada é mais agradavel para o viajante que se dirige das regiões montanhosas tão sombrias e tão ermas do centro de Minas para o fundo valle de S. Francisco, do que ver a multidão desses passaros, ora pousada ao longo do rio a simular de longe uns como festões de flores variegadas, ora adejando em cardumes, quaes nuvens açoitadas pelo vento de uma para outra riba, todos elles a cantarem e gritarem nessa toada rouca e selvagem, que lhes é propria e que de écho em écho vem subindo lá do rio até ao sopé das quebradas das montanhas mais proximas."

Para as graças das garças eram apropriadas as redondezas do Carioca. O rio enchia em certas épochas do anno. Transbordava aqui, e alli se formavam paúes. Dizem até que o largo do açougueiro Machado fôra outr'óra grande pantanal.

Filho de José Fernandes e de d. Francisca Vieira, nasceu em Portugal o innocente Manuel, como se diz nas certidões de baptismo, aos 6 dias de Fevereiro de 1824.

Já homem, começou a assignar-se Manuel Fernandes da Cunha. E, como a freguezia em que nascera tinha por invocação Nossa Senhora da Graça, o Cunha junctou este appellido aos outros que já possuia.

Eis um caso de sincero e puro amor filial, digno de elogio, ao local onde o petiz deixou o umbigo.

Destinava-se o Graça ao estado ecclesiastico. Estudou no seminario de Braga. Não tinha edade para receber as ultimas ordens. Mudou de opinião. Mandou a batina ás urtigas.

Veiu para a terra de Cabral, onde mais tarde se naturalizou cidadão brasileiro. Entregou-se ao professorado, leccionado por alguns collegios e casas particulares.

Ganhou fama, e deixou numerosos discipulos, cujas fileiras se engrossaram quando o Graça abriu e manteve casa de educação por propria conta.

Muita gente hoje em altas posições sociaes, ao ler estas linhas se lembrará com saudades do mestre bem preparado, que a guiou nessa phase da existencia pelo poeta considerada "juventu de la vita", como a primavera é "la juventú de l'anno"!

Em 1845, Jorge Gracy havia fundado um collegio para meninos, na rua do Engenho Velho n. 61.

Tinha o titulo de *Lyceu Commercial*. Em 1849 toma a direcção o professor Cunha Graça. Transfere o rapasio para a segunda chacara, depois da chacara do Aragão. Devia ser nas vizinhanças da casa do futuro duque de Caxias.

Um parentheses: foram do meu tempo o chafariz do Aragão, demolido, e a grande chacara do Aragão, a qual ia ter ao morro da Babylonia ou Itaúna (pedra preta dos Indios).

Este Aragão devia ser o dr. Francisco Alberto Teixeira de Aragão, intendente da Policia (1824-27).

Sôbre este activo magistrado, li ainda hontem um estudo no *Boletim Policial*, firmado pelo meu amigo o distincto dr. Carmo Netto.

Dizem que o Aragão foi demittido, depois de prestar optimos serviços, por mero capricho da marqueza de Santos. Hei de, a respeito, obter a opinião do emerito dr. Alberto Rangel. Conhece a vida da formosa e faceira Titilia, como a palma das mãos.

Volto ao Graça. Em 1847 publicava um compendio: a *Grammatica Latina*, e em 1857, *Elementos de Grammatica Portugueza*.

Mas, em 1853 já o encontro com o seu Lyceu Commercial, na rua Guanabara n. 16. Comprou o predio. Arranjou-se com o fructo de seu trabalho. O nome do provecto pedagogo figura como proprietario de varios predios, não só no historico do Tombamento, feito em 1872, pelo velho Innocencio da Rocha

Maciel, como na Nova Numeração da Cidade (1878), organizada pelo finado João Curvello Cavalcanti.

Um aviso: o Innocencio não era forte em margens de rios. Fallando do Carioca, troca as bolas; o que é direito passou para o lado esquerdo e vice-versa.

Em 1877 estava o Lyceu Commercial no seu zenith.

Cunha Graça continuava como director. Tinha por immediato o dr. Ricardo Augusto Lirós Costa.

O instituto ensinava primeiras letras e preparava alumnos para os cursos superiores de Engenharia, Marinha e Direito. Para a carreira commercial dispunha de curso especial.

A gymnastica elementar era ensinada com accompanhamento de canto, conforme o plano do sr. Napoleão Laisné. De canto? Lá pelo Pedro II nunca houve disto. Nada de musica e canto, mas gymnastica de descompostura, quando a gente não trepava bem no trapezio, ou nos exercicios militares não rompia a marcha com o pé esquerdo!

Estabelecido em casa propria o Lyceu, escrevia o Graça, não é preciso recommenda-lo a quem o fôr ver; seus commodos, sua lindissima situação, com grande chacara, frondoso arvoredo, abundancia de agua, ares purissimos, completa independencia de vizinhos, etc., tudo por si se recommenda.

Ora, si isto assim era no tempo das gondolas e dos omnibus, quando não havia bondes, automoveis, telegrapho, tetephonio, que não será hoje o palacete do morro da Graça, digno da penna do meu amigo dr. Araujo Vianna, que ha muito tempo não dá signaes de si, do seu talento investigador e proficiencia de verdadeiro cultor das bellas letras e artes.

O feliz mortal, que reside nesse paraiso e gosa de invejavel confôrto póde levantar as mãos para o céo e repetir todos os dias os versos do mavioso Gonzaga:

"Eu, Marilia, não sou algum vaqueiro
Que viva de guardar alheio gado;
Tenho proprio casal e nelle assisto,
Dá-me vinho, legume, fructa, azeite,
Das brancas ovelhinhas tiro o leite
E mais as finas lãs de que me visto.

Graças, Marilia bella,
Graças á minha estrella."

Desta lenga-lenga conclúo propondo: seja conservado o nome do operoso magister. *Distinguo*; salvo si a capella do

Lyceu tinha a invocação de Nossa Senhora da Graça, e este sanctuario "ainda" permanece no solar da Guanabara modernamente restaurado.

1° de Junho de 1913.

VICENTE FERRER

Depois de haver amanhã tomado posse, no Instituto Historico, deixará em breve dias o Rio de Janeiro o dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley e Araujo.

Filho do Recife e descendente das mais illustres familias pernambucanas, distincto cultor do Direito, advogou por longos annos em sua terra natal. Sôbre assumptos de sua especialidade tem escripto:

"*Seitas protestantes em Pernambuco*", "*Annotações ao Processo Criminal Brasileiro*, de Pimenta Bueno; *Annotações ao Compedio de theoria e pratica de Paula Baptista*", "*Notas ao Codigo Penal brasileiro*, "*Successão de estrangeiros no Brasil*", etc. Todos estes trabalhos, é bem sabido, têm dado ao dr. Ferrer justo e merecido renome.

Deixo, porêm, de parte o erudito jurisconsulto, para considerar o historiógrapho sempre apreciado pela sua memoria sôbre a execução de Silvino de Macedo e tambem por estudos já publicados nos jornaes do Recife.

Ha alguns annos, o dr. Ferrer exerce o logar de vice-consul do Brasil em Lisbôa.

Deste posto de honra e responsabilidade o emerito Pernambucano não faz uma sinecura; antes pelo contrario, entrega-se com carinho ao estudo do nosso passado. O que ha na Torre do Tombo, no Archivo Ultramarino, e em varias outras bibliothecas, conhece elle como as palmas das mãos. Velhos codices e manuscriptos ineditos tudo tem manuseado.

De Portugal, dr. Ferrer envia para os estudiosos daqui informações e notas preciosas. Foi elle quem, com precisão, localizou na Lisboa de 1739, o verdadeiro sitio do Campo da Sé, onde foi queimado o infeliz Antonio José da Silva, victima do hypocrita e monstruoso Tribunal do Santo Officio.

Infatigavel em suas pesquisas, o dr. Vicente Ferrer tem em mãos duas monographias de muita importancia e interesse: "*A verdadeira Historia e a falsa legenda*". "*O movimento revolucionario de 1710*".

Segundo pensa o distincto literato, vai restabelecer á luz de documentos factos deturpados por erros e anachronismos

escriptos pelos interessados ou por estes a outrem pagos por encommenda!

Conhecido pelas altas mentalidades portuguezas, é o nosso compatriota justamente apreciado, e isso nos deve ser motivo de desvanecimento.

Travei, ha pouco, relações com o dr. Vicente Ferrer. Sabia-o illustrado e investigador. Não contava, porém, com a sua amabilidade, com a modestia de suas palavras e o desprendimento encantador com que falla, ensinando sem pedantismo, ao envez de muitos sabichões de meia tijella.

Em palestra com elle, as horas passam velozes, sem se fallar de politicagem e da vida alheia. A' vista de tão bons predicados, não admira o meu affecto por esse cavalheiro, ao qual estou unido, como si já o fôra por uma amizade de muitos annos — a mesma que devia existir entre o discipulo (eu) e mestre benevolente.

Vai, pois, amanhã, o Instituto Historico ter uma noite cheia. Entra tambem para a patriotica companhia "o *sacerdos magnus*" em assumptos da nossa Geologia e Paleontologia. Basta dizer-lhe o nome: o dr. Branner.

Em meio dos muitos opusculos raros, ao Instituto offerecidos pelo dr. Wanderley, um me attrahiu a attenção e, salvo melhor juizo, deve ser reproduzido na *Revista*.

E' um folheto de 27 paginas in-8º, aqui impresso em 1808. Tem por titulo "Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais concernentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro".

E' escripto pelo dr. Manuel Vieira da Silva, formado pela Universidade de Coimbra, physico-mór do Reino, depois medico da Camara e Conselho de d. João VI, e, mais tarde, barão de Alvaiazere.

Este figurão, cujo nome está ligado aos primordios do nosso ensino medico, exerceu tambem o cargo de provedor-mór da Côrte e Estado do Brasil.

Nasceu a 11 de Novembro de 1753 e falleceu em Aldêa da Cruz, a 17 de Novembro de 1826.

Casou duas vezes, sendo sua segunda esposa d. Maria Ludovina Maxima de Sousa Almeida e Vasconcellos.

Vieira da Silva veiu para o Brasil com a Familia Real. Homem de inteira confiança do principe regente, foi por dom João encarregado de propor medidas concernentes a melhorar as condições climaticas do Rio de Janeiro e as "*Reflexões*" são o producto do seu estudo de homem práctico e de alguma illustração.

Tanto o dr. Vieira caïu na graça de d. João que este de mão beijada lhe deu o palacete e a chacara dos Invalidos, alli onde em nossos dias foi construida a Villa Ruy Barbosa.

O edificio, como é sabido, fôra edificado pelo conde de Resende, para os soldados impossibilitados de continuarem a servir nas fileiras das tropas pagas. E' sempre assim: "mais vale caïr em graça do que ser engraçado.

Li, ha quarenta annos, muito por alto, as *Reflexões*. Mais tarde Valle Cabral sôbre tal opusculo algo escreveu nos Annaes da Bibliotheca Nacional".

Fez justiça ao physico-mór, dando pequenos extractos das judiciosas observações de Vieira da Silva.

Escreveu o medico portuguez conforme a sciencia de seu tempo, em que só se fallava de fluidos vitaes e miasmas. Não lhe devemos querer mal. Vinha ainda muito longe a éra dos microbios e dos mosquitos! E, si bem me recordo, para muitas summidades cá da terra, a febre amarella tinha até pouco tempo por principal causa um microbio de duas caras: uma typhica e outra palustre.

Hoje, quem tal sustentasse seria corrido a bodoque ou a pedrada, como Sancto Estevão:

Já, "in illo tempore", Vieira punha a bocca no mundo sôbre a má qualidade dos generos alimenticios fornecidos á população; as carnes degeneradas e os peixes comprados para os escravos, o trigo, o azeite, os vinhos e os vinagres, etc. Oh! bom Vieira, si tu resuscitasses, que não verias hoje? Leite com polvilho, além de baptisado; manteiga, puro sebo, café mixturado com feijão, pedra e milho, verdadeira infusão de carnaúba!

Quanto ao matadouro de Sancta Luzia, achou-o pessimo, mas depois, não sei por que, mudou de opinião. Não insistiu mais pela mudança desse estabelecimento, que vinha do tempo do marquez de Lavradio e depois foi para S. Christovam e, muito mais tarde, para Sancta Cruz, em terras outr'ora dos Jesuitas e antes de D. Marqueza (nome proprio) Ferreira.

Sôbre o fornecimento do gado extende-se o dr. Vieira, apresentando sensatas reflexões e muito a proposito.

São verdadeiras carapuças talhadas para nossa épocha, em que as carnes vêm para a cidade aos trancos e barrancos, depois de um percurso de mais de 12 leguas!

Não me posso furtar ao desejo de citar um pequeno trecho. Vem ao pintar da fancca:

"Outra coisa capaz de conduzir muita gente á sepultura, nesta cidade, hé a falta de bons medicamentos, em que possa confiar uma medicina activa, a liberdade concedida a qualquer

cirurgião para curar de medicina, ignorando até os principios de sua profissão, a falta de vigilancia sôbre os Curandeiros e Boticarios, que vendem purgantes, vomitorios e outras composições, sem receita de medico; chegando a omissão neste ponto a permittir que nas lojas de ferragens se vendão vomitorios e purgas á discrição de cada um, que se persuade dever usar delles."

Não parece que o dr. Vieira se está referindo aos nossos tempos de hoje, de liberdade profissional e nos quaes qualquer sapateiro póde á vontade e sem dar satisfações, tocar rabecão?

Ora, meu caro Vieira da Silva, você estava muito atrazado em reclamar ha mais de cem annos taes medidas de Policia sanitaria. Viesse até este nosso seculo XX e veria o progresso: todos mandam, podem e querem. O que você propunha então, são coisas do tempo das aguas do monte e do bilú. Não prestam.

Nós, os Cariocas, devemos, apezar de tudo, ter queixa do auctor das "*Reflexões*". Foi elle quem fez recuar d. João do projecto de demolição do morro do Castello. Si não fôra o physico-mór, estaria de ha muito resolvido esse secular problema. Esteve por triz, si por uma questão de nonada não fracassassem as bases apresentadas pelo engenheiro Conrado de Niemeyer.

Paciencia.

Ahi vai o que sobre o Castello escreveu o já citado Manuel Vieira da Silva:

"O morro do Castello será tão prejudicial á cidade como até agora se tem supposto? Deverá entrar no plano da policia a sua demolição?"

Depois de dar explicação sobre a origem e causa dos ventos, prosegue:

"Donde se segue que o morro só poderia embaraçar a livre corrente do ar naquella pequena parte da cidade, que lhe fica mais proxima; porque as columnas do ar que passam pelo apice da montanha, e as lateraes, não encontrando resistencia, caminham com toda a velocidade, com que vêm impellidas; as que encontram resistencia no morro augmentam por outro lado a fôrça das primeiras, em razão daquella que as particulas reflectidas sôbre a montanha são obrigadas a communicar ás lateraes; taes são as leis dos corpos elasticos; podemos logo affirmar com toda a certeza, que ainda sendo os ventos muito brandos, deve haver um movimento insensivel nas columnas do ar que estão sôbre as casas unidas ao morro. Chegam a confessar esta verdade os habitantes das ruas da Cadêa e S. José pelo incommodo que alli recebem

quando reinam ventos fortes, ainda os que sopram directamente da barra".

Razões de cabo de esquadra? Pois, olhem, o dr. Silva tem boa gente a seu favor. Basta lembrar, entre outros, o architecto francez que, em 1907, por aqui passou.

E o estafermo do Castello ficou e ficará até as calendas gregas.

8 de Junho de 1913.

PRELADO INFELIZ

Conforme a opinião do conego da Sé de Mariana, Pedro Maria de Lacerda, mais tarde bispo do Rio de Janeiro, o breve do papa Gregorio XIII, que desannexou do bispado da Bahia o territorio sujeito á Capitania do Rio de Janeiro, deve ser de 19 de Julho de 1575 e não de 76, como se tem escripto.

Como é bem sabido, os sacerdotes escolhidos para tão alto cargo gozavam de attribuições quasi episcopaes. Só não podiam conferir o sacramento da "Ordem".

Imagine-se, pois, a curiosidade dos habitantes desta cidade nestes dias de Junho, a desejarem ver o novo prelado ou administrador ecclesiastico, que tomou posse do logar em 8 do referido mez de 1644.

Muitos eram os commentarios. Qual seria a norma de conducta seguida pelo recemvindo sacerdote?

Findariam as luctas entre o poder civil e o ecclesiastico? Teria mais accommodaticia directriz a célebre questão da liberdade dos indios? De quem seria a palma da victoria, dos Jesuitas ou dos colonos? Houve boas esperanças, as quaes infelizmente, com o correr dos tempos desappareceram.

Em verdade, o dr. Antonio de Mariz Loureiro era filho do Rio de Janeiro. Aqui, se creou. Fôra a Portugal, onde se bacharelou em Canones.

Demais, sabia-se ser Loureiro filho de Antonio de Mariz Coutinho, que ajudára Estacio de Sá a expulsar os Francezes. Aqui ficou e foi tronco de importante e numerosa familia.

Mais: o administrador era ermão de Diogo de Mariz Loureiro, um dos successores do progenitor no cargo de provedor, da Fazenda Real. Máo grado taes circumstancias, Mariz Loureiro, é bom dizer, não entrou aqui com o pé direito.

Seguiu infelizmente a trilha de seus predecessores. Como elles, foi tambem mal succedido.

Além de atormentarem, diz Moreira de Azevedo, o povo com penitencias e excommunhões, intromettiam-se em negocios que não estavam em sua alçada, mandando visitar os navios que buscavam este porto, indagando donde vinham, qual sua nação e para onde iam, ordenando que nada saïsse da alfandega sem provisão delles prelados, tomando parte apaixonada na questão da liberdade dos Indios, sempre em favor da Companhia de Jesus... Accresce que esses padres não dispunham de muita instrucção nem de muita moralidade!

Por seu lado, o povo não primava pela tolerancia, moderação e bons costumes. Sempre inclinado á desordem e á anarchia, não admira fosse ás ultimas, quando visse seus interesses embaraçados. E é admiravel a turba, sempre disposta a todas as perturbações da ordem; tinha, por guia ou instigadores até padres corruptos e mal comportados.

Não se queriam sujeitar ás medidas disciplinares impostas por seus superiores hierarchicos.

A tudo accrescia a politica da metropole, desfazendo em um dia, o que ordenara na vespera. Dahi a série de atritos, de desordens e de crimes, que muito nullificaram a acção do govêrno espiritual dos predecessores do dr. Antonio Maria Loureiro.

O primeiro prelado, o dr. Bartholomeu Simões Pereira, foi perseguido por suas ovelhas transformadas em lobos. Fugiu para o Espirito-Sancto, e lá falleceu, segundo é fama, envenenado.

Ainda vivia em 1597; em 9 de Junho deste anno officiava nas exequias do grande catechista José Anchieta.

Seu successor, padre João da Costa, insultado e perseguido pelo povo, tantas arbitrariedades pôz em práctica, que foi deposto por sentença da Relação da Bahia.

Não foi mais feliz o dr. Matheus da Costa Aborim, a quem a Sancta Casa, da qual foi provedor, deve bons serviços. Morreu "envenenado" em uma das casas legadas em 1620 á Misericordia, por Gonçalo Gonçalves, o Velho.

Resolvera a Camara demolir uma casa dos monges de São Bento, situada na Prainha. O predio embaraçava o embarque e desembarque dos moradores.

Convinha aquelle sitio ser logar mais retirado, diz o chronista, e occulto para encobrir as descomposturas a que se viam obrigadas as mulheres que desembarcavam, em razão de não o poderem com facilidade fazer na praia de Manuel de Brito pelas grandes maresias.

Amigo dos frades, o prelado Aborim excommunga os vereadores e todos os que procurassem perturbar a posse dos religiosos.

Houve appellação *ante omnia et post omnia*. O povo não esteve com meias medidas. Foi á Prainha e derrubou o predio.

Um pequeno parenthese. Quaes seriam as taes descomposturas? Dar-se-á caso que naquelles tempos já houvesse desoccupados, que se fossem postar na ponte de madeira do cáes do Carmo para apreciar a gymnastica das senhoras que desembarcavam?

A ser exacto, já nesses tempos havia moços bonitos e bolinas, legitimos antecessores dos da Avenida e dos cinemas.

Veiu depois reger a Prelazia o d. Abbade de S. Bento, frei Maximo Pereira.

Este não se metteu em funduras de grandes serviços. Contentou-se sómente em exercer e cumprir as obrigações do seu ministerio.

E como o que é bom dura pouco, o abbade, por doen[illegible] deixou a prebenda e partiu para Portugal.

Reuniu-se o clero da terra e por sua alta recreação resolveu dar substituto ao frade resignatario.

Não houve dissidentes nem colligados. Saïu eleito por unanimidade de votos o dr. Pedro Homem Albernaz, natural das Ilhas, filho de Aleixo Manuel, o Velho, fundador da capella da Conceição no actual morro de São Bento.

A principio, dizem, Albernaz foi bem. Mas depois virou mareta e caïu no desagrado do povo.

Afinal foi nomeado por Philippe IV o dr. Lourenço de Mendonça. Foi o mais caipóra de todos. Quatro dias depois de empossado, uns malvados, consta, mettem-lhe pela janella um barril de polvora e por meio de morrões atacaram fogo. Houve medonha explosão. Escapou o prelado milagrosamente.

De outra feita os inimigos metteram-no em um barco desapparelhado, abandonando o doutor ao seu destino. Foi salvo por pescadores.

Tempos depois hospedou-se Mendonça no engenho de N. Senhora das Neves, propriedade de Diogo Rodrigues de Faria. Lá mesmo foi perseguido por quatro assassinos, que alvejaram o aposento em que o padre dormia.

Continuou a perseguição, tendo á frente o ouvidor Francisco Taveira da Neiva. Foi preso Mendonça e enviado ao Sancto Officio. Era accusado de vicio contra a natureza.

Perante os juizes exigiu a presença de physicos e cirurgiões.

Mostrou Mendonça ser innocente. Provou haver, em pe-

queno, soffrido, devido á molestia, a mesma operação, á qual de *motu proprio*, se submettera Origenes!

Foi plenamente absolvido.

Dizem que, em represalia, o rei de Hispanha nomeou Lourenço de Mendonça, bispo do Rio de Janeiro. Monsenhor Pizarro contesta. Tem razão. Acho que o dr. Lourenço não se devia metter na bocca do lobo. Gato escaldado da agua fria tem medo.

Volta o dr. Albernaz. No seu tempo teve aqui logar grossa encrenca.

Chegara o padre Francisco Dias Tano, trazendo a bulla do papa Urbano III, pela qual a direcção dos Indios ficava exclusivamente pertencendo aos Jesuitas.

O povo revoltou-se. Houve desordens durante tres dias. Os arruaceiros foram ao Castello com intenção de incendiar o Collegio e expulsar os padres.

Metteu-se no conflicto Salvador Benevides. Aquietou os amotinados, e tudo ficou como dantes, firmando-se um accôrdo, pelo qual continuava o *statu quo!*

Por fim, Albernaz resignou o cargo para vestir a roupeta da Companhia de Jesus.

Do referido se conclue quanto era explicavel a expectativa dos habitantes do Rio de Janeiro, nestes dias de junho de 1664.

Passou Loureiro a visitar S. Paulo, cujos moradores se negavam a obedecer ao prelado. Conspiravam contra sua vida "ou porque, diz Pizarro, se desgostassem das instrucções com que lhes incitava melhoramento dos costumes e modo de proceder, ou talvez, não se comportasse o mesmo prelado com doçura nas palavras e no seu officio, como se fazia preciso em um paiz habitado por individuos sempre desconfiados."

Para se acautelar recolheu-se Loureiro ao convento dos Franciscanos. Cercado pelos perseguidores, teve a felicidade de escapar.

Regressou ao Rio, onde o aguardavam novos desgostos.

Vai em visita pastoral á capitania do Espirito Sancto. Dão a Mariz Loureiro "peçonha" na comida. Ficou doido. Neste triste estado, partiu para Portugal. Lá falleceu.

Aconteceu o mesmo, mais tarde, ao governador Luiz Vahia Monteiro, denominado por seus desaffectos — o *Onça*.

Falleceu em 1733, louco, e foi sepultado no Convento de Sancto Antonio.

Ante tanta malvadez, a gente benze-se com a mão esquerda.

Bem dizia Plinio: os brutos vivem pacificos e unidos, só os homens vivem entre si inquietos, usando fraudulencias, machinando traições e preparando venenos para dar cabo uns dos outros.

Domingo, 15 de Junho de 1913.

TRAGEDIA CONJUGAL

Foi fertil em acontecimentos aquelle anno da graça de 1847. De todos, o mais insignificante foi a entrada do abaixo assignado neste valle de lagrimas.

Vê-se por ahi que não posso ser contemporaneo de Bobadella, do Vidigal, de d. João VI e muito menos de Estacio de Sá!

No citado anno andava na ponta a "Polka", dansa importada das terras além do Atlantico.

Foi a mania do tempo. Até tres senhoras, vindas de Minas adquiriram a alcunha de *Polkas*, que ellas conservaram até a morte, conservando tambem sempre a primitiva belleza. Deram brado no Rio de Janeiro. E ainda por ahi existem veteranos desse tempo, que não me deixarão mentir.

Tudo era *polka*. Appareceu aqui uma epidemia, que com esse nome foi baptizada, pelo zé-povinho, sempre inclinado a fazer de tudo pilheria.

Referindo-se á molestia da moda, escrevia o dr. De-Simoni: "o povo a denominou Polka, querendo com este nome alludir ao gesto que tomam, no andar, as pernas de algumas pessoas que foram victimas da epidemia, as quaes, por causa das dores que ficam nos membros inferiores, parecem caminhar executando certos movimentos dos que dansam este bailado".

Estou em dizer: si agora, e longe vá o agouro, irromper qualquer molestia de character epidemico, o povo a havia de chrismar de *Caraboo* ou *Carabú*. Pois, si até o carrilhão de S. José já toca esta plangente canção em desafio á banda allemã, aos phonographos e aos capadocios.

Reato a narrativa. Em Abril de 1847, chegou o imperador de sua viagem á Provincia do Rio de Janeiro. Durante esse anno, houve mudança de ministerio.

Retira-se o gabinete de 2 de Maio de 1846 e é substituido pelo de 22 de Maio de 1847, sendo este gabinete o que teve o primeiro presidente do conselho de ministros. Occupou este cargo Manuel Alves Branco, segundo visconde de Caravellas.

Em 1847, falleceram, entre outros personagens: Bento Gonçalves da Silva, o da guerra dos farrapos; o visconde de São Leopoldo, o marquez de Lages, ministros de Pedro I, bem como o marquez de Baependi, o celebre desembargador Francisco Alberto Teixeira de Aragão, intendente que foi da Policia. Sôbre este magistrado acaba de publicar minuciosa biographia o meu amigo dr. Carmo Neto, que, depois deste serviço, foi dispensado do cargo de supplente de delegado, funcção de mão beijada!

Finalmente, na Tijuca, succumbiu, com 81 annos, o conde Saley de Montbilliard. Fôra pagem na côrte do infeliz Luiz XVI. Serviu depois na restauração, ás ordens de Luiz XVIII.

Não foi tudo. A implacavel parca penetrou em 11 de Junho no Paço da Boa Vista. Dalli arrebatou ao amor de seus paes o principe d. Affonso, herdeiro presumptivo da corôa do Brasil e primeiro fructo do consorcio de Pedro II com a sancta d. Teresa Maria Christina.

Em compensação, veiu ao mundo uma princeza. Foi d. Leopoldina, depois duqueza de Saxe, casada em 15 de dezembro de 1864 e fallecida em 1870.

Sôbre o prematuro fallecimento do herdeiro da corôa choveram commentarios. Como sempre, veiu para a praça pública o eterno d. Basilio, pae da calumnia. Houve o boato que por muito tempo permaneceu: d. Affonso fôra envenenado.

A todos, porém, admirou a pompa do funeral. O cadaver do mallogrado principe veiu de S. Christovam e ficou depositado no Paço da cidade. D'ahi foi transportado para o convento de Sancto Antonio. Todo este funeral vem minuciosamente descripto no "Annuario do Brasil do dr. Sigaud" e na Folhinha de Laemmert de 1848.

Poetas do tempo publicaram sentidas endeixas, considerando o obito do imperial menino verdadeira catastrophe. E o Instituto Historico se preparava para uma solenne sessão funebre. Nella deviam figurar Sapucahi, Porto Alegre, Joaquim Norberto, Paulo Meneses, Silva Maia, Raposo de Almeida, frei Rodrigo de S. José e Nunes Ribeiro.

Estavam as cousas neste pé, quando a attenção pública foi desviada para um acontecimento tragico, raro nesse tempo. Eis como o *Jornal do Commercio*, de 21 de Junho de 1847 narra o lugubre facto: "Temos a annunciar: a cantora Mège, que ainda ante-hontem, cheia de vida, representou no theatro São Francisco, já não existe. Foi morta hontem, de manhã, por seu marido, que lhe disparou dois tiros de pistola, na occasião em que, diante de um espelho, ella punha o chapéo para sair. Uma das balas fez saltar os miolos da desgraçada; a outra en-

trou-lhe pelas costas e atravessou o pulmão. A morte foi instantanea. O marido, antes que alguem acudisse, entregou-se á policia. Attribue-se a ciumes este acto de desesperação."

A victima chamava-se Amelia Mège. Era cantora da Companhia Lyrica Franceza, que funccionava no theatro de São Francisco, situado na actual rua Sousa Franco, então chamada travessa do theatro e anteriormente rua da Ilharga de São Francisco de Paula.

O uxoricida chamava-se Emilio Mège, francez, natural do departamento do Loire, de 26 annos de edade, professor de Musica e não cabelleireiro, como erradamente se tem escripto. O causador, o dr. Antonio José Peixoto, natural de Minas, viera da Europa, onde estudou. Medico distincto e habil operador, foi dono de uma Casa de Saude no morro da Gambôa, compradas as bemfeitorias por José Clemente, em Maio de 1853. O marido ultrajado quiz, sem resultado, envenenar-se.

Entregando-se á Policia, foi no dia 22 interrogado pelo chefe, o integro magistrado Antonio Simões da Silva. Pelo depoimento de Mège, vê-se que sua criminosa esposa estava fascinada pelo dr. Peixoto, de quem era amante. O marido dava-lhe conselhos, não acceitos, antes recebidos com verdadeiro cynismo.

Seguiu-se o interrogatorio das testimunhas. Presidiu o acto Manuel Theodoro Xavier, subdelegado supplente do Sacramento. Peixoto foi ouvido. Negou tudo, asseverando que as unicas relações com a assassinada foram as existentes entre o medico e seu cliente.

Mège sustentou tudo quanto dissera em presença do chefe de Policia. Ouvidas outras testimunhas, estas puzeram em evidencia o máo comportamento do causador do crime.

A 26 de Agosto, compareceu o criminoso ante o Tribunal do Jury, presidido pelo dr. José Joaquim de Siqueira. O advogado da defesa produziu notavel peça oratoria. Era o dr. Francisco Sebastião Dias da Motta. Chegou a arrancar lagrimas do auditorio. Mège foi unanimemente absolvido. Quando foram lidas, diz o *Jornal do Commercio*, as respostas dos jurados, reboaram pela sala do Tribunal vivos e continuados applausos! O juiz appellou *ex-officio*.

Eis-me chegado á parte mais curiosa destes apontamentos. No seu *Brasil Theatro*, escreveu sôbre Mme. Mège o dr. Pires de Almeida: "O dr. Peixoto, causador dessa morte, torturado a um tempo pela paixão e pelo remorso, suborna um coveiro, que, cumplice na violação da catacumba, arranca as taboas do caixão emquanto que elle, com suas proprias mãos, suspende a ossada, separa os ossos dos retalhos de carne e, tomando-os aos punhados, lança-os num sacco de sêda, que transporta sob

amplo capote para o seu consultorio, á rua do Sabão, da cidade velha (General Camara), sobrado fronteiro á face lateral direita do terraço da egreja do Bom Jesus. Alli chegando, mergulha-os em cal virgem e potassa e dá começo ao trabalho de lavagem e clarificação dos ossos. Surprehendido nesse afan, pelo seu collega e amigo dr. Ferreira de Abreu, depois barão de Therezopolis, é por elle inconscientemente ajudado, não só nesse rude serviço, mas ainda no da montagem do esqueleto. Feito isto, suspende-o em alongada vitrina, que colloca a descoberto e bem defronte da sua mesa de consultas, para que pudesse te-lo sempre presente á vista."

Entretanto, no *Brazil Historico*, o dr. Mello Moraes Pae, tractando das pessoas sepultadas em Sancto Antonio, assevera haver sido mme. Mège inhumada na sepultura n. 3, aberta no claustro do convento. A respeito escreveu o seguinte: "Mme. Mège, assassinada por seu marido, foi sepultada a 20 de Junho de 1847 — Existe a nota: "Por despacho da Camara Ecclesiastica de 3 do corrente anno e do — cumpra-se, posto nelle pelo padre-mestre guardião frei Antonio do Coração de Maria e Almeida de 26 do mesmo foi (sic) transportado daqui para a França os restos mortaes de mme. Mège e para em todo tempo constar, fiz o presente. — Convento de Sancto Antonio, 26 de Abril de 1848 (Assignado) — *Frei Manuel de Santa Delfina*, sacristão effectivo."

Continúa Mello Moraes: "Com documentos falsos, um medico causador da morte dessa infeliz senhora illudiu as auctoridades e levou para sua casa os ossos e os ligou artificialmente e os conservou consigo. Por uma polemica assás vergonhosa entre dous medicos de educação, é que se soube que os restos mortaes de mme. Mège paravam no poder do causador de sua desgraça".

Logo, não houve profanação ou subôrno de coveiro. Tudo se fez com consentimento da auctoridade competente, aliás "illudida" pelo dr. Peixoto.

Tempos depois, "brigam as comadres e descobrem-se as verdades". Peixoto e Ferreira de Abreu atacam-se pelos jornaes. E o ultimo traz á imprensa o facto escandaloso.

Segundo ainda o dr. Pires de Almeida, Peixoto levou os ossos para Paris, afim de entregar á mãe da infeliz os despojos da assassinada.

A velha tinha fallecido. O seductor então comprou uma sepultura no Père Lachaise e deu por finda sua triste missão.

Ignoro o fim do desditoso Mège. Foi submettido a novo jury e novamente absolvido? Regressou á patria? Falleceu aqui? *Nescio*.

Aos leitores, peço desculpa por trazer a lume da imprensa factos tão contristadores. Estes apontamentos me foram suggeridos pelo empolgante artigo do sr. A. A. Covello, impresso na *Gazeta de Noticias*, de 27 de Junho, sob o titulo "Crimes Passionaes".

Domingo, 29 de Junho de 1913.

SUPPLICIO DE UM INNOCENTE

A' boçal indifferença, á perversa curiosidade com que, em geral, a arraia miuda assiste á execução de um condemnado á pena última, junctava-se tambem no dia 28 de Fevereiro de 1837, muita compaixão por parte de assistentes conscienciosos.

Julgavam fôra destinado ao supplicio e sem provas inconcussas um misero escravo, cégo de ambos os olhos, sacrificado injustamente á fallivel justiça dos homens.

Na manhã daquelle dia já haviam sido ouvidas, tangida por um serviçal da Misericordia lugubre campainha, bem como as vozes de alguns ermãos da Sancta Casa pedindo esmolas para missas por alma do ermão padecente.

Accudira desde cedo curiosa mó de populares, contida a certa distancia pela tropa, que em quadrado cercava o patibulo.

Fôra este armado no sitio mais espaçoso da praça, muito perto do armazem de madeiras pertencente a Diogo Manuel de Faria.

Apezar do calor de Fevereiro, o morro do Castello parecia verdadeiro formigueiro de gente. Por toda a parte espectadores: no velho chafariz construido no tempo do conde de Resende, nos telhados e até nas falúas estacionadas na antiga praia D. Manuel.

Aguardava-se com impaciencia a chegada da triste procissão. A's dez horas havia saïdo do Aljube. Parou á porta de Sancta Rita, onde o réo ajoelhado ouvira parte da missa.

No prestito vinha a Irmandade da Misericordia com a sua collegiada levando a mesma bandeira (ainda hoje conservada) que accompanhou ao cadafalso o Tiradentes, Ractichliff e seus dois companheiros.

No meio do accompanhamento via-se o condemnado envolto em ampla *alva*, mãos algemadas, tendo na esquerda pequeno crucifixo.

De vez em quando parava a comitiva, e o escrivão lia em voz alta a sentença a cumprir por ordem do regente Diogo Antonio Feijó, em nome do sr. d. Pedro II.

Por vezes, ao escutar as palavras da mesma sentença, o

pobre condemnado protestava dizendo: "ia morrer innocente, não matára ninguem".

Ao verem o réo tropeçar, chegando ás vezes a caïr, senhôras tiveram crises nervosas e muitas pessoas choraram.

Posso com segurança affirmar: a Misericordia nessa execução esteve presente e cumpriu o seu dever. O conflicto travado n'esse mesmo anno, por occasião de ter caïdo vivo um dos padecentes, nada tem com a execução do cégo. Aquelle outro facto realizou-se em 7 de Fevereiro de 37.

Pelo ministro Pantoja, foi a Sancta Casa de então em deante prohibida de entrar no quadrado. Protestou mais tarde, e foi attendida, tendo por base de sua antiga posse o art. 36 do Compromisso.

Um pequeno parentheses: Felix Ferreira deu ao conflicto a data de 7 de Março do anno de 1835. Errou, e com elle já errou tambem o abaixo assignado. Em 1835 Pantoja, auctor do acto de desauctorar a Sancta Casa, não era ministro. Só o foi com o regente Feijó, no ministerio de 6 de Junho de 36. Ora, as duas execuções feitas em 37 foram ordenadas por aquelle regente, que só tomára posse em 12 de Outubro de 35.

Volto, porém, a Fevereiro de 37. Narrando o supplicio do Moçambique, assim escreveu o *Jornal do Commercio* de segunda-feira, 20 de Fevereiro de 37.

Descrevendo o prestito, além do que eu já referi, allude á presença do carrasco, seus ajudantes, frades de Sancto Antonio, meirinhos, juiz, escrivão e piquetes de cavallaria.

Termina assim: "o padecente chegou ao largo do Moura antes de 1 hora da tarde... Viu-se por algum tempo o condemnado sentado na forca com o rosto voltado para o mar, o carrasco em pé á sua direita, esperando o momento decisivo, e no meio da escada o sacerdote rezando pela alma do padecente.

"Reinou de repente um silencio lugubre por entre a multidão. O algoz acabava de cumprir o seu triste dever e a justiça havia sido satisfeita."

Qual, porém, o motivo desse horrendo espectaculo? Na madrugada de 22 de Dezembro de 36, os moradores do sobrado n. 57 da rua do Rosario pediram soccorro. Havia inicio de incendio no armazem de molhados pertencente a Joaquim Francisco de Oliveira.

Arrombada a porta do lado direito, foi encontrado morto e ensanguentado o caixeiro Manuel José da Costa Rego.

Apresentava o infeliz duas facadas no peito e 12 no pescoço e rosto. Juncto ao cadaver um monte de palhas de onde saiam muita fumaça e já labaredas.

Em compartimento contiguo estava o preto Domingos Moçambique "cégo de ambos os olhos", escravo de Oliveira e

unica pessoa que com Costa Rego dormia no estabelecimento.

E por que o cégo se lavou e mudou de roupa por ter caïdo nas poças de sangue, foi considerado desde logo como o verdadeiro e unico auctor do crime. Cão damnado, todos a elle.

Foi preso Domingos.

Na Policia como tambem depois no Jury o preto declarou o seguinte: Costa Rego e um seu amigo de nome João, frequentador nocturno do armazem, saïram ás primeiras horas da noite. Voltaram depois e começaram a jogar o jogo dos ossos. Elle Domingos foi se deitar e dormiu. Mais tarde é acordado por João. "Viesse lhe fechar a porta (da esquerda) só com a tranca. Quando batessem não abrisse".

Suffocado pela fumaça foi acordar o caixeiro. Sentiu cheiro de sangue e então pediu soccorro.

Bem diz o dictado: "a corda rebenta sempre pelo lado mais fraco". O cégo Domingos é preso, processado e levado ao jury. Em 16 de Janeiro de 37 comparecia ante o tribunal presidido pelo juiz de direito, dr. Queiroz.

O conselho ficou constituido pelos cidadãos: Candido Pereira Monteiro, José Maria Flores Vidal, Antonio Pereira Ribeiro Guimarães, Antonio Nunes Machado, André Mendes da Costa, Manuel do Rego Coutinho Vianna, José Moreira Lirio, Francisco José de Oliveira e Sousa, Antonio Maria Soares de Lima, conde de S. Simão; Manuel Fernandes da Silva e Augusto Duque Estrada Meyer.

Depuzeram testimunhas depois do competente interrogatorio, bem como o senhor de Domingos. Disse: apezar de cégo seu escravo possuia tino admiravel. Fôra comprado em 1830. Ha tempos fugira. Foi preso e esteve no armazem com ferros aos pés, tirados na vespera 21, a pedido de Costa Rego. Disse mais o armazenista, que durante os quatro dias Domingos não quiz comer. Era de má indole e o unico capaz de ter sido o assassino.

Allegou mais que Costa Rego não era jogador, não vivia em sucias, nem tinha amigos. Cousa notavel; as duas facas de uso do armazem foram encontradas no local do costume, limpas e sem vestigios de sangue! Disse-o o mesmo negociante.

Tomou a palavra o promotor. Não tive tempo de saber-lhe o nome. Seria o dr. Ferreira Baptista? Argumentou com os artigos das leis de 1° e de 10 de Junho de 35. O preto era o unico assassino. Pertencia a uma raça bruta, selvagem, incapaz de ter sentimentos de moral, de probidade e gratidão! Para conter os escravos era preciso não ter coração. Assim practicavam os Inglezes aos Indios: por um gancho de ferro suspendiam o rebelde a uma arvore, com o rosto voltado para o sol. Suffocava o paciente morrendo á fome, e á sêde até que os restos servissem de pasto ás aves de rapina.

Pedia para Domingos a pena de morte!

Domingos não tinha advogado. O chefe de Policia, para curador do desgraçado, em boa hora convidou o dr. José Maria Frederico de Sousa Pinto que se desempenhou galhardamente.

O inquerito, disse, foi precipitado, o processo mal principiado, mal concluido. Testimunhas contradictorias e querendo dar opiniões, falta de corpo de delicto na porta da esquerda, syndicancia da realidade ou não desse João, quando os moradores do sobrado affirmavam ter ouvido o barulho da porta fechada com muito ruido — tudo dava indicios de que Domingos não era o assassino.

Si fosse criminoso teria fugido. Não podia ter assassinado o caixeiro, do qual nenhuma queixa tinha. O advogado perdeu o seu latim. Domingos Moçambique por tres quartos de votos dos jurados foi declarado criminoso. Tinha de subir á forca. E morreu innocente! Ao menos teve a seu favor tres votos, tres consciencias limpas.

Mas, tambem, que diabo! que mal fazia enforcar um negro, quando os generosos e humanitarios negociantes de carne humana, perseguidos pelos "altruistas" inglezes, deitavam vivos ao mar os desgraçados que se constituiam, involuntariamente, carga suspeita e incommoda!

. . . .

Mais tarde em um dos hospitaes desta cidade, prestes a morrer, jazia certo individuo. Pediu um sacerdote. Confessou-se declarando "ter sido elle o unico assassino de Costa Rego. Cynicamente foi ver morrer o Domingos Moçambique!

Desde então foi perseguido pelo remorso. Enfermou. Tinha medo de ir para o Inferno. Pedia a Deus perdão.

Absolvido pelo padre entrou em agonia e em poucos minutos era cadaver. O sacerdote, por seus superiores, foi auctorizado a fazer essa declaração exigida pelo moribundo!

. . . .

Por esse tempo já de ha muito tinham apodrecido os restos mortaes do martyr. Retalhados pelos estudantes de Anatomia foram atirados á valla do velho cemeterio da Misericordia, juncto da encosta do morro do Castello. E a gordura do cadaver teria servido para fabrico de um oleo chamado "humano". Custava caro. Prevenia a quéda dos cabellos. Era muito empregado pelos carécas da epocha.

Domingo, 13 de Julho de 1913.

O PÃO DE ASSUCAR

Da nunca assás celebrada bahia Guanabara destaca-se, como guarda vigilante ou sentinella avançada, esta alta e escarpada penedia de 395 metros, á qual o visconde de Porto Seguro denominou o "cabucho" do Pão de Assucar.

"Pôt de beurre", chamavam-lhe os Francezes, como se lê em João de Lery. O nome prosaico que ainda conserva deram os Portuguezes ao morro. Ao ver delles, o relevo da montanha granitico assemelhava-se á fôrma de barro em que nos engenhos se coagulava o caldo da canna.

Poetas, prosadores, chorographos, geologos e mais scientistas, si pudessem volver a este mundo, de onde já se foram, ficariam estupefactos ante a gigantesca obra, realizada em menos de nove mezes pela *Companhia Caminho Aereo Pão de Assucar*.

Milagre de unica iniciativa particular, esta construcção colossal é, no dizer do meu illustre amigo, dr. Morales de los Rios, um dos maiores successos da Engenharia do seculo vinte.

Que diria Gabriel Soares de Sousa? Asseverou em 1587 ser o Pão de Assucar excellente para uma fortaleza, mas para seu cume era sempre impossivel transportar artilheria grossa!

Saberia Gabriel hoje, o seguinte: os benemeritos cidadãos que que levaram a termo tão audacioso commettimento tiveram de transportar para o alto da Urca e do Pão de Assucar cêrca de 4.000 toneladas de materiaes. Demais, para as estações construidas de concreto e aço foi cavada a rocha viva e houve necessidade de fazer concavidades, onde se estabeleceram os complicados machinismos que funccionam com a regularidade de colossal relogio!

Um parentheses; o nome de *Urca* provem da similhança que o morro apresenta com a alta pôpa de navios flamengos, chamados *Urcas*, os quaes muito frequentes abicavam ao Rio de Janeiro, como se vê na narrativa de João Knivet tão apreciada por Derby, Capistrano de Abreu e Theodoro Sampaio.

Si, ha pouco annos, alguem me dissesse: antes de morrer, verás do cimo do Pão de Assucar o soberbo e empolgante panorama da tua cidade natal, sua esmeraldina bahia, suas verdejantes ilhas, suas montanhas sempre cobertas de frondosa vegetação, tomaria eu por utopista ou sonhador quem tal me désse similhante esperança.

Graças ao meu amigo, o operoso e galhardo commendador

Fredolino Cardoso, um dos directores da Companhia, no dia 14 de Julho do corrente anno tive a plena realidade do que antes pensava ser pura phantasia.

Nunca mais se me apagará da memoria tal data memoravel, uma das mais felizes da minha não curta existencia. A's 10 1|2 tomei na Avenida Rio Branco o bonde de Praia Vermelha. No trajecto passei pela mente os audaciosos, que em outros tempos realizavam a ascenção ao Pão de Assucar. Brauner, o bom e sincero amigo lá foi por tres vezes.

Conta Augusto Fausto de Sousa: certo Inglez em 1817 subiu e cravou no cume do penhasco a bandeira britannica. Um soldado enxergou nisto uma offensa. Com perigo de vida galgou as declividades e no dia seguinte arrancava a bandeira ingleza e a substituia pelo pendão lusitano. Valeu-lhe a patriotica façanha baixa do serviço militar.

Mais tarde, outro Inglez repetiu o facto do seu patricio. Um grupo de patriotas reuniu-se á noite e resolveu tirar de lá o que era considerado offensa aos brios nacionaes.

Os excursionistas á noite partiram. De madrugada fluctuava ás brisas do mar a auriverde bandeira brasileira.

Quem não se lembra da coragem e arrojo dos antigos alumnos da Escola Militar? Para elles afinal tornou-se a ascenção exercicio facil.

Em 1888, quando d. Pedro II regressava da Europa, os briosos moços extenderam no Pão de Assucar, do lado do mar, um grande painel em o qual se liam em grandes caracteres a palavra *Salve*.

A's 11 horas chegava eu á estação inicial da Companhia. Alli me aguardava o commendador Fredolino, incansavel cicerone, que tudo explicava, commentava e providenciava com calma, sendo obedecido pelos empregados correctos no trajar e amaveis no tracto.

Entrei tranquillo no bonde aereo. Não me benzi! Esta segurança de espirito deram-me os scientistas, os profissionaes, os paredros da nossa Engenharia: nenhuma hypothese de insuccesso desastroso, ausencia de qualquer perigo.

No bonde travei relações com o sr. Pecego Junior, filho do antigo e provecto funccionario do Banco do Brasil; ia comnosco um Allemão chegado naquelle dia da Republica Argentina, e de passagem nesta cidade, em viagem para a Europa.

Com o Allemão temperou lingua o sr. Pecego. Ficou aquelle tão encantado, que prometteu na volta vir fixar residencia no Rio.

A' pequeno signal começaram funccionar as machinas.

Em menos de quatro minutos estavamos no cimo da Urca a 224 metros de altura. Magnifico panorama!

Haviamos percorrido 600 metros, tal o vão entre a Praia Vermelha e a referida montanha.

Este primeiro trecho foi, como é sabido, entregue ao trafego no dia 27 de Outubro do anno passado. A 2ª secção que vai da Urca ao Pão de Assucar mede 800 metros, e só foi inaugurada em 17 de Janeiro do corrente anno.

Passámos para outro bonde, commodo como o primeiro, do qual notámos, com admiração, a immensa floresta que cobre com arvores seculares o profundo abysmo que se apresenta aos olhos attonitos dos excursionistas.

A' proporção que se vai subindo, cousa de cinco minutos parece ir o bonde de encontro ao rochedo.

Pura illusão! Outra phantasia; o Pão de Assucar apresenta-se colossal como a querer esmagar os imprudentes que violam os seus dominios de tantos e tantos seculos. Lembra até o monstro descripto por Gandavo.

Eis-nos enfim no termo da viagem.

Pisamos o *throno* granitico do Capricornio, como cantou o poeta artista Portalegre!

Da vasta esplanada, que póde conter centenas de pessoas, se nos apresenta o mais maravilhoso e deslumbrante scenario. E' immenso mappa desdobrado aos pés do penedo cantado por Gonçalves Dias, Magalhães, e tantos outros.

Si do Corcovado a vista abrange maior horizonte, o Pão de Assucar leva-lhe vantagem.

Sem binoculo a gente com facilidade localiza os ponctos que deseja vêr: sinuosidades das praias, direcção das ruas e avenidas, estabelecimentos publicos, tudo enfim com prazer e enthusiasmo e sem produzir cansaço nos orgãos de visão.

Fica-se "mudo e quedo" deante de tanta magnitude, principalmente em dia como o 14 de Julho de 1913, luminoso, claro e vibrante. Como Camões a gente repete:

"Melhor é experimenta-lo que julga-lo.
Mas julgue quem não póde experimentar!"

Ultimo e incompetente chronista das cousas cariocas, do pincaro do Pão de Assucar tive a satisfacção de ver corroboradas as minhas opiniões sobre a fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Hoje já não é licito fallar em Praia Vermelha. Foi na planicie tendo por padrasto o Pão de Assucar e por atalaia o morro hoje de S. João, que Estacio de Sá lançou os alicerces da cidade dedicada a S. Sebastião. Quem dúvidas possa ter suba ao Pão de Assucar.

Alli, na planicie, juncto ao morro de S. João, deve ser levantado o monumento commemorativo desse facto primordial da nossa historia local. Tal deve ser o proceder dos que pre-

tendem levar a effeito o primeiro Congresso de Historia a realizar-se em 7 de Septembro de 1914.

E porque Varnhagen, interpretando mal um trecho da carta de Anchieta asseverou o não ser possivel do morro Cameleão avistar-se as redondezas de Paquetá e sim da actual Praia da Saudade, passou o referido por dogma.

Dessa ultima localidade, positivamente, não se vê o fundo da bahia, facto facilmente observado da altura do morro de S. João.

E isto por occasião da Exposição de 1908 mostrei ao finado sr. visconde de Ouro Preto, meu companheiro de viagem em uma das barcas da Cantareira.

Varnhagen, depois visconde de Porto Seguro, não foi e não podia ser infallivel.

Que o digam: Abreu Lima, Homem de Mello, Capistrano Abreu, João Francisco Lisbôa, Augusto de Carvalho e Jayme Reis.

O visconde não conhecia documentos ineditos apparecidos depois de sua morte, as sesmarias da Camara, os autos de medições destas, a justificação dos serviços de Mem de Sá, o testimunho do bispo d. Pedro Leitão, a força e alcance da artilharia do tempo.

Dirijo-me agora aos srs. professores de Historia e Geographia. Porque não levam seus discipulos a um passeio ao Pão de Assucar?

Que excellente e proficua licção de cousas, que jamais se apagará da memoria do rapazio. Preferivel é este passatempo a cansar o espirito dos meninos com paginas descriptivas, muitas dellas inexactas. Decoradas esvaem-se em pouco tempo taes noções como a neblina, que ainda hoje coroava o cume do Pão de Assucar e pouco e pouco se evaporou aos clarões do sol.

Falta-me espaço. E' preciso terminar. Abracei o commendador Fredolino por me ter proporcionado um dia tão cheio de prazer, estudo e observação! Senti não ver o dr. Augusto Ramos, o primeiro que ideou o Caminho Aereo ao Pão de Assucar, auxiliado sempre por aquelle commendador, cujo amor por tão grandiosa empresa se patenteia a todos os instantes.

Aos dous intemeratos cidadãos os parabens de quem, obscuro, applaude e applaudirá sempre varões como estes dous, de iniciativa e fortes de vontade, eguaes a Paulo Fernandes, José Clemente, Bittencourt da Silva, Eusebio, João Alfredo, Ottoni, Oswaldo Cruz, e a esse inolvidavel Passos, para o qual será sempre pequena a gratidão do povo carioca.

Domingo, 20 de Julho de 1913.

29 DE JULHO

Conta hoje mais um anno de existencia a senhora princeza d. Isabel, condessa d'Eu, uma das figuras mais sympathicas da sociedade brasileira.

Deu-lhe o povo com justiça e razão o appellido de *Redemptora*.

Percorrendo as paginas dos jornaes de 1846 e o *Annuario do Brazil*, do notavel medico dr. João Francisco Sigaud, encontrei dous documentos que a titulo de curiosidade passo a transcrever: o primeiro é o Auto do nascimento da excelsa e virtuosa princeza, e o segundo o Auto de baptismo da mesma senhora.

Resa o primeiro:

"Aos vinte e nove dias do mez de Julho do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e quarenta seis, nesta muita leal e heroica cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, achando-se reunidas no Paço Imperial, Quinta da Boa Vista, por ordem de S. M. o Senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil, os ministros e secretarios de Estado, os conselheiros de Estado, os grandes do Imperio e os presidentes das duas Camaras da Assembléa Legislativa, commigo e os abaixo assignados, para servirem de testimunhas do nascimento do serenissimo princepe ou princeza que S. M. a Imperatriz e Senhora D. Thereza Christina Maria, augusta esposa do dito S. M. Imperador e Senhor D. Pedro II, se achava proximo a dar á luz, fomos conduzidos pelo Exmo. Marquez de Itanhaem, fazendo as vezes de Mordomo Mór da Casa Imperial, ao interior do referido Paço e ahi, pelas seis horas e vinte e cinco minutos da tarde do mencionado dia, fomos introduzidos pelo mesmo mordomo mór na proxima Camara em que S. M. a Imperatriz estava, e onde foi apresentada por S. M. o Imperador a augusta pessoa recemnascida a qual vimos, ouvimos e reconhecemos ser do sexo feminino e achar-se sã e perfeita.

E para que o referido conste a todo tempo eu, Joaquim Marcellino de Brito, ministro e secretario de Estado dos negocios do Imperio, lavrei tres autos todos do mesmo teor, por mim assignados, pelas testimunhas acima declaradas e pelo medico da Imperial Camara o Doutor Candido Borges Monteiro, um dos quaes ficará depositado nas augustas mãos de S. M. o Imperador, outro será remettido para o reino das

Duas Sicilias, e o terceiro ficará archivado no Archivo Publico. — Joaquim Marcellino de Brito, José Joaquim Fernandes Torres, Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti, Barão de Cayrú, João Paulo dos Santos Barreto, visconde de Monte Alegre, visconde de Olinda, conde de Valença, Manoel Alves Branco, José Antonio da Silva Maia, José Joaquim de Lima e Silva, José Carlos Pereira de Almeida Torres, Honorio Hermeto Carneiro Leão, Francisco de Paula Souza e Mello, Bispo de Anemuria, Caetano Maria Lopes Gama, José Cesario de Miranda Ribeiro, Francisco Cordeiro da Silva Torres, marquez de Baependy, Luiz José de Oliveira, Francisco Muniz Tavares, marquez de Itanhaem, marquez de Cantagallo, conde do Rio Pardo, conde de Caxias, visconde da Villa Real da Praia Grande, o bispo de Chrysopolis, esmoler-mór, barão da Villa Bella, Visconde de Goiana, Manoel, bispo capellão-mór, Gregorio de Castro Moraes e Souza, vereador de semana, visconde de Congonhas do Campo, barão de Lages, o Dr. Candido Borges Monteiro, José Moreira Lirio, guarda-roupa de semana, o Dr. Luiz Carlos da Fonseca, medico de semana.

Foram padrinhos: S. M. o Sr. D. Fernando, rei de Portugal, representado pelo Illmo. e Exmo. marquez de Itanhaem, estribeiro-mór de Sua Magestade, e a Senhora D. Maria Isabel, Rainha viuva das Duas Sicilias, representada pela Illustrissima e Excellentissima marqueza de Maceió.

E para a todo tempo constar, se lavraram dous autos em tudo identicos, subscriptos pelo Illustrissimo e Excellentissimo ministro e secretario do Estado dos Negocios do Imperio e assignados tanto por elle como pelo Excellentissimo e Reverendissimo bispo capellão-mór, conde de Irajá e pelos representantes dos augustos padrinho e madrinha, devendo um dos ditos autos ficar no archivo da Imperial Capella e outro ser recolhido ao Archivo Publico do Imperio.

E eu, Joaquim Marcellino de Brito, ministro e secretario de Estado dos Negocios do Imperio o subscrevi e assignei. — Joaquim Marcellino de Brito. — Como representante do augusto padrinho, Marquez de Itanhaem. — Como representante da augusta madrinha, Marqueza de Maceió. -|- Manoel, Bispo, capellão-mór."

Dos personagens illustres que figuraram nessas ceremonias só existe a recemnascida de 1846.

Veneranda matrona verdadeira e exemplar mãe de familia, cercada de todos quantos lhe são caros, vive hoje em perfeita paz apenas combalida pela saudade da patria.

No velho solar do castello d'Eu, recebe a digna senhora com muita amizade e carinho todos os brasileiros, sem distincção ou partidos, ou credos politicos, vendo nelles sómente compatriotas.

Compartilha das doçuras desse lar o principe sr. conde d'Eu, cujos serviços, dedicação e desinteresse á causa do Brasil foram, ha pouco, da tribuna da Camara dos Deputados postas em relevo pelo notavel represetante do Estado de São Paulo, dr. Martim Francisco.

A Historia imparcial jámais póde olvidar os feitos de Juqueri-Yparacahy, Areguá, Ascurras, Pirebebuy, Capeatá, Campo Grande e Aquidaban, nas quaes o neto de Luiz Philippe, tendo apenas 26 annos, conduziu á victoria os soldados brasileiros.

. . . .

Estamos a 9 de Janeiro de 1872. Nesse dia celebrava-se na Faculdade de Medicina a collação do gráo. Foi a ultima a vez que esta ceremonia se realizou no antigo edificio do largo da Misericordia.

Tambem, pela derradeira vez, fallou aos doutorandos o velho conselheiro Jobim. Fazia intenso calor. O salão era pequeno para conter a mó de gente, composta de professores, doutorandos, pharmaceuticos, convidados e alumnos dos diversos annos. O imperador estava na Europa. Presidia a solennidade a princeza regente, a senhora d. Isabel, accompanhada pelo principe consorte o sr. conde d'Eu.

Fallou o director, o senador Jobim. Por vezes vimos correr lagrimas pelas faces do respeitavel ancião, tão mal apreciado e no entretanto medico illustrado e de real valor. Apresentava despedidas.

Seguiu-se o discurso do orador dos pharmaceuticos. Por bondade dos meus collegas fôra eu eleito espontaneamente orador da turma. Desempenhei-me da melhor maneira que me era possivel. Dirigi-me á princeza com palavras do maior respeito, agradecendo-lhe a presença ao acto. Ao entregar-lhe, conforme a praxe, o ramo de cravos brancos, beijei-lhe a mão, seguindo a etiqueta de cortezia, de todos os tempos.

Sua Alteza dignou-se de dirigir algumas palavras, desejando aos meus collegas e a mim toda a sorte de felicidades. Nunca mais a vi sinão de longe.

Fez-me sempre impressão a bondade de suas phrases. Recorda-las no dia de hoje é reviver a lembrança desse dia memoravel, no qual para os jovens medicos começava nova vida de sérias responsabilidades, curtas alegrias e muitas e muitas desillusões!

Domingo, 27 de Julho de 1913.

MARRECAS

No tempo de Ovidio, os cães de Roma não ladravam depois de certa hora. Pois, si o poeta viesse hoje a este burguez e meio civilizado Rio de Janeiro, ficaria de boca aberta.

Os cachorros do morro do Castello, as palavras dos noctivagos, os bondes electricos, as carroças para o Mercado e as latas de lixo entornadas pelos garotos e chuvas, tudo, tudo poria a arder a bóla do cantor das *Metamorphoses*.

Afinal, a gente habitua-se tanto ao máo como ao bom. Uma destas noites (parecida com as de Fevereiro) eu dormia máo grado a barulhada e o calor. Sonhei. Vi o vice-rei dom Luiz José de Vasconcellos e Sousa, conde de Figueiró, por decreto de 17 de Dezembro de 1808, tal qual o representa o retrato existente na egreja do Parto.

Rosto de moço, barba escanhoada, farda vermelha com galões de ouro fino, punhos de rendas e camisa de bófes, empunhava na dextra o classico bastão, symbolo do poder executivo.

Vinha zangado como quando teve noticia da fuga do Tiradentes.

Dormes, chronista de meia tigela. Eu velo pelo credito dos meus contemporaneos. Não leu vossa mercê a edição de *A Epoca*, de 29 de Julho, na qual alguem procurou menoscabar do nome da rua das Marrecas, a menina de meus olhos? Felizmente, saïram a campo e appellaram para vossa mercê, que até hoje não tugiu nem mugiu.

Desembuche, homem, e diga que o collaborador do *Fóra do Serio* tem carradas de razão.

Disse e desappareceu.

Acordei meio assombrado. Na rua trabalhava um Gary assoviando o hymno da Maria da Fonte, e perto um implicante *garnizé* saudava com muita antecedencia os primeiros albores do dia que devia nascer!

Comprei *A Epoca*. Neste diario li, com effeito, na secção *Fóra do serio* "a rua que a gyria canalha appellidou com o suggestivo titulo de Marrecas..."

"Este trecho é de uma noticia d'*A Epoca;* e como a boa justiça começa por casa, resolvemos appellar para o sr. Vieira Fazenda, que explicará ao reporter que os nossos antepassados não eram gente de espirito assim tão canalha. O nome, aliás, nunca foi suggestivo; sujaram-n'o depois."

Comprehendi a ira do Vasconcellos. Como m'o permittirem engenho e forças, matarei de uma cajadada dous coelhos:

obedeço ás ordens do manda-chuva de outr'ora e ao sempre espirituoso collaborador d'*A Epoca*.

These — As Marrequinhas, horizontaes de hoje ou filhas de Jerusalem de antanho, nada têm com as marrecas, que deram nome á actual rua Barão do Ladario.

As *marrequinhas* alli se aboletaram, corridas de outros pontos da cidade. As outras, as animadas palmipedes viviam á redea solta pelas vizinhanças das lagôas do Boqueirão, de Sancto Antonio, e a que existiu entre este morro e o de Santa Teresa (antigo do Desterro) no local em que se erguem os arcos da Carioca, construidos pelo governador Ayres de Albuquerque..

As de bronze, feitas pelo mestre Valentim e que deram nome á rua, figuraram em um chafariz destruido não sei por quem.

Eis como no-lo descreve o padre Luiz Gonçalves dos Santos, em suas *Memorias*, obra rara e pouco conhecida.

"Esta fonte (das Marrecas) he elegante, em semi-circulo a sua figura, cuja corda fica ao correr da rua (dos Barbonos), onde estão dois tanques, para nelles beberem as bestas; entre os dous tanques ha uma escada de pedra com oito degráos; no plano superior está outro tanque com "cinco marrecas de bronze", que nelle lançam agua pelos bicos; na fachada desta fonte se vê uma grande inscripção lapidar e no alto sobresahem as Armas Reaes; perpendiculares aos tanques e escada estão dois balcões de ferro, os quaes pegam em duas pilastras de pedra lavrada, que estão nas extremidades do semi-circulo e sobre as quaes estão duas figuras de metal que representam o caçador Narciso e a Nympha Eco".

Enganaram-se o padre e todos quantos o copiaram.

As figuras representam "Diana, a caçadora" e uma Nayade. Escaparam, felizmente, da destruição. Foram levadas pelo dr. Barbosa Rodrigues para o Jardim Botanico. Lá ainda devem estar.

Taes estatuas, bem como as marrecas, foram fundidas pelo mestre Valentim, auctor tambem dos Jacarés do Passeio e do primeiro menino *Sou util inda brancando*. O actual é de chumbo, o primeiro foi roubado, era de bronze.

Da pedra marmore com inscripção em latim ninguem sabe o destino que levou. Das marrecas, uma foi parar á Bahia, duas guarda-as com muito cuidado Noronha Santos, a quem em boa hora foi confiado o Archivo Municipal, completamente reorganizado por esse patriota e genuino Carioca.

Como eu disse, a inscripção era em latim. Foi traduzida pelo dr. Moreira de Azevedo, no seu *Pequeno Panorama*.

Pelo que della constava, a fonte ficou terminada em 31 de Julho de 1786, pouco tempo depois da inauguração do Pas-

seio e da abertura da rua das Marrecas, através de terrenos pertencentes a uma d. Magdalena de Barros. Pelo nome não perca.

Excuso narrar as festas que se realizaram nesse jardim publico, não só no dia da inauguração, como tambem para commemorar o casamento do principe d. João (1786) com a princeza d. Carlota Joaquina.

Em tempos mais proximos de nós o Passeio Publico tornou-se pelo Carnaval o ponto de reunião das primeiras sociedades que tiveram a iniciativa de acabar com o barbaro, selvagem e perigoso brinquedo, o intrudo, tão apreciado dos nossos antepassados!

Teve em seus primordios a rua, depois das Marrecas a denominação dada pelo povo de rua das Boas Noites ou das Bellas Noites. Porque? Em principio era o Passeio frequentado pelas nossas mais sérias familias, e a rua hoje Barão de Ladario, foi naquelles tempos actual Avenida Rio Branco. Nas noites de luar, principalmente, donas e donzellas accompanhadas pelos maridos e ermãos iam para o Passeio fazer patuscadas. Nesse tempo não se fallava em pic-nics nem em convescotes.

Em baixo das arvores os trovadores soltavam ás formosas auras os sons plangentes das nossas ternas modinhas.

Passeava-se pelo terraço. Bebia-se agua do *menino* em copinhos de prata.

Nas mesas de pedra, ainda hoje conservadas, eram saboreadas as ceias de peixe frito, arroz com camarão, cangica e empadinhas.

Conheci uma veneranda senhora, que sempre com saudades se lembrava dessas pagodeiras.

Foi no Passeio que teve o seu primeiro namôro.

Casou e foi muito feliz. Ella e o seu querido tornaram-se tronco de illustre familia, de cujos representantes não lhes digo os nomes, para não caïr em inconveniencias.

Que a rua em questão foi sempre habitada por gente séria, morigerada e digna, é facto inconcusso. Pequena casa da rua das Marrecas foi o ninho de aguias do grande padre José Mauricio Nunes Garcia, o grande compositor, cujos meritos foram postos em relevo pelo visconde de Taunay, o jámais exquecido auctor da *Retirada da Laguna*.

Era então muito pobre o padre José Mauricio. Não tinha dinheiro, diz Portalegre, para comprar um cravo. Ensinava discipulos, servindo-se de uma viola de cordas metallicas.

Na rua das Marrecas funccionou até 1822, no canto com a rua dos Barbonos, lado do Castello, a Imprensa Régia e a Real Fabrica de Cartas de Jogar. Perto, na antiga rua das Bellas Artes, foi construida casa para residencia de José

Bernardo de Castro, um dos directores da Juncta Administrativa daquellas duas repartições do Governo.

No canto opposto, em frente á casa construida pelo escrivão de orphãos Candido Martins dos Santos Vianna, avô paterno do dr. Gabriel dos Santos Vianna residiram alguns fidalgos, no tempo de d. João VI.

Nesse mesmo predio da esquina morou d. Anna Alvares de Macedo Soares de Souza, viscondessa do Uruguai, mãe do meu collega de turma, dr. Luiz Paulino, ha pouco tempo fallecido.

Em um dos quarteirões residiam os parentes do desembargador Luiz Fortunato de Brito Sousa Meneses, José Thomaz de Oliveira Barbosa, filho do visconde do Rio Comprido e casado com a auctora da *Lavra Americana*, o mui conhecido João Paulo dos Santos Barreto, seu genro, o dr. Sousa Costa, o integro juiz Affonso de Miranda e outros.

No canto, em frente ao Passeio, no sobrado por cima hoje de *afamado* botequim, habitou o velho jurisconsulto Rebouças, e mais áquem d. Maximiana Rocha, avó paterna do dr. Arthur Rocha, director do Serviço Sanitario do Hospital Geral da Misericordia.

No grande predio, em cujas lojas funcciona o estabelecimento de flores do coronel José Trotte, sempre com a carinha nagua e assiduo frequentador dos banhos de Sancta Luzia, residiu José de Oliveira Barbosa, militar distincto, ministros de d. Pedro I, primeiro barão do Passeio e primeiro visconde do Rio Comprido.

Como se sabe, este verdadeiro solar, onde depois funccionaram o Grande Oriente do Passeio e o Collegio de monsenhor Reis, foi construido sob a direcção de Grandjean de Montigny, cujos meritos foram, ha pouco tempo, relembrados pelo dr. Affonso Taunay, galhardo mancebo, intellectual de raça, coração de ouro do melhor quilate.

Basta. Não sei si o illustre "R. Dente" ficará satisfeito com este meu embroglio.

Estou com a mão na massa. Peço a quem de direito a graça de mandar recollocar o apice da pyramide do Passeio. Foi derrubada pelo vento, no dia das festas ao mestre Valentim. E logo foi a pyramide, em que Vasconcellos mandou gravar "*Saudades do Rio*".

Para reclamar é capaz o vice-rei de me apparecer de novo.

Não gosto de ficar assombrado e muito menos de sonhar com defuntos!

Domingo, 3 de Agosto de 1913

GONZAGA E MARILIA

Aqui, neste nosso Brasil, como em toda parte, sujeitos existem que se orgulham por descender de casas senhoriaes. A cada passo, sem ninguem lhes perguntar, mostram pergaminhos e brazões de illustres avoengos.

Em compensação outros ha mais modestos, os quaes, sem o sangue azul nas veias têm por si a tradição domestica, conservada de paes a filhos, representada pelo saber, pelo patriotismo e pelas mais alevantadas virtudes do coração.

Sirvam-nos de exemplo, entre outros, os Franças. Seu patriarcha, o dr. Antonio Ferreira França, chamado "o dr. Francinha", espirito democrata, fez um curso brilhantissimo na Universidade de Coimbra.

Representou o Brasil nas Côrtes de Lisboa, tomou parte na nossa Constituinte de 1823 e representou, durante tres legislaturas, a sua terra natal, a antiga provincia da Bahia.

Medico notavel, teve a estima e apreço do primeiro imperador. Philosopho, na mais ampla accepção da palavra, terminou seus dias, dedicando-se á instrucção da mocidade.

Deixou tres filhos: — um, dr. Antonio Ferreira França, notavel cirurgião e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; outro, o conselheiro Cornelio Ferreira França, notavel magistrado, que falleceu no posto de ministro do Supremo Tribunal de Justiça do regimen passado, e escreveu a biographia do illustre progenitor; o terceiro, o conselheiro Ernesto Ferreira França. Coube-lhe papel saliente no tempo do segundo imperio. Foi ministro de Extrangeiros no gabinete de 2 de Fevereiro de 1844.

E, cousa curiosa, na legislatura de 1834 a 1837 viu o velho França, sentados a seu lado como representantes da Bahia, seus dous filhos Cornelio e Ernesto.

Deste ultimo foi tambem bello rebento o dr. Ernesto França, magistrado, juriscosulto, polyglotta e apreciado homem dado ao cultivo das bellas letras.

Ainda não ha muitos annos falleceu, nesta cidade, illustre representante dessa familia. Refiro-me a d. Gabriella de Jesus Ferreira França, conhecida pela esmerada educação, modestia de vida, grande caridade e espirito de verdadeira christã. Escreveu várias obras, todas de Moral, destinadas ás nossas compatricias.

Possuia d. Gabriella precioso archivo de documentos pertencentes a seus avós, tios e ermãos. De um destes manuscriptos fez essa senhora presente ao reverendissimo sr. padre mestre Arthur Cesar da Rocha, cultor da nossa historia e

profundo esmerilhador de tudo quanto se refere ao seu Maranhão.

Tracta-se, nada menos, de uma carta authentica, dirigida de Moçambique, pelo infeliz poeta, o desembargador Thomaz Antonio Gonzaga ao dr. Antonio Ferreira França, avô paterno de d. Gabriella.

O padre Rocha, com a fidalguia que o distingue, confiou-me este precioso manuscripto. Pedi-lhe permissão para tal missiva servir de thema a uma destas minhas palestras. Acquiesceu de bom grado o digno sacerdote, tão modesto quanto erudito. Contenta-se de ser apenas capellão da Irmandade da Misericordia, cargo por elle exercido ha 18 annos.

Garantiu-me o padre Rocha: na sobrecarta lia-se o nome do dr. França, mas o papel estava tão dilacerado na parte inferior, que não poude saber o local, para onde era destinada a carta, que diz o seguinte:

"Meu particular amigo — Não lhe posso explicar o horror com que sahi dessa cidade, mas logo que cheguei á barra. fui tirado da coberta e fui tratado com humanidade e cortezia. Cheguei a esta cidade nos ultimos dias de agosto, sem huma tormenta e sem huma leve dôr de cabeça. Desembarquei e o Ouvidor me recebeu em sua casa, aonde fico tratando de pôr a minha; os habitadores da Terra todos me têm tratado como se eu viesse numa grande felicidade. Eu fiquei na ilha, que apenas terá meia legua de comprimento, e é aonde reside tudo quanto é bom. Tem excellentes casas e não é tão feia como se pinta.

Aqui estão muitos ha largos annos, e vivem gordos, corados e sem molestias.

Não soffrem desmandos, mas quem se regula bem vive com menos enfermidades do que se vive nessa Terra. Aqui reina o negocio, e todos me segurão felicidades, o tempo mostrará qual he o fim para que me conduz a Providencia. Pesso a V. Mce. que me avise de tudo e do estado das minhas dividas para dar ordem a ir pagando. Eu escrevo repetidas vias para ver si em Gôa apparecem diversas embarcações, que as levem; nem me esquecerei de ir dando conta de quanto for succedendo. Sim, meu verdadeiro amigo, eu não serei ingrato ao affecto que me mostrou. Peço-lhe que me remetta essas cartas e que se sirva muito da vontade deste. De V. Mcê. — *Thomaz Antonio Gonzaga.*

Moçambique, 19 de Agosto de 1792."

E' por demais sabido, como Gonzaga foi colhido nas malhas da célebre e mallograda Inconfidencia Mineira. Condemnado á 10 annos de desterro para Moçambique, seguiu para o seu desterro em 22 de Maio de 1792, conforme communicação do vice-rei conde de Resende.

A bordo do navio *Nossa Senhora da Conceição Princeza de Portugal* teve o desditoso Dirceu como companheiros mais seis desterrados para outros logares de Africa. Eram: Vicente Vieira da Motta, José Ayres Gomes, João da Costa Rodrigues, Antonio de Oliveira Lopes, Victoriano Gonçalves Velloso e Salvador Carvalho do Amaral Gurgel.

Pelo teor da carta se observa que os homens daquelle tempo não eram implacaveis. Si o commandante do navio e depois o ouvidor de Moçambique tractaram bem ao desterrado, é claro que os dous não obrariam deste modo, si não tivessem instrucções de quem de direito.

Gonzaga mostrava-se resignado. Ia emprehender nova vida. Gosava saude e confiava-se á Providencia.

Assignala a referida missiva de Gonzaga a boa saude dos habitantes da ilha, todos elles morigerados e pouco sujeitos a enfermidades. D'aqui se póde concluir: o diabo não é tão feio como o pintam.

Conforme communicação do conselheiro José de Resende Costa, o desembargador desterrado viveu bemquisto dos governadores e de todos os habitantes!

Cousa notavel, porém, me intriga. Nas costas da carta e por letra differente da de Gonzaga lê-se: — "Recebida em 9 de Maio de 93 e respondia — Fevereiro 14 de 96. Como explicar a demora de tres annos, quando nessa época eram tão frequentes as viagens de navios de Moçambique para os portos do Brasil, trazendo a bordo os pobres africanos victimas do captiveiro? Si Gonzaga nasceu em 1744 e se formou em 1768, e si França veiu ao mundo em 1771, como tambem explicar relações tão amistosas entre os dous?

Um pequeno parenthese: em 1793, o poeta, quando casou com d. Juliana Mascarenhas, declarou ter 38 annos. Negou a edade?

Sabe-se que João Bernardo Gonzaga (Carioca, pae de Gonzaga), exerceu o cargo de desembargador na Relação da Bahia. Naturalmente Thomaz Antonio e o pae se relacionaram com os progenitores e demais membros da familia da França.

Quando este entrou para a Universidade de Coimbra, della já havia Gonzaga saïdo, graduado em leis.

Está tambem provado, que Gonzaga, antes de vir para o Brasil, serviu cargos de magistratura em Beja, Lisboa e Coimbra. E', pois, provavel que o futuro Dirceu reatasse com França, então estudante, os laços da antiga amisade e até o protegesse.

Em 1809, louco, falleceu Gonzaga. Havia casado, em 93, com a referida d. Juliana, rapariga de 19 annos e filha de paes ricos. Este enlace foi devido á gratidão, pois a joven

fôra enfermeira dedicada, quando o poeta soffreu molestia grave.

Por não saber ler e ser pouco illustrada, dizem, d. Juliana, não comprehendeu o eximio cantor portuense. Asseveram outros que o poeta enlouqueceu por ficar pobre em virtude de dissipações da consorte.

Não sei em que se fundou o dr. Sacramento Blake, quando escreveu: — "Thomaz Antonio Gonzaga, da prisão, mandou propor casamento a d. Maria Dorothéa Joaquina de Seixas. Esta recusou!

Depois de elevar ás nuvens os meritos de Dirceu, o futuro visconde de Porto Seguro pespega-lhe com o epitheto de "fementida"! Porque casou?

Tambem a bella Mineira, ao que parece, não teve fim menos prosaico, como nol-a pintou, por informações, Lopes de Mendonça.

Quem pôz por terra a pretendida fidelidade de Marilia a seus juramentos foi o *Jornal do Commercio*. Em verdade: na edição de 18 de Janeiro de 1893 lê-se o seguinte telegramma: — "Ouro Preto, 17 de Janeiro. Falleceu o major Pedro Queiroga, neto de Marilia de Dirceu, victima de lesão cardiaca. Era official maior aposentado da Secretaria do Interior, dotado de intelligencia e por todos respeitado."

Ora, no testamento de d. Maria Dorothéa foi contemplado um Sr, Anacleto Teixeira de Queiroz, naturalmente pae ou tio do citado major, fallecido em 1893.

Nada, porém, de juizos temerarios. Talvez fossem filho e neto adoptivos.

Não consta que Marilia casasse!

Eis um bom thema para ser estudado.

E quem desmanchar a differença prestará grande serviço, pois arredará as nuvens da duvida que pesam sôbre a memoria da decantada Marilia, que não morreu de paixão e se deixou viver até 1853.

Domingo, 24 de Agosto de 1913.

A LAGÔA RODRIGO DE FREITAS

A denominação de Socopenopan (do tupy "praia batida pelos socós", na opinião do emerito dr. Theodoro Sampaio), é muito antiga e figura em várias sesmarias concedidas logo após a fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Tem esta praia, hoje, o nome de Copacabana. Não é verdadeira a opinião dos que sustentam seja Copacabana corruptela de Socopenopan.

A imagem de Nossa Senhora, sob esta invocação, venerada na Misericordia, veiu muitos annos depois occupar o pequeno monte, onde foi levantado o respectivo sanctuario. A devoção de Nossa Senhora de Copacabana nos veiu do Perú, e a imagem da Virgem trazida por negociantes que commerciavam do Rio de Janeiro para o Perú, por via do Rio da Prata.

Situada nas proximidades da referida praia, a Lagôa de Rodrigo de Freitas teve a principio o nome de Socopenopan.

Foi tambem conhecida pela denominação de lagôa Diogo de Amorim Soares, de Sebastião Fagundes Varella.

Não longe desta lagôa e por ordem do rei de Portugal, o governador Antonio de Salema construiu um engenho com o titulo de Nossa Senhora da Conceição, o qual, com vasta zona de terras, foi comprado por aquelle a Diogo de Amorim e depois passou ao citado Varella.

Dos successores deste ultimo passaram o engenho e as terras de Rodrigo de Freitas Castro, Fidalgo da Casa Real, fallecido (segundo noticia da *Gazeta de Lisboa*) em 1748. De Rodrigo foram estes immoveis herdados por João de Freitas Castro, casado com d. Leonor Maria de Mello Pereira Sampaio, fallecida em estado de viuvez, no anno de 1779.

Por morte dos dous tornaram-se proprietarios do engenho da Conceição: Rodrigo de Freitas Mello e Castro, casado com d. Josepha Margarida Leonor Thomasia Cardoso de Menezes. Já viuvo, Rodrigo de Mello falleceu em 22 de dezembro de 1803. Dentre seus herdeiros ficou senhor do Engenho d. Maria Leonor de Freitas de Mello e Castro, mediante accôrdo feito com a ermã d. Maria do O'.

O decreto de 13 de Junho de 1808 mandou incorporar o Engenho e terras da Lagôa, para alli se estabelecer uma fabrica de polvora e officinas de fundição de peças de artilharia e canos de espingarda.

Como é sabido, teve origem neste local o nosso Jardim Botanico. Para o competente processo de habilitação correram annos, e isso durou até 1826, conforme se lê na preciosa

Collecção Nabuco. Sómente em 1827 receberam os proprietarios a quantia pela desapropriação de 42:193$430.

Conforme o processo de adjudicação tão vasta propriedade comprehendia todo o districto, que corre do Forte de São Clemente até o morro dos Dous Irmãos, e do Nascente, tudo que corria desde a praia do mar até a Serra da Lagôa, inclusive a mesma Lagôa e pesca, que era privativa do Engenho, bem como todas as vertentes, desde suas nascentes, na Serra até suas barras, na Lagôa."

Seria longo dar todas as linhas divisorias. Constam de uma planta levantada pelo capitão Cony, ajudante de ordens do general Napioss, trabalho topographico aproveitado por Gaicoux (1844), o qual mediu e demarcou este importantissimo immovel incorporado desde 1825 aos bens nacionaes.

Em 1868, essa planta foi ainda adoptada pelo engenheiro Francisco Pereira da Silva.

Estes terrenos eram foreiros á Camara e pagavam de fôro 6$500 annuaes. O Governo remiu os fóros, dando á Camara 50 apolices da divida pública, por escriptura de 18 de dezembro de 1869, de conformidade com a disposição do artigo 14 da lei n. 1.245, de 28 de Junho de 1865.

O primitivo caminho para a Lagôa fazia-se contornando o morro do Secretario, caminho do Pasmão, hoje rua da Passagem, rua Berquó, hoje General Polydoro. O último trecho dessa via de communicação ficou inutilizado. Os transeuntes começavam então a servir-se do caminho de S. Clemente, por meio da vastissima propriedade do dr. Clemente Martins de Mattos.

Ainda hoje nos fundos de um predio particular, se encontra uma capella erecta por aquelle Mattos, em honra de seu sancto onomastico.

Na praia, por onde trafegam os bondes da Light, existia a *pedra sancta*. Inclinava-se para a estrada então beijada pelas aguas da Lagôa. O principe d. João, quando ia visitar a fabrica de polvora e depois Jardim Botanico, tinha medo de ver caïr sôbre si o grande penedo; no sitio da Piassaba tomava uma galeota e com seus semanarios evitava o *perigo*, fazendo o percurso por via maritima.

Esta pedra foi demolida para dar maior largura á estrada, que a pouco e pouco foi sendo melhorada, teve calçamento, illuminação, etc.

Em uma memoria apresentada pelo dr. Balthasar da Silva Lisboa ao ministro Martinho de Mello e Castro, escreveu em 1788:

"Segue-se a lagôa de Rodrigo de Freitas, aonde correm as aguas da serra do Corcovado e D. Martha; tem dous terços

de legua de comprido, um de largo; tem muito pescado; a sua pesca é particular.

Que a lagôa se communicava com o oceano, é facto provado. Pouco a pouco as areias foram-se accumulando e a barreta da communicação desappareceu.

Para renovar as aguas da Lagôa, abria-se annualmente profundo sulco e tinha-se o almejado fim.

Composta de aguas doces e salgadas a Lagôa constituiu formidavel pantano, prejudicando a salubridade das redondezas. Seu fundo, composto de algas e de lôdo, dava logar a emanações da peor especie. A Camara Municipal, no tempo do Imperio, com solicitude procurou sempre remover tantas causas de mephitismo. Não dispondo, porêm, de largos recursos, nunca poude conseguir o almejado *desideratum* de melhorar as condições desse paul, perigoso fóco de molestias, de accôrdo com os melhoramentos da hygiene moderna.

Nesse intuito se têm apresentado varios projectos, sendo principaes os do barão de Teffé, de I. Revy, do engenheiro inglez W. Milnor Roberts, de Antonio Moreira Filho, de Limpo de Abreu, do engenheiro Hargreaves, do dr. Francisco Alves de Lima Filho e outros.

Quem quizer minucias sobre taes projectos, consulte, com vantagem a excellente monographia do Dr. Saturnino Cardoso, impressa em 1903.

E' preciso, entretanto, completar estas notas com o que por parte da Prefeitura se tem feito, nestes ultimos annos.

21 de Julho de 1914.